



Diário OFICIAL Executivo

Poder Executivo Estadual

Ano CVI

Edição Digital nº 10499 | 222 páginas
Curitiba, Quarta-feira, 14 de Agosto de 2019

Sumário

Poder Executivo

Poder Executivo	03
Casa Civil	20
Procuradoria Geral do Estado	20

Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência	21
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento	43
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	49
Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas	49
Secretaria da Comunicação Social e da Cultura	50
Secretaria da Educação e do Esporte	50

Secretaria da Fazenda	64
Secretaria da Saúde	83
Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho	87
Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária	88
Secretaria da Infraestrutura e Logística	132
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	134
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo ..	134
Receita Estadual do Paraná	202

Administração Indireta - Entidades e Órgãos

Defensoria Pública do Estado	218
Ministério Público do Estado do Paraná	221



PODER EXECUTIVO ESTADUAL



Governo do Estado

Governador Carlos Massa Ratinho Junior		Controladoria Geral do Estado Raul Clei Coccaro Siqueira Osmar Alves Baptista Junior	Controlador-Geral Diretor-Geral
Vice-governador Darci Piana		Chefia de Gabinete do Governador Daniel Wesley Vilas Bôas Rocha	Chefe de Gabinete
Casa Civil Guto Silva Felipe Flessak	Chefe da Casa Civil Diretor-Geral	Casa Militar Major Welby Pereira Sales	Chefe
Procuradoria Geral do Estado Letícia Ferreira da Silva Izabel Cristina Marques	Procuradora-Geral Diretora-Geral	Coordenadoria Estadual da Defesa Civil Coronel Ricardo Silva	Chefe

Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência Reinhold Stephanes Bráulio Cesco Fleury	Secretário Diretor-Geral	Secretaria de Estado da Fazenda Renê de Oliveira Garcia Junior Fernandes dos Santos	Secretário Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento Norberto Anacleto Ortigara Richardson de Souza	Secretário Diretor-Geral	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo Marcio Fernando Nunes Lindsley da Silva Rasca Rodrigues	Secretário Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura Hudson Roberto José Fabrício Ferreira	Secretário Diretor-Geral	Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística Sandro Alex Cruz de Oliveira Fernando Furiatti Saboia	Secretário Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes Valdemar Bernardo Jorge João Evaristo Debiasi	Secretário Diretor-Geral	Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho Ney Leprevost Neto Adayr Cabral Filho	Secretário Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas João Carlos Ortega Francisco Luis dos Santos	Secretário Diretor-Geral	Secretaria de Estado da Segurança Pública Romulo Marinho Soares Pedro Luiz Humphreys Stonoga	Secretário Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Educação e do Esporte Renato Feder Elisandro Pires	Secretário Diretor-Geral	Secretaria de Estado da Saúde Carlos Alberto Gebrim Preto Nestor Werner Junior	Secretário Diretor-Geral



Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Diretor Presidente
Tiago Baccin

Diretora Adjunto
Elaine Arruda Nunes Gonçalves

Rua dos Funcionários, 1645
80035-050 | Cabral | Curitiba | Paraná

Informações PABX 3313-3200

Poder Executivo

DECRETO Nº 2348

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 15.937.825-0,

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeada, de acordo com o art. 24, inciso III, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, para exercerem, em comissão, cargo da Secretaria de Estado da Saúde, a partir de 1º de agosto de 2019:

EMILIA CARLA DOS SANTOS FERNANDES, RG nº 8.419.880-3, Chefe de Divisão – Símbolo 1-C; e

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 13 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

BETO PRETO
Secretário de Estado da Saúde

78128/2019

DECRETO Nº 2349

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 15.938.131-5,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam nomeados, de acordo com o art. 24, inciso III, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e designados, de acordo com o art. 4º da Lei nº 17.744, de 30 de outubro de 2013, para exercerem cargo em comissão e funções de gestão pública, da Secretaria de Estado da Saúde, a partir de 1º de agosto de 2019:

SOCRATES ALVES DOS REIS, RG nº 6.903.378-4, Chefe de Divisão – Símbolo 1-C; MARCELO SOARES VELOSO, RG nº 4.329.609-4, Chefe de Seção de Regional de Saúde – Símbolo FG-14;

ELIANE MARLI PERLIN SILVA, RG nº 3.350.406-3, Chefe de Seção de Regional de Saúde – Símbolo FG-14;

ROBSON ANTONIO BASSI, RG nº 8.563.504-2, Chefe de Seção de Regional de Saúde – Símbolo FG-14;

KATRIANE PRILATTI PEREIRA MAFESSONI, RG nº 8.888.430-2, Chefe de Seção de Regional de Saúde – Símbolo FG-14;

APARECIDA GOMES FLEMING JUNG, RG nº 6.903.202-8, Chefe de Seção de Regional de Saúde – Símbolo FG-14;

JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES, RG nº 3.879.444-2, Chefe de Seção de Regional de Saúde – Símbolo FG-14;

MARILETE ROSA DANIEL, RG nº 2.182.776-2, Chefe de Seção de Hemocentro – Símbolo 4-C;

ANTONIO CARLOS MICHELS DE OLIVEIRA, RG nº 8.962.022, Chefe de Seção de Hemocentro – Símbolo 4-C.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 13 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

BETO PRETO
Secretário de Estado da Saúde

78129/2019

DECRETO Nº 2350

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 15.937.965-5,

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeado, de acordo com o art. 24, inciso III, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e designados, de acordo com o art. 4º da Lei nº 17.744, de 30 de outubro de 2013, para exercerem cargo em comissão e funções de gestão pública, da Secretaria de Estado da Saúde, a partir de 1º de agosto de 2019:

CLAUSIMARA TUMASZ, RG nº 7.773.626-3, Chefe de Seção de Regional de Saúde – Símbolo FG-14;

PATRICIA YUMI CORREA MACHADO, RG nº 8.063.237-1, Chefe de Seção de Regional de Saúde – Símbolo FG-14;

PATRICIA PADILHA SOBUCKA, RG nº 8.139.829-1, Chefe de Seção de Regional de Saúde – Símbolo FG-14;

JULIANA TRINKAUS MENON, RG nº 8.063.196-0, Chefe de Seção de Regional de Saúde – Símbolo FG-14;

ANTONIO MARTINS, RG nº 3.609.539-3, Chefe de Seção de Regional de Saúde – Símbolo FG-14;

EMILINHA DA FÁTIMA ZARPELON, RG nº 1.164.195-4, Chefe de Unidade de Coleta e Transfusão – Símbolo 2-C.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 13 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

BETO PRETO
Secretário de Estado da Saúde

78131/2019

DECRETO Nº 2351

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 15.916.534-5,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam declaradas de utilidade pública para fins de constituição de servidão administrativa pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, as áreas de terras abaixo descritas, destinadas à Faixa de Servidão da Rede Coletora de Esgoto Sanitário, com fulcro nos arts 2º, 5º, alíneas “E” e “H” e 6º, do Decreto - Lei nº 3365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786 de 21 de maio de 1956, sendo:

I - Área: 30,17 m²

Proprietário: Maria Salvador, ou a quem de direito pertencer.

Situação: Dentro do lote de terreno urbano, sob nº 11 da quadra F, da Planta Jardim Monalisa, com área de 393,00 m², situado neste município de Araucária, constante da matrícula nº 17.597 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araucária, uma área com 30,17 m², destinada a faixa de servidão para passagem de coletor de esgoto, com a seguinte descrição:

a) Inicia-se a descrição no vértice E46, de coordenadas N 7.170.608.3626 m e E 659.208.3519 m, situado na divisa com a Rua Teotônio Pires de Souza, a aproximadamente 10,29 m da divisa com o lote nº 10, quadra F, segue adentrando ao imóvel, com os seguintes azimutes e distâncias: 50º39'21" e 30,17 m até o vértice E47, de coordenadas N 7.170.627.4920 m e E 659.231.6868 m, situado na divisa com o lote nº 12, de matrícula nº 46.087, a aproximadamente 7,25 m da divisa com o lote nº 10, quadra F.

b) Todos esses trechos perfazem uma extensão total de 30,17 m, a qual define o eixo de uma faixa de 1,00 m de largura com área total de atingimento de 30,17 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

II - Área: 705,26 m²

Proprietário: Carlos Antonio Gusso, ou a quem de direito pertencer.

Situação: Dentro do terreno, sob denominação de área nº 3, com área de 73.035,40 m², situado neste município de Araucária, constante da matrícula nº 24.924 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araucária, uma área com 705,26 m², destinada a faixa de servidão para passagem de coletor de esgoto sanitário, com a seguinte descrição:

a) Inicia-se a descrição no vértice E08, de coordenadas N 7.170.985.0917 m e E 658.496.2961 m, situado na divisa com a faixa de domínio da Rede Ferroviária, a aproximadamente 19,84 m do eixo da linha férrea, segue adentrando ao imóvel, com os seguintes azimutes e distâncias: 143º9'11" e 13,70 m até o vértice PV245, de coordenadas N 7.170.974.1301 m e E 658.504.5104 m, deste com azimute de 94º15'48" e 49,45 m até o vértice PV246, de coordenadas N 7.170.970.4541 m e E 658.553.8213 m, deste com azimute de 127º47'16" e 24,99 m até o vértice PV247, de coordenadas N 7.170.955.1424 m e E 658.573.5698 m, deste com azimute de 63º40'4" e 42,62 m até o vértice PV248, de coordenadas N 7.170.974.0459 m e E 658.611.7643 m, deste com azimute de 111º48'53" e 37,97 m até o vértice PV248A, de coordenadas N 7.170.959.9358 m e E 658.647.0162 m, deste com azimute de 150º20'51" e 47,84 m até o vértice PV249, de coordenadas N 7.170.918.3526 m e E 658.670.6891 m, deste com azimute de 126º56'29" e 5,79 m até o vértice E09, de coordenadas N 7.170.914.8746 m e E 658.675.3145 m, situado na divisa com a Rua 13 (Projetada), a aproximadamente 3,24 m da divisa com o lote nº 12, quadra 02.

b) Inicia-se novamente no vértice E08A, de coordenadas N 7.170.983.4655 m e E 658.477.5498 m, situado na divisa com a faixa de domínio da Rede Ferroviária, a aproximadamente 18,60 m do eixo da linha férrea, segue adentrando ao imóvel, com os seguintes azimutes e distâncias: 218º14'53" e 130,26 m até o vértice E08B, de coordenadas N 7.170.861.1703 m e E 658.396.9127 m, situado na divisa com o alinhamento predial da rua João Túlio, a aproximadamente 19,25 m do eixo da linha férrea.

c) Todos esses trechos perfazem uma extensão total de 352,63 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 705,26 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2.º Fica autorizada a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR - a promover todos os atos judiciais ou extrajudiciais necessários para a efetivação da instituição administrativa na área descrita no art. 1º deste Decreto, na forma da legislação vigente.

Art. 3.º Fica reconhecida a conveniência da constituição de servidão administrativa em favor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, para o fim indicado, o qual compreende o direito atribuído à Empresa de praticar todos os atos de reconhecimento e medição da Faixa de Servidão da Linha de Recalque de Esgoto Sanitário.

Art. 4.º O proprietário da área atingida pelo ônus da servidão administrativa limitará o uso e gozo da mesma ao que for compatível com a existência da servidão, abstando-se, consequentemente, da prática dentro da referida área, de quaisquer atos que causem danos à mesma, incluídos entre eles os de erguer construções, fazer plantações de elevado porte, cravar estacas, usar explosivos e transitar com veículos pesados.

Art. 5.º A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, poderá invocar em juízo, quando necessário, a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1.941, e suas alterações.

Art. 6.º O ônus decorrente da constituição da servidão administrativa da área a que se refere o art. 1º deste Decreto ficará por conta da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 7.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78133/2019

DECRETO Nº 2352

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado com o art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 35/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná e o contido no protocolado n.º 15.628.394-0,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura, pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir de 13 de maio de 2019 até 12 de maio de 2023, com carga horária de 3.200 (três mil, duzentas) horas, 80 (oitenta) vagas anuais, sendo 40 (quarenta) em cada turno, regime de matrícula seriado anual, turnos de funcionamento vespertino e noturno, período de integralização mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos, ofertado no Campus de Cornélio Procopio pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, com sede em Jacarezinho, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78136/2019

DECRETO Nº 2353

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado com o art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 57/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná e o contido no protocolado n.º 15.676.952-5,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir de 30 de setembro de 2019 até 29 de setembro de 2024, com carga horária de 3.286 (três mil, duzentas e oitenta e seis) horas, 40 (quarenta) vagas anuais, regime de matrícula seriado anual, turno de funcionamento noturno, período de integralização mínimo de 4 (quatro) e máximo de 7 (sete) anos, ofertado no Campus de Irati pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, com sede em Guarapuava.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78138/2019

DECRETO Nº 2354

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado com o art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 63/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná e o contido no protocolado n.º 15.471.389-1,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento dos Cursos de Graduação em Letras Português e Letras Inglês - Licenciaturas, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir de 13 de maio de 2019 até 12 de maio de 2024, ofertados no Campus de Irati pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, com sede em Guarapuava, cujos projetos pedagógicos apresentam as seguintes características:

I - Letras Português - Licenciatura: carga horária de 3.095 (três mil, noventa e cinco) horas, 14 (quatorze) vagas anuais, regime de matrícula seriado anual, turno de funcionamento noturno, período de integralização mínimo de 4 (quatro) e máximo de 7 (sete) anos;

II - Letras Inglês - Licenciatura: carga horária de 2.925 (duas mil, novecentas e vinte e cinco) horas, 14 (quatorze) vagas anuais, regime de matrícula seriado anual, turno de funcionamento noturno, período de integralização mínimo de 4 (quatro) e máximo de 7 (sete) anos.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78140/2019

DECRETO Nº 2355

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado com o art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 54/19, do Conselho Estadual de

Educação do Paraná e o contido no protocolado n.º 15.665.251-2,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Geografia - Licenciatura, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir de 23 de setembro de 2019 até 22 de setembro de 2024, com carga horária de 2.873 (duas mil, oitocentas e setenta e três) horas, 40 (quarenta) vagas anuais, regime de matrícula seriado anual, turno de funcionamento noturno, período de integralização mínimo de 4 (quatro) e máximo de 7 (sete) anos, ofertado no Campus Cedeteg, pela Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO, com sede em Guarapuava.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78144/2019

DECRETO Nº 2356

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado com o art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 54/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná e o contido no protocolado n.º 15.610.309-8,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Geografia - Licenciatura, pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir de 13 de maio 2019 até 12 de maio 2023, com carga horária de 3.158 (três mil, cento e cinquenta e oito) horas, 40 (quarenta) vagas anuais, regime de matrícula seriado anual, turno de funcionamento noturno, período de integralização mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos, ofertado no campus de Paranavai, pela Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, com sede em Paranavai.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78148/2019

DECRETO Nº 2357

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado com o art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 53/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná e o contido no protocolado n.º 15.581.309-1,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas - Licenciatura, pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir de 26 de maio de 2019 até 25 de maio de 2023, com carga horária de 3.340 (três mil, trezentas e quarenta) horas, 40 (quarenta) vagas anuais, regime de matrícula seriado anual, turno de funcionamento noturno, período de integralização mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos, ofertado no campus de Paranavai, pela Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, com sede em Paranavai.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78149/2019

DECRETO Nº 2358

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado com o art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 55/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná e o contido no protocolado n.º 15.684.840-9,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Química - Bacharelado, pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir de 30 de setembro de 2019 até 29 de setembro de 2023, com carga horária de 3.172 (três mil, cento e setenta e duas) horas, 30 (trinta) vagas anuais, regime de matrícula seriado anual, com disciplinas semestrais, turno de funcionamento integral, período de integralização mínimo de 4 (quatro) e máximo de 7 (sete) anos, ofertado no Campus Cedeteg pela Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO, com sede em Guarapuava.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78150/2019

DECRETO Nº 2359

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe

confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado com o art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 70/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, e o contido no protocolado n.º 15.717.440-1,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Matemática – Licenciatura, pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir de 09 de outubro de 2019 até 08 de outubro de 2023, com carga horária de 3.360 (três mil, trezentas e sessenta) horas, 40 (quarenta) vagas anuais, regime de matrícula seriado anual com disciplinas semestrais e anuais, turno de funcionamento noturno, período de integralização mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos, ofertado no Campus de Apucarana pela Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, com sede em Paranavaí, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78152/2019**DECRETO Nº 2360**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado com o art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 72/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, e o contido no protocolado n.º 15.691.677-3,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Letras: Português e Literaturas da Língua Portuguesa – Licenciatura, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir de 30 de setembro de 2019 até 29 de setembro de 2024, com carga horária de 3.137 (três mil, cento e trinta e sete) horas, 80 (oitenta) vagas anuais, sendo 40 (quarenta) no turno matutino e 40 (quarenta) no noturno, regime de matrícula seriado anual, turnos de funcionamento matutino e noturno, período de integralização mínimo de 4 (quatro) e máximo de 7 (sete) anos, ofertado no Campus Santa Cruz pela Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, com sede em Guarapuava, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78153/2019**DECRETO Nº 2361**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado com o art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 65/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, e o contido no protocolado n.º 15.857.112-9,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Letras Espanhol – Habilitação: Língua Espanhola e Literatura Hispânica – Licenciatura, pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir de 15 de julho de 2019 até 14 de julho de 2023, com carga horária de 2.820 (duas mil, oitocentas e vinte) horas, 40 (quarenta) vagas anuais, sendo 20 (vinte) no turno vespertino e 20 (vinte) no turno noturno, regime de matrícula seriado anual, turnos de funcionamento vespertino e noturno, período de integralização mínimo de 4 (quatro) e máximo de 8 (oito) anos, ofertado pela Universidade Estadual de Londrina – UEL, com sede em Londrina, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78187/2019**DECRETO Nº 2362**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado com o art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 58/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, e o contido no protocolado n.º 15.614.764-8,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Letras: Português/Inglês – Licenciatura, pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir de 13 de maio de 2019 até 12 de maio de 2023, com carga horária de 3.600 (três mil e seiscentas) horas, 40 (quarenta) vagas anuais, regime de matrícula seriado anual, turno de funcionamento noturno, período de integralização mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos, ofertado no Campus de Jacarezinho pela Universidade Estadual do Centro Oeste – UENP, com sede em Jacarezinho, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78188/2019**DECRETO Nº 2363**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado com o art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 74/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, e o contido no protocolado n.º 15.748.643-8,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Farmácia – Bacharelado, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir de 10 de novembro de 2019 até 09 de novembro de 2024, com carga horária de 4.543 (quatro mil, quinhentas e quarenta e três) horas, 67 (sessenta e sete) vagas anuais, turno de funcionamento integral, regime de matrícula seriado anual, período de integralização mínimo de 5 (cinco) e máximo de 8 (oito) anos, ofertado no Campus Sede pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, com sede em Maringá, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78189/2019**DECRETO Nº 2364**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado com o art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 71/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, e o contido no protocolado n.º 15.691.483-5,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Letras: Inglês e Literaturas de Língua Inglesa – Licenciatura, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir de 30 de setembro de 2019 até 29 de setembro de 2024, com carga horária de 3.052 (três mil e cinquenta e duas) horas, 40 (quarenta) vagas anuais, regime de matrícula seriado anual, turno de funcionamento noturno, período de integralização mínimo de 4 (quatro) e máximo de 7 (sete) anos, ofertado no Campus Santa Cruz pela Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, com sede em Guarapuava, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78190/2019**DECRETO Nº 2365**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no artigo 10, inciso IV, combinado com o artigo 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 84/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná e o contido no protocolado n.º 15.782.739-1,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Agronomia – Bacharelado, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir de 27 de novembro de 2019 até 26 de novembro de 2024, com carga horária de 4.320 (quatro mil, trezentas e vinte) horas, 80 (oitenta) vagas anuais, regime de matrícula seriado anual, turno de funcionamento integral, período mínimo de integralização de 5 (cinco) e máximo de 10 (dez) anos, ofertado pela Universidade Estadual de Londrina – UEL, com sede em Londrina, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78191/2019**DECRETO Nº 2366**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no artigo 10, inciso IV, combinado com o artigo 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 87/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná e o contido no protocolado n.º 15.760.910-6,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Zootecnia – Bacharelado, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir de 10 de novembro de 2019 até 09 de novembro de 2024, com carga horária de 3.977 (três mil, novecentas e setenta e sete) horas, 80 (oitenta) vagas anuais, turno de funcionamento integral,

regime de matrícula seriado anual, período mínimo de integralização de 5 (cinco) e máximo de 8 (oito) anos, ofertado no Campus Sede pela Universidade Estadual de Maringá - UEM, com sede em Maringá, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78193/2019

DECRETO Nº 2367

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no artigo 10, inciso IV, combinado com o artigo 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 83/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná e o contido no protocolado nº 15.760.720-0,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Engenharia Elétrica - Bacharelado, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir de 25 de novembro de 2019 até 24 de novembro de 2024, com carga horária de 3.825 (três mil, oitocentas e vinte e cinco) horas, 45 (quarenta e cinco) vagas, regime de matrícula seriado semestral, turno de funcionamento integral, período mínimo de integralização de 5 (cinco) e máximo de 10 (dez) anos, ofertado pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, com sede em Londrina, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78194/2019

DECRETO Nº 2368

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado com o art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 82/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná e o contido no protocolado nº 15.772.410-0,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Ciência da Computação - Bacharelado, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir de 13 de maio de 2019 até 12 de maio de 2024, com carga horária de 3.684 (três mil, seiscentas e oitenta e quatro) horas, 40 (quarenta) vagas anuais, regime de matrícula seriado anual, turno de funcionamento integral, período de integralização mínimo de 4 (quatro) e máximo de 7 (sete) anos, ofertado no Campus de Foz do Iguaçu pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, com sede em Cascavel, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78195/2019

DECRETO Nº 2369

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado com o art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 79/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná e o contido no protocolado nº 15.689.873-2,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Letras - Português e Respectivas Literaturas - Licenciatura, pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir de 10 de abril de 2019 até 09 de abril de 2023, com carga horária de 4.080 (quatro mil e oitenta) horas, 40 (quarenta) vagas anuais, regime de matrícula seriado anual, turno de funcionamento noturno, período mínimo de integralização de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos, ofertado no Campus de Paranaguá pela Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, com sede em Paranavaí, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78196/2019

DECRETO Nº 2370

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado com o art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 86/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná e o contido no protocolado nº 15.759.270-0,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Engenharia Química - Bacharelado, pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir de 12 de maio de 2019 até 11 de maio de 2023, com carga horária de 4.615 (quatro mil, seiscentas e quinze) horas, 40 (quarenta) vagas anuais, regime de matrícula seriado anual, turno de funcionamento integral, período de integralização mínimo de 5 (cinco) e máximo de 9 (nove) anos, ofertado no Campus de Toledo pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, com sede em Cascavel, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78197/2019

DECRETO Nº 2371

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado com o art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 60/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná e o contido no protocolado nº 15.509.739-6,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Ciências Contábeis - Bacharelado, pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir de 17 de abril de 2019 até 16 de abril de 2023, com carga horária de 3.152 (três mil, cento e cinquenta e duas) horas, 50 (cinquenta) vagas anuais, regime de matrícula seriado anual, turno de funcionamento noturno, período de integralização mínimo de 4 (quatro) e máximo de 7 (sete) anos, ofertado no Campus de Paranaguá pela Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, com sede em Paranavaí, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78199/2019

DECRETO Nº 2372

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado com o artigo 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 80/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná e o contido no protocolado nº 15.689.885-6,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento, pelo prazo de 04 (quatro) anos, a partir de 10 de abril de 2019 até 09 de abril de 2023, do Curso de Graduação em Letras - Inglês e Respectivas Literaturas - Licenciatura, com carga horária de 3.900 (três mil e novecentas) horas, 30 (trinta) vagas anuais, regime de matrícula seriado anual, turno de funcionamento noturno, período mínimo de integralização 04 (quatro) e máximo de 06 (seis) anos, ofertado no Campus de Paranaguá pela Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, com sede em Paranavaí, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78201/2019

DECRETO Nº 2373

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no Art. 10, inciso IV, combinado com o Art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 85/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná e o contido no protocolado nº 15.783.337-5,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura, pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir de 16 de dezembro de 2019 até 15 de dezembro de 2023, com carga horária de 3.200 (três mil e duzentas) horas, 60 (sessenta) vagas anuais, regime de matrícula semestral, turno de funcionamento noturno, período mínimo de integralização de 4 (quatro) e máximo de 8 (oito) anos, ofertado pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, com sede em Londrina, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78202/2019

DECRETO Nº 2374

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no artigo 10, inciso IV, combinado com o artigo 17 da Lei Federal nº 9.394,

de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 77/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná e o contido no protocolo n.º 15.923.609-9, com base nos protocolos 14.959.125-7 e 15.280.270-6,

DECRETA:

Art. 1.º Fica recredenciada, pelo prazo de 08 (oito) anos, a partir de 06 de dezembro de 2018 até 05 de dezembro de 2026, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR, com sede no Município de Paranavaí, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78203/2019**DECRETO Nº 2375**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no artigo 10, inciso IV, combinado com o artigo 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 81/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná e o contido no protocolo n.º 15.749.787-1,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento, pelo prazo de 04 (quatro) anos, a partir de 16 de abril de 2019 até 15 de abril de 2023, do Curso de Graduação em Educação Física - Bacharelado, com carga horária de 3.260 (três mil, duzentas e sessenta) horas, 40 (quarenta) vagas anuais, regime de matrícula seriado anual, turno de funcionamento matutino, período mínimo de integralização 04 (quatro) e máximo de 08 (oito) anos, ofertado no Campus de Marechal Cândido Rondon pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, com sede em Cascavel, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78204/2019**DECRETO Nº 2376**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado com o art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 73/18, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, e o contido no protocolo n.º 15.723.121-9,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Letras Português – Espanhol e Respectivas Literaturas – Licenciatura, modalidade Educação a Distância, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir de 15 de maio de 2019 até 14 de maio de 2024, com carga horária de 3.345 (três mil, trezentas e quarenta e cinco) horas, regime de matrícula semestral, turno de funcionamento integral, 400 (quatrocentas) vagas – em dependência da oferta dos polos, período de integralização mínimo de 8 (oito) e máximo de 12 (doze) semestres, ofertado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, mantida pelo Governo do Estado do Paraná, com sede em Ponta Grossa, nos polos de Apucarana, Arapongas, Assaí, Campo Largo, Goioerê, Guarapuava, Ipiranga, Lapa, Palmeira, Paranaguá, Pontal do Paraná, Prudentópolis, Rio Negro e São Mateus do Sul, podendo ocorrer em demais polos devidamente credenciados.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78206/2019**DECRETO Nº 2377**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado com o art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 69/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, e o contido no protocolo n.º 15.714.492-8,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Ciências Biológicas – Licenciatura, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir de 29 de setembro de 2019 até 28 de setembro de 2024, com carga horária de 3.000 (três mil) horas, 80 (oitenta) vagas anuais, sendo 40 (quarenta) para o vespertino e 40 (quarenta) para o noturno, regime de matrícula seriado anual, turnos de funcionamento vespertino e noturno, período de integralização mínimo de 4 (quatro) e máximo de 7 (sete) anos, ofertado no Campus de União da Vitória pela Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, com sede em Paranavaí, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78207/2019**DECRETO Nº 2378**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado com o art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 68/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, e o contido no protocolo n.º 15.675.535-4,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Ciências Contábeis – Bacharelado, pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir de 09 de junho de 2019 até 08 de junho de 2023, com carga horária de 3.000 (três mil) horas, 80 (oitenta) vagas, regime de matrícula seriado anual, turno de funcionamento noturno, período de integralização mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos, ofertado no Campus de Campo Mourão pela Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, com sede em Paranavaí, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78208/2019**DECRETO Nº 2379**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado com o art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 59/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná e o contido no protocolo n.º 15.681.370-2,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Serviço Social - Bacharelado, pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir de 23 de setembro de 2019 até 22 de setembro de 2023, com carga horária de 3.000 (três mil) horas, 80 (oitenta) vagas anuais, sendo 40 (quarenta) vagas para o turno matutino e 40 (quarenta) para o turno noturno, regime de matrícula seriado anual, turnos de funcionamento matutino e noturno, período mínimo de integralização de 4 (quatro) e máximo de 8 (oito) anos, ofertado pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, com sede em Londrina, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78210/2019**DECRETO Nº 2380**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado com o art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 67/19, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, e o contido no protocolo n.º 15.484.654-9,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Geografia – Bacharelado, pelo prazo de 3 (três) anos, a partir de 20 de novembro de 2018 até 19 de novembro de 2022, com carga horária de 3.220 (três mil duzentas e vinte) horas, 40 (quarenta) vagas anuais, regime de matrícula seriado anual, turno de funcionamento noturno, período de integralização mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos, ofertado no Campus de Campo Mourão, pela Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, com sede em Paranavaí.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78211/2019**DECRETO Nº 2381**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no protocolo n.º 14.250.696-3 e ainda,

considerando que o servidor ANDERSON DOMINGOS ALVES, RG nº 7.007.260-2, Professor do Quadro Próprio do Magistério, QPM LF03, do Núcleo Regional de Educação de Londrina, infringiu o disposto no art. 279, incisos III, V, VI, VII e XIV e no art. 285, incisos III e XV, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

considerando que o servidor foi submetido a regular procedimento administrativo, com observância dos princípios constitucionais, especialmente o da ampla defesa e do contraditório;

considerando o Relatório Final da Comissão Processante, que, cotejando as provas constantes do caderno processual, concluiu que restou comprovada a conduta imputada ao servidor investigado, recomendando pela aplicação da pena de demissão;

DECIDE:

Art. 1.º Demitir o servidor ANDERSON DOMINGOS ALVES, RG nº 7.007.260-2, do cargo de Professor do Quadro Próprio do Magistério, QPM LF03, do Núcleo Regional de Educação de Londrina, por infringir o disposto no art. 279, incisos III,

V, VI, VII e XIV e no art. 285, incisos III e XV, com fulcro no art. 293, inciso V, alínea “b”, todos da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198ª da Independência e 131ª da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

RENATO FEDER
Secretário de Estado da Educação e do Esporte

78212/2019

DECRETO Nº 2382

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no protocolado nº 15.504.067-0 e ainda, **considerando** que o servidor MAURÍCIO ZAWADZKI, RG nº 6.339.426-2, Professor do Quadro Próprio do Magistério, QPM LF-01 e LF-97, do Núcleo Regional de Educação de União da Vitória, infringiu o disposto no art. 279, inciso XIV, art. 285, inciso IV e art. 293, inciso V, alínea “c”, todos da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970; **considerando** que o servidor foi submetido a regular procedimento administrativo, com observância dos princípios constitucionais, especialmente o da ampla defesa e do contraditório; **considerando** o Relatório Final da Comissão Processante, que, cotejando as provas constantes do caderno processual, concluiu que restou comprovada a conduta imputada ao servidor investigado, recomendando pela aplicação da pena de demissão;

DECIDE:

Art. 1.º Demitir o servidor MAURÍCIO ZAWADZKI, RG nº 6.339.426-2, do cargo de Professor, LF01 e LF-97, do Quadro Próprio do Magistério, da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, por ter infringido o disposto no art. 279, inciso XIV e no art. 285, inciso IV, com fulcro no art. 293, inciso V, alínea “c”, todos da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198ª da Independência e 131ª da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

RENATO FEDER
Secretário de Estado da Educação e do Esporte

78348/2019

DECRETO Nº 2383

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, tendo em vista o contido no protocolo n.º 14.686.109-1 e ainda, **considerando** a Resolução n.º 938/2018-GS/SEED, que instaurou Processo Administrativo visando apurar a falta de requisito indispensável à efetivação no cargo, fato trazido pelo Grupo de Recursos Humanos Setorial da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, para apurar o descumprimento do item 2.2.2 do Edital nº 01/2003-GS/SEED, pela servidora NEIVA BEATRIZ NOZ, RG nº 7.596.222-3, decorrente da não apresentação de documento Indispensável para sua regular investidura no cargo; **considerando** que não ocorreu a decadência do direito de a Administração Pública estadual anular o ato de investidura da servidora, conforme exposto no Relatório n.º 959/2019-PCG/PGE/CC; **considerando** que a Comissão Processante oportunizou à servidora o exercício da ampla defesa e contraditório, que foram exercidos com o manejo de defesa prévia, com a produção de provas perante a comissão e com a apresentação das alegações finais; **considerando** o Relatório Final da Comissão Processante, que entendeu procedente a acusação, tendo em vista que a servidora descumpriu o item 2.2.2, do Edital nº 01/2003-GS/SEED, ao não apresentar o certificado de conclusão do Curso de Licenciatura Plena para a disciplina de inscrição (Matemática);

DECIDE:

Art. 1.º Declarar nulo o ato de investidura da servidora NEIVA BEATRIZ NOZ, RG nº 7.596.222-3, para o cargo de Professora do Quadro Próprio do Magistério, materializada no Decreto n.º 5.207, de 29 de junho de 2005, devido ao não atendimento da exigência contida no item 2.2.2 do Edital nº 01/2003-GS/SEED.
Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198ª da Independência e 131ª da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

RENATO FEDER
Secretário de Estado da Educação e do Esporte

78276/2019

DECRETO Nº 2384

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no protocolado nº 14.477.428-0 e anexos e ainda, **considerando** que o servidor LAÉRCIO MARCOS TOREZIN, RG nº 5.080.610-0, professor do Quadro Próprio do Magistério, QPM, LF-01, PNI 2-75, no Núcleo Regional de Educação de Paranaguá, infringiu o disposto no art. 279, incisos III, IV, V, VI e XVI e art. 285, incisos II, IV, V e XXI, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

considerando que o servidor foi submetido a regular procedimento administrativo, com observância dos princípios constitucionais, especialmente o da ampla defesa e do contraditório;
considerando o Relatório Final da Comissão Processante, que cotejando as provas constantes do caderno processual, concluiu que restou comprovada a conduta imputada ao servidor investigado, recomendando pela aplicação da pena de demissão;

DECIDE:

Art. 1.º Demitir o servidor LAÉRCIO MARCOS TOREZIN, RG nº 5.080.610-0, do cargo de professor do Quadro Próprio do Magistério, QPM, LF-01, PNI 2-75, por infringir o disposto no art. 279, incisos III, IV, V, VI e XVI e art. 285, incisos II, IV, V e XXI, com fulcro no art. 293, inciso V, alínea “c”, todos da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198ª da Independência e 131ª da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

RENATO FEDER
Secretário de Estado da Educação e do Esporte

78215/2019

DECRETO Nº 2385

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no protocolado nº 15.729.588-8 e ainda, **considerando** que o servidor AGOSTINHO CARLOS FERREIRA ANDRADE JUNIOR, RG nº 4.422.280-9, ocupante do cargo de Escrivão de Polícia, 3ª Classe, cometeu as transgressões tipificadas nos artigos 211, inciso III e 213, inciso LXI c/c art. 225, inciso II, estando sujeito às sanções previstas no art. 230, incisos II, XI e XII, todos da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 e suas alterações; **considerando** que foi comprovada a prática da conduta irregular do servidor; **considerando** que o servidor foi submetido a regular processo administrativo disciplinar, sendo respeitados os princípios constitucionais, especialmente o da ampla defesa e do contraditório;

DECIDE:

Art. 1.º Demitir, com fulcro no inciso I do art. 238 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, o servidor AGOSTINHO CARLOS FERREIRA ANDRADE JUNIOR, RG nº 4.422.280-9, ocupante do cargo de Escrivão de Polícia, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, por infringir os dispositivos supracitados da Lei Complementar nº 14, de 1982.
Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198ª da Independência e 131ª da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

ROMULO MARINHO SOARES
Secretário de Estado da Segurança Pública

78216/2019

DECRETO Nº 2386

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual e tendo em vista o contido no protocolado nº 15.904.538-2

DECRETA:

Art. 1.º Ficam nomeados para integrarem o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, como representantes do órgão do Estado responsável pela política da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior:
I – MARCOS AURÉLIO PELEGRINA, RG nº 6.493.028-PR, como conselheiro titular, em substituição a HERMÍNIA REGINA B. MARINHO, representante do órgão do Estado responsável pela política da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
II – JÚLIO CESAR MENDES DA PENHA, RG nº 5.856.347-1, como conselheiro suplente, em substituição a LUIS FELIPE CUNHA DOS SANTOS SILVA, representante do órgão do Estado responsável pela política da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; e
III – PRISCILA PACHECO DOS SANTOS, RG nº 10.309.510-7 como conselheira titular, em substituição MARIO HELIO GOMES DE LIMA, representante do órgão do Estado responsável pela política da Cultura.
Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198ª da Independência e 131ª da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

NEY LEPREVOST NETO
Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos

78217/2019

DECRETO Nº 2387

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, incisos V e VI da Constituição Estadual e tendo em vista o disposto no Decreto nº 1.797, de 03 de julho de 2015, bem como o contido no protocolado sob nº 15.875.686-2,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam nomeados, em mudança de titularidade e suplência de conselheiros, para integrar o Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas – CONESD, com mandato de 02 (dois) anos, a partir da data de publicação

deste Decreto, os seguintes representantes:

I – THIAGO AGUILAR MASSOLIN – RG nº 7.618.277-9 (Titular), representante da Federação Paranaense de Comunidades Terapêuticas Associadas - COMPACTA.
II – JOSIEL PEREIRA – RG 6.367.451-6 (Suplente), representante da Federação Paranaense de Comunidades Terapêuticas Associadas - COMPACTA.
 Art. 2.º Ficam dispensados todos os demais titulares e suplentes nomeados até 31 de dezembro de 2018 para comporem o CONESD.
 Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação.
 Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198ª da Independência e 131ª da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

ROMULO MARINHO SOARES
Secretário de Estado da Segurança Pública

78218/2019

DECRETO Nº 2388

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso V da Constituição Estadual, tendo em vista o contido no protocolado nº 15.929.041-7,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam nomeados para comporem o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso - CEDI/PR, os seguintes representantes, da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF:

I - Titular: FERNANDO FABIANO CASTELLANO JÚNIOR, RG nº 1.303.273-4, em substituição a MATHEUS M. DOS SANTOS;

II - Suplente: MANOEL TADEU BARCELOS, RG nº 1.769.753, em substituição a ADRIANA SANTOS DE OLIVEIRA.

III - Titular: MATHEUS M. DOS SANTOS, RG nº 10.320.196-9, em substituição a ÂNGELA MENDONÇA;

IV - Suplente: ADRIANA SANTOS DE OLIVEIRA, RG nº 6.614.510-7, em substituição a MARCELA EVANGELISTA;

V - Suplente: MARCELA EVANGELISTA, RG nº 1.776.684-4, em substituição a FERNANDA REGINA LOBO.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação
 Curitiba, em 14 de agosto 2019, 198ª da Independência e 131ª da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

NEY LEPREVOST NETO
Secretário de Estado da Justiça, Família Trabalho

78219/2019

DECRETO Nº 2389

Designação de membros titulares e suplentes para o Programa Estadual de Assistência e Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, tendo em vista o contido no protocolado nº 15.840.842-2,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam nomeados para integrar o Conselho Deliberativo do Programa Estadual de Assistência e Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA-PARANÁ, os seguintes representantes:

I – ANTÔNIO TADEU VENERI, RG nº 1.001.422-0, como conselheiro titular, representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

II – ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JUNIOR, RG nº 5.048.961-2, como conselheiro suplente, representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

III – LEONIR BATISTI, RG nº 785.906-6, como conselheiro titular, representante do Ministério Público do Estado do Paraná.

IV – VANI ATONIO BUENO, RG nº 676.209-3, como conselheiro suplente, representante do Ministério Público do Estado do Paraná.

V – FLAVIO AUGUSTO PALMA SETTI, RG nº 7.089.001-1, como conselheiro titular, representante da Superintendência Regional de Polícia Federal.

VI – JULIO RODOLFO KUMMER, RG nº 2.200.513-8, como conselheiro suplente, representante da Superintendência Regional de Polícia Federal.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
 Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198ª da Independência e 131ª da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

NEY LEPREVOST NETO
Secretário de Estado da Justiça, Família e Trabalho

78220/2019

DECRETO Nº 2390

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, tendo em vista o contido no Protocolado nº 15.873.285-8,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam designados para compor o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua – CIAMP-RUA/PR, os seguintes representantes:

I – LEONILDO JOSÉ MONTEIRO FILHO, RG nº 10.492.249-0, como Conselheiro Titular, representante do Conselho Movimento Nacional da População de Rua – PR;

II – CARLOS HUMBERTO DOS SANTOS, RG nº 5.968.641-0, como Conselheiro Suplente, representante do Conselho Movimento Nacional da População de Rua – PR;

III – LEANDRO MADUREIRA CAVALI, RG nº 2.089.930-1, como Conselheiro Titular, representante da Pastoral do Povo de Rua;

IV – ANTONIA MARIA MOCHI, RG nº 3.927.547-3, como Conselheira Suplente, representante da Pastoral do Povo de Rua.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
 Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198ª da Independência e 131ª da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

NEY LEPREVOST NETO
Secretário de Estado da Justiça, Família Trabalho

78221/2019

DECRETO Nº 2391

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, tendo em vista o contido no protocolado nº 15.904.698-2,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam nomeados para integrarem o Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR, como representantes da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho, a partir do 16 de julho de 2019:

Titular: TADEU ATILA MENDES, RG nº 1.980.673-1, em substituição a FERNANDO FABIANO CASTELLANO JÚNIOR;

Suplente: MARCELA DIVAIR MARTINS EVANGELISTA, RG nº 1.776.684-4, em substituição a PRICILA M. DE SOUZA;

Titular: CARMEN CRISTINA PEREIRA SILVA ZADRA, RG nº 3.285.962-3, em substituição a CARLOS RICARDO BOSTELMANN;

Suplente: MAGALI SOCHER LUIZ, RG nº 6.590.932-0, em substituição a MARCELA DIVAIR EVANGELISTA;

Titular: RENATA MAREZIUZEK DOS SANTOS, RG nº 7.969.646-3, em substituição a MANOEL TADEU BARCELOS;

Suplente: LOUISE RANCONI DE NAZARENO, RG: 6.679.250-1, em substituição a ROSELY LEMOS SCHINEMANN.

Titular: JULIANY DOS SANTOS, RG nº 7.761.719-1, em substituição a EDISON LUIZ DE CAMARGO;

Suplente: SAMANTA KREVORUCZKA, RG nº 6.847.662-3, em substituição a JULIANY DOS SANTOS.

Suplente: TICYANA PAULA BEGNINI, RG nº 6.180.666-0, em substituição a ADRIANA SANTOS DE OLIVEIRA.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
 Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198ª da Independência e 131ª da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

NEY LEPREVOST NETO
Secretário de Estado da Justiça, Família Trabalho

78222/2019

DECRETO Nº 2392

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 15.937.991-4,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam nomeados, de acordo com o art. 24, incisos III, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 e designados, de acordo com o art. 4º da Lei nº 17.744, de 30 de outubro de 2013, para exercerem cargo em comissão e funções de gestão pública, da Secretaria de Estado da Saúde, a partir de 1º de agosto de 2019:

JOSÉ RICARDO DEMÁRIO, RG nº 1.588.983-3, Chefe de Divisão – Símbolo 1-C;

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA, RG nº 8.407.040-8, Chefe de Seção de Regional de Saúde – Símbolo 5-C;

RENATA ARAUJO DIETRICH BAITALA, RG nº 6.795.899-3, Chefe de Seção de Regional de Saúde – Símbolo FG-14;

CLARILENE CLARA DOS SANTOS, RG nº 7.558.118-1, Chefe de Seção de Regional de Saúde – Símbolo FG-14;

DAYANE CRISTINA CORREA DOS SANTOS, RG nº 8.660.150-8, Chefe de Seção de Regional de Saúde – Símbolo 5-C;

GISELE MUNHOZ, RG nº 9.474.980-8, Chefe de Seção de Regional de Saúde – Símbolo 5-C; e

JACKELINE ANNES SILVERIO, RG nº 4.437.797-7, Chefe de Seção de Regional de Saúde – Símbolo 5-C.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
 Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198ª da Independência e 131ª da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

BETO PRETO
Secretário de Estado da Saúde

78275/2019

DECRETO Nº 2393

Dispõe sobre classificação, designação e dispensa de funções de Oficiais Superiores da PMPR.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 16 da Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954 (Código da Polícia Militar do Paraná) alterado pela Lei nº 14.806, de 20 de julho de 2005 e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 15.665.769-7,

DECRETA:

Art. 1.º Fica designado o Ten.-Cel. QOPM VALDIR TEDESCHI, RG nº 4.444.342-2, a partir de 4 de junho de 2018, para desempenhar encargos junto ao 4º CRPM/Sede, Ponta Grossa, PR, passando-o a condição de adido a Diretoria de Pessoal da PMPR, ficando, em consequência, dispensado da função de Chefe da 3ª Seção do Estado-Maior da PMPR, Curitiba, PR.

Art. 2.º Fica designado o Ten.-Cel. QOPM LUIZ ROBERTO COSTA, RG nº 4.242.208-8, a partir de 25 de junho de 2018, para responder pela função de Comandante do 2º CRPM/Sede, Londrina, PR, ficando, em consequência, dispensado da função de Comandante do 18º BPM/2º CRPM, Cornélio Procopio, PR.

Art. 3.º Fica designado o Ten.-Cel. QOPM CARLOS EDUARDO RODRIGUES ASSUNÇÃO, RG nº 4.554.586-5, a partir de 11 de junho de 2018, para desempenhar encargos junto à Seção de Suprimento e Comunicação - DAL/1, da Diretoria de Apoio Logístico da PMPR, Curitiba, PR, cumulativamente com os encargos junto ao Gabinete de Relações Institucionais - GRI, deixando, em consequência, a condição de adido ao Gabinete do Comandante-Geral da PMPR, Curitiba, PR.

Art. 4.º Fica designado o Ten.-Cel. QOBM ADRIANO MARCELO NOVOCHADLO, RG nº 5.108.619-8, a partir de 25 de junho de 2018, para desempenhar encargos junto ao Gabinete da Diretoria Geral da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná - FUNESP/PR, permanecendo na condição de adido ao CCB/Sede, Curitiba, PR.

Art. 5.º Fica classificado o Cel. QOBM EDEMILSON DE BARROS, RG nº 3.448.137-7, a partir de 25 de junho de 2018, na função de Chefe do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros, função que fora designado a responder no Posto de Ten.-Cel. QOBM.

Art. 6.º Fica classificado o Ten.-Cel. QOBM SÉRGIO APARECIDO LOPES, RG nº 3.474.826-8, a partir de 12 de junho de 2018, na função de Comandante do 5º GB/CCB, Maringá, PR, ficando, em consequência, dispensado da função de respondente pelo Comando da referida OBM.

Art. 7.º Fica classificado o Ten.-Cel. QOPM CARLOS ALBERTO RODRIGUES ASSUNÇÃO, RG nº 4.929.097-7, a partir de 6 de julho de 2018, na função de Comandante do 13º BPM/1º CRPM, Curitiba, PR, ficando, em consequência, dispensado da função de Chefe da Seção Técnica DEP/1, da Diretoria de Ensino e Pesquisa da PMPR.

Art. 8.º Fica classificado o Ten.-Cel. QOPM DANIEL NEUMANN, RG nº 4.294.685-0, a partir de 4 de junho de 2018, na função de Chefe da 3ª Seção do Estado-Maior da PMPR, Curitiba, PR, deixando, em consequência, a condição de adido ao Estado Maior da PMPR, Curitiba, PR.

Art. 9.º Fica classificado o Ten.-Cel. QOPM MARIO HENRIQUE DO CARMO, RG nº 3.926.843-4, a partir de 17 de julho de 2018, na função de Comandante do 20º BPM/1º CRPM, Curitiba, PR, função que fora designado a responder no posto de Maj. QOPM.

Art. 10. Fica dispensado o Ten.-Cel. EDMAURO DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO, RG nº 4.429.003-0, a partir de 8 de junho de 2018, da função de Comandante do 1º BPM/4º CRPM, Ponta Grossa, PR, passando-o a condição de adido ao 4º CRPM/Sede, Ponta Grossa, PR.

Art. 11. Fica dispensado o Ten.-Cel. QOPM NELSON BAY, RG nº 4.633.671-2, a partir de 11 de junho de 2018, dos encargos desempenhados junto à Seção de Suprimento e Comunicação - DAL/1, da Diretoria de Apoio Logístico da PMPR, Curitiba, PR, permanecendo na condição de adido à referida Diretoria.

Art. 12. Fica dispensado o Cel. QOPM LANES RANDAL PRATES MARQUES, RG nº 1.971.964-2, a partir de 20 de junho de 2018, da função de Comandante do 2º CRPM/Sede, Londrina, PR, passando-o a condição de adido à Diretoria de Pessoal da PMPR, Curitiba, PR, ficando, por solicitação do Diretor do Departamento Penitenciário, à disposição do referido órgão.

Art. 13. Fica classificado o Ten.-Cel. QOPM LEONEL JOSÉ BESERRA, RG nº 3.576.567-0, a partir de 8 de junho de 2018, na função de Comandante do 1º BPM/4º CRPM, Ponta Grossa, PR, ficando, em consequência, dispensado da função de Chefe da 2ª Seção/Operações/EM do 1º CRPM/Sede, Curitiba, PR.

Art. 14. Fica dispensado o Ten.-Cel. QOPM BRUNO SOARES DA SILVA, RG nº 3.961.603-3, a partir de 6 de julho de 2018, da função de Comandante do 13º BPM/1º CRPM, Curitiba, PR, passando-o à condição de adido à Diretoria de Pessoal da PMPR, Curitiba, PR.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

ROMULO MARINHO SOARES
Secretário de Estado da Segurança Pública

78224/2019

DECRETO Nº 2394

Autoriza a isenção do ICMS nas saídas do sanduíche “Big Mac” realizadas pelas lojas próprias e franqueadas integrantes da Rede McDonald’s que participarem do evento denominado “McDia Feliz”.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, e considerando o disposto nos Convênios ICMS 106/2010 e 49/2017, bem como o contido no protocolado sob nº 15.951.988-0,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam isentas do ICMS as saídas do sanduíche “Big Mac” realizadas pelas lojas próprias e franqueadas integrantes da Rede McDonald’s que participarem do evento denominado “McDia Feliz”, a ser realizado no dia 24 de agosto de 2019, condicionado o benefício à comprovação, pelos participantes do evento, da doação integral da renda proveniente das vendas do referido sanduíche, após dedução de outros tributos, às seguintes entidades assistenciais sem fins lucrativos (Convênios ICMS 106/2010 e 49/2017):

I - Liga Paranaense de Combate ao Câncer - Hospital Erasto Gaertner, CNPJ n. 76.591.049/0001-28;

II - Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia, CNPJ n. 78.145.372/0001-01;

III - Rede Feminina de Combate ao Câncer - Regional de Maringá, CNPJ n. 76.718.592/0001-43;

IV - Organização Viver, CNPJ n. 04.565.017/0001-47;

V - União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer - UOPECCAN, CNPJ n. 81.270.548/0001-53.

Parágrafo único. Os contribuintes participantes devem manter pelo prazo decadal os comprovantes da doação do total da receita líquida auferida com as vendas do sanduíche “Big Mac”, isentas do ICMS, devendo ser apresentados à Receita Estadual do Paraná quando solicitados.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR
Secretário de Estado da Fazenda

78225/2019

DECRETO Nº 2395

Inserir o inciso VIII ao art. 1.º do o
Decreto nº 4.189, de 25 de maio de 2016.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere os incisos V, VI, XVIII e § único, todos do art. 87 da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 1.º Inserir o inciso VIII ao art. 1.º do Decreto nº 4.189, de 25 de maio de 2016, com a seguinte redação:

“VIII - Contrato de Programa para prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgoto sanitário de que trata o art. 36A da Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002.”.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

78226/2019

DECRETO Nº 2396

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam nomeados, de acordo com o art. 24, inciso III, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, para exercerem em comissão, os cargos a seguir relacionados, da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho:

MARLETE APARECIDA GENEROSO, RG nº 6.764.552-9, Assessor Técnico – Símbolo DAS-5;

CAMILA GUIMARÃES DOS SANTOS, RG nº 8.097.749-2, Chefe de Divisão – Símbolo DAS-5; e

JOSNEI GOMES DA SILVA, RG nº 9.137.768-3, Assistente – Símbolo 2-C.

Art. 2.º Ficam exonerados dos cargos, em comissão, a seguir relacionados, da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho:

TIMOTEO CAMPOS, RG nº 4.945.448-1, Chefe de Divisão – Símbolo DAS-5;

MESSIAS DA SILVA, RG nº 3.632.395-7, Assistente – Símbolo 2-C.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

NEY LEPREVOST NETO
Secretário de Estado da Justiça, Família Trabalho

78227/2019

DECRETO Nº 2397

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam nomeados, de acordo com o art. 24, inciso III, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, para exercerem, em comissão cargos do Instituto Paranaense

se de Ciência do Esporte – IPCE, a partir de 01 de agosto de 2019;
NEY HONÓRIO DO SANTOS, RG nº 8.377.507, Assessor Técnico – Símbolo DAS-2, ficando exonerado PEDRO IRANDY DISSENHA, RG nº 933.257-0; e
CLESIO DE MARINS PRADO, RG nº 4.589.063-5, Assessor Técnico – Símbolo DAS-3, ficando exonerado VALDECI MENGARDO LIZART, RG nº 5.801.622-5.
Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

RENATO FEDER
Secretário de Estado da Educação e do Esporte

78229/2019

DECRETO Nº 2398

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item V, da Constituição Estadual, e da autorização contida no § 6º, do artigo 4º, da Lei Estadual nº 19.766, de 17 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica efetuada uma transposição no Orçamento Fiscal do Estado, no valor de R\$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais), de acordo com os Anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR
Secretário de Estado da Fazenda

78698/2019

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO I N° controle: 19001262
DE DESPESA ANEXO AO DECRETO Nº 2398

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
27	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA						
02700	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA						
2702	DIRETORIA GERAL						
4041	GESTÃO DOS SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E DE RECURSOS HUMANOS	33901400	100	01	L	30.000,00	19001461
		33903000	100	01	L	130.000,00	19001461
		33903900	100	01	L	55.000,00	19001461
		44905200	100	01	L	70.000,00	19001461
				TOTAL		285.000,00	
				TOTAL		285.000,00	

CANCELAMENTO ANEXO II N° controle: 19001262
DE DESPESA ANEXO AO DECRETO Nº 2398

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
27	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA						
02700	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA						
2702	DIRETORIA GERAL						
4044	GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO, FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DO ESTADO	33901800	100	01	L	100.000,00	19001461
		33903000	100	01	L	50.000,00	19001461
		33903600	100	01	L	100.000,00	19001461
		33903900	100	01	L	35.000,00	19001461
				TOTAL		285.000,00	
				TOTAL		285.000,00	

78336/2019

DECRETO Nº 2399

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item V, da Constituição Estadual, e da autorização contida no § 6º, do artigo 4º, da Lei Estadual nº 19.766, de 17 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica efetuada uma transferência no Orçamento Fiscal do Estado, no valor de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), de acordo com os Anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR
Secretário de Estado da Fazenda

78700/2019

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO I N° controle: 19001274
DE DESPESA ANEXO AO DECRETO Nº 2399

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
57	SECRETARIA DE ESTADO DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL						

05760	FUNDO ESTADUAL PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA	FIA					
5760	FUNDO ESTADUAL PARA A INFANCIAE ADOLESCÊNCIA - FIA						
4417	GARANTIA E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		44504200	150	01	L	1.800.000,00
						TOTAL	1.800.000,00
						TOTAL	1.800.000,00

CANCELAMENTO	ANEXO II	Nº controle:	19001274
DE DESPESA	ANEXO AO DECRETO Nº 2399		

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
57	SECRETARIA DE ESTADO DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
05760	FUNDO ESTADUAL PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA	FIA					
5760	FUNDO ESTADUAL PARA A INFANCIAE ADOLESCÊNCIA - FIA						
4417	GARANTIA E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		33504100	150	01	L	1.800.000,00
						TOTAL	1.800.000,00
						TOTAL	1.800.000,00

78337/2019

DECRETO Nº 2400

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item V, da Constituição Estadual, e da autorização contida no § 6º, do artigo 4º, da Lei Estadual nº 19.766, de 17 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica efetuada uma transferência no Orçamento Fiscal do Estado, no valor de R\$ 586.892,00 (quinhentos e oitenta e seis mil, oitocentos e noventa e dois reais), de acordo com os Anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR
Secretário de Estado da Fazenda

78701/2019

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I				Nº controle: 19001190	
DE DESPESA		ANEXO AO DECRETO Nº 2400					
Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
57	SECRETARIA DE ESTADO DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
05760	FUNDO ESTADUAL PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA FIA						
5760	FUNDO ESTADUAL PARA A INFANCIAE ADOLESCÊNCIA - FIA						
4417	GARANTIA E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	44414200	150	01	L	290.000,00	19001370
		44504200	150	01	L	296.892,00	19001370
						TOTAL	586.892,00
						TOTAL	586.892,00

CANCELAMENTO	ANEXO II	Nº controle:	19001190
DE DESPESA	ANEXO AO DECRETO Nº 2400		

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
57	SECRETARIA DE ESTADO DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
05760	FUNDO ESTADUAL PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA	FIA					
5760	FUNDO ESTADUAL PARA A INFANCIAE ADOLESCÊNCIA - FIA						
4417	GARANTIA E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		33504100	150	01	L	586.892,00
						TOTAL	586.892,00
						TOTAL	586.892,00

78339/2019

DECRETO Nº 2401

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item V, da Constituição Estadual, e da autorização contida no inciso VII, § 1º, do artigo 4º, da Lei Estadual nº 19.766, de 17 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), de acordo com o Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior igual importância, proveniente do excesso de arrecadação da fonte 100 - Ordinário Não Vinculado.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo anterior, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II deste Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR
Secretário de Estado da Fazenda

78702/2019

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

Nº controle: 19001194

DE DESPESA

ANEXO AO DECRETO Nº 2401

Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
77	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA						
07700	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA						
7701	GABINETE DO SECRETARIO						
3517	INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL NA FERROESTE	45906500	100	01	L	2.000.000,00	19001374
TOTAL						2.000.000,00	
TOTAL						2.000.000,00	

ACRÉSCIMO

ANEXO II

Nº controle: 19001194

DA RECEITA CENTRALIZADA

ANEXO AO DECRETO Nº 2401

Cod.	Especificação	Fonte	Grupo Fonte	Valor	N. do Processo
99	COORDENACAO DO TESOIRO ESTADUAL				
09900	COORDENACAO DO TESOIRO ESTADUAL				
9900	COORDENACAO DO TESOIRO ESTADUAL				
1118021101 01 01	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Principal - Parcela Estadual	100	01	2.500.000,00	19001374
1118021101 02 10	Imposto do ICMS Principal - Parcela Estadual - FUNDEB	100	01	500.000,00	19001374
TOTAL				2.000.000,00	
TOTAL				2.000.000,00	

78340/2019

DECRETO Nº 2402

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeada, de acordo com o art. 24, inciso III, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, EVELIN PROCOPIO DE QUEIROZ MATEOS, RG nº 7.104.189-1, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor Técnico – Símbolo DAS-2, da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho, ficando exonerada MARISE DE JESUS DO PRADO SILVA, RG nº 4.282.348-1.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

NEY LEPREVOST NETO
Secretário de Estado da Justiça, Família Trabalho

78242/2019

DECRETO Nº 2403

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1.º Fica designada, de acordo com o art. 4º da Lei nº 17.744, de 30 de outubro de 2013, ADRIANA KAMPA, RG nº 6.083.243-9, para exercer a função de Gestão Pública de Assistente de Área – Símbolo FG-10, da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, ficando exonerada KATYA APARECIDA DE CARVALHO PRUST, RG nº 2.025.833-0.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

RENATO FEDER
Secretário de Estado da Educação e do Esporte

78245/2019

DECRETO Nº 2404

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o trânsito em julgado nos autos nº 38022-82.2018.8.16.0000, da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, bem como o contido no protocolo nº 15.876.404-0,

DECRETA:

Art. 1.º Torna definitiva a nomeação sub judice formalizada pelo Decreto nº 2.027, de 10 de Julho de 2019, de RAFAEL BRAZ DA SILVA, RG nº 8.310.362-0/PR, no cargo de Professor da Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná,

na classe de Professor Adjunto, da Universidade Estadual de Londrina – UEL.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

REINHOLD STEPHANES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

78246/2019

DECRETO Nº 2405

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e ainda, em cumprimento à decisão judicial contida nos autos de nº 0002994-19.2019.8.16.0000, da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, consubstanciada no protocolo nº 15.869.716-5,

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeado, em virtude de habilitação em Concurso Público, de acordo com o art. 24, inciso II, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 e Leis no. 11.713, de 07 de maio de 1997, 14.269, de 22 de dezembro de 2003 e 14.825, de 12 de setembro de 2005, MARCELO LUIS HOSTINS, RG Nº 5.053.652-1/PR, para ocupar o cargo de Agente Universitário de Nível Médio, na função de Motorista, Regime de Trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2.º A nomeação destina-se ao suprimento de vagas de Agente Universitário da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, e se dá em caráter provisório, condicionada sua definitividade ao trânsito em julgado do processo referido no preâmbulo.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

REINHOLD STEPHANES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

78247/2019

DECRETO Nº 2406

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos nº 0002285-5.2008.8.16.0004, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, consubstanciada no protocolo nº 15.762.124-6,

DECRETA:

Art. 1.º Fica promovido ao Posto de 1º Tenente QOA e respectivamente ao Posto de Capitão QOA, o 2º Tenente QOA LUIS CESAR RIBEIRO DA ROSA, RG 3.456.347-0, nos seguintes termos:

I - ao Posto de 1º Tenente QOA, a contar de 22 de dezembro de 2006;

II - ao Posto de Capitão QOA, a contar de 22 de dezembro de 2008.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

ROMULO MARINHO SOARES
Secretário de Estado da Segurança Pública

78248/2019

DECRETO Nº 2407

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos nº 0002285-55.2008.8.16.0004, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, consubstanciada no protocolo nº 15.762.124-6,

DECRETA:

Art. 1.º Fica promovido ao Posto de 1º Tenente QOA e respectivamente ao Posto de Capitão QOA, o 2º Tenente QOA FERNANDO CEZAR DA MAIA, RG 3.131.635-9, nos seguintes termos:

I - ao Posto de 1º Tenente QOA, a contar de 9 de dezembro de 2007; e,

II - ao Posto de Capitão QOA, a contar de 9 de dezembro de 2009.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

ROMULO MARINHO SOARES
Secretário de Estado da Segurança Pública

78249/2019

DECRETO Nº 2408

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista a decisão proferida nos Autos nº 0026505-80.2018.8.16.0000, da 5ª Câmara Cível do TJPR, consubstanciada no protocolo nº 15.635.513-5,

DECRETA:

Art. 1.º Torna definitiva nomeação formalizada em caráter provisório pelo Decreto nº 982, de 4 de abril de 2019, de ELAINE ANHAIA, RG nº 7.315.125-2/PR, no cargo de Agente de Execução, na função Técnico de Enfermagem, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, com lotação no Município de Francisco Beltrão.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

REINHOLD STEPHANES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

78250/2019

DECRETO Nº 2409

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e ainda, em cumprimento à decisão judicial contida nos autos de nº 0001678-48.2018.8.16.0018, do 4º Juizado Especial da Fazenda Pública de Maringá, consubstanciada no protocolo nº 15.896.625-5,

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeada, em virtude de habilitação em Concurso Público, de acordo com o art. 24, inciso II, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 e Leis no. 11.713, de 07 de maio de 1997, 14.269, de 22 de dezembro de 2003 e 14.825, de 12 de setembro de 2005, IVONE PINGOELLO, RG nº 4.018.214-4, para ocupar o cargo de Professor de Ensino Superior, na classe de Professor Adjunto, Regime de Trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2.º A nomeação destina-se ao suprimento de vagas de Professor de Ensino Superior da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, e se dá em caráter definitivo, conforme determinação judicial transitada em julgado.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

REINHOLD STEPHANES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

78251/2019

DECRETO Nº 2410

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, em cumprimento à decisão proferida nos autos nº 0000234-45.2019.8.16.0179, da 5ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, consubstanciada no protocolo nº 15.670.671-0,

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeada, em virtude de habilitação em concurso público, de acordo com o art. 24, inciso II, da Lei nº 6.174, de 16 de Novembro de 1970, ROSELI COSTA CORREIA, RG nº 5.284.120-8, no cargo de Promotor de Saúde Execu-

ção, função Técnico de Enfermagem, do Quadro Próprio dos Servidores da Saúde – QPSS, no Município de Paranaguá.

Art. 2.º A presente nomeação se dá em caráter provisório, condicionada sua definitividade ao trânsito em julgado do processo referido no preâmbulo.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

REINHOLD STEPHANES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

78252/2019

DECRETO Nº 2411

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista a decisão proferida nos autos nº 0002529-80.2018.8.16.0182, do 4º Juizado Especial da Fazenda Pública de Curitiba, bem como o contido no protocolado nº 15.848.217-7,

DECRETA:

Art. 1.º Torna definitiva a nomeação provisória de LUIZ ANTONIO CARNEIRO GEMIN, RG nº 5.362.207-0, formalizada pelo Decreto nº 8863, de 27 de fevereiro de 2018, retificado pelo Decreto nº 9396, de 25 de abril de 2018, no cargo de Agente de Apoio, função de Auxiliar de Manutenção Geral, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, no Município da Lapa.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

REINHOLD STEPHANES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

78253/2019

DECRETO Nº 2412

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e ainda, em cumprimento à decisão judicial contida nos autos de nº 0013396-05.2019.8.16.0019, do 2º Juizado Especial da Fazenda Pública de Ponta Grossa, conforme consubstanciada no protocolado nº 15.885.364-7,

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeada, em virtude de habilitação em Concurso Público, de acordo com o art. 24, inciso II, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 e Leis nºs 11.713, de 07 de maio de 1997, 14.269, de 22 de dezembro de 2003 e 14.825, de 12 de setembro de 2005, LUMA DE OLIVEIRA, RG nº 14.421.869-8, para exercer o cargo de Professor de Ensino Superior, na classe de Professor Adjunto, Regime de Trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2.º A nomeação destina-se ao suprimento de vagas de Professor de Ensino Superior da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, e se dá em caráter provisório, condicionada sua definitividade ao trânsito em julgado do processo referido no preâmbulo.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

REINHOLD STEPHANES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

78254/2019

DECRETO Nº 2413

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista a decisão proferida nos Autos nº 0046589-05.2018.8.16.0000, da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, bem como o contido nos protocolos nºs 15.863.109-1 e 15.866.734-4,

DECRETA

Art. 1.º Fica nomeado, em virtude de habilitação em Concurso Público, de acordo com o art. 24, inciso II, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, MANASSÉS DOS SANTOS PADILHA, RG nº 19384882/MT, para exercer o cargo de Fiscal de Defesa Agropecuária, na função de Médico Veterinário, do Quadro da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR.

Art. 2.º A nomeação se dá em caráter provisório, condicionada sua definitividade ao trânsito em julgado do processo referido no preâmbulo.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

REINHOLD STEPHANES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

78255/2019

DECRETO Nº 2414

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

e ainda, em cumprimento à decisão judicial contida nos autos de nº 0017143-20.2019.8.16.0000, da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, consubstanciada no protocolo nº 15.835.279-6,

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeado, em virtude de habilitação em Concurso Público, de acordo com o art. 24, inciso II, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 e Leis nº 11.713, de 07 de maio de 1997, 14.269, de 22 de dezembro de 2003 e 14.825, de 12 de setembro de 2005, RODRIGO CORREA GONTIJO, RG nº 17.937.105-8/SP, para ocupar o cargo de Professor de Ensino Superior, na classe de Professor Assistente, Regime de Trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2.º A nomeação destina-se ao suprimento de vagas de Professor de Ensino Superior da Universidade Estadual de Maringá - UEM, e se dá em caráter provisório, condicionada sua definitividade ao trânsito em julgado do processo referido no preâmbulo.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

REINHOLD STEPHANES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

78256/2019**DECRETO Nº 2415**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e ainda, em cumprimento à decisão judicial contida nos autos de nº 0039327-04.2018.8.16.0000, da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, consubstanciada no protocolado nº 15.888.957-9,

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeado, em virtude de habilitação em Concurso Público, de acordo com o art. 24, inciso II, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 e Leis nº 11.713, de 07 de maio de 1997, 14.269, de 22 de dezembro de 2003 e 14.825, de 12 de setembro de 2005, OSVALDO PEZOTI JUNIOR, RG nº 9.350.651-0/PR, para ocupar o cargo de Agente Universitário de Nível Superior, na função de Químico, Regime de Trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2.º A nomeação destina-se ao suprimento de vagas de Agente Universitário da Universidade Estadual de Maringá - UEM, e se dá em caráter provisório, condicionada sua definitividade ao trânsito em julgado do processo referido no preâmbulo.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

REINHOLD STEPHANES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

78257/2019**DECRETO Nº 2416**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista a decisão transitada em julgado nos autos nº 0004626-80.2018.8.16.9000, da 4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, bem como o contido no protocolado nº 15.541.941-5,

DECRETA

Art. 1.º Torna definitiva a nomeação sub judice formalizada pelo Decreto nº 521, de 15 de fevereiro de 2019, de WILLIAM COSMO LEMOS, RG nº 8.342.098-7/PR, no cargo de Agente Universitário de Nível Médio, da Carreira Técnica Universitária do Paraná, na função de Técnico em Edificações, da Universidade Estadual de Londrina - UEL.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

REINHOLD STEPHANES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

78258/2019**DECRETO Nº 2417**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e ainda, em cumprimento à decisão judicial contida nos autos de nº 0041634-83.2018.8.16.0014, da 4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - TJPR, conforme consubstanciada no protocolo nº 15.901.123-2,

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeado, em virtude de habilitação em Concurso Público, de acordo com o art. 24, inciso II, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 e Leis nº 11.713, de 07 de maio de 1997, 14.269, de 22 de dezembro de 2003 e 14.825, de 12 de setembro de 2005, EDUARDO RODRIGO BIER, RG nº 87643352/PR, para ocupar o cargo de Agente Universitário de Nível Superior, na função de Engenheiro Civil, Regime de Trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2.º A nomeação destina-se ao suprimento de vagas de Agente Universitário

da Universidade Estadual de Londrina - UEL, e se dá em caráter provisório, condicionada sua definitividade ao trânsito em julgado do processo referido no preâmbulo.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

REINHOLD STEPHANES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

78259/2019**DECRETO Nº 2418**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o trânsito em julgado nos autos nº 0047398-05.2012.8.16.0000, do Tribunal de Justiça do Paraná, conforme consubstanciado no protocolado sob nº 15.907.797-7,

DECRETA:

Art. 1.º Torna definitiva a reintegração provisória formalizada pelo Decreto nº 8.715, de 30 de janeiro de 2015, de ALCEBIADES MARCELO CAVALLI FILHO RG nº 5.615.594-5, no cargo de Investigador de Polícia, 5ª Classe, do Quadro Próprio da Polícia Civil - QPPC, da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

ROMULO MARINHO SOARES
Secretário de Estado da Segurança Pública

78260/2019**DECRETO Nº 2419**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista a decisão transitada em julgado nos autos nº 0001555-04.2018.8.16.0098, do Juizado Especial da Fazenda Pública de Jacarezinho, bem como o contido no protocolado nº 15.791.362-0,

DECRETA:

Art. 1.º Torna definitiva a nomeação sub judice formalizada pelo Decreto nº 10.626, de 31 de Julho de 2018, de JOSÉ ANTONIO MARCELINO, RG nº 4.924.276/PR, no cargo de Professor da Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná, na classe de Professor Assistente, da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

REINHOLD STEPHANES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

78261/2019**DECRETO Nº 2420**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e ainda, em cumprimento à decisão judicial contida nos autos de nº 0051360-26.2018.8.16.0000, da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme consubstanciada no protocolado nº 15.901.075-9,

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeado, em virtude de habilitação em Concurso Público, de acordo com o art. 24, inciso II, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 e Leis nº 11.713, de 07 de maio de 1997, 14.269, de 22 de dezembro de 2003 e 14.825, de 12 de setembro de 2005, WAGNER BATISTA MIGUEL, RG nº 56877568/PR, para ocupar o cargo de Agente Universitário de Nível Médio, na função de Técnico de manutenção/marcenaria, Regime de Trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2.º A nomeação destina-se ao suprimento de vagas de Agente Universitário da Universidade Estadual de Londrina - UEL, e se dá em caráter provisório, condicionada sua definitividade ao trânsito em julgado do processo referido no preâmbulo.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

REINHOLD STEPHANES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

78262/2019**DECRETO Nº 2421**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e ainda, em cumprimento à decisão judicial contida nos autos de nº 0002810-63.2019.8.16.0000, da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, conforme consubstanciada no protocolado nº 15.691.571-8,

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeado, em virtude de habilitação em Concurso Público, de acordo com o art. 24, inciso II, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 e Leis nº 11.713, de 07 de maio de 1997, 14.269, de 22 de dezembro de 2003 e 14.825, de 12 de setembro de 2005, WAGNER WILLIAN DA SILVA, RG nº 6.113.839-0, para exercer o cargo de Agente Universitário Operacional na função de Auxiliar Operacional (Serviço de Limpeza), Regime de Trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2.º A nomeação destina-se ao suprimento de vagas de Agente Universitário da Universidade Estadual de Maringá - UEM, e se dá em caráter provisório, condicionada sua definitividade ao trânsito em julgado do processo referido no preâmbulo.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

REINHOLD STEPHANES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

78263/2019

DECRETO Nº 2422

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o trânsito em julgado nos autos nº 0005197- 5.2008.8.16.0004, da 2ª Vara da Fazenda Pública da Região Metropolitana de Curitiba, bem como o contido no protocolo nº 15.902.229-3,

DECRETA:

Art. 1.º Torna definitiva a nomeação provisória do servidor ALEXANDRO CAETANO ALVES, RG nº 7.782.700-5/PR, Inscrição nº 31.799-3, formalizada pelo Decreto nº 2450, de 31 de agosto de 2011, Anexo II, para exercer o cargo de Agente Penitenciário, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

REINHOLD STEPHANES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

78264/2019

DECRETO Nº 2423

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e ainda, em cumprimento à decisão judicial contida nos autos de nº 0001707-98.2018.8.16.0018, do 3º Juizado Especial da Fazenda Pública de Maringá, consubstanciada no protocolo nº 15.885.258-6,

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeado, em virtude de habilitação em Concurso Público, de acordo com o art. 24, inciso II, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 e Leis nº 11.713, de 07 de maio de 1997, 14.269, de 22 de dezembro de 2003 e 14.825, de 12 de setembro de 2005, ADRIANO BRISCHILIARI, RG nº 7.904.694-9/PR, para ocupar o cargo de Professor de Ensino Superior, na classe de Professor Adjunto, Regime de Trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2.º A nomeação destina-se ao suprimento de vagas de Professor de Ensino Superior da Universidade Estadual de Maringá - UEM, e se dá em caráter provisório, condicionada sua definitividade ao trânsito em julgado do processo referido no preâmbulo.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

REINHOLD STEPHANES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

78265/2019

DECRETO Nº 2424

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e ainda, em cumprimento à decisão judicial contida nos autos de nº 0031710-90.2018.8.16.0000, da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, conforme consubstanciada no protocolo nº 15.629.312-1,

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeada, em virtude de habilitação em Concurso Público, de acordo com o art. 24, inciso II, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 e Leis nº 11.713, de 07 de maio de 1997, 14.269, de 22 de dezembro de 2003 e 14.825, de 12 de setembro de 2005, AUREA MASSAKO ICHIOKA SUZUKAWA, RG Nº 15.710.881/SP, para ocupar o cargo de Agente Universitário de Nivel Superior, na função de Instrutor de Idiomas, Regime de Trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2.º A nomeação destina-se ao suprimento de vagas de Agente Universitário da Universidade Estadual de Maringá - UEM, e se dá em caráter provisório, condicionada sua definitividade ao trânsito em julgado do processo referido no preâmbulo.

Art. 3.º Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

REINHOLD STEPHANES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

78266/2019

DECRETO Nº 2425

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista a decisão proferida nos Autos nº 0028570-84.2018.8.16.0182, em trâmite na 4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, bem como o contido no protocolo nº 15.887.604-3,

DECRETA

Art. 1.º Fica nomeado, em virtude de habilitação em concurso público, de acordo com o art. 24, inciso II, da Lei nº 6.174, de 16 de Novembro de 1970, CLAUDEMIR SANTOS DA SILVA, RG nº 9.962.214-8/PR, Inscrição nº 28.814-4, para exercer o cargo de Agente de Apoio, Auxiliar Operacional Geral-Hospitalar, no Município da Lapa/PR, do Quadro Próprio do Poder Executivo-QPPE, da Secretaria de Estado da Saúde – SESA.

Art. 2.º A nomeação se dá em caráter provisório, condicionada sua definitividade ao transitado em julgado do processo referido no preâmbulo.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

REINHOLD STEPHANES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

78267/2019

DECRETO Nº 2426

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista a decisão proferida nos autos nº 0033828-75.2018.8.16.0182, pela 4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, consubstanciada no protocolo nº 15.768.886-3,

DECRETA:

Art. 1.º Torna definitiva a nomeação provisória formalizada pelo Decreto nº 1.476, de 28 de maio de 2019, de JOÃO BATISTA DE CARVALHO FILHO, RG nº 13.480.938-8 - PR, Inscrição nº 3.216-6, no cargo Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária, na função de Técnico de Manejo e Meio Ambiente, do Quadro da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

REINHOLD STEPHANES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

78268/2019

DECRETO Nº 2427

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista a decisão proferida nos autos de Agravo Regimental no Recurso em Mandado de Segurança nº 33.498 – PR (2010/0226271-7), pelo Superior Tribunal de Justiça, consubstanciada no protocolado nº 15.875.496-7,

DECRETA:

Art. 1.º Fica reintegrado JOSE ANTONIO ALVES DE CAMARGO, RG nº 3.137.999-7, no cargo de Escrivão de Polícia, 2ª Classe, do Quadro Próprio da Polícia Civil – QPPC, da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

ROMULO MARINHO SOARES
Secretário de Estado da Segurança Pública

78269/2019

DECRETO Nº 2428

Regulamenta a Lei Complementar nº 104, de 7 de julho de 2004 que dispõe sobre as diárias de servidores e estabelece normas para o deslocamento dos servidores civis e militares da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo e aqueles contratados em caráter temporário.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista as Leis nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, 6.417, de 3 de julho de 1973, 7.434, de 29

de dezembro de 1980 e Leis Complementares nº 72, de 13 de dezembro de 1993, 104, de 7 de julho de 2004 e 183, de 12 de janeiro de 2015, bem como o contido no protocolado sob nº 15.842.856-3,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Os servidores civis e militares da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo e ainda aqueles contratados em caráter temporário, que no desempenho de suas atribuições se deslocarem de sua sede para outro ponto do território nacional ou para o exterior, deverão observar o estabelecido neste Decreto.

Parágrafo único. Entende-se, para os efeitos deste Decreto:

I - por sede: a cidade, vila ou localidade onde o servidor estiver em exercício;

II - por deslocamento: a movimentação dos servidores civis e militares, inclusive os contratados em caráter temporário, da Administração Direta e Autárquica, que se deslocarem, da sua sede, em objeto de serviço.

Art. 2.º Compete aos Secretários de Estado, aos titulares dos órgãos essenciais a que se refere o art. 8.º da Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019, bem como aos Titulares das Entidades da Administração Indireta, autorizar o deslocamento de seus respectivos servidores e a consequente liberação de recursos financeiros para dar aporte às despesas com viagens no âmbito do Território Nacional.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o caput poderá ser expressamente delegada aos Diretores-Gerais e Chefes de Gabinete ou ocupantes de funções análogas.

Art. 3.º O deslocamento para fora do território nacional depende de expressa autorização do Chefe do Poder Executivo, mediante prévia instrução de protocolo com a observância dos requisitos legais atinentes à realização de despesas, com exceção dos integrantes da Comitativa Governamental, que deverão ser autorizados apenas pelos Secretários de Estado, Superintendentes ou Diretores- Presidentes a que estejam vinculados, ou ainda, pelo Chefe da Casa Militar ou Coordenador da Defesa Civil.

CAPÍTULO II

DA CENTRAL DE VIAGENS

Art. 4.º Fica atribuída à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência a responsabilidade pela administração das atividades relacionadas com as viagens de interesse do Estado, realizadas no âmbito dos órgãos da administração direta e autárquica, de forma a obter padrões econômicos de desempenho e informações gerenciais.

Parágrafo único. Para fins administrativos, as atividades relacionadas no caput deste artigo ficam caracterizadas como serviço “Central de Viagens”, com o objetivo de consolidar, acompanhar e controlar os processos de concessão, liberação e prestação de contas de despesas relativas a viagens de servidores públicos e de pessoas quando a serviço do Estado.

Art. 5.º A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, como gestora do serviço “Central de Viagens”, compete:

I - a administração, organização e controle das despesas relacionadas com viagens de interesse do Estado;

II - a administração centralizada dos serviços de aquisição de passagens aéreas, rodoviárias, fluviais, marítimas e ferroviárias, nacionais e internacionais e fretamento de veículos para transporte;

III - a administração centralizada dos serviços de fornecimento de transporte oficial para o deslocamento de servidores públicos do Poder Executivo e de outras pessoas quando em viagem de interesse do Estado;

IV - a expedição de normas regulamentadoras, visando à qualidade na prestação dos serviços, o efetivo controle de despesas relativas a viagens, e instruções necessárias à execução do serviço “Central de Viagens”; e

V - o desempenho de outras atividades correlatas.

Parágrafo único. A gestão do fretamento de aeronaves e o fornecimento de transporte em aeronaves do Estado compete à Casa Militar, mediante autorização do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6.º Os Órgãos da Administração Direta e as Entidades Autárquicas utilizarão o serviço “Central de Viagens”, mesmo à conta de recursos próprios, fundos especiais, convênios ou qualquer outra fonte de recursos administrada pelo Poder Executivo Estadual.

Parágrafo único. Será permitida a adesão de entidades não referidas no caput, para a utilização do serviço “Central de Viagens”, por meio de ato próprio junto à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência com tal finalidade, desde que haja manifestação formal da autoridade máxima da entidade interessada.

Art. 7.º Os membros dos Conselhos Estaduais, instituídos por lei que autorize o custeio de despesas relacionadas a viagens em razão da participação do Conselho, no exercício de suas funções, em reuniões, câmaras técnicas ou comissões e da representação em eventos, serão incluídos no serviço “Central de Viagens”.

Parágrafo único. O controle das atividades e autorização da realização das despesas de que trata o caput será realizado pela Secretaria de Estado à qual o Conselho estiver vinculado.

CAPÍTULO III

DO TRANSPORTE

Art. 8.º Em todos os casos, a escolha do meio de transporte compatível com o deslocamento pretendido deverá observar o princípio da economicidade, devendo ocorrer a devida justificativa por parte do setor competente.

Art. 9.º Sempre que as condições técnicas e a dinâmica do evento permitirem, a participação de servidores lotados em diversas localidades do Estado deverá ser realizada por meio de videoconferência ou web conferência.

§ 1.º Será estabelecido um banco de disponibilidade de salas de videoconferências no Estado, a fim de otimizar os recursos técnicos existentes, os quais serão visualizados no próprio sistema da Central de Viagens, quando da solicitação da viagem.

§ 2.º Caberá à chefia imediata registrar no sistema Central de Viagens a impossibilidade da realização do evento por meio de videoconferência ou web conferência.

Art. 10. Quando as distâncias a serem percorridas por via terrestre forem inferiores a 300 km (trezentos quilômetros), preferencialmente, serão liberados recursos para a utilização de meios de transporte rodoviário.

§ 1.º Excepcionalmente, nos casos em que for necessário o deslocamento urgente,

o critério de escolha do meio de transporte pode sofrer alteração por decisão do ordenador de despesas.

§ 2.º As viagens com veículos do Estado serão preferencialmente diurnas, das 6h às 20h, exceto aquelas para o desempenho de serviços essenciais de polícia, de fiscalização, de transporte de pacientes, de órgãos humanos, de medicamentos e outros, mediante autorização do ordenador de despesas do órgão.

Art. 11. Quando necessária utilização de transporte aéreo comercial, a solicitação de viagens deverá ser inserida no Sistema Central de Viagens com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

§ 1.º A compra dos bilhetes aéreos deverá ocorrer pelo menor preço, prevalecendo a tarifa em classe econômica.

§ 2.º As eventuais mudanças de horário de voo, por interesse pessoal, que acarretarem em multa ou majoração no valor final da passagem serão custeadas pelo usuário.

§ 3.º Em caráter excepcional, a autoridade máxima dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual poderá autorizar viagem em prazo inferior ao estabelecido no caput deste artigo, desde que devidamente formalizada a justificativa que comprove a impossibilidade do seu efetivo cumprimento.

Art. 12. Independentemente da forma de pagamento, nos bilhetes de passagens aéreas e rodoviárias deverá constar a seguinte informação: “PAGAMENTO À CONTA DE RECURSOS PÚBLICOS REEMBOLSÁVEIS EXCLUSIVAMENTE AO ÓRGÃO REQUISITANTE OU COMPRADOR”.

CAPÍTULO IV

DO DESLOCAMENTO NO DESEMPENHO DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 13. Os servidores civis e militares, inclusive os contratados em caráter temporário, que se deslocarem em objeto de serviço da sua sede para outro ponto do território nacional ou internacional, terão direito à diária, a título de indenização das despesas realizadas com hospedagem e alimentação.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste artigo às seguintes situações:

I - ao servidor que estiver servindo no estrangeiro;

II - ao servidor removido, durante o período de trânsito;

III - quando o deslocamento do servidor constitui exigência permanente do cargo ou função;

IV - ao servidor que, lotado em município sede de região metropolitana regularmente instituída, se deslocar a municípios limítrofes do respectivo município, salvo se o prazo de permanência for superior a 06 (seis) horas.

Art. 14. Os deslocamentos obedecerão aos critérios de contenção de despesas do Governo do Estado.

§ 1.º Somente em caso excepcional, mediante justificativa do Órgão ou Entidade solicitante e instruído com documentação afeta à realização de despesa, o Chefe da Casa Civil poderá excepcionalizar:

I - deslocamento por prazo superior a dez dias contínuos;

II - 40 (quarenta) ou mais diárias intercaladas ao servidor durante o exercício financeiro;

III - deslocamento de mais de 05 (cinco) pessoas para o mesmo evento.

§ 2.º O disposto neste artigo não se aplica quando se tratar de solicitações advindas do Gabinete do Governador, da Vice-Governadoria, da Secretaria de Estado da Saúde, da Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura, da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Casa Militar, da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil e da Coordenadoria do Cerimonial da Casa Civil.

Art. 15. As diárias serão concedidas por dia de afastamento da sede, em forma de valor equivalente a 70% (setenta por cento) a título de hospedagem e 30% (trinta por cento) a título de alimentação, destinando-se a indenizar o servidor das despesas decorrentes, não estando sujeitas a apresentação de comprovantes de despesas.

Art. 16. Os valores indenizatórios, para atender as despesas com alimentação e hospedagem, serão concedidos em razão da duração do deslocamento, com base nos valores estabelecidos nos Anexos I e II deste Decreto, observados os seguintes percentuais:

I - 50% (cinquenta por cento) do valor limite diário para as despesas com alimentação, quando o deslocamento da respectiva sede for superior a 06 (seis) horas e inferior a 08 (oito) horas consecutivas, desde que a estrutura organizacional do Estado não forneça alimentação gratuita;

II - 100% (cem por cento) do valor limite diário para as despesas com alimentação, quando o deslocamento da respectiva sede for superior a 08 (oito) horas consecutivas, desde que não haja pernoite e que a estrutura organizacional do Estado não forneça alimentação gratuita;

III - 100% (cem por cento) do valor limite diário, para as despesas com hospedagem, quando o deslocamento da respectiva sede exigir pernoite em alojamento não gratuito, sem despesas com alimentação; e

IV - 100% (cem por cento) do valor limite diário, para as despesas com hospedagem e alimentação, quando o deslocamento da respectiva sede for superior a 12 (doze) horas consecutivas desde que haja pernoite e alimentação não gratuita.

V - 80% (oitenta por cento) do valor limite diário, aos servidores ocupante do cargo de piloto e copiloto, para despesas com uso do dia de hospedagem e alimentação, quando houver interrupção da jornada de trabalho fora da base de origem, quando o período for superior a 6 (seis) e inferior a 10 (dez) horas consecutivas, nos termos da Lei Federal nº 13.475 de 28 de agosto de 2017, desde que não se enquadre nos incisos I a IV.

§ 1.º Fica expressamente vedada a concessão de diárias, tanto da parte relativa à hospedagem como à alimentação, para os servidores civis e militares, quando o deslocamento ocorrer para localidade onde a estrutura organizacional do Estado mantenha refeitório e/ou alojamento gratuito.

§ 2.º Cabe às Chefias Imediatas a fiscalização da correta aplicação do disposto no presente artigo, sendo que o descumprimento de quaisquer dispositivos ensejará a apuração da responsabilidade com base na legislação em vigor.

§ 3.º As responsabilidades de que tratam os parágrafos 1º e 2º deste artigo é solidária entre todos os envolvidos no procedimento, aplicando-se, subsidiariamente, as regras dispostas na legislação penal e processual em vigor.

Assessor Especial – simbologia AE-1							
Procurador Geral do Estado	Pousada	70%	151,90	212,80	207,90	228,90	245,70
Controlador Geral do Estado							
Chefe da Casa Militar e Coordenador Estadual da Defesa Civil							
Total da Diária		100%	217,00	304,00	297,00	327,00	351,00
Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná							
Delegado Geral da Polícia Civil do Paraná	Alimentação	30%	58,50	84,00	84,00	91,20	98,10
Diretor da Coordenação da Receita do Estado							
em comissão de direção e assessoramento superior, simbologia DAS-1, DG1, DD1 e FGI.	Pousada	70%	136,50	196,00	196,00	212,80	228,90
Total da Diária		100%	195,00	280,00	280,00	304,00	327,00
Ocupante de cargo em comissão de direção e assessoramento superior – simbologia DAS-2 à DAS-5, FG2 à FG5	Alimentação	30%	52,20	77,10	70,20	84,00	91,20
Ocupante de cargo de Agente de Aviação do QPPE							
Servidor civil e militar quando integrante de comitiva do Chefe do Poder Executivo ou do Vice-Governador, ou designado para representar o Governador do Estado	Pousada	70%	121,80	179,90	163,80	196,00	212,80
Total da Diária		100%	174,00	257,00	234,00	280,00	304,00
Técnicos com formação superior e cargos em comissão, símbolo 1-C à 15-C.	Alimentação	30%	45,60	70,20	63,00	77,10	87,00
	Pousada	70%	106,40	163,80	147,00	179,90	203,00
Total da Diária		100%	152,00	234,00	210,00	257,00	290,00
Demais servidores	Alimentação	30%	39,00	63,00	56,10	70,80	77,10
	Pousada	70%	91,00	147,00	130,90	165,20	179,90
Total da Diária		100%	130,00	210,00	187,00	236,00	257,00

78364/2019

DECRETO Nº 2429

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista a decisão transitada em julgado nos autos nº 0006192-35.2018.8.16.0021, do 2º Juizado Especial da Fazenda Pública de Cascavel, bem como o contido no protocolado nº 15.829.490-7,

DECRETA:

Art. 1.º Torna definitiva a nomeação sub judice formalizada pelo Decreto nº 12.105, de 21 de dezembro de 2018, de BARBARA ZANINI, RG Nº 7.068.116-1/PR, no cargo de Agente Universitário de Nível Superior, na função de Administrador, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

REINHOLD STEPHANES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

78272/2019

DECRETO Nº 2430

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista a decisão judicial proferida nos autos de mandado de segurança nº 2009/0184273-9, que tramitou no Tribunal de Justiça do Paraná, consubstanciada no protocolado nº 15.480.947-3,

DECRETA:

Art. 1.º Fica reintegrado JOÃO MARIA SANTOS, RG nº 2.073.728-0, no cargo de Investigador de Polícia, 3ª Classe, do Quadro Próprio da Polícia Civil – QPPC, da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

ROMULO MARINHO SOARES
Secretário de Estado da Segurança Pública

78273/2019

DECRETO Nº 2431

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e ainda, em cumprimento à decisão judicial contida nos autos de nº 58113, do Superior Tribunal de Justiça, conforme consubstanciada no protocolo nº 14.185.256-6,

DECRETA:

Art. 1.º Torna definitiva a nomeação sub judice formalizada pelo Decreto nº 1.199, de 17 de abril de 2019, de CARLOS EDUARDO FRANÇA DE OLIVEIRA, RG nº 343027653/SP, no cargo de Professor de Ensino Superior, na Classe de Professor Adjunto, da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de agosto de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

REINHOLD STEPHANES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

78274/2019

Despacho do Governador

DESPACHO DO GOVERNADOR DO ESTADO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

15.699.499-5/19 - “De acordo com as informações constantes no protocolo nº 15.699.499-5, bem como nos termos do art. 55, da Lei Federal nº 9.784/1999, **CONVALIDO** a celebração de TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA entre a Procuradoria-Geral do Estado – PGE e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR, publicado no Diário Oficial nº 10.457, de 13 de junho de 2019, **AUTORIZANDO** o referido ajuste, com fulcro no art. 1º, inciso VI, do Decreto nº 4.189/2016, cujo objeto é a cooperação entre os convenientes para ampliar e aprimorar a integração de serviços e o aperfeiçoamento da atuação da PGE junto ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR, visando a uniformização de procedimentos administrativos de gestão de pessoal e de aquisição de bens, serviços e obras públicas, conferindo maior eficiência, eficácia e efetividade à atuação da Administração Pública com a expansão da consultoria jurídica existente, a adoção de medidas da redução de litigiosidade, mediante a cooperação e intercâmbio de recursos materiais e humanos, com vigência até 31 de dezembro de 2019, sem repasse de recursos entre os partícipes. Findo o prazo de vigência e persistindo a necessidade administrativa, fica autorizada a formalização de aditivos até dezembro de 2022. Publique-se e encaminhe-se para as providências legais. Em 13/08/19”. (Enc. proc. à PGE, em 13/08/19).

78277/2019



Sistema de Publicações Oficiais.

Mais segurança ao cidadão paranaense.

www.imprensaoficial.pr.gov.br



Casa Civil**DETRAN****O Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, no uso de atribuições legais:**

O Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, no uso de atribuições legais:

Considerando o disposto na Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB e a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;

Determina a publicação das portarias, abaixo relacionadas, que cancelam o credenciamento de Centros de Formação de Condutores, Clínicas e Despachantes.

PORTARIA	CFC/EMPRESA	CNPJ	MOTIVO
261/2019-COOGS/DAF	ALS ALCANCE CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES	28.823.448/0001-24	ALTERAÇÃO DE SÓCIOS: RETIRANDO O SÓCIO LUIS CARLOS DE SOUZA E PERMANECENDO OS SÓCIOS ALEXANDRE FORBECI E SILVANA GOMES DOS SANTOS.
263/2019-COOGS/DAF	CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES BUENO LTDA	08.470.946/0001-23	ALTERAÇÃO DE RAZÃO SOCIAL: PARA CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES BI LTDA. ALTERAÇÃO DE SÓCIOS: RETIRANDO O SÓCIO WILSON NERY, INGRESSANDO JOSÉ RAMOS DA CRUZ JUNIOR E PERMANECENDO A SÓCIA KARINA LEMES BUENO DA CRUZ.
265/2019-COOGS/DAF	CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES WG DIREÇÃO CERTA LTDA	21.533.903/0001-08	ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO: PARA RUA GOÁS, Nº 1232 – CENTRO – LONDRINA/PR

Curitiba, 12 de agosto de 2019.

Cesar Vinicius Kogut
Diretor Geral

77365/2019

PORTARIA Nº 056/2019-DG

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais
RESOLVE

Artigo 1º. Designar: **LEONARDO NÁPOLI**, R.G. nº13.578.463-5/PR, Cargo em Comissão, **HERIVELTO DO CARMO**, R.G. nº 1.464.670-1-PR, estatutário, **EDUARDO ANTONIEVICZ**, R.G. nº 9.404.509-6, estatutário para, sob a Presidência do primeiro, comporem a **Comissão Interna de Credenciamentos da Coordenadoria de Gestão de Serviços – Agentes Externos – COOGS** deste Departamento.

Artigo 2º. Designar: **EDMÁRIO CAMPOS DOS SANTOS**, R.G. nº 3.939.793-5, estatutário, e **MANOEL LUIZ GALLIERI**, R.G. Nº 1.388.764-3, estatutário, para comporem a Comissão como membros suplentes.

Artigo 3º Delegar à Comissão ora designada poderes para receber e analisar os requerimentos e documentos e realizar relatórios e pareceres de credenciamentos de empresas para prestação de serviço de Registro Eletrônico de Contratos e Financiamento de Veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor no âmbito do Estado do Paraná, observadas as exigências e formalidades legais.

Artigo 4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Artigo 5º Cumpra-se.

Gabinete do Diretor Geral, em 12/08/ 2019.

Cesar Vinicius Kogut
Diretor Geral do Detran/PR

77351/2019

ERRATA DA PORTARIA Nº 070/2019-COIA/DG

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/PR, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

1. Retificar a Portaria n.º 070/2019-COIA/DG, publicada no Diário Oficial Executivo, Edição n.º 10497 de 12/08/2019.

Onde se lê: “Janaina Rodrigues Dias de Souza, brasileira, Diretora de Ensino”

Leia-se: “Janaina Rodrigues Dias de Souza, brasileira, Diretora-Geral”

Onde se lê: “Jefferson Cesar Bueno, brasileiro, Diretor Geral”

Leia-se: “Jefferson Cesar Bueno, brasileiro, Diretor de Ensino”

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Diretor-Geral, em 12 de agosto de 2019.

Cesar Vinicius Kogut
Diretor-Geral do Detran/PR.

77097/2019

PORTARIA N.º 264/2019-COOGS/DAF

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ - DETRAN/PR, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 425/2012-CONTRAN de 27 de novembro de 2012 que dispõe sobre o exame de aptidão física e mental, a avaliação psicológica e o credenciamento de entidades públicas e privadas de que tratam o artigo 147, I e §§ 1º e 4º e o artigo 148 do Código de Trânsito

Brasileiro;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria n.º 303/2015-DG e edital de credenciamento nº 02/2015 que regulamenta o credenciamento de Clínicas Médicas e Psicológicas para realização de Exames de Aptidão Física e Mental e Exames Psicológicos em candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação, renovação de exames e outros exigidos pelo DETRAN/PR, e;

CONSIDERANDO o processo n.º 15.715.269-6 RESOLVE:

CREDENCIAR

Artigo 1º. Empresa Clínica de Trânsito Mognum Ltda., com CNPJ 33.293.177/0001-82, sita à Rua João Batista Follador, 237 – Afonso Pena – São José dos Pinhais – Paraná, para realização de Exames de Aptidão Física e Mental e Exames Psicológicos em candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação, renovação de exames e outros exigidos pelo DETRAN/PR, ficando autorizado o seu funcionamento que deverá ser iniciado em até 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria.

Artigo 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Cumpra-se obedecendo as formalidades legais.

PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Curitiba, 12 de agosto de 2019.

Cesar Vinicius Kogut,
Diretor-Geral

77004/2019

EXTRATO DA PORTARIA Nº 081/2019 COAD-DG

Designar Vera Maria Ventura de Pina, RG nº1.436.820-5, CPF nº451.339.059-04, servidora deste Departamento Estadual de Trânsito do Paraná – Detran/PR, para atuar como **gestora**, e Danielle Santos da Silva, RG nº9.544.062-2, CPF nº070.366.219-82, e Danilo Toshio Omura, RG nº11.083.502-7, CPF nº084.250.749-32, servidores deste Departamento Estadual de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR, para atuarem como **fiscais** do contrato 105/2019. Curitiba, 12 de agosto de 2019. Cesar Vinicius Kogut – Diretor Geral do Detran/PR.

77244/2019

Procuradoria Geral do Estado**Resolução nº 190/2019-PGE**

Concede autorização genérica aos Procuradores do Estado do Paraná com fundamento no artigo 2º do Decreto Estadual nº 2.137/2015, com a redação do Decreto Estadual nº 3.199/2015.

A **PROCURADORA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 5º, III, da Lei Complementar Estadual nº 26/1985, alterada pela Lei Complementar nº 40/1987, e no artigo 2º, do Decreto Estadual nº 2.137/2015, com a redação do Decreto Estadual nº 3.199/2015,

RESOLVE

Conceder autorização genérica a todos os Procuradores do Estado que atuem com a matéria objeto do protocolado nº 15.941.541-4, nos termos

do Despacho nº 424/2019-PGE, proferido naqueles autos.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, 12 de agosto de 2019.

Leticia Ferreira da Silva
Procuradora-Geral do Estado

Roberto Altheim
Procurador-Chefe da Coordenadoria Judicial

77222/2019

RESOLUÇÃO Nº 187/2019-PGE

Institui Comissão Temática Especial, para análise, elaboração e aprovação de minuta padronizada requerida pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDU, que envolvam aquisição de equipamentos e projetos de infraestrutura urbana

A **PROCURADORA-GERAL DO ESTADO**, no exercício das atribuições legais e regulamentares definidas no art. 5º da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985, com redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 8 de dezembro de 1987, nos artigos 2º, § 3º, 4º e 14, todos da Lei Estadual nº 19.848, de 3 de maio de 2019, e nos artigos 2º e 8º do Decreto nº 3.203, de 22 de dezembro de 2015, bem como nos termos do art. 3º A, da Resolução nº 41/2016-PGE, inserido pela Resolução n.º 217/2018-PGE,

RESOLVE

Art. 1º Instituir Comissão Temática Especial, para análise, elaboração e aprovação de minuta padronizada requerida pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDU, que envolvam aquisição de equipamentos e projetos de infraestrutura urbana, que será composta pelos seguintes membros:

I – HAMILTON BONATTO, RG 2.089.094-0, Procurador do Estado, na qualidade de Presidente da Comissão;

II – IGOR PIRES GOMES DA COSTA, RG 14.920.460-1, Procurador do Estado, na qualidade de membro;

III – LARA FERREIRA GIOVANNETTI, RG 14.920.308-7, Procuradora do Estado, na qualidade de membro.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, 12 de agosto de 2019.

Leticia Ferreira da Silva
Procuradora-Geral do Estado

77206/2019

Secretaria da Administração e da Previdência

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISÃO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS – SEAP

PORTARIA N. 2559 09/08/2019

ORGAO – SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

EXCLUIR DA PORTARIA N. 4175 DE 04/10/1999 O NOME DE MARIZA HELENA LOCATELI ALMEIDA

R.G. 37033642 LF – 21

EXCLUIR DA PORTARIA N. 8551 DE 12/12/2016 O NOME DE WANDERLEIA LAABS CORREA

R.G. 42304670 LF – 1

EXCLUIR DA PORTARIA N. 8551 DE 12/12/2016 O NOME DE WANDERLEIA LAABS CORREA

R.G. 42304670 LF – 90

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISÃO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS – SEAP

PORTARIA N. 2560 09/08/2019

ORGAO – SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

EXCLUIR DA PORTARIA N. 127 DE 12/01/1995 O NOME DE MARLENE PACHOLOK GODOFREDO

R.G. 31635225 LF – 21

EXCLUIR DA PORTARIA N. 14658 DE 03/08/2005 O NOME DE MARCIA COLONTONIO CABERLIM

R.G. 17957503 LF – 2

EXCLUIR DA PORTARIA N. 23166 DE 22/09/2006 O NOME DE TERESINHA FURTADO DA ROSA

R.G. 34110743 LF – 1

EXCLUIR DA PORTARIA N. 25111 DE 30/11/2010 O NOME DE MARCIA COLONTONIO CABERLIM

R.G. 17957503 LF – 1

76631/2019

RESOLUÇÃO CONJUNTA - SEAP/SEED Nº 427

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e o **Secretário da Educação e do Esporte**, no uso das atribuições legais conferidas pelos Decretos Estaduais nº 05/2019, de 02 de janeiro de 2019 e nº 08/2019, de 02 de janeiro de 2019, respectivamente; Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004; Lei Complementar Estadual nº 130, de 14 de julho de 2010, que instituíram o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro Próprio do Magistério, Autos 14699-91.2018.8.16.0018 e o contido no Protocolado nº 15.889.713-0,

RESOLVEM

Art. 1º - Conceder promoção, ao professor abaixo relacionado, nos termos da Lei Complementar nº 103, de 15/03/2004, Lei Complementar nº 106, de 22/12/2004, Lei Complementar nº 130, de 14/07/2010 e em cumprimento à Ação Judicial mencionada, conforme especificamos:

ORGÃO	RG	LF	NOME	DE	PARA	A partir de
SEED	8084800-5	01	Fernando Temporini Frederico	NII-11	NIII-01	01/10/2018
SEED	8084800-5	99	Fernando Temporini Frederico	NII-11	NIII-01	01/10/2018

Art. 2º - Determinar às Unidades de Recursos Humanos dos servidores a correção nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de agosto de 2019

Reinhold Stephanes
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Renato Feder
Secretário de Estado da Educação e do Esporte

77032/2019

Resolução SEAP nº. 3761

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, Lei Estadual nº 19.848 de 03 de maio de 2019, e considerando o contido no protocolado nº 15.913.520-9, nos termos da decisão nos autos nº 0014486-46.2018.8.16.0031,

RESOLVE:

Art. 1º Promover a partir de 20 de abril de 2018, por força de decisão judicial, a título de Promoção por Merecimento, o servidor abaixo relacionado, Agente Penitenciário do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, conforme segue:

ÓRGÃO	CARGO	NOME	RG	LF	DE		PARA	
					CL	REF	CL	REF
SESP	ANAP	VICTOR JOSE ZAVOROCHUKA	86544660	1	III	6	II	01

Art. 2º Determinar à Unidade de Recursos Humanos, do Órgão de lotação do servidor, a correção nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de agosto de 2019

Reinhold Stephanes
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

77375/2019

RESOLUÇÃO Nº 3763

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual nº 8.485 de 03 de junho de 1987, Decreto nº 4.289 de 03 de Junho de 2016 com suas alterações, e considerando o contido no protocolado nº 15.942.388-3, nos termos da decisão transitado em julgado nos autos nº 0002607-65.2014.8.16.0004,

RESOLVE:

Art. 1º Excluir do Anexo Único da Resolução nº 14576 de 29 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial nº 9322 de 29 de outubro de 2014, que progrediu em 1 (uma) referência salarial, a título de progressão por antiguidade, ocupantes do cargo de Agente Penitenciário, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, conforme segue:

ÓRGÃO	CARGO	NOME	RG	LF	DE		PARA	
					CL	REF	CL	REF
SESP	AN	FABIANO XAVIER DE MELO	69458092	1	I	03	I	04

Art. 2º Conceder a partir de 06 de abril de 2013, por força de decisão judicial, a título de Progressão por Antiguidade, o servidor abaixo relacionada, Agente Penitenciário do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, conforme segue:

ÓRGÃO	CARGO	NOME	RG	LF	DE		PARA	
					CL	REF	CL	REF
SESP	AN	FABIANO XAVIER DE MELO	69458092	1	I	03	I	04

Art. 3º Determinar as Unidades de Recursos Humanos dos servidores a correção nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de agosto de 2019.

REINHOLD STEPHANES
Secretário de Estado

77343/2019

Resolução SEAP nº. 3760

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, Lei Estadual nº 19.848 de 03 de maio de 2019, e considerando o contido no protocolado nº 15.900.129-6, nos termos da decisão nos autos nº 050933-65.2018.8.16.0182,

RESOLVE:

Art. 1º Excluir do Anexo Único da Resolução n.º 8302 de 19 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial nº 9869, de 20 de janeiro de 2017, que progrediu em uma ou duas referências salariais, a título de Progressão por Titulação na carreira, os ocupantes do cargo de Agente Profissional, Agente de Execução, Agente Penitenciário, Agente de Aviação e Agente de Apoio do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, conforme segue:

ÓRGÃO	CARGO	NOME	RG	LF	DE		PARA	
					CL	REF	CL	REF
SESP	AN	RONALDO CEZAR SETTE	50491048	1	III	2	III	4

Art. 2º Conceder, a partir de 17 de maio de 2015, por força de decisão judicial, a título de Progressão por Titulação, o servidor abaixo relacionado, Agente Penitenciário do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, conforme segue:

ÓRGÃO	CARGO	NOME	RG	LF	DE		PARA	
					CL	REF	CL	REF
SESP	AN	RONALDO CEZAR SETTE	50491048	1	III	1	III	3

Art. 3º Retificar do Anexo Único da Resolução nº 8299 de 19 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial nº 9869 de 20 de janeiro de 2017, que progrediu em 1 (uma) referência salarial, a título de progressão por antiguidade, ocupantes do cargo de Agente de Apoio, Agente de Execução, Agente Penitenciário, Agente de Aviação e Agente Profissional do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, conforme segue:

ÓRGÃO	CARGO	NOME	RG	LF	DE		PARA		A PARTIR
					CL	REF	CL	REF	
SESP	AN	RONALDO CEZAR SETTE	50491048	1	III	3	III	4	01/01/2017

Art. 4º Tornar sem efeito a Resolução nº 3538 de 25 de julho de 2019, publicado em Diário Oficial nº 10.488 de 30 de julho de 2019.

Art. 5º Determinar à Unidade de Recursos Humanos do Órgão de lotação da servidora, a correção nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de agosto 2019

Reinhold Stephanes

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

77374/2019

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/DETRAN nº. 039

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência e o Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Paraná, face as atribuições contidas na Lei Estadual nº 8485/1987, Lei Estadual nº 7811/1983 e considerando a Lei Estadual nº 18.467 de 27 de abril de 2015 e o contido no protocolado nº 15.624.090-7,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, na forma do artigo 14 da Lei Estadual nº 18.467 de 27 de abril de 2015, atendidos os critérios de Antiguidade, estabelecidos na Resolução Conjunta SEAP/DETRAN nº 002 de 27 de junho de 2016, para os cargos de Auxiliar de Atividades de Trânsito, Técnico de Atividades de Trânsito e Analista de Atividades de Trânsito, do Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Paraná, de acordo com o Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Determinar o processo de implantação e registro dos fatos da promoção nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de agosto de 2019

Reinhold Stephanes,

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Cesar Vinicius Kogut,

Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Paraná

PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE

ANEXO ÚNICO

ÓRGÃO	CARGO	FUNÇÃO	NOME	RG	LF	ID	DA		PARA	
							CL	REF	CL	REF
DETRAN	DTTE	DTTE	EUNICE MARY MUNHOZ DE MORAES	60432520	2	212131	II	5	I	1

77491/2019

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/DETRAN nº. 041

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência e o Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Paraná, face as atribuições contidas na Lei Estadual nº 8485/1987, Lei Estadual nº 7811/1983 e considerando a Lei Estadual nº 18.467 de 27 de abril de 2015 e o contido no protocolado nº 15.699.083-3,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, na forma do artigo 14 da Lei Estadual nº 18.467 de 27 de abril de 2015, atendidos os critérios de Antiguidade, estabelecidos na Resolução Conjunta SEAP/DETRAN nº 002 de 27 de junho de 2016, para os cargos de Auxiliar de Atividades de Trânsito, Técnico de Atividades de Trânsito e Analista de Atividades de Trânsito, do Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Paraná, de acordo com o Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Determinar o processo de implantação e registro dos fatos da promoção nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos

Humanos – DCRH/SEAP.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de agosto de 2019

Reinhold Stephanes,
Secretário de Estado da Administração e da PrevidênciaCesar Vinicius Kogut,
Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do ParanáPROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE
RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/DETRAN Nº 041
ANEXO ÚNICO

							DE		PARA	
ÓRGÃO	CARGO	FUNÇÃO	NOME	RG	LF	ID	CL	REF	CL	REF
DETRAN	DTTE	DTTE	SERGIO KRINTCHEF JANDER	39374684	5	270795	II	5	I	1

77494/2019

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/DETRAN nº. 038

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência e o Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Paraná, face as atribuições contidas na Lei Estadual nº 8485/1987, Lei Estadual nº 7811/1983 e considerando a Lei Estadual nº 18.467 de 27 de abril de 2015 e o contido no protocolado nº 15.624.090-7,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, na forma do artigo 14 da Lei Estadual nº 18.467 de 27 de abril de 2015, atendidos os critérios de Merecimento, estabelecidos na Resolução Conjunta SEAP/DETRAN nº 002 de 27 de junho de 2016, para os cargos de Auxiliar de Atividades de Trânsito, Técnico de Atividades de Trânsito e Analista de Atividades de Trânsito, do Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Paraná, de acordo com o Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Determinar o processo de implantação e registro dos fatos da promoção, nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de agosto de 2019

Reinhold Stephanes,
Secretário de Estado da Administração e da PrevidênciaCesar Vinicius Kogut,
Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do ParanáPROMOÇÃO POR MERECIMENTO
ANEXO ÚNICO

							DE		PARA	
ÓRGÃO	CARGO	FUNÇÃO	NOME	RG	LF	ID	CL	REF	CL	REF
DETRAN	DTTE	DTTE	ARNO RIBEIRO	36584360	1	454764	III	4	II	1
DETRAN	DTTE	DTTE	MARIA CRISTINA CREVELARO DA SILVA	51815882	1	462594	III	2	II	1
DETRAN	DTTE	DTTE	SONIA DA SILVEIRA	86714671	1	270275	III	5	II	1

77491/2019

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/DETRAN nº. 040

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência e o Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Paraná, face as atribuições contidas na Lei Estadual nº 8485/1987, Lei Estadual nº 7811/1983 e considerando a Lei Estadual nº 18.467 de 27 de abril de 2015 e o contido no protocolado nº 15.624.950-5,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, aos ocupantes dos cargos de Auxiliar de Atividades de Trânsito, Técnico de Atividades de Trânsito e Analista de Atividades de Trânsito, do Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Paraná, na forma do artigo 13 da Lei Estadual nº 18.467 de 27 de abril de 2015, atendidos os critérios estabelecidos na Resolução Conjunta SEAP/DETRAN nº 003 de 27 de junho de 2016, duas referências salariais a título de Progressão por Titulação na

carreira, na forma do Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Determinar o processo de implantação e registro dos fatos da progressão, nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de agosto de 2019

Reinhold Stephanes,
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Cesar Vinicius Kogut,
Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Paraná

PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO
RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/DETRAN Nº 040
ANEXO ÚNICO

ÓRGÃO	CARGO	FUNÇÃO	NOME	RG	LF	ID	DA		PARA	
							CL	REF	CL	REF
DETRAN	DTTE	DTTE	ADALGISA CHAGAS ALVES	84965707	1	413896	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ADRIANA FABIANA CARNELOSSI ALVES	88133650	1	455877	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	ADRIANA MARIA DOS SANTOS	63039411	1	270565	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ADRIANA SILVA LOPES DOS SANTOS	64655728	1	212204	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ADY HATHY BANDEIRA BOTTE	32407307	1	270908	I	3	I	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ALAUDENICE SILVESTRE	46835816	1	455868	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	ALESSANDRO HIROSHI VIVIANI YAMAKAWA	62721960	1	461859	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	ALEXANDRE HENRIQUE FELIPPE	63404934	1	212180	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ALINE ALESSANDRA MENEGHELO	93040376	1	624322	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ALINE APOSTOLO DOS SANTOS REIS	125858457	1	455658	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	AMAURI ANTONIO SOARES	49485468	1	461130	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	ANA MARIA RATI	106781290	1	212661	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ANA PAULA BORSATI	91734656	1	271638	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ANA PAULA MASCARO	57407093	1	270372	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ANA SILVIA AMORIM DREWELLO	59095226	1	454419	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	ANDERSON ANTONIO GONÇALVES BATISTA	91872510	1	270299	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ANDERSON BOSSO DA COL	107344233	1	212693	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ANDERSON DAMIÃO SOARES	73348862	1	455337	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	ANDERSON THIAGO ATANAZO	105278195	1	622390	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ANDREA DE SOUZA	82279210	1	622396	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ANDRÉA TREVISAN MOSELE VERNIZI	53488579	1	454459	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	ANDREIA PUSTILNICK	85110659	2	270172	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ANDRIELE RAMOS ROSA	99035820	2	473694	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ANTONIO CARLOS SIQUEIRA	110461046	1	414189	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	ANTONIO CARLOS SUTIL DE OLIVEIRA	32398758	1	454584	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	ANTONIO VAZ DE SOUZA	106765090	1	212660	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ARIADNA EVANGELISTA	58196843	1	145261	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ARIADNE GRACIELE DE CARVALHO	91677733	1	455962	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	ARNALDO MENON	82249540	1	454502	II	1	ii	3
DETRAN	DTTE	DTTE	ARNO RIBEIRO	36584360	1	454764	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	AUDREY LOUISE MENDES PIERIN	70324369	1	270620	II	3	II	5

DETRAN	DTTE	DTTE	AUGUSTO CARLOS DA SILVA CAMPOS	76609136	1	270645	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	CANDIDO RELFID RODRIGUES	84937576	1	461038	II	1	II	3
DETRAN	DEAN	DEPS	CARINE COAS	63341150	1	538371	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	CARLA GALIS DE AZEVEDO	129149744	1	523447	III	4	III	6
DETRAN	DTTE	DTTE	CARLOS ALEXANDRE BOLL	81340552	1	454614	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	CARLOS EDUARDO DOS SANTOS	77714308	1	212384	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	CAROLINE ZAZULA DOS SANTOS	85771060	1	212464	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	CAROLNE WANSOUWICZ	66806782	1	622402	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	CELIO YOSHIO NAGANAWA	44987899	1	454642	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	CLARICE ANA BERTUOL	50322440	1	271400	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	CLAUDIA SORRIA MONTILLA	41427256	1	211934	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	CLEISON CLEDIR CATANEO	69468241	1	271443	II	3	II	5
DETRAN	DEAN	DEAD	CLEMAR PELEGRINI	35433066	1	260720	I	3	I	5
DETRAN	DTTE	DTTE	CLEVERSON MOLOSSI	68047609	1	270599	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	CLODOALDO DONIZETE LUCIANO	68794072	1	270626	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	CRISTIANE MUNIZ	65791790	1	212218	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	CRISTINA TOMITA	21960578	1	172420	I	9	I	11
DETRAN	DTTE	DTTE	DANIEL HIGUCHI	78471425	1	270067	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	DANIELE GONÇALVES PINTO DE MARCHI	91953404	1	212487	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	DANIMAR CAMPOS MEDINA	39877864	1	270884	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	DARCY RICARDO XAVIER	71923053	1	454526	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	DAYANE GISELLE GUIMARAES CARPI	81824754	1	456090	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	DEIVERSON CONRADO SCHUHLI	71044351	1	270782	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	DEIVID FRANCISCO CARDOSO DA COSTA	79639117	1	454493	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	DENIS LAMEU E SILVA	125878270	1	624276	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	DENISE ANDREA SOARES MORAES	43682750	1	211973	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	DIANE MACHADO	63908835	1	270507	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	DILVANE DE OLIVEIRA CRUZ SANTOS	97502030	1	462175	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	DIOCEIA CARDOSO	45339157	1	270949	I	3	I	5
DETRAN	DTTE	DTTE	DIONI STUCHI	75023456	1	454497	II	1	II	3
DETRAN	DEAN	DEME	DIRCEU ANTONIO SILVEIRA JUNIOR	131428251	1	576615	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	DORILENE LINO SESSO	52674808	2	187310	I	3	I	5
DETRAN	DTTE	DTTE	DOUGLAS MATSUMURA	81483906	1	624281	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	DOUGLAS RIBEIRO DE ANDRADE	88739272	3	521541	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	EDALTON LEANDRO RIBEIRO DA COSTA	45853780	1	271012	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	EDEIR TEREZINHA FERRARINI	44578999	1	271374	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	EDEMILSON ANTONIO BAMPI	33666187	1	443042	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	EDIANE GRAVA COSTA CECCATO	92705455	1	461994	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	EDIANE MARIA SOARES DA SILVA	64663054	1	456116	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	EDICLEA BILL ZELLA	81051739	1	523508	III	4	III	6
DETRAN	DTTE	DTTE	EDILEIA CINTIA BUENO	63940640	1	454484	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	EDINEIA FARIA SANTOS	61297715	1	270544	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	EDIVALDO CAVALCANTE DE OLIVEIRA	42724963	2	100047	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	EDMARIO CAMPOS DOS SANTOS	39397935	2	270849	I	1	I	3
DETRAN	DTTE	DTTE	EDNILSON MARIO AGUIAR	40413170	1	211925	II	1	II	3

DETRAN	DTTE	DTTE	EDSON LUIZ FERREIRA MACIEL	37543071	1	461144	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	EDSON SEVERINO FERNANDES	47475554	1	270958	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	EDUARDO ANTONIEVICZ	94045096	1	523527	III	4	III	6
DETRAN	DTTE	DTTE	EDUARDO ANTONIO DE MORAES	94325277	1	462502	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	EDUARDO CASSEMIRO DA SILVA	86953331	1	511985	III	4	III	6
DETRAN	DTTE	DTTE	EDUARDO PEREIRA LOPES	14159541	1	462629	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	EDUARDO SCHUELTER	64940082	1	212208	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ELBA CASSIA BOENO PAES GOMES	83307439	4	270197	II	7	II	9
DETRAN	DTTE	DTTE	ELIANE BATISTA DOS SANTOS	57091436	1	456153	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	ELIANE DOS PASSOS DOS ANJOS	32398634	1	240998	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ELIANE DOS SANTOS DONINI	44865360	2	271026	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ELIANE MALDONADO TONSIG DE MELO	51105583	1	270339	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ELIGIANE DOS SANTOS SILVA	103909228	1	270264	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ELIO CASAGRANDE JUNIOR	50334260	1	270382	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ELISANGELA DE OLIVEIRA	53567975	1	212075	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ELIZANGELA ARCANJO RIBEIRO	80087233	1	269986	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	EMERSON SIDNEI MINUCELI	50864057	1	212041	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ENILSON MONTEIRO JUNIOR	44584972	1	211985	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ERICK ANASTACIO NEHRING	72905059	2	256135	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	ERICK NELSON DE OLIVEIRA COSTA	76193622	1	270712	II	3	II	5
DETRAN	DEAN	DECO	ERIDION APARECIDO FIALKOSKI	81280177	1	590850	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	EVALDO OLIVEIRA HOLMANN	71041638	1	270648	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	EVANDRO XAVIER	58165034	2	270316	II	5	II	7
DETRAN	DTTE	DTTE	EVELISE FANTIN	72684699	1	270673	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	FABIANE FERREIRA DEPIZOL	79521639	1	454447	II	1	II	3
DETRAN	DEAN	DEPS	FABIANO XISTO CORREIA	32364357	1	531725	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	FABIO MALAQUIAS DA SILVA	68591074	1	212268	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	FABRICIO AUGUSTO BARIANO	107344276	1	212694	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	FARID GELASCO MALSCHITZKY	65316790	1	270492	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	FERNANDO ALEXSANDRO KAHER MATICK	75676700	1	436124	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	FERNANDO DE JESUS ANTONIO	75701560	1	271513	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	FLÁVIA ANGELICA MATTERA SILVEIRA	62711620	1	461618	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	FRANCIELEN DE PAULA CONCEIÇÃO	79906344	1	622398	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	FRANCISCO NIZER	36896574	1	270835	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	GENAILDA RAMOS NEVES	65829274	1	456185	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	GESILAINE DE ARRUDA MENDES	99830328	1	624277	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	GIANCARLO SANDRO ALVES BEZERRA	60100454	1	270572	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	GILBERTO CORDEIRO	71460606	1	271928	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	GIRLANE DA SILVA CARMO	110606885	1	413897	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	GISLENE GALHARDONE	72068939	1	212318	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	GLAUCIA SCHIAVON LOPES RIBEIRO	78260700	1	212387	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	GUSTAVO SALGUEIRO DOS SANTOS	82088920	1	271526	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	HEMERSON HENRIQUE PERES	77032614	1	624328	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	HOLIGINA DE SOUZA	77760369	1	454490	II	1	II	3

DETRAN	DTTE	DTTE	HORTENCINA RODRIGUEZ FIDALGO	19778460	1	512104	III	6	III	8
DETRAN	DTTE	DTTE	HUGO ADRIANO HAFEMANN	83731508	1	212442	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ILMA BETT BATISTA	30966503	1	552418	III	3	III	5
DETRAN	DEAN	DEPS	INÊS ELIZABETE FALKOWSKI	35785175	1	260742	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ISRAEL CESAR STREMEL	81342954	1	460979	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	IVO KESTRING	76119805	1	271527	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	JACKSON VENTURIN	92415350	1	270080	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	JAKSON MARCELO MARTINS	59470922	1	461166	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	JEANE LOUISE CAMARGO	87250881	1	271947	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	JEFERSON FERREIRA DOS SANTOS	67556950	1	454784	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	JEFFERSON ANTONIO VALIM	40824693	1	211927	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	JEFFERSON ROCHA MARIN	101244261	3	560409	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	JEOVANE APARECIDO DE BRITO	87851214	1	270145	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	JOANA JULIA BARIONI ARANTES	61635300	1	270546	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	JOÃO CARLOS PONA	83217278	1	455449	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	JOÃO PAULO DIAS DOS SANTOS	86715465	1	271742	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	JOCIANE SILMARA TORMEM MACHADO	56619232	1	212088	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	JOICE EMANUELE DO NASCIMENTO	75936052	4	474248	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	JOSE ALBERTO MOREIRA RAFAEL	98426949	2	400345	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	JOSEMARI DE SOUZA DE ALMEIDA	80376812	1	523558	III	4	III	6
DETRAN	DTTE	DTTE	JOSIANE APARECIDA DINO	60204403	1	270443	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	JOSIANE APARECIDA MORAIS	67685300	1	212254	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	JOSIELE SIMONE CHAVES PABIS	78153326	1	270674	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	JOSIMERI ANTONIA DE SOUZA	58398659	1	462539	II	1	II	3
DETRAN	DXAU	DXAU	JUAREZ FRAMARIM ROSLINDO	9969934	1	159678	I	3	I	5
DETRAN	DTTE	DTTE	JULIANA CASSIA ALVES PEREIRA MULLER	62729414	1	270554	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	JUSSARA DE OLIVEIRA MASIERO	49762763	1	212028	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	JUVANA GOMES DE SOUZA	63589730	2	441138	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	KARLA ERIKA LOUREIRO	86145812	1	455441	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	KATIA ALESSANDRA RODRIGUES	61312030	1	523315	III	4	III	6
DETRAN	DTTE	DTTE	KATIA FILIPINI	86657864	1	455453	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	KATIANE REGINA DA SILVA	70682249	1	271575	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	KELLY SULAMITA CAMPOS GASPAR	64345508	1	212197	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	LARSON ORLANDO	64341855	1	270548	II	7	II	9
DETRAN	DTTE	DTTE	LAURIVALDO FERREIRA DOS SANTOS	11682189	1	162442	I	11	I	12
DETRAN	DTTE	DTTE	LEANDRO BARBOSA GALVÃO	82515720	1	270198	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	LEANDRO MANOEL LISBOA DOS SANTOS	80067585	1	270167	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	LEIVA TEREZINHA BRASIL DA LUZ	61482580	1	271996	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	LEONARDO BERTO DE ALMEIDA RAMOS	86040409	1	461033	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	LEONARDO TREVISAN VALENGA	107658564	1	270093	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	LEONICE VITO	35051490	1	270850	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	LUANA LOPES RIBEIRO	81427739	1	212425	II	3	II	5
DETRAN	DEAN	DEAD	LUCELIO ZEMBRUSKI	128677780	1	510617	III	6	III	9
DETRAN	DTTE	DTTE	LUIZ ALBARELLO JUNIOR	101585255	1	622409	III	3	III	5

DETRAN	DTTE	DTTE	LUIZ CARLOS DE SOUZA	49217242	1	212020	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	LUIZ ORIVALDO MORGUETE	13797471	2	269938	I	3	I	5
DETRAN	DTTE	DTTE	MAGNOS NOTTAR	48950809	1	185943	I	3	I	5
DETRAN	DTTE	DTTE	MANOELA CORTIANI TAVARES	63080489	1	579835	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	MARCELO BERTIPALHA CABRAL	78362294	1	622412	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	MARCELO DE OLIVEIRA DA PAIXÃO	83836768	1	212443	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	MARCELO NERY DOS SANTOS	89402123	1	523247	III	4	III	6
DETRAN	DTTE	DTTE	MARCIA APARECIDA NABARRO	73280680	1	272053	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	MARCIA DO CARMO SANTOS ZVERIZICOVSKI POOL	54136510	1	270405	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	MARCIO CLEBER SECHI PINAFFI	89868343	1	523733	III	4	III	6
DETRAN	DTTE	DTTE	MARCIO FERNANDO MICHALOSKI	69845207	2	270761	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	MARCOS JOSE HACUL	33247109	1	176071	I	5	I	7
DETRAN	DTTE	DTTE	MARCOS JOSÉ MAYER	82187219	1	461854	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	MARCOS ROBERTO FRANCISCO	71894630	4	472469	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	MARCOS ROBERTO MODOS	52986567	1	271393	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	MARGARETHE APARECIDA DE MELO GARCIA	64519085	1	212201	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	MARIA CRISTINA CREVELARO DA SILVA	5185882	1	462594	II	1	II	3
DETRAN	DXAU	DXAU	MARIA DAS GRAÇAS SOUZA GOMES	88338332	1	192772	I	10	I	12
DETRAN	DTTE	DTTE	MARIA INES GARCIA DE OLIVEIRA KOGA	63458279	1	455595	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	MARIANA SCARMOCIN	83630116	1	523167	III	4	III	6
DETRAN	DTTE	DTTE	MARIDINA CARNEIRO	47448557	1	270803	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	MARILENE ALVES DE ANDRADI	30743601	1	524168	III	4	III	6
DETRAN	DTTE	DTTE	MARILIANE BRESOLA	86566621	1	455480	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	MARINELLA FERNANDES TREVISANI	36338792	3	270853	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	MARINEZ SALETE PIZZATTO BASSANELLO	34934916	1	270996	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	MARISETE DAIANA BOETCHER BRUNETTO	79439398	1	461773	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	MARIZA PABIS	32935133	2	461115	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	MARLI TEREZINHA DE OLIVEIRA LIMA	81952850	1	523239	III	4	III	6
DETRAN	DTTE	DTTE	MARLON HELMICH	77836160	1	212385	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	MARTA PELIZER	30329724	1	510584	III	4	III	6
DETRAN	DTTE	DTTE	MARY HELLEN TELES CHAVES	69749640	1	212288	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	MAURO CEZAR DOMINGUES DE SOUZA	69456162	1	270709	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	MAURO FERREIRA DO VALE	38202405	1	270932	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	MAYCON UTUMI MONTEIRO	83685182	1	511941	III	4	III	6
DETRAN	DTTE	DTTE	MAYLTON ALEX BATISTA ABRANTES	62643692	1	455477	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	MICHAEL DAVID APARECIDO DE SOUZA	80476990	1	269965	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	MICHELLY DAIANA ALVES RODRIGUES SCHLINDWEIN	85009281	1	455485	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	MILTON CARLOS DE BARROS	36813830	2	211900	I	3	I	5
DETRAN	DTTE	DTTE	MORGANA DE CARVALHO FERRAZ	82491287	1	455557	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	NADIA MARIA GONÇALVES	97625891	2	527610	III	4	III	6
DETRAN	DTTE	DTTE	NAIR BENTO	31520452	1	211875	I	7	I	9
DETRAN	DTTE	DTTE	NANCI APARECIDA ZANDONA	41367024	1	270845	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	NILCE MARIA BRESOLIN	12523343	1	269924	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	NOELI VAZ ARTIGAS	70843617	1	454643	II	1	II	3

DETRAN	DTTE	DTTE	PATHRICIA CASSERO PEREIRA BODZIAK	84701947	1	523211	III	4	III	6
DETRAN	DTTE	DTTE	PATRICIA DE MOURA JORGE ZANON	75246170	1	462508	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	PAULA MARIA QUONG FERNANDES	79746134	2	270273	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	PAULO CEZAR OHREN	40161414	1	180913	I	7	I	9
DETRAN	DTTE	DTTE	PAULO HENRIQUE SOVINSKI	79563714	1	212395	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	PIETRO NUNES LOZOVE	83184370	1	454438	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	RAFAEL MARIENSKI	94350310	1	413955	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	RAFAEL SALGUEIRO FLORESTA	68448905	1	455871	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	REGIANE APARECIDA DOS SANTOS PINTO	72610660	1	454506	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	REGINALDO ANTONIO ROSSANO	72649877	1	270689	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	REGINALDO VENANCIO CAPARROZ	88309260	1	212481	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	RENATA CARVALHO FURTADO DOS SANTOS	78186100	1	455856	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	RENATA SCHVINSKI	71542297	1	454546	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	RENATO DE SOUZA CUNHA	65867648	39	280952	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	RICARDO DE OLIVEIRA EGIDO	95474829	1	271601	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	RICARDO JOSE FREITAS QUEIROZ	68167310	1	270767	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	RICARDO MARQUES DA COSTA	42653551	1	414016	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ROBERTO HIROCHI SATAKE	125852769	1	455950	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	RODRIGO FIGUEIREDO KUME	72630106	1	212325	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	RODRIGO KOZAKIEWICZ	107677054	1	270054	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ROGERIO LAUTENSCHLAGER AMBROSIO	64365460	1	456219	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	ROLF JONAS GONSALVES	88024699	1	270248	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ROSANA LAIS DO CARMO	41886323	1	182198	I	10	I	12
DETRAN	DTTE	DTTE	ROSANE ROSSO	59816403	1	413736	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ROSANGELA DA SILVA LEBID	42734918	1	271008	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	ROSANI COSTA DE MORAIS	40824286	1	181421	I	7	I	9
DETRAN	DTTE	DTTE	ROSELI REGINA STIMER	20223375	1	170591	I	10	I	12
DETRAN	DTTE	DTTE	ROSILEI ORIDES QUINTINO	93028961	90	249943	III	4	III	6
DETRAN	DTTE	DTTE	ROSIMERI CAMPERA WEBER	61936955	98	72525	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	RUDIMAR BARCELOS ALVES TRINDADE	66201147	1	271429	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	SALETE APARECIDA FERRAZ	75568959	1	436109	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	SALLES BARBOSA PEREIRA	83186402	1	270276	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	SANDRA MAGALY DE PAULA VALERIO	49908180	1	270415	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	SANDRA REGINA MARINI	41606991	1	270860	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	SANDRO ANDRE PAINTNER TORRES	60177090	1	461977	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	SELMA IARA BROCKELT	31886066	1	270863	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	SERGIO CORREA DOS SANTOS	40304339	1	510468	III	4	III	6
DETRAN	DTTE	DTTE	SERGIO DE SOUZA LOPES	51695364	1	270322	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	SERGIO FERREIRA	61845267	1	270501	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	SIBELI LUSTOSA DE CAMARGO	91779706	1	523146	III	4	III	6
DETRAN	DTTE	DTTE	SILVANA PERALTA	64317199	1	212196	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	SILVANO DE SOUZA REGO	49493371	1	212023	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	SILVIA AKIE HIGUCHI	51491467	1	454498	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	SILVIA CRISTIANE DE LIMA	76687102	1	270681	II	3	II	5

DETRAN	DTTE	DTTE	SILVIA ELIANE DOS SANTOS STOCCO	71458636	1	270734	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	SIRLEI LOURENÇO DE LARA	41967765	1	211942	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	SONIA MARIA USAI OIO	44903075	1	455985	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	SONNE GOMES DE OLIVEIRA	68653223	1	622483	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	SUZANA MARIA BRUIANI	84006246	1	456052	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	THATIANE THEREZIO BUENO	76179948	1	523123	III	4	III	6
DETRAN	DTTE	DTTE	THIAGO CAPRONI MONTEIRO	73045983	1	270576	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	THIAGO MICHALICHEN	94263808	1	269955	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	VALDOMIRO VASSELEK	85952366	1	436188	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	VANESSA RODRIGUES NOGAROLLI	91760991	1	456108	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	VANESSA TORREZAN DO NASCIMENTO	80794274	1	212409	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	VANIA VIDAL NAZARIO	85406124	1	523084	III	4	III	6
DETRAN	DTTE	DTTE	VILMA ELISABETE TONON	15717688	1	414024	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	VILMAR DE OLIVEIRA	67207076	1	462590	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	VINICIUS AUGUSTO DE OLIVEIRA FADEL	85681877	1	271697	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	VIVIANE KOCH MAIA	66314480	1	270458	II	3	II	5

77492/2019

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/DETRAN nº. 042

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência e o Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Paraná, face as atribuições contidas na Lei Estadual nº 8485/1987, Lei Estadual nº 7811/1983 e considerando a Lei Estadual nº 18.467 de 27 de abril de 2015 e o contido no protocolado nº 15.699.142-2,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, aos ocupantes dos cargos de Auxiliar de Atividades de Trânsito, Técnico de Atividades de Trânsito e Analista de Atividades de Trânsito, do Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Paraná, na forma do artigo 13 da Lei Estadual nº 18467 de 27 de abril de 2015, atendidos os critérios estabelecidos na Resolução Conjunta SEAP/DETRAN nº 003 de 27 de junho de 2016, duas referências salariais a título de Progressão por Titulação na carreira, na forma do Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Determinar o processo de implantação e registro dos fatos da progressão, nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de agosto de 2019

Reinhold Stephanes,
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Cesar Vinicius Kogut,
Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Paraná

ANEXO ÚNICO
RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/DETRAN Nº 042
PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO

							DA		PARA	
ÓRGÃO	ÓRGÃO	CARGO	NOME	RG	LF	ID	CL	REF	CL	REF
DETRAN	DTTE	DTTE	ADEILTON FERREIRA DA SILVA	56767150	1	212089	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ALESSANDRA JULIA DO NASCIMENTO PLANTES	53026125	2	270408	I	3	I	5
DETRAN	DXAU	DXAU	ANACLETO BASSO	35564900	1	178125	I	11	I	12
DETRAN	DTTE	DTTE	ANDREA LUCIA MOSCOGLIATO	35672508	1	231540	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	CARME LUCIANE GUIMARAES GALVÃO	86478129	1	456012	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	CAROLINE GISELE COMARELLA MACAGNAN	108298790	1	212736	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	CLEVERTON FRANCISCO CANAL	84295795	1	462181	II	1	II	3

DETRAN	DTTE	DTTE	DANIELA DE MELO GIACOMETTI	64077392	1	454471	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	DANIELLE ELISE FONSECA	61315691	1	454458	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	DEBORA DE FÁTIMA FARIA CARVALHO	37027510	2	270889	I	3	I	5
DETRAN	DTTE	DTTE	DOUGLAS DOS SANTOS BATISTA	80814593	1	622765	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	EDENICE DE OLIVEIRA MACIEL	83739827	1	270266	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ELAINE CRISTINA GERONIMO DIAS	53271014	1	270368	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ELENIR CORREA ENGROFF	34156344	1	510580	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	FRANCIELLE MARIA LOYOLA DANGUY	97451494	1	622756	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	HELIO MUDRAK	68555345	1	270677	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	JANICE DE ASSIS PONTES	14518770	1	269892	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	JONATAS JOSE ROSA	72021096	53	447119	III	4	III	6
DETRAN	DTTE	DTTE	JOSE VIEIRA DOS SANTOS	69441300	1	462617	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	JOYCE REGINA LESNIEWSKI	82694234	1	462184	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	JULIANO KUTIANSKI	96283920	1	622792	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	KARINA ISER	80146752	1	212407	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	LUIS ANTONIO STECHECHEM	64547330	1	270573	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	MARCIA VALERIA AGNOLETI COELHO	47057094	1	271007	II	3	II	5
DETRAN	DXAU	DXAU	MARI BERNADETE BESING	39254506	1	180284	I	3	I	5
DETRAN	DTTE	DTTE	MELISSA MARQUES CARRARO HERNANDES	46290860	1	523388	III	4	III	6
DETRAN	DTTE	DTTE	MIRIAM ZELIA BORGES DA SILVA	105878958	1	212634	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	MIRIAN MLENEK	44406543	1	184079	I	7	I	9
DETRAN	DTTE	DTTE	MOISES DO LAGO SANTOS	52004217	1	585233	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	NEIVA GIOTTO	64641069	1	270469	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	NILTON MARQUES DO NASCIMENTO	84853720	1	271684	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	ODILTON FERNANDO ZANOTTO	14355243	1	527888	III	3	III	5
DETRAN	DTTE	DTTE	RENAN DE OLIVEIRA	15518391	1	166308	I	3	I	5
DETRAN	DTTE	DTTE	SERGIO KRINTCHEF JANDER	39374684	5	270795	I	1	I	3
DETRAN	DTTE	DTTE	VIVIANE QUINTINO PONTES	59318543	1	456117	II	1	II	3

77496/2019

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/DETRAN nº. 043

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência e o Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Paraná, face as atribuições contidas na Lei Estadual nº 8485/1987, Lei Estadual nº 7811/1983 e considerando a Lei Estadual nº 18.467 de 27 de abril de 2015 e o contido no protocolado nº 15.779.501-5,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, aos ocupantes dos cargos de Auxiliar de Atividades de Trânsito, Técnico de Atividades de Trânsito e Analista de Atividades de Trânsito, do Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Paraná, na forma do artigo 13 da Lei Estadual nº 18467 de 27 de abril de 2015, atendidos os critérios estabelecidos na Resolução Conjunta SEAP/DETRAN nº 003 de 27 de junho de 2016, duas referências salariais a título de Progressão por Titulação na carreira, na forma do Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Determinar o processo de implantação e registro dos fatos da progressão, nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de agosto de 2019

Reinhold Stephanes,
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Cesar Vinicius Kogut,
Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Paraná

PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO
RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/DETRAN Nº 043
ANEXO ÚNICO

							DA		PARA	
ÓRGÃO	ÓRGÃO	FUNÇÃO	NOME	RG	LF	ID	CL	REF	CL	REF
DETRAN	DTTE	DTTE	ALESSANDRA DE LIMA	69681816	1	270783	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	CRISTIANE ANDREA CHALCOSKI MONTALVO	49118821	1	270379	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	DENISE MOREIRA DE PAULA PINTO	75162731	1	456115	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	EDUARDO CARVALHO TAVARES	84354791	1	454613	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	FRANCISCO MAIA NETO	33408447	1	270955	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	JOCIMAR FARIA	92096530	1	212489	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	LUCIANA CARLA DE MORAES SANTOS	53341667	1	212071	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	LUCIANE LEDUC MEAURIO	64901036	1	270495	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	REGIS MATZENBACHER JUNIOR	75952201	1	212367	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	SIMONE CECCON ONGARO	85648128	2	454064	II	1	II	3

77499/2019

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/DETRAN nº. 044

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência e o Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Paraná, face as atribuições contidas na Lei Estadual nº 8485/1987, Lei Estadual nº 7811/1983 e considerando a Lei Estadual nº 18.467 de 27 de abril de 2015 e o contido no protocolado nº 15.886.371-5,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, na forma do artigo 14 da Lei Estadual nº 18.467 de 27 de abril de 2015, atendidos os critérios de Merecimento, estabelecidos na Resolução Conjunta SEAP/DETRAN nº 002 de 27 de junho de 2016, para os cargos de Auxiliar de Atividades de Trânsito, Técnico de Atividades de Trânsito e Analista de Atividades de Trânsito, do Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Paraná, de acordo com o Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Determinar o processo de implantação e registro dos fatos da promoção, nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de agosto de 2019

Reinhold Stephanes,
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Cesar Vinicius Kogut,
Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Paraná

PROMOÇÃO POR MERECIMENTO
RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/DETRAN Nº 044
ANEXO ÚNICO

							DA		PARA	
ÓRGÃO	CARGO	FUNÇÃO	NOME	RG	LF	ID	CL	REF	CL	REF
DETRAN	DTTE	DTTE	CLEUSDETE CEQUINEL	14576509	1	485770	III	6	II	1
DETRAN	DTTE	DTTE	DENISE OLIVEIRA DE PAULA	67262573	1	485790	III	4	II	1
DETRAN	DTTE	DTTE	EVANDRO ALCANTARA	58185183	1	486027	III	6	II	1
DETRAN	DTTE	DTTE	EVERSON PESSONI	59561740	1	485804	III	6	II	1
DETRAN	DTTE	DTTE	GELSON SALVI GONÇALVES	85750143	1	485837	III	6	II	1
DETRAN	DTTE	DTTE	SEBASTIÃO RAMOS DA COSTA	128216774	1	486013	III	6	II	1

77501/2019

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/DETRAN nº. 045

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência e o Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Paraná, face as atribuições contidas na Lei Estadual nº 8485/1987, Lei Estadual nº 7811/1983 e considerando a Lei Estadual nº 18.467 de 27 de abril de 2015 e o contido no protocolado nº 15.886.445-2

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, aos ocupantes dos cargos de Auxiliar de Atividades de Trânsito, Técnico de Atividades de Trânsito e Analista de Atividades de Trânsito, do Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Paraná, na forma do artigo 13 da Lei Estadual nº 18467 de 27 de abril de 2015, atendidos os critérios estabelecidos na Resolução Conjunta SEAP/DETRAN nº 003 de 27 de junho de 2016, duas referências salariais a título de Progressão por Titulação na carreira, na forma do Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Determinar o processo de implantação e registro dos fatos da progressão, nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de agosto de 2019

Reinhold Stephanes,
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Cesar Vinicius Kogut,
Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Paraná

PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO
RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/DETRAN Nº 045
ANEXO ÚNICO

ÓRGÃO	CARGO	FUNÇÃO	NOME	RG	LF	ID	DA		PARA	
							CL	REF	CL	REF
DETRAN	DTTE	DTTE	CRISTIANA FELLIPE DE SOUZA	59207784	1	524091	III	4	III	6
DETRAN	DTTE	DTTE	DENISE OLIVEIRA DE PAULA	67262573	1	485790	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	EVERSON PESSONI	59561740	1	485804	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	GELSON SALVI GONÇALVES	85750143	1	485837	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	ILANIR MARIA WAGNER OLIVEIRA	53154646	1	271379	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	RONALDO MANZATO	81401110	1	212424	II	3	II	5
DETRAN	DTTE	DTTE	SEBASTIÃO RAMOS DA COSTA	128216774	1	486013	II	1	II	3
DETRAN	DTTE	DTTE	TIAGO GOLIA CARLOTTO DOS SANTOS	73981310	40	287988	II	1	II	3

77503/2019

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEAB/IAPAR Nº 360

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, o Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Diretor-Presidente do Instituto Agronômico do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, considerando a necessidade de aprovar em conjunto o contido na Lei Estadual nº 18.005, de 27 de março 2014, disposto nos Artigos 21, 23, 31 e 56 referentes à aplicação das Progressões Funcionais por Capacitação Complementar e Aperfeiçoamento aos servidores pertencentes à estrutura organizacional do IAPAR, conforme contemplado no protocolo nº 15.491.262-2,

RESOLVEM

Art. 1º Conceder os avanços das referências salariais, correspondente às Progressões Funcionais aos servidores que adquiriram o direito de avanço na carreira de acordo com as determinações previstas na Lei Estadual nº 18.005/2014, dispostas nos Artigos 21, 23, 31 e 56.

Art. 2º Os servidores de ambas carreiras serão alocados na tabela salarial conforme definido na Lei Estadual nº 18.005/2014, disposto nos Artigos 31, 23, 31 e 56, na forma do ANEXO ÚNICO que integra esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e funcionais a partir de 01 de dezembro de 2018.

Curitiba, 13 de agosto de 2019.

Reinhold Stephanes,
Secretário de Estado da Administração e da Previdência.

Norberto Anacleto Ortigara,
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Natalino Avance de Souza,
Diretor-Presidente Interino do Instituto Agronômico do Paraná.

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEAB/IAPAR Nº 360

PROTOCOLO Nº 15.491.262-2

Progressão por Capacitação Complementar – Artigo 21 da Lei 18.005/2014.

ID	RG	NOME	LF	CARGO	CLASSE	DE RFF	PARA RFF
----	----	------	----	-------	--------	--------	----------

173478	30399773	AILTON JOSE BRIZOLA	1	ASSISTENTE EM C& T	A	5	7
540407	60852219	ALESSANDRO ZAMBERLAN RIBEIRO	1	AUXILIAR EM C & T	A	2	4
275458	70276968	ALISSON NERI	2	ANALISTA EM C & T	C	7	9
179054	36807687	CICERA MARTIMIANO	1	ASSISTENTE EM C& T	A	8	10
182645	42432245	CLEONICE MEDEIROS CONTINI	1	ANALISTA EM C & T	B	3	5
174394	31329663	EDSON LUIZ CELICE	1	ASSISTENTE EM C& T	A	5	7
234794	40301810	JACQUELINE HITOMI NAKAO SAWADA BURATTO	1	ASSISTENTE EM C& T	A	9	10

Progressão por Aperfeiçoamento – Artigo 23 da Lei 18005/2014

ID	RG	NOME	LF	CARGO	DE CL	DE REF	PARA REF
458588	55041024	AGNALDO PRAZERES DE LIMA	1	ASSISTENTE EM C& T	A	6	8
460893	62774282	CINARA MAISTRO MAMPRIM VOLSO	1	ASSISTENTE EM C& T	A	5	7
275482	73109582	CINTIA SORANE GOOD KITZBERGER SACOMAN	2	ASSISTENTE EM C& T	A	5	7
458728	92513602	CLAYTON SEZAR DA SILVA MACHADO	1	ASSISTENTE EM C& T	A	6	8
460606	45581870	CLOVIS AY MORE	1	ASSISTENTE EM C& T	A	4	6
71828	53081991	ELOIR MYSKA	96	ASSISTENTE EM C& T	A	6	8
189703	61660585	MIGUEL LIZANDRO KOBILARZ	1	ASSISTENTE EM C& T	A	8	10
252651	85055046	RENATO CAMPOLINO BIANCATTO	3	ASSISTENTE EM C& T	A	6	8
235473	77281304	ROSINEI APARECIDA DE SOUZA IWAMA	99	ASSISTENTE EM C& T	A	6	8
458985	21421464	SIRLEI FERNANDES NUNES	1	ASSISTENTE EM C& T	A	8	10
458648	125322433	TANARA GARCIA DE NOVAES FLORENCIO	1	ASSISTENTE EM C& T	A	6	8
458650	84937843	VANESSA HITOMI SUGAHARA RODRIGUES	1	ASSISTENTE EM C& T	A	6	8
459822	83972149	VILSON JOSE TEIXEIRA ROZENDO	1	ASSISTENTE EM C& T	A	6	8

Progressão Por Capacitação Complementar – Artigo 31 da Lei 18.005/2014

ID	RG	NOME	LF	CARGO	DE CL	DE REF	PARA REF
537578	130924107	ANDRESSA CRISTINA ZAMBONI MACHADO	1	PESQUISADOR	B	8	10
530427	129710276	CEZAR FRANCISCO ARAUJO JUNIOR	1	PESQUISADOR	B	7	8
462902	126453418	EDUARDO FERMINO CARLOS	1	PESQUISADOR	B	8	9
615182	37572055	JOSIANE BURKNER DOS SANTOS	1	PESQUISADOR	B	4	6
615277	70758059	SANDRA CRISTINA VIGO	1	PESQUISADOR	B	4	5

77519/2019

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEAB/IAPAR Nº 361

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, o Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Diretor-Presidente do Instituto Agrônômico do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de aprovar em conjunto o previsto nos Artigos 20 e 56 da Lei Estadual nº 18.005, de 27 março 2014, ao servidor pertence à estrutura organizacional do Instituto Agrônômico do Paraná – IAPAR, conforme contemplado no protocolo nº 15.629.282-6,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder o avanço de 01 (uma) referência salarial, correspondente à Progressão Funcional por Avaliação de Desempenho ao servidor da carreira de Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia, que adquiriu o direito de avanço na carreira de acordo com as determinações previstas na Lei Estadual nº 18.005/2014, dispostas nos Artigos 20 e 56, conforme segue:

ID	RG	NOME	LF	CARGO	CLASSE	DE REF	PARA REF
521761	98096418	BRUNO NUNES DA SILVEIRA	3	AUXILIAR EM C& T	A	1	2

Art. 2º O servidor será alocado na tabela salarial conforme definido na Lei Estadual nº 18.005/2014, disposto nos Artigos 20 e 56. Art.

3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de agosto de 2019.

Reinhold Stephanes,

Secretário de Estado da Administração e da Previdência.

Norberto Anacleto Ortigara,

Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Natalino Avance de Souza,

Diretor-Presidente Interino do Instituto Agrônômico do Paraná.

77521/2019

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEAB/IAPAR Nº 362

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, o Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Diretor-Presidente interino do Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR, no uso das suas atribuições legais, considerando a necessidade de aprovar em conjunto o contido na Lei Estadual nº 18.005, de 27 de março de 2014, disposto nos Artigos 26, 33, 50 e 56, referente à aplicação da evolução funcional por Promoção aos servidores pertencentes à estrutura organizacional do IAPAR, conforme contemplado no protocolado nº 15.761.392-8,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder o avanço das referências salariais referente à evolução funcional por Promoção aos servidores que adquiriram o direito de avanço na carreira de acordo com as determinações previstas na Lei Estadual nº 18.005/2014, disposto nos Artigos 26, 33, 50 e 56.

Art. 2º Os servidores serão alocados na tabela salarial conforme definido na Lei Estadual nº 18.005/2014, disposto nos Artigos 26, 33, 50 e 56, na forma do Anexo Único que integra esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor no 1º dia do mês em que for publicada.

Curitiba, 13 de agosto de 2019.

Reinhold Stephanes,
Secretário de Estado da Administração e da Previdência.

Norberto Anacleto Ortigara,
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Natalino Avance de Souza,
Diretor-Presidente Interino do Instituto Agrônômico do Paraná.

Protocolo nº 15.761.392-8

Anexo Único
Servidores da Carreira de Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia
Aplicação dos Artigos 50 e 56 da Lei Estadual nº 18.005/2014

Nº	ID	NOME	LF	RG	CARGO	DE CLASSE	DE REF	PARA CLASSE	PARA REF
1	275458	ALISSON NERI	2	70276968	ANALISTA EM C & T	C	10	B	5
2	615261	CASSIO CAETANO DE FARIA	1	67134117	ANALISTA EM C & T	C	5	B	1
3	428294	DIEISSON LUIZ GONCALVES	2	69510159	ASSISTENTE EM C & T	B	5	A	1
4	565309	JEFFERSON PASCOINI	2	98265244	AUXILIAR EM C & T	C	7	A	1
5	458962	JOAO LUIZ GILBERTO DE CARVALHO	1	48828221	ANALISTA EM C & T	B	10	A	5
6	487752	JULIO GABRIEL MILDEMBERG DEDA	3	76158487	AUXILIAR EM C & T	C	7	A	1
7	444444	LUIZ RIBEIRO DOS SANTOS	2	93060768	AUXILIAR EM C & T	C	7	A	1
8	470638	NILSON ROGERIO BARRIOS PERACOLI	2	75005229	ASSISTENTE EM C & T	B	7	A	1
9	170014	PAULO JOAQUIM HUMMIG	1	19534499	ANALISTA EM C & T	B	15	A	10

Servidores da Carreira de Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia
Aplicação dos Artigos 26 e 56 da Lei Estadual nº 18.005/2014

Nº	ID	NOME	LF	RG	CARGO	DE CLASSE	DE REF	PARA CLASSE	PARA REF
1	184735	JOSE DE JESUS CARVALHO	1	45496775	AUXILIAR EM C & T	B	15	A	9
2	182186	LAERCIO PEDRO DE OLIVEIRA	1	41869615	AUXILIAR EM C & T	B	15	A	9
3	179563	NOEL DA SILVA	1	37705888	AUXILIAR EM C & T	B	15	A	9

Servidores da Carreira Técnico-Científica
Aplicação dos Artigos 33 e 56 da Lei Estadual nº 18.005/2014

Nº	ID	NOME	LF	RG	CARGO	DE CLASSE	DE REF	PARA CLASSE	PARA REF
1	460464	ANDRE LUIS FINKLER DA SILVEIRA	1	125673783	PESQUISADOR	B	6	A	1
2	615276	ANDRE LUIZ JOHANN	1	54891016	PESQUISADOR	C	5	B	1
3	401553	CAROLINA MARIA GASPAR DE OLIVEIRA	52	109430501	PESQUISADOR	C	5	B	1
4	462902	EDUARDO FERMINO CARLOS	1	126453418	PESQUISADOR	B	11	A	6
5	458694	GUSTAVO HIROSHI SERA	1	56954953	PESQUISADOR	B	8	A	3
6	615097	HEVANDRO COLONHESE DELALIBERA	1	88189850	PESQUISADOR	C	6	B	1
7	275445	HEVERLY MORAIS	52	53929850	PESQUISADOR	B	8	A	3
8	462910	KATIA FERNANDA GOBBI	1	126641060	PESQUISADOR	B	8	A	3
9	458730	MATEUS CARVALHO BASILIO DE AZEVEDO	1	68752957	PESQUISADOR	B	8	A	3
10	406100	NORMA KIYOTA	1	39119820	PESQUISADOR	B	10	A	5

77523/2019

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SESA nº 151

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência e o Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido na Lei nº 18.136 de 03 de julho de 2014, complementada pela Lei nº 18.601 de 30 de outubro de 2015, do Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde – QPSS e o disposto no protocolado nº 15.854.457-1.

RESOLVEM:

Art. 1º Aplicar o instituto da Promoção por Merecimento aos servidores ocupantes dos cargos de Promotor de Saúde Fundamental, Promotor de Saúde Execução e Promotor de Saúde Profissional, que atenderam aos requisitos da Lei nº 18.136 de 03 de julho de 2014, artigo 8º, parágrafo 3º e 4º, conforme Anexo Único da presente Resolução Conjunta.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de agosto de 2019

REINHOLD STEPHANES

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

DR. CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO

(BETO PRETO)

Secretário de Estado da Saúde do Paraná

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SESA Nº 151									
ANEXO ÚNICO - PROMOÇÃO POR MERECIMENTO - PRM - MAIO DE 2019									
ORGÃO	NOME	RG	LF	CL	REF	CL	REF	A PARTIR DE	
FUNSAUDE	ANGELITA KOBAY PRESTES	65810980	1	C	6	B	1	17/05/2019	
FUNSAUDE	CARMEM LUCIA KNOPIK	37106356	1	C	2	B	1	31/05/2019	
FUNSAUDE	DANIEL COLMAN	61862072	1	C	6	B	1	30/05/2019	
FUNSAUDE	DECIO JARDIM	7253664	1	B	1	A	1	09/05/2019	
FUNSAUDE	TEREZINHA ANDREOLA	14895396	1	C	4	B	1	08/05/2019	

77540/2019

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SESA nº 152

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência e o Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido na Lei nº 18.136 de 03 de julho de 2014, complementada pela Lei nº 18.601 de 30 de outubro de 2015, do Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde – QPSS e o disposto no protocolado nº 15.854.611-6.

RESOLVEM:

Art. 1º Aplicar o instituto da Progressão por Merecimento aos servidores ocupantes dos cargos de Promotor de Saúde Fundamental, Promotor de Saúde Execução e Promotor de Saúde Profissional, que atenderam aos requisitos da Lei nº 18.136 de 03 de julho de 2014, artigo 9º, parágrafo 2º, conforme Anexo Único da presente Resolução Conjunta.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de agosto de 2019

REINHOLD STEPHANES

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

DR. CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO

(BETO PRETO)

Secretário de Estado da Saúde do Paraná

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SESA Nº 152									
ANEXO ÚNICO - PROGRESSÃO POR MERECIMENTO - PGM - MAIO DE 2019									
ORGÃO	NOME	RG	LF	CL	REF	CL	REF	A PARTIR DE	
FUNSAUDE	ADILSON JOSE DO NASCIMENTO KOWALSKI	37823724	2	A	7	A	9	20/05/2019	
FUNSAUDE	ADRIANE DURAU GONCALVES	82063080	2	C	4	C	6	30/05/2019	

FUNSAUDE	ADRIANE MIRO VIANNA BENKE PEREIRA	16760757	1	B	3	B	5	30/05/2019
FUNSAUDE	ALDO ROSEVICS	10786185	3	A	3	A	5	09/05/2019
FUNSAUDE	ALINE APARECIDO MENDES	93210344	1	C	4	C	6	02/05/2019
FUNSAUDE	ANA CAROLINA ALCANTARA RICOBELO	65915103	2	C	2	C	4	16/05/2019
FUNSAUDE	ANA CAROLINE DE OLIVEIRA PARMACENE	77055436	1	C	4	C	6	02/05/2019
FUNSAUDE	ANDRIELY SCHWARTZ BENTO DIAS	68989540	1	B	1	B	3	07/05/2019
FUNSAUDE	ANGELA CELIA GUILHERME	14489479	1	C	4	C	6	03/05/2019
FUNSAUDE	ANILDO TONELLO	45505197	1	A	6	A	8	13/05/2019
FUNSAUDE	APARECIDO VITOR DE ALMEIDA	32181422	2	A	3	A	5	15/05/2019
FUNSAUDE	BRUNA LUIZA DUTRA DE MELLO	81011346	1	C	4	C	6	24/05/2019
FUNSAUDE	BRUNO VINICIUS BANHUK	84009504	2	C	4	C	6	02/05/2019
FUNSAUDE	CARMEM ESPERANCA DROPZAK	16208523	1	A	7	A	9	28/05/2019
FUNSAUDE	CARMEM LUCIA KNOPIK	37106356	1	B	1	B	3	31/05/2019
FUNSAUDE	CAROLINE GIANNA DA SILVA	101807924	1	B	3	B	5	06/05/2019
FUNSAUDE	CESAR AUGUSTO CAPELLARI	50511030	2	C	4	C	6	20/05/2019
FUNSAUDE	CHRISTIANE MADRID FINCK FERREIRA	60608938	1	C	4	C	6	06/05/2019
FUNSAUDE	CLAUDIA REGINA CAPRIGLIONI CANCIAN	35513493	2	A	3	A	5	22/05/2019
FUNSAUDE	CRISTINA DO ROSARIO CHARELLO	76196877	1	C	4	C	6	10/05/2019
FUNSAUDE	CRISTINA YURIE SEKINE	38847198	1	B	3	B	5	30/04/2019
FUNSAUDE	DANIELE KARPINSKI	61591290	1	C	4	C	6	29/04/2019
FUNSAUDE	DECIO JARDIM	7253664	1	A	1	A	3	09/05/2019
FUNSAUDE	DENISE DOS SANTOS SILVA	62290056	1	C	4	C	6	07/05/2019
FUNSAUDE	DONIZETI DE AZEVEDO RODRIGUES	30411552	2	A	6	A	8	14/05/2019
FUNSAUDE	DRIELY FERNANDA DE LIMA FERREIRA	88945719	1	C	4	C	6	13/05/2019
FUNSAUDE	EDICLEIA TERESINHA BRANCO MARTINS	76889813	1	C	4	C	6	02/05/2019
FUNSAUDE	EDNA YOSHIKO YAMADA NAKANISHI	15907118	2	A	3	A	5	28/05/2019
FUNSAUDE	ELIAS FERREIRA	50825167	1	C	4	C	6	06/05/2019
FUNSAUDE	ELMIDE FATIMA TESTA	43260901	1	C	4	C	6	17/05/2019
FUNSAUDE	ELTON EDUARDO RIBEIRO	41529539	2	A	6	A	8	13/05/2019
FUNSAUDE	ELTON PAQUALLI NUNES	101485927	1	B	1	B	3	06/05/2019
FUNSAUDE	ELYANE MOZELLI PADIAL	50079651	1	A	6	A	8	28/05/2019
FUNSAUDE	EMILINHA DE FATIMA ZAPPELLON	11641954	1	A	6	A	8	20/05/2019
FUNSAUDE	EZILDA APARECIDA MENDES DA ROSA	47479509	1	C	4	C	6	07/05/2019
FUNSAUDE	FABIO ROBERTO BATISTELLA	46394070	52	C	4	C	6	08/05/2019
FUNSAUDE	FERNANDO BRAZ PAULI	101406369	1	B	1	B	3	02/05/2019
FUNSAUDE	FRANCISCO EDUARDO MANASSES	30441435	1	B	3	B	5	29/05/2019
FUNSAUDE	JANAINA PEDRO PEREIRA	93788486	1	C	4	C	6	20/05/2019
FUNSAUDE	JANAINA SANSON FREITAS	93447166	1	C	4	C	6	02/05/2019
FUNSAUDE	JOAO TORRES PEREIRA JUNIOR	12680309	1	A	1	A	3	13/05/2019
FUNSAUDE	JUCELIA STUDZINSKI KAVA MARTINS	101929469	1	B	3	B	5	31/05/2019
FUNSAUDE	KATIA REGINA BIAZUS AGUIAR	42897191	1	A	6	A	8	02/05/2019
FUNSAUDE	LEONIR DE FATIMA DE OLIVEIRA	34314985	1	C	4	C	6	07/05/2019
FUNSAUDE	LETICIA APARECIDA DA CRUZ	89926947	1	C	4	C	6	03/05/2019
FUNSAUDE	LUCENE CARMEN MANFREDINI GAFFION	11258069	1	A	7	A	9	17/05/2019
FUNSAUDE	LUIZ FERNANDO CORDEIRO	98404538	1	C	4	C	6	10/05/2019
FUNSAUDE	MARA LUCIA PINTO	54428316	1	C	4	C	6	02/05/2019
FUNSAUDE	MARCIO OLINISKI KONIG	54549962	1	B	1	B	3	15/05/2019
FUNSAUDE	MARCOS VINICIUS OLIVEIRA DA COSTA	42352942	1	A	6	A	8	13/05/2019
FUNSAUDE	MARCUS VINICIUS OSSOWSKY	61411836	2	C	4	C	6	02/05/2019
FUNSAUDE	MARIA CLAUDETE SAVELLI GOMES	6585477	2	A	5	A	7	31/05/2019
FUNSAUDE	MARIA DE LOURDES DA MATA	40890831	1	A	4	A	6	15/05/2019
FUNSAUDE	MARIA DO CARMO PEDREIRA MILANEZ	9907602	2	A	6	A	8	29/05/2019

FUNSAUDE	MARIO DE SOUZA MARTINS FILHO	63823813	2	A	6	A	8	20/05/2019
FUNSAUDE	MARIUSA LASCOSKI	40152202	1	A	7	A	9	29/05/2019
FUNSAUDE	MARLENE CRISTINA EUFRASIO PIVA	42443050	23	A	6	A	8	08/05/2019
FUNSAUDE	MARLENE TERESINHA DE SIQUEIRA	35080929	1	A	7	A	9	15/05/2019
FUNSAUDE	MARTA ROCHA	46034937	1	B	3	B	5	17/05/2019
FUNSAUDE	MIGUEL CARLOS KOSINSKI	20795638	1	A	6	A	8	29/05/2019
FUNSAUDE	MILTON RAMOS DE OLIVEIRA	45410234	1	C	4	C	6	14/05/2019
FUNSAUDE	NILTON MAMORU HAKAMADA	60148570	2	A	1	A	3	29/05/2019
FUNSAUDE	RAQUELLI BARBIERI	76255270	1	B	1	B	3	06/05/2019
FUNSAUDE	RAUL HIPOLITO DOS SANTOS	30928997	1	B	3	B	5	03/05/2019
FUNSAUDE	REGIANE GORET BECHER	33854188	1	B	1	B	3	02/05/2019
FUNSAUDE	RENATA FERREIRA GARCIA MUNIZ DE RESENDE	43049119	1	B	3	B	5	02/05/2019
FUNSAUDE	RENATA PEREIRA DE OLIVEIRA	126754728	2	C	4	C	6	31/05/2019
FUNSAUDE	ROSANA DO ROCIO GAPSKI	33073917	1	A	5	A	7	30/05/2019
FUNSAUDE	RUBENS SPINARDI	56793992	1	C	4	C	6	03/05/2019
FUNSAUDE	SANDRO HELENO APARECIDO DA SILVA	59550918	1	C	4	C	6	03/05/2019
FUNSAUDE	SEITI MIURA	20122072	1	A	3	A	5	28/05/2019
FUNSAUDE	SEITI MIURA	20122072	2	A	3	A	5	28/05/2019
FUNSAUDE	SILVIA APARECIDA KOPP BORGES	52486858	1	A	3	A	5	13/05/2019
FUNSAUDE	SILVIO MATEUS FERREIRA	67577450	1	C	4	C	6	03/05/2019
FUNSAUDE	SONIA APARECIDA DE SOUZA	56952586	1	C	4	C	6	30/04/2019
FUNSAUDE	SONIA REGINA GONSORKIEWICZ	30674030	1	B	3	B	5	31/05/2019
FUNSAUDE	VALDELICIO ADALBERTO DE ARAUJO	41067519	2	A	3	A	5	14/05/2019
FUNSAUDE	VALDIVINO DIAS DA LUZ	30003888	1	A	6	A	8	22/05/2019
FUNSAUDE	VALMIR FERMINO NUNES	131491280	1	C	4	C	6	20/05/2019
FUNSAUDE	VALMIR ROSA	131556934	1	C	4	C	6	30/05/2019
FUNSAUDE	VINICIUS TEIXEIRA URBANO DA SILVA	92157172	1	C	4	C	6	20/05/2019
FUNSAUDE	VIRGINIA DORIA SCATOLIN	10155738	1	A	8	A	9	17/05/2019
FUNSAUDE	VIVIANE MITIE HASHIMOTO HAYASHI	64038729	1	B	3	B	5	20/05/2019
FUNSAUDE	ZILMA DO ROCIO DA SILVA	53104606	54	C	4	C	6	06/05/2019

77541/2019

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SESA nº 153

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência e o Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido na Lei nº 18.136 de 03 de julho de 2014, complementada pela Lei nº 18.601 de 30 de outubro de 2015, do Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde – QPSS e o disposto no protocolado nº 15.854.963-8.

RESOLVEM:

Art. 1º Aplicar o instituto da Progressão por Antiquidade aos servidores ocupantes dos cargos de Promotor de Saúde Fundamental, Promotor de Saúde Execução e Promotor de Saúde Profissional, que atenderam aos requisitos da Lei nº 18.136 de 03 de julho de 2014, artigo 9º, parágrafo 1º, conforme Anexo Único da presente Resolução Conjunta.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de agosto de 2019

REINHOLD STEPHANES

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

DR. CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO

(BETO PRETO)

Secretário de Estado da Saúde do Paraná

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SESA N° 153								
ANEXO ÚNICO - PROGRESSÃO POR ANTIGUIDADE - PGA - MAIO DE 2019								
ORGÃO	NOME	RG	LF	DE			PARA	
				CL	REF	CL	REF	A PARTIR DE
FUNSAUDE	ALVARO DE ALMEIDA PACHECO NETO	91960818	2	C	3	C	4	26/05/2019
FUNSAUDE	ANDREIA QUIRINO SHIMAKAWA	72963768	1	C	3	C	4	16/05/2019

FUNSAUDE	CARLOS SASS GOOD	95986234	1	C	3	C	4	26/05/2019
FUNSAUDE	CAROLINI DANIELE PINTO TASCHETTO	64450891	1	C	3	C	4	05/05/2019
FUNSAUDE	CLESSIANE LIPSKI	72685865	1	C	3	C	4	19/05/2019
FUNSAUDE	EMERSON GRECCA	59533444	1	C	3	C	4	19/05/2019
FUNSAUDE	ILIANE APARECIDA VIEIRA SCHUSTER	78698772	1	C	3	C	4	06/05/2019
FUNSAUDE	JANETE WEINHARDT CIDRAL	65148722	1	C	3	C	4	01/05/2019
FUNSAUDE	JOAO ALFREDO GONCALVES GOSLAR	42371696	1	C	3	C	4	15/05/2019
FUNSAUDE	JOAO MAXIMINO ACCO	39131080	2	C	3	C	4	22/05/2019
FUNSAUDE	JONATAN GALVAO DE OLIVEIRA	86544105	1	C	3	C	4	29/05/2019
FUNSAUDE	MARLI FIGURA BELNIAKI	104131549	2	C	3	C	4	21/05/2019
FUNSAUDE	PAULO CESAR FRANK JUNIOR	73055792	1	C	3	C	4	13/05/2019
FUNSAUDE	ROBSON ANTONIO BASSI	85635042	1	C	3	C	4	05/05/2019
FUNSAUDE	RODRIGO DE MELLO COLACO	95450660	1	C	3	C	4	14/05/2019
FUNSAUDE	RODRIGO LORENZEN GOVEIA	76668604	1	C	3	C	4	06/05/2019

77544/2019

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SESA nº 154

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência e o Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido na Lei nº 18.136 de 03 de julho de 2014, complementada pela Lei nº 18.601 de 30 de outubro de 2015, do Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde – QPSS e o disposto no protocolado nº 15.872.555-0.

RESOLVEM:

Art. 1º Aplicar o instituto da Progressão por Merecimento aos servidores ocupantes dos cargos de Promotor de Saúde Fundamental, Promotor de Saúde Execução e Promotor de Saúde Profissional, que atenderam aos requisitos da Lei nº 18.136 de 03 de julho de 2014, artigo 9º, parágrafo 2º, conforme segue:

ORGÃO	NOME	RG	LF	DE		PARA		A PARTIR DE
				CL	REF	CL	REF	
FUNSAUDE	IRVANDO LUIZ CARULA	9113401	1	A	3	A	5	25/06/2019
FUNSAUDE	IRVANDO LUIZ CARULA	9113401	2	A	3	A	5	25/06/2019

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de agosto de 2019

REINHOLD STEPHANES

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

DR. CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO

(BETO PRETO)

Secretário de Estado da Saúde do Paraná

77547/2019

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SESA nº 155

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência e o Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido na Lei nº 18.136 de 03 de julho de 2014, complementada pela Lei nº 18.601 de 30 de outubro de 2015, do Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde – QPSS e o disposto no protocolado nº 15.877.273-6.

RESOLVEM:

Art. 1º Aplicar o instituto da Promoção por Merecimento aos servidores ocupantes dos cargos de Promotor de Saúde Fundamental, Promotor de Saúde Execução e Promotor de Saúde Profissional, que atenderam aos requisitos da Lei nº 18.136 de 03 de julho de 2014, artigo 8º, parágrafo 3º e 4º, conforme Anexo Único da presente Resolução Conjunta.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de agosto de 2019

REINHOLD STEPHANES

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

DR. CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO

(BETO PRETO)

Secretário de Estado da Saúde do Paraná

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SESA N° 155									
ANEXO ÚNICO - PROMOÇÃO POR MERECIMENTO - PRM - JUNHO DE 2019									
			DE			PARA			
ORGÃO	NOME	RG	LF	CL	REF	CL	REF	A PARTIR DE	
FUNSAUDE	ELIANE LOPES DA SILVA	64460153	1	C	4	B	1	17/06/2019	
FUNSAUDE	MADALENA GEOVANINI DA SILVA	68932718	1	C	6	B	1	24/06/2019	
FUNSAUDE	MARIA MARGARIDA ANDRADE SILVA	38929607	1	C	4	B	1	04/06/2019	
FUNSAUDE	VIOLETE PETITTO LAFORGA	126075227	1	C	4	B	1	07/06/2019	

77549/2019

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SESA n° 156

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência e o Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido na Lei nº 18.136 de 03 de julho de 2014, complementada pela Lei nº 18.601 de 30 de outubro de 2015, do Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde – QPSS e o disposto no protocolado nº 15.877.273-6.

RESOLVEM:

Art. 1º Aplicar o instituto da Promoção por Antiquidade aos servidores ocupantes dos cargos de Promotor de Saúde Fundamental, Promotor de Saúde Execução e Promotor de Saúde Profissional, que atenderam aos requisitos da Lei nº 18.136 de 03 de julho de 2014, artigo 8º, parágrafo 1º e 2º, conforme Anexo Único da presente Resolução Conjunta.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de agosto de 2019

REINHOLD STEPHANES

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

DR. CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO

(BETO PRETO)

Secretário de Estado da Saúde do Paraná

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SESA N° 156									
ANEXO ÚNICO - PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE - PRA - JUNHO DE 2019									
			DE			PARA			
ORGÃO	NOME	RG	LF	CL	REF	CL	REF	A PARTIR DE	
FUNSAUDE	ELIENE DE ASSIS	15502240	1	B	2	A	1	27/06/2019	

77551/2019

DESPACHO N°: 1384/2019

Protocolo n°: 15.487.980-3

Interessado: Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON/SEAP

Assunto: Procedimento licitatório – PE n° 62/2019 - SRP

Data: 13/08/2019

1. Trata-se de procedimento licitatório, modalidade Pregão, forma Eletrônica, de nº PE 062/2019 – SRP, tipo menor preço, composto por 06 (seis) lotes, visando o Registro de Preços, por um período de 12 (doze) meses, para futura e eventual aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – GRUPO IV (PRODUTOS EM PÓ), conforme especificações contidas no Edital e Anexos (fls. 490/540). O procedimento tem a finalidade de atender as necessidades do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, no Programa Estadual de Alimentação Escolar - PNAE, Colégios Estaduais Agrícolas e Florestais e demais estabelecimentos da Rede Pública Estadual de Ensino, vinculados à Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – SEED.

2. As empresas declaradas vencedoras se encontram relacionadas

abaixo:

RAZÃO SOCIAL	LOTE
BARRA DO TURVO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS – EIRELI	01
JACIARA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA.	02
ALNUTRI ALIMENTOS LTDA.	03 e 04
ALIBRA INGREDIENTES LTDA.	05
CONFEPAR AGRO-INDUSTRIAL COOPERATIVA CENTRAL	06

3. Após a divulgação do resultado da disputa dos Lotes do Pregão interpuseram recursos administrativos as seguintes empresas:

a) BARRA DO TURVO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS – EIRELI, (fls.1320/1342), contra a decisão que habilitou e declarou

vencedora para o Lote 01 – (achocolatado em pó) a empresa CELLI MERCANTIL E INDUSTRIAL EIRELI – EPP, alegando, em síntese, que a recorrida não atendeu integralmente as exigências editalícias para habilitação no certame. Não houve apresentação de contrarrazões. Após análise, com base nas razões expostas às fls. 1378/1388, a Pregoeira negou provimento ao recurso administrativo interposto. Todavia, a empresa ora recorrida teve a sua proposta desclassificada, a pedido (fls. 1374).

b) TANGARÁ IMPORTADORA E EXPORTADORA S/A (fls. 1343/1354), contra a sua desclassificação no certame por ter ofertado proposta com valor superior ao máximo fixado pelo Edital, relativamente ao Lote 01 – (achocolatado em pó). Não houve contrarrazões. Após análise, com base nas razões expostas às fls. 1825/1826, a Pregoeira negou provimento ao recurso administrativo interposto.

c) COMEPAR COMERCIAL MERCANTIL EIRELI - ME (fls. 1842/1890), contra a decisão que habilitou e declarou vencedora para o Lote 01 – (achocolatado em pó) a empresa BARRA DO TURVO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS – EIRELI, alegando, em síntese, que a Recorrida utilizou-se indevidamente dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006. A Recorrida, por sua vez, apresentou contrarrazões (fls. 1930/1943). Após análise, com base nas razões expostas às fls. 1957/1960, a Pregoeira negou provimento ao recurso administrativo interposto.

d) TANGARÁ IMPORTADORA E EXPORTADORA S/A (fls. 1355/1366), contra a sua desclassificação no certame por ter ofertado proposta com valor superior ao máximo fixado pelo Edital, relativamente ao Lote 02 – (composto lácteo – sabor café c/leite). A empresa JACIARA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA. apresentou contrarrazões (fls. 1368/1369). Após análise, com base nas razões expostas às fls. 1827/1829, a Pregoeira negou provimento ao recurso administrativo interposto.

e) TANGARÁ IMPORTADORA E EXPORTADORA S/A (fls. 1355/1366), contra a sua desclassificação no certame por ter ofertado proposta com valor superior ao máximo fixado pelo Edital, relativamente ao Lote 03 – (composto lácteo - sabor chocolate), 04 (composto lácteo – sabor coco), e 05 (composto lácteo – sabor morango). As empresas ALNUTRI ALIMENTOS LTDA. e ALIBRA INGREDIENTES LTDA., apresentaram contrarrazões (fls. 1944/1951 e 1953/1954). Após análise, com base nas razões expostas às fls. 1955/1956, a Pregoeira negou provimento ao recurso administrativo interposto.

4. O valor adjudicado no procedimento importa em **R\$ 23.166.500,00** (vinte e três milhões, cento e sessenta e seis mil e quinhentos reais), obtendo-se desconto de aproximadamente 36,21% sobre o valor máximo estimado para a disputa.

5. Considerando a Informação nº 407/2019-AT/SEAP da Assessoria Técnica desta Secretaria (fls. 1998/2003), de que as formalidades legais exigidas foram observadas pelos licitantes e pela Administração Pública e com fundamento no art. 5º, §1º, do Decreto Estadual nº 2.734/2015, **ADJUDICO E HOMOLOGO** este procedimento licitatório.

6. Saliento que, previamente à realização de despesa, os usuários do Registro de Preços deverão comprovar a efetiva disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, na disciplina da Lei Federal nº 4.320/64, bem como observar as demais disposições legais aplicáveis, incluindo-se a verificação da Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, nos termos do art. 6º, §1º, do Decreto nº 9.762/2013.

7. Encaminhe-se ao Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON/SEAP para publicação e demais providências.

Reinhold Stephanes
Secretário de Estado da Administração e da Previdência
77413/2019

Resolução SEAP nº. 3.759/2019

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência**, no uso das atribuições legais, e considerando o contido na Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019, em especial o art. 19, inc. III, que atribui à Seap a competência para estabelecer “a *logística para contratação de bens e serviços comuns e específicos para órgãos e entidades da administração pública estadual*”,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como Pregoeiros e/ou Equipe de Apoio nas licitações realizadas pelo Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON:

	NOME	RG nº
PREGOEIROS	Camila Fernandes de Melo	6.609.099-0
	Josiane Olga Dominick Abruk Fagundes	3.356.476-7
	Lilian Cristina Dornelles	10.047.321-6
	Luiz Augusto Moro Bientenez	6.125.379-3
	Marlene Guimarães de Souza	3.996.044-8
	Silmara Charello	4.052.929-2

EQUIPE DE APOIO	Camila Fernandes de Melo	6.609.099-0
	Gabriel Pawlaski Xavier (Divisão de Planejamento)	12.500.985-9
	Josiane Olga Dominick Abruk Fagundes	3.356.476-7
	Lilian Cristina Dornelles	10.047.321-6
	Luiz Augusto Moro Bientenez	6.125.379-3
	Márcia Blassius (Divisão de Planejamento)	9.723.987-8
	Marcia Wagner Assumpção Cucatto (Divisão de Planejamento)	3.507.479-1
	Marlene Guimarães de Souza	3.996.044-8
	Silmara Charello	4.052.929-2

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução nº 431/2019 – SEAP, de 01 de fevereiro de 2019.

Curitiba, 12 de agosto de 2019

Reinhold Stephanes
Secretário de Estado da Administração e da Previdência
77142/2019

RESOLUÇÃO SEAP N.º 3.758/2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido na Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Rodrigo Keller do Nascimento, RG nº 10.423.144-6, para responder como Chefe de Grupo Administrativo Setorial da Procuradoria Geral do Estado – PGE, no período de 19 de agosto de 2019 à 07 de setembro de 2019, em virtude de férias da Titular.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de agosto de 2019.

Reinhold Stephanes
Secretário de Estado da Administração e da Previdência
77226/2019

PARANAPREVIDÊNCIA

PARANAPREVIDÊNCIA

Resumo dos atos de concessão de benefícios previdenciário - Os Diretores Presidente e de Previdência da PARANAPREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, **CONCEDEM** os benefícios previdenciários abaixo relacionados:

Ato n.113706/19, Pensão por morte, Protocolo 0.015.804.556-7. Segurado: ALICE PADILHA DE OLIVEIRA, RG 932.294-9. Embasamento legal: Artigo 42, I, 56, 60 § 4º e § 5º da Lei/PR nº 12.398/98 e Artigo 1º da Lei/PR nº 13.443/02. Beneficiário: LAURO CASTRO DE OLIVEIRA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 903.45. Total do Benefício R\$ 903.45

Ato n.113707/19, Pensão por morte, Protocolo 0.015.804.556-7. Segurado: ALICE PADILHA DE OLIVEIRA, RG 932.294-9. Embasamento legal: Artigo 42, I, 56, 60 § 4º e § 5º da Lei/PR nº 12.398/98 e Artigo 1º da Lei/PR nº 13.443/02. Beneficiário: LAURO CASTRO DE OLIVEIRA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 3294.48. Total do Benefício R\$ 3294.48

Ato n.113921/19, Pensão por morte, Protocolo 0.015.831.442-8. Segurado: JOAO BATISTA DENY FRANCISCONI DA SILVA, RG 4.104.129-3. Embasamento legal: Artigo 42, I, 56, 60 § 4º e § 5º da Lei/PR nº 12.398/98 e Artigo 1º da Lei/PR nº 13.443/02. Beneficiário: FLAVIA APARECIDA CANDIDO FRANCISCONI DA SILVA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 9948,57. Total do Benefício R\$ 9948,57

Ato n.113922/19, Pensão por morte, Protocolo 0.015.827.655-0. Segurado: MAURO JOSE CASTELINI, RG 4.034.452-7. Embasamento legal: Artigo 42, I, 3º, 56, 60, § 4º e § 5º da Lei/PR nº 12.398/98 e Artigo 1º da Lei/PR nº 13.443/02. Beneficiário: DORAIR DE CAMARGO, Companheiro(a), Cota 100%, Valor R\$ 7069,95. Total do Benefício R\$ 7069,95

Ato n.113923/19, Pensão por morte, Protocolo 0.015.835.945-6. Segurado: SILVIO CARLOS GOMES DE AZEVEDO, RG 2.116.538-7. Embasamento legal: Artigo 42, I, 56, 60 § 4º e § 5º da Lei/PR nº 12.398/98 e Artigo 1º da Lei/PR nº 13.443/02. Beneficiário: EDNA MACHADO ADORNO GOMES DE AZEVEDO, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 5920,73. Total do Benefício R\$ 5920,73

Ato n.113924/19, Pensão por morte, Protocolo 0.015.828.135-0. Segurado: JOAO LEONEL DE CARVALHO, RG 1.790.291-1. Embasamento legal: Art. 42, I e II, a, 56, 60, § 4º, da Lei/PR nº 12.398/98 e Art. 1º da Lei/PR nº 13.443/02. Beneficiário: ANA KAROLINA LEONEL DE CARVALHO, Filho(a), Cota 50%, Valor R\$ 2369,09; MARIA ANGELA FABRI CARVALHO, Cônjuge, Cota 50%, Valor R\$ 2369,09. Total do Benefício R\$ 4738,18

Ato n.114135/19, Pensão por morte, Protocolo 0.015.879.692-9. Segurado: OSWALDO JOAO ESPINDOLA, RG 159.086-3. Embasamento legal: Artigo 42, I, 56, 60 § 4º e § 5º da Lei/PR nº 12.398/98 e Artigo 1º da Lei/PR nº 13.443/02. Beneficiário: TERESA DE JESUS RODRIGUES DE PAULA ESPINDOLA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 27816,57. Total do Benefício R\$ 27816,57

Ato n.114136/19, Pensão por morte, Protocolo 0.015.877.546-8. Segurado: JOAO MARIA ALVES SANT'ANA, RG 3.513.082-9. Embasamento legal: Artigo 42, I, 56, 60 § 4º e § 5º da Lei/PR nº 12.398/98 e Artigo 1º da Lei/PR nº 13.443/02. Beneficiário: MARIA JOANA SANT'ANA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 3942,76. Total do Benefício R\$ 3942,76

Ato n.114137/19, Pensão por morte, Protocolo 0.015.587.688-3. Segurado: CELSO DA CRUZ, RG 3.123.132-9. Embasamento legal: Artigo 42, I, 56, 60 § 4º e § 5º da Lei/PR nº 12.398/98 e Artigo 1º da Lei/PR nº 13.443/02. Beneficiário: ROSEMARY FERREIRA DA CRUZ, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 5097,10. Total do Benefício R\$ 5097,10

Ato n.114146/19, Pensão por morte, Protocolo 0.015.868.985-5. Segurado: AKYLLES CEZAR BRAGA DE LIMA, RG 6.249.501-4. Embasamento legal: Art. 42, I e II, a, 56, 60, § 4º, da Lei/PR nº 12.398/98 e Art. 1º da Lei/PR nº 13.443/02. Beneficiário: ALEXANDRE GENTIL DE LIMA, Filho(a), Cota 25%, Valor R\$ 1254,03; RENAN GENTIL DE LIMA, Filho(a), Cota 25%, Valor R\$ 1254,03; KEILA GENTIL NEVES DE LIMA, Cônjuge, Cota 25%, Valor R\$ 1254,03; ANNA DOLORES GENTIL DE LIMA, Filho(a), Cota 25%, Valor R\$ 1254,03. Total do Benefício R\$ 5016,12

Ato n.114147/19, Pensão por morte, Protocolo 0.015.865.024-0. Segurado: ELIANE MARIA ALVES, RG 4.303.999-7. Embasamento legal: Artigo 42, I e II, a e c, 56, 60, § 4º da Lei/PR nº 12.398/98 e Artigo 1º da Lei/PR nº 13.443/02. Beneficiário: ARNALDO JOSE FERRO, Cônjuge, Cota 33.34%, Valor R\$ 2151,53; BRUNO LUIGI BOSCARDIM D'STEFANI ALVES FERRO, Filho(a), Cota 33.33%, Valor R\$ 2150,88; ANDRE GIOVANNI BOSCARDIM D'STEFANI ALVES FERRO, Filho(a), Cota 33.33%, Valor R\$ 2150,88. Total do Benefício R\$ 6453,29

Ato n.114148/19, Pensão por morte, Protocolo 0.015.865.024-0. Segurado: ELIANE MARIA ALVES, RG 4.303.999-7. Embasamento legal: Artigo 42, I e II, a e c, 56, 60, § 4º da Lei/PR nº 12.398/98 e Artigo 1º da Lei/PR nº 13.443/02. Beneficiário: ARNALDO JOSE FERRO, Cônjuge, Cota 33.33%, Valor R\$

2066,22; BRUNO LUIGI BOSCARDIM D'STEFANI ALVES FERRO, Filho(a), Cota 33.34%, Valor R\$ 2066,84; ANDRE GIOVANNI BOSCARDIM D'STEFANI ALVES FERRO, Filho(a), Cota 33.33%, Valor R\$ 2066,22. Total do Benefício R\$ 6199,28

Ato n.114170/19, Pensão por morte, Protocolo 0.015.687.011-0. Segurado: ONOFRE RODRIGUES DA SILVA, RG 229.281-5. Embasamento legal: Artigo 42, I, 56, 60 § 4º e § 5º da Lei/PR nº 12.398/98 e Artigo 1º da Lei/PR nº 13.443/02. Beneficiário: CECILIA FERREIRA DA SILVA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 5287,79. Total do Benefício R\$ 5287,79

Ato n.114179/19, Pensão por morte, Protocolo 0.015.534.493-8. Segurado: CONSTANCE DORADA, RG 262.950-0. Embasamento legal: Artigo 42, I, § 3º, 56, 60, § 4º e § 5º da Lei/PR nº 12.398/98 e Artigo 1º da Lei/PR nº 13.443/02. Beneficiário: DIRCELIA DOS SANTOS UCOSKI, Companheiro(a), Cota 100%, Valor R\$ 4598,07. Total do Benefício R\$ 4598,07

Ato n.114180/19, Pensão por morte, Protocolo 0.015.796.532-8. Segurado: EDSON DE SOUZA, RG 885.638-9. Embasamento legal: Artigo 42, I, 56, 60 § 4º e § 5º da Lei/PR nº 12.398/98 e Artigo 1º da Lei/PR nº 13.443/02. Beneficiário: CARMELITA SEVERINO DE SOUZA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R\$ 4266,58. Total do Benefício R\$ 4266,58

Curitiba, 31 de julho de 2019

72587/2019

Resolução nº 124/2019 do Conselho Diretor

O Conselho Diretor, no uso das atribuições que lhe confere o art. 28, do Estatuto da Parana Previdência, aprovado pelo Decreto Estadual nº 9845, de 31 de dezembro de 2013, conforme deliberação contida na Ata da Vigésima Terceira reunião ordinária, realizada em 06 de agosto de 2019, Resolve: Aprovar a contratação por inexigibilidade de licitação, fundamentada no art. 25, I, da Lei 8.666/93 e art. 33, I, da Lei 15.608/07, da empresa Elevadores Atlas Schindler S/A, por 12 meses, a partir de 10/09/2019, no valor mensal de R\$ 472,00, para executar serviços de manutenção dos elevadores localizados no Bloco "A" do Edifício Centro Previdenciário de Curitiba, de acordo com o Parecer Jurídico nº 098/2019, contido no protocolo nº 15.915.099-2.

Curitiba, 06 de agosto de 2019

Felipe José Vidigal dos Santos - Diretor-Presidente

77433/2019

Resolução nº 125/2019 do Conselho Diretor

O Conselho Diretor, no uso das atribuições que lhe confere o art. 28, do Estatuto da Parana Previdência, aprovado pelo Decreto Estadual nº 9845, de 31 de dezembro de 2013, conforme deliberação contida na Ata da Vigésima Terceira reunião ordinária, realizada em 06 de agosto de 2019, Resolve: Aprovar a contratação por inexigibilidade de licitação, fundamentada no art. 25, I, da Lei 8.666/93 e art. 33, I, da Lei 15.608/07, da empresa Elevadores Atlas Schindler S/A, para aquisição de peças a serem instaladas no elevador do bloco "A" do Centro Previdenciário de Curitiba, no valor de R\$ 1.257,56 (mil, duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), de acordo com o Parecer Jurídico nº 0089/2019, contido no protocolo nº 15.897.401-0.

Curitiba, 06 de agosto de 2019

Felipe José Vidigal dos Santos - Diretor-Presidente

77435/2019

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

RESOLUÇÃO Nº 080, de 12 de agosto de 2019.

Designa responsável para realizar estudos técnicos em subsídio à implantação do Programa de Irrigação e Drenagem (PROID).

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso I, do parágrafo único do art. 90, da Constituição do Estado do Paraná e pelo inciso I do artigo 4º da Lei Estadual nº 19.848, de 3 de maio de 2019, e tendo em vista a orientação contida no Plano de Governo 2019-2022,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR BENNO HENRIQUE WEIGERT DOETZER, portador do RG nº 1.441.329-4 SSP/PR, para coordenar a implantação e a execução do Programa de Irrigação e Drenagem (PROID), no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Cumpra-se.

Norberto Anacleto Ortigara.

77161/2019

ADAPAR

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ-ADAPAR
PORTARIA Nº 225, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA

AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 307 da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970, art. 3º do Decreto Estadual nº 5.792 de 30 de agosto de 2012, artigo 18, inciso XIV, do anexo a que se refere o Decreto nº 4.377, de 24 de abril de 2012, e considerando o disposto considerando o disposto na Portaria nº 204, de 23 de outubro de 2015, **RESOLVE: DESIGNAR** os servidores **JOÃO RICARDO FRANCHINI**, RG nº 4.295.652-0/PR, **JULIANA SEIXAS GARCIA PELLOSO**, RG nº 8.090.409-6/PR e **SERGIO MASSAO TOYODA**, RG nº 12.413.589-3/PR, para, sob a presidência do primeiro nomeado, constituírem **Comissão de Processo Administrativo**, destinado a apurar os fatos apontados no protocolado nº 15.869.711-4, tendo como objetivo averiguar o não comparecimento ao trabalho por mais de trinta (30) dias pelo servidor Wesley Aparecido de Souza, RG nº 9.207.312-2/PR, atualmente lotado na Ulsa de Campo Mourão. O Presente Processo Administrativo Disciplinar deverá ser iniciado no prazo de 03 (três) dias, contados da designação dos membros da comissão, e concluído em 90 (noventa) dias, a fluir de seu início, consoante com o disposto no art. 316 da Lei nº 6.174/70. Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 206, de 22 de julho de 2019. Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação. Publique-se. Otamir Cesar Martins, **Diretor Presidente**.

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ –ADAPAR
PORTARIA Nº 229, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 18, inciso VIII, do anexo a que se refere o Decreto nº 4.377, de 24 de abril de 2012, e em cumprimento a legislação de licitações em vigor, em especial o artigo 3º, inciso IV da Lei nº 10.520 de 17/07/2002, no artigo 8º do Decreto nº 5.450 de 31/05/2005, nos artigos 30, 47 e 48 da Lei Estadual 15.608 de 16/08/2007 e demais diplomas legais aplicados ao tema, **RESOLVE:** Designar os servidores **LUCIANO CARVALHO**, portador da RG nº 2.223.804-3, **ENNIO EDUARDO DE BARROS**, RG nº 8.194.751-1 e **ADELINA DE FATIMA MUNHOZ RIBEIRO**, RG nº 5.242.524-7, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Permanente de Licitação da Adapar como titulares. Designar os servidores **THAINE BORDENOWSKY DA SILVA**, RG nº 6.912.280-9, **JARBAS ALBINI SALGADO**, RG nº 2.094.503-6, e **JULIO ALVES DA SILVA**, RG nº 13.007.857-5, para comporem a Comissão Permanente de Licitação da Adapar como titulares suplentes. Designar para a função de pregoeiro o servidor **LUCIANO CARVALHO**, portador da RG nº 2.223.804-3 e para atuarem como equipe de apoio nos processos licitatórios na modalidade Pregão os servidores **ENNIO EDUARDO DE BARROS**, RG nº 8.194.751-1, **ADELINA DE FATIMA MUNHOZ RIBEIRO**, RG nº 5.242.524-7, **THAINE BORDENOWSKY DA SILVA**, RG nº 6.912.280-9, **JARBAS ALBINI SALGADO**, RG nº 2.094.503-6, e **JULIO ALVES DA SILVA**, RG nº 13.007.857-5. Esta Portaria terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data da sua publicação, ficando revogadas as Portarias nº 21, de 29 de janeiro de 2019 e a nº 31, de 19 de fevereiro de 2019. Publique-se. Otamir Cesar Martins, **Diretor Presidente**.

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ –ADAPAR
PORTARIA Nº 230, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições e considerando o disposto no protocolado nº 15.940.487-0, resolve: autorizar a servidora Bruna Cristina Oliveira de Almeida, da Prefeitura Municipal de Pinhalão, a emitir Guias de Trânsito Animal - GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuar lançamentos de comprovantes de vacinação contra febre aftosa no banco de dados da Adapar, sob fiscalização do médico veterinário da ULSA de Ibatí. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se. Publique-se. Otamir Cesar Martins, **Diretor Presidente**.

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ –ADAPAR
PORTARIA Nº 236, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições e considerando o disposto no protocolado nº 15.955.158-0, resolve: autorizar a funcionária Andreia Pianovski Franciscioni, do Sindicato Rural de Jardim Alegre, a emitir Guias de Trânsito Animal - GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuar lançamentos de comprovantes de vacinação contra febre aftosa no banco de dados da Adapar, sob fiscalização do médico veterinário da ULSA de Ivaiporã. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se. Publique-se. Otamir Cesar Martins, **Diretor Presidente**.

77336/2019

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ - ADAPAR GERÊNCIA DE APOIO TÉCNICO - GAT PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, originários da **GERÊNCIA DE SANIDADE VEGETAL** nas LEIS n.ºs. 7827/83, 7802/89, 8014/84, 9818/91, 10711/03, 11200/95, 9056/89 nos DECRETOS n.ºs. 24.114/34, 3876/84, 98816/90, 4074/02, 6120/85, 4154/94, 5153/04, 3287/97, 6710/90 e demais ATOS COMPLEMENTARES. O DIRETOR DE DEFESA AGROPECUÁRIA, examinando os presentes AUTOS DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, julga procedentes as AUTUAÇÕES e aplica as seguintes PENAS: Auto de Infração nº 18115, Protocolo nº 154528920, contra **EDENIR VAVENCHACH**, Município de **SÃO MATEUS DO SUL** - PR. DECISÃO: **Condenação (de produto)**, cumulada com **Advertência**. Auto de Infração nº 102279, Protocolo nº 154115935, contra **PAULO CELSO TIBALLI JUNIOR**, Município de **GOIÂNIA** - GO. DECISÃO: **Multa - R\$ 2.014,48**. Auto de Infração nº 14348, Protocolo nº 154643613, contra **CELEIRO PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA.**, Município de **CIANORTE** - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 4.160,00**.

Auto de Infração nº 27853, Protocolo nº 154426728, contra **EDNALDO CESAR AMBROSIO**, Município de **GOIOERÉ** - PR. DECISÃO: **Apreensão (de produto)**, cumulada com **Advertência e Condenação (de produto)**.

Auto de Infração nº 18118, Protocolo nº 154937447, contra **LUCIANE MAIESKI**, Município de **SÃO MATEUS DO SUL** - PR. DECISÃO: **Advertência**, cumulada com **Condenação (de produto) e Apreensão (de produto)**.

Auto de Infração nº 40563, Protocolo nº 155148985, contra **PASTOREIO COMERCIO DE INSUMOS AGROPECUARIOS LTDA**, Município de **UMUARAMA** - PR. DECISÃO: **Arquivamento por improcedência da autuação**.

Auto de Infração nº 20162, Protocolo nº 154530916, contra **T.H.T. TAMARANA COM. E DISTR. DE INS. AGRÍCOLAS LTDA**, Município de **TAMARANA** - PR. DECISÃO: **Arquivamento por improcedência da autuação**.

Auto de Infração nº 32629, Protocolo nº 154929975, contra **AGROPECUÁRIA DOIS VIZINHOS LTDA**, Município de **SALTO DO LONTRA** - PR. DECISÃO: **Advertência**.

Auto de Infração nº 18120, Protocolo nº 155048093, contra **ADRIANO WZORECK**, Município de **CANÓINHAS** - SC. DECISÃO: **Advertência**, cumulada com **Apreensão (de produto)**, **Destruição (de produto) e Condenação (de produto)**.

Auto de Infração nº 40570, Protocolo nº 155410060, contra **PLANTARNORTE AGROPECUARIA LTDA**, Município de **ITAJAÍ** - SC. DECISÃO: **Advertência**.

Auto de Infração nº 28991, Protocolo nº 154692240, contra **FERTIMAR INSUMOS AGROPECUARIOS LTDA**, Município de **MARINGÁ** - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 2.014,48**.

Auto de Infração nº 27603, Protocolo nº 156399710, contra **VISÃO AGRÍCOLA LTDA.**, Município de **MAMBORÉ** - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 4.160,00**.

Auto de Infração nº 10536, Protocolo nº 155365331, contra **REINALDO DA SILVA**, Município de **CAMPO MOURÃO** - PR. DECISÃO: **Advertência**, cumulada com **Destruição (de produto)**, **Apreensão (de produto) e Condenação (de produto)**.

Auto de Infração nº 31447, Protocolo nº 154285750, contra **NIDERA SEEDS BRASIL LTDA**, Município de **CASCADEL** - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.040,00**.

Auto de Infração nº 27459, Protocolo nº 155202947, contra **SERGIO MARCOS VANDERLINDE**, Município de **UBIRATÃ** - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 520,00**.

Auto de Infração nº 27875, Protocolo nº 155468386, contra **VALDO FERRARI**, Município de **JANIÓPOLIS** - PR. DECISÃO: **Advertência**.

Auto de Infração nº 31450, Protocolo nº 154172106, contra **GRASEL & CIA LTDA**, Município de **ENTRE RIOS DO OESTE** - PR. DECISÃO: **Arquivamento por improcedência da autuação**.

Auto de Infração nº 27452, Protocolo nº 154409858, contra **PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE SEMENTES MEGA 100 LTDA.**, Município de **SANTO ANASTÁCIO** - SP. DECISÃO: **Multa - R\$ 16.315,52**.

Auto de Infração nº 40569, Protocolo nº 155318317, contra **AEROGRIOLI AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA**, Município de **SANTA ISABEL DO IVAÍ** - PR. DECISÃO: **Advertência**.

Auto de Infração nº 27454, Protocolo nº 154653732, contra **MARCOS AURELIO INOUE**, Município de **SANTO ANASTÁCIO** - SP. DECISÃO: **Multa - R\$ 4.335,76**.

Auto de Infração nº 25995, Protocolo nº 154499059, contra **TURIM INSUMOS E CEREAIS LTDA**, Município de **PATO BRANCO** - PR. DECISÃO: **Advertência**.

Auto de Infração nº 31476, Protocolo nº 154286292, contra **DIEGO SCHNORRENBERGER**, Município de **TOLEDO** - PR. DECISÃO: **Arquivamento por improcedência da autuação**.

Auto de Infração nº 28444, Protocolo nº 155677694, contra **COASUL COOPERATIVA AGROINDUTRIAL**, Município de **AMPÉRE** - PR. DECISÃO: **Advertência**.

Auto de Infração nº 27871, Protocolo nº 155922877, contra **ALISSON DARDO CASSIANO**, Município de **CÉU AZUL** - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 520,00**.

Auto de Infração nº 18122, Protocolo nº 155280026, contra **CHIPICOSKI & CIA LTDA** - ME, Município de **SÃO JOÃO DO TRIUNFO** - PR. DECISÃO: **Advertência**.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, originários da GERÊNCIA DE

SAÚDE ANIMAL pela LEI ESTADUAL nº 11504/96, regulamentada pelo DECRETO ESTADUAL nº 12029 de 01.09.14 e demais ATOS COMPLEMENTARES.

O DIRETOR DE DEFESA AGROPECUÁRIA, examinando os presentes AUTOS DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, julga procedentes as AUTUAÇÕES e aplica as seguintes PENAS:

Auto de Infração nº 49591, Protocolo nº 157051032, contra **DEUZALINO ALVES DE OLIVEIRA**, Município de **CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES** - PR. DECISÃO: **Advertência**.

Auto de Infração nº 20378, Protocolo nº 155447435, contra **ORLANDO GAVRON**, Município de **CÂNDIDO DE ABREU** - PR. DECISÃO: **Advertência**.

Auto de Infração nº 23035, Protocolo nº 154790713, contra **BENEDITO APARECIDO DA SILVA**, Município de **PONTA GROSSA** - PR. DECISÃO: **Advertência**.

Auto de Infração nº 49576, Protocolo nº 156516651, contra **PAUL JACOB SCHERRER**, Município de **SANTA LÚCIA** - PR. DECISÃO: **Advertência**.

Auto de Infração nº 26567, Protocolo nº 156445029, contra **VILMAR TONELI E CIA LTDA** - ME, Município de **NOVA PRATA DO IGUAÇU** - PR. DECISÃO: **Advertência**.

Auto de Infração nº 11299, Protocolo nº 154617280, contra AGRO VETERINARIA ZARTH LTDA., Município de CRUZEIRO DO IGUAÇU - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.040,00.**

Auto de Infração nº 23027, Protocolo nº 154579575, contra PERPETUA APARECIDA CORREA PEDROSO, Município de PONTA GROSSA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 29977, Protocolo nº 155095415, contra CLAUDEMIR DA SILVA, Município de SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 105402, Protocolo nº 155848677, contra PAULO CESAR DA SILVA NAPOLITANO, Município de TIBAGI - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 102347, Protocolo nº 156916889, contra PEDRO PAULO BORTOLOTO, Município de ARAPONGAS - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 46039, Protocolo nº 157069691, contra JORGE WOLFF, Município de ANTÔNIO OLINTO - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 95576, Protocolo nº 155265280, contra JOSE COSTA FERREIRA, Município de SARANDI - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 28176, Protocolo nº 154615792, contra COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, Município de BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 4112, Protocolo nº 155317515, contra JOSE CARLOS MACHADO ONO, Município de LAPA - PR. DECISÃO: **Arquivamento por nulidade do processo.**

Auto de Infração nº 20210, Protocolo nº 155954310, contra CARLOS HENRIQUE MOTA - VETERINARIA, Município de ARAPONGAS - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 49559, Protocolo nº 155644885, contra ROSANGELA MARIA OLDONI, Município de BOA VISTA DA APARECIDA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 45390, Protocolo nº 156450456, contra RACHID MIGUEL DIB NETO, Município de SENGES - PR. DECISÃO: **Arquivamento por nulidade do processo.**

Auto de Infração nº 52427, Protocolo nº 155955678, contra ALESSANDRE PEREZ, Município de CIANORTE - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 95542, Protocolo nº 155156252, contra FRANCISCO CARLOS GRANEIRO, Município de MARINGÁ - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 17883, Protocolo nº 156468100, contra RODRIGO SOARES DOS SANTOS - ME, Município de NOVA LONDRINA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 46262, Protocolo nº 155213779, contra MANOEL FERREIRA, Município de MARINGÁ - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 4116, Protocolo nº 155315911, contra LUCIANO STANISLOSKI, Município de CONTENDA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 49534, Protocolo nº 155646560, contra MARCIO LEANDRO CAVALHEIRO, Município de SANTA LÚCIA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 12556, Protocolo nº 154887032, contra DALVAN ALVES, Município de IMBITUVA - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.040,00.**

Auto de Infração nº 40546, Protocolo nº 154695753, contra MARCIA RODERS, Município de TERRA RICA - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.040,00.**

Auto de Infração nº 13170, Protocolo nº 156914150, contra NIVALDO SOARES DOS SANTOS, Município de CANDÓI - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 22039, Protocolo nº 155093218, contra JOAO ROZA, Município de GUAMIRANGA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 46260, Protocolo nº 155155345, contra VALDOMIRO APARECIDO ALVES DE OLIVEIRA, Município de PAIÇANDU - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 62763, Protocolo nº 156038539, contra LILIAN VALIAS SCHMITT, Município de UMUARAMA - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.040,00.**

Auto de Infração nº 27313, Protocolo nº 156137308, contra CARLOS ROBERTO PASQUALINI ALVES, Município de PEABIRU - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 32532, Protocolo nº 154312021, contra CEZARIO ROQUE CUPPINI, Município de SANTA IZABEL DO OESTE - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 95543, Protocolo nº 155156350, contra ANTONIO JOSE ZINI, Município de MARINGÁ - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 46038, Protocolo nº 155985526, contra MIGUEL ANGELO PISSINI MAGNANI JUNIOR, Município de SÃO MATEUS DO SUL - PR. DECISÃO: **Advertência, cumulada com Suspensão (de registro, cadastro, credenciamento, habilitação, autorização).**

Auto de Infração nº 23032, Protocolo nº 154729879, contra IRINEU SCHEIFER, Município de IPIRANGA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 16993, Protocolo nº 155559098, contra CLINICA GOBBI LTDA, Município de PATO BRANCO - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 23094, Protocolo nº 156413500, contra BENEDITO DA SILVEIRA, Município de RESERVA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 105841, Protocolo nº 155302542, contra NATAN DE SOUZA ROMÃO, Município de GUAÍRA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 8603, Protocolo nº 156496006, contra MARLEI PEREIRA DOS REIS, Município de FOZ DO IGUAÇU - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 23026, Protocolo nº 154579605, contra JOSE

VALDIVINO RIBEIRO, Município de PONTA GROSSA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 32057, Protocolo nº 155208260, contra JOAO FERREIRA CORDEIRO, Município de FAXINAL - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 32055, Protocolo nº 155208848, contra AILSON DE JESUS GONCALVES RIBEIRO, Município de FAXINAL - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 7.176,00.**

Auto de Infração nº 30255, Protocolo nº 155894091, contra EDSON LAUBE, Município de CASCAVEL - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 46732, Protocolo nº 155514205, contra JOAQUIM DE CHAVES, Município de CANTAGALO - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 27316, Protocolo nº 156153109, contra JOSE AUGUSTO PASQUALINI ALVES, Município de PEABIRU - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 45499, Protocolo nº 156063967, contra MARCOS VINICIUS LOBASCZ, Município de RESERVA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 52406, Protocolo nº 155954086, contra VALDEMAR LEMOS DE OLIVEIRA, Município de CIANORTE - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 29875, Protocolo nº 155272635, contra MANOEL TOME MACIEL, Município de CASCAVEL - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 49568, Protocolo nº 156457728, contra ALBERTO CANDIDO DA ROSA, Município de CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 33742, Protocolo nº 155800160, contra GELSO SCHEID, Município de FRANCISCO BELTRÃO - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 50549, Protocolo nº 154579672, contra DIOGO MANOSSO, Município de PONTA GROSSA - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.040,00.**

Auto de Infração nº 10211, Protocolo nº 154943773, contra ALDEMIR RODRIGUES DE LIMA, Município de APUCARANA - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.040,00.**

Auto de Infração nº 14608, Protocolo nº 155368306, contra FABRICIO FARIAS MARCIANO, Município de MARINGÁ - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 14614, Protocolo nº 157303686, contra VLADIMIR WILIANS GUI, Município de PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 4115, Protocolo nº 155210613, contra VERONICA KNAPIK WIERZBICKI, Município de CONTENDA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 11297, Protocolo nº 154616012, contra COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, Município de CRUZEIRO DO IGUAÇU - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 23028, Protocolo nº 154579460, contra OSMAR HILGEMBERG JUNIOR, Município de PONTA GROSSA - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.040,00.**

Auto de Infração nº 14052, Protocolo nº 154329714, contra ADRIANA CRISTINA TUSSI, Município de GUARAPUAVA - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.040,00.**

Auto de Infração nº 4110, Protocolo nº 155538147, contra JOSE BATISTA PUPO, Município de LAPA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 14613, Protocolo nº 157305620, contra IDALINA FERNANDES BALIERO, Município de NOVA ESPERANÇA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 4102, Protocolo nº 157286013, contra HUTTENER & CIA LTDA - ME, Município de QUITANDINHA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 19680, Protocolo nº 155286903, contra VALDECIR DE LIMA, Município de ARAPONGAS - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 23052, Protocolo nº 156150193, contra ARISTOTELES DE OLIVEIRA, Município de RESERVA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 5350, Protocolo nº 156159620, contra IVO JOSE KUNZ, Município de TOLEDO - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 79759, Protocolo nº 155261137, contra EMERSON MENDES SERODIO, Município de LARANJAL - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 4107, Protocolo nº 155139692, contra COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DA LAPA, Município de LAPA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 29974, Protocolo nº 156177989, contra DIEYSON RAFAEL NEGRI, Município de LINDOESTE - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 22038, Protocolo nº 155473479, contra JOSAFATA KOZAK, Município de GUAMIRANGA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 12718, Protocolo nº 154722130, contra LEONARDO MACKIEWICZ, Município de CRUZ MACHADO - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 105832, Protocolo nº 155316462, contra JOSÉ TEIXEIRA FILHO, Município de TERRA ROXA - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.040,00.**

Auto de Infração nº 29975, Protocolo nº 156998451, contra MILTON INEA, Município de LINDOESTE - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.040,00.**

Auto de Infração nº 63630, Protocolo nº 155867345, contra ANGELO CARABOLANTE NETO, Município de COLORADO - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 44470, Protocolo nº 154829849, contra L BOROFSKI - PESQUE PAGUE, Município de IBEMA - PR. DECISÃO:

Advertência.

Auto de Infração nº 21984, Protocolo nº 155210524, contra CARLOS AUGUSTO FRANCISCO, Município de SÃO PEDRO DO IGUAÇU - PR. DECISÃO: Arquivamento por improcedência da autuação.

Auto de Infração nº 27263, Protocolo nº 155433817, contra FERNANDA DE SOUZA MARQUES, Município de QUARTO CENTENÁRIO - PR. DECISÃO: Multa - R\$ 1.040,00.

Auto de Infração nº 49586, Protocolo nº 156988030, contra VALDOMIRO REZENA, Município de SANTA LÚCIA - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 29836, Protocolo nº 155158735, contra LUIZ LUCIO LOPES, Município de CASCAVEL - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 32077, Protocolo nº 156840823, contra HENRIQUE FARIA DA SILVA, Município de ROSÁRIO DO IVAÍ - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 30324, Protocolo nº 155796812, contra ADETI FINOKETI, Município de QUEDAS DO IGUAÇU - PR. DECISÃO: Multa - R\$ 1.040,00.

Auto de Infração nº 52489, Protocolo nº 155520914, contra MARIA MADALENA NIGRA, Município de SANTO INÁCIO - PR. DECISÃO: Multa - R\$ 1.040,00.

Auto de Infração nº 2735, Protocolo nº 155908440, contra ROSALVO JOSE NASCIMENTO FILHO, Município de ALTAMIRA DO PARANÁ - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 49530, Protocolo nº 155647663, contra GUSTAVO HENRIQUE SCALCO, Município de SANTA LÚCIA - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 32538, Protocolo nº 154310509, contra LUIZ VITALI, Município de SANTA IZABEL DO OESTE - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 49570, Protocolo nº 155712260, contra ERICKSON BIASIBETTI, Município de CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 17360, Protocolo nº 155199768, contra ALTAIR VANZOL, Município de TOLEDO - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 105828, Protocolo nº 155002751, contra JOSE CARLOS BERKENBROCK, Município de GUAÍRA - PR. DECISÃO: Multa - R\$ 1.040,00.

Auto de Infração nº 49515, Protocolo nº 154801626, contra ELIAS JÚNIOR MAYER, Município de BOA VISTA DA APARECIDA - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 19116, Protocolo nº 155261021, contra JANDE CASSOL, Município de TRÊS BARRAS DO PARANÁ - PR. DECISÃO: Multa - R\$ 1.040,00.

Auto de Infração nº 26566, Protocolo nº 154907807, contra ANTONELLO & ROSA LTDA - ME, Município de NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE - PR. DECISÃO: Multa - R\$ 1.040,00.

Auto de Infração nº 105087, Protocolo nº 155181052, contra MARIO AUGUSTO DE OLIVEIRA, Município de GUARAPUAVA - PR. DECISÃO: Multa - R\$ 1.560,00.

Auto de Infração nº 22099, Protocolo nº 154934839, contra EVA JOSE MARTINS, Município de IVAÍ - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 105836, Protocolo nº 155299584, contra MARIS DRUZIANI, Município de TERRA ROXA - PR. DECISÃO: Arquivamento por improcedência da autuação.

Auto de Infração nº 49565, Protocolo nº 156447404, contra WAGNER KANOFF, Município de BOA VISTA DA APARECIDA - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 22044, Protocolo nº 155559497, contra GIOVAN PORCEMÃO, Município de GUAMIRANGA - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 23045, Protocolo nº 155519924, contra TIAGO GUSTAVO SCHADE, Município de PONTA GROSSA - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 14612, Protocolo nº 157306979, contra FABIO FERNANDES BALIEIRO, Município de NOVA ESPERANÇA - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 28231, Protocolo nº 154997350, contra AGRO VETERINARIA ZARTH LTDA., Município de CRUZEIRO DO IGUAÇU - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 31039, Protocolo nº 156791695, contra CLAUDINEY NORTE GARCIA, Município de IMBAÚ - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 45494, Protocolo nº 156012564, contra ANTONIO BACHELADENSKI, Município de RESERVA - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 30251, Protocolo nº 155546182, contra RUBENS PROLHNOV, Município de CASCAVEL - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 95577, Protocolo nº 155274590, contra CORNELIO DOMINGOS DA SILVA, Município de FLORESTA - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 52499, Protocolo nº 156337757, contra CELSO LUIZ MELLO, Município de SANTO INÁCIO - PR. DECISÃO: Arquivamento por improcedência da autuação.

Auto de Infração nº 34549, Protocolo nº 155206853, contra MARCELO PAULO VENDRAME, Município de PALOTINA - PR. DECISÃO: Arquivamento por improcedência da autuação, cumulada com Arquivamento por nulidade do processo.

Auto de Infração nº 31660, Protocolo nº 154723064, contra ANGELO PAGLIOSA, Município de PALMAS - PR. DECISÃO: Multa - R\$ 1.768,00.

Auto de Infração nº 49569, Protocolo nº 155715553, contra CLAUDIONEI BAUZEWEIN, Município de CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 22003, Protocolo nº 155937246, contra COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE LONDRINA - CATIVA, Município de PITANGA - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 29225, Protocolo nº 154853391, contra CLAYTON SCHADLER, Município de CASCAVEL - PR. DECISÃO: Multa - R\$ 1.872,00.

Auto de Infração nº 30273, Protocolo nº 155273348, contra ADAIR FERREIRA DE BARBA, Município de CASCAVEL - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 46033, Protocolo nº 155502410, contra HELITO GELINSKI, Município de SÃO JOÃO DO TRIUNFO - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 7329, Protocolo nº 156131393, contra EONERCINO PROFETA DE SOUZA FILHO, Município de LONDRINA - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 30253, Protocolo nº 155892757, contra PEDRO MAURI HABITZREUTER, Município de CASCAVEL - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 1749, Protocolo nº 155223553, contra MAICON CAPELETTI, Município de PINHÃO - PR. DECISÃO: Multa - R\$ 1.040,00.

Auto de Infração nº 105835, Protocolo nº 155350555, contra JOSELINO JUSTINO PIMENTA, Município de TERRA ROXA - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 52490, Protocolo nº 155213388, contra JANETE FIGUEROBA, Município de SANTO INÁCIO - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 30323, Protocolo nº 155792779, contra ARTEMIO IUNG, Município de QUEDAS DO IGUAÇU - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 29969, Protocolo nº 155950390, contra CLAIRE TEREZINHA DALLOGGIO, Município de CASCAVEL - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 44467, Protocolo nº 154795871, contra COOPAVEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, Município de TRÊS BARRAS DO PARANÁ - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 23086, Protocolo nº 156149969, contra MARIA APARECIDA BORGES TEIXEIRA, Município de RESERVA - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 23036, Protocolo nº 154896880, contra JOSE GUERLINGER, Município de IPIRANGA - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 19681, Protocolo nº 155481536, contra ADELAIDE ALVARES BELO BERNARDO, Município de ARAPONGAS - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 23043, Protocolo nº 155278625, contra PIA UNIAO DAS IRMAS DA COPIOSA REDENCAO, Município de PONTA GROSSA - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 44468, Protocolo nº 154796142, contra COOPAVEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, Município de TRÊS BARRAS DO PARANÁ - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 105085, Protocolo nº 155715030, contra JULIAN MICHEL TSCHONKA, Município de GUARAPUAVA - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 27361, Protocolo nº 156023337, contra S. D. B. VIDIGAL AGROPECUÁRIA, Município de ALTAMIRA DO PARANÁ - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 32060, Protocolo nº 155284820, contra JULIA MARIA DE QUEIROZ DE SOUZA, Município de CRUZMALTINA - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 16982, Protocolo nº 154166610, contra IZAIAS RIBEIRO DE FARIA, Município de PATO BRANCO - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 105951, Protocolo nº 157561901, contra ALMIR DOMINGOS CECATO, Município de FORMOSA DO OESTE - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 49543, Protocolo nº 155596716, contra BENEDITO PEREIRA FILHO, Município de BOA VISTA DA APARECIDA - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 79829, Protocolo nº 156005169, contra GENOIR JOSE GLOWACKI, Município de NOVA LARANJEIRAS - PR. DECISÃO: Arquivamento por improcedência da autuação.

Auto de Infração nº 20389, Protocolo nº 155507160, contra DIRLEI PRANTL, Município de CÂNDIDO DE ABREU - PR. DECISÃO: Multa - R\$ 1.560,00.

Auto de Infração nº 49521, Protocolo nº 155643277, contra TEODORO BECKER, Município de BOA VISTA DA APARECIDA - PR. DECISÃO: Multa - R\$ 1.560,00.

Auto de Infração nº 32059, Protocolo nº 155207140, contra DENEVAL JUSTINO, Município de FAXINAL - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 28178, Protocolo nº 154994890, contra AGROPECUARIA TROPEIRO AMIGO LTDA., Município de BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 20201, Protocolo nº 154430750, contra JOAO BAPTISTA CARDEAL DA COSTA JUNIOR, Município de ARAPONGAS - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 22050, Protocolo nº 155691166, contra ANTONIO JAURI TEIXEIRA DE SOUZA, Município de GUAMIRANGA - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 16601, Protocolo nº 156043001, contra SERGIO PEREIRA DE SOUZA, Município de ITAGUAJÉ - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 65569, Protocolo nº 154021965, contra ESPOLIO DE ARLINDO JOSE VICENTIM, Município de SANTA FÉ - PR. DECISÃO: Multa - R\$ 18.720,00.

Auto de Infração nº 29971, Protocolo nº 155921242, contra JOZIANE CHARAVA BORCAT, Município de CASCAVEL - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 49592, Protocolo nº 156958573, contra GENTIL COSTA, Município de CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 50548, Protocolo nº 154579680, contra ADILSON JOSE DA CRUZ, Município de PONTA GROSSA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 23042, Protocolo nº 155275146, contra DELSON BORSATO, Município de PONTA GROSSA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 23030, Protocolo nº 154729860, contra DIETMAR ERICKSON HARTLEIB, Município de PONTA GROSSA - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.040,00.**

Auto de Infração nº 20209, Protocolo nº 154975888, contra DIEGO DE SOUZA MOTA MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS, Município de ARAPONGAS - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 65572, Protocolo nº 154024417, contra ESPOLIO DE ARLINDO JOSE VICENTIM, Município de SANTA FÉ - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 2.080,00.**

Auto de Infração nº 32534, Protocolo nº 154480129, contra NERCIO GONSALVES, Município de SANTA IZABEL DO OESTE - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 22042, Protocolo nº 155544783, contra VALMOR STRAPASSON, Município de GUAMIRANGA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 27504, Protocolo nº 155671009, contra CAMPO RICO COMERCIAL LTDA, Município de MATO RICO - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.040,00.**

Auto de Infração nº 14606, Protocolo nº 155491906, contra JOSE RUBENS BARAUNA, Município de UNIFLOR - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 29873, Protocolo nº 155270349, contra ITACIR SIRTOLI, Município de CASCAVEL - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 49554, Protocolo nº 155612932, contra MARCOS DOS SANTOS, Município de BOA VISTA DA APARECIDA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 65570, Protocolo nº 154022520, contra ESPOLIO DE ARLINDO JOSE VICENTIM, Município de SANTA FÉ - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 2.080,00.**

Auto de Infração nº 23033, Protocolo nº 154729887, contra ORIVAL VIEIRA, Município de IPIRANGA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 32061, Protocolo nº 155576553, contra VICTOR AUGUSTO PALMA USSO, Município de APUCARANA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 32067, Protocolo nº 156998753, contra VALDIR OLIVEIRA COSTA, Município de RIO BRANCO DO IVAÍ - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 49533, Protocolo nº 155641150, contra LUIZ CARLOS CENCI, Município de SANTA LÚCIA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 32529, Protocolo nº 155355883, contra ADAIR JOSE MALINSKI, Município de SANTA IZABEL DO OESTE - PR. DECISÃO: **Arquivamento por improcedência da autuação.**

Auto de Infração nº 23098, Protocolo nº 157035649, contra ROSEMER LUCKSCH DA SILVA, Município de TELÊMACO BORBA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 19177, Protocolo nº 155790636, contra TERESINHA NUNES DOS SANTOS, Município de ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PR. DECISÃO: **Arquivamento por nulidade do processo.**

Auto de Infração nº 49589, Protocolo nº 156977683, contra POMPILIO PIZATTO, Município de SANTA LÚCIA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 27269, Protocolo nº 155424664, contra LEONARDO BOCALAO F. DA SILVA, Município de MOREIRA SALES - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 15909, Protocolo nº 156204129, contra RODRIGO ALBUQUERQUE DE SÁ, Município de LONDRINA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 44471, Protocolo nº 154910034, contra SUZANA CRISTO, Município de TRÊS BARRAS DO PARANÁ - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 45496, Protocolo nº 156093882, contra ZACARIAS BATISTA RIBAS, Município de RESERVA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 30252, Protocolo nº 155424184, contra OSMAR GOMES, Município de CASCAVEL - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 27314, Protocolo nº 156152153, contra JOSE AUGUSTO PASQUALINI ALVES, Município de PEABIRU - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 49587, Protocolo nº 156982296, contra SILVESTRE STANGER, Município de SANTA LÚCIA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 27355, Protocolo nº 155920726, contra JOAO MARIA MENDES, Município de PINHÃO - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 23083, Protocolo nº 156150029, contra ANTONIO VILSON MARQUES DE OLIVEIRA, Município de RESERVA - PR. DECISÃO: **Arquivamento por improcedência da autuação.**

Auto de Infração nº 31037, Protocolo nº 156644820, contra DOUGLAS CESAR MARTINS, Município de RESERVA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 1748, Protocolo nº 155222840, contra ANA PAULA IESEN, Município de PINHÃO - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 20202, Protocolo nº 154694811, contra ANTONIO

APARECIDO PERCINOTO, Município de LONDRINA - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.560,00.**

Auto de Infração nº 32058, Protocolo nº 155112875, contra EVA DO CARMO SANTANA, Município de FAXINAL - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 14607, Protocolo nº 155366087, contra VERA LUCIA ALVES, Município de MARINGÁ - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 52488, Protocolo nº 155510129, contra MOACIR DIAS DE SOUZA, Município de ITAGUAJÉ - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.040,00.**

Auto de Infração nº 105086, Protocolo nº 155180447, contra ALFREDO GELINSKI JUNIOR, Município de GUARAPUAVA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 31038, Protocolo nº 156786128, contra JOAO MARIA MOREIRA DA SILVA, Município de IMBAÚ - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 50550, Protocolo nº 154579656, contra FRANCISCO CARLOS JORGE, Município de PONTA GROSSA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 29874, Protocolo nº 155272422, contra PEDRO MACHADO, Município de SANTA TEREZA DO OESTE - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 19689, Protocolo nº 156766291, contra JULIO CESAR CONSTANTINO, Município de ARAPONGAS - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.040,00.**

Auto de Infração nº 46263, Protocolo nº 155947853, contra FABIO RICARDO TAROZO, Município de MARINGÁ - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 32539, Protocolo nº 155356243, contra IDAIR CESAR FARDO, Município de SANTA IZABEL DO OESTE - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 46034, Protocolo nº 155532645, contra AGROVETERINÁRIA PLACHTA & FRANCO LTDA - ME, Município de SÃO MATEUS DO SUL - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 33743, Protocolo nº 155736470, contra PAULO ROBERTO DE MARCO, Município de FRANCISCO BELTRÃO - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 31667, Protocolo nº 156336980, contra BRUNO BORDIN LENCI, Município de PORTO UNIÃO - SC. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.040,00.**

Auto de Infração nº 23029, Protocolo nº 154729852, contra EDY CARLOS HEIL, Município de PONTA GROSSA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 30274, Protocolo nº 155269642, contra ADANI PRIMO TRICHES, Município de CASCAVEL - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.560,00.**

Auto de Infração nº 45495, Protocolo nº 156033103, contra ESMAEL LACERDA DE SOUZA, Município de RESERVA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 19179, Protocolo nº 155782641, contra JOAO MARIA ALVES DA SILVA, Município de ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 49546, Protocolo nº 156444154, contra GELSON MARTINS TEIXEIRA, Município de CASCAVEL - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 14611, Protocolo nº 155386932, contra HEWERTON BERTELLI, Município de MARINGÁ - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 32531, Protocolo nº 155355352, contra ORILDO LOTICI, Município de SANTA IZABEL DO OESTE - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 65573, Protocolo nº 154025243, contra ESPOLIO DE ARLINDO JOSE VICENTIM, Município de SANTA FÉ - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 2.704,00.**

Auto de Infração nº 46261, Protocolo nº 155156929, contra ANTONIO CANDIDO DE ALMEIDA, Município de MARINGÁ - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 31040, Protocolo nº 156792276, contra FRANCISCO DE CAMPOS, Município de TIBAGI - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 49552, Protocolo nº 156468231, contra JOAQUIM LEITE DA CRUZ, Município de BOA VISTA DA APARECIDA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 29834, Protocolo nº 155158441, contra IDALICIA ROSA MARQUES, Município de CASCAVEL - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 31303, Protocolo nº 155228032, contra GRASIANI SIMON, Município de SANTA HELENA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 19683, Protocolo nº 155974028, contra SILVERIO DE BARROS, Município de SABÁUDIA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 23038, Protocolo nº 155051566, contra CARLOS AUGUSTO PAGNONCELLI, Município de PONTA GROSSA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 32533, Protocolo nº 155355182, contra ROBSON GONSALVES, Município de SANTA IZABEL DO OESTE - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 105833, Protocolo nº 156810223, contra MAURICIO ARLINDO APARECIDO, Município de TERRA ROXA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 19176, Protocolo nº 155780916, contra MARIA APARECIDA ALFREDO GOMES, Município de QUEDAS DO IGUAÇU - PR. DECISÃO: **Arquivamento por nulidade do processo.**

Auto de Infração nº 105827, Protocolo nº 155007710, contra COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL COPAGRIL, Município de

GUAÍRA - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 29978, Protocolo nº 155301384, contra SETIMO FORNAZARI, Município de SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 32278, Protocolo nº 156497770, contra GABRIEL BATISTA GEFER SALVALAIO, Município de SANTA MARIA DO OESTE - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 49561, Protocolo nº 155601302, contra SIDINEI MARQUES, Município de BOA VISTA DA APARECIDA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 21982, Protocolo nº 155285222, contra MARCELO PAULO VENDRAME, Município de PALOTINA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 27360, Protocolo nº 155991976, contra SHEILA DAIANE BORECKI VIDIGAL, Município de ALTAMIRA DO PARANÁ - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 95539, Protocolo nº 155118369, contra LUIDES LOPES DE OLIVEIRA SANTOS, Município de SARANDI - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 49585, Protocolo nº 156972320, contra VITORIO DE BONA, Município de SANTA LÚCIA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 49594, Protocolo nº 157106910, contra NILSON DA MOTTA CASTILHO, Município de CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 29970, Protocolo nº 155947365, contra VITEU HOLZBACH, Município de CASCAVEL - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.040,00.**

Auto de Infração nº 11298, Protocolo nº 154995560, contra CLINICA E AGROVETERINÁRIA ROSIN LTDA - ME, Município de CRUZEIRO DO IGUAÇU - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 32528, Protocolo nº 154312994, contra FIORAVANTE DORS, Município de REALEZA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 42072, Protocolo nº 155230185, contra VALDECIR BACK, Município de TRÊS BARRAS DO PARANÁ - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 4113, Protocolo nº 155545372, contra AIRTON LUIZ XAVIER TUREK, Município de CONTENDA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 49523, Protocolo nº 156456330, contra EZEQUIEL VIEIRA, Município de CASCAVEL - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 30275, Protocolo nº 155273623, contra LAURI WEBBER, Município de CASCAVEL - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 11296, Protocolo nº 154995447, contra CDA & CIA AGROPECUARIA LTDA, Município de DOIS VIZINHOS - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 22049, Protocolo nº 155612053, contra ALCEU PALHANO, Município de IMBITUVA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 49582, Protocolo nº 156976407, contra JOAO JUAREZ DE ALMEIDA, Município de SANTA LÚCIA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 21911, Protocolo nº 156782629, contra BRF - S. A., Município de TOLEDO - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.040,00.**

Auto de Infração nº 45481, Protocolo nº 156414085, contra EIZOEL LISBOA RIBAS, Município de RESERVA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 27352, Protocolo nº 155035978, contra GONZATTI AGROPECUARIA E PROMOÇÃO DE VENDAS LTDA-ME, Município de NOVA CANTU - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 22043, Protocolo nº 155702435, contra GENINHO CARLOS SCHEIDT, Município de IMBITUVA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 4123, Protocolo nº 156233749, contra FLAVIO OLIVEIRA MACHADO, Município de LAPA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 23078, Protocolo nº 156224081, contra JOSE RONALDO TOMAZOLI, Município de MARINGÁ - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 27505, Protocolo nº 155679166, contra CAMPO RICO COMERCIAL LTDA, Município de MATO RICO - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.040,00.**

Auto de Infração nº 30254, Protocolo nº 155895527, contra MANOEL ANTONIO DE MENDONÇA, Município de SANTA TEREZA DO OESTE - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 22047, Protocolo nº 155598654, contra JOSE ADEMIR POCH, Município de GUAMIRANGA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 49583, Protocolo nº 156974684, contra HILARIO KAIM, Município de SANTA LÚCIA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 105083, Protocolo nº 155177918, contra MARCIO ALEXANDER DELLANORA, Município de GUARAPUAVA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 50547, Protocolo nº 154579710, contra HAROLDO BORG, Município de PONTA GROSSA - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.040,00.**

Auto de Infração nº 32062, Protocolo nº 155523590, contra ANNA BEATRIZ TRAMONTIN USSO, Município de APUCARANA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 11295, Protocolo nº 154996770, contra SPILLERE & CIA LTDA-ME, Município de DOIS VIZINHOS - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 4121, Protocolo nº 155535350, contra HILDA DE JESUS LEAL KOBACHUK, Município de LAPA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 105831, Protocolo nº 155621877, contra HUGO MANOEL MARCELINO PEDRO - ME, Município de TERRA ROXA - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.040,00.**

Auto de Infração nº 49558, Protocolo nº 155621079, contra ADAIR ANTONIO DOS PASSOS, Município de CASCAVEL - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 52487, Protocolo nº 155504587, contra CARLOS FELICIO RUIZ, Município de NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.248,00.**

Auto de Infração nº 11527, Protocolo nº 156142697, contra NELSON ZAMARIAN, Município de CORNÉLIO PROCÓPIO - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 30259, Protocolo nº 157392930, contra ADAO APARECIDO RODRIGUES, Município de CASCAVEL - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 4117, Protocolo nº 156351571, contra ENIO JOSE RADULSKI, Município de QUITANDINHA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 18190, Protocolo nº 155775114, contra LEVIS AGROPECUARIA - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - ME, Município de BITURUNA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 14610, Protocolo nº 155369221, contra GILBERTO VALENTIM, Município de NOVA ESPERANÇA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 27353, Protocolo nº 155320559, contra MARINEIA DE BRITO LEITE, Município de CAMPINA DA LAGOA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 79756, Protocolo nº 155093757, contra CASA RURAL DE ORTIGUEIRA LTDA, Município de PALMITAL - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.040,00.**

Auto de Infração nº 28177, Protocolo nº 154997229, contra RURAL VET LTDA - ME, Município de BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 49571, Protocolo nº 157213687, contra FABIO JUNIOR RAUBER, Município de CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 105829, Protocolo nº 155312793, contra PEDRO SÔNEGO, Município de TERRA ROXA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 49514, Protocolo nº 154806083, contra RAFAEL JOSE PERIN, Município de CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR. DECISÃO: **Advertência, cumulada com Suspensão (de registro, cadastro, credenciamento, habilitação, autorização).**

Auto de Infração nº 30256, Protocolo nº 155892200, contra ACIR SIQUEIRA XAVIER, Município de SANTA TEREZA DO OESTE - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 79761, Protocolo nº 155800550, contra EDSON JOSE MAZURECHEN, Município de LARANJAL - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.040,00.**

Auto de Infração nº 49547, Protocolo nº 155628650, contra GEOVÂNIO OLDONI, Município de BOA VISTA DA APARECIDA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 29870, Protocolo nº 155270080, contra DIEGO FERNANDO JORGE, Município de CASCAVEL - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 23031, Protocolo nº 155284161, contra JOSE ADELINO CAMARGO, Município de PONTA GROSSA - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.872,00.**

Auto de Infração nº 29869, Protocolo nº 155269863, contra PEDRO DOS SANTOS, Município de LINDOESTE - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 2.600,00.**

Auto de Infração nº 11526, Protocolo nº 156139920, contra DEMETRIUS HADDAD CHEDID, Município de SÃO JERÔNIMO DA SERRA - PR. DECISÃO: **Arquivamento por nulidade do processo.**

Auto de Infração nº 11999, Protocolo nº 155467770, contra JAIR APARECIDO OLIVEIRA, Município de NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 4119, Protocolo nº 156231436, contra MARIO EDSON POTCZEK, Município de QUITANDINHA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 27317, Protocolo nº 156186546, contra JOSE PAULO VALENTINI, Município de ENGENHEIRO BELTRÃO - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 32277, Protocolo nº 156497304, contra GEFER &

IANZE LTDA, Município de SANTA MARIA DO OESTE - PR.

DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 4111, Protocolo nº 156229520, contra ODAIR SEBASTIAO DA SILVA, Município de LAPA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 49580, Protocolo nº 156969710, contra EDEMAR ALVES DA COSTA, Município de LINDOESTE - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 1747, Protocolo nº 155223146, contra ADEMIR JOSE BOTAN, Município de PINHÃO - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 105840, Protocolo nº 155353325, contra GELSON MUNIZIO DA SILVA, Município de GUAÍRA - PR. DECISÃO: **Advertência.**

Auto de Infração nº 9715, Protocolo nº 154175296, contra NILTON FRANCO DA ROCHA, Município de MANDAGUARI - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 1.456,00.**

Auto de Infração nº 24351, Protocolo nº 156626210, contra MICESLAU BEL- NIAKI, Município de CURITIBA - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 11.440,00.**

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, originários da GERÊNCIA DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL na LEI ESTADUAL Nº 10799/94 e DECRETO ESTADUAL Nº 3005/00 e demais ATOS COMPLEMENTARES. O DIRETOR DE DEFESA AGROPECUÁRIA, examinando os presentes AUTOS DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, julga procedentes as AUTUAÇÕES e aplica as seguintes PENAS:

Auto de Infração nº 40679, Protocolo nº 154989625, contra QUALITY SUI DISTIBUIDORA DE CARNE SUÍNA E FRIOS EIRELI, Município de MARINGÁ - PR. DECISÃO: **Multa - R\$ 7.800,00.**

Auto de Infração nº 19529, Protocolo nº 154885692, contra LATICINIOS JANDAIA DO SUL LTDA, Município de JANDAIA DO SUL - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 8074, Protocolo nº 154242376, contra MIMOSA ALIMENTOS LTDA - ME, Município de UMUARAMA - PR. DECISÃO: Multa - R\$ 6.240,00.

Auto de Infração nº 1556, Protocolo nº 156023353, contra CLAUDIO COSTE-NARO E CIA LTDA - EPP, Município de PRUDENTÓPOLIS - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 19461, Protocolo nº 154279610, contra FRIGORICHTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FRIOS LTDA - ME, Município de ALTO PIQUIRI - PR. DECISÃO: Multa - R\$ 3.224,00.

Auto de Infração nº 28616, Protocolo nº 154464735, contra LUIZ GUSTAVO BOSSA, Município de NOVA ESPERANÇA - PR. DECISÃO: Multa - R\$ 6.344,00.

Auto de Infração nº 34715, Protocolo nº 155439718, contra AGROPECUARIA BOLSON LTDA, Município de TOLEDO - PR. DECISÃO: Arquivamento por improcedência da autuação.

Auto de Infração nº 1555, Protocolo nº 155736917, contra MARCELO MORESCO TERNOVSKI - ME, Município de IMBITUVA - PR. DECISÃO: Multa - R\$ 3.224,00.

Auto de Infração nº 21713, Protocolo nº 155031751, contra PESCADOS SEREIA LTDA - EPP, Município de TOLEDO - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 105051, Protocolo nº 155045612, contra INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LATICÍNIOS LACTOLAR EIRELI ME, Município de CANTAGALO - PR. DECISÃO: Advertência.

Auto de Infração nº 18191, Protocolo nº 156287440, contra INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARNES SANTA BÁRBARA LTDA - EPP, Município de BITURUNA - PR. DECISÃO: Multa - R\$ 3.224,00.

RECURSO

Vistos e examinados os presentes Recursos, o Sr DIRETOR PRESIDENTE decide:

Auto de Infração nº 15111, Protocolo nº 154315705, contra ASSOCIACAO AGROPECUARIA DE JACAREZINHO, Município de JACAREZINHO - PR. DECISÃO: Não provimento do Recurso.

Curitiba, 13 de Agosto de 2019

ALESSANDRO CASAGRANDE
Gerente de Apoio Técnico

77080/2019

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Natureza: Termo de Cooperação

Partes: UNISINOS x UNIOESTE

Objeto: Capacitação, em nível de Pós-Graduação Stricto Sensu no Doutorado em Direito – Turma Complementar da UNISINOS – 1ª Edição que ofertará até 8 vagas.

Data da Assinatura: 22/05/2019

Vigência: 10/10/2021

76950/2019

Natureza: Termo de Cooperação

Partes: UNISINOS x UNIOESTE

Objeto: Capacitação, em nível de Pós-Graduação Stricto Sensu no Mestrado em Direito – Turma Complementar da UNISINOS – 1ª Edição que ofertará até 15 vagas.

Data da Assinatura: 22/05/2019

Vigência: 03/10/2021

76951/2019

Natureza: Termo de Cooperação Nº 009/2019

Partes: PARANÁ BANCO S/A x UNIOESTE

Objeto: Permitir ao Banco a possibilidade de concessão de empréstimos de crédito pessoal, mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores efetivos da Unioeste, respeitadas sua programação orçamentária, suas normas operacionais e as disposições deste instrumento.

Data da Assinatura: 10/07/2019

Vigência: 11/07/2024

77422/2019

Natureza: Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2014

Partes: MINHOCAL AGROINDUSTRIAL LTDA - ME x UNIOESTE

Objeto: Alteração de Cláusulas do Contrato nº 005/2017, referente a Transferência/Licenciamento e Fornecimento de Tecnologia sem Exclusividade e por Tempo Determinado.

Data da Assinatura: 30/06/2019

Vigência: 18/02/2022

77420/2019

Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

PRED

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO
URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS – SEDU
PARANÁ EDIFICAÇÕES

PORTARIA Nº 122/2019

O DIRETOR GERAL DA PARANÁ EDIFICAÇÕES, autarquia vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas, LUCAS GRUBBA PIGATTO, portador do RG nº 6.324.770-7 - SSP/PR e do CPF nº 044.875.639-09, no uso de suas atribuições legais, e, considerando a Lei Estadual nº 17.431, de 20 de dezembro de 2012; inciso XI do Art. 15 do Decreto Estadual nº 7.842, de 25 de março de 2013.

RESOLVE

Art. 1º RETIFICAR parte da Portaria nº 117/2019, onde se lê: Próprio: Casa Civil – Leia-se: Próprio: Palácio Iguazu, as demais informações permanecem inalteradas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de junho 2019.

Lucas Grubba Pigatto,

Diretor Geral da Paraná Edificações

77020/2019

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS – SEDU PARANÁ EDIFICAÇÕES

Portaria nº: 148/2019 Data: 12/08/19 Início: 30/07/19 Prazo: 360 dias

Contrato: CA 19/1379 Valor: R\$118.000,00 Objeto: Projetos

Órgão: SESP

Executor: CSC Engenharia Ltda - EPP

Fiscalização Eng.ª Cinthia Aparecida de Lima

da Obra: 109.340-D/PR

GPR

Fiscal Arq.ª Isaura Marques do Souza Uhmman

Substituto: CAU A 30.869-2

O fiscal substituto atuará no caso do fiscal estar em férias

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

LUCAS GRUBBA PIGATTO

Diretor Geral da Paraná Edificações

77330/2019

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS – SEDU PARANÁ EDIFICAÇÕES

Portaria nº: 149/2019 Data: 12/08/19 Início: 05/08/19 Prazo: 180 dias

Contrato: CA 19/1381 Valor: R\$18.853,11 Objeto: Projetos

Próprio: Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Órgão: SESP

Paraná - Curitiba

Executor: JCastro & Pertschi Arquitetura e Urbanismo Ltda – ME

Fiscalização Arq.º Antônio Victor Rodrigues Lobo

da Obra: CAU A 47.612-9

GPR

Fiscal Arq.ª Isaura Marques do Souza Uhmman

Substituto: CAU A 30.869-2

O fiscal substituto atuará no caso do fiscal estar em férias

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

LUCAS GRUBBA PIGATTO

Diretor Geral da Paraná Edificações

77331/2019

COMEC

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS

COORDENACAO DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA

PORTARIA Nº 31/2019 - COMEC

EMENTA: Prorrogação de prazo de conclusão previsto na Portaria nº 30/2019

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – COMEC, nomeado pelo Decreto Estadual nº 60/2019, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 16, incisos I e IV do Regulamento da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Anexo I do Decreto Estadual nº 698/1995), e

Considerando os termos da Portaria nº 30/2019, na qual fora determinada a nomeação da Comissão de Estudo Técnico visando a dar continuidade à adequação da legislação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC aos preceitos estabelecidos na Lei Federal nº 13.089/2015 (Estatuto da Metrópole);

Considerando as justificativas apresentadas no Memorando nº 16/2019/AJ, data de 09 de agosto de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a revisão do prazo originalmente concedido para a conclusão dos trabalhos pela Comissão, fazendo com que o mesmo passe a vigorar por período indeterminado, restando reforçada a determinação de que os trabalhos sejam concluídos da forma mais célere possível.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Curitiba/PR, 09 de agosto de 2019.

GILSON DE JESUS DOS SANTOS

Diretor-Presidente da COMEC

Decreto Estadual nº 060/2019

77114/2019

Secretaria da Comunicação Social e da Cultura**Centro Cultural Teatro Guaíra**

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) CENTRO CULTURAL TEATRO GUAÍRA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 30 DE 12/08/2019

ORGÃO - CENTRO CULTURAL TEATRO GUAÍRA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERÍODO AQUISITIVO	FRUIÇÃO
VILMAR ANTONIO MACIOZEKY				180	21/12/2002 20/12/2012	12/08/2019 07/02/2020
39620529	1	NAI	159560546			

76985/2019

Secretaria da Educação e do Esporte

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR GERAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE
ACORDO COM A LEI 14502 DE 17 DE SETEMBRO DE 2004 E DECRETO 5913 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2005, LICENÇA
REMUNERATÓRIA PARA FINS DE APOSENTADORIA AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

PORTARIA N. 165 DE 09/08/2019

ORGÃO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DATA A PARTIR
MARIA DORIS PENTEADO	11090567	1	PF09	159308243	01/08/2019
ANA MARIA FRITZ	17724614	89	PF11	159306585	03/08/2019
NILVA CONCEICAO MIRANDA	20836512	2	PF11	159456773	12/08/2019
LOCSANDRA MARIA KUCZYNSKI WORELL	20900458	1	PF11	159279731	05/08/2019
ROSANGELA BEZERRA DE MELO	38840274	3	PF07	158471345	13/08/2019
RAQUEL TOMASELLA BIAZON RODRIGUES	41313951	3	PF07	159335291	08/08/2019
SILVIA ANDREIA FERREIRA DA SILVA	43578200	21	PF10	159278271	05/08/2019
ELAINE BERNARDINO UZANELLI	43692801	1	PF11	159289842	01/08/2019
VANIZE APARECIDA NOIMANN	45479544	1	PF06	159569470	12/08/2019
LEONILDO SALVIATO	6571638	93	AGEB I24	159280730	01/08/2019

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR GERAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE
ACORDO COM A LEI 14502 DE 17 DE SETEMBRO DE 2004 E DECRETO 5913 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2005, LICENÇA
REMUNERATÓRIA PARA FINS DE APOSENTADORIA AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

PORTARIA N. 166 DE 09/08/2019

ORGÃO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DATA A PARTIR
PIEDADE DAS GRACAS BRUGNOLLI ALVES	9071598	3	PF10	157685490	24/07/2019

76639/2019

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR GERAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE
ACORDO COM A LEI 14502 DE 17 DE SETEMBRO DE 2004 E DECRETO 5913 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2005, LICENÇA
REMUNERATÓRIA PARA FINS DE APOSENTADORIA AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

PORTARIA N. 53 DE 16/07/2019

ORGÃO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DATA A PARTIR
VANIA MOEMA MUZA SOARES	34709904	1	PF11	159011550	17/07/2019

76635/2019

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR GERAL DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO,
NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO II DO ARTIGO 72, DA LEI N.8485, DE 03 DE
JUNHO DE 1987, RESOLVE CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE,
DE ACORDO COM O ARTIGO 245, DA LEI 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

PORTARIA N. 172 DE 09/08/2019

ORGÃO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
KARINA STELLA MADUREIRA DA SILVA MAI	55501076	1	NII08	159392619	15/08/2019	13/08/2021	730
RITA DE CASSIA MANTOVANELLI SILVEIRA	67639391	1	NII07	159088022	28/07/2019	26/07/2021	730

76634/2019

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR GERAL DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO,
NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO II DO ARTIGO 72, DA LEI N.8485, DE 03 DE
JUNHO DE 1987, RESOLVE CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE,
DE ACORDO COM O ARTIGO 245, DA LEI 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

PORTARIA N. 52 DE 10/07/2019

ORGÃO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
PATRICIA SALES DE SOUZA LOPES DA SIL	98480390	92	NII02	158438933	03/07/2019	01/07/2021	730

76640/2019

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR GERAL DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO,
NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO II DO ARTIGO 72, DA LEI N.8485, DE 03 DE JUNHO DE 1987, RESOLVE CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, AO(S) FUNCIONARIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):
PORTARIA N. 167 DE 09/08/2019

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
EVANDRA CRISTINA PEREIRA	124867100	2	NII06	159169332	29/07/2019	27/07/2021	730
SILVANE BOTTEGA	134845228	1	NII07	159168913	29/07/2019	27/07/2021	730
ARIANE BANDEIRA MACHADO	143768309	1	NII03	159012808	29/07/2019	27/07/2021	730
FRANCINE ARLIDA DURA CAVAGNARI	18959224	1	NII11	159163199	29/07/2019	27/07/2021	730
MARIA MARTA HINTEMANN DERING	19042685	2	NII11	159484742	06/09/2019	04/09/2021	730
FABIO HENRIQUE STREMEI	31846048	1	NII11	159196763	07/08/2019	05/08/2021	730
MARA CATARINA RIBEIRO FROSIO	32131697	2	NII07	158918951	07/10/2019	05/10/2021	730
ROSANGELA CRISTINA MOROSINI BELONI	39907739	2	NII104	159039382	09/08/2019	07/08/2021	730
ROSANGELA CRISTINA MOROSINI BELONI	39907739	1	NII107	159038564	09/08/2019	07/08/2021	730
CRISTINA MARGARETE BARILI TEIXEIRA	40246096	1	NII110	159456358	06/09/2019	04/09/2021	730

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR GERAL DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO,
NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO II DO ARTIGO 72, DA LEI N.8485, DE 03 DE JUNHO DE 1987, RESOLVE CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, AO(S) FUNCIONARIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):
PORTARIA N. 168 DE 09/08/2019

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
ANA MARIA ALBERTON	41076062	1	NII11	158924595	09/08/2019	07/08/2021	730
VIVIANE DANIELE FAVERO DE ANDRADE	42022829	1	NII101	159584216	22/10/2019	20/10/2021	730
ROSEMARY CLAUDIA MARQUES SOUZA	42105147	92	NII11	159002675	01/08/2019	30/07/2021	730
MARIA CECILIA BURIGO	44447924	2	NII102	159117065	25/07/2019	23/07/2021	730
MARIA CECILIA BURIGO	44447924	1	NII102	159117065	25/07/2019	23/07/2021	730
SINDERIA LEAO COSTA BAPTISTA	46976150	2	NII11	158993198	24/07/2019	22/07/2021	730
MARCIA REGINA BRAGA LUZZI	47705800	1	NII11	159222403	01/08/2019	30/07/2021	730
SERGIO PEREIRA FERNANDES	49908326	1	NA32	159345211	12/08/2019	10/08/2021	730
MEIRE DE FATIMA TERRAZON MANOEL	50325202	89	NII11	159231674	01/08/2019	30/07/2021	730
MEIRE DE FATIMA TERRAZON MANOEL	50325202	1	NII11	159191010	01/08/2019	30/07/2021	730

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR GERAL DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO,
NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO II DO ARTIGO 72, DA LEI N.8485, DE 03 DE JUNHO DE 1987, RESOLVE CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, AO(S) FUNCIONARIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):
PORTARIA N. 169 DE 09/08/2019

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
ANDREIA SCHACH FEY	51116461	1	NII04	159469425	16/09/2019	14/09/2021	730
CLEONICE APARECIDA SOFIENTINI FERNAN	51201027	1	NII11	159456480	05/08/2019	03/08/2021	730
ELEM RIBEIRO DO VALLE POIANI	54020228	1	NII101	158610914	05/08/2019	03/08/2021	730
EMILIANA LOPES	57091185	1	NII06	159425827	21/08/2019	19/08/2021	730
RODINEIA REKSSUA RODRIGUES	58485560	1	NII07	159557065	03/09/2019	01/09/2021	730
CLEIDE APARECIDA PALACIO IDALGO DE L	58692204	1	NA32	158840448	02/09/2019	31/08/2021	730
MARIANA FERREIRA	61737308	2	NII05	159032027	29/07/2019	27/07/2021	730
MARILENE DOS REIS GAUZA	67783085	2	NII07	159030458	19/08/2019	17/08/2021	730
MARILENE DOS REIS GAUZA	67783085	1	NII11	159030210	19/08/2019	17/08/2021	730
ISABEL CASTILHO PALHANO	68009570	2	NII11	159158128	29/07/2019	27/07/2021	730

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR GERAL DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO,
NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO II DO ARTIGO 72, DA LEI N.8485, DE 03 DE JUNHO DE 1987, RESOLVE CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, AO(S) FUNCIONARIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):
PORTARIA N. 170 DE 09/08/2019

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
CILMARA REGINA VALLER	69090737	1	NII11	159025187	01/08/2019	30/07/2021	730
MARCIO JOSE GONZALES DANTAS	69581560	1	NII11	159325458	30/07/2019	28/07/2021	730
FLAVIA BIANCA PEREIRA	69756620	90	NII03	159339246	29/08/2019	27/08/2021	730
ELIANDRO CERESO AVANCINI	70781514	2	NII07		01/08/2019	30/07/2021	730
SIMONE MICHELA SOARES MARINI	71316513	2	NII06	159548929	16/09/2019	14/09/2021	730
OSANA DA SILVA TORAL	71738620	1	NII11		01/08/2019	30/07/2021	730
JORGE PRYJMAK	7391730	21	NII11	158848503	05/08/2019	03/08/2021	730
ALA KRIWOJ PRYJMAK	7694008	2	NII11	158848384	05/08/2019	03/08/2021	730
MICHELLE KALINKA CARNIEL GONCALVES	77479716	2	NII04	158914794	05/08/2019	03/08/2021	730
EDIMAR EDER BATISTA	80078110	2	NII11	159460410	12/08/2019	10/08/2021	730

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR GERAL DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO,
NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO II DO ARTIGO 72, DA LEI N.8485, DE 03 DE JUNHO DE 1987, RESOLVE CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, AO(S) FUNCIONARIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):
PORTARIA N. 171 DE 09/08/2019

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
MARCELO NOGUEIRA LOPES	81986347	1	NII10	159280136	29/07/2019	27/07/2021	730
REGILENE MIRANDA	83140127	1	NA21	159331997	15/08/2019	13/08/2021	730
NOILA CRISTINA FURLANETTO	84964859	1	NII03	159410200	08/08/2019	06/08/2021	730
ELAINE PADILHA DE MATOS	88261291	92	NII05	159123278	05/08/2019	03/08/2021	730
ELAINE PADILHA DE MATOS	88261291	91	NII08	159123278	05/08/2019	03/08/2021	730
ANGELICA CALDATO	90387006	2	NA28	159458105	04/09/2019	02/09/2021	730
JOICELENE DA GLORIA DE OLIVEIRA	91363976	55	NII04	159505286	12/08/2019	10/08/2021	730
BEATRIZ WSZOEK DOS REIS	91965941	2	NA18	159437620	07/09/2019	05/09/2021	730
KARINE PRADO	94388805	1	NII04	159488691	05/08/2019	03/08/2021	730
CAMILA CHYBIOR SOVIERZOSKI	99712767	1	NII04	158907542	29/07/2019	27/07/2021	730

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR GERAL DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO,
NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO II DO ARTIGO 72, DA LEI N.8485, DE 03 DE JUNHO DE 1987, RESOLVE CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):
PORTARIA N. 54 DE 16/07/2019

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
SILVIA REGINA NISHIYAMA SUCUPIRA SAR	33422423	21	NII11	158979730	31/07/2019	29/07/2021	730
VERONICA LIMA GUIMARAES	44547775	2	NII07	158957558	25/07/2019	23/07/2021	730
MARCIA APARECIDA ALFERES	62771844	2	NII05	158865475	29/07/2019	27/07/2021	730
CLEIA MARIA DOS SANTOS CORDEIRO	64939084	1	NII03	159004260	22/07/2019	20/07/2021	730
PRISCILA VEIGA ROCHA	75055811	93	NII06		25/07/2019	23/07/2021	730
CARLA CRISTINA FELICIO VIEIRA LOUREN	76538719	2	NII06	158995344	01/08/2019	30/07/2021	730
FRANCIANE BRAGA MACHADO GONCALVES	80746350	52	NII04	158999161	24/07/2019	22/07/2021	730

76638/2019

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR GERAL DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO,
NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO II DO ARTIGO 72, DA LEI N.8485, DE 03 DE JUNHO DE 1987, RESOLVE CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):
PORTARIA N. 51 DE 10/07/2019

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
DAIANA LUZZA	101105024	7	NII04		16/07/2019	14/07/2021	730
ALICE KOS	16384933	3	NII11	158704293	24/07/2019	04/08/2019	12
ADRIANA GRONKE MORATONE VILLANOVA	20517255	2	NII05	158787881	15/07/2019	13/07/2021	730
VANDERLEIA VERDI	41520302	2	NII06	158704854	08/07/2019	06/07/2021	730
ADILSON CARDOSO DE OLIVEIRA	41528346	21	NII04	158761327	25/07/2019	23/07/2021	730
LUCIMAR APARECIDA PAGLIOSA	42074314	93	NII11	158768593	23/07/2019	24/07/2019	2
ELIANE MARIA FERREIRA BATISTA	53022693	91	NII04	158762803	25/07/2019	23/07/2021	730
KIELSE CARLOS SOARES GUELSIN	63633046	91	NII03	158696690	25/07/2019	23/07/2021	730
ROSELI DE OLIVEIRA NASCIMENTO	81964459	90	NII03	15865078	01/08/2019	30/07/2021	730
ANDRESSA KASIUK SANT'ANNA	93378008	3	NII03	158791587	25/07/2019	23/07/2021	730

76632/2019

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 354166 - 13/08/2019

Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002

Código do Município: 690

Nome do Município: CURITIBA

Código do Estabelecimento: 2200

Nome do Estabelecimento: BRASILIO V DE CASTRO, C E PROF-EF M PROF

Nome do Curso: Curso: TECNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO - 539

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
CRISTIANE FREITAS DALUZ	86126273PR	1350	06900220D003	70	12/08/2019	2019

CURITIBA, 13 de Agosto de 2019.

Nome do(a) Secretário(a): REGEANE CRISTINA

PERCICOTTI

Nº Ato do(a) Secretário(a): PORT 699/2016 -

11/05/2016

Nome do(a) Diretor(a): KATIA BELASQUE BAUCH

Nº Ato do(a) Diretor(a): RES. 741/2016 - 24/03/2016

77380/2019

Relação de Registro de CERTIFICADOS Nº 354170 - 13/08/2019

Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002

Código do Município: 1530

Nome do Município: MARINGA

Código do Estabelecimento: 2177

Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS EFICAZ - CEM

Nome do Curso: Curso: AUXILIAR DE ENFERMAGEM - 100

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
KELLY RODRIGUES	88314247PR	2807	15300217C003	16	07/08/2019	2018

MARINGA, 13 de Agosto de 2019.

Nome do(a) Secretário(a): CAROLINA DA GLÓRIA

FELIZ GOMES

Nº Ato do(a) Secretário(a): 01/18 - 01/08/2018

Nome do(a) Diretor(a): AMANDA CÉZAR DE

CASTRO CHAVES

Nº Ato do(a) Diretor(a): 04/17 - 01/07/2017

77385/2019

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 354171 - 13/08/2019

Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002

Código do Município: 1530

Nome do Município: MARINGA

Código do Estabelecimento: 2177

Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS EFICAZ - CEM

Nome do Curso: Curso: TECNICO EM ENFERMAGEM - 920

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
KELLY RODRIGUES	88314247PR	2808	15300217D004	46	07/08/2019	2019

MARINGA, 13 de Agosto de 2019.

Nome do(a) Secretário(a): CAROLINA DA GLÓRIA

FELIZ GOMES
Nº Ato do(a) Secretário(a): 01/18 - 01/08/2018

Nome do(a) Diretor(a): AMANDA CÉZAR DE
CASTRO CHAVES
Nº Ato do(a) Diretor(a): 04/17 - 01/07/2017

77392/2019

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 354168 - 13/08/2019
Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 764
Nome do Município: FAZENDA RIO GRANDE
Código do Estabelecimento: 180
Nome do Estabelecimento: JORGE ANDRIGUETTO, C E DES-EF M PROFIS N
Nome do Curso: Curso: Formação de Docentes, em nível médio, na modalidade normal - 489

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
JADHE CRISTINE RIBEIRO ALEXANDRE	125650490PR	1481	07640018D003	97	13/08/2019	2014

FAZENDA RIO GRANDE, 13 de Agosto de 2019.

Nome do(a) Secretário(a): LILIAN CRISTIANE
JENSCHWITZ DE PAULA
Nº Ato do(a) Secretário(a): 0628/2016 - 11/04/2016

Nome do(a) Diretor(a): ROSIANE DOS ANJOS
Nº Ato do(a) Diretor(a): 2204/19 - 22/07/2019

77382/2019

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 354167 - 13/08/2019
Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 15727
Nome do Estabelecimento: CENTRO ENS GRAU TECNICO-UNID CTBA 7 SETE
Nome do Curso: Curso: TECNICO EM ENFERMAGEM - 1230

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
CAMILA ALVES DOS SANTOS ISABEL	141346431PR	290	06901572D001	58	09/08/2019	2019
DANIELE APARECIDA BURKNER DE SOUZA GALAN	75314701PR	291	06901572D001	59	09/08/2019	2019
DANIELLE DE CACIA VEIGA	96191065PR	292	06901572D001	59	09/08/2019	2019
DEBORA APARECIDA RIBEIRO GAVLOUSKI	136087878PR	293	06901572D001	59	09/08/2019	2019
IZABEL CRISTINA HANEMANN	56343610PR	294	06901572D001	59	09/08/2019	2019
JOYCE KELLY DE ALMEIDA	127379106PR	295	06901572D001	59	09/08/2019	2019
LARISSA DOS SANTOS WENCESLAU	127235660PR	296	06901572D001	60	09/08/2019	2019
LUCIANA CANDIDO DA SILVA	76338027PR	297	06901572D001	60	09/08/2019	2019
MICHELE CRISTINA GUILHERME	134526955PR	298	06901572D001	60	09/08/2019	2019
RAFAEL FERREIRA LUIZ	78114738PR	299	06901572D001	60	09/08/2019	2019
THALIA VENTURA	134835451PR	300	06901572D001	60	09/08/2019	2019
VALERIA GOMES DE SOUZA MONTEIRO DOS SANTOS	93924444PR	301	06901572D001	61	09/08/2019	2019
ANA CRISTINA BATISTA DA ROCHA	130122752PR	302	06901572D001	61	09/08/2019	2019
ALLAN CEZAR DE OLIVEIRA	127922241PR	303	06901572D001	61	12/08/2019	2019
CLAUDINEI TRAVAIN FILHO	391890669SP	304	06901572D001	61	12/08/2019	2019
CLEIA NEBSNIAK	84582964PR	305	06901572D001	61	12/08/2019	2019
CLEVERSON FERREIRA DA CRUZ	136707663PR	306	06901572D001	62	12/08/2019	2019
DEBORA DE FREITAS	93341805PR	307	06901572D001	62	12/08/2019	2019
FERNANDA CRISTINA GONCALVES ESTEVAM POHLING	88855400PR	308	06901572D001	62	12/08/2019	2019
JANAINA APARECIDA MELECH CHRESTINIUK	131445520PR	309	06901572D001	62	12/08/2019	2019
LARISSA FARCH DE LIMA	132853380PR	310	06901572D001	62	12/08/2019	2019
JOSUELEN RODRIGUES	135099031PR	311	06901572D001	63	12/08/2019	2019
LARISSA YASMIN PANZA	140245321PR	312	06901572D001	63	12/08/2019	2019
LUISA DUCHINSKI DOMINGOS	94859875PR	313	06901572D001	63	12/08/2019	2019
OGERIA LEAL GRUBER	104776981PR	314	06901572D001	63	12/08/2019	2019
PAULO ZANELA	35567097PR	315	06901572D001	63	12/08/2019	2019
PERIKLES MOURA CORREIA	110201370PR	316	06901572D001	64	12/08/2019	2019
REGINALDO VITORIANO DA SILVA	85517368PR	317	06901572D001	64	12/08/2019	2019
SULAMITA CARVALHO DOS SANTOS	520672628SP	318	06901572D001	64	12/08/2019	2019
THIFANNY PEREIRA ZBUINOVICZ	127004358PR	319	06901572D001	64	12/08/2019	2019
VALCIANE CHIMBORSKI DOMICIANO	64459694PR	320	06901572D001	64	12/08/2019	2019

CURITIBA, 13 de Agosto de 2019.

Nome do(a) Secretário(a): EDSON HENRIQUE
NASCIMENTO DE OLIVEIRA
Nº Ato do(a) Secretário(a): 15/2017 - 10/02/2017

Nome do(a) Diretor(a): JULIO CESAR BUENO
ORMEROD
Nº Ato do(a) Diretor(a): 07/2016 - 10/02/2017

77381/2019

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 354172 - 13/08/2019
Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1840
Nome do Município: PARANAGUA
Código do Estabelecimento: 24
Nome do Estabelecimento: JOSE BONIFACIO, C E-EF M PROFIS
Nome do Curso: Curso: TECNICO EM SECRETARIADO - 942

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
MATHEUS DE FREITAS MIQUILINE MARCONDES	127191611PR	1523	18400002D004	5	12/08/2019	2017

PARANAGUA, 13 de Agosto de 2019.

PARANAGUA, 13 de Agosto de 2019.

Nome do(a) Secretário(a): LUCIENI DA SILVA
Nº Ato do(a) Secretário(a): 2204/2019 - 22/07/2019

Nome do(a) Diretor(a): ALEX JOSÉ CORREIA WEISS
Nº Ato do(a) Diretor(a): 741/2016 - 04/03/2016

77395/2019

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 354175 - 13/08/2019

Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002

Código do Município: 2730

Nome do Município: TELEMACHO BORBA

Código do Estabelecimento: 534

Nome do Estabelecimento: JARDIM ALEGRE, C E-EF M PROFIS

Nome do Curso: Curso: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO - 906

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
OSVANDE SEBASTIAO PEREIRA	135980897PR	506	27300053D002	1	12/07/2019	2018
NATALIA DEFAIX	136151983PR	507	27300053D002	2	12/07/2019	2018
LUCAS MACHADO	129346450PR	508	27300053D002	2	12/07/2019	2018
LETICIA ALVES GOMES	130368158PR	509	27300053D002	2	12/07/2019	2018
JULIANA APARECIDA DE OLIVEIRA	100794411PR	510	27300053D002	2	12/07/2019	2018
ANA IONARA BUENO	75173504PR	511	27300053D002	2	12/07/2019	2018
ANDREIA CAMPOLIM GONCALVES	111390312PR	512	27300053D002	3	12/07/2019	2018
ANDREIA CASTORINA FERREIRA	82055266PR	513	27300053D002	3	12/07/2019	2018
JULIANA ISaura FERREIRA	103594804PR	514	27300053D002	3	12/07/2019	2018
KELI CRISTINA OBEREK	134808233PR	515	27300053D002	3	12/07/2019	2018
LARISSA ALELUIA DA SILVA	140142638PR	516	27300053D002	3	12/07/2019	2018
CARLA BIANE DOS SANTOS	98009914PR	517	27300053D002	4	12/07/2019	2018
TAYLON DE LIMA PEDROSO	130222439PR	518	27300053D002	4	12/07/2019	2018
RAFAEL DE JESUS MORAES	89317169PR	519	27300053D002	4	12/07/2019	2018
VALQUIRIA PISTORI RUBIK	107148892PR	520	27300053D002	4	12/07/2019	2018
THAIS DE JESUS BARBOSA FIGUEIREDO	141890379PR	521	27300053D002	4	12/07/2019	2018
JHESSICA STHEFANI MACHADO	137622580PR	522	27300053D002	5	12/07/2019	2018
LIDYANE VERONICA SOUZA RIBEIRO	110372787PR	523	27300053D002	5	12/07/2019	2018
FRANCSLAINE KESLI FARIAS CORDEIRO	136881230PR	524	27300053D002	5	12/07/2019	2018
KEILA LIMA DE SOUSA	0339607620075 MA	525	27300053D002	5	12/07/2019	2018
ELEN LARISSA LUIZ BISPO	135832020PR	526	27300053D002	5	12/07/2019	2018
DAGATAKAWANY DOS SANTOS DA LUZ	126737955PR	527	27300053D002	6	12/07/2019	2018
ELERSON BARBOSA DA FONSECA	111390363PR	528	27300053D002	6	12/07/2019	2018
EVELIN ALVES DO NASCIMENTO	133584757PR	529	27300053D002	6	12/07/2019	2018
DELANY AMORIM CORREA	3774687PA	530	27300053D002	6	12/07/2019	2018
FLAVIA APARECIDA ALVES	106852561PR	531	27300053D002	6	12/07/2019	2018
ANDREIA FLORENTINO DOS SANTOS	125945678PR	532	27300053D002	7	12/07/2019	2018
BRUNA BATISTA LEAL	140232157PR	533	27300053D002	7	12/07/2019	2018

TELEMACHO BORBA, 13 de Agosto de 2019.

Nome do(a) Secretário(a): ADEMIR MENDES DE
ARRUDA

Nº Ato do(a) Secretário(a): 1910 - 10/12/2008

Nome do(a) Diretor(a): VANILCEA DE LIMA
ROCHA GOMES

Nº Ato do(a) Diretor(a): 741/2016 - 04/03/2016

77398/2019

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 354165 - 13/08/2019

Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002

Código do Município: 140

Nome do Município: APUCARANA

Código do Estabelecimento: 38

Nome do Estabelecimento: CENTRO EST EDUC PROF AGR MANOEL RIBAS

Nome do Curso: Curso: TECNICO EM AGROPECUARIA - 603

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
ALISSON EDUARDO DE ABREU	129564490PR	2788	01400003D006	58	30/07/2019	2019
AMANDA SOARES PEREIRA	131909209PR	2789	01400003D006	58	30/07/2019	2019
CARLOS EDUARDO BOTTE	129853344PR	2790	01400003D006	58	30/07/2019	2019
DIEGO DE OLIVEIRA MACHADO	134821876PR	2791	01400003D006	58	30/07/2019	2019
ELIAS LAMIM DE OLIVEIRA	133155058PR	2792	01400003D006	58	30/07/2019	2019
ELLEN DE FATIMA RODRIGUES	135120030PR	2793	01400003D006	59	30/07/2019	2019
FELIPE ANTUNES MIRIANO	123060334PR	2794	01400003D006	59	30/07/2019	2019
GISLAINE VANESSA FIORINI PEREIRA	71707008PR	2795	01400003D006	59	30/07/2019	2019
GUILHERME MATIAS DOS SANTOS	136054791PR	2796	01400003D006	59	30/07/2019	2019
GUSTAVO HENRIQUE ANTUNES	107891816PR	2797	01400003D006	59	30/07/2019	2019
HENRIQUE CESAR OLIVEIRA DE ANDRADE	131176791PR	2798	01400003D006	60	30/07/2019	2019
IAGO SPOSITO DENEZ	390402369PR	2799	01400003D006	60	30/07/2019	2019
JOÃO MARCELO DE MACEDO PARRA BEJE	129485434PR	2800	01400003D006	60	30/07/2019	2019
JOAO NICOLA MARONEZZI FILHO	137459671PR	2801	01400003D006	60	30/07/2019	2019
KAYSA NUNES GOMES DOS SANTOS	127231192PR	2802	01400003D006	60	30/07/2019	2019
LUCAS FAGUNDES DA SILVA	108015195PR	2803	01400003D006	61	30/07/2019	2019
LUCAS JOSÉ BULLA	134740663PR	2804	01400003D006	61	30/07/2019	2019
LUCAS MATHEUS DE MELO SILVA	126876351PR	2805	01400003D006	61	30/07/2019	2019
SABRINA RIBEIRO DUARTE DE SOUZA	144559819PR	2806	01400003D006	61	30/07/2019	2019
SARA MELIM DARODDA	105782799PR	2807	01400003D006	61	30/07/2019	2019
TAINNÁ THAIS BATISTELA DOS SANTOS	91217406PR	2808	01400003D006	62	30/07/2019	2019
WESLEY NHA DA ROCHA	138084612PR	2809	01400003D006	62	30/07/2019	2019
WISLEY RODRIGUES	138837785PR	2810	01400003D006	62	30/07/2019	2019

APUCARANA, 13 de Agosto de 2019.

Nome do(a) Secretário(a): PATRÍCIA BARRETO

GONÇALVES

Nº Ato do(a) Secretário(a): PORT 137/2015 -
17/04/2015

Nome do(a) Diretor(a): ROSINEY PIMENTA
CAMPOS

Nº Ato do(a) Diretor(a): 5203/17 - 09/10/2017

77378/2019

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 354174 - 13/08/2019

Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002

Código do Município: 2570

Nome do Município: SAO JOSE DOS PINHAIS

Código do Estabelecimento: 2438

Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS MENNA BARRETO

Nome do Curso: Curso: TECNICO EM ENFERMAGEM - 393

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
FRANCIELE DE OLIVEIRA	125370047PR	1411	25700243D003	49	29/07/2019	2018

SAO JOSE DOS PINHAIS, 13 de Agosto de 2019.

Nome do(a) Secretário(a): PRISCILLA DA SILVA
VERRONE

Nº Ato do(a) Secretário(a): ATO ADM 001/2011 -
10/01/2011

Nome do(a) Diretor(a): JONES BRAGHIROLI
MENNA BARRETO

Nº Ato do(a) Diretor(a): ATO ADM 001/2010 -
07/01/2010

77397/2019

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 354169 - 13/08/2019

Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002

Código do Município: 1190

Nome do Município: JACAREZINHO

Código do Estabelecimento: 17

Nome do Estabelecimento: RUI BARBOSA, C E-EF M PROFIS

Nome do Curso: Curso: TECNICO EM RECURSOS HUMANOS - 953

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
ALEXSSANDRO EUGENIO	105982860PR	3309	11900001D006	27	12/08/2019	2019
ANA CLAUDIA TAVARES BERTOLLA	147349793PR	3310	11900001D006	28	12/08/2019	2019
ANDREI VALENCIO CARAPINA	137448688PR	3311	11900001D006	28	12/08/2019	2019
ANDREZA DOS SANTOS VAZ	140835498PR	3312	11900001D006	28	12/08/2019	2019
CRISTINA DOS SANTOS DE CAMARGO	107545514PR	3313	11900001D006	28	12/08/2019	2019
DAVI HENRIQUE DIAS	90871242PR	3314	11900001D006	28	12/08/2019	2019
DEBORA MARTINS DE ALMEIDA	415910638SP	3315	11900001D006	29	12/08/2019	2019
DIOGO LUIZ APARECIDO	81807035PR	3316	11900001D006	29	12/08/2019	2019
DIONATAN SOUZA DE MOURA	140339369PR	3317	11900001D006	29	12/08/2019	2019
EMANUELLE DOS SANTOS	144378989PR	3318	11900001D006	29	12/08/2019	2019
IZABELLA SHARON SOUZA	130518656PR	3319	11900001D006	29	12/08/2019	2019
JANAINA APARECIDA FURTADO DOS SANTOS	105512333PR	3320	11900001D006	30	12/08/2019	2019
LUZIA APARECIDA CACIATORI	32829830PR	3321	11900001D006	30	12/08/2019	2019
MARTA FABIANA DOS SANTOS SOARES	427316728SP	3322	11900001D006	30	12/08/2019	2019
NATANIEL JUNIOR DOMINGUES	102311078PR	3323	11900001D006	30	12/08/2019	2019
RAFAELA GOIS BATISTEL	125948138PR	3324	11900001D006	30	12/08/2019	2019
RAFAELA SOUZA FERNANDES	144376870PR	3325	11900001D006	31	12/08/2019	2019
RODRIGO PETRINI MARTINS	100671662PR	3326	11900001D006	31	12/08/2019	2019
SAMUEL KAIQUE DE MORAIS	102842723PR	3327	11900001D006	31	12/08/2019	2019
TATIANE SOARES DE ALMEIDA	9220083 3PR	3328	11900001D006	31	12/08/2019	2019
THAIS TAINA NUNES RIBEIRO	409152870SP	3329	11900001D006	31	12/08/2019	2019
WELLINGTON RODRIGUES DO ESPIRITO SANTO	50443066XSP	3330	11900001D006	32	12/08/2019	2019

JACAREZINHO, 13 de Agosto de 2019.

Nome do(a) Secretário(a): LUIZ PAULO ALMEIDA
PINTO

Nº Ato do(a) Secretário(a): 2630/2016 - 11/07/2016

Nome do(a) Diretor(a): CRISTIANO JOSÉ DA SILVA
Nº Ato do(a) Diretor(a): 741/2016 - 04/03/2016

77383/2019

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 354173 - 13/08/2019

Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002

Código do Município: 2414

Nome do Município: SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

Código do Estabelecimento: 50

Nome do Estabelecimento: MANOEL KONNER, C E D-EF M PROFIS N

Nome do Curso: Curso: TECNICO EM SECRETARIADO - 954

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
CANDIDA LUSIA SAUER TORRES	108691846IRS	492	24140005D001	98	09/08/2019	2019
TANIA MONICA PORTO BARD	144835832PR	493	24140005D001	99	09/08/2019	2019
TAINARA PEREIRA LISBOA	109269980PR	494	24140005D001	99	09/08/2019	2019
ROSANGELA PEREIRA DA CONCEICAO	82082271PR	495	24140005D001	99	09/08/2019	2019
ROSA EMILIA SILVA VIEIRA DOS SANTOS	0484649420132 MA	496	24140005D001	99	09/08/2019	2019
PAULO HENRIQUE HOFF	126788541PR	497	24140005D001	99	09/08/2019	2019
PAMELA CRISTINA PEREIRA BREGANTINI	110102453PR	498	24140005D001	100	09/08/2019	2019
MATILDE FELIPE PAMOCENE	127019533PR	499	24140005D001	100	09/08/2019	2019
MARIA PRISCILA DIAS MENEZES	2009010021498 CE	500	24140005D001	100	09/08/2019	2019

MARIA DE FATIMA DOS SANTOS PIAIA	71307395PR	501	24140005D001	100	09/08/2019	2019
LAYS MARIA DAL TOE	106777012PR	502	24140005D001	100	09/08/2019	2019
KETHLINN MYLAINE DA SILVA DOS SANTOS	110706820PR	503	24140005D002	1	12/08/2019	2019
JAQUELINE GOTTSCHALD DA CONCEICAO	134476796PR	504	24140005D002	1	12/08/2019	2019
IVANETE BRECHER DA SILVA	37379310PR	505	24140005D002	1	12/08/2019	2019
IRENE DOS SANTOS PEREIRA	356401613SP	506	24140005D002	1	12/08/2019	2019
GABRIELLY CRISTINE CAPPONI	106070180PR	507	24140005D002	1	12/08/2019	2019
GABRIELE APARECIDA GRIGGIO	106833311PR	508	24140005D002	2	12/08/2019	2019
GABRIEL DE OLIVEIRA DE SOUZA	125771947PR	509	24140005D002	2	12/08/2019	2019
FABIANA BELO CORREIA	100405792PR	510	24140005D002	2	12/08/2019	2019
EDINA CEZARIO RIBEIRO DE LIMA	18082224MG	511	24140005D002	2	12/08/2019	2019
CLAUDIA HUNOFF NERY	72944020PR	512	24140005D002	2	12/08/2019	2019
BEATRIZ DOS SANTOS	128626999PR	513	24140005D002	3	12/08/2019	2019
ANDRESSA MARTINS GOMES	106070539PR	514	24140005D002	3	12/08/2019	2019
ADRIANA MORAES DA CRUZ	78987987PR	515	24140005D002	3	12/08/2019	2019

SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, 13 de Agosto de 2019.

Nome do(a) Secretário(a): CRISTIANE APARECIDA MICHELS BECKHAUSER
Nº Ato do(a) Secretário(a): 01558/14 - 21/11/2014

Nome do(a) Diretor(a): CLAUDIA BATISTA DOS SANTOS
Nº Ato do(a) Diretor(a): RES. 01441/2016 - 11/04/2016

77396/2019

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 354164 - 13/08/2019

Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002

Código do Município: 140
Nome do Município: APUCARANA
Código do Estabelecimento: 38
Nome do Estabelecimento: CENTRO EST EDUC PROF AGR MANOEL RIBAS
Nome do Curso: Curso: TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE - 1229

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
ALINE LUIZA SANTANA	108208619PR	2811	01400003D006	62	01/08/2019	2019
ANDERSON RODRIGUES	98197141PR	2812	01400003D006	62	01/08/2019	2019
BRUNA RAFAELA LUCIO HONORATO	102044622PR	2813	01400003D006	63	01/08/2019	2019
DANIELA DE JESUS MOURA	124031109PR	2814	01400003D006	63	01/08/2019	2019
DIEGO LUIS SANTOS CARDOSO	107086358PR	2815	01400003D006	63	01/08/2019	2019
ELIAS PEREIRA DOS SANTOS	62301651PR	2816	01400003D006	63	01/08/2019	2019
FRANCISCO LUIZ DOS SANTOS	208284576SP	2817	01400003D006	63	01/08/2019	2019
GIOVANA MARCELA INACIO FERNANDES	136067133PR	2818	01400003D006	64	01/08/2019	2019
IGOR ROBERTO STEFANI	134606908PR	2819	01400003D006	64	01/08/2019	2019
JOSÉ CARLOS MATEOS DOS SANTOS	50500390PR	2820	01400003D006	64	01/08/2019	2019
JOSE THIERRY MOREIRA DOS SANTOS	134795352PR	2821	01400003D006	64	01/08/2019	2019
JUNIOR CEZAR SEREA	39398494PR	2822	01400003D006	64	01/08/2019	2019
LIDIANE CRISTINA DA SILVA	101588815PR	2823	01400003D006	65	01/08/2019	2019
LETÍCIA DE MORAES LOPES	134866918PR	2824	01400003D006	65	01/08/2019	2019
MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA RECH	126160437PR	2825	01400003D006	65	01/08/2019	2019
MÁRIO HENRIQUE DA SILVA BUENO	132241228PR	2826	01400003D006	65	01/08/2019	2019
MATHEUS MARTIM LUIZ	107590889PR	2827	01400003D006	65	01/08/2019	2019
ROGÉRIO RODRIGUES DA SILVA	75823770PR	2828	01400003D006	66	01/08/2019	2019
STÉFANY ROSA LORENZINI	135761168PR	2829	01400003D006	66	01/08/2019	2019
THAMIRES YASMIN SIQUEIRA ALMEIDA	127021805PR	2830	01400003D006	66	01/08/2019	2019
VAINIR CORDEIRO DA SILVA	41803770PR	2831	01400003D006	66	01/08/2019	2019
WELLINGTON LUCAS MARTINS DAS NEVES	104967469PR	2832	01400003D006	66	01/08/2019	2019

APUCARANA, 13 de Agosto de 2019.

Nome do(a) Secretário(a): PATRÍCIA BARRETO GONÇALVES
Nº Ato do(a) Secretário(a): PORT 137/2015 - 17/04/2015

Nome do(a) Diretor(a): ROSINEY PIMENTA CAMPOS
Nº Ato do(a) Diretor(a): 5203/17 - 09/10/2017

77379/2019

RESOLUÇÃO Nº 2754/2019 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006 e 03/2013 e o Parecer nº 167/2019 - CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), do Colégio Anchieta - Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Maneco Viana, 639, do Município e NRE de Paranaguá.

§ 1º A instituição de ensino é mantida por Associação Parnanguara de Ensino e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 1254/2015, de 28/05/2015 e Parecer nº 677/2015 - CEE/PR, com vigência até 09/06/2025.

§ 2º A Resolução nº 1163/2008, de 24/03/2008 e o Parecer nº 1039/2008 - CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino e a Resolução nº 1474/1997, de 16/04/1997 e o Parecer nº 76/1997 - CEE/PR,

reconheceram o ensino citado no caput do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 2548/2015, de 17/08/2015 e Parecer nº 141/2015 - CEE/PR, com vigência até 31/12/2017.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2018 a 31/12/2022.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 4º.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 2755/2019 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR

da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013 e o Parecer nº 334/2019 - CEMEP, ambos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Médio, do Colégio Estadual Professora Tereza da Silva Ramos – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Matinho Ramos, 245, do Município de Matinhos, NRE de Paranaguá.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 39/2013, de 10/01/2013 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 4951/2018, de 22/10/2018 e Parecer nº 3598/2018 – CEF/SEED, com vigência até 23/01/2023.

§ 2º A Resolução nº 175/2018, de 12/01/2018 e o Parecer nº 52/2018 – CEE/PR, autorizaram o funcionamento do curso citado no caput do art. 1º, com vigência até 01/02/2019.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/02/2018 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 02/02/2019 até 02/02/2024.

§ 4º A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 3º.

§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 2762/2019 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, o Decreto Federal nº 5154/2004, as Deliberações nº 03/2013, 05/2013 e o Parecer nº 331/2019 - CEMEP, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Curso Técnico em Recursos Humanos - Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, no Colégio Estadual Emílio de Menezes – Ensino Fundamental, Médio e Normal, situado na Rua Quíscalo, 185, no Município de Arapongas, NRE de Apucarana.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica, pela Resolução nº 6783/2012, de 12/11/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 5042/2017, de 28/09/2017 e Parecer nº 3076/2017 – CEF/SEED, com vigência até 28/11/2027.

§ 2º A autorização concedida é pelo prazo de 01 (um) ano, com organização curricular semestral, a partir da data da publicação da presente Resolução.

§ 3º O ingresso no curso citado no caput do artigo é destinado aos alunos egressos ou que estejam matriculados no 2º ano do Ensino Médio.

§ 4º Na conclusão do curso, do estágio profissional supervisionado e comprovada a conclusão do Ensino Médio, o aluno receberá o Diploma de Técnico em Recursos Humanos - Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do curso à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção da instituição de ensino deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Adequar a nomenclatura da instituição de ensino que, em decorrência do art. 1º, passa a denominar-se: Colégio Estadual Emílio de Menezes – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 2763/2019 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006, 03/2013 e o Parecer nº 154/2019 – BICAMERAL, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (1º ao

9º ano) e do Ensino Médio, do Colégio Universitas – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Raul Curupana, 854, do Município de Ribeirão do Pinhal, NRE de Jacarezinho.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 2183/2012, de 16/04/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 1699/2019, de 30/04/2019 e Parecer nº 1765/2019 – CEF/SEED, com vigência até 26/04/2027.

§ 2º O Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), foi autorizado a funcionar pela Resolução nº 4612/2008, de 08/10/2008 e Parecer nº 3013/2008 – CEF/SEED e reconhecido pela Resolução nº 2217/2004, de 18/06/2004. O último prazo foi renovado pela Resolução nº 1558/2009, de 08/05/2009, com vigência até 08/05/2014.

§ 3º O Ensino Médio, foi autorizado a funcionar pela Resolução nº 4013/2004, de 07/12/2004 e Parecer nº 2352/2004 – CEF/SEED e reconhecido pela Resolução nº 1281/2007, de 02/03/2007 e Parecer nº 05/2007 - CEE/PR. O último prazo foi renovado pela Resolução nº 7411/2012, de 05/12/2012, e Parecer 135/2012 - CEE/PR com vigência até 02/03/2017.

§ 4º A renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) é concedida no período de 09/05/2014, excepcionalmente, até 03/03/2021.

§ 5º A renovação do reconhecimento do Ensino Médio é concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos, no período de 03/03/2017 a 03/03/2021.

§ 6º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar os prazos concedidos.

§ 7º Quando ocorrer a cessação das ofertas ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 2764/2019 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, o Decreto Federal nº 5154/2004, as Deliberações nº 03/2013, 05/2013 e o Parecer nº 342/2019 - CEMEP, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento, do Curso Técnico em Administração - Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Professor Silveiro Tavares – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, situado na Rua João Manoel dos Santos, 1350, no Município de Camborá, NRE de Jacarezinho.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica Resolução nº 5167/2013, de 11/11/2013, com vigência até 11/12/2018 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 4756/2018, de 29/10/2018 e Parecer nº 3433/2018 – CEE/PR, com vigência até 11/12/2028.

§ 2º A Resolução nº 715/2006, de 08/03/2006 e Parecer nº 51/2006 - DEP/SEED, autorizaram o funcionamento, e a Resolução nº 1993/2009, de 19/06/2009 e Parecer nº 180/2009 – CEE/PR, reconheceram o curso citado no art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 2307/2016, de 08/06/2016 e Parecer nº 223/2016 - CEE/PR, no período de 19/06/2014 até 19/06/2018.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de (03) anos, no período de 20/06/2018 até 20/06/2021.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 4º.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 2765/2019 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006, 03/2013 e o Parecer nº 200/2019 – CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos

finais), do Colégio Estadual Heitor Cavalcanti de Alencar Furtado – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Rio Paranapanema, 580, do Município e NRE de Apucarana.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 489/2013, de 30/01/2013 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 2041/2018, de 09/05/2018 e Parecer nº 1311/2018 – CEF/SEED, com vigência até 15/02/2028.

§ 2º A Resolução nº 891/1983, de 11/03/1983, autorizou o funcionamento do referido ensino e a Resolução nº 4664/1986, de 31/10/1986, reconheceu o ensino citado no caput do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 398/2014, de 22/01/2014 e Parecer nº 151/2013 – CEE/PR, com vigência até 22/08/2017.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 23/08/2017 a 23/08/2022.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 4º.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 2766/2019 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013, do Conselho Estadual de Educação e o Parecer nº 2884/2019, da COORDENAÇÃO DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 10 (dez) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, do Colégio Estadual Antônio Racanello Sampaio – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Guacuru, 190, do Município de Arapongas, NRE de Apucarana.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 2531/2013, de 28/05/2013, com vigência até 20/06/2018.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 20/06/2028.

§ 3º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 2767/2019 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2013, 02/2014, ambas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer nº 2885/2019, da COORDENAÇÃO DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Centro Municipal de Educação Infantil Irineusa Batista do Prado, situado na Rua São João, 120, do Município de Borrazópolis, NRE de Apucarana.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 834/2015, de 16/04/2015 e Parecer nº 452/2015 – CEF/SEED, com vigência até 04/05/2020.

§ 2º A Resolução nº 834/2015, de 16/04/2015 e o Parecer nº 452/2015 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º, com vigência até 04/05/2018, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 04/05/2023.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 2768/2019 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, o Decreto Federal nº 5154/2004, as Deliberações nº 03/2013, 05/2013 e o Parecer nº 322/2019 - CEMEP, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Curso Técnico em Saúde Bucal - Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente e/ou concomitante ao Ensino Médio, com oferta presencial, no Centro de Educação Profissional Adamantina, situado na Avenida Londrina, 3706, do Município e NRE de Umuarama.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Centro de Educação Profissional Umuarama Ltda ME e foi credenciada para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, pela Resolução nº 4007/2002, de 04/10/2002 e Parecer nº 735/2002 – CEE/PR e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 5207/2017, de 09/10/2017 e Parecer nº 482/2017 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2026.

§ 2º A autorização é concedida pelo prazo de um ano e meio, a partir da data da publicação da presente Resolução.

§ 3º O ingresso no curso citado no caput do artigo é destinado aos alunos egressos ou que estejam cursando o 3º ano do Ensino Médio e com idade de 18 (dezoito) anos ou a completar no primeiro módulo do curso.

§ 4º O aluno que concluir os três módulos e apresentar o certificado de conclusão do Ensino Médio, receberá o Diploma de Técnico em Saúde Bucal.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do curso à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção da instituição de ensino deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 2769/2019 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, o Decreto Federal nº 5154/2004, as Deliberações nº 03/2013, 05/2013 e o Parecer nº 341/2019 - CEMEP, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Curso Técnico em Imobilizações Ortopédicas - Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, no Centro de Educação Profissional Adamantina, situado na Avenida Londrina, 3706, do Município e NRE de Umuarama.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Centro de Educação Profissional Umuarama Ltda ME e foi credenciada para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, pela Resolução nº 4007/2002, de 04/10/2002 e Parecer nº 735/2002 – CEE/PR e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 5207/2017, de 09/10/2017 e Parecer nº 482/2017 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2026.

§ 2º A autorização é concedida pelo prazo de um ano e meio, a partir da data da publicação da presente Resolução.

§ 3º O ingresso no curso citado no caput do artigo é destinado aos alunos egressos do Ensino Médio ou estudos equivalentes e com idade de 18 (dezoito) anos.

§ 4º O aluno egresso do Ensino Médio, após a conclusão do curso, receberá o Diploma de Técnico em Imobilizações Ortopédicas.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do curso à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção da instituição de ensino deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

76967/2019

RESOLUÇÃO Nº 2770/2019 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de

28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 05/2010 nº 03/2013 e o Parecer nº 312/2019 – CEMEP, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, do Colégio Estadual Pedro Fecchio – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Egydio Antônio Gorla, 696, do Município de São Tomé, NRE de Cianorte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 4665/2013, de 16/10/2013 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 940/2019, de 12/03/2019 e Parecer nº 1027/2019 – CEF/SEED, com vigência até 11/11/2023.

§ 2º A Resolução nº 1484/2010, de 20/04/2010 e o Parecer nº 319/2010 – CEE/PR, autorizaram o funcionamento do referido ensino e a Resolução nº 5415/2011, de 30/11/2011 e o Parecer nº 1030/2011 – CEE/PR, reconheceram o ensino citado no caput do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 5891/2014, de 06/11/2014 e Parecer nº 633/2014 – CEE/PR, com vigência até 30/06/2017.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 03 (três) anos, no período de 01/07/2017 a 01/07/2020.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 4º.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 2771/2019 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013 e o Parecer nº 344/2019 – CEMEP, ambos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Alfa de Umuarama Centro – Ensino Médio, situado na Rua Arapongas, 4316, do Município e NRE de Umuarama.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Sociedade de Ensino Cidade de Umuarama Ltda e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 1961/2013, de 24/04/2013 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 1672/2019, de 02/05/2019 e Parecer nº 1785/2019 – CEF/SEED, com vigência até 10/05/2028.

§ 2º A Resolução nº 2940/1984, de 11/05/1984, autorizaram o funcionamento do referido ensino e a Resolução nº 3785/1986, de 02/09/1986 e o Parecer nº 234/1986 – CEE/PR, reconheceram o ensino citado no caput do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 4725/2013, de 21/10/2013 e Parecer nº 327/2013 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2018.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2019 a 31/12/2023.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 4º.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 2772/2019 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, o Decreto Federal nº 5154/2004, as Deliberações nº 03/2013, 05/2013 e o Parecer nº 337/2019 – CEMEP, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento, do Curso Técnico em Informática - Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Almirante Tamandaré – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Rocha Pombo, 85, do Município de Cruzeiro do Oeste, NRE de Umuarama.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do

Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica, pela Resolução nº 5029/2012, de 15/08/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 3456/2017, de 02/08/2017 e Parecer nº 2175/2017 – CEE/PR, com vigência até 06/09/2027.

§ 2º A Resolução nº 1026/2006, de 24/03/2006 autorizou o funcionamento, e a Resolução nº 752/2009, de 26/02/2009 e Parecer nº 12/2009 – CEE/PR, reconheceram o curso citado no art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 6355/2014, de 27/11/2014 e Parecer nº 602/2014 – CEE/PR, com vigência até 26/02/2019.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida por 05 (cinco) anos, no período de 27/02/2019 até 27/02/2024.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 4º.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 2773/2019 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, o Decreto Federal nº 5154/2004, as Deliberações nº 03/2013, 05/2013 e o Parecer nº 338/2019 – CEMEP, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento, do Curso Técnico em Administração - Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Pedro II – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Avenida Duque de Caxias, 5910, do Município e NRE de Umuarama.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica, pela Resolução nº 4308/2012, de 11/07/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 4878/2017, de 25/09/2017 e Parecer nº 2976/2017 – CEF/SEED, com vigência até 27/07/2027.

§ 2º A Resolução nº 571/2006, de 01/03/2006 e o Parecer nº 65/2006 – DEP/SEED, autorizaram o funcionamento, e a Resolução nº 751/2009, de 26/02/2009 e Parecer nº 21/2009 – CEE/PR, reconheceram o curso citado no art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 5285/2014, de 01/10/2014 e Parecer nº 502/2014 – CEE/PR, com vigência até 26/02/2019.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida por 05 (cinco) anos, no período de 27/02/2019 até 27/02/2024.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 4º.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar
RESOLUÇÃO Nº 2774/2019 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006, nº 03/2013 e o Parecer nº 197/2019 – CEIF, ambos, do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Presidente Arthur da Costa e Silva – Ensino Fundamental e Médio, situado na Avenida Brasil, 41, do Município de Cafeara, NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 4512/2012, de 23/07/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 5434/2018, de 19/11/2018 e Parecer nº 4176/2018 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2020.

§ 2º A Resolução nº 3203/1981, de 30/12/1981, autorizou o funcionamento do referido ensino e a Resolução nº 2918/1982, de 16/11/1982, reconheceu o ensino citado no caput do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 4921/2014, de 09/09/2014 e Parecer nº 131/2014 – CEF/SEED, com vigência até 23/05/2018.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 24/05/2018 a 24/05/2023.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 4º.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 2775/2019 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, o Decreto Federal nº 5154/2004, as Deliberações nº 03/2013, 05/2013 e o Parecer nº 321/2019 - CEMEP, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso Técnico em Recursos Humanos - Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Machado de Assis - Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Normal, situado na Rua Rio de Janeiro, 411, do Município de Sertãozinho, NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 786/2012, de 01/02/2012 e Parecer nº 28/2012 - DET/SEED e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 714/2018, de 26/02/2018 e Parecer nº 539/2018 - CEF/SEED, com vigência até 22/02/2027.

§ 2º A Resolução nº 5337/2010, de 07/12/2010 e o Parecer nº 1045/2010 - CEE/PR, autorizaram o funcionamento e a Resolução nº 108/2014, de 20/01/2014 e Parecer nº 597/2013 - CEE/PR, reconheceram o curso citado no art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 2913/2016, de 28/07/2016 e Parecer nº 302/2016 - CEE/PR, com vigência até 08/02/2018.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida por 05 (cinco) anos, no período de 09/02/2018 até 09/02/2023.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 4º.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar
RESOLUÇÃO Nº 2776/2019 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 05/2010, nº 03/2013 e o Parecer nº 141/2019 - BICAMERAL, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental - Fase II e do Ensino Médio, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, do Colégio Estadual Antônio de Moraes Barros - Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Serra do Roncador, 574, do Município e NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 1668/2013, de 01/04/2013 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 1534/2019, de 18/04/2019 e Parecer nº 1619/2019 - CEF/SEED, com vigência até 24/04/2028.

§ 2º A Resolução nº 3967/2007, de 19/09/2007 e o Parecer nº 90/2008 - CEE/PR, autorizaram e reconheceram o funcionamento dos referidos ensinos citados no caput do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 212/2014, de 20/01/2014 e Parecer nº 46/2013 - CEE/PR, com vigência até 31/12/2017.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2018 a 31/12/2022.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 4º.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 2777/2019 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, o Decreto Federal nº 5154/2004, as Deliberações nº 03/2013, 05/2013 e o Parecer nº 347/2019 - CEMEP, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Curso de Especialização Técnica de Nivel Médio em Enfermagem do Trabalho - Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, no Colégio de Aplicação Pedagógica da Universidade Estadual de Londrina Professor José Aloísio Aragão - Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Piauí, 720, do Município e NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica, pela Resolução nº 864/2014, de 17/02/2014 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 1826/2019, de 15/05/2019 e Parecer nº 1940/2019 - CEE/PR, com vigência até 21/03/2029.

§ 2º A autorização concedida terá validade a partir da data da publicação da presente Resolução, pelo prazo de vigência da renovação do reconhecimento do Curso Técnico em Enfermagem - Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente ao Ensino Médio, concedido pela Resolução nº 530/2017, de 22/02/2017 e Parecer nº 798/2016 - CEE/PR, que se encerra em 15/01/2022.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova autorização à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.

§ 4º O ingresso no curso citado no caput do artigo é destinado aos alunos que comprovarem a conclusão do Curso Técnico em Enfermagem - Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde.

§ 5º Na conclusão do curso o aluno receberá o Certificado de Especialização Técnica de Nivel Médio em Enfermagem do Trabalho.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção da instituição de ensino deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 2779/2019 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, e as Deliberações nº 03/1998, 03/2013, 02/2014 e 02/2016, todas do CONSELHO ESTADUAL DA EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, na Escola Daniela, Emanuela e Soraia - Educação Infantil, Ensino Fundamental, na modalidade Educação Especial, situada na Rua Antonio Alves Correa, 65, do Município de Guaratuba, NRE de Paranaguá, a partir da data da publicação da presente Resolução.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Associação de Pais, Amigos e Deficientes Visuais de Guaratuba - APADVG e de outras Deficiências, e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 3157/2011, de 27/07/2011 e Parecer nº 802/2011 - DEEIN/SEED, e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 344/2018, de 24/01/2018 e Parecer nº 114/2017 - CEF/SEED, com vigência até 31/12/2021.

§ 2º O ensino foi autorizado a funcionar pela Resolução nº 3157/2011, de 27/07/2011 e pelo Parecer nº 802/2011 - DEEIN/SEED.

§ 3º A revogação da autorização para funcionamento do referido ensino foi motivada por não ter funcionado regularmente devido à falta de alunos.

§ 4º O restabelecimento das atividades fica condicionado a novo ato de autorização para funcionamento e a novo relatório pormenorizado preceituado na legislação vigente.

§ 5º Em decorrência do disposto no caput do art. 1º, a instituição de ensino passa a denominar-se: Escola Daniela, Emanuela e Soraia - Ensino Fundamental, na modalidade Educação Especial.

Art. 2º Determinar que a presente Resolução seja mencionada com a Resolução citada no § 2º.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 2780/2019 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, o Decreto Federal nº 5154/2004, as Deliberações nº 03/1998, 03/2013 e 05/2013 e o Parecer nº 340/2019 - CEMEP, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Curso Técnico em Administração - Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, no Colégio Estadual Euclides da Cunha – Ensino Fundamental, Médio e Normal, situado na Rua Napoleão Laureano, 642 do Município de Matelândia, NRE de Foz do Iguaçu.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica, pela Resolução nº 1105/2012, de 14/02/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 2817/2016, de 25/07/2016 e Parecer nº 1571/2016 – CEE/PR, com vigência até 12/03/2027.

§ 2º A autorização concedida é pelo prazo de 04 (quatro) anos, com organização curricular seriada, a partir da data da publicação da presente Resolução.

§ 3º O ingresso no curso citado no caput do artigo é destinado aos alunos concluintes do Ensino Fundamental.

§ 4º Na conclusão do curso, o aluno receberá o Diploma de Técnico em Administração.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do curso à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção da instituição de ensino deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Adequar a nomenclatura da instituição de ensino que, em decorrência do art. 1º, passa a denominar-se: Colégio Estadual Euclides da Cunha – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

76969/2019

RESOLUÇÃO Nº 2781/2019 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006 e 03/2013 e o Parecer nº 158/2019 – BICAMERAL, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica, do Colégio Estadual Belo Horizonte – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Olavo Bilac, 690 – Quadra 36, do Município de Medianeira, NRE de Foz do Iguaçu.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 5051/2013, de 06/11/2013, com vigência até 09/12/2018.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 10/12/2018 a 10/12/2028.

Art. 2º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, da instituição de ensino citada no caput do artigo.

§ 1º A Resolução nº 715/2002, de 19/03/2002 e o Parecer nº 540/2002 - CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do Ensino Fundamental (anos finais) e foi reconhecido pela Resolução nº 4877/2008, de 22/10/2008 e o Parecer nº 643/2008 - CEE/PR. O último prazo foi concedido pela Resolução nº 3475/2014, de 15/07/2014 e Parecer nº 66/2014 – CEE/PR, com vigência até 22/10/2018.

§ 2º A Resolução nº 19/2003, de 03/02/2003 e o Parecer nº 418/2003 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do Ensino Médio e foi reconhecido pela Resolução nº 4878/2008, de 22/10/2008 e o Parecer nº 655/2008 - CEE/PR. O último prazo foi concedido pela Resolução nº 5392/2014, de 07/10/2014 e Parecer nº 526/2014 – CEE/PR, com vigência até 22/10/2018.

§ 3º A renovação do reconhecimento dos ensinos é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 23/10/2018 a 23/10/2023.

§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento e do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar os prazos concedidos.

§ 5º Quando ocorrer a cessação das ofertas ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares

Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 2782/2019 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2013 e 02/2016, ambas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer nº 201/2019, do DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Classe Especial, área da deficiência intelectual, na Escola Municipal Padre Luigi Salvucci – Ensino Fundamental, situada na Rua Fortaleza, 45, do Município e NRE de Foz do Iguaçu.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 3112/2014, de 26/06/2014 e Parecer nº 884/2014 – CEF/SEED, com vigência até 08/08/2019.

§ 2º A autorização para funcionamento é por 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente Resolução.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação da autorização para funcionamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 2783/2019 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006 e 03/2013 e o Parecer nº 157/2019 – BICAMERAL, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, do Colégio Estadual Carimã – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Atalaia, 190, do Município e NRE de Foz do Iguaçu.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 4197/2013, de 10/09/2013, com vigência até 09/10/2018.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 10/10/2018 a 10/10/2028.

Art. 2º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio da instituição de ensino citada no caput do artigo.

§ 1º O Ensino Fundamental (anos finais), foi autorizado a funcionar pela Resolução nº 2187/2009, de 06/07/2009, e Parecer nº 1548/2009 - CEF/SEED, e reconhecido pela Resolução nº 3244/2010, de 27/07/2010, e Parecer nº 718/2010 – CEE/PR. O último prazo foi concedido pela Resolução nº 3865/2014, de 29/07/2014 e pelo Parecer nº 25/2014 - CEE/PR, no período de 01/01/2014 até 31/12/2018.

§ 2º O Ensino Médio foi autorizado a funcionar pela Resolução nº 2187/2009, de 06/07/2009, e Parecer nº 1548/2009 - CEF/SEED, e reconhecido pela Resolução nº 1481/2010, de 19/04/2010, e Parecer nº 384/2010 – CEE/PR. O último prazo foi concedido pela Resolução nº 5323/2014, de 02/10/2014 e pelo Parecer nº 460/2014 - CEE/PR, no período de 01/01/2014 até 31/12/2018.

§ 3º A renovação do reconhecimento dos ensinos é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2019 a 31/12/2023.

§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento e do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar os prazos concedidos.

§ 5º Quando ocorrer a cessação das ofertas ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 2785/2019 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013 e o Parecer nº 352/2019 – CEMEP, ambos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Estadual do Campo Santa Rosa do Ocoi – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua 15 de Outubro, s/n, do Município de São Miguel do Iguaçu, NRE de Foz do Iguaçu.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 1792/2012, de 21/03/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 2823/2016, de 25/07/2016 e Parecer nº 1566/2016 – CEF/SEED, com vigência até 12/04/2022.

§ 2º A Resolução nº 2554/2009, de 31/07/2009 e o Parecer nº 1778/2009 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino e a Resolução nº 1126/2011, de 22/03/2011 e o Parecer nº 116/2011 – CEE/PR, reconheceram o ensino citado no caput do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 5007/2013, de 05/11/2013 e Parecer nº 459/2013 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2017.

§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2018 a 31/12/2022.

§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 4º.

§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 2786/2019 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2013 e 02/2016, ambas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução nº 4459/2011 - SUEDE/SEED e o Parecer nº 145/2019, do DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 01 (um) Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Rio Branco – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Rio Tocantins, 393, do Município de Rio Branco do Ivaí, NRE de Ivaiporã.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 1464/2012, de 05/03/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 3034/2017, de 14/07/2017 e Parecer nº 1880/2017 – CEF/SEED, com vigência até 23/03/2022.

§ 2º A Resolução nº 1039/2011, de 16/03/2011, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento citada no caput do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 1293/2015, de 28/05/2015, com vigência até 01/02/2019.

§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 01/02/2024.

§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 2787/2019 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2013 e 02/2016, ambas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer nº 67/2019, do DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncional - Tipo I, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal Manoel José Lopes – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Prefeito João Leandro Barbosa, 36, do Município de Grandes Rios, NRE de Ivaiporã.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e

foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 4695/2011, de 31/10/2011 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 743/2018, de 28/02/2018 e Parecer nº 552/2018 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A autorização para funcionamento é por 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente Resolução.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação da autorização para funcionamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 2788/2019 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2013 e 02/2016, ambas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução nº 4459/2011 - SUEDE/SEED e o Parecer nº 147/2019, do DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual do Campo de Barra Preta – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Ivaiporã, s/n, do Município de Jardim Alegre, NRE de Ivaiporã.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 5430/2012, de 05/09/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 3532/2017, de 07/08/2017 e Parecer nº 2218/2017 – CEF/SEED, com vigência até 05/10/2027.

§ 2º A Resolução nº 3102/2005, de 14/11/2005, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento citada no caput do art. 1º.

§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 3276/2015, de 08/10/2015, com vigência até 04/04/2019.

§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 04/04/2024.

§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 2789/2019 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2013 e 02/2016, ambas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução nº 4459/2011 - SUEDE/SEED e o Parecer nº 148/2019, do DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Estadual do Campo Júlio Emerenciano – Ensino Fundamental, situada na Rua Cambé, s/n, do Município de São João do Ivaí, NRE de Ivaiporã.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 3090/2012, de 22/05/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 5723/2017, de 06/11/2017 e Parecer nº 3606/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A Resolução nº 343/2015, de 19/02/2015, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento citada no caput do art. 1º, vigência até 04/03/2019.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 04/03/2024.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de

ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 2790/2019 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006 e 03/2013, ambas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer nº 2892/2019, da COORDENAÇÃO DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 10 (dez) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola IES – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida Rotary, 3382, do Município e NRE de Umuarama.

§ 1º A instituição de ensino é mantida por IES Inovação Educacional do Saber Ltda-ME e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 4905/2013, de 31/10/2013 e Parecer nº 2084/2013 – CEF/SEED, com vigência até 18/11/2018.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 18/11/2028.

Art. 2º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), na instituição citada no art. 1º.

§ 1º A Resolução nº 4905/2013, de 31/10/2013 e Parecer nº 2084/2013 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º, com vigência até 18/11/2018.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 18/11/2023.

§ 3º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Chefe do Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 2791/2019 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 - GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013, do Conselho Estadual de Educação e o Parecer nº 2893/2019, da COORDENAÇÃO DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, até o final do ano de 2021, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, do Centro Municipal de Educação Infantil Tartaruga Verde, situado na Rua Itaperuçu, 197, do Município de Pontal do Paraná, NRE de Paranaguá.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e foi credenciada no Sistema Estadual de Ensino para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 4128/2013, de 05/09/2013 e Parecer nº 1839/2013 – CEF/SEED, com vigência até 04/10/2018.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2021.

§ 3º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

76970/2019

PORTARIA Nº07/2019

A CHEFE DO NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 6.174/70, Art. 307, e considerando o contido no Protocolado nº 15.963.791-3.

RESOLVE:

Art. 1º Designar Luiz Carlos da Silva RG. 4.518.835-3, Márcia Simões RG. 6.162.452-0 pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério e Simone Cristina Batista Schepak RG. 5.061.901-0/PR do Quadro dos Funcionários da Educação Básica todos em exercício no Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa, para, sob a presidência do primeiro nominado, promoverem Processo de Sindicância com a finalidade de apurar indícios de possíveis irregularidades

administrativas e pedagógicas no Protocolado em epígrafe, em tese, ocorridas na Escola Estadual Professora Joana Torres Pereira no município de Castro, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa, bem como as eventuais irregularidades que surgirem no decorrer do processo.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa, em 12 de Agosto de 2019

Luciana Aquiles Sleutjes
Decreto nº. 1437
Chefe do NRE/Ponta Grossa

77439/2019

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

RESOLUÇÃO Nº 3.086/2019 – GS/SEED

Súmula: Delega competência à Chefia do Grupo de Recursos Humanos Setorial, à Chefia do Grupo Orçamentário e Financeiro Setorial e à Diretoria de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019, e pela Resolução nº 3.041 – GS/SEED, de 5 de agosto de 2019,

RESOLVE:

Art. 1.º Delegar competência à Chefia do Grupo de Recursos Humanos Setorial – GRHS/SEED para autorizar os atos relacionados ao gerenciamento de recursos humanos, na forma da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e das Leis Complementares nº 7, de 22 de dezembro de 1976; nº 103, de 15 de março de 2004, e nº 123, de 9 de setembro de 2008, no tocante à **licença especial; licença para o trato de interesses particulares; licença à(ao) funcionária(o) casada(o) com servidor(a); licença especial remuneratória para fins de aposentadoria; licença para concorrer a mandato eletivo e movimentação de servidores.**

Art. 2.º Caberá à Chefia do Grupo de Recursos Humanos Setorial – GRHS/SEED a análise, instrução e o atendimento dos protocolos relacionados à expedição de comprovação de vínculo empregatício.

Art. 3.º Delegar competência à Chefia do Grupo Orçamentário e Financeiro Setorial – GOF/SEED para que proceda à análise e aprovação de pré-empenho e empenho com a chave de acesso da própria Chefia ao Novo Sistema Integrado de Finanças Públicas do Estado do Paraná – SIAF.

Art. 4.º Autorizar a Chefia do Grupo Orçamentário e Financeiro Setorial, com base no Ato Delegatório do Banco do Brasil, a efetuar a segunda assinatura nas remessas dos pagamentos enviados ao mencionado Banco, bem como as operações feitas por meio do autoatendimento do Banco do Brasil.

Art. 5.º Determinar que os protocolos relativos à solicitação de documentos referentes à regularidade de Histórico Escolar, informação sobre endereço de alunos, requisição e informação sobre matrículas de alunos e de comprovação de reconhecimento de curso e de instituição de ensino sejam instruídos pela Diretoria de Planejamento e Gestão Escolar – DPGE, a qual também ficará responsável por responder ao interessado.

Art. 6.º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Resolução nº 4.229 – DG/SEED, de 23 de setembro de 2013, a Portaria nº 440 – DG/SEED, de 25 de julho de 2018, e demais disposições em contrário.

Curitiba, 12 de agosto de 2019.

Elisandro Pires Frigo
Res. nº 3.041/2019 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

77192/2019

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

RESOLUÇÃO Nº 3.088/2019 – GS/SEED

O Secretário de Estado da Educação e do Esporte, no uso das atribuições legais conferidas pela Constituição do Estado do Paraná em seu Art. 90, Parágrafo Único, pela Lei Estadual nº 19.848, de 3 de maio de 2019, e pelo Decreto Estadual nº 1.437, de 23 de maio de 2019, considerando a Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007; as Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e acatando na íntegra o Relatório da Comissão Permanente de Processo

Administrativo para Apuração de Responsabilidade, protocolado n.º 13.232.191-4, Autos n.º 59/2017,

RESOLVE:

Art. 1.º Aplicar à empresa **POTENT DISTRIBUIÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA. – EPP**, CNPJ n.º 03.939.863/0001-17, as penalidades de **Advertência e Multa** compensatória de 10% do valor estimado para os Lotes 06 e 18 do Pregão Eletrônico n.º 07/2013, no valor de R\$ 6.203,36 (seis mil, duzentos e três reais e trinta e seis centavos), em razão da comprovação de inércia na entrega dos documentos na fase de habilitação do citado Pregão Eletrônico, com fundamento no disposto no Art. 7.º da Lei Federal n.º 10.520, de 2002; no Art. 40, *caput* e Inciso III, da Lei Federal n.º 8.666, de 1993; nos Artigos 150, Incisos I e II, 151 e 152, Inciso III, da Lei Estadual n.º 15.608, de 2007, e no Item 19.1, Incisos I e II, do Edital do Pregão Eletrônico n.º 07/2013.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 7 de agosto de 2019.

Renato Feder

Secretário de Estado da Educação e do Esporte

Decreto n.º 1.437/2019

77027/2019

FUNDEPAR

**INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
FUNDEPAR**

PORTARIA N.º 201/2019 – FUNDEPAR

O Diretor Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional FUNDEPAR, com fundamento no Inciso IV do Artigo 04 do Anexo ao Decreto Estadual n.º 6.401/2017, **RESOLVE:** Art. 1.º Designar os servidores públicos abaixo relacionados, pertencente ao Quadro Próprio do Estado do Paraná, para desempenharem as funções de gestor e fiscal do contrato de nº 229/2019 - FUNDEPAR:

Gestor:	Anderson Mendes de Araújo
Fiscal:	Celio José Gonçalves Watter Reg. CREA/PR: 164162/D
Objeto:	Reparos no Colégio Estadual da Polícia Militar
Município:	Curitiba
Executor:	Varpec Engenharia Ltda. - EPP
Valor Contratual:	R\$ 267.580,00 (Duzentos e sessenta e sete mil, quinhentos e oitenta reais)
Prazo de Execução:	150 dias

Art. 2.º Designar a profissional abaixo relacionada, pertencente ao quadro do SSA PARANAEDUCAÇÃO, para apoiar a fiscalização supracitada:

Nome:	Amanda Ávila Daros
RG:	13.511.797-8
Título Profissional:	Engenheira Civil
CREA/PR n.º:	109309/D

Art. 3.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

José Maria Ferreira
Diretor Presidente
Decreto nº 095/2019

77137/2019

**INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
FUNDEPAR**

PORTARIA N.º 202/2019 – FUNDEPAR

O Diretor Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional FUNDEPAR, com fundamento no Inciso IV do Artigo 04 do Anexo ao Decreto Estadual n.º 6.401/2017, **RESOLVE:** Art. 1.º Designar o profissional abaixo relacionado, pertencente ao quadro próprio do SSA PARANAEDUCAÇÃO, para verificação das obras e/ou serviços de engenharia realizados em razão de contrato celebrado com a Secretaria de Estado da Educação - SEED, conforme:

Nome:	Diogo Suzuki
RG:	7.038.380-2
Título Profissional:	Engenheiro Civil
CREA/PR n.º:	95652/D
Objeto:	Construção da Unidade Nova Diogo Ramos Quilombola João Surá
Município:	Adrianópolis
Contrato Administrativo n.º:	0231/2014 – GAS/SEED
Executor:	Construtora Monte Carlo Ltda. - EPP
Valor Contratual:	R\$ 1.379.484,85 (um milhão, trezentos e setenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

José Maria Ferreira
Diretor Presidente
Decreto nº 095/2019

77140/2019

Secretaria da Fazenda**PROVIMENTO CCRF N. 004/2019**

Súmula: Dispõe sobre a composição das Câmaras e do Pleno do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Estado do Paraná.

A Presidente do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCRF, tendo em vista o disposto nos artigos 2º, 3º, 4º e 9º, incisos I e XVIII, e 22, do Regimento do CCRF, aprovado pela Resolução SEFA n. 610, de 24 de abril de 2017, e considerando o disposto no Decreto n. 2.213, de 31 de julho de 2019, publicado no Diário Oficial Executivo 10489, de 31 de julho de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º A composição das Câmaras do CCRF fica definida conforme segue:
I – Primeira Câmara

Presidente: Roberto Zaninelli Covelo Tizon,
Vice-Presidente: Jose Ayres dos Santos Junior,
Conselheiros Titulares
Cícero Antônio Eich,
Fernando de Bulhões Santos,
Jose Ayres dos Santos Junior,
Paulo Cesar Pereira Gruber
Roberto Zaninelli Covelo Tizon,
Thais Milena Ribeiro

II - Segunda Câmara:

Presidente: Maristela Deggerone,
Vice-Presidente: Gilberto Calixto,
Conselheiros Titulares
Gilberto Calixto,
Juliano Eduardo Lirani,
Maristela Deggerone,
Rafael Soczek de Araújo Gomes,
Rogério dos Santos Croscato
Sergio Augusto Martins Lebre,

Art. 2º A composição do Pleno do CCRF fica definida conforme segue:

Presidente: Maysa Cristina do Prado
Conselheiros Titulares:
Cícero Antônio Eich,
Fernando de Bulhões Santos,
Gilberto Calixto,
Jose Ayres dos Santos Junior,
Juliano Eduardo Lirani,
Maristela Deggerone,
Paulo Cesar Pereira Gruber
Rafael Soczek de Araújo Gomes,
Roberto Zaninelli Covelo Tizon,
Rogério dos Santos Croscato
Sergio Augusto Martins Lebre,
Thais Milena Ribeiro

Art. 3º Este provimento entra em vigor na data de sua publicação.

CCRF, em Curitiba, 12 de agosto de 2019.

Maysa Cristina do Prado
Presidente

77306/2019

PROVIMENTO CCRF N. 005/2019

Súmula: Dispõe sobre a atuação dos Conselheiros suplentes nas

Câmaras e no Pleno do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Estado do Paraná.

A Presidente do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCRF, tendo em vista o disposto nos artigos 2º, 3º, 4º e 9º, incisos I e XVIII, 20, 22 e 25, do Regimento do CCRF, aprovado pela Resolução SEFA n. 610, de 24 de abril de 2017, e considerando o disposto no Decreto n. 2.213, de 31 de julho de 2019, publicado no Diário Oficial Executivo 10489, de 31 de julho de 2019,

RESOLVE:

1. Relacionar os Conselheiros suplentes para atuação nas Câmaras e no Pleno do CCRF, conforme segue:

Conselheiros suplentes representantes da Fazenda Pública Estadual
Edson Luciani de Oliveira
Luciana Nara Trintim
Mérito José de Souza
Odair Fernando Swarofsky
Paulo Cesar Bissani
Suzane Aparecida Gambetta Dobjenski

Conselheiros suplentes representantes dos contribuintes
Alessandra Labiak
Devair Antonio Mem
Eleutério Czornei
Fabio Ciuffi
Leonardo Piantavini
Rodrigo Fuganti Campos

2. Definir que a forma de atuação dos Conselheiros nas sessões de julgamento dar-se-á seguindo a ordem alfabética estabelecida no item 1, sempre que houver necessidade de substituição de Conselheiro titular representante da Fazenda Pública Estadual ou dos contribuintes, na Câmara ou no Pleno.

3. Caso ocorra a indisponibilidade do Conselheiro suplente na sua vez, será obedecida a ordem sucessória até que surja nova oportunidade de convocação.

4. Excepcionalmente ao disposto no item 2:

4.1. o Conselheiro reconduzido para novo mandato na condição de suplente terá seu processo a ser relatado incluído na pauta de julgamento da câmara na qual atuava por ocasião da distribuição do respectivo processo, devendo tomar assento no lugar do Conselheiro titular que possuir menor tempo de mandato, ou, havendo igualdade no tempo de mandato, no lugar do mais jovem;

4.2. o Conselheiro reconduzido para novo mandato na condição de suplente terá seu processo a ser relatado incluído na pauta de julgamento do Pleno, devendo tomar assento no lugar do Conselheiro titular que possuir menor tempo de mandato, ou, havendo igualdade no tempo de mandato, no lugar do mais jovem.

5. Este Provimento entra em vigor na data da sua publicação.

CCRF, em Curitiba, 12 de agosto de 2019.

Maysa Cristina do Prado
Presidente

77308/2019

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS - CCRF
R: Vicente Machado, 445 - 1º Andar - Curitiba - PR
PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS - 2ª Câmara

Número: 00025/2019 SESSÃO: ORDINÁRIA
Data/Hora: 28/08/2019 16:30 Afixada em: 13/08/2019

01) RELATOR(A) MARISTELA DEGGERONE

PAF: 6616684-8
AVEBOM INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA.
Representante : AQUILÉA ADRIANA MORESCO
Recurso : Reexame necessário

PAF: 6621380-3
TÊXTIL - LAV LAVANDERIA INDUSTRIAL - EIRELI
Procurador(es): MARCIO RODRIGO FRIZZO
Representante : MÁRCIO TADEU DE MIRANDA
Recurso : Ordinário

PAF: 6627259-1
GAVEC DO BRASIL S/A
Procurador(es): NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
Representante : JOSÉ CÉSAR SORGI PINHAZ
Recurso : Ordinário

02) RELATOR(A) RAFAEL SOCZEK DE ARAÚJO GOMES

PAF: 6619978-9
ULTEC ALIMENTOS S A
Representante : BEATRIZ DO CARMO LANGIANO GEISER
Recurso : Ordinário

PAF: 6626082-8
INSTITUTO DE TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO - LACTEC
Procurador(es): LUCIANA BRUSTOLIN DE CASTRO MARANHÃO
Representante : DAVIDSON BENJAMIM LESSA MENDES
Recurso : Ordinário

03) RELATOR(A) ROGÉRIO DOS SANTOS CROSCATO

PAF: 6612666-8
V L AUTO POSTO LTDA
Representante : LAÉRCIO LOPES DE ARAÚJO
Recurso : Ordinário e Reexame necessário

77426/2019

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS - CCRF
R: Vicente Machado, 445 - 1º Andar - Curitiba - PR
PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS - 2ª Câmara

Número: 00025/2019 SESSÃO: SUSTENTAÇÃO ORAL
Data/Hora: 28/08/2019 16:30 Afixada em: 13/08/2019

01) RELATOR(A) GILBERTO CALIXTO

PAF: 6619140-0
SHOP CFTV - PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA APARELHOS ELETRÔNICOS
Procurador(es): LEONARDO COLOGNESE GARCIA
Representante : SANDRO COUTO
Recurso : Ordinário

02) RELATOR(A) RAFAEL SOCZEK DE ARAÚJO GOMES

PAF: 6619320-9
SHOP CFTV - PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA APARELHOS ELETRÔNICOS
Procurador(es): LEONARDO COLOGNESE GARCIA
Representante : BEATRIZ DO CARMO LANGIANO GEISER
Recurso : Ordinário

77431/2019

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 326 DE 08/08/2019

ORGAO - COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO	FRUIÇÃO
ARLETE EMICO ASAMOTO		BANCKE		90	14/03/2009 13/03/2014	02/09/2019 30/11/2019
40479350	1	NAAF-I	158766426			

77043/2019

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 328 DE 08/08/2019

ORGAO - COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO	FRUIÇÃO
MARCIA CRISTINA RODRIGUES				90	07/05/2006 06/05/2011	02/09/2019 30/11/2019
32363059	1	NAAF-I	155634600			

77041/2019

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 329 DE 08/08/2019

ORGAO - COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO	FRUIÇÃO
CLOVIS MEDEIROS DE SOUZA				90	12/07/1999 11/07/2004	02/09/2019 30/11/2019
33156510	1	NAAF-I	158829886			

77042/2019

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 75 DE 07/08/2019

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO	FRUIÇÃO
WILSON JOSE CORDEIRO				90	22/12/2012 21/06/2017	23/09/2019 21/12/2019
34780587	1	NAI	158877708		COMPL. PORT. ACERVO	

76637/2019

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 76 DE 07/08/2019

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO	FRUIÇÃO
ENOSAWAI FRAGA				90	22/12/2007 20/12/2012	03/09/2019 01/12/2019
14538003	2	NAI	159436217			

76667/2019

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 327 DE 08/08/2019

ORGAO - COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO	FRUIÇÃO
AFFONSO CELSO BANCKE				90	14/03/2009 13/03/2014	02/09/2019 30/11/2019
31301734	1	NAAF-I	158766205			

77040/2019

RESOLUÇÃO Nº 764 de 12 de agosto de 2019.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 45, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, e de acordo com o Decreto nº 2879, de 30 de novembro de 2015, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado,

RESOLVE:

a) estabelecer cota orçamentária, no valor de R\$ 2.425.565,00 (dois milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e sessenta e cinco reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, grupo de natureza de despesa e fonte, constante no Anexo I desta resolução;

b) cancelar cota orçamentária, no valor de R\$ 1.182.348,00 (um milhão, cento e oitenta e dois mil, trezentos e quarenta e oito reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, grupo de natureza de despesa e fonte, constante no Anexo II desta resolução.

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO I
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 764

Nº controle: 19001267

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA
COORDENAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL - COE
ESTABELECE COTA

ÓRGÃO	15	CASA MILITAR									
UNIDADE CONTÁBIL	01500	CASA MILITAR									
UNIDADE	FONTE	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
1502	100						2.425.565,00			2.425.565,00	19001467
										2.425.565,00	
										2.425.565,00	

ANEXO II
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 764

Nº controle: 19001267

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA
COORDENAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL - COE
CANCELA COTA

ÓRGÃO	15	CASA MILITAR									
UNIDADE CONTÁBIL	01500	CASA MILITAR									
UNIDADE	FONTE	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
1502	100			1.182.348,00						1.182.348,00	19001467
										1.182.348,00	
										1.182.348,00	

77257/2019

RESOLUÇÃO Nº 752 de 12 de agosto de 2019.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 45, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 19001510/DOE/SEFA

R E S O L V E:

Descontingenciar os recursos do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 19.766, de 17 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 2.293.649.562,00 (dois bilhões, duzentos e noventa e três milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, quinhentos e sessenta e dois reais), de acordo com o Anexo I desta resolução.

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

DESCONTINGENCIAMENTO				ANEXO I		Nº controle: 19001292	
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 752							
Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
31	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA						
03100	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA						
3101	PROGRAMACOES ESPECIAIS E ENCARGOS GERAIS DO ESTADO						
9082	ATENDIMENTO A OBRIGAÇÕES GERAIS	33408100	100	01	P	1.888.610.156,00	19001510
			104	01	P	2.997.507,00	19001510
			105	01	P	285.971,00	19001510
		33903900	126	01	P	729.823,00	19001510
		33904700	100	01	P	32.928.012,00	19001510
			101	01	P	19.174.398,00	19001510
			104	01	P	94.325,00	19001510
			105	01	P	40.552,00	19001510
			126	01	P	2.407,00	19001510
			151	01	P	2.608,00	19001510
9083	ENCARGOS GERAIS DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA	32902100	101	01	P	127.553.638,00	19001510
		32902200	101	01	P	2.492.690,00	19001510
		46907100	101	01	P	91.178.807,00	19001510
9084	ENCARGOS GERAIS DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA	32902200	101	01	P	2.631.291,00	19001510
		46907100	101	01	P	38.596.874,00	19001510
9088	PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	45909100	101	01	P	86.330.503,00	19001510
						TOTAL	2.293.649.562,00
						TOTAL	2.293.649.562,00

77271/2019

RESOLUÇÃO Nº 753 de 12 de agosto de 2019.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 45, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, e de acordo com o Decreto nº 2879, de 30 de novembro de 2015, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado,

R E S O L V E:

Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R\$ 2.293.649.562,00 (dois bilhões, duzentos e noventa e três milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, quinhentos

e sessenta e dois reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, nos grupos de natureza de despesa e fontes, constantes no Anexo I desta resolução.

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO I

Nº controle: 19001309

ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 753

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA
COORDENAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL - COE
ESTABELECE COTA

ÓRGÃO	31	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA									
UNIDADE CONTÁBIL	03100	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA									
UNIDADE	FONTE	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
3101	100			1.888.610.156,00	32.928.012,00					1.921.538.168,00	19001527
	101		132.677.619,00		19.174.398,00			86.330.503,00	129.775.681,00	367.958.201,00	19001527
	104			2.997.507,00	94.325,00					3.091.832,00	19001527
	105			285.971,00	40.552,00					326.523,00	19001527
	126			729.823,00	2.407,00					732.230,00	19001527
	151				2.608,00					2.608,00	19001527
										2.293.649.562,00	
										2.293.649.562,00	

77259/2019

RESOLUÇÃO Nº 754 de 12 de agosto de 2019.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 45, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 19001474/DOE/SEFA

R E S O L V E:

Descontingenciar os recursos do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 19.766, de 17 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 23.299.017,00 (vinte e três milhões, duzentos e noventa e nove mil e dezessete reais), de acordo com o Anexo I desta resolução.

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

DESCONTINGENCIAMENTO		ANEXO I			Nº controle: 19001272		
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 754							
Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIARIA						
03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIARIA						
3922	POLICIA MILITAR DO ESTADO DOPARANA						
4501	AÇÕES DO COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR	44905200	112	09	P	5.329.908,00	19001474
4502	GESTÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS DO FUNRESTRAN		111	01	P	17.969.109,00	19001474
TOTAL						23.299.017,00	
TOTAL						23.299.017,00	

77279/2019

RESOLUÇÃO Nº 755 de 12 de agosto de 2019.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 45, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, e de acordo com o Decreto nº 2879, de 30 de novembro de 2015, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado,

R E S O L V E:

Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R\$ 23.299.017,00 (vinte e três milhões, duzentos e noventa e nove mil e dezessete reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, no grupo de natureza de despesa e fontes, constantes no Anexo I desta resolução.

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO I

Nº controle: 19001307

ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 755

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA
COORDENAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL - COE
ESTABELECE COTA

ÓRGÃO	39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIARIA									
UNIDADE CONTÁBIL	03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIARIA									
UNIDADE	FONTE	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
3922	111						17.969.109,00			17.969.109,00	19001524
	112						5.329.908,00			5.329.908,00	19001524
										23.299.017,00	

23.299.017,00

77261/2019

RESOLUÇÃO Nº 756 de 12 de agosto de 2019.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 45, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 19001432 /DOE/SEFA

R E S O L V E:

a) descontinuar os recursos do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 19.766, de 17 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 63.863.933,00 (sessenta e três milhões, oitocentos e sessenta e três mil, novecentos e trinta e três reais), de acordo com o Anexo I desta resolução;

b) em decorrência do contido no item anterior, fica ajustado o Detalhamento de Obras, de acordo com o Anexo II desta resolução.

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

DESCONTINGENCIAMENTO			ANEXO I		Nº controle: 19001250			
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 756								
Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo	
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR							
04500	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR							
4501	GABINETE DO SECRETARIO							
4110	GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	33901800	132	01	P	7.326.579,00	19001432	
					TOTAL	7.326.579,00		
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR							
04530	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL							
4530	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL							
4115	GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - UEL	31901100	132	01	P	11.426.331,00	19001432	
					TOTAL	11.426.331,00		
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR							
04531	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG							
4531	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTAGROSSA - UEPG							
4118	GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - UEPG	31901100	132	01	P	5.212.011,00	19001432	
					TOTAL	5.212.011,00		
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR							
04532	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA UEM							
4532	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM							
4121	GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - UEM	31901100	132	01	P	10.424.021,00	19001432	
					TOTAL	10.424.021,00		
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR							
04533	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO . OESTE UNICENTRO							
4533	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO - OESTE - UNICENTRO							
4124	GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - UNICENTRO	31901100	132	01	P	4.397.867,00	19001432	
		31911300	132	01	P	413.220,00	19001432	
					TOTAL	4.811.087,00		
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR							
04534	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA - UNIOESTE							
4534	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTEDO PARANÁ - UNIOESTE							
4127	GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - UNIOESTE	31901600	132	01	P	6.214.320,00	19001432	
					TOTAL	6.214.320,00		
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR							
04546	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA - UNESPAR							
4546	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR							
4130	GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - UNESPAR	31901100	132		01	P	1.403.234,00	19001432
					TOTAL	1.403.234,00		
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR							
04548	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANA - UENP							
4548	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTEDO PARANÁ - UENP							
4148	GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - UENP	31901100	132		01	P	601.386,00	19001432
					TOTAL	601.386,00		
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR							
04560	FUNDO PARANA							
4560	FUNDO PARANA							
4150	GESTÃO ADMINISTRATIVA - UGF	33903000	132		01	P	4.500,00	19001432
		33903900	132		01	P	314.619,00	19001432

		33904000	132	01	P	300,00	19001432
		33909200	132	01	P	100,00	19001432
		33913900	132	01	P	6.000,00	19001432
		44905100	132	01	P	10.000,00	19001432
		44905200	132	01	P	2.000,00	19001432
		44909200	132	01	P	100,00	19001432
4151	APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO	33404100	132	01	P	1.000,00	19001432
		33504100	132	01	P	3.066.928,00	19001432
		33901400	132	01	P	32.000,00	19001432
		33901800	132	01	P	3.497.882,00	19001432
		33903000	132	01	P	103.000,00	19001432
		33903100	132	01	P	42.000,00	19001432
		33903300	132	01	P	9.800,00	19001432
		33903500	132	01	P	2.000,00	19001432
		33903600	132	01	P	18.200,00	19001432
		33903900	132	01	P	305.800,00	19001432
		33904000	132	01	P	1.000,00	19001432
		33904100	132	01	P	3.091.761,00	19001432
		33904700	132	01	P	3.640,00	19001432
		33909200	132	01	P	100,00	19001432
		44204200	132	01	P	1.000,00	19001432
		44404200	132	01	P	1.000,00	19001432
		44504200	132	01	P	3.120.594,00	19001432
		44904100	132	01	P	1.000,00	19001432
		44904200	132	01	P	1.000,00	19001432
		44905100	132	01	P	1.868.900,00	19001432
		44905200	132	01	P	300.000,00	19001432
		44909200	132	01	P	100,00	19001432
9194	ENCARGOS ESPECIAIS - FUNDO PARANÁ	33904700	132	01	P	638.640,00	19001432
TOTAL						16.444.964,00	
TOTAL						63.863.933,00	

DESCONTINGENCIAMENTO		ANEXO II		Nº controle: 19001250			
DE OBRAS		ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 756					
Cod.	Especificação	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo	
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR						
04560	FUNDO PARANA						
4560	FUNDO PARANA						
4150	GESTÃO ADMINISTRATIVA - UGF						
280	Curitiba						
00000002	Executar obras de infraestrutura na SEDE (em projeto)	132	01	P	2.000,00	19001432	
00000004	Executar obra de benfeitoria e instalações na SEDE	132	01	P	8.000,00	19001432	
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR						
04560	FUNDO PARANA						
4560	FUNDO PARANA						
4151	APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO						
00000001	Executar o Projeto de Infraestrutura nas IEES - UEL, UEM e UNESPAR	132	01	P	1.450.000,00	19001432	
00000002	Executar o Projeto de Infraestrutura nas IEES - UENP	132	01	P	10.000,00	19001432	
00000004	Executar o Projeto de Infraestrutura nas IEES - TECPAR E UNESPAR	132	01	P	10.000,00	19001432	
00000005	Executar o Projeto de Infraestrutura nas IEES - UNIOESTE	132	01	P	211.900,00	19001432	
00000006	Executar o Projeto de Infraestrutura nas IEES - UNESPAR	132	01	P	10.000,00	19001432	
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR						
04560	FUNDO PARANA						
4560	FUNDO PARANA						
4151	APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO						
212	Campo Mourão						
00000007	Executar o Projeto de Infraestrutura nas IEES - UNESPAR	132	01	P	10.000,00	19001432	
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR						
04560	FUNDO PARANA						
4560	FUNDO PARANA						
4151	APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO						
360	Guarapuava						
00000008	Executar o Projeto de Infraestrutura nas IEES - UNICENTRO	132	01	P	10.000,00	19001432	
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR						
04560	FUNDO PARANA						
4560	FUNDO PARANA						

4151	APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO									
600	Paranavaí									
00000009	Executar o Projeto de Infraestrutura nas IEES - UNESPAR	132	01	P		10.000,00		19001432		
45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR									
04560	FUNDO PARANA									
4560	FUNDO PARANA									
4151	APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO									
636	Ponta Grossa									
00000003	Executar o Projeto de Infraestrutura nas IEES - UEPG	132	01	P		147.000,00		19001432		
TOTAL						1.878.900,00				
TOTAL						1.878.900,00				

77274/2019

RESOLUÇÃO Nº 757 de 12 de agosto de 2019.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 45, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, e de acordo com o Decreto nº 2879, de 30 de novembro de 2015, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado,

RESOLVE:

Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R\$ 28.587.997,00 (vinte e oito milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, novecentos e noventa e sete reais), no Órgão, nas Unidades Orçamentárias, nos grupos de natureza de despesa e fonte, constantes no Anexo I desta resolução.

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO I
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 757

Nº controle: 19001308

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA
COORDENAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL - COE
ESTABELECE COTA

ÓRGÃO	45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR									
UNIDADE CONTÁBIL	04530	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL									
UNIDADE FONTE		PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
4530	132	5.713.165,00								5.713.165,00	19001526
										5.713.165,00	
ÓRGÃO	45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR									
UNIDADE CONTÁBIL	04531	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG									
UNIDADE FONTE		PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
4531	132	2.606.006,00								2.606.006,00	19001526
										2.606.006,00	
ÓRGÃO	45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR									
UNIDADE CONTÁBIL	04532	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM									
UNIDADE FONTE		PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
4532	132	5.212.010,00								5.212.010,00	19001526
										5.212.010,00	
ÓRGÃO	45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR									
UNIDADE CONTÁBIL	04533	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO E OESTE - UNICENTRO									
UNIDADE FONTE		PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
4533	132	2.405.544,00								2.405.544,00	19001526
										2.405.544,00	
ÓRGÃO	45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR									
UNIDADE CONTÁBIL	04534	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE									
UNIDADE FONTE		PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
4534	132	3.107.160,00								3.107.160,00	19001526
										3.107.160,00	
ÓRGÃO	45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR									
UNIDADE CONTÁBIL	04546	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR									
UNIDADE FONTE		PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
4546	132	701.617,00								701.617,00	19001526
										701.617,00	
ÓRGÃO	45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR									
UNIDADE CONTÁBIL	04548	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ - UENP									
UNIDADE FONTE		PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS	ODC	ODC SERVIÇOS E	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES	AMORTIZAÇÃO DA	TOTAL	Nº DO

		ENCARGOS	DA DÍVIDA	PASEP				FINANCEIRAS	DÍVIDA	PROCESSO	
4548	132	300.693,00								300.693,00	19001526
											300.693,00
ÓRGÃO	45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR									
UNIDADE CONTÁBIL	04560	FUNDO PARANA									
UNIDADE	FONTE	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
4560	132	5.234.315,00			638.640,00	16.000,00	2.652.847,00	8.541.802,00			19001526
											8.541.802,00
											28.587.997,00

77265/2019

RESOLUÇÃO Nº 758 de 12 de agosto de 2019.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 45, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, e de acordo com o Decreto nº 2879, de 30 de novembro de 2015, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado,

RESOLVE:

a) estabelecer cota orçamentária, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, grupo de natureza de despesa e fonte, constante no Anexo I desta resolução;

b) cancelar cota orçamentária, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, grupo de natureza de despesa e fonte, constante no Anexo II desta resolução.

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO I
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 758

Nº controle: 19001306

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA
COORDENAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL - COE
ESTABELECE COTA

ÓRGÃO	39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIARIA									
UNIDADE CONTÁBIL	03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIARIA									
UNIDADE	FONTE	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
3914	113					80.000,00				80.000,00	19001525
										80.000,00	
										80.000,00	

ANEXO II
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 758

Nº controle: 19001306

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA
COORDENAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL - COE
CANCELA COTA

ÓRGÃO	39	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIARIA									
UNIDADE CONTÁBIL	03900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIARIA									
UNIDADE	FONTE	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
3914	113			80.000,00						80.000,00	19001525
										80.000,00	
										80.000,00	

77262/2019

RESOLUÇÃO Nº 759 de 12 de agosto de 2019.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 45, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, e de acordo com o Decreto nº 2879, de 30 de novembro de 2015, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado,

RESOLVE:

a) estabelecer cota orçamentária, no valor de R\$ 63.827,00 (sessenta e três mil, oitocentos e vinte e sete reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, grupo de natureza de despesa e fonte, constante no Anexo I desta resolução;

b) cancelar cotas orçamentárias, no valor de R\$ R\$ 63.827,00 (sessenta e três mil, oitocentos e vinte e sete reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, grupo de natureza de despesa e fonte, constantes no Anexo II desta resolução.

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO I
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 759

Nº controle: 19001310

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA
COORDENAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL - COE
ESTABELECE COTA

ÓRGÃO 23 SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL

UNIDADE CONTÁBIL 02374 COMPANHIA DE HABITACAO DO PARANA . COHAPAR

UNIDADE	FONTE	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
2374	101			63.827,00						63.827,00	19001528
										63.827,00	
										63.827,00	

ANEXO II
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 759

Nº controle: 19001310

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA
COORDENAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL - COE
CANCELA COTA

ÓRGÃO 23 SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL

UNIDADE CONTÁBIL 02374 COMPANHIA DE HABITACAO DO PARANA . COHAPAR

UNIDADE	FONTE	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
2374	101				6.971,00	56.856,00				63.827,00	19001528
										63.827,00	
										63.827,00	

77258/2019

RESOLUÇÃO Nº 760 de 12 de agosto de 2019.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 45, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, e de acordo com o Decreto nº 2879, de 30 de novembro de 2015, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado,

RESOLVE:

a) estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R\$ 326.351,00 (trezentos e vinte e seis mil, trezentos e cinquenta e um reais), no Órgão, nas Unidades Orçamentárias, grupo de natureza de despesa e fonte, constantes no Anexo I desta resolução;

b) cancelar cotas orçamentárias, no valor de R\$ 326.351,00 (trezentos e vinte e seis mil, trezentos e cinquenta e um reais), no Órgão, nas Unidades Orçamentárias, grupo de natureza de despesa e fonte, constantes no Anexo II desta resolução.

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO I
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 760

Nº controle: 19001247

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA
COORDENAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL - COE
ESTABELECE COTA

ÓRGÃO 69 SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS

UNIDADE CONTÁBIL 06931 INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP

UNIDADE	FONTE	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
6931	250					246.351,00				246.351,00	19001429
										246.351,00	

ÓRGÃO 69 SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS

UNIDADE CONTÁBIL 06932 INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOLOGIA - ITCG

UNIDADE	FONTE	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
6932	250					80.000,00				80.000,00	19001429
										80.000,00	
										326.351,00	

ANEXO II
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 760

Nº controle: 19001247

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA
COORDENAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL - COE
CANCELA COTA

ÓRGÃO 69 SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS

UNIDADE CONTÁBIL 06931 INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP

UNIDADE	FONTE	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
6931	250			246.351,00						246.351,00	19001429
										246.351,00	

ÓRGÃO 69 SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS

UNIDADE CONTÁBIL 06932 INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOLOGIA - ITCG

UNIDADE	FONTE	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
---------	-------	--------------------	----------------------------	-----	----------------------	---------------	---------------	-----------------------	-----------------------	-------	----------------

6932 250

80.000,00

80.000,00 19001429

80.000,00

326.351,00

77267/2019

RESOLUÇÃO Nº 761 de 12 de agosto de 2019.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 45, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, e de acordo com o Decreto nº 2879, de 30 de novembro de 2015, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado,

RESOLVE:

Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R\$ 35.378.253,00 (trinta e cinco milhões, trezentos e setenta e oito mil, duzentos e cinquenta e três reais), nos Órgãos, nas Unidades Orçamentárias, no grupo de natureza de despesa e fontes, constantes no Anexo I desta resolução.

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO I

Nº controle: 19001293

ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 761

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA
COORDENAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL - COE
ESTABELECE COTA

ÓRGÃO	13	CASA CIVIL									
UNIDADE CONTÁBIL	01330	DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO PARANA DETRAN									
UNIDADE	FONTE	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESS
1330	250			30.763.669,00	4.200.000,00					34.963.669,00	19001511
										34.963.669,00	

ÓRGÃO	45	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR									
UNIDADE CONTÁBIL	04534	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA - UNIOESTE									
UNIDADE	FONTE	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESS
4534	284			414.584,00						414.584,00	19001511
										414.584,00	
										35.378.253,00	

77268/2019

RESOLUÇÃO Nº 763 de 12 de agosto de 2019.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 45, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 19001475/DOE/SEFA

RESOLVE:

Descontingenciar os recursos do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 19.766, de 17 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 89.219,00 (oitenta e nove mil e duzentos e dezenove reais), de acordo com o Anexo I desta resolução.

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

DESCONTINGENCIAMENTO			ANEXO I			N° controle: 19001273		
ANEXO À RESOLUÇÃO N° 763								
Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo	
51	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA							
05131	BIBLIOTECA PUBLICA DO PARANA BPP							
5131	BIBLIOTECA PUBLICA DO PARANA -BPP							
4196	PARANÁ LÊ	33901400	101	01	P	4.000,00	19001475	
		33903000	101	01	P	4.000,00	19001475	
		33903100	101	01	P	18.000,00	19001475	
		33903300	101	01	P	12.000,00	19001475	
		33903600	101	01	P	10.000,00	19001475	
		33903900	101	01	P	31.820,00	19001475	
		33904700	101	01	P	4.399,00	19001475	
		33913900	101	01	P	5.000,00	19001475	
TOTAL						89.219,00		
TOTAL						89.219,00		

77276/2019

RESOLUÇÃO Nº 765 de 12 de agosto de 2019.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 45, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, e de acordo com o Decreto nº 2879, de 30 de novembro de 2015, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado,

RESOLVE:

Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R\$ 30.743,00 (trinta mil, setecentos e quarenta e três reais), no Órgão, na Unidade Orçamentária, no grupo de natureza

de despesa e fonte, constantes no Anexo I desta resolução.

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO I
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 765

Nº controle: 19001277

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA
COORDENAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL - COE
CANCELA COTA

ÓRGÃO	65	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO									
UNIDADE CONTÁBIL	06500	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO									
UNIDADE	FONTE	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	ODC	ODC SERVIÇOS E PASEP	ODC ESPECIAIS	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL	Nº DO PROCESSO
6502	127			30.689,00	54,00					30.743,00	19001477
										30.743,00	
										30.743,00	77269/2019

RESOLUÇÃO Nº 766 de 12 de agosto de 2019.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 45, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, e de acordo com o Decreto nº 2.879, de 30 de novembro de 2015, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 19001476 DOE/SEFA,

RESOLVE:

- a) contingenciar os recursos do Orçamento Fiscal, aprovado pela Lei Estadual nº 19.766, de 17 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 52.482.746,00 (cinquenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, setecentos e quarenta e seis reais), de acordo com o Anexo I desta resolução;
- b) em decorrência do contido no item anterior, fica ajustado o Detalhamento de Obras, de acordo com o Anexo II desta resolução.

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

CONTINGENCIAMENTO				ANEXO I			Nº controle: 19001285		
				ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 766					
Cod.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo		
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO								
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO								
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO								
4372	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO MÉDIO	44905100	116	10	P	1.930.000,00	19001476		
		44905200	116	10	P	300.000,00	19001476		
4373	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - MODALIDADE ESPECIAL	33901800	116	10	P	56.000,00	19001476		
		33903600	116	10	P	70.000,00	19001476		
		33903900	116	10	P	400.000,00	19001476		
4374	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS - EJA	33901800	116	10	P	400.000,00	19001476		
		33903200	116	10	P	1.000.000,00	19001476		
		33903900	116	10	P	1.000.000,00	19001476		
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR		116	10	P	3.500.000,00	19001476		
		44905100	116	10	P	25.940.000,00	19001476		
4464	MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E FORTALECIMENTO DO USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	33909200	116	10	P	400.000,00	19001476		
		44905200	116	10	P	5.000.000,00	19001476		
4465	CAMINHOS DA PROFISSIONALIZAÇÃO	33901800	116	10	P	500.000,00	19001476		
		33903000	116	10	P	1.000.000,00	19001476		
		33903200	116	10	P	1.300.000,00	19001476		
		33903900	116	10	P	500.000,00	19001476		
		33904800	116	10	P	1.000.000,00	19001476		
		33909300	116	10	P	1.000.000,00	19001476		
		44905200	116	10	P	4.200.000,00	19001476		
4466	FORTALECIMENTO DA GESTÃO ESCOLAR - GESTÃO EM FOCO	33903600	116	10	P	300.000,00	19001476		
4467	FORMAÇÃO CONTINUADA	33903300	116	10	P	100.000,00	19001476		
		33903900	116	10	P	128.408,00	19001476		
		33904800	116	10	P	500.000,00	19001476		
		33909200	116	10	P	300.000,00	19001476		
		33913900	116	10	P	20.000,00	19001476		
4470	GESTÃO ADMINISTRATIVA DAS UNIDADES ESCOLARES	33909200	116	10	P	300.000,00	19001476		
TOTAL						51.144.408,00			
57	SECRETARIA DE ESTADO DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL								
05760	FUNDO ESTADUAL PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA FIA								
5760	FUNDO ESTADUAL PARA A INFANCIAE ADOLESCÊNCIA - FIA								
4417	GARANTIA E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	33414100	131	01	P	708.396,00	19001476		
TOTAL						708.396,00			
65	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO								

06500 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

6502 DIRETORIA GERAL

4257	POLÍTICAS DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR	33904700	127	01	P	6.054,00	19001476
		33909300	127	01	P	623.888,00	19001476
TOTAL						629.942,00	

TOTAL 52.482.746,00

CONTINGENCIAMENTO

ANEXO II

Nº controle: 19001285

DE OBRAS

ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 766

Cod.	Especificação	Fonte	Grupo Fonte	ALO	Valor	N. do Processo
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4372	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO MÉDIO					
158	Barbosa Ferraz					
00000003	Ampliar o CE Machado de A. Barbosa Ferraz	116	10	P	430.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4372	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO MÉDIO					
474	Londrina					
00000001	Ampliar o CE Dario Vellozo	116	10	P	800.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4372	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO MÉDIO					
494	Mangueirinha					
00000002	Ampliar o CE Hercília F Nascimento	116	10	P	700.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
104	Adrianópolis					
00000110	Concluir Unidade Nova CE Diogo Ramos	116	10	P	150.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
136	Apucarana					
00000010	Ampliar o Colégio Agrícola Estadual Manoel Ribas	116	10	P	400.000,00	19001476
00000067	Construir quadra poliesportiva no CE Prof Francisco A. Souza	116	10	P	150.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
140	Arapoti					
00000002	Ampliar o Centro Estadual de Educação Profissional de Arapoti	116	10	P	2.000.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
154	Balsa Nova					
00000061	Construir quadra poliesportiva no CE Juventude Santo Antonio	116	10	P	200.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
156	Bandeirantes					
00000020	Concluir Unidade Nova Bela Vista	116	10	P	1.100.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					

4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
166	Bituruna					
00000066	Construir quadra poliesportiva na EE Novo Milênio	116	10	P	130.000,00	19001476
00000096	Construir quadra poliesportiva no CE Irmã Clara	116	10	P	150.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
171	Boa Ventura de São Roque					
00000048	Construir quadra poliesportiva no CE Sítio Boa Ventura	116	10	P	150.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
198	Cambé					
00000088	Construir quadra poliesportiva na EE Helena Kolody	116	10	P	150.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
210	Campo Largo					
00000055	Construir quadra poliesportiva no CE São Pedro e São Paulo'	116	10	P	150.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
214	Cândido de Abreu					
00000057	Construir quadra poliesportiva no CE Sérgio Krigrivaja Lucas	116	10	P	150.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
230	Cascavel					
00000003	Ampliar o Centro Estadual de Educação Profissional Pedro Boareto Neto	116	10	P	130.000,00	19001476
00000006	Ampliar o Colégio Estadual Wilson Jofre	116	10	P	130.000,00	19001476
00000044	Construir quadra poliesportiva no CE Juvinópolis	116	10	P	150.000,00	19001476
00000090	Construir quadra poliesportiva no CE Brasmadeira	116	10	P	150.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
242	Chopinzinho					
00000051	Construir quadra poliesportiva na EEI Vera Tupã	116	10	P	150.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
248	Clevelândia					
00000004	Ampliar o Centro Estadual de Educação Profissional Assis Brasil	116	10	P	500.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
250	Colombo					
00000095	Construir quadra poliesportiva no CE Ver Raulino Costacurta	116	10	P	150.000,00	19001476
00000097	Construir quadra poliesportiva no CE Dom João Bosco	116	10	P	150.000,00	19001476
00000101	Construir quadra poliesportiva no CE Helena Kolody	116	10	P	150.000,00	19001476
00000102	Construir quadra poliesportiva no CE Prof Plínio A M Tourinho	116	10	P	150.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					

4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
252	Colorado					
00000014	Concluir o Centro Estadual de Educação Profissional de Colorado	116	10	P	1.200.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
262	Cornélio Procópio					
00000065	Construir quadra poliesportiva no CE Monteiro Lobato	116	10	P	200.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
280	Curitiba					
00000005	Ampliar a Escola Estadual Elysio Vianna	116	10	P	50.000,00	19001476
00000009	Ampliar o Colégio Estadual Pinheiro do Paraná	116	10	P	200.000,00	19001476
00000040	Construir Cobertura de quadra poliesportiva no CE Maria Montessori	116	10	P	130.000,00	19001476
00000041	Construir Cobertura de quadra poliesportiva no CE Marli Queiroz Azevedo	116	10	P	150.000,00	19001476
00000062	Construir quadra poliesportiva na EE Pe João Wislinski	116	10	P	130.000,00	19001476
00000093	Construir quadra poliesportiva na EE Nossa Senhora de Salete	116	10	P	150.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
282	Curiúva					
00000053	Construir quadra poliesportiva no CE Anísio Afonso Ferreira	116	10	P	150.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
286	Diamante d'Oeste					
00000060	Construir quadra poliesportiva na EE Guarauninha	116	10	P	150.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
306	Espigão Alto do Iguaçu					
00000072	Construir quadra poliesportiva na EEI Valdomiro Tupã P. de Lima	116	10	P	200.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
324	Florestópolis					
00000107	Construir quadra poliesportiva no CEEBJA Genésio da Rocha	116	10	P	150.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
360	Guarapuava					
00000001	Ampliar o Centro Estadual de Educação Profissional Francisco Carneiro Martins	116	10	P	400.000,00	19001476
00000043	Construir quadra poliesportiva no CER Benedito de Paula Louro	116	10	P	150.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
368	Ibaiti					

00000064	Construir quadra poliesportiva no CE Affonso M. Albaladejo	116	10	P	130.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
372	Ibiporã					
00000016	Concluir o Centro Estadual de Educação Profissional de Ibiporã	116	10	P	1.400.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
390	Ipiranga					
00000049	Construir quadra poliesportiva no EER Lustosa	116	10	P	200.000,00	19001476
00000099	Construir quadra poliesportiva na EE Henrique Denck	116	10	P	150.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
458	Lapa					
00000086	Construir quadra poliesportiva no CE São José	116	10	P	150.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
460	Laranjal					
00000047	Construir quadra poliesportiva no CE Chapadão	116	10	P	150.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
474	Londrina					
00000015	Concluir o Centro Estadual de Educação Profissional de Londrina	116	10	P	1.800.000,00	19001476
00000077	Construir quadra poliesportiva na EEI João Kavagtan Vergílio	116	10	P	200.000,00	19001476
00000091	Construir quadra poliesportiva no CE Humberto Coutinho	116	10	P	150.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
493	Manfrinópolis					
00000022	Concluir Unidade Nova São Cristóvão	116	10	P	200.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
496	Manoel Ribas					
00000068	Construir quadra poliesportiva no CEI Cacique Gregório Kaekchot	116	10	P	130.000,00	19001476
00000080	Construir quadra poliesportiva na EE Nereu Ramos	116	10	P	150.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
510	Maringá					
00000011	Ampliar o Colégio Estadual Juscelino Kubitschek de Oliveira	116	10	P	130.000,00	19001476
00000017	Concluir o Centro Estadual de Educação Profissional de Maringá	116	10	P	1.800.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					

4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO						
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR						
528	Medianeira						
00000018	Concluir o Centro Estadual de Educação Profissional de Medianeira	116	10	P	1.300.000,00	19001476	
00000023	Concluir Unidade Nova Jardim Independência/ Tancredo Neves	116	10	P	150.000,00	19001476	
00000109	Construir quadra poliesportiva no CE Tancredo Neves	116	10	P	130.000,00	19001476	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO						
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR						
560	Nova Laranjeiras						
00000071	Construir quadra poliesportiva na EEI Candoca Tanhprag Fidêncio	116	10	P	150.000,00	19001476	
00000084	Construir quadra poliesportiva na EEI Feg Prag Fernandes	116	10	P	200.000,00	19001476	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO						
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR						
562	Nova Londrina						
00000098	Construir quadra poliesportiva no CEEBJA Nova Londrina	116	10	P	150.000,00	19001476	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO						
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR						
576	Ortigueira						
00000059	Construir quadra poliesportiva na EEI Cacique Crispim Gy Um	116	10	P	150.000,00	19001476	
00000105	Construir quadra poliesportiva no CE Monjolinho	116	10	P	150.000,00	19001476	
00000106	Construir quadra poliesportiva no CE Dr Teotônio Vilella	116	10	P	150.000,00	19001476	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO						
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR						
582	Paiçandu						
00000042	Construir Cobertura de quadra poliesportiva na EE Heitor A Furtado	116	10	P	150.000,00	19001476	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO						
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR						
586	Palmeira						
00000045	Construir quadra poliesportiva no CE Amadeu Mário Margraf	116	10	P	150.000,00	19001476	
00000073	Construir quadra poliesportiva no CE Henrique Stadler	116	10	P	130.000,00	19001476	
00000082	Construir quadra poliesportiva no CE Pinheiral de Baixo	116	10	P	130.000,00	19001476	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO						
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR						
594	Paranacity						
00000021	Construir Unidade Nova Antonio Tortato	116	10	P	800.000,00	19001476	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO						
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR						
596	Paranaguá						
00000100	Construir quadra poliesportiva no CE Alberto Gomes Veiga	116	10	P	150.000,00	19001476	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO						
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR						
600	Paranavaí						
00000050	Construir quadra poliesportiva no CE Adélia Rossi Arnaldi	116	10	P	130.000,00	19001476	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						

04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO						
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR						
604	Pato Branco						
00000078	Construir quadra poliesportiva na EE Carmela Bortot	116	10	P	150.000,00	19001476	
00000085	Construir quadra poliesportiva no CE do Campo São Roque	116	10	P	150.000,00	19001476	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO						
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR						
616	Piñen						
00000087	Construir quadra poliesportiva no CE Alfredo Greipel Jr	116	10	P	150.000,00	19001476	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO						
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR						
622	Pinhão						
00000054	Construir quadra poliesportiva no CE Cornélio P. Ribeiro	116	10	P	150.000,00	19001476	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO						
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR						
636	Ponta Grossa						
00000046	Construir quadra poliesportiva no CEEP de Ponta Grossa	116	10	P	150.000,00	19001476	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO						
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR						
664	Quedas do Iguaçu						
00000069	Construir quadra poliesportiva na EER Construindo Novos Caminhos	116	10	P	150.000,00	19001476	
00000083	Construir quadra poliesportiva no CE Olga Benário Prestes	116	10	P	150.000,00	19001476	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO						
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR						
704	Rosário do Ivaí						
00000079	Construir quadra poliesportiva no CE Boa Vista da Santa Cruz	116	10	P	150.000,00	19001476	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO						
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR						
736	Santa Maria do Oeste						
00000058	Construir quadra poliesportiva no CE João Cioneck	116	10	P	150.000,00	19001476	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO						
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR						
738	Santa Mariana						
00000013	Ampliar o Colégio Agrícola Estadual Fernando Costa	116	10	P	1.500.000,00	19001476	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO						
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR						
748	Santo Antônio da Platina						
00000092	Construir quadra poliesportiva no CE Tiradentes	116	10	P	150.000,00	19001476	
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO						
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO						
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR						
760	São Jerônimo da Serra						
00000029	Construir quadra poliesportiva no Colégio Estadual Indígena	116	10	P	500.000,00	19001476	

	Cacique Kofej					
00000076	Construir quadra poliesportiva na EEI Cacique Onofre Kanhgren	116	10	P	150.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
768	São João do Triunfo					
00000056	Construir quadra poliesportiva no CE de Vila Palmira	116	10	P	150.000,00	19001476
00000089	Construir quadra poliesportiva no CE Adelaide W. Prins	116	10	P	150.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
788	São Miguel do Iguaçu					
00000070	Construir quadra poliesportiva na EEI Cacique Teko Nemoingo	116	10	P	150.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
805	Serranópolis do Iguaçu					
00000103	Construir quadra poliesportiva no CE Pres Kennedy	116	10	P	150.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
824	Telêmaco Borba					
00000108	Construir quadra poliesportiva no CE Dr Marcelino Nogueira	116	10	P	50.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
848	Turvo					
00000063	Construir quadra poliesportiva na EEI Cacique Trajano Mrej Tar	116	10	P	200.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
854	União da Vitória					
00000075	Construir quadra poliesportiva no CEEBJA União da Vitória	116	10	P	130.000,00	19001476
00000081	Construir quadra poliesportiva na EE Judith Simas Canellas	116	10	P	150.000,00	19001476
41	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
04100	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO					
4103	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO					
4463	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR					
866	Alto Paraíso					
00000094	Construir quadra poliesportiva no CE Vila Alta	116	10	P	150.000,00	19001476
TOTAL					27.870.000,00	
TOTAL					27.870.000,00	

77278/2019

Versão 2.5.27



ImprensaNet

Inicial

Sistema de Publicações Oficiais.

Mais segurança ao cidadão paranaense.

www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Saúde

RESOLUÇÃO nº 440/2019 – SESA

Autoriza o repasse do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde de Umuarama, destinado ao Incentivo Financeiro Estadual para a Complementação de Diárias de Leitos de Psiquiatria ofertados ao SUS, para a competência de Abril e Maio de 2019.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, Gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 4º da lei nº 19.848, de 03 de maio de 2.019, a Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado e considerando:

- a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro;
- o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;
- a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê “Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere”;
- que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de “captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde”, cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;
- o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: “À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde”, em seu Item III – “competete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde”;
- a Lei Complementar 101, de 04 de maio 2000 em seu Art. 25: “Para efeito desta Lei Complementar entende-se por transferências voluntárias a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde”;
- que o repasse fundo a fundo destinado ao SUS decorre de Transferência Legal; sendo dispensando a celebração de Convênios ou outros instrumentos jurídicos;
- a Resolução SESA nº 156/2016 e Resolução SESA nº 339/2016, que institui a complementação do valor das diárias para leitos de psiquiatria ofertados ao SUS e fixa diretrizes para adesão;
- a Resolução SESA nº 074/2019 que dispõe sobre a transferência regular e automática, na modalidade fundo a fundo, de recursos financeiros, do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde do Paraná, e implanta a Conta-Corrente única para Custeio, assim como a Conta-Corrente única para Investimento, e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o repasse financeiro no valor total de **R\$466.272,80 (quatrocentos e sessenta e seis mil, duzentos e setenta e dois reais e oitenta centavos)**, conforme Anexo I desta Resolução, do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde de Umuarama, de forma regular e automática, na modalidade fundo a fundo, destinado ao Incentivo Financeiro Estadual para a Complementação de Diárias de Leitos de Psiquiatria ofertados ao SUS, para a competência de Abril e Maio de 2019.

Art. 2º A utilização dos recursos financeiros deverá atender as exigências legais concernentes à licitação a que estão sujeitas todas as despesas da Administração Pública.

Parágrafo Único. A documentação administrativa e fiscal deverá ser mantida em arquivo pelo período mínimo legal exigido.

Art. 3º Os recursos transferidos serão movimentados sob a fiscalização do respectivo Conselho de Saúde, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos do Sistema de Controle Interno e Externo.

Art. 4º As ações e serviços públicos de saúde a serem executadas pelos municípios deverão estar em consonância com todos os instrumentos de planejamento, (Plano Plurianual – PPA, Plano Municipal de Saúde, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Programação Anual de Saúde), assim como o demonstrativo do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, a serem apresentados aos respectivos Conselhos Municipais de Saúde, conforme os prazos previstos na Lei Complementar nº 141/2012, de 13 de Janeiro de 2012.

Art. 5º A comprovação da aplicação dos recursos transferidos será analisada com base no Relatório de Gestão. Os Municípios deverão comprovar a observância do envio do Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Art. 6º Poderá a qualquer momento a Secretaria de Estado da Saúde por meio do Controle Interno em parceria com o Fundo Estadual de Saúde, Gestor dos recursos financeiros destinados a ações e serviços públicos de saúde, fazer a verificação “in loco”. Caso haja comprovado quaisquer irregularidades estará o responsável sujeito às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992 – Agentes Públicos Improbidade Administrativa.

Art. 7º As transferências de que trata esta Resolução serão suspensas aos municípios habilitados quando:

I - Constatado pagamento de despesas alheias à área de saúde.

Art. 8º Os recursos orçamentários objeto desta Resolução correrão por conta do orçamento da Secretaria de Estado da Saúde no exercício de 2019, devendo onerar os seguintes Programas: Saúde para todo o Paraná.

I - Ação: Transferência Fundo a Fundo a Municípios – referente ao Incentivo Financeiro Estadual para a Complementação de Diárias de Leitos de Psiquiatria ofertados ao SUS.

II - Iniciativa: 4485 – Gestão na Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

III - Elemento de Despesa: CUSTEIO – 3341.4120

IV - Fonte: 100 – Tesouro do Estado

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de agosto de 2019.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

Anexo I da Resolução nº 440/2019 – SESA

COMPLEMENTAÇÃO DE DIÁRIAS DE LEITOS DE PSIQUIATRIA OFERTADOS AO SUS

IT.	CÓD. CREDOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESTABELECIMENTO DE SAÚDE	CNPJ	VALOR ABR/2019	VALOR MAI/2019	VALOR TOTAL
1	131964	Umuarama	Clínica Santa Cruz de Umuarama	08.931.506/0001-26	R\$ 231.761,30	R\$ 228.511,50	R\$ 466.272,80

77047/2019

RESOLUÇÃO nº 441/2019 – SESA

Autoriza o repasse do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, destinado ao Incentivo Financeiro Estadual para a Complementação de Diárias de Leitos de Psiquiatria ofertados ao SUS, para as competências de Abril e Maio de 2019.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, Gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 4º da lei nº 19.848, de 03 de maio de 2.019, a Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado e considerando:

- a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro;
- o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;
- a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê “Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congêner”;;
- que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de “captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde”, cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;
- o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: “À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde”, em seu Item III – “competê buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde”;
- a Lei Complementar 101, de 04 de maio 2000 em seu Art. 25: “Para efeito desta Lei Complementar entende-se por transferências voluntárias a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde”.
- que o repasse fundo a fundo destinado ao SUS decorre de Transferência Legal; sendo dispensando a celebração de Convênios ou outros instrumentos jurídicos;
- a Resolução SESA nº 156/2016 e Resolução SESA nº 339/2016, que institui a complementação do valor das diárias para leitos de psiquiatria ofertados ao SUS e fixa diretrizes para adesão;
- a Resolução SESA nº 074/2019 que dispõe sobre a transferência regular e automática, na modalidade fundo a fundo, de recursos financeiros, do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde do Paraná, e implanta a Conta-Corrente única para Custeio, assim como a Conta-Corrente única para Investimento, e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o repasse financeiro no valor total de **R\$271.562,80 (duzentos e setenta e um mil, quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos)**, conforme descrição abaixo e conforme Anexo I desta Resolução, do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, de forma regular e automática, na modalidade fundo a fundo, destinado ao Incentivo Financeiro Estadual para a Complementação de Diárias de Leitos de Psiquiatria ofertados ao SUS, para as competências de Abril e Maio de 2019.

- **Abril/2019** – R\$137.720,70 (cento e trinta e sete mil, setecentos e vinte reais e setenta centavos);
- **Maio/2019** – R\$133.842,10 (cento e trinta e três mil, oitocentos e quarenta e dois reais e dez centavos).

Art. 2º A utilização dos recursos financeiros deverá atender as exigências legais concernentes à licitação a que estão sujeitas todas as despesas da Administração Pública.

Parágrafo Único. A documentação administrativa e fiscal deverá ser mantida em arquivo pelo período mínimo legal exigido.

Art. 3º Os recursos transferidos serão movimentados sob a fiscalização do respectivo Conselho de Saúde, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos do Sistema de Controle Interno e Externo.

Art. 4º As ações e serviços públicos de saúde a serem executadas pelos municípios deverão estar em consonância com todos os instrumentos de planejamento, (Plano Plurianual – PPA, Plano Municipal de Saúde, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Programação Anual de Saúde), assim como o demonstrativo do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, a serem apresentados aos respectivos Conselhos Municipais de Saúde, conforme os prazos previstos na Lei Complementar nº 141/2012, de 13 de Janeiro de 2012.

Art. 5º A comprovação da aplicação dos recursos transferidos será analisada com base no Relatório de Gestão. Os Municípios deverão comprovar a observância do envio do Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Art. 6º Poderá a qualquer momento a Secretaria de Estado da Saúde por meio do Controle Interno em parceria com o Fundo Estadual de Saúde, Gestor dos recursos financeiros destinados a ações e serviços públicos de saúde, fazer a verificação “in loco”. Caso haja comprovado quaisquer irregularidades estará o responsável sujeito às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992 – Agentes Públicos Improbidade Administrativa.

Art. 7º As transferências de que trata esta Resolução serão suspensas aos municípios habilitados quando:

I - Constatado pagamento de despesas alheias à área de saúde.

Art. 8º Os recursos orçamentários objeto desta Resolução correrão por conta do orçamento da Secretaria de Estado da Saúde no exercício de 2019, devendo onerar os seguintes Programas: Saúde para todo o Paraná.

I - Ação: Transferência Fundo a Fundo a Municípios – referente ao Incentivo Financeiro Estadual para a Complementação de Diárias de Leitos de Psiquiatria ofertados ao SUS.

II - Iniciativa: 4485 – Gestão na Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

III - Elemento de Despesa: CUSTEIO – 3341.4120

IV - Fonte: 100 – Tesouro do Estado

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de agosto de 2019.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

Anexo I da Resolução nº 441/2019 – SESA

COMPLEMENTAÇÃO DE DIÁRIAS DE LEITOS DE PSIQUIATRIA OFERTADOS AO SUS

IT.	CÓD. CREDOR	CNPJ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VALOR ABR/2019	VALOR MAI/2019	TOTAL
1	132263	13.792.329/0001-84	Curitiba	R\$ 137.720,70	R\$ 133.842,10	R\$ 271.562,80

77048/2019

RESOLUÇÃO nº 442/2019 – SESA

Autoriza o repasse do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde de Londrina, destinado ao Incentivo Financeiro Estadual para a Complementação de Diárias de Leitos de Psiquiatria ofertados ao SUS, para as competências de Abril, Maio e Junho de 2019.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, Gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 4º da lei nº 19.848, de 03 de maio de 2.019, a Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado e considerando:

- a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro;

- o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

- a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê “Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere”;

- que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de “captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde”, cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

- o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: “À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde”, em seu Item III – “competê buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde”;

- a Lei Complementar 101, de 04 de maio 2000 em seu Art. 25: “Para efeito desta Lei Complementar entende-se por transferências voluntárias a

entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde”;

- que o repasse fundo a fundo destinado ao SUS decorre de Transferência Legal; sendo dispensando a celebração de Convênios ou outros instrumentos jurídicos;

- a Resolução SESA nº 156/2016 e Resolução SESA nº 339/2016, que institui a complementação do valor das diárias para leitos de psiquiatria ofertados ao SUS e fixa diretrizes para adesão;

- a Resolução SESA nº 074/2019 que dispõe sobre a transferência regular e automática, na modalidade fundo a fundo, de recursos financeiros, do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde do Paraná, e implanta a Conta-Corrente única para Custeio, assim como a Conta-Corrente única para Investimento, e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o repasse financeiro no valor total de **R\$976.154,40 (novecentos e setenta e seis mil, cento e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos)**, conforme descrição abaixo e conforme **Anexo I desta Resolução**, do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde de Londrina, de forma regular e automática, na modalidade fundo a fundo, destinado ao Incentivo Financeiro Estadual para a Complementação de Diárias de Leitos de Psiquiatria ofertados ao SUS, para as competências de Abril, Maio e Junho de 2019.

- **Abril/2019** – R\$374.119,60 (trezentos e setenta e quatro mil, cento e dezenove reais e sessenta centavos);
- **Maio/2019** – R\$376.448,70 (trezentos e setenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e setenta centavos);
- **Junho/2019** – R\$325.586,10 (trezentos e vinte e cinco mil, quinhentos e oitenta e seis reais e dez centavos).

Art. 2º A utilização dos recursos financeiros deverá atender as exigências legais concernentes à licitação a que estão sujeitas todas as despesas da Administração Pública.

Parágrafo Único. A documentação administrativa e fiscal deverá ser mantida em arquivo pelo período mínimo legal exigido.

Art. 3º Os recursos transferidos serão movimentados sob a fiscalização do respectivo Conselho de Saúde, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos do Sistema de Controle Interno e Externo.

Art. 4º As ações e serviços públicos de saúde a serem executadas pelos municípios deverão estar em consonância com todos os instrumentos de planejamento, (Plano Plurianual – PPA, Plano Municipal de Saúde, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Programação Anual de Saúde), assim como o demonstrativo do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, a serem apresentados aos respectivos Conselhos Municipais de Saúde, conforme os prazos previstos na Lei Complementar nº 141/2012, de 13 de Janeiro de 2012.

Art. 5º A comprovação da aplicação dos recursos transferidos será analisada com base no Relatório de Gestão. Os Municípios deverão comprovar a observância do envio do Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuidas na Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Art. 6º Poderá a qualquer momento a Secretaria de Estado da Saúde por meio do Controle Interno em parceria com o Fundo Estadual de Saúde, Gestor dos recursos financeiros destinados a ações e serviços públicos de saúde, fazer a verificação “in loco”.

Caso haja comprovado quaisquer irregularidades estará o responsável sujeito às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992 – Agentes Públicos Improbidade Administrativa.

Art. 7º As transferências de que trata esta Resolução serão suspensas aos municípios habilitados quando:

I - Constatado pagamento de despesas alheias à área de saúde.

Art. 8º Os recursos orçamentários objeto desta Resolução correrão por conta do orçamento da Secretaria de Estado da Saúde no exercício de 2019, devendo onerar os seguintes Programas: Saúde para todo o Paraná.

I - Ação: Transferência Fundo a Fundo a Municípios – referente ao Incentivo Financeiro Estadual para a Complementação de Diárias de Leitos de Psiquiatria ofertados ao SUS.

II - Iniciativa: 4485 – Gestão na Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

III - Elemento de Despesa: CUSTEIO – 3341.4120

IV - Fonte: 100 – Tesouro do Estado

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de agosto de 2019.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

Anexo I da Resolução nº 442/2019 – SESA

COMPLEMENTAÇÃO DE DIÁRIAS DE LEITOS DE PSIQUIATRIA OFERTADOS AO SUS

IT.	CÓD. CREDOR	CNPJ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VALOR ABR/2019	VALOR MAI/2019	VALOR JUN/2019	TOTAL
1	132248	11.323.261/0001-69	Londrina	R\$ 374.119,60	R\$ 376.448,70	R\$ 325.586,10	R\$ 976.154,40

**Secretaria de Estado da
Justiça, Família e Trabalho****EDITAL N.º 025/2019 – GS/SEJUF**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 28, da Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019, regulamentada pelo Decreto nº 1.416, de 23 de maio de 2019, e considerando o disposto no Art. 21 do Decreto nº 8.466, de 01 de julho de 2013, e no Art. 7º da Resolução nº 074, de 20 de julho de 2015, bem como o teor do protocolo 15.602.454-6, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1. A CLASSIFICAÇÃO FINAL do Processo Seletivo Interno de Realocação, objeto do Edital n.º 022/2019 – GS/SEJUF, relativamente ao preenchimento de vagas conforme segue: Agente de Segurança Socioeducativo, sexo masculino, preenchimento de 14 vagas, sendo:

1.1 - 01 (uma) vaga para o Centro de Socioeducação de Curitiba:

NOME	RG	PONTOS POR TEMPO DE SERVIÇO CARGO/FUNÇÃO	PONTOS POR ASSIDUIDADE	TOTAL DE PONTOS	IDADE (critério de desempate)	UNIDADE ATUAL
FERNANDO VIANA GARCIA	13.263.772-5	50	10	60	34a2m17d	LONDRINA II

1.2 - 02 (duas) vagas para o Centro de Socioeducação de Cascavel II:

NOME	RG	PONTOS POR TEMPO DE SERVIÇO CARGO/FUNÇÃO	PONTOS POR ASSIDUIDADE	TOTAL DE PONTOS	IDADE (critério de desempate)	UNIDADE ATUAL
EVERSON DIODO DE OLIVEIRA	9.531.912-2	50	10	60	30a00m04d	SEMI LIBERDADE DE CASCATEL
TIAGO LORENZINI	8.355.078-3	49	10	59	31a07m11d	SEMI LIBERDADE DE CASCATEL
Não houve inscritos						CENSADE CASCATEL I

1.2.1 – Deverá ser observado o contido no Item 1.2 do Edital nº 022/2019 – GS/SEJUF

1.3 - 11 (onze) vagas para a Casa de Semiliberdade de Toledo:

NOME	RG	PONTOS POR TEMPO DE SERVIÇO CARGO/FUNÇÃO	PONTOS POR ASSIDUIDADE	TOTAL DE PONTOS	IDADE (critério de desempate)	UNIDADE ATUAL
ALEXON MARCELO SCHUH	5.733.785-0	155	10	165	44a06m04d	CENSADE TOLEDO

ELIO VILSON GROSKLAS S	4.410.981-6	150	10	160	50a05m17d	CENSADE TOLEDO
VALDEMIR GUEDES DA SILVA	7.860.898-6	150	0	150	37a02m04d	CENSADE TOLEDO
ALVARO CAREGNATO SALVARO	6.050.527-6	133	6	139	44a04m02d	CENSADE TOLEDO
JOHN JACKSON KARPINSKI	3.524.621-5	108	10	118	51a08m21d	CENSADE TOLEDO
VALMIR REICH	6.770.637-4	50	10	60	40a10m23d	CENSADE FOZ IGUAÇU
Não houve inscritos.						
Não houve inscritos.						
Não houve inscritos.						
Não houve inscritos.						
Não houve inscritos.						

1.3.1 – Não houve preenchimento do total de vagas abertas, por falta de inscritos, observando-se o critério estabelecido no Item 1.3 do Edital nº 022/2019 – GS/SEJUF.

2.0 - 01 (uma) vaga de Assistente Social para a Casa de Semiliberdade de Toledo:

NOME	RG	PONTOS POR TEMPO DE SERVIÇO CARGO/FUNÇÃO	PONTOS POR ASSIDUIDADE	TOTAL DE PONTOS	IDADE (critério de desempate)	UNIDADE ATUAL
ELISANGELA GONÇALVES SALVALAGIO	7.022.551-4	66	10	76	39a03m18d	CENSADE CASCATEL II

3.0 - 01 (uma) vaga para Psicólogo para a Casa de Semiliberdade de Toledo

NOME	RG	PONTOS POR TEMPO DE SERVIÇO CARGO/FUNÇÃO	PONTOS POR ASSIDUIDADE	TOTAL DE PONTOS	IDADE (critério de desempate)	UNIDADE ATUAL
Não houve inscritos.						

4.0 - 01 (uma) vaga de Técnico Administrativo para a Casa de Semiliberdade de Toledo:

NOME	RG	PONTOS POR TEMPO DE SERVIÇO CARGO/FUNÇÃO	PONTOS POR ASSIDUIDADE	TOTAL DE PONTOS	IDADE (critério de desempate)	UNIDADE ATUAL
Não houve inscritos.						

5.0 - 01 (uma) vaga para Motorista para a Casa de Semiliberdade de Toledo:

NOME	RG	PONTOS POR TEMPO DE SERVIÇO CARGO/FUNÇÃO	PONTOS POR ASSIDUIDADE	TOTAL DE PONTOS	IDADE (critério de desempate)	UNIDADE ATUAL
Não houve inscritos.						

6.0 - No tocante a inscrição de Agente de Segurança Socioeducativo, sexo masculino, o servidor TIAGO LORENZINI, RG. 8.355.078-3, resta desclassificado, uma vez que houve apenas uma oferta de vaga aos servidores, nesta função, da Casa de Semiliberdade de Cascavel para o Centro de Socioeducação de Cascavel II, Item 1.2 do Edital nº 022/2019 – GS/SEJUF.

7.0 - No tocante a inscrição de Agente de Segurança Socioeducativo, sexo masculino, o servidor ARIVALDO GERALDELI JUNIOR, RG. 7.261.719-3, resta desclassificado, uma vez que não houve oferta de vaga aos servidores, nesta função, do Centro de Socioeducação de Pato Branco para o Centro de Socioeducação de Cascavel II, Item 1.2 do Edital nº 022/2019 – GS/SEJUF.

8.0 - O servidor classificado dentro do número de vagas, que não tiver mais interesse na vaga para qual concorreu, terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da divulgação do presente Edital, para a apresentação do pedido de desistência, que deverá ser encaminhado, pelo próprio servidor requerente, ao e-mail dease@seju.dease.pr.gov.br, pelo seu expresso funcional.

9.0 - Os servidores classificados deverão aguardar em exercício na Unidade em que estiverem lotados, a publicação do ato formal de realocação, que ocorrerá no interesse da Administração.

Curitiba, 13 de agosto de 2019

Ney Leprevost Neto,
Secretário de Estado da Justiça, Família e Trabalho

77535/2019

RESOLUÇÃO nº 099/2019-SEJUF

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Anexo V da Lei Estadual nº 19.848 de 3 de maio de 2019, regulamentada pelo Decreto nº 1416 de 23 de maio de 2019, pela Resolução 039/2019-SEJUF, **RESOLVE:**

Art. 1º - DESIGNAR a servidora, Teresa Cristina Furtado Neves, RG. 8.023.399-0, para desempenhar as atividades de Agente de Controle Interno, visando atender ao disposto no Decreto nº 9.978 de 23 de janeiro de 2014, que institui a Estrutura de Controle e aprova o

Regulamento da Controladoria Geral do Estado – CGE, ficando revogada na Resolução nº 021/2019 apenas com relação à servidora Nádia da Silva Ferreira, RG. nº 10.640.974-9.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação,

Curitiba, 12 de agosto de 2019

Adayr Cabral Filho

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho

77352/2019

Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária

RESOLUÇÃO Nº 196/2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 45 da Lei Estadual 8.485, de 3 de junho 1987, combinado com o Decreto Estadual nº 5.887, de 15 de dezembro de 2005 e com Decreto Estadual nº 09, de 1º de janeiro de 2019 e, a pedido da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e conforme protocolo nº 15.957.065-7,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar, com fulcro no art. 307 da Lei 6.174/1970, Processo de Sindicância, com vistas a apurar possíveis irregularidades relativas à conduta, bem como as responsabilidades funcionais de servidores desta pasta em incidente ocorrido nas dependências desta Secretaria, conforme relatado no protocolo retromencionado.

Art. 2º. Designar os servidores Dalton Gean Perovano, RG 6.442.898-5, ocupante do cargo de Major da Polícia Militar – QOPM, como Presidente; Renan Barbosa Lopes Ferreira, RG 7.925. 849-0/PR, Delegado de Polícia – QPPC, ocupante do cargo de Chefe da Assessoria Jurídica do DEPEN, como Membro e Thaiz Fernanda Corona, RG 6.100.761-0/PR, ocupante do cargo de Delegada de Polícia/2ª Classe – QPPC, como Membro, todos da Secretaria Estadual de Segurança Pública para, sob a presidência do primeiro nomeado, comporem a Comissão Processante.

Art. 3º. O presente procedimento disciplinar deverá ser conduzido em caráter sigiloso, ser iniciado no prazo de 03 (três) dias, contados da designação dos membros da comissão e concluído em 15 (quinze) dias, a fluir da data da publicação no Diário Oficial do Estado, consoante o disposto no artigo 310, da Lei Estadual n.º 6174/1970.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de agosto de 2019.

Cel. Romulo MARINHO Soares,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

77475/2019

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 564 – GARH, DE 10 DE JULHO DE 2019.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução nº 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo nº 15.874.771-5,

RESOLVE:

Art. 1º. Realocar, a pedido e “ad referendum” do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento Penitenciário – DEPEN, a servidora Sabrina Jacomasso, RG 11.045.015-0, ocupante do cargo e função agente penitenciário, da Escola de Formação e Aperfeiçoamento Penitenciário para a Penitenciária Estadual de Ponta Grossa – Unidade de Segurança.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

77341/2019

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DO DEPEN****PORTARIA 133/2019 - SINDICÂNCIA - 15.897.003-1
15.911.293-4 / 15.912.136-5**

A CORREGEDORA GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10º, I do Regimento Interno do Departamento Penitenciário - DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de Agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016; e pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de Agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016

RESOLVE

Art. 1º Revogar a portaria nº 128/2019, publicada no Diário Oficial do Estado nº 10.497, de 12/08/2019, referente processo de sindicância, destinada a apurar a possível autoria e existência de irregularidades, descritas nos protocolos sob nº 15.911.293-4 e 15.912.136-5.

Art. 2º. Designar os servidores efetivos e estáveis SANDRA ROCHA LOURES RAMOS, RG. 5.382.927-9, ELIETI NEVES PEREIRA DE MEDINA, RG 4.719.963-8 e DIEGO MACHADO GRAF, RG. 6.175.463-6, todos ocupantes do cargo e função de Agente Penitenciário, lotados na Corregedoria do DEPEN para, sob a presidência da primeira nominada, constituírem Comissão de Sindicância destinada a apurar a existência de irregularidades e possível autoria, em tese, ocorridos na Cadeia Pública de Rio Branco do Sul, conforme protocolados nº 15.897.003-1; 15.911.293-4 e 15.912.136-5.

Art. 3º. Art. Os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018, que regulamenta adoção de webconferência, poderão ser adotados na instrução de processos e procedimentos disciplinares da Corregedoria Geral do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná.

Art. 4º O presente procedimento de Sindicância deverá ser iniciado no prazo de 03(três) dias e concluído no prazo de 15(quinze) dias com validade a partir da publicação na imprensa oficial, consoante o disposto do artigo 310, da Lei 6174/70

Art. 5º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba, 12 de agosto de 2019.

Jefferson Silva
Corregedor Geral do Departamento
Penitenciário do Paraná em exercício

77026/2019**ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS****PORTARIA Nº 639 – GARH, DE 06 DE AGOSTO DE 2019**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução nº 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a escala de trabalho do servidor Robson Schmidt de Andrade, RG 8.379.913-7, ocupante do cargo e função agente penitenciário, lotado na Colônia Penal Industrial de Maringá, que passará a compreender 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso com compensação de duas folgas mensais de 12 horas cada, em período diurno, conforme protocolado nº 15.941.879-0.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

77360/2019**ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS****PORTARIA Nº 640 – GARH, DE 08 DE AGOSTO DE 2019**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução nº 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo nº 15.935.962-0,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor Rodrigo Fontoura da Silva, RG 10.078.678-8, ocupan-

te do cargo e função agente penitenciário, para acompanhar, exclusivamente, os trabalhos referentes ao desenvolvimento e encaminhamento da proposta do Plano de Carreira, Cargos e Salário dos agentes penitenciários.

Art. 2º A autorização mencionada no Art. 1º permanecerá enquanto a proposta tramitar no âmbito da SESP, após deve retornar imediatamente às atividades junto à Casa de Custódia de São José dos Pinhais.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

77362/2019**DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
GABINETE DO DIRETOR GERAL****DECISÃO DO DIRETOR - 15.371.456-8**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ, no exercício das atribuições conferidas no artigo 4º, do Regimento Interno do DEPEN aprovado pela Resolução nº 233/2016 e Resolução nº 188/2015/SESP, aprova o Despacho nº 534/2019 exarado pela Douta Corregedora Geral do DEPEN o qual adota seus fundamentos para, considerando a Investigação Preliminar contida no protocolizado sob o nº 15.371.456-8, acolher as conclusões nele contidas, bem como DETERMINAR:

I – Pela abertura de Sindicância Disciplinar PSS, nos termos do artigo 15, da Lei Complementar nº 108/2005, em desfavor do servidor: MAURO JOSÉ FERREIRA, RG nº 5.677.700-8/PR, ocupante do cargo e função de Agente de Cadeia Pública, contratado através do Processo de Seleção Simplificada por prazo determinado, lotado à época dos fatos na Cadeia Pública de Ortigueira;
II – Restitua-se o protocolo à Corregedoria-Geral do DEPEN, para ciência desta decisão e demais providências cabíveis;
III – Registre-se e publique-se.

Curitiba, 12 de agosto de 2019.

FRANCISCO ALBERTO CARICATI
Diretor do Departamento Penitenciário

77104/2019**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - SESP
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO - DEPEN
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FOZ DO IGUAÇU II-PEF II****PORTARIA 134 / 2019 - 15.365.480-8**

O DIRETOR DA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FOZ DO IGUAÇU II/PE-FII, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Disciplinar nº 01/2015/DEPEN, Resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores José Carlos dos Santos, RG: 6.261.469-2, ocupante do cargo de Agente Penitenciário, lotado na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu II, Silvio Jose Bondezan, RG: 4.663.044-0: ocupante do cargo de Agente Penitenciário, lotado na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu II e Zuleica Santos Rodrigues Perez, RG: 5.286.767-3, ocupante do cargo de Agente de Execução-função técnica administrativa, lotada na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu II, para sobre a presidência do primeiro nominado, constituírem Comissão de Sindicância destinada a apurar a possível autoria e existência de irregularidades, em tese, descrita no protocolo 15.365.480-8.

Art. 2º O presente procedimento de Sindicância deverá ser iniciado no prazo de 03 (três) dias, e concluído no prazo de 15 (quinze) dias, com validade a partir da publicação na imprensa oficial, consoante o disposto do artigo 310, da lei 6.174/1970.

Marcos Aparecido Marques
Diretor PEF II

77113/2019**DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
GABINETE DO DIRETOR GERAL****PORTARIA 75 / 2019-PAD – 13.876.647-0**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Resolução nº 188/2015/SESP, publicada no Diário Oficial do Estado nº 9.489, de 09/07/2015; e pelo artigo 13 do Regimento Interno da Corregedoria Geral do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis, LEONARDO ANTONIO FIORIN, R.G. nº 7.012.009-7/PR, ocupante do cargo e função de Agente Penitenciário, lotado na Casa de Custódia de Piraquara - CCP, EMERSON CRISTIAN RODRIGUES, R.G. nº 10.042.560-2/PR, ocupante do cargo e função de Agente Penitenciário, lotado na Colônia Penal Agroindustrial – CPAI e MARCELO ADRIANO DA CUNHA, R.G. nº 4.907.388-7/PR, ocupante do cargo e função de

Agente Penitenciário, lotado na Casa de Custódia de Piraquara – CCP, para, sob a Presidência do primeiro nominado, constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, destinada a apurar as responsabilidades funcionais dos servidores: ADÃO JOSÉ BRUNATTO: R.G. n.º 6.376.956-8/PR, NATAEL FIRMO DE OLIVEIRA FILHO: R.G. n.º 6.376.956-8/PR e ODILSON DOS SANTOS OLIVEIRA JÚNIOR: R.G. n.º 12.416.812-1/PR, todos ocupantes do cargo e função de Agente Penitenciário, lotados à época dos fatos na Penitenciária Estadual de Piraquara – PEP I, os dois primeiros, por terem, em tese, “na data de 05 de dezembro de 2015, recebido e conferido a entrada e saída dos visitantes no quadrante do pátio de visitas, sem perceber que o preso IAGO GONÇALVES, Prontuário n.º 18.958, saiu da Unidade no lugar do irmão visitante IGOR GONÇALVES, credencial 175.380, que acabou sendo recolhido ao cubículo 20 da 5ª galeria B”, e o terceiro servidor, por ter, em tese, “aberto um dos portões, deixando um grupo de visitantes dentro do 1º quadrante, procedimento esse que dificultou e tumultuou a identificação dos visitantes masculinos”, bem como os demais fatos constantes no Protocolo sob o n.º 13.876.647-0, e se assim agiram, infringiram disposição contida no artigo 279, incs. VI e VII, da Lei Estadual n.º 6.174/1970, estando sujeito, a princípio, a uma das penalidades previstas no artigo 291 c/c o artigo 293, da referida Lei.

Art. 2º. O presente procedimento disciplinar deverá ser iniciado no prazo de 03 (três) dias, contados da data da publicação em Diário Oficial da Portaria de designação dos membros da Comissão, e concluído em 90 (noventa) dias, consoante o disposto no artigo 316, da Lei Estadual n.º 6.174/1970.

Curitiba, 09 de agosto de 2019.

FRANCISCO CARICATI
Diretor do Departamento Penitenciário

77218/2019

DIRETORIA GERAL

Portaria n.º 126/2019-PCP

O Diretor Geral da Polícia Científica do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, de acordo com os arts. 24 e 33 do anexo único do Decreto n.º 5.887, de 15 de dezembro de 2005, Decreto n.º 0021 de 02 de janeiro de 2019, e art. 316 da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1970 e Resolução n.º 164, de 04 de julho de 2016.

RESOLVE

CONCEDER DILAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 60 (SESSENTA) DIAS, à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria n.º 072/2019 - PCP, DIOE n.º 10436, 15/05/2019, protocolo sob n.º 15.304.178-4, para dar prosseguimento ao devido Processo Legal.

Publique-se.
Anot-se.

Curitiba, 12 de agosto de 2019.

Leon Grupenmacher
Diretor-Geral da Polícia Científica

77139/2019

DIRETORIA GERAL

Portaria n.º 125/2019-PCP

O Diretor Geral da Polícia Científica do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, de acordo com os arts. 24 e 33 do anexo único do Decreto n.º 5.887, de 15 de dezembro de 2005, Decreto n.º 0021 de 02 de janeiro de 2019, e art. 316 da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1970 e Resolução n.º 164, de 04 de julho de 2016.

RESOLVE

CONCEDER DILAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 30 (TRINTA) DIAS, à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria n.º 076/2019-PCP, DIOE n.º 10438, 15/05/2010, protocolo sob n.º 15.521.943-2, para dar prosseguimento ao devido Processo Legal.

Publique-se.
Anot-se.

Curitiba, 12 de agosto de 2019.

Leon Grupenmacher
Diretor-Geral da Polícia Científica

77138/2019

CONSELHO DA POLÍCIA CIENTÍFICA
DELIBERAÇÃO Nº 08/2019 – CPC

O CONSELHO DA POLÍCIA CIENTÍFICA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 50, da Constituição Estadual e o disposto no Decreto Estadual nº 8.280, de 22 de maio de 2013 e na Lei 18.008, de 07 de abril de 2014, em sessão ordinária realizada em data de 12 de março de 2019,

CONSIDERANDO o encaminhamento do Protocolo nº 15.905.020-3, para deliberação, cujo objeto consiste no pedido de licença especial imediatamente após a fruição da licença maternidade, da Perita Oficial Criminal – QPPO Silvana Patrício Oliveira Gomes, por unanimidade, os Conselheiros

RESOLVEM:

Pela anuência da concessão de licença especial, imediatamente após a fruição da licença maternidade.

Curitiba, 07 de agosto de 2019.

Leon Grupenmacher
Presidente

Moisés Alves Nunes
Secretário Geral

Márcio Borges de Macedo

Membro – Diretor IC

Aldo Pesarini
Membro Diretor IMI

Katia Aparecida Juliano

Membro Suplente do IC

André Ribeiro Langovski
Membro Titular – IML

77130/2019

CONSELHO DA POLÍCIA CIENTÍFICA
DELIBERAÇÃO Nº 09/2019 – CPC

O CONSELHO DA POLÍCIA CIENTÍFICA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 50, da Constituição Estadual e o disposto no Decreto Estadual nº 8.280, de 22 de maio de 2013 e na Lei 18.008, de 07 de abril de 2014, em sessão ordinária realizada em data de 12 de março de 2019,

CONSIDERANDO o pedido do Perito Oficial Criminal – QPPO, **Leonardo Arduíno Marano**, de remoção do Laboratório de Genética Molecular Forense para a Seção de Localística, por unanimidade, os Conselheiros

RESOLVEM:

Pela anuência do pedido de remoção.

Curitiba, 07 de agosto de 2019.

Leon Grupenmacher
Presidente

Moisés Alves Nunes
Secretário Geral

Márcio Borges de Macedo

Membro – Diretor IC

Aldo Pesarini
Membro Diretor IMI

Katia Aparecida Juliano

Membro Suplente do IC

André Ribeiro Langovski
Membro Titular – IML

77131/2019

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 15.648.159-9

I. **AUTORIZO**, nos termos do artigo 40, inciso I, alínea “j”, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e com base na Informação nº 0891/2019 – AT/SESP, a instauração de procedimento licitatório, na modalidade pregão, forma eletrônica, tipo menor preço, visando à prestação de serviços de gestão do Projeto de Eficiência Energética, previsto no Termo de Cooperação Técnica nº 4600016426/2018, para atender as necessidades do DEPEN/PR, relativamente as seguintes unidades: Penitenciária Central do Estado –PCE, Penitenciária Estadual de Piraquara –PEP e Penitenciária Estadual de Piraquara II –PEPII, no

valor total máximo de R\$105.064,00(cento e cinco mil e sessenta e quatro reais), conforme Termo de Referência (fls. 61/70), Minuta do Edital e seus Anexos (fls. 79/112).

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante.

III. **PUBLIQUE-SE.**

IV. **ENCAMINHE-SE** ao Setor de Licitações para providências.
Curitiba, 12 Agosto de 2019.

Pedro Luiz H. Stonoga – Cel.,

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Resolução nº 065/2018-SESP

77029/2019

GABINETE DO DIRETOR GERAL

Protocolo nº. 15.696.482-4

HOMOLOGO, com base no artigo 90, inciso I e parágrafo único, da Lei Estadual nº. 15.608/2007, c/c artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no Ato de Homologação 002/2019, o resultado do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, autuado sob nº. 394/2019, tipo menor preço, visando à Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender a demanda do Corpo de Bombeiros do Município de São Mateus do Sul/PR, no qual se sagrou vencedora dos Lotes 01 e 10 a empresa **VB COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI - ME**, CNPJ 72.131.402/0001-36 apresentou o valor total de R\$ 18.739,96 (Dezoito mil, setecentos e trinta e nove reais e noventa e seis centavos), dos Lotes 02, 04, 05, 06, 08, 09, a empresa **LICITA FOZ COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - ME**, CNPJ 22.540.916/0001-77 apresentou o valor total de R\$ 45.811,33 (Quarenta e cinco mil, oitocentos e onze reais e trinta e três centavos), dos Lotes 03 e 07, a empresa **ANGELA CABRAL SAKURAI EIRELI - ME**, CNPJ 07.145.916/0001-89 apresentou o valor total de R\$ 8.691,53 (Oito mil, seiscentos e noventa e um reais e cinquenta e três centavos), totalizando o processo em **R\$ 73.242,82 (Setenta e três mil, duzentos e quarenta e dois reais e oitenta e dois centavos)**.

Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade da unidade solicitante.

PUBLIQUE-SE e encaminhe-se ao Setor de Licitações para as providências legais.

Curitiba, 12 de agosto de 2019.

Pedro Luiz H. Stonoga – Cel.,

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Resolução nº 65/2018 – SESP.

77045/2019

GABINETE DO DIRETOR GERAL

Protocolo nº. 15.700.633-9

I. HOMOLOGO, com base no artigo 90, inciso I e parágrafo único, da Lei Estadual nº. 15.608/2007, c/c artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no Ato de Homologação 003/2019, o resultado do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, autuado sob nº. 311/2019, tipo menor preço, visando à Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender a demanda do Corpo de Bombeiros do Município de Prudentópolis/PR, no qual se sagrou vencedora dos Lotes 01, 02, 03, 05, 06, 07, 09 e 10 a empresa **OSMAIR RODRIGUES - ME**, CNPJ 03.517.560/0001-06 apresentou o valor total de R\$ 39.318,05 (Trinta e nove mil, trezentos e dezoito reais e cinco centavos), do Lote 04, a empresa **VVM HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA - EPP**, CNPJ 00.298.781/0001-42 apresentou o valor total de R\$ 6.248,85 (Seis mil, duzentos e quarenta e oito reais e cinco centavos), do Lote 8, a empresa **NEW COMPANY LICITAÇÕES EIRELI**, CNPJ 32.387.337/0001-90 apresentou o valor total de R\$ 1.399,97 (Um mil, trezentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos), totalizando o processo em **R\$ 46.966,87 (Quarenta e seis mil, novecentos e sessenta e seis reais e oitenta e sete centavos)**.

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade da unidade solicitante.

III. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se ao Setor de Licitações para as providências legais.

Curitiba, 09 de agosto de 2019.

Pedro Luiz H. Stonoga – Cel.,

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Resolução nº 65/2018 – SESP.

77046/2019

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 15.604.956-5

I. AUTORIZO, com fundamento no artigo 34, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e nos termos da Cota Administrativa nº 1231/2019-AT/SESP, a realização de despesa decorrente da celebração de contrato entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa **J. E. MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.666.516/0001-96, no valor de **R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais)**, visando à prestação de serviços de manutenção corretiva, com regulagem e troca de componentes, fluidos vencidos ou alterados e peças danificadas ou desgastadas, montagem e desmontagem em equipamentos odontológicos, em suprimento da demanda do Centro Odontológico da Polícia Militar do Paraná, conforme Termo de Referência (fls. 03 à 26) e Minuta do Contrato (fls. 110 à 119).

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante.

III. **PUBLIQUE-SE** e **ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 12 de agosto de 2019.

Pedro Luiz H. Stonoga – Cel.,

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

Resolução nº 65/2018 – SESP.

77189/2019

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 15.784.754-6

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 40, inciso I, alínea "j", da Lei Estadual nº. 15.608/2007, e com base na Informação nº. 0952/2019 – AT/SESP, a instauração de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, forma Eletrônica, tipo menor preço, visando a prestação do serviço de fornecimento de marmitas, objetivando atender as necessidades do 23º Batalhão da Polícia Militar – 23º BPM, no valor total máximo de **R\$ 289.195,20 (duzentos e oitenta e nove mil, cento e noventa e cinco reais e vinte centavos)**, conforme Termo de Referência de fls. 04/12 e Minuta de Edital de fls. 53/86;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante;

III. **PUBLIQUE-SE;**

IV. **ENCAMINHE-SE** ao Setor de Licitações para providências.

Curitiba, 12 de agosto de 2019.

Pedro Luiz H. Stonoga – Cel.,

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Resolução nº 065/2018-SESP

77213/2019

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 15.852.061-3

I. INDENIZO o débito decorrente do Contrato Administrativo 128/2016, em favor da sociedade empresária **CLÍNICA EVANGÉLICO LTDA**, portadora do CNPJ 02.871.701/0001-21, referente ao mês de maio de 2019, pelos serviços de hemodiálise prestados no Hospital Militar do Estado do Paraná – HMPR, sem amparo contratual, no valor total de **R\$12.530,32 (doze mil, quinhentos e trinta reais e trinta e dois centavos)**, conforme o contido no protocolo em referência e com base na Informação nº 0954/2019-AT/SESP, no artigo 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no art. 6º, parágrafo único, da Lei Estadual nº 19.848/2019, c/c o art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016.

II. Em razão do reconhecimento da despesa sem o correspondente contrato, o órgão interessado deverá adotar as medidas para apurar eventual responsabilidade funcional sobre a causa, na conformidade do que dispõe o art. 306 da Lei Estadual nº 6174/1970 ou legislação estatutária correspondente.

III. **PUBLIQUE-SE.**

IV. **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 12 de agosto de 2019.

Pedro Luiz H. Stonoga – Cel.,

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Resolução nº 65/2018 – SESP.

77196/2019

GABINETE DO DIRETOR-GERAL**Protocolo nº. 15.915.245-6**

I. **INDENIZO** o débito decorrente da prestação de serviços de impressão e reprografia feita pela empresa **INTERATIVA SOLUÇÕES EM IMPRESSÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.095.582/0001-50, em prol do Departamento Penitenciário - DEPEN, correspondente ao mês de dezembro de 2018, cujo valor totaliza **R\$667,71 (seiscentos e sessenta e sete reais e setenta e um centavos)**, conforme o contido no protocolo supracitado e com base na Informação nº 0923/2019-AT/SESP, no artigo 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no art. 45 da Lei Estadual nº 19848/c o art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, informando ainda a necessidade de apuração da responsabilidade a quem deu causa ao processo indenizatório por ausência de instrumento contratual vigente, por parte da unidade de origem.

II. PUBLIQUE-SE.

III. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 12 de agosto de 2019.

Pedro Luiz H. Stonoga – Cel.,

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública

Resolução nº 65/2018-SESP

77221/2019

GABINETE DO DIRETOR GERAL**Protocolo nº. 15.673.846-8**

I. **HOMOLOGO**, com base no artigo 90, inciso I e parágrafo único, da Lei Estadual nº. 15.608/2007, c/c artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no Ato de Homologação 075/2019, o resultado do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, autuado sob nº. 278/2019, tipo menor preço, visando à Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender as necessidades da 2ª Companhia do 3º Batalhão da Polícia Militar na Cidade de Palmas - Paraná, no qual se sagrou vencedora dos **Lotes 01, 03, 06 e 07** a empresa **LICITA FOZ COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI - ME, CNPJ 22.540.916/0001-77** apresentou o valor total de R\$ 44.445,00 (Quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais), do **Lote 02**, a empresa **VB COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, CNPJ 72.131.402/0001-36** apresentou o valor total de R\$ 21.290,00 (Vinte e um mil, duzentos e noventa reais), dos **Lotes 04, 05 e 08**, a empresa **FLORES E PERETTI LTDA - ME, CNPJ 97.329.825/0001-96** apresentou o valor total de R\$ 12.796,40 (Doze mil, setecentos e noventa e seis reais e quarenta centavos), totalizando o processo em **R\$ 78.531,40 (Setenta e oito mil, quinhentos e trinta e um reais e quarenta centavos)**.

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade da unidade solicitante.

III. PUBLIQUE-SE e encaminhe-se ao Setor de Licitações para as providências legais.

Curitiba, 13 de agosto de 2019.

Pedro Luiz H. Stonoga – Cel.,

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Resolução nº 65/2018 – SESP.

77355/2019

GABINETE DO DIRETOR GERAL**Protocolo nº. 15.762.412-1**

I. **HOMOLOGO**, com base no artigo 90, inciso I e parágrafo único, da Lei Estadual nº. 15.608/2007, c/c artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no Ato de Homologação 074/2019, o resultado do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, autuado sob nº. 351/2019, tipo menor preço, visando à Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender as necessidades do 1º Batalhão de Polícia Militar e 4º Comando Regional de Polícia Militar na Cidade de Ponta Grossa - Paraná, no qual se sagrou vencedora dos **Lotes 01, 02, 07, 08, 10 e 11** a empresa **NEW COMPANY LICITAÇÕES EIRELI - EPP, CNPJ 32.387.337/0001-90** apresentou o valor total de R\$ 284.134,13 (Duzentos e oitenta e quatro mil, cento e trinta e quatro reais e treze centavos), dos **Lotes 03 e 04**, a empresa **ELISABETE STARKE MESSIAS EIRELI - ME, CNPJ 15.212.142/0001-90** apresentou o valor total de R\$ 89.185,24 (Oitenta e nove mil, cento e oitenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), dos **Lotes 05 e 06**, a empresa **VVV HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA - EPP, CNPJ 00.298.781/0001-42** apresentou o valor total de R\$ 90.799,75 (Noventa mil, setecentos e

noventa e nove reais e setenta e cinco centavos), dos **Lotes 09, 12 e 13**, a empresa **LE COMERCIAL DE ALIMENTOS EIRELI, CNPJ 12.350.742/0001-26** apresentou o valor total de R\$ 43.828,70 (Quarenta e três mil, oitocentos e vinte e oito reais e setenta centavos), totalizando o processo em **R\$ 507.947,82 (Quinhentos e sete mil, novecentos e quarenta e sete reais e oitenta e dois centavos)**.

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade da unidade solicitante.

III. PUBLIQUE-SE e encaminhe-se ao Setor de Licitações para as providências legais.

Curitiba, 13 de agosto de 2019.

Pedro Luiz H. Stonoga – Cel.

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Resolução nº 65/2018 – SESP.

77406/2019

GABINETE DO DIRETOR-GERAL**Protocolo nº 15.909.262-3**

I. **AUTORIZO**, nos termos do artigo 40, inciso I, alínea "j", da Lei Estadual nº 15.608/2007, e com base na Informação nº 0950/2019 – AT/SESP, a instauração de procedimento licitatório, na modalidade pregão, forma eletrônica, tipo menor preço, visando à aquisição de gêneros alimentícios (pão francês), pelo período de 12 (doze) meses, para atender às necessidades do 3º Batalhão de Polícia Militar de Pato Branco e o 21º Batalhão de Polícia Militar de Francisco Beltrão, no valor total máximo de **R\$25.936,12 (vinte e cinco mil, novecentos e trinta e seis reais e doze centavos)**, conforme Termo de Referência (fls. 15/21), Minuta do Edital e seus Anexos (fls. 29/61).

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade da titular da unidade solicitante.

III. PUBLIQUE-SE.

IV. ENCAMINHE-SE ao Setor de Licitações para providências.

Curitiba, 13 de agosto de 2019.

Pedro Luiz H. Stonoga – Cel.

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Resolução nº 065/2018-SESP

77436/2019

GABINETE DO SECRETÁRIO**Protocolo nº. 15.919.251-2**

I. **AUTORIZO**, nos termos do Decreto nº 8.561 de 20 de dezembro de 2017 que alterou o parágrafo 7º, do art. 1º do Decreto nº 4.189, nos termos da Cota Administrativa nº 1230/2019 – AT/SESP, a realização do Termo de Convênio entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP, por intermédio do Instituto de Identificação do Estado do Paraná – IIPR, e o Município de São João do Ivaí – PR, tendo por objeto a implantação do Posto de Atendimento Totalmente Informatizado – PATI 2, visando a prestação de serviços públicos de identificação civil com posterior expedição de carteiras de identidade, bem como a expedição de atestado se demais certidões à população;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE, no prazo legal;

IV. ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 13 de agosto de 2019,

Cel. Romulo MARINHO Soares,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

77248/2019

GABINETE DO SECRETÁRIO**Protocolo nº. 15.751.458-0**

I. **AUTORIZO**, nos termos do Decreto nº 8.561 de 20 de dezembro de 2017 que alterou o parágrafo 7º, do art. 1º do Decreto nº 4.189, nos termos da Cota Administrativa nº 1243/2019 – AT/SESP, a realização do Termo de Convênio entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP,

por intermédio do Instituto de Identificação do Estado do Paraná – IIPR, e o Município de Guairatã-PR, visando prestação de serviços públicos de identificação civil com posterior expedição de carteiras de identidade, bem como a expedição de atestados e demais certidões à população;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE, no prazo legal;

IV. ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 13 de agosto de 2019,

Cel. Romulo MARINHO Soares,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

77421/2019

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº. 15.808.856-8

I. AUTORIZO, nos termos do Decreto nº 8.561 de 20 de dezembro de 2017 que alterou o parágrafo 7º. do art. 1º do Decreto nº 4.189, nos termos da Cota Administrativa nº 1229/2019 – AT/SESP, a realização do Termo de Convênio entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP, por intermédio do Instituto de Identificação do Estado do Paraná – IIPR, e o Município de Roncador – PR, tendo por objeto a implantação do Posto de Atendimento Totalmente Informatizado – PATI 2, visando a prestação de serviços públicos de identificação civil com posterior expedição de carteiras de identidade, bem como a expedição de atestados e demais certidões à população;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE, no prazo legal;

IV. ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 13 de agosto de 2019,

Cel. Romulo MARINHO Soares,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

77432/2019

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº. 15.810.754-6

I. AUTORIZO, nos termos do Decreto nº 8.561 de 20 de dezembro de 2017 que alterou o parágrafo 7º. do art. 1º do Decreto nº 4.189, nos termos da Cota Administrativa nº 1228/2019 – AT/SESP, a realização do Termo de Convênio entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP, por intermédio do Instituto de Identificação do Estado do Paraná – IIPR, e o Município de Mato Rico – PR, tendo por objeto a implantação do Posto de Atendimento Totalmente Informatizado – PATI 2, visando a prestação de serviços públicos de identificação civil com posterior expedição de carteiras de identidade, bem como a expedição de atestados e demais certidões à população;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE, no prazo legal;

IV. ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 13 de agosto de 2019,

Cel. Romulo MARINHO Soares,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

77444/2019

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº. 15.819.302-7

I. AUTORIZO, nos termos do Decreto nº 8.561 de 20 de dezembro de 2017 que alterou o parágrafo 7º. do art. 1º do Decreto nº 4.189, nos termos da Cota Administrativa nº 1246/2019 – AT/SESP, a realização do Termo de Convênio entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP, por intermédio do Instituto de Identificação do Estado do Paraná – IIPR, e o Município de Pérola-PR, visando a prestação de serviços públicos de identificação civil com posterior expedição de carteiras de identidade, bem como a expedição de atestados e demais certidões à população;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE, no prazo legal;

IV. ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 13 de agosto de 2019,

Cel. Romulo MARINHO Soares,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

77450/2019

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº. 15.893.860-0

I. AUTORIZO, nos termos do Decreto nº 8.561 de 20 de dezembro de 2017 que alterou o parágrafo 7º. do art. 1º do Decreto nº 4.189, nos termos da Cota Administrativa nº 1244/2019 – AT/SESP, a realização do Termo de Convênio entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP, por intermédio do Instituto de Identificação do Estado do Paraná – IIPR, e o Município de Diamante do Norte-PR, visando a prestação de serviços públicos de identificação civil com posterior expedição de carteiras de identidade, bem como a expedição de atestados e demais certidões à população;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE, no prazo legal;

IV. ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 13 de agosto de 2019,

Cel. Romulo MARINHO Soares,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

77464/2019

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº. 15.929.337-8

I. AUTORIZO, nos termos do Decreto nº 8.561 de 20 de dezembro de 2017 que alterou o parágrafo 7º. do art. 1º do Decreto nº 4.189, nos termos da Cota Administrativa nº 1227/2019 – AT/SESP, a realização do Termo de Convênio entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP, por intermédio do Instituto de Identificação do Estado do Paraná – IIPR, e o Município de Mariluz – PR, tendo por objeto a implantação do Posto de Atendimento Totalmente Informatizado – PATI 2, visando a prestação de serviços públicos de identificação civil com posterior expedição de carteiras de identidade, bem como a expedição de atestados e de mais certidões à população;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE, no prazo legal;

IV. ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 13 de agosto de 2019,

Cel. Romulo MARINHO Soares,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

77511/2019

Departamento da Polícia Civil - DPC

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 24/2019

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ART. 18 DO REGIMENTO INTERNO DO COLEGIADO – DELIBERAÇÃO 593/2006 – DETERMINA, PARA FINS DE CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE SEJA AFIxada, NESTA DATA, NO EDITAL DO CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL E PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, A PRESENTE PAUTA DO JULGAMENTO A SER REALIZADO EM DATA DE **26 DE AGOSTO DE 2019**, COM INÍCIO ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DESTE CONSELHO, CONSOANTE RELAÇÃO ABAIXO:

PROT. 1098/2007/CPC – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

ACUSADO: EDENILSON CEZAR DE OLIVEIRA, Investigador de Polícia.

ADVOGADO – DR. FERNANDO JOSE CURI STABEN.

RELATOR – DR. MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA.

PROT. 1051/2017/CPC – SINDICÂNCIA.

ACUSADO: MARCIO OSNI KAROLAK, Investigador de Polícia.

ADVOGADO – DR. ANDRE LUIS ROMERO DE SOUZA.

RELATOR – DR. BRUNO ASSONI.

Curitiba, 13 de agosto de 2019.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

77281/2019

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL

ATA Nº 24/2019

Às quatorze horas do dia cinco de agosto do ano de dois mil e dezenove, na Sala "Doutor Levy Lima Lopes", deste Conselho, realizou-se a vigésima quarta sessão ordinária, sob a presidência do Dr. Silvio Jacob Rockembach, presentes os Conselheiros Dr. Riad Braga Farhat, Dr. Marcelo Lemos de Oliveira, Dra. Maritza Maira Haisi, Dr. Renato Coelho de Jesus, Dra. Márcia Tavares dos Santos, Dr. Lanevilton Theodoro Moreira, Dr. Alexandre Macorin de Lima e Dr. Bruno Assoni, bem como o Dr. Antonio Aparecido Felício, Assessor Jurídico do Departamento da Polícia Civil e o Dr. Valmir Soccio, Secretário Geral do Conselho. O Senhor Presidente rogando a proteção de Deus, para que o Colegiado possa julgar com sabedoria e justiça, declarou aberta a sessão, anunciando a Pauta de Julgamento nº 22, previamente afixada em Edital existente no Conselho no dia 25.07.2019, para conhecimento dos interessados, e publicada no Diário Oficial nº 10488 de 30.07.2019 de acordo com o disposto no artigo 18 do Regimento Interno do Conselho da Polícia Civil do Estado do Paraná aprovado pela Deliberação 593/2006, na seguinte ordem: **JULGAMENTOS: PROT. Ref 422/2013/CPC – SINDICÂNCIA DE ESTÁGIO PROBATÓRIO. SINDICADO: ESTER DIAS DE MOURA, Investigadora de Polícia. ADVOGADO – DRA. ANDREA ARRUDA VAZ. RELATOR – DR. BRUNO ASSONI.** Ausente a sindicada, presente sua nova defensora, Drª. Maritza Evelin Godoi. Dada a palavra ao Conselheiro Dr. Bruno Assoni, que fez apresentação do seu relatório e assim proferiu o seu voto: "Ante todo o exposto, voto pelo arquivamento da presente sindicância, por entender que a sindicada Ester Dias de Moura era inimputável na época em que os fatos descritos na Portaria inaugural foram praticados e, por consequência, que não descumpriu os requisitos do estágio probatório, em especial o da idoneidade moral, previsto no artigo 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 14/1982, não constituindo tais fatos, portanto, óbice para a confirmação da servidora no cargo efetivo de Investigador de Polícia, para o qual foi nomeada, com o posterior encaminhamento de cópias das peças necessárias à Comissão de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório – CADEP/DPC, para conhecimento e adoção das providências pertinentes ao caso em apreço. Considerando as circunstâncias em que os fatos ocorreram, bem como que foram motivados pelas condições de saúde mental da servidora, proponho que seja determinado ao GARH/DPC que submeta a sindicada a avaliações psicológicas periódicas (pelo menos 01 vez por ano), perante o Centro de Psicologia Jurídica e Atendimento Multiprofissional – CPJAM, a fim de que seja verificado se a sindicada mantém condições plenas para exercer suas atividades profissionais e, principalmente, se está apta para fazer uso de arma de fogo. Em que pese o disposto no artigo 91, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa nº 01/2016, da Corregedoria Geral da Polícia Civil, deixo de atribuir pontuação aos Delegados de Polícia que compuseram a Comissão de Sindicância, bem como aos Escrivães de Polícia que secretariaram o feito, em razão do relatório final da Sindicância ter sido elaborado antes da data de publicação da mencionada Instrução Normativa, nos termos da Deliberação nº 867/2016, deste Egrégio Conselho da Polícia Civil.". Após proferido o voto, foi dada a palavra à nova defensora da sindicada, que se absteve de proferir sustentação oral, protestando pela confirmação do voto proferido. A seguir, foi a matéria colocada em discussão, por primeiro a questão preliminar suscitada, e em seguida à discussão de mérito, oportunidade em que a Conselheira Drª. Márcia Tavares dos Santos suscitou questão quanto à possibilidade de declaração de estabilidade de servidor que apresenta problemas de ordem psíquica e psiquiátrica, e instalou divergência para propor a conversão dos autos em diligência, vez que não se apurou nos presentes autos o requisito da eficiência, também necessário à avaliação para a confirmação da servidora no cargo policial que ocupa. Colocada a matéria em votação, decidiu o Colegiado: I – por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pela rejeição das questões preliminares suscitadas pela defesa em sede de alegações finais; II – por maioria de votos, vencido o voto proferido pelo Conselheiro Relator, pela conversão do julgamento em diligências, e o retorno dos autos à Corregedoria Geral da Polícia Civil para aditamento à Portaria inaugural e bem assim à citação inicial, para ali se incluir o requisito previsto no artigo 37, § 1º, inciso V, da Lei Complementar nº 14/1982 e alterações, devendo, no curso do procedimento, ser a servidora submetida a novo exame para avaliação da sua condição mental para o exercício pleno da função policial. **PROT. Ref 783/2017/CPC – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ACUSADO: VALTER DE ALMEIDA, Escrivão de Polícia. ADVOGADO – DR. CLEVERSON GIOVANNI BERTOTTI. RELATOR – DR. MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA.** Ausentes o acusado e seu defensor. Dada a palavra ao Conselheiro Dr. Marcelo Lemos de Oliveira, que fez a apresentação do seu relatório e assim proferiu o seu voto: "Em razão do exposto e tudo o mais que consta nos autos, voto: a) pela proposta de absolvição, das transgressões administrativas do art. 213, incisos XV e XXII e art. 230, incisos VI e XII, todas do EPC, atribuídas ao acusado Valter de Almeida; b) pela proposta de condenação do servidor Valter de Almeida, RG nº 3.641.813-3/PR, Escrivão de Polícia, 4ª Classe, por ter sido cabalmente comprovado que o referido policial civil praticou as transgressões disciplinares previstas no art. 213, incisos XXX e XXXIV, da LC 14/82. Considerando as circunstâncias constantes nos autos, notadamente, que nos 25 (vinte e cinco) fatos, os procedimentos policiais permaneceram paralisados em prazo de até 08 (oito) anos,

e balizando-me pelos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, voto pela aplicação da penalidade de suspensão de 60 (sessenta) dias ao escrivão de polícia Valter de Almeida, com a consequente perda de cinquenta por cento da remuneração e demais consectários, nos termos do art. 227, do Estatuto da Polícia Civil". Após proferido o voto e verificada a ausência do defensor do acusado para sustentação oral, foi a matéria colocada em discussão, e após discutida, colocada em votação, sendo decidido, I – por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pela absolvição do acusado das transgressões definidas no artigo 213, inciso XV, por não restarem demonstradas a autoria e materialidade da infração, e pela absolvição do acusado em relação às transgressões descritas no artigo 230, incisos VI e XII, da Lei Complementar nº 14/1982 e alterações posteriores, por não estarem devidamente demonstradas as infrações aos referidos tipos transgressoriais; II – por maioria de votos, aprovando a divergência instalada pelo Conselheiro Dr. Lanevilton Theodoro Moreira, pela aplicação da penalidade de 90 (noventa) dias de suspensão ao acusado Valter de Almeida, Escrivão de Polícia, por infringir o disposto nos incisos XXX e XXXIV do artigo 213 da mesma Lei Complementar nº 14/1982 e alterações posteriores, vencido o voto proferido pelo Conselheiro Relator, no que foi acompanhado pelos votos dos Conselheiros Dr. Bruno Assoni e Dra. Maritza Maira Haisi; III – pelo encaminhamento de cópia da Deliberação ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para o imediato cumprimento da penalidade imposta ao servidor, nos termos do artigo 265, também da referida Lei Complementar. Com relação à pontuação prevista na Instrução Normativa nº 01/2016, da Corregedoria Geral da Polícia Civil, decidiu-se pela atribuição de 0,50 (cinquenta centésimos) de ponto à Autoridade Processante, Dr. Carlos Gabriel Gordo Stecca, e de 0,50 (cinquenta centésimos) de ponto ao Escrivão Jayme Cesar Miquelanti, que secretariou o feito, conforme proposição apresentada em apartado pelo Conselheiro Relator. **PROT. Ref 480/2015/CPC – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ACUSADO: REINALDO DE CRISTO, Investigador de Polícia. ADVOGADO – DR. NICHOLAS THOMAS PEREIRA DA SILVA. RELATOR – DR. RIAD BRAGA FARHAT.** Presentes o acusado e seu defensor. Dada a palavra ao Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat, que fez apresentação do seu relatório e assim proferiu o seu voto: "Antes da análise do mérito, necessário a apreciação da questão prejudicial ao julgamento que foi arguida pelo patrono do acusado em sede de alegações finais. Sustenta o defensor constituído do acusado incompetência material uma vez que o exercício do poder disciplinar exercido pela Administração Pública deve se restringir à apuração de eventuais faltas cometidas por seus agentes somente no exercício de sua função, concluindo que a competência da apuração dos fatos constantes nestes autos é do Poder Judiciário. Não merece ser acolhida a pretensão!... Vencida a preliminar proposta pela defesa, passo a analisar o mérito.... Assim, diante de tudo o que consta neste autos e em conformidade com o relatório da Autoridade Processante, o qual adoto integralmente para decidir, voto pela rejeição da preliminar suscitada pela defesa e, no mérito, pela absolvição do acusado Reinaldo Christo da transgressão disciplinar que lhe foi atribuída, nos termos do artigo 223, parágrafo único, do Estatuto da Polícia Civil c/c art. 386, incisos II e VI, por existir circunstância que exclua a infração administrativa (ofensa física) e por não haver prova da existência de fato transgressional (ameaça)". Após proferido o voto, foi dada a palavra ao defensor do acusado que, em sustentação oral teceu breves comentários sobre a medida protetiva concedida para a sua então esposa, que foi mantida a pedido do próprio acusado, e informou que na esfera criminal sobre os mesmos fatos, o representante do Ministério Público requereu o arquivamento dos autos por ausência de justa causa e pela falta de interesse de agir, para por fim protestar pela confirmação do voto proferido pelo Conselheiro Relator. A seguir, foi a matéria colocada em discussão, e após discutida, colocada em votação, sendo decidido, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pela rejeição da questão prejudicial suscitada pela defesa, aos fundamentos do voto proferido pelo Relator; II – pela absolvição do acusado Reinaldo de Cristo, Investigador de Polícia, ante a existência de circunstância que exclui a infração administrativa, com relação à ofensa física contra terceira pessoa, e pela inexistência de prova da ocorrência do fato transgressional relacionado à ameaça; III – pelo arquivamento dos autos de Processo Disciplinar em referência. **PROCEDIMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO: Prot. 328/2019/CPC – Relação de Procedimentos Disciplinares e Expedientes a serem sorteados.** Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pela distribuição dos seguintes procedimentos: 01 – 093/2019CPC – Sindicância de Estágio Probatório (02 volumes) em desfavor de EZEQUIAS BARBOSA CAVALCANTI FILHO, Delegado de Polícia; Sendo sorteado o Conselheiro Dr. Bruno Assoni. 02 – 789/2018/CPC - Processo Administrativo Disciplinar (02 volumes) em desfavor de EZEQUIAS BARBOSA CAVALCANTI FILHO, Delegado de Polícia; Sendo sorteado o Conselheiro Dr. Bruno Assoni. 03 – 617/2018/CPC - Processo Administrativo Disciplinar (02 volumes 01 apenso) em desfavor de EZEQUIAS BARBOSA CAVALCANTI FILHO, Delegado de Polícia; Sendo sorteado o Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat. 04 – 320/2014/CPC - Processo Administrativo Disciplinar (02 volumes 01 apenso) em desfavor de JOSE PAULO, Investigador de Polícia; Sendo sorteada a Conselheira Drª. Maritza Maira Haisi. 05 – 189/2014/CPC - Processo Administrativo Disciplinar (01 volume 01 apenso) em desfavor de JOSE PAULO, Investigador de Polícia; Sendo sorteado o Conselheiro Dr. Alexandre Macorin de Lima. 06 – 092/2019/CPC - Sindicância de Estágio Probatório (02 volumes) em desfavor de EZEQUIAS BARBOSA CAVALCANTI FILHO, Delegado de Polícia; Sendo sorteado o Conselheiro Dr. Renato Coelho de Jesus. 07 – 714/2018/CPC - Processo Administrativo Disciplinar (01 volume) em

desfavor de ED CARLO AVILA, Investigador de Polícia; Sendo sorteada a Conselheira Dra. Márcia Tavares dos Santos. 08 – 1141/2016/CPC – Processo Administrativo Disciplinar (03 volumes) em desfavor de AROLD BENEDITO SERPE RIBAS, Investigador de Polícia; Sendo sorteado o Conselheiro Dr. Marcelo Lemos de Oliveira. 09 – 807/2011/CPC – Processo Administrativo Disciplinar (01 volume) em desfavor de CLAUDIA REGINA OZOGOWSKI, Escrivã de Polícia (Desarquivado pela Deliberação 537/2019); Sendo sorteado o Conselheiro Dr. Lanevilton Theodoro Moreira. 10 – 1362/2007/CPC – Processo Administrativo Disciplinar (01 volume) em desfavor de LUIZ BASÍLIO COSTA, Investigador de Polícia (Desarquivado pela Deliberação 538/2019); Sendo sorteado o Conselheiro Dr. Lanevilton Theodoro Moreira. 11 – Prot. 817/11/CPC – Investigação Preliminar (01 volume 01 apenso) para apurar fatos envolvendo CLAUDIA REGINA OZOGOWSKI, Escrivã de Polícia (Desarquivado pela Deliberação 536/2019); Sendo sorteado o Conselheiro Dr. Marcelo Lemos de Oliveira. 12 – 1245/09/CPC – Processo Administrativo Disciplinar (01 volume 01 apenso 11 anexos) instaurado em desfavor do servidor CLÁUDIO ALVES FERREIRA, JOÃO MILCIADES AVALOS CARDOZO e MOISES VICENTIN ELIAS, Investigadores de Polícia (Desarquivado pela Deliberação 539/2019); Sendo sorteada a Conselheira Drª. Maritza Maira Haisi. 13 – 098/12/CPC – Processo Administrativo Disciplinar (03 volumes 02 anexos) instaurado em desfavor dos servidores CARLINDO ANTONIO POSSER, SERGIO BRANT DA COSTA RIBEIRO FILHO e DALTON LUIZ VIEIRA JUNIOR, Investigadores de Polícia (Desarquivado pela Deliberação 540/2019); Sendo sorteada a Conselheira Dra. Márcia Tavares dos Santos. 14 – 527/2011/CPC – Processo Administrativo Disciplinar (06 volumes 01 apenso) instaurado em desfavor de MICHEL DA SILVA DOIMO (absolvido) e DANIEL LUIZ PENA Investigadores de Polícia (Desarquivado pela Deliberação 527/2019); Sendo sorteado o Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat. 15 – 1219/2011/CPC – Sindicância (01 volume) instaurado em desfavor de DANIEL LUIZ PENA Investigador de Polícia (Desarquivado pela Deliberação 527/2019, Proposta de Exoneração). Sendo sorteado o Conselheiro Dr. Renato Coelho de Jesus. **Encerrada distribuição de procedimentos**, o Senhor Presidente solicitou ao Secretário para que procedesse à leitura da ata da sessão anterior de nº 23/2019, a qual foi dispensada pelos Conselheiros, por ter sido previamente encaminhada através do Expresso Mail, sendo que na sequência foi aprovada por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros. Em seguida, passou-se à apreciação dos expedientes constantes da Pauta, na seguinte ordem: **PROCEDIMENTOS: Prot. 180/2019/CPC** – Investigação Preliminar nº 113/2019-CD/CGPC instaurada para apuração de fatos envolvendo o servidor Luiz Carlos Pacheco, Delegado de Polícia. Expediente já apreciado pelo Colegiado conforme Deliberação nº 308/2019. Com cópia de despacho do Excelentíssimo Delegado Geral, referente ao protocolo nº 15.686.098-0 e anexos, em que acolhe as justificativas unicamente para fins disciplinares, no que se refere a eventual abandono de cargo, e restitui estes autos de Investigação Preliminar ao Egrégio Conselho para deliberação quanto a outras providências acaso cabíveis. Anexada Mensagem Eletrônica, da Corregedoria Geral da Polícia Civil, comunicando sobre a instauração de Investigação Preliminar nº 231/219 – CD, para apuração das circunstâncias em que se deu o extravio do Processo Disciplinar e do Inquérito Policial referidos no protocolado. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, à vista da informação prestada pela Corregedoria Geral da Polícia Civil, pelo arquivamento destes autos, no que se refere às faltas ao serviço anotadas ao servidor, conforme disposto no artigo 5º e parágrafos da Instrução Normativa nº 01/1996. **PERMUTAS, DESIGNAÇÕES E REMOÇÕES: Prot. 326/2019/CPC** – Ofício e proposição verbal, com solicitação de movimentação de servidores, Considerando que o artigo 275, § 1º, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil) estabelece que “o servidor policial civil poderá ser designado para qualquer município, observada, sempre que possível, a correspondência da classe funcional com a classificação da unidade policial”; Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da Administração e da conveniência do serviço; Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pela movimentação dos seguintes servidores: REMOVER o servidor GUSTAVO SILVA ARAÚJO, Investigador de Polícia, da Delegacia de Furtos e Roubos, da Divisão de Crimes contra o Patrimônio, para prestar serviços administrativos na 1ª Delegacia Regional de Polícia de São José dos Pinhais, da Divisão de Polícia Metropolitana, em razão da escassez de servidores que acomete a Unidade Policial de São José dos Pinhais, acolhendo manifestações da Delegacia de Furtos e Roubos e do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos, bem como despacho do Senhor Delegado Geral Adjunto, como constantes das peças que compõem o Protocolo Digital nº 15.920.990-3. REMOVER a pedido a servidora CÉLIA REGINA SIQUEIRA DE LIMA, Investigadora de Polícia, do Centro de Triagem/DIC, para a 8ª DRP de Guaratuba, conforme proposição verbal apresentada pelo Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat, como peças constantes do Protocolo Digital nº 15.928.320-8. **OFÍCIOS E OUTROS EXPEDIENTES: Prot. 318/19/CPC** – Protocolo Digital 15.925.418-6 – Ofício nº 136/2019 – Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório. Encaminha Relatório Final nº 627/19 de avaliação do servidor WALDERNEY CESAR BRITO, Investigador de Polícia, que completou o período de três anos exigidos pela legislação que regula a matéria e reúne condição de

ser declarado estável. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, nos termos do artigo 126, § 3º, da Lei Complementar nº 14/82 e alterações posteriores, e do artigo 7º do Decreto nº 3303, de 07 de julho de 2004, pela declaração de estabilidade do servidor WALDERNEY CESAR BRITO, no cargo de Investigador de Polícia. **DIVERSOS: Prot. 320/2019/CPC** – Protocolo Digital 15.930.438-8 – Projeto de Curso nº 38/2019 da Escola Superior de Polícia Civil – “II Curso de Operações Feminino – COFEM II”. Com Despacho do Diretor da Escola Superior de Polícia Civil ao Colegiado para apreciação e deliberação. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pelo encaminhamento do protocolado ao Gabinete do Senhor Delegado Geral, para apreciação. **REQUERIMENTOS: Protocolo Digital 15.771.064-8** – JUSCELINO APARECIDO BAYER, Investigador de Polícia aposentado, solicita sua credencial funcional de Inativo, com interesse em conservar porte de arma particular, nos termos do Decreto nº 8.135/2017 e conforme o disposto no artigo 73, incisos VI e VII da Lei Complementar nº 14/82. Com informações do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Instituto de Identificação, Corregedoria Geral da Polícia Civil e Divisão de Infraestrutura. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pelo deferimento do pedido, com a recomendação de que o requerente deverá manter sempre atualizado o comprovante de aptidão psicológica para a manutenção do porte de arma; II – pelo encaminhamento do protocolado ao Instituto de Identificação, para as providências pertinentes. **Protocolo Digital 15.823.197-2** – SEBASTIÃO APARECIDO DE ALMEIDA, Escrivão de Polícia aposentado, solicita sua credencial funcional de Inativo, com interesse em conservar porte de arma particular, nos termos do Decreto nº 8.135/2017 e conforme o disposto no artigo 73, incisos VI e VII da Lei Complementar nº 14/82. Com informações do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Instituto de Identificação, Corregedoria Geral da Polícia Civil e Divisão de Infraestrutura. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pelo deferimento do pedido, com a recomendação de que o requerente deverá manter sempre atualizado o comprovante de aptidão psicológica para a manutenção do porte de arma; II – pelo encaminhamento do protocolado ao Instituto de Identificação, para as providências pertinentes. **Protocolo Digital 15.809.111-9** – ALZIRO FESTI, Investigador de Polícia aposentado, solicita sua credencial funcional de Inativo, com interesse em conservar porte de arma particular, nos termos do Decreto nº 8.135/2017 e conforme o disposto no artigo 73, incisos VI e VII da Lei Complementar nº 14/82. Com informações do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Instituto de Identificação, Corregedoria Geral da Polícia Civil e Divisão de Infraestrutura. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pelo deferimento do pedido, com a recomendação de que o requerente deverá manter sempre atualizado o comprovante de aptidão psicológica para a manutenção do porte de arma; II – pelo encaminhamento do protocolado ao Instituto de Identificação, para as providências pertinentes. **Protocolo Digital 15.879.970-7** – JERRY MARCOS ROMANO DA SILVA, Investigador de Polícia aposentado, solicita sua credencial funcional de Inativo, com interesse em conservar porte de arma particular, nos termos do Decreto nº 8.135/2017 e conforme o disposto no artigo 73, incisos VI e VII da Lei Complementar nº 14/82. Com informações do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Instituto de Identificação, Corregedoria Geral da Polícia Civil e Divisão de Infraestrutura. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pelo deferimento do pedido, com a recomendação de que o requerente deverá manter sempre atualizado o comprovante de aptidão psicológica para a manutenção do porte de arma; II – pelo encaminhamento do protocolado ao Instituto de Identificação, para as providências pertinentes. **Protocolo Digital 15.879.978-2** – SANDRO BISS, Investigador de Polícia aposentado, solicita sua credencial funcional de Inativo, com interesse em conservar porte de arma particular, nos termos do Decreto nº 8.135/2017 e conforme o disposto no artigo 73, incisos VI e VII da Lei Complementar nº 14/82. Com informações do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Instituto de Identificação, Corregedoria Geral da Polícia Civil e Divisão de Infraestrutura. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pelo deferimento do pedido, com a recomendação de que o requerente deverá manter sempre atualizado o comprovante de aptidão psicológica para a manutenção do porte de arma; II – pelo encaminhamento do protocolado ao Instituto de Identificação, para as providências pertinentes. **Protocolo Digital 15.879.487-4** – ANDRÉ LUIS MAROCHI DA COSTA, Escrivão de Polícia aposentado, solicita sua credencial funcional de Inativo, com interesse em conservar porte de arma particular, nos termos do Decreto nº 8.135/2017 e conforme o disposto no artigo 73, incisos VI e VII da Lei Complementar nº 14/82. Com informações do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Instituto de Identificação, Corregedoria Geral da Polícia Civil e Divisão de Infraestrutura. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pelo deferimento do pedido, com a recomendação de que o requerente deverá manter sempre atualizado o comprovante de aptidão psicológica para a manutenção do porte de arma; II – pelo encaminhamento do protocolado ao Instituto de Identificação, para as providências pertinentes. **Protocolo Digital 15.809.246-8** – MÁRIO DO PILAR BARBOSA CAPELLI, Escrivão de Polícia aposentado, solicita sua credencial funcional de Inativo, com interesse em conservar porte de arma particular, nos termos do Decreto nº 8.135/2017 e

conforme o disposto no artigo 73, incisos VI e VII da Lei Complementar nº 14/82. Com informações do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Instituto de Identificação, Corregedoria Geral da Polícia Civil e Divisão de Infraestrutura. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pela restituição do protocolado à Secretaria do Conselho da Polícia Civil, para que o Requerente informe, circunstanciadamente, sobre o alegado descarte da carteira em couro tipo porta-documentos, patrimônio do Estado. **EXTRA PAUTA: Prot. 323/2019/CPC** - Protocolo Digital 15.942.477-4 - Projeto de Curso nº 37/2019 da Escola Superior de Polícia Civil - "Curso de Capacitação no uso Legal de Arma de Fogo Destinada ao Quadro Próprio dos Peritos Oficiais (QPPO)". Com Despacho do Diretor da Escola Superior de Polícia Civil ao Colegiado para apreciação e deliberação. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pela restituição do protocolado à Escola Superior de Polícia Civil, para comprovação da capacitação específica do corpo docente relacionada à disciplina a ser ministrada, devendo tais dados integrarem todos os Projetos de Cursos elaborados por aquela Instituição de Ensino. **Protocolo Digital 15.758.905-9** - GERMANO DE ALENCAR ARARIPE FAÇANHA, Investigador de Polícia lotado na 10ª SDP de Londrina, solicita a restituição da arma carga e conjunto documental, em virtude de estar no pleno exercício das funções desde o dia 12/02/2019, conforme informação prestada pelo Grupo Auxiliar de Recursos Humanos. Com informação do Instituto de Identificação, da Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, do Centro de Psicologia Jurídica e Atendimento Multiprofissional, do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos e da Corregedoria Geral da Polícia Civil. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pelo deferimento do pedido; II - pelo encaminhamento do protocolado ao Instituto de Identificação e à Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, para as providências pertinentes. **Protocolo Digital 15.856.084-4** - LUIS FERNANDO VIANA ARTIGAS, Delegado de Polícia aposentado, solicita sua credencial funcional de Inativo, com interesse em conservar porte de arma particular, nos termos do Decreto nº 8.135/2017 e conforme o disposto no artigo 73, incisos VI e VII da Lei Complementar nº 14/82. Com informações do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Instituto de Identificação, Corregedoria Geral da Polícia Civil e Divisão de Infraestrutura. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pelo deferimento do pedido, com a recomendação de que o requerente deverá manter sempre atualizado o comprovante de aptidão psicológica para a manutenção do porte de arma; II - pelo encaminhamento do protocolado ao Instituto de Identificação, para as providências pertinentes. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente Ata, que vai devidamente assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Conselheiros, pelo Assessor Jurídico do Departamento da Polícia Civil e pelo Secretário Geral do Conselho.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - MÁRCIA TAVARES DOS SANTOS 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7 - ALEXANDRE MACORIN DE LIMA 8 - BRUNO ASSONI
ANTONIO APARECIDO FELÍCIO VALMIR SOCCIO
Assessor Jurídico Secretário Geral

77320/2019

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 571/2019

O CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar

n.º 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando na sessão de julgamento relatório e voto do Conselheiro Relator, Dr. Bruno Assoni, nos Autos de Sindicância de Estágio Probatório **Prot. Ref. 422/2013/CPC** (Prot. CD nº 241/2013), Sindicada: Ester Dias de Moura, Investigadora de Polícia; Advogada: Dra. Andrea Arruda Vaz; ausente a sindicada e presente sua nova defensora, Dra. Maritza Evelin Godoi; em sessão ordinária realizada em data de cinco de agosto do ano corrente,

DELIBEROU

I - por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pela rejeição das questões preliminares suscitadas pela defesa em sede de alegações finais;

II - por maioria de votos, vencido o voto proferido pelo Conselheiro Relator, pela conversão do julgamento em diligências, e o retorno dos autos à Corregedoria Geral da Polícia Civil para aditamento à Portaria inaugural e bem assim à citação inicial, para ali se incluir o requisito previsto no artigo 37, § 1º, inciso V, da Lei Complementar nº 14/1982 e alterações, devendo, no curso do procedimento, ser a servidora submetida a novo exame para avaliação da sua condição física e mental para o exercício pleno da função policial.

CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, em 05 de agosto de 2019.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - MÁRCIA TAVARES DOS SANTOS 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7 - ALEXANDRE MACORIN DE LIMA 8 - BRUNO ASSONI

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 572/2019

O CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando na sessão de julgamento relatório e voto Conselheiro Relator, Dr. Marcelo Lemos de Oliveira, nos Autos de Processo Administrativo Disciplinar **Prot. Ref. 783/2017/CPC** (Prot. CD nº 558/2016), Acusado: Valter de Almeida, Escrivão de Polícia; Advogado: Dr. Cleverson Giovanni Bertotti; ausente o acusado e seu defensor; em sessão ordinária realizada em cinco de agosto do ano corrente,

DELIBEROU

I - por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pela absolvição do acusado das transgressões definidas no artigo 213, inciso XV, por não restarem demonstradas a autoria e materialidade da infração, e pela absolvição do acusado em relação às transgressões descritas no artigo 230, incisos VI e XII, da Lei Complementar nº 14/1982 e alterações posteriores, por não estarem devidamente demonstradas as infrações aos referidos tipos transgressoriais;

II - por maioria de votos, aprovando a divergência instalada pelo Conselheiro Dr. Lanevilton Theodoro Moreira, pela aplicação da penalidade de 90 (noventa) dias de suspensão ao acusado Valter de Almeida, Escrivão de Polícia, por infringir o disposto nos incisos XXX e XXXIV do artigo 213 da mesma Lei Complementar nº 14/1982 e alterações posteriores, vencido o voto proferido pelo Conselheiro Relator, no que foi acompanhado pelos votos dos Conselheiros Dr. Bruno Assoni e Dra. Maritza Maira Haissi;

III - pelo encaminhamento de cópia da Deliberação ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para o imediato cumprimento da penalidade imposta ao servidor, nos termos do artigo 265, também da referida Lei Complementar.

CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, em 05 de agosto de 2019.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - MÁRCIA TAVARES DOS SANTOS 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7 - ALEXANDRE MACORIN DE LIMA 8 - BRUNO ASSONI

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL**

DELIBERAÇÃO Nº 573/2019

O CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando na sessão de julgamento relatório e voto Conselheiro Relator, Dr. Riad Braga Farhat, nos Autos de Processo Administrativo Disciplinar **Prot. Ref. 480/2015/CPC** (Prot. CD nº 421/2015), Acusado: Reinaldo de Christo, Investigador de Polícia; Advogado: Dr. Nicholas Thomas Pereira da Silva; presente o acusado e seu defensor; em sessão ordinária realizada em cinco de agosto do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I – pela rejeição da questão prejudicial suscitada pela defesa, aos fundamentos do voto proferido pelo Relator;

II – pela absolvição do acusado Reinaldo de Christo, Investigador de Polícia, ante a existência de circunstância que exclui a infração administrativa, com relação à ofensa física contra terceira pessoa, e pela inexistência de prova da ocorrência do fato transgressional relacionado à ameaça;

III – pelo arquivamento dos autos de Processo Disciplinar em referência.

CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, em 05 de agosto de 2019.

**SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente**

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - MÁRCIA TAVARES DOS SANTOS 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7 - ALEXANDRE MACORIN DE LIMA 8 - BRUNO ASSONI

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL**

DELIBERAÇÃO Nº 574/2019

O CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o **Prot. 328/2019/CPC** – Relação de Procedimentos Disciplinares e Expedientes a serem sorteados; em sessão ordinária realizada em cinco de agosto do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pela distribuição dos seguintes procedimentos:

01 – 093/2019/CPC – Sindicância de Estágio Probatório (02 volumes) em desfavor de EZEQUIAS BARBOSA CAVALCANTI FILHO, Delegado de Polícia; sendo sorteado o Conselheiro Dr. Bruno Assoni.

02 – 789/2018/CPC – Processo Administrativo Disciplinar (02 volumes) em desfavor de EZEQUIAS BARBOSA CAVALCANTI FILHO, Delegado de Polícia; sendo sorteado o Conselheiro Dr. Bruno Assoni.

03 – 617/2018/CPC – Processo Administrativo Disciplinar (02 volumes 01 apenso) em desfavor de EZEQUIAS BARBOSA CAVALCANTI FILHO, Delegado de Polícia; Sendo sorteado o Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat.

04 – 320/2014/CPC – Processo Administrativo Disciplinar (02 volumes 01 apenso) em desfavor de JOSE PAULO, Investigador de Polícia; sendo sorteada a Conselheira Drª. Maritza Maira Haisi.

05 – 189/2014/CPC – Processo Administrativo Disciplinar (01 volume 01 apenso) em desfavor de JOSE PAULO, Investigador de

Polícia; sendo sorteado o Conselheiro Dr. Alexandre Macorin de Lima.

06 – 092/2019/CPC – Sindicância de Estágio Probatório (02 volumes) em desfavor de EZEQUIAS BARBOSA CAVALCANTI FILHO, Delegado de Polícia; sendo sorteado o Conselheiro Dr. Renato Coelho de Jesus.

07 – 714/2018/CPC – Processo Administrativo Disciplinar (01 volume) em desfavor de ED CARLO AVILA, Investigador de Polícia; sendo sorteada a Conselheira Drª. Márcia Tavares dos Santos.

08 – 1141/2016/CPC – Processo Administrativo Disciplinar (03 volumes) em desfavor de AROLDI BENEDITO SERPE RIBAS, Investigador de Polícia; sendo sorteado o Conselheiro Dr. Marcelo Lemos de Oliveira.

09 – 807/2011/CPC – Processo Administrativo Disciplinar (01 volume) em desfavor de CLAUDIA REGINA OZOGOWSKI, Escrivã de Polícia (Desarquivado pela Deliberação 537/2019); sendo sorteado o Conselheiro Dr. Lanevilton Theodoro Moreira.

10 – 1362/2007/CPC – Processo Administrativo Disciplinar (01 volume) em desfavor de LUIZ BASÍLIO COSTA, Investigador de Polícia (Desarquivado pela Deliberação 538/2019); sendo sorteado o Conselheiro Dr. Lanevilton Theodoro Moreira.

11 – Prot. 817/11/CPC – Investigação Preliminar (01 volume 01 apenso) para apurar fatos envolvendo CLAUDIA REGINA OZOGOWSKI, Escrivã de Polícia (Desarquivado pela Deliberação 536/2019); sendo sorteado o Conselheiro Dr. Marcelo Lemos de Oliveira.

12 – 1245/09/CPC – Processo Administrativo Disciplinar (01 volume 01 apenso 11 anexos) instaurado em desfavor do servidor CLÁUDIO ALVES FERREIRA, JOÃO MILCIADES AVALOS CARDOZO e MOISES VICENTIN ELIAS, Investigadores de Polícia (Desarquivado pela Deliberação 539/2019); sendo sorteada a Conselheira Drª. Maritza Maira Haisi.

13 – 098/12/CPC – Processo Administrativo Disciplinar (03 volumes 02 anexos) instaurado em desfavor dos servidores CARLINDO ANTONIO POSSER, SERGIO BRANT DA COSTA RIBEIRO FILHO e DALTON LUIZ VIEIRA JUNIOR, Investigadores de Polícia (Desarquivado pela Deliberação 540/2019); Sendo sorteada a Conselheira Drª. Márcia Tavares dos Santos.

14 – 527/2011/CPC – Processo Administrativo Disciplinar (06 volumes 01 apenso) instaurado em desfavor de MICHEL DA SILVA DOIMO(absolvido) E DANIEL LUIZ PENA Investigadores de Polícia (Desarquivado pela Deliberação 527/2019); sendo sorteado o Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat.

15 – 1219/2011/CPC – Sindicância(01 volume) instaurado em desfavor de DANIEL LUIZ PENA Investigador de Polícia (Desarquivado pela Deliberação 527/2019); sendo sorteado o Conselheiro Dr. Alexandre Macorin de Lima.

16 – 725/2011/CPC – Sindicância de Estágio Probatório (01 volume 05 anexos) instaurado em desfavor de DANIEL LUIZ PENA Investigador de Polícia (Desarquivado pela Deliberação 527/2019, Proposta de Exoneração); sendo sorteado o Conselheiro Dr. Renato Coelho de Jesus.

CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, em 05 de agosto de 2019.

**SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente**

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - MÁRCIA TAVARES DOS SANTOS 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7 - ALEXANDRE MACORIN DE LIMA 8 - BRUNO ASSONI

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL**

DELIBERAÇÃO Nº 575/2019

O CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o **Prot. 180/2019/CPC** – Investigação Preliminar nº 113/2019-CD/CGPC instaurada para apuração de fatos envolvendo o servidor Luiz Carlos Pacheco, Delegado de Polícia. Expediente já apreciado pelo Colegiado conforme Deliberação nº 308/2019. Com cópia de despacho do Excelentíssimo Delegado Geral, referente ao protocolo nº 15.686.098-0 e anexos, em que acolhe as justificativas unicamente para fins disciplinares, no que se refere a eventual abandono de cargo, e restitui estes autos de Investigação Preliminar ao Egrégio Conselho para deliberação quanto a outras providências acaso cabíveis. Anexada Mensagem Eletrônica, da

Corregedoria Geral da Polícia Civil, comunicando sobre a instauração de Investigação Preliminar nº 231/219 – CD, para apuração das circunstâncias em que se deu o extravio do Processo Disciplinar e do Inquérito Policial referidos no protocolo; em sessão ordinária realizada em cinco de agosto do ano corrente,

DELIBEROU

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, à vista da informação prestada pela Corregedoria Geral da Polícia Civil, pelo arquivamento destes autos, no que se refere às faltas ao serviço anotadas ao servidor, conforme disposto no artigo 5º e parágrafos da Instrução Normativa nº 01/1996.

CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, em 05 de agosto de 2019.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - MÁRCIA TAVARES DOS SANTOS 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7 - ALEXANDRE MACORIN DE LIMA 8 - BRUNO ASSONI

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 576/2019

O CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o **Prot. 326/2019/CPC** – Ofício e proposição verbal, com solicitação de movimentação de servidores, Considerando que o artigo 275, § 1º, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil) estabelece que “o servidor policial civil poderá ser designado para qualquer município, observada, sempre que possível, a correspondência da classe funcional com a classificação da unidade policial”; Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da Administração e da conveniência do serviço; em sessão ordinária realizada em cinco de agosto do ano corrente,

DELIBEROU

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pela movimentação dos seguintes servidores:

REMOVER o servidor GUSTAVO SILVA ARAÚJO, Investigador de Polícia, da Delegacia de Furtos e Roubos, da Divisão de Crimes contra o Patrimônio, para prestar serviços administrativos na 1ª Delegacia Regional de Polícia de São José dos Pinhais, da Divisão de Polícia Metropolitana, em razão da escassez de servidores que acomete a Unidade Policial de São José dos Pinhais, acolhendo manifestações da Delegacia de Furtos e Roubos e do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos, bem como despacho do Senhor Delegado Geral Adjunto, como constantes das peças que compõem o Protocolo Digital nº 15.920.990-3.

REMOVER a pedido a servidora CÉLIA REGINA SIQUEIRA DE LIMA, Investigadora de Polícia, do Centro de Triagem/DIC, para a 8ª DRP de Guaratuba, conforme proposição verbal apresentada pelo Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat, como peças constantes do Protocolo Digital nº 15.928.320-8.

CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, em 05 de agosto de 2019.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - MÁRCIA TAVARES DOS SANTOS 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7 - ALEXANDRE MACORIN DE LIMA 8 - BRUNO ASSONI

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 577/2019

O CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o **Prot. 318/19/CPC** – Protocolo Digital 15.925.418-6 – Ofício nº 136/2019 – Comissão de Avaliação Especial de

Desempenho em Estágio Probatório. Encaminha Relatório Final nº 627/19 de avaliação do servidor WALDERNEY CESAR BRITO, Investigador de Polícia, que completou o período de três anos exigidos pela legislação que regula a matéria e reúne condição de ser declarado estável; em sessão ordinária realizada em sete de agosto do ano corrente,

DELIBEROU

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, nos termos do artigo 126, § 3º, da Lei Complementar nº 14/82 e alterações posteriores, e do artigo 7º do Decreto nº 3303, de 07 de julho de 2004, pela declaração de estabilidade do servidor WALDERNEY CESAR BRITO, no cargo de Investigador de Polícia.

CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, em 05 de agosto de 2019.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - MÁRCIA TAVARES DOS SANTOS 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7 - ALEXANDRE MACORIN DE LIMA 8 - BRUNO ASSONI

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 578/2019

O CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o **Prot. 320/2019/CPC** – Protocolo Digital 15.930.438-8 – Projeto de Curso nº 38/2019 da Escola Superior de Polícia Civil – “II Curso de Operações Feminino – COFEM II”. Com Despacho do Diretor da Escola Superior de Polícia Civil ao Colegiado para apreciação e deliberação; em sessão ordinária realizada em cinco de agosto do ano corrente,

DELIBEROU

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pelo encaminhamento do protocolo ao Gabinete do Senhor Delegado Geral, para apreciação.

CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, em 05 de agosto de 2019.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - MÁRCIA TAVARES DOS SANTOS 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7 - ALEXANDRE MACORIN DE LIMA 8 - BRUNO ASSONI

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 579/2019

O CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o **Protocolo Digital 15.771.064-8** – JUSCELINO APARECIDO BAYER, Investigador de Polícia aposentado, solicita sua credencial funcional de Inativo, com interesse em conservar porte de arma particular, nos termos do Decreto nº 8.135/2017 e conforme o disposto no artigo 73, incisos VI e VII da Lei Complementar nº 14/82. Com informações do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Instituto de Identificação, Corregedoria Geral da Polícia Civil e Divisão de Infraestrutura; em sessão ordinária realizada em cinco de agosto do ano corrente,

DELIBEROU

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I – pelo deferimento do pedido, com a recomendação de que o requerente deverá manter sempre atualizado o comprovante de aptidão psicológica para a manutenção do porte de arma;

II – pelo encaminhamento do protocolo ao Instituto de Identificação, para as providências pertinentes.

CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, em 05 de agosto de 2019.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - MÁRCIA TAVARES DOS SANTOS 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7 - ALEXANDRE MACORIN DE LIMA 8 - BRUNO ASSONI

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 580/2019

O CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar n.º 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o **Protocolo Digital 15.823.197-2** – SEBASTIÃO APARECIDO DE ALMEIDA, Escrivão de Polícia aposentado, solicita sua credencial funcional de Inativo, com interesse em conservar porte de arma particular, nos termos do Decreto nº 8.135/2017 e conforme o disposto no artigo 73, incisos VI e VII da Lei Complementar nº 14/82. Com informações do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Instituto de Identificação, Corregedoria Geral da Polícia Civil e Divisão de Infraestrutura; em sessão ordinária realizada em cinco de agosto do ano corrente,

DELIBEROU

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I – pelo deferimento do pedido, com a recomendação de que o requerente deverá manter sempre atualizado o comprovante de aptidão psicológica para a manutenção do porte de arma;

II – pelo encaminhamento do protocolado ao Instituto de Identificação, para as providências pertinentes.

CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, em 05 de agosto de 2019.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - MÁRCIA TAVARES DOS SANTOS 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7 - ALEXANDRE MACORIN DE LIMA 8 - BRUNO ASSONI

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 581/2019

O CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar n.º 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o **Protocolo Digital 15.809.111-9** – ALZIRO FESTI, Investigador de Polícia aposentado, solicita sua credencial funcional de Inativo, com interesse em conservar porte de arma particular, nos termos do Decreto nº 8.135/2017 e conforme o disposto no artigo 73, incisos VI e VII da Lei Complementar nº 14/82. Com informações do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Instituto de Identificação, Corregedoria Geral da Polícia Civil e Divisão de Infraestrutura; em sessão ordinária realizada em cinco de agosto do ano corrente,

DELIBEROU

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I – pelo deferimento do pedido, com a recomendação de que o requerente deverá manter sempre atualizado o comprovante de aptidão psicológica para a manutenção do porte de arma;

II – pelo encaminhamento do protocolado ao Instituto de Identificação, para as providências pertinentes.

CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, em 05 de agosto de 2019.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - MÁRCIA TAVARES DOS SANTOS 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7 - ALEXANDRE MACORIN DE LIMA 8 - BRUNO ASSONI

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 582/2019

O CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar n.º 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o **Protocolo Digital 15.879.970-7** – JERRY MARCOS ROMANO DA SILVA, Investigador de Polícia aposentado, solicita sua credencial funcional de Inativo, com interesse em conservar porte de arma particular, nos termos do Decreto nº 8.135/2017 e conforme o disposto no artigo 73, incisos VI e VII da Lei Complementar nº 14/82. Com informações do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Instituto de Identificação, Corregedoria Geral da Polícia Civil e Divisão de Infraestrutura; em sessão ordinária realizada em cinco de agosto do ano corrente,

DELIBEROU

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I – pelo deferimento do pedido, com a recomendação de que o requerente deverá manter sempre atualizado o comprovante de aptidão psicológica para a manutenção do porte de arma;

II – pelo encaminhamento do protocolado ao Instituto de Identificação, para as providências pertinentes.

CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, em 05 de agosto de 2019.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - MÁRCIA TAVARES DOS SANTOS 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7 - ALEXANDRE MACORIN DE LIMA 8 - BRUNO ASSONI

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 583/2019

O CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar n.º 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o **Protocolo Digital 15.879.978-2** – SANDRO BISS, Investigador de Polícia aposentado, solicita sua credencial funcional de Inativo, com interesse em conservar porte de arma particular, nos termos do Decreto nº 8.135/2017 e conforme o disposto no artigo 73, incisos VI e VII da Lei Complementar nº 14/82. Com informações do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Instituto de Identificação, Corregedoria Geral da Polícia Civil e Divisão de Infraestrutura; em sessão ordinária realizada em cinco de agosto do ano corrente,

DELIBEROU

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I – pelo deferimento do pedido, com a recomendação de que o requerente deverá manter sempre atualizado o comprovante de aptidão psicológica para a manutenção do porte de arma;

II – pelo encaminhamento do protocolado ao Instituto de Identificação, para as providências pertinentes.

CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, em 05 de agosto de 2019.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS

5 – MÁRCIA TAVARES DOS SANTOS
THEODORO MOREIRA

6 - LANEVILTON

7 - ALEXANDRE MACORIN DE LIMA

8 - BRUNO ASSONI

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL****DELIBERAÇÃO Nº 584/2019**

O CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o **Protocolo Digital 15.879.487-4** – ANDRÉ LUIS MAROCHI DA COSTA, Escrivão de Polícia aposentado, solicita sua credencial funcional de Inativo, com interesse em conservar porte de arma particular, nos termos do Decreto nº 8.135/2017 e conforme o disposto no artigo 73, incisos VI e VII da Lei Complementar nº 14/82. Com informações do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Instituto de Identificação, Corregedoria Geral da Polícia Civil e Divisão de Infraestrutura; em sessão ordinária realizada em cinco de agosto do ano corrente,

DELIBEROU

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I – pelo deferimento do pedido, com a recomendação de que o requerente deverá manter sempre atualizado o comprovante de aptidão psicológica para a manutenção do porte de arma;

II – pelo encaminhamento do protocolado ao Instituto de Identificação, para as providências pertinentes.

CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, em 05 de agosto de 2019.

**SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente**

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA

3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS

5 – MÁRCIA TAVARES DOS SANTOS 6 - LANEVILTON
THEODORO MOREIRA

7 - ALEXANDRE MACORIN DE LIMA 8 - BRUNO ASSONI

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL****DELIBERAÇÃO Nº 585/2019**

O CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o **Protocolo Digital 15.809.246-8** – MÁRIO DO PILAR BARBOSA CAPELLI, Escrivão de Polícia aposentado, solicita sua credencial funcional de Inativo, com interesse em conservar porte de arma particular, nos termos do Decreto nº 8.135/2017 e conforme o disposto no artigo 73, incisos VI e VII da Lei Complementar nº 14/82. Com informações do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Instituto de Identificação, Corregedoria Geral da Polícia Civil e Divisão de Infraestrutura; em sessão ordinária realizada em cinco de agosto do ano corrente,

DELIBEROU

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pela restituição do protocolado à Secretaria do Conselho da Polícia Civil, para que o Requerente informe, circunstanciadamente, sobre o alegado descarte da carteira em couro tipo porta-documentos, patrimônio do Estado.

CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, em 05 de agosto de 2019.

**SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente**

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA

3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS

5 – MÁRCIA TAVARES DOS SANTOS 6 - LANEVILTON
THEODORO MOREIRA

7 - ALEXANDRE MACORIN DE LIMA 8 - BRUNO ASSONI

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL****DELIBERAÇÃO Nº 586/2019**

O CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o **Prot. 323/2019/CPC** - Protocolo Digital 15.942.477-4 - Projeto de Curso nº 37/2019 da Escola Superior de Polícia Civil – "Curso de Capacitação no uso Legal de Arma de Fogo Destinada ao Quadro Próprio dos Peritos Oficiais (QPPO)". Com Despacho do Diretor da Escola Superior de Polícia Civil ao Colegiado para apreciação e deliberação; em sessão ordinária realizada em cinco de agosto do ano corrente,

DELIBEROU

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pela restituição do protocolado à Escola Superior de Polícia Civil, para comprovação da capacitação específica do corpo docente relacionada à disciplina a ser ministrada, devendo tais dados integrarem todos os Projetos de Cursos elaborados por aquela Instituição de Ensino.

CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, em 05 de agosto de 2019.

**SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente**

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA

3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS

5 – MÁRCIA TAVARES DOS SANTOS 6 - LANEVILTON
THEODORO MOREIRA

7 - ALEXANDRE MACORIN DE LIMA 8 - BRUNO ASSONI

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL****DELIBERAÇÃO Nº 587/2019**

O CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o **Protocolo Digital 15.758.905-9** – GERMANO DE ALENCAR ARARIPE FAÇANHA, Investigador de Polícia lotado na 10ª SDP de Londrina, solicita a restituição da arma carga e conjunto documental, em virtude de estar no pleno exercício das funções desde o dia 12/02/2019, conforme informação prestada pelo Grupo Auxiliar de Recursos Humanos. Com informação do Instituto de Identificação, da Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, do Centro de Psicologia Jurídica e Atendimento Multiprofissional, do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos e da Corregedoria Geral da Polícia Civil; em sessão ordinária realizada em cinco de agosto do ano corrente,

DELIBEROU

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I – pelo deferimento do pedido;

II – pelo encaminhamento do protocolado ao Instituto de Identificação e à Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, para as providências pertinentes.

CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, em 05 de agosto de 2019.

**SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente**

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA

3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS

5 – MÁRCIA TAVARES DOS SANTOS 6 - LANEVILTON
THEODORO MOREIRA

7 - ALEXANDRE MACORIN DE LIMA 8 - BRUNO ASSONI

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL****DELIBERAÇÃO Nº 588/2019**

O CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando o **Protocolo Digital 15.856.084-4** – LUIS FERNANDO

VIANA ARTIGAS, Delegado de Polícia aposentado, solicita sua credencial funcional de Inativo, com interesse em conservar porte de arma particular, nos termos do Decreto nº 8.135/2017 e conforme o disposto no artigo 73, incisos VI e VII da Lei Complementar nº 14/82. Com informações do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Instituto de Identificação, Corregedoria Geral da Polícia Civil e Divisão de Infraestrutura; em sessão ordinária realizada em cinco de agosto do ano corrente,

DELIBEROU

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I – pelo deferimento do pedido, com a recomendação de que o requerente deverá manter sempre atualizado o comprovante de aptidão psicológica para a manutenção do porte de arma;

II – pelo encaminhamento do protocolado ao Instituto de Identificação, para as providências pertinentes.

CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, em 05 de agosto de 2019.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

- | | |
|-------------------------------|---------------------------------|
| 1 - RIAD BRAGA FARHAT | 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA |
| 3 - MARITZA MAIRA HAISI | 4 - RENATO COELHO DE JESUS |
| 5 - MÁRCIA TAVARES DOS SANTOS | 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA |
| 7 - ALEXANDRE MACORIN DE LIMA | 8 - BRUNO ASSONI |

77318/2019

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 605/2019

O CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, apreciando Ref. Prot. 215/2019/CPC – Protocolo Digital 15.961.181-7 - Ofício nº 16/2019 do Setor da Comissão de Promoções – Encaminha a 1ª Edição da Lista de Servidores Aptos à Promoção, para apreciação, em sessão ordinária realizada em data de doze de agosto do corrente ano,

DELIBEROU

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I – pela publicação da lista dos servidores aptos constantes do ANEXO, no Diário Oficial do Estado, nos termos do artigo 26 do Decreto nº 1770/2003, bem como divulgação através do sítio eletrônico da Polícia Civil na Internet, em “serviços restritos”;

II – por estabelecer o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do dia subsequente ao da publicação no DIOE, para interposição de recursos, inclusive impugnações, conforme artigo 30 do Decreto nº 1770/2003;

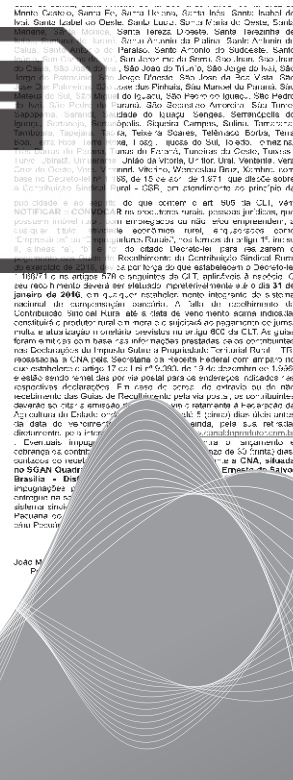
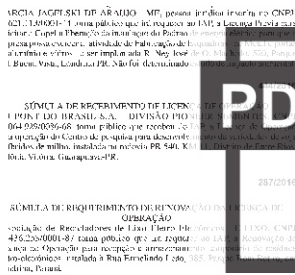
III – os recursos deverão ser apresentados por meio eletrônico, até as 23h59min do último dia do prazo indicado no item antecedente, através do Sistema ePROTOCOLO (local: DPC/CONSELHO – CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL), ou via e-mail institucional do **recorrente**, em formato **PDF** (destinatário: conselho.secretaria@pc.pr.gov.br);

IV – Não serão aceitos recursos administrativos por meio físico, via postal, via fax, ou ainda, fora do prazo.

CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL, em 12 de agosto de 2019.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

- | | |
|-------------------------------|---------------------------------|
| 1 - RIAD BRAGA FARHAT | 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA |
| 3 - MARITZA MAIRA HAISI | 4 - RENATO COELHO DE JESUS |
| 5 - MÁRCIA TAVARES DOS SANTOS | 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA |
| 7 - ALEXANDRE MACORIN DE LIMA | 8 - BRUNO ASSONI |



ENVE SUA PUBLICAÇÃO EM FORMATO PDF

Arquivos neste formato possuem uma melhor compactação.

São preservadas todas as formatações aplicadas ao texto.

Garantia de integridade, pois impede qualquer tipo de alteração no arquivo original.

www.imprensaoficial.pr.gov.br



COMISSÃO DE PROMOÇÕES DOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS POLICIAIS CIVIS												
ALMANAQUE DA POLÍCIA CIVIL												
LISTA DE AGENTE EM OPERAÇÕES POLICIAIS A PROMOÇÃO DA 3ª para 2ª CLASSE												
NOME	RG.	TEMPO NA CLASSE	TEMPO NO CARGO	TEMPO NA POLÍCIA	TEMPO NO ESTADO	PONTO CLASSE	PONTO CARGO	PONTO POLÍCIA	BMER.	CURSOS	TOTAL	D.N.
Não existem funcionários nessa sessão.												

COMISSÃO DE PROMOÇÕES DOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS POLICIAIS CIVIS ALMANAQUE DA POLÍCIA CIVIL LISTA DE AGENTE EM OPERAÇÕES POLICIAIS A PROMOÇÃO DA 4ª para 3ª CLASSE												
NOME	RG.	TEMPO NA CLASSE	TEMPO NO CARGO	TEMPO NA POLÍCIA	TEMPO NO ESTADO	PONTO CLASSE	PONTO CARGO	PONTO POLÍCIA	BMER.	CURSOS	TOTAL	D.N.
Não existem funcionários nessa sessão.												

Curitiba, 12 de Agosto de 2019

JORGE AZÔR PINTO
Presidente

MARCO ANTONIO LAGANA
1º Membro

BENEDITO GONÇALVES NETO
2º Membro

COMISSÃO DE PROMOÇÕES DOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS POLICIAIS CIVIS

ALMANAQUE DA POLÍCIA CIVIL

LISTA DE DELEGADO DE POLÍCIA A PROMOÇÃO DA 2ª para 1ª CLASSE

NOME	RG.	TEMPO NA CLASSE	TEMPO NO CARGO	TEMPO NA POLÍCIA	TEMPO NO ESTADO	PONTO CLASSE	PONTO CARGO	PONTO POLÍCIA	BMER.	CURSOS	TOTAL	D.N.
VANESSA ALICE	1997630-0	26/08/2009	02/04/1997	25/03/1997	25/03/1997	3	3	3	4.00	9.95	22.95	01/01/1962
LAERCIO CARDOSO FAHUR	3265325-1	01/09/2009	13/06/1994	13/06/1994	25/02/1982	3	3	3	4.00	16.25	29.25	05/07/1961
DANILO CESTO	3372850-6	02/10/2009	22/01/1993	30/10/1987	30/10/1987	3	3	3	4.00	17.45	30.45	09/02/1965
LANEVILTON THEODORO MOREIRA	4113272-8	16/12/2009	20/08/1994	13/06/1994	13/06/1994	3	3	3	4.00	13.75	26.75	11/08/1970
PAULO RENATO CALDAS DE ARAUJO	3080538-0	17/12/2009	29/01/1993	19/01/1993	19/01/1993	3	3	3	4.00	5.75	18.75	14/08/1961
JAIME DA SILVA LUZ	6998265-4	24/06/2010	30/08/1995	28/08/1995	28/08/1995	3	3	3	4.00	5.75	18.75	20/04/1965
DAVID RICARDO DE ANDRADE	1640059-9	30/12/2010	05/02/1993	19/01/1993	19/01/1993	3	3	3	4.00	9.00	22.00	26/07/1966
MARIO SERGIO BRADOCK ZACHESKI	1144923-9	30/12/2010	17/06/1994	13/06/1994	13/06/1994	3	3	3	4.00	3.50	16.50	22/06/1953
FLAVIO ERNESTO GAYA ZANIN	7017373-5	30/12/2010	03/04/1997	25/03/1997	25/03/1997	3	3	3	4.00	60.00	73.00	11/07/1966
ADAO WAGNER LOUREIRO RODRIGUES	9526299-6	25/06/2011	13/06/2002	05/06/2002	05/06/2002	3	3	3	4.00	45.50	58.50	25/06/1968
RINALDO IVANIKE	1914383-0	23/01/2012	17/06/1994	13/06/1994	13/06/1994	3	3	3	4.00	2.00	15.00	14/08/1964
VALERIA APARECIDA PADOVANI DE SOUZA	3494885-0	23/01/2012	17/06/1994	13/06/1994	13/06/1994	3	3	3	2.25	15.50	26.75	09/01/1967
SILMARA REVOREDO PEREIRA	4907353-4	23/01/2012	20/06/1994	13/06/1994	13/06/1994	3	3	3	4.00	6.00	19.00	20/10/1970
EUNICE VIEIRA BONOME	3607930-4	23/01/2012	21/06/1994	08/10/1993	08/10/1993	3	3	3	4.00	27.50	40.50	03/02/1963
HORMINIO DE PAULA LIMA NETO	2125074-0	23/01/2012	10/08/1994	09/05/1985	09/05/1985	3	3	3	4.00	8.50	21.50	24/06/1960
SORAYA MARIA MENDES DA SILVA	1616098-9	23/01/2012	10/08/1994	05/08/1994	05/08/1994	3	3	3	4.00	10.85	23.85	25/03/1962
NILSON RODRIGUES DA SILVA	1451698-0	23/01/2012	11/08/1994	20/09/1979	15/01/1973	3	3	3	4.00	3.25	16.25	06/05/1953
CARLOS MARCELO SAKUMA	3266784-8	23/01/2012	11/08/1994	30/12/1987	01/10/1985	3	3	3	2.00	11.75	22.75	11/05/1964
ROBERTO HUMMIG	3283356-0	23/01/2012	11/08/1994	05/08/1994	05/08/1994	3	3	3	2.00	2.00	13.00	21/02/1965
IVONEI OSCAR DA SILVA	4120455-9	23/01/2012	12/08/1994	05/08/1994	05/08/1994	3	3	3	4.00	25.75	38.75	14/03/1967
ROGERIO MARTIN DE CASTRO	4202377-9	23/01/2012	04/10/1994	28/09/1994	28/09/1994	3	3	3	4.00	5.00	18.00	11/04/1968
CLAUDIO MARQUES ROLIN E SILVA	4046655-0	23/01/2012	30/08/1995	17/08/1990	01/08/1986	3	3	3	2.00	23.20	34.20	20/12/1963

ELAINE APARECIDA RIBEIRO	4977907-0	23/01/2012	30/08/1995	28/08/1995	28/08/1995	3	3	3	4.00	11.00	24.00	27/10/1970
PEDRO LUCENA	1266184-3	23/01/2012	02/04/1997	25/03/1997	05/02/1980	3	3	3	4.00	6.50	19.50	26/03/1955
HERCULANO AUGUSTO DE ABREU	3195714-1	23/01/2012	02/04/1997	30/04/1985	30/04/1985	3	3	3	4.00	21.75	34.75	08/07/1962
ITALO BIANCARDI NETO	4193736-0	23/01/2012	02/04/1997	25/03/1997	20/06/1988	3	3	3	4.00	34.00	47.00	12/10/1969
SIVANEI DE ALMEIDA GOMES	10050958-0	08/05/2012	14/04/2004	01/04/2004	01/04/2004	3	3	3	4.00	39.05	52.05	18/09/1967
LUIZ CARLOS MANICA	4278625-0	24/06/2012	11/08/1994	05/08/1994	05/08/1994	3	3	3	4.00	23.25	36.25	23/06/1969
MARCOS FERNANDO DA SILVA FONTES	4263615-0	07/08/2012	15/08/1994	05/08/1994	05/08/1994	3	3	3	4.00	27.55	40.55	13/11/1968
AMIR ROBERTO SALMEN	9982500-6	18/08/2012	05/12/2003	26/11/2003	26/11/2003	3	3	3	4.00	18.25	31.25	10/11/1968
GIL ROCHA TESSEROLLI	3929891-0	24/08/2012	13/06/2002	05/06/2002	05/06/2002	3	3	3	4.00	5.60	18.60	04/01/1966
WAGNER HOLTZ MEREGE FILHO	3523979-0	24/08/2012	01/03/2004	16/02/2004	16/02/2004	3	3	3	4.00	6.75	19.75	30/11/1971
ANTONIO DONIZETE BOTELHO	1436598-2	11/09/2012	30/08/1995	30/04/1985	30/04/1985	3	3	3	4.00	4.50	17.50	08/06/1956
DANIELA CORREA ANTUNES ANDRADE	10011019-9	17/09/2012	03/03/2004	20/02/2004	20/02/2004	3	3	3	4.00	18.80	31.80	29/03/1976
ALAN HENRIQUE FLORE	9607609-6	24/09/2012	13/06/2002	05/06/2002	05/06/2002	3	3	3	4.00	5.00	18.00	29/03/1976
ILSO CAMPANER	4339722-2	23/01/2013	21/06/1994	13/06/1994	13/06/1994	3	3	3	4.00	5.70	18.70	02/10/1969
GUMERCINDO ATHAYDE	4553126-0	28/04/2014	11/08/1994	26/10/1993	26/10/1993	2	3	3	4.00	3.50	15.50	19/02/1970
CLAUDIA KRUGER	4453315-4	28/04/2014	02/04/1997	25/03/1997	25/03/1997	2	3	3	4.00	2.25	14.25	23/05/1969
RUBENS MIRANDA JUNIOR	6162271-3	28/04/2014	29/04/2003	01/04/2003	01/04/2003	2	3	3	4.00	25.25	37.25	30/11/1976
GETULIO DE MORAIS VARGAS	6970430-1	28/04/2014	01/03/2004	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	11.25	23.25	20/01/1979

COMISSÃO DE PROMOÇÕES DOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS POLICIAIS CIVIS

ALMANAQUE DA POLÍCIA CIVIL

LISTA DE DELEGADO DE POLÍCIA A PROMOÇÃO DA 3ª para 2ª CLASSE

NOME	RG.	TEMPO NA CLASSE	TEMPO NO CARGO	TEMPO NA POLÍCIA	TEMPO NO ESTADO	PONTO CLASSE	PONTO CARGO	PONTO POLÍCIA	BMER.	CURSOS	TOTAL	D.N.
JURACI LOPES DE SOUZA	9670332-5	23/01/2012	03/09/2002	22/08/2002	22/08/2002	3	3	3	3.75	5.50	18.25	30/06/1954
FERNANDO ERNANDES MARTINS	9821645-6	23/01/2012	29/04/2003	01/04/2003	01/04/2003	3	3	3	4.00	5.50	18.50	09/11/1974
OSMAR DE ALBUQUERQUE PONTES JUNIOR	10009886-5	23/01/2012	10/03/2004	16/02/2004	16/02/2004	3	3	3	4.00	5.25	18.25	25/05/1973
LUIS ROGERIO RAMOS SODRE	9986875-9	23/01/2012	16/04/2004	01/04/2004	01/04/2004	3	3	3	4.00	5.25	18.25	14/04/1972
EDGARD HILDEBRAND SORIANI	12636565-9	23/01/2012	09/09/2008	20/08/2008	20/08/2008	3	3	2.5	4.00	11.75	24.25	17/02/1981
MOZART ROCHA GONÇALVES	12639238-9	23/01/2012	10/09/2008	20/08/2008	20/08/2008	3	3	2.5	4.00	19.25	31.75	25/07/1982
MARIA NYSA MOREIRA NANNI	12658543-8	23/01/2012	24/09/2008	20/08/2008	20/08/2008	3	3	2.5	4.00	10.75	23.25	25/09/1972
WELLINGTON YUJI DAIKUBARA	12639513-2	23/01/2012	07/10/2008	20/08/2008	20/08/2008	3	3	2.5	3.88	14.50	26.88	13/03/1981
JOSE ARNALDO PERON MARTINS	3298790-7	28/04/2014	30/08/1995	28/08/1995	28/08/1995	2	3	3	4.00	6.95	18.95	14/07/1957

COMISSÃO DE PROMOÇÕES DOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS POLICIAIS CIVIS

ALMANAQUE DA POLÍCIA CIVIL

LISTA DE DELEGADO DE POLÍCIA A PROMOÇÃO DA 4ª para 3ª CLASSE

NOME	RG.	TEMPO NA CLASSE	TEMPO NO CARGO	TEMPO NA POLÍCIA	TEMPO NO ESTADO	PONTO CLASSE	PONTO CARGO	PONTO POLÍCIA	BMER.	CURSOS	TOTAL	D.N.
ROBERTO FERNANDES DE LIMA	12811481-5	10/12/2009	10/12/2009	17/11/2009	17/11/2009	3	3	2.25	4.00	1.00	13.25	02/04/1961
JOÃO EDUARDO BATISTELLA MARTINS	7739742-6	04/11/2014	04/11/2014	30/10/2014	30/10/2014	2	2	1	4.00	2.75	11.75	12/06/1982
GUILHERME LUIZ DIAS	8520128-0	04/12/2014	04/12/2014	04/12/2014	04/12/2014	2	2	1	4.00	1.25	10.25	31/01/1990
EMANUELLE CAROLINA BAGGIO	6975359-0	02/02/2015	02/02/2015	20/08/2010	20/08/2010	2	2	2	4.00	6.75	16.75	14/11/1985
LUCY ATENA DE AQUINO SANTIAGO	7549775-0	02/07/2015	02/07/2015	03/06/2015	03/06/2015	1.5	1.5	0.75	4.00	6.35	14.10	02/05/1981

GABRIELLE BERWIG AMARAL	6597463-0	21/02/2016	21/02/2016	15/09/2000	15/09/2000	1.5	1.5	3	4.00	11.75	21.75	07/03/1978
CARLA GOMES DE MELLO	8074305-0	21/02/2016	21/02/2016	18/03/2009	18/03/2009	1.5	1.5	2.25	4.00	12.00	21.25	13/09/1983
EMANUELE MARIA DE OLIVEIRA	7760022-1	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	15.25	23.00	12/04/1981
RAFAEL BACELAR DE SOUZA	8105705-2	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	3.00	10.75	10/10/1985
ADILSON JOSE DA SILVA	5161726-6	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	3	4.00	10.50	20.50	26/11/1974
VAGNER DOS SANTOS MALAQUIAS	13930140-4	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	0.00	7.75	14/06/1976
RICARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA	6989976-5	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	0.00	7.75	17/06/1978
RODRIGO CRUZ DOS SANTOS	14640866-4	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	3.88	0.00	7.63	06/03/1979
LEANDRO FARNESE TEIXEIRA	14035124-5	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	13.50	21.25	09/06/1979
FABIANO MOZA DO NASCIMENTO	14648934-6	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	5.00	12.75	13/11/1979
WILKINSON FABIANO OLIVEIRA DE ARRUDA	14037683-3	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	8.75	16.50	24/01/1980
MATEUS DE BONA GANZER	14023676-4	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	15.75	23.50	16/03/1980
BRUNO MIRANDA MACIOZEK	13941308-3	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	3.88	0.00	7.63	25/10/1980
FERNANDO ZAMONER	14633364-8	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	3.40	11.15	09/01/1982
KAREN FRIEDRICH NASCIMENTO	7162899-0	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	0.00	7.75	19/06/1982
FÁBIO MARQUES DE BAPTISTA	14645099-7	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	0.00	7.75	02/09/1982
RODOLFO VIEIRA NANES	14668434-3	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	0.00	7.75	12/06/1983
JULIO CESAR ANDRADE BIANCHI	14035601-8	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	6.25	14.00	24/10/1983
DIEGO FERNANDES VALIM	14032740-9	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	3.88	6.75	14.38	16/02/1984
THIAGO VICENTINI DE OLIVEIRA	7626639-5	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	2.50	10.25	09/03/1984
ALDAIR DA SILVA OLIVEIRA	14667599-9	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	7.25	15.00	24/11/1984
SANDRA MARIA VASCONCELOS	14023020-0	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	1.35	9.10	28/12/1984
FERNANDO GOMES GARBELINI	8073381-0	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	0.00	7.75	19/03/1985
LUCAS MARIANO MENDES	13939677-4	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	8.50	16.25	25/04/1985
LUANA LOUZADA PEREIRA LOPES	14644855-0	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	5.00	12.75	05/06/1986
ADAILTON RIBEIRO JUNIOR	14646187-5	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	1.00	8.75	10/09/1986
BRUNO FALCI AMARAL	13938019-3	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	11.00	18.75	21/10/1986
MATHEUS PRADO AMUY RODRIGUES	14023619-5	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	2.50	10.25	30/12/1986

RAISA DE VARGAS SCARIOT	14023399-4	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	2.75	10.50	01/05/1987
THIAGO DA SILVA TEIXEIRA	14032696-8	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	10.00	17.75	17/11/1987
DIMITRI TOSTES MONTEIRO	14645324-4	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	0.50	8.25	28/12/1987
GABRIEL DOS SANTOS MENEZES	14033996-2	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	3.00	10.75	19/01/1988
BRUNO SILVA ROCHA	14037964-6	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	21.45	29.20	15/06/1988
JULIANA MACIEL BUSATO DALACQUA	8138904-7	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	7.85	15.60	18/09/1988
VICTOR NASCIMENTO BATISTA	14645290-6	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	5.25	13.00	11/10/1988
FELIPE AKIO DE SOUZA HIRATA	14028999-0	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	22.00	29.75	17/10/1988
VYCTOR HUGO GUAITA GROTTI	14117483-5	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	9.00	16.75	02/12/1989
DERICK MOURA JORGE	10020728-1	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	14.25	22.00	11/04/1990
FERNANDA BERTOCCO MELLO	9213712-0	22/02/2016	22/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	2.50	10.25	20/09/1991
RENAN BARBOSA LOPES FERREIRA	7925849-0	23/02/2016	23/02/2016	17/02/2016	21/01/2011	1.5	1.5	0.75	4.00	0.75	8.50	22/06/1987
WAGNER FERREIRA	14644870-4	23/02/2016	23/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	0.00	7.75	27/08/1985
IGOR RABEL CORSO	9933835-0	23/02/2016	23/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	0.00	7.75	05/07/1988
MICHEL LEITE PEREIRA DA SILVA	14677674-4	25/02/2016	25/02/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	0.00	7.75	19/07/1986
PAULO CESAR EUGENIO RIBEIRO	14036958-6	01/03/2016	01/03/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	5.00	12.75	20/02/1986
FELIPE RIBEIRO RODRIGUES	14646201-4	10/03/2016	10/03/2016	17/02/2016	17/02/2016	1.5	1.5	0.75	4.00	5.00	12.75	25/04/1985

Curitiba, 12 de Agosto de 2019

JORGE AZÔR PINTO
Presidente

MARCO ANTONIO LAGANA
1º Membro

BENEDITO GONÇALVES NETO
2º Membro

COMISSÃO DE PROMOÇÕES DOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS POLICIAIS CIVIS												
ALMANAQUE DA POLÍCIA CIVIL												
LISTA DE ESCRIVÃO DE POLÍCIA A PROMOÇÃO DA 2ª para 1ª CLASSE												
NOME	RG.	TEMPO NA CLASSE	TEMPO NO CARGO	TEMPO NA POLÍCIA	TEMPO NO ESTADO	PONTO CLASSE	PONTO CARGO	PONTO POLÍCIA	BMER.	CURSOS	TOTAL	D.N.
ROSELÍ APARECIDA DIAS	4224604-2	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	5.50	17.50	30/09/1966
SIRLENE DE FATIMA MELCHIONI	4356926-0	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	32.50	44.50	03/06/1969
MARY ANNE MACHADO	6084675-8	28/04/2014	13/09/2004	24/08/2004	24/08/2004	2	3	3	4.00	1.00	13.00	21/04/1976

COMISSÃO DE PROMOÇÕES DOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS POLICIAIS CIVIS												
ALMANAQUE DA POLÍCIA CIVIL												
LISTA DE ESCRIVÃO DE POLÍCIA A PROMOÇÃO DA 3ª para 2ª CLASSE												
NOME	RG.	TEMPO NA CLASSE	TEMPO NO CARGO	TEMPO NA POLÍCIA	TEMPO NO ESTADO	PONTO CLASSE	PONTO CARGO	PONTO POLÍCIA	BMER.	CURSOS	TOTAL	D.N.
MARCOS ANTONIO ROSA	5195149-2	28/04/2014	09/10/2003	10/09/2003	10/09/2003	2	3	3	4.00	0.50	12.50	24/12/1973
JOAQUIM PRODOSCIMO NETO	4030380-4	28/04/2014	09/09/2004	24/08/2004	24/08/2004	2	3	3	3.88	0.25	12.13	23/07/1969

COMISSÃO DE PROMOÇÕES DOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS POLICIAIS CIVIS												
ALMANAQUE DA POLÍCIA CIVIL												
LISTA DE ESCRIVÃO DE POLÍCIA A PROMOÇÃO DA 4ª para 3ª CLASSE												
NOME	RG.	TEMPO NA CLASSE	TEMPO NO CARGO	TEMPO NA POLÍCIA	TEMPO NO ESTADO	PONTO CLASSE	PONTO CARGO	PONTO POLÍCIA	BMER.	CURSOS	TOTAL	D.N.
LILIAN DE MATTOS KALINOWSKI	6927191-0	13/09/2010	13/09/2010	20/08/2010	20/08/2010	3	3	2	4.00	0.00	12.00	18/06/1985
DANIEL LUIZ UMEBARA	7329564-5	17/09/2010	17/09/2010	20/08/2010	20/08/2010	3	3	2	4.00	0.00	12.00	06/10/1978
ROGERIO DALCOMUNI	3148533-9	16/02/2012	16/02/2012	17/01/2012	17/01/2012	3	3	1.75	2.75	0.00	10.50	11/02/1962
JEDDY DOBROWOLSKI RUELA	7914197-6	31/10/2012	31/10/2012	19/10/2012	19/10/2012	3	3	1.5	4.00	0.00	11.50	27/03/1982
ELIZABETE COSTA DA SILVA	8858785-5	05/11/2012	05/11/2012	19/10/2012	19/10/2012	3	3	1.5	4.00	3.00	14.50	12/12/1985
MARIANA QUADROS PERTILE	10157179-3	06/11/2012	06/11/2012	19/10/2012	19/10/2012	3	3	1.5	4.00	0.00	11.50	16/05/1988
MARCIO FABRIS	7163002-1	08/11/2012	08/11/2012	19/10/2012	19/10/2012	3	3	1.5	4.00	0.25	11.75	07/04/1979
FERNANDO SANCHO TOLOSIA DE ANDRADE	7221230-4	08/11/2012	08/11/2012	19/10/2012	19/10/2012	3	3	1.5	4.00	5.75	17.25	25/04/1979
FABIO AQUIRA MAEDA	5955654-1	09/11/2012	09/11/2012	19/10/2012	19/10/2012	3	3	1.5	4.00	10.75	22.25	07/02/1974

Curitiba, 12 de Agosto de 2019

JORGE AZÔR PINTO
Presidente

MARCO ANTONIO LAGANA
1º Membro

BENEDITO GONÇALVES NETO
2º Membro

COMISSÃO DE PROMOÇÕES DOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS POLICIAIS CIVIS
ALMANAQUE DA POLÍCIA CIVIL
LISTA DE INVESTIGADOR DE POLÍCIA A PROMOÇÃO DA 2ª para 1ª CLASSE

NOME	RG.	TEMPO NA CLASSE	TEMPO NO CARGO	TEMPO NA POLÍCIA	TEMPO NO ESTADO	PONTO CLASSE	PONTO CARGO	PONTO POLÍCIA	BMER.	CURSOS	TOTAL	D.N.
JULIO CEZAR KONCZYOKI	1614861-0	22/02/2005	20/10/1994	14/09/1994	15/08/1984	3	3	3	4.00	4.75	17.75	22/05/1956
APARECIDO OSCAR MOMESSO	1025752-2	29/06/2005	29/10/1993	08/10/1993	12/07/1984	3	3	3	1.63	13.50	24.13	22/06/1954
FRANCISCO EXPEDITO FONSECA PAES DA SILVA SOUTO	8439172-7	21/10/2005	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	3	3	3	4.00	5.50	18.50	10/02/1960
MANOEL JORGE DIAS	1840906-2	21/12/2005	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	3	3	3	3.75	1.50	14.25	30/12/1962
CARLA MARIA BITTENCOURT	9138319-5	21/12/2005	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	3	3	3	4.00	2.25	15.25	04/08/1964
CARLOS ROBERTO CANTAGALLI	1327987-0	12/04/2006	20/10/1994	14/09/1994	14/09/1994	3	3	3	2.50	4.75	16.25	28/11/1956
JORGE DA SILVA	1436936-8	22/10/2007	11/01/1985	07/01/1985	07/01/1985	3	3	3	4.00	6.50	19.50	20/06/1954
JERRY ADRIANI FAVARO	5163128-5	12/02/2008	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	3	3	3	4.00	9.75	22.75	01/07/1974
SHEILA DA ROCHA FERREIRA	6811685-6	21/05/2008	07/11/2000	15/09/2000	15/09/2000	3	3	3	4.00	1.50	14.50	22/12/1977
LUCIA SILVEIRA	9143076-2	26/05/2008	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	3	3	3	4.00	5.50	18.50	15/02/1975
MAURICIO GEBERT BASSI	5131467-0	26/05/2008	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	3	3	3	4.00	3.50	16.50	12/11/1975
JOSUE BATISTA NUNES	3665382-5	25/06/2008	14/03/1991	18/09/1987	18/09/1987	3	3	3	4.00	13.00	26.00	04/02/1964
MARIO JORGE ERMELINO DA SILVA	4069695-4	07/08/2009	01/03/1991	25/02/1991	01/04/1985	3	3	3	3.50	3.75	16.25	14/03/1966
CARLOS AILTON RODRIGUES SILVA	3860768-5	19/10/2012	24/08/1990	17/08/1990	17/08/1990	3	3	3	4.00	12.75	25.75	20/09/1964
EVERSON DOS SANTOS	3461913-1	19/10/2012	28/10/1993	26/08/1989	26/08/1989	3	3	3	4.00	0.75	13.75	15/03/1964
WAGNER FERREIRA NUNES	5799757-5	19/10/2012	20/10/1994	14/09/1994	14/09/1994	3	3	3	4.00	2.00	15.00	03/05/1973
EUGENIO AUGUSTO RUBIN	3298903-9	19/10/2012	27/05/1996	18/07/1983	18/07/1983	3	3	3	4.00	4.00	17.00	24/02/1962
NEUSA APARECIDA SAPELI LEMOS	6033600-8	19/10/2012	28/05/1996	21/05/1996	21/05/1996	3	3	3	4.00	2.00	15.00	24/02/1959
SONIA MARIA PIRES	1882663-1	19/10/2012	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	3	3	3	4.00	14.50	27.50	25/10/1957
SILVIA MARIA ZARDO	9104836-1	19/10/2012	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	3	3	3	4.00	4.25	17.25	18/10/1963
NOROALDO DARCI PRESTES	4590666-3	19/10/2012	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	3	3	3	4.00	6.50	19.50	17/10/1966
GEIZA SIMONE RIBEIRO SANTOS	3878927-9	19/10/2012	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	3	3	3	4.00	6.50	19.50	22/02/1967

NARCISO CESAR CACERES	4492545-1	19/10/2012	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	3	3	3	4.00	17.50	30.50	15/07/1972
MARIA ANDREA DE OLIVEIRA PINTO	6167898-0	19/10/2012	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	3	3	3	2.00	13.00	24.00	28/02/1974
ANA PAULA DAGOSTIN	5676233-7	19/10/2012	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	3	3	3	4.00	10.50	23.50	16/01/1975
ADRIANO ZULMIREN ELIAS	6195229-2	19/10/2012	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	3	3	3	4.00	22.80	35.80	03/01/1977
ALEX OLGUERD DANIELEWICZ FILHO	4022225-1	19/10/2012	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	3	3	3	4.00	2.00	15.00	05/01/1977
MARIA ANTONIA CIPRIANO DE FARIA	3379959-4	19/10/2012	28/06/2001	04/06/2001	04/06/2001	3	3	3	4.00	6.50	19.50	07/03/1963
GIANCARLO BYTNER	4268626-3	19/10/2012	09/10/2003	10/09/2003	10/09/2003	3	3	3	3.75	3.25	16.00	31/01/1966
DEVANI ANTUNES DA SILVA	5354561-0	19/10/2012	17/09/2004	01/03/2004	01/03/2004	3	3	3	4.00	10.75	23.75	21/03/1972
HUGO VIDAL FERREIRA JUNIOR	3168999-6	28/04/2014	18/01/1985	07/01/1985	07/01/1985	2	3	3	4.00	2.75	14.75	23/08/1957
ROBINSON ROGERIO AVANCINI	4129622-4	28/04/2014	23/08/1990	28/04/1988	28/04/1988	2	3	3	4.00	8.75	20.75	27/04/1969
ROBERTO DE OLIVEIRA PIANTADOSI	1971333-4	28/04/2014	22/10/1993	08/10/1993	08/10/1993	2	3	3		2.00	10.00	14/12/1958
OSMAR FERREIRA DA SILVA	3697668-3	28/04/2014	28/10/1993	08/10/1993	08/10/1993	2	3	3	4.00	4.75	16.75	09/04/1961
ANTONIO CARLOS LOPES	3966557-3	28/04/2014	20/10/1994	10/11/1989	10/11/1989	2	3	3	4.00	6.25	18.25	07/06/1969
EDSON APARECIDO PRODOSSIMO	5635113-2	28/04/2014	16/10/2000	15/04/1991	15/04/1991	2	3	3	4.00	1.50	13.50	11/07/1972
PAULO SERGIO TORRECILHA	4447293-7	28/04/2014	16/10/2000	26/11/1991	26/11/1991	2	3	3	4.00	4.75	16.75	21/05/1970
ANTONIO PEREIRA LOPES	2093473-5	28/04/2014	16/10/2000	05/08/1994	05/08/1994	2	3	3	4.00	10.25	22.25	11/03/1959
FLORIDES GREGORIO DE LIMA	3905664-0	28/04/2014	16/10/2000	14/09/1994	14/09/1994	2	3	3	4.00	14.75	26.75	11/11/1957
MARCELO GOMES DE OLIVEIRA	5126275-1	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	04/10/1994	2	3	3	4.00	20.75	32.75	27/06/1973
JURACY LUCIO SOBRINHO	5240867-9	28/04/2014	16/10/2000	20/10/1994	20/10/1994	2	3	3	4.00	13.75	25.75	13/08/1972
ANTONIO CARLOS DA SILVA	4475589-0	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	27/05/1996	2	3	3	4.00	35.00	47.00	03/04/1970
MAURICIO MENDES DA SILVA	4152076-0	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	30/05/1996	2	3	3	4.00	5.25	17.25	28/09/1964
SUSAN LILIA TODO BOM	6002865-6	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	01/06/1997	2	3	3	4.00	2.00	14.00	17/12/1974
ALEXANDRE MINORU KIKUCHI	8074554-0	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	25/08/1997	2	3	3	4.00	9.50	21.50	19/02/1974
REINALDO JOSE ALVES	8476438-8	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	2.25	14.25	16/04/1951
RAMAO ANTUNES	3601543-8	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	6.75	18.75	08/04/1954
DESIREE DA CAMARA LEAL	1289375-2	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	4.00	16.00	11/07/1956
GERMANO ROBERTO DOS SANTOS	2139674-5	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	3.88	12.00	23.88	31/05/1958
PAULO DE SOUZA FERREIRA	2163302-0	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	14.25	26.25	15/01/1959

MANOEL MAGANHA TEIXEIRA	2163498-0	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	1.00	13.00	21/10/1959
MOISES DE BRITO CUNHA	3011999-1	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	2.50	14.50	05/07/1960
CLAUDIO RENATO DE ANDRADE	3140874-1	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	1.25	13.25	07/08/1961
IDIR JOSE BRESOLIM	6012615-1	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	21.00	33.00	16/10/1961
APARECIDA SILVESTRE PINTO	3994083-3	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	7.50	19.50	11/02/1963
DANILO TUZZI	3108095-9	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	0.75	12.75	19/02/1963
VALDIR DALLABRIDA	8437247-1	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3		14.25	22.25	06/03/1964
LEONETE MARTINS CAETANO	3751482-9	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	19.50	31.50	23/08/1964
HORACIO BELO CLEMENTE DE SOUZA	3731979-1	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	15.25	27.25	09/05/1965
VALDIR MARTINS	4073149-0	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	3.63	0.50	12.13	24/12/1965
ZILDA ALVES	4387625-2	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	3.88	24.50	36.38	31/05/1966
CELIA REGINA SIQUEIRA DE LIMA	4162078-1	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	15.25	27.25	23/06/1966
FRANK KOTARSKI	4310436-5	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	14.25	26.25	25/01/1967
ANDERSON JOSE RIBEIRO	3997808-3	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	6.50	18.50	08/03/1967
TIAGO DE SOUZA SILVA	4490248-6	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	24.00	36.00	20/06/1967
SANDRA PAVAN	4196684-0	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	1.25	13.25	24/08/1967
HELIZABET BAYER MENCA	4867228-0	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	0.40	12.40	12/10/1967
JUAREZ DE PAULA	4395532-2	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	4.50	16.50	30/10/1967
JOSE CARLOS COLACO	4219532-4	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	6.50	18.50	12/07/1968
ROSANGELA DA SILVA JANUÁRIO	5999925-7	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	0.00	12.00	21/10/1968
PAULO SERGIO SCHEID	4760472-9	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	23.00	35.00	09/11/1968
VLADIMIR LUIS DE OLIVEIRA	4437829-9	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	20.75	32.75	09/12/1968
FRANK YOSHIO MARUBAYASHI	4398098-0	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	0.25	12.25	27/01/1969
TANIA MARA DA GAMA	5051924-4	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	1.00	13.00	25/02/1969
VALDECIR DA SILVA	4139542-7	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	19.25	31.25	30/07/1969
CLARK KOTARSKI	4302846-4	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	8.30	20.30	14/10/1969
EMERSON DE MORAES	5524361-1	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	2.75	14.75	31/12/1970
MARCELO DE SOUZA ALVES	4938802-0	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	20.00	32.00	03/06/1972

EMERSON COSTA GONCALVES	9138203-2	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	20.00	32.00	09/09/1972
JOARES CARLOS CAVANHOL	5526259-4	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	3.00	11.25	22.25	06/11/1972
RICARDO SOLOTORIW	5677641-9	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	10.55	22.55	12/10/1973
CRISTIANO DE BASTIANI	5126723-0	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3		11.25	19.25	02/11/1973
LUIZ GONZAGA BRAMBILLA DA SILVA	9152405-8	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	22.25	34.25	06/11/1973
CLAUDIO DIAS MOTA	5766318-9	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	3.88	12.50	24.38	20/01/1974
FRANS CHARLES CAILOT SCHROEDER	5092102-6	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	18.75	30.75	14/03/1974
VALDINEY DE LIMA ARRABAL	5931449-1	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	23.00	35.00	12/08/1974
JUAREZ FERREIRA DA SILVA	5918784-8	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	21.50	33.50	06/12/1974
VIVIANE XAVIER ALVES	7054623-0	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	22.25	34.25	12/02/1977
SONIA SCHADECK SCHEMUDA	6403533-9	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	19.50	31.50	26/05/1977
MARCOS JOSE SANTOS DE SOUZA	6706136-5	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	5.50	17.50	12/08/1977
MICHELE CRISTINA DA SILVA	7345888-9	28/04/2014	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	2	3	3	4.00	8.00	20.00	19/08/1977
LUIS ALBERTO DA SILVA DEBUS	3939531-2	28/04/2014	18/06/2001	07/06/2001	07/06/2001	2	3	3	3.38	17.00	28.38	12/04/1965
MARCUS VINICIUS CASTANHEIRA	6114883-3	28/04/2014	09/10/2003	10/09/2003	10/09/2003	2	3	3	3.75	1.00	12.75	27/12/1973
JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	6347490-8	28/04/2014	04/03/2004	16/02/2004	16/02/2004	2	3	3	4.00	25.50	37.50	16/12/1968
LAURO ANTONIO CHANDOHA	4748933-4	28/04/2014	08/03/2004	11/02/2004	11/02/2004	2	3	3	4.00	27.75	39.75	25/08/1968
RENATO EGIDIO MAHL	4247005-8	28/04/2014	11/06/2004	30/08/1990	30/08/1990	2	3	3	3.88	22.25	34.13	01/09/1970
MARCIO BERTONI	4263217-1	28/04/2014	27/08/2004	24/08/2004	24/08/2004	2	3	3	4.00	18.75	30.75	06/07/1968
MEIRI FERREIRA DE OLIVEIRA	3569993-7	28/04/2014	31/08/2004	24/08/2004	24/08/2004	2	3	3	3.00	8.75	19.75	19/01/1963
ROSANGELA ESPINDOLA ZANETTI	3196257-9	28/04/2014	09/09/2004	24/08/2004	24/08/2004	2	3	3	4.00	17.50	29.50	14/11/1960
JOSEMAR MELCHIOR	3970276-2	28/04/2014	09/09/2004	24/08/2004	24/08/2004	2	3	3	4.00	11.25	23.25	14/05/1965
REGNER RODRIGO AVANCINI	6565537-3	28/04/2014	09/09/2004	24/08/2004	24/08/2004	2	3	3	4.00	22.25	34.25	06/06/1978
MARCOS DE OLIVEIRA	4171454-9	28/04/2014	14/09/2004	24/08/2004	24/08/2004	2	3	3	4.00	14.25	26.25	14/03/1968
LUIZ AUGUSTO DIAS DE SOUZA	3545163-3	28/04/2014	21/09/2004	24/08/2004	24/08/2004	2	3	3	4.00	19.25	31.25	23/02/1966
ADOLAR ANTONIO DOS SANTOS	5794618-0	28/04/2014	01/10/2004	29/08/1989	29/08/1989	2	3	3	4.00	20.25	32.25	27/12/1965
EDISON LUIZ CAVALHEIRO MENDES	1178399-6	28/04/2014	25/08/2005	23/08/2005	23/08/2005	2	3	3	4.00	12.50	24.50	01/02/1957

COMISSÃO DE PROMOÇÕES DOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS POLICIAIS CIVIS												
ALMANAQUE DA POLÍCIA CIVIL												
<u>LISTA DE INVESTIGADOR DE POLÍCIA A PROMOÇÃO DA 3ª para 2ª CLASSE</u>												
NOME	RG.	TEMPO NA CLASSE	TEMPO NO CARGO	TEMPO NA POLÍCIA	TEMPO NO ESTADO	PONTO CLASSE	PONTO CARGO	PONTO POLÍCIA	BMER.	CURSOS	TOTAL	D.N.
EVERALDO FERNANDES	4999844-9	13/09/2002	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	3	3	3	4.00	20.00	33.00	10/04/1970
EDUARDO AURELIO COHN	3984734-5	13/09/2002	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	3	3	3	4.00	34.00	47.00	09/04/1976
IZILDA FERNANDES FIGUEIREDO	4225001-5	13/09/2002	16/07/2001	21/06/2001	21/06/2001	3	3	3	4.00	2.25	15.25	04/03/1968
CLAUDECIR ROMERO	4083052-9	21/12/2005	09/09/2004	26/11/1991	26/11/1991	3	3	3	4.00	2.00	15.00	18/12/1964

COMISSÃO DE PROMOÇÕES DOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS POLICIAIS CIVIS												
ALMANAQUE DA POLÍCIA CIVIL												
LISTA DE INVESTIGADOR DE POLÍCIA A PROMOÇÃO DA 4ª para 3ª CLASSE												
NOME	RG.	TEMPO NA CLASSE	TEMPO NO CARGO	TEMPO NA POLÍCIA	TEMPO NO ESTADO	PONTO CLASSE	PONTO CARGO	PONTO POLÍCIA	BMER.	CURSOS	TOTAL	D.N.
RHENON FERREIRA	5419291-6	13/09/2002	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	3	3	3	4.00	0	13.00	12/01/1971
CARLOS ROBERTO RODRIGUES	6111788-1	13/09/2002	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	3	3	3	3.50	0.50	13.00	27/04/1973
MAURICIO APARECIDO COUTINHO	5700617-0	19/10/2012	16/10/2000	25/07/1995	25/07/1995	3	3	3	4.00	3.00	16.00	28/05/1972
JOSE XAVIER SILVA FILHO	7384689-7	28/04/2014	30/09/2008	20/08/2008	14/05/2008	2	3	2.5	4.00	4.50	16.00	17/05/1983
CARLOS CESAR CARDOSO DA SILVA	12779143-0	28/04/2014	11/05/2009	18/03/2009	18/03/2009	2	3	2.25	4.00	0.00	11.25	29/02/1968
FABIANO LOOF TEIXEIRA	6281473-0	28/04/2014	31/08/2009	17/08/2009	17/08/2009	2	3	2.25	3.88	12.00	23.13	24/03/1978

COMISSÃO DE PROMOÇÕES DOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS POLICIAIS CIVIS
ALMANAQUE DA POLÍCIA CIVIL
LISTA DE INVESTIGADOR DE POLÍCIA A PROMOÇÃO DA 5ª para 4ª CLASSE

NOME	RG.	TEMPO NA CLASSE	TEMPO NO CARGO	TEMPO NA POLÍCIA	TEMPO NO ESTADO	PONTO CLASSE	PONTO CARGO	PONTO POLÍCIA	BMER.	CURSOS	TOTAL	D.N.
GILMAR CRUZ	4218625-2	16/09/2000	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	3	3	3	4.00	5.65	18.65	29/03/1967
ADILSON GERALDO SALVADOR	6043708-4	16/10/2000	16/10/2000	10/05/1993	10/05/1993	3	3	3	4.00	0.00	13.00	18/10/1972
PEDRO LIVON NETO	6287274-8	16/10/2000	16/10/2000	15/09/2000	15/09/2000	3	3	3	4.00	0	13.00	09/10/1977
ADRIANA GLORIA DE LIMA	5825093-7	03/09/2008	03/09/2008	20/08/2008	20/08/2008	3	3	2.5	4.00	1.50	14.00	22/05/1973
MARCOS ROBERTO DE SIQUEIRA	6199727-0	02/09/2010	02/09/2010	12/01/2004	12/01/2004	3	3	3	3.88	4.00	16.88	27/03/1976
DAVID BACCARINI MACIAS	13132927-0	10/09/2010	10/09/2010	20/08/2010	20/08/2010	3	3	2	1.38	0.50	9.88	20/08/1983
FLAVIO HENRIQUE DIAS AMARANTE	8585522-0	11/10/2011	11/10/2011	05/10/2011	05/10/2011	3	3	1.75	3.50	0.00	11.25	20/08/1984
NEIVA FRANCISCA CARDIAS	8948765-0	13/10/2011	13/10/2011	05/10/2011	05/10/2011	3	3	1.75	4.00	0	11.75	31/01/1975
EDUARDO KENJI MORITA	7685201-4	19/10/2011	19/10/2011	02/05/2006	02/05/2006	3	3	3	3.00	0.00	12.00	04/02/1986
CLEBER CASSIANO DA SILVA	6727191-2	21/10/2011	21/10/2011	28/06/2002	28/06/2002	3	3	3	3.00	2.25	14.25	06/04/1978
BRUNO BARROS DA SILVA	7684030-0	24/10/2011	24/10/2011	05/10/2011	05/10/2011	3	3	1.75	4.00	4.00	15.75	22/12/1981
CHARLES MAIA MINCARONE	13390843-9	25/10/2011	25/10/2011	05/10/2011	05/10/2011	3	3	1.75	4.00	0.00	11.75	10/02/1977
IVAN CARVALHO RODRIGUES DE	13294999-9	03/11/2011	03/11/2011	05/10/2011	05/10/2011	3	3	1.75	4.00	0.50	12.25	01/02/1981
ROGERIO DE OLIVEIRA SANTOS	6517477-4	04/11/2011	04/11/2011	05/10/2011	05/10/2011	3	3	1.75	4.00	1.75	13.50	15/04/1978
GLAUDENIR BASSO	7647894-5	25/11/2011	25/11/2011	05/10/2011	05/10/2011	3	3	1.75	4.00	2.00	13.75	07/05/1989
WILLIANS SCHIELT DA SILVA	6051491-7	05/12/2011	05/12/2011	05/10/2011	05/10/2011	3	3	1.75	4.00	0.00	11.75	16/09/1989
PAULO CESAR DO NASCIMENTO	8089162-8	23/03/2012	23/03/2012	08/03/2012	08/03/2012	3	3	1.75	4.00	8.50	20.25	06/11/1981
JOSE MANOEL LOPEZ RODRIGUEZ	5343491-6	02/04/2012	02/04/2012	08/03/2012	08/03/2012	3	3	1.75	4.00	0.00	11.75	06/04/1974
SERGIO KLAAR DE CAMPOS JUNIOR	4618795-4	29/10/2012	29/10/2012	19/10/2012	19/10/2012	3	3	1.5	4.00	3.00	14.50	14/02/1972
ANDRE ACASSIO MESTI BARBOSA	5881978-6	01/11/2012	01/11/2012	19/10/2012	19/10/2012	3	3	1.5	4.00	0.25	11.75	10/09/1976
EMERSON AYRES RIBAS	6603941-2	08/11/2012	08/11/2012	19/10/2012	19/10/2012	3	3	1.5	4.00	0.00	11.50	25/05/1982
RUBENS JOSE DA ROZA NETO	6125426-9	12/11/2012	12/11/2012	19/10/2012	19/10/2012	3	3	1.5	4.00	0.00	11.50	25/08/1974

LEONARDO LOPES DOS SANTOS	7757971-0	21/08/2013	21/08/2013	21/08/2013	22/07/2013	22/07/2013	25	2.5	1.25	4.00	1.25	11.50	23/04/1985
CLEVERSON RICARDO DE GOES	5995503-9	11/09/2013	11/09/2013	11/09/2013	29/08/2013	29/08/2013	2.5	2.5	1.25	4.00	0.00	10.25	23/08/1973
MARCELO DE ALMEIDA	7385134-3	10/10/2013	10/10/2013	10/10/2013	25/09/2013	25/09/2013	2.5	2.5	1.25	4.00	0.00	10.25	09/05/1982
GRACIELE CORREIA DOS SANTOS	8848020-0	05/06/2014	05/06/2014	05/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	3.75	12.75	28/03/1983
BRUNA FERNANDA CORDEIRO BOENO	6320756-0	05/06/2014	05/06/2014	05/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.75	9.75	23/10/1990
ALVIR RIESEMBERG NETO	3115844-3	09/06/2014	09/06/2014	09/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	1.00	10.00	09/04/1962
VAGNER DOS SANTOS MATTOS	13464097-9	09/06/2014	09/06/2014	09/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	10.50	19.50	28/05/1971
SIMONE VOLSO CASSIANO MAGALHAES SCHIAVO	5805500-0	09/06/2014	09/06/2014	09/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	1.25	10.25	08/08/1971
ANDREY ROBERTO DOS SANTOS	5160012-6	09/06/2014	09/06/2014	09/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	5.75	14.75	04/05/1973
ROMULO AUGUSTO MENDES	4992288-4	09/06/2014	09/06/2014	09/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	6.75	15.75	10/04/1974
CAMILLA DANIELE CASINI E CHAGAS	10042655-2	09/06/2014	09/06/2014	09/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	1.50	10.50	28/09/1975
RAQUEL DE DEUS	6207767-0	09/06/2014	09/06/2014	09/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	3.88	1.00	9.88	26/12/1976
LEANDRO ELDNO DOS SANTOS	6055416-1	09/06/2014	09/06/2014	09/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	24/08/1978
JULIANO DE SOUZA FERNANDES	14157032-3	09/06/2014	09/06/2014	09/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.50	9.50	08/02/1979
JOSELI ORLANDO GANTZEL	6884247-6	09/06/2014	09/06/2014	09/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	2.00	11.00	23/02/1979
FRANCIELE WIECZYCOSKI	6030851-9	09/06/2014	09/06/2014	09/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	3.25	12.25	02/09/1979
FABIO YOSHIHIRO ENDO	7252655-4	09/06/2014	09/06/2014	09/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	15/10/1981
ROBERTO AUGUSTO PASCHOAL	8195944-7	09/06/2014	09/06/2014	09/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	7.00	16.00	22/10/1983
IVANDO CATALANI JUNIOR	7248702-8	09/06/2014	09/06/2014	09/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	08/12/1984
FELIPE ROSSETIN FURTADO	9111715-0	09/06/2014	09/06/2014	09/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	1.00	10.00	15/12/1985
ROGERIO PRIETO CAMPI	6710798-5	10/06/2014	10/06/2014	10/06/2014	20/08/1997	20/08/1997	2	2	3	4.00	0.00	11.00	24/04/1978
RIVELINO BRAZ PINTO	4652833-6	10/06/2014	10/06/2014	10/06/2014	15/09/2000	15/09/2000	2	2	3	2.75	0.50	10.25	19/01/1970
EDILSON JOSE DA SILVA	4116545-6	10/06/2014	10/06/2014	10/06/2014	04/06/2014	05/07/2006	2	2	1	4.00	0.50	9.50	25/02/1972
ROSILENE BARBOSA DA COSTA	12490231-2	10/06/2014	10/06/2014	10/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	6.00	15.00	05/06/1968
RICARDO MARTINS	13798959-0	10/06/2014	10/06/2014	10/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	01/08/1968
CELSON FERNANDES	4345449-8	10/06/2014	10/06/2014	10/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	3.00	5.00	13.00	24/12/1969
JUAREZ BATISTA DA SILVA	4540830-2	10/06/2014	10/06/2014	10/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	1.00	10.00	14/11/1971

CLAYTON MAURILO ADRIANO DE OLIVEIRA	5707818-9	10/06/2014	10/06/2014	10/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	17/10/1975
EDGAR MACHADO	6723795-1	10/06/2014	10/06/2014	10/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	03/10/1976
MARCIANO BARETA BARCAROLO	6975766-9	10/06/2014	10/06/2014	10/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.75	9.75	12/07/1978
MARCEL SANTOS DE SOUZA	7038187-7	10/06/2014	10/06/2014	10/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	7.00	16.00	24/10/1978
MARCIO FABIANO CORDEIRO	7367828-5	10/06/2014	10/06/2014	10/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	4.50	13.50	01/12/1978
WESLEI VELOSO PEREIRA	13430659-9	10/06/2014	10/06/2014	10/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	1.50	10.50	13/12/1978
RAFAEL LUCAS PAIXÃO MORO	3593150-3	10/06/2014	10/06/2014	10/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	1.00	10.00	11/12/1979
JEFFERSON ED ELOY JUNIOR	5628780-9	10/06/2014	10/06/2014	10/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	7.25	16.25	06/08/1980
GRACIANE CELESTE BERTO MESQUITA	13456153-0	10/06/2014	10/06/2014	10/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	7.25	16.25	12/01/1981
LINCOLN BUZATO PELISSON	8269623-7	10/06/2014	10/06/2014	10/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	15/03/1982
MAYKON PEREIRA RANGEL	8971759-0	10/06/2014	10/06/2014	10/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	5.00	14.00	26/12/1984
DIOGO FERRE MACIEL DE OLIVEIRA	7541782-9	10/06/2014	10/06/2014	10/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	3.75	2.75	11.50	16/03/1985
RAFAEL HINÇA	9539740-9	10/06/2014	10/06/2014	10/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	1.25	10.25	24/10/1986
THIAGO MAIA GONÇALVES	5251348-0	11/06/2014	11/06/2014	11/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	4.25	13.25	17/01/1985
EDMAR LAZARIN	5974505-0	11/06/2014	11/06/2014	11/06/2014	21/05/2012	21/05/2012	2	2	1.5	4.00	20.10	29.60	08/07/1981
VALDECIR MARTINS	4230210-4	11/06/2014	11/06/2014	11/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	7.00	16.00	02/04/1966
MARCELO MARCOS DE SOUZA	4070381-0	11/06/2014	11/06/2014	11/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	5.50	14.50	06/12/1968
LEANDRO FREITAS MAESTA	5166638-0	11/06/2014	11/06/2014	11/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	4.30	13.30	14/08/1974
RENATO PEREIRA SANTOS	6435539-2	11/06/2014	11/06/2014	11/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	1.50	10.50	31/08/1974
CLEBER MARCELO BOCCHI	5295726-5	11/06/2014	11/06/2014	11/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	26/03/1975
EDER PAULO DOS SANTOS	6465130-7	11/06/2014	11/06/2014	11/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	08/06/1976
EDIO VESCOVI	7691445-1	11/06/2014	11/06/2014	11/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	4.75	13.75	04/05/1979
RODRIGO MOLINA ROSSETO	7707491-0	11/06/2014	11/06/2014	11/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	3.25	0.00	8.25	01/03/1980
WESLEY ALMEIDA ALVES	8821032-8	11/06/2014	11/06/2014	11/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	16/04/1981
ELTON EDUARDO PINTO	6226407-1	11/06/2014	11/06/2014	11/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	3.50	12.50	26/05/1981
EMERSON FERREIRA NIFA	7984717-8	11/06/2014	11/06/2014	11/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	2.00	11.00	22/02/1982
PAOLA FRANÇOISE DOS SANTOS VIEIRA DUTRA DA SILVA	8714756-8	11/06/2014	11/06/2014	11/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	4.00	13.00	05/04/1984

DAVI ZARDO	7570819-0	11/06/2014	11/06/2014	11/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	5.50	14.50	29/11/1984
MARCELO VANZELA	9063594-8	11/06/2014	11/06/2014	11/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	11/04/1986
NELSON RODRIGO MENDES	9448889-2	11/06/2014	11/06/2014	11/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	3.88	8.50	17.38	27/11/1986
GLAUCIA REGINA NUNES	9708332-0	11/06/2014	11/06/2014	11/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	1.75	10.75	16/12/1988
THIAGO DOS SANTOS CANUTO LEMOS	8361368-8	12/06/2014	12/06/2014	12/06/2014	09/06/2006	09/06/2006	2	2	3	4.00	2.75	13.75	26/04/1983
UBIRATI JORGE GHELLER	8258181-2	12/06/2014	12/06/2014	12/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	24/09/1956
WANDERLEI PONCIO	4578137-2	12/06/2014	12/06/2014	12/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.60	9.60	19/10/1970
RODOLFO QUINTINO DA VEIGA	6881757-9	12/06/2014	12/06/2014	12/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	10/08/1976
MARCIO DELFIM BRITO	8217359-5	12/06/2014	12/06/2014	12/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	27/11/1978
RUBENS GOMES DE SOUZA JUNIOR	6133114-0	12/06/2014	12/06/2014	12/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	11/11/1980
NIKOLAS CABRAL DOS SANTOS	6112858-1	12/06/2014	12/06/2014	12/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	30/11/1980
LEANDRO DURSKE PINHEIRO	6169298-3	12/06/2014	12/06/2014	12/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	2.50	11.50	17/06/1985
PAULO CEZAR MONTEIRO	8282778-1	13/06/2014	13/06/2014	13/06/2014	08/04/2011	08/04/2011	2	2	1.75	3.75	1.25	10.75	19/04/1980
ANDERSON CLEITON DE SOUZA	9175542-4	13/06/2014	13/06/2014	13/06/2014	04/06/2014	21/05/2012	2	2	1	4.00	1.00	10.00	13/12/1982
MARCO ROBERTO ALVES DOS REIS	4260373-2	13/06/2014	13/06/2014	13/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	21/04/1970
SERGIO LUIS DIANIN	4760894-5	13/06/2014	13/06/2014	13/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	6.35	15.35	19/01/1971
JOSSIMARI MARENDIA	4925112-2	13/06/2014	13/06/2014	13/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	2.75	11.75	05/04/1971
MARCELO MARTINS	4454499-7	13/06/2014	13/06/2014	13/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	13.20	22.20	27/06/1973
EDSON SANTIAGO SEVERO	5751951-7	13/06/2014	13/06/2014	13/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	2.00	11.00	28/11/1973
RONY YURI BASILIO	8312674-4	13/06/2014	13/06/2014	13/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	4.25	13.25	06/12/1973
EDILSON DA SILVA MARTINS	13453005-7	13/06/2014	13/06/2014	13/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	03/12/1975
LUIZ PAULO GALLI	6854154-9	13/06/2014	13/06/2014	13/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	1.75	10.75	22/01/1979
DIOLANDO ESTRELA	8039340-7	13/06/2014	13/06/2014	13/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	1.75	10.75	11/10/1979
MAYCON EDUARDO GALAN	7832866-5	13/06/2014	13/06/2014	13/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	23/03/1981
RODRIGO MIRANDA	7854944-0	13/06/2014	13/06/2014	13/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	16/04/1981
CARLOS ALEXANDRE STARKE	3959991-0	13/06/2014	13/06/2014	13/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	1.50	10.50	27/07/1982
NAIANA CASAGRANDE	7830273-9	13/06/2014	13/06/2014	13/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	3.87	5.00	13.87	13/12/1982
WAGNER MASSARU KIMURA	6533231-0	13/06/2014	13/06/2014	13/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	27/02/1983

FERNANDO CESAR PEREIRA	7529284-8	13/06/2014	13/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	3.00	2.00	10.00	08/07/1983
CRISTIANE RIBEIRO	8601180-8	13/06/2014	13/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	6.00	15.00	16/08/1983
KAROLINE ZOTTI	8793442-0	13/06/2014	13/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	13/04/1985
DAYSE TIEMI SAKIAMA VIEIRA	8433449-9	13/06/2014	13/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	30/08/1987
CRISTIANE CAVALCANTI DE OLIVEIRA	13465272-1	16/06/2014	16/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.50	9.50	24/10/1965
FABIAN JUSTUS	6067877-4	16/06/2014	16/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	2.00	11.00	24/06/1974
MATEUS HIRANO	5114620-4	16/06/2014	16/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	2.25	11.25	17/02/1975
CRISTIAN CESAR DE OLIVEIRA	6166642-7	16/06/2014	16/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	08/02/1976
NICKSON CLAITER DA SILVA	6139084-7	16/06/2014	16/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	2.00	11.00	01/12/1976
AUDAIR LEONCIO DE SOUZA	7016142-7	16/06/2014	16/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	18/08/1977
DANIEL MONTENEGRO WOELLNER DOS SANTOS	7047697-5	16/06/2014	16/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	5.50	14.50	17/05/1981
SAMUEL RODRIGUES DE LIMA	9535190-5	16/06/2014	16/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	6.25	15.25	08/12/1982
MAGALI FEITEN	7879954-4	16/06/2014	16/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	1.75	10.75	01/09/1983
SILVIO CARLOS DOS SANTOS	6090750-1	17/06/2014	17/06/2014	12/01/2004	12/01/2004	12/01/2004	2	2	3	3.75	3.50	14.25	28/09/1976
DEVANIR PEREIRA DOS SANTOS	5265637-0	17/06/2014	17/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	09/05/1971
CASSIO DURAN SAVIOLI	5691759-4	17/06/2014	17/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	4.00	13.00	21/09/1974
LUCIANA MARIA GUERRA MARTINS	5739510-9	17/06/2014	17/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	2.75	11.75	06/01/1975
LAIS SALOMÃO	6168263-5	17/06/2014	17/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	7.00	16.00	27/10/1975
GILSON ANDRE GIRON	4750866-5	17/06/2014	17/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	2.00	11.00	07/06/1976
DENYS ALBIEIRO PINHEIRO GONÇALVES	13466228-0	17/06/2014	17/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	3.75	2.00	10.75	11/06/1982
JOÃO MARCOS DE SOUZA MARTINS	8667640-0	17/06/2014	17/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	28/11/1982
GEOVANE DE OLIVEIRA	9278033-3	18/06/2014	18/06/2014	11/11/2013	11/11/2013	11/11/2013	2	2	1.25	4.00	2.25	11.50	04/11/1986
VILSON SCHWANTES	4165171-7	18/06/2014	18/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	2.75	11.75	24/07/1966
PAULO ALVES DE OLIVEIRA	4455945-5	18/06/2014	18/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	2.00	11.00	29/06/1967
SANDRA ALMEIDA IGNACHEWSKI	5565354-2	18/06/2014	18/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.50	9.50	25/04/1974
CLEBER PELIZARI	5412465-1	18/06/2014	18/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	19/01/1976
MATEUS HOHMANN NOVOCHADLO	5842335-1	18/06/2014	18/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	1.00	10.00	24/03/1981
ISIDRO RAFAEL ARAUJO PESSOA	14155150-7	18/06/2014	18/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	1.50	10.50	03/10/1981

ELISANGELA MARIA DE BARROS	8198238-4	18/06/2014	18/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	08/11/1981
SIMONE DE LORENZO	8104866-5	18/06/2014	18/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	5.00	14.00	23/12/1983
MARIANA SAMANTA DA CRUZ FERREIRA	9223532-7	18/06/2014	18/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	10.50	19.50	17/08/1985
WANDREY DRESCH	8862174-3	18/06/2014	18/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	5.25	14.25	30/05/1986
VINICIUS LEANDRO REZZI FEU	8095280-5	18/06/2014	18/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	18/06/1986
RICARDO ALEKSSANDER COLPANI	7638492-4	18/06/2014	18/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	1.00	10.00	05/07/1987
MARCOS VINICIUS SHINNAE	8493821-1	18/06/2014	18/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	2.50	11.50	25/12/1987
FELIPE CARVALHO DE LIMA	8989847-1	18/06/2014	18/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	11/01/1989
GIOVANNI MARTELLO	4774971-9	18/06/2014	18/06/2014	18/06/2014	18/06/2014	2	2	1	4.00	0.25	9.25	28/09/1976
EDSON LUIZ DE MELO	3105728-0	23/06/2014	23/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	7.05	16.05	01/12/1969
GLAUBER PRIETO PIEDADE	3635835-1	23/06/2014	23/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	3.50	12.50	07/02/1971
CLAYTON ANTONIO DA SILVA	6560911-8	23/06/2014	23/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	3.63	2.25	10.88	29/09/1974
FABIO BELEM	4988867-7	23/06/2014	23/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	1.00	10.00	23/04/1975
THIAGO HENDRIGO MORAES	14153856-0	23/06/2014	23/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	3.25	12.25	07/04/1980
TATIANA MARTINS ASSIS	13443190-3	23/06/2014	23/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.75	9.75	24/09/1981
KARINA CALEGARI	10071762-0	23/06/2014	23/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	4.25	13.25	01/03/1988
EVALDO CORREA MUCHON	5728347-5	24/06/2014	24/06/2014	14/01/1998	14/01/1998	2	2	3	4.00	0.00	11.00	25/11/1968
KAZUNORI NAKASONO	2134573-3	24/06/2014	24/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	3.50	12.50	02/04/1961
MARCOS FERREIRA MACHADO	5540313-9	24/06/2014	24/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.50	9.50	27/07/1967
SIMONE DE SOUZA ROSA	13467942-5	24/06/2014	24/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	8.75	17.75	21/04/1968
EXPEDITO BARBOSA DE AQUINO	4963006-9	24/06/2014	24/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	24/04/1970
SANDRIO IGOR SUREIRA	13406134-0	24/06/2014	24/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	24/04/1975
SANDRA APARECIDA DOS SANTOS STOLZE	7213844-9	24/06/2014	24/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	4.00	13.00	07/06/1976
FLAVIO FERNANDES BARBOSA	7280890-8	24/06/2014	24/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	16/07/1977
GILDEMAR ROBERTO SALES	7338569-5	24/06/2014	24/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	3.50	12.50	17/08/1978
MATHEUS PANDINI	14156097-2	24/06/2014	24/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	5.55	14.55	11/12/1979
JULIANE HONORIO RODRIGUES HOFEMANN	7369033-1	24/06/2014	24/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	2.50	11.50	03/02/1980

VITOR CARLOS BRINKER	9610276-3	24/06/2014	24/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	3.00	12.00	25/01/1983
JULIO MAURO ZDEBSKI	8213123-0	24/06/2014	24/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	18.75	27.75	28/03/1983
RUDYSON FRANCISCO XAVIER DE	7501016-8	24/06/2014	24/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	3.38	6.50	14.88	22/09/1983
FERNANDA SAPELI LEMOS RAMOS	7608922-1	24/06/2014	24/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	17/04/1984
MARCELO BARBOSA GALVAO	8251636-0	24/06/2014	24/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	2.75	11.75	09/08/1984
THIAGO FERNANDO MINELLA RIBEIRO	8788418-0	24/06/2014	24/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	4.50	13.50	06/11/1984
DANIELE TAIS RIBEIRO	9074835-1	24/06/2014	24/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	2.00	11.00	14/07/1986
FELIPE PEREIRA DE MELO	8215574-0	24/06/2014	24/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1		44.25	49.25	14/11/1986
CLAUDIO LIMA VALENZI	7340393-6	25/06/2014	25/06/2014	04/06/2014	27/11/2003	2	2	1	4.00	0.50	9.50	12/11/1978
MARCOS JOSE FERREIRA BATISTA	8114478-8	25/06/2014	25/06/2014	12/01/2004	12/01/2004	2	2	3	4.00	0.00	11.00	31/03/1979
ROGINALDO MARCOS BATISTA	4539347-0	25/06/2014	25/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	3.00	1.25	9.25	06/11/1964
JOSE AMILTON PONTAROLO	4349793-6	25/06/2014	25/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	3.88	0.00	8.88	02/06/1966
FLAVIO PEREIRA DA SILVA	4205124-1	25/06/2014	25/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.50	9.50	28/06/1969
FABIANO QUEIROZ BRAGA	3640824-3	25/06/2014	25/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	06/07/1969
TEREZINHA DE JESUS INACIO	5062630-0	25/06/2014	25/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	25.75	34.75	22/12/1969
KEILA CARLA COSTA	5315284-8	25/06/2014	25/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	11/08/1974
ROSANE CAMARGO	6574774-0	25/06/2014	25/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	3.38	3.75	12.13	21/06/1976
CLEIRE JOVANE DE OLIVEIRA BRANCO	6453511-0	25/06/2014	25/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	18/09/1976
ANA CRISTINA LUIS LEME OZIERANSKI	6940458-8	25/06/2014	25/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	3.00	12.00	01/01/1978
ANTONIO LUIS GEREZ DE AZEVEDO CAMPOS VAZ	8052565-6	25/06/2014	25/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	22/01/1979
RAQUEL CRISTINA DE VARGAS	6993974-0	25/06/2014	25/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1		0.00	5.00	10/12/1979
JOSE LUIZ CORREIA FARIAS	7703789-6	25/06/2014	25/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	4.00	13.00	27/06/1980
RAPHAEL MARZOLA CARDOSO	6867734-3	25/06/2014	25/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	29/04/1981
HENRIQUE TSUGUHIRO SASAKI	8660012-9	25/06/2014	25/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.25	9.25	16/03/1985
EDSON LUIZ DE OLIVEIRA	3211907-7	26/06/2014	26/06/2014	04/06/2014	01/12/1984	2	2	1	4.00	0.00	9.00	26/08/1963
YURI SPONHOLZ	5778367-2	26/06/2014	26/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	5.50	14.50	15/01/1974
ROBERTO AMARAL DO AMARAL	14161009-0	26/06/2014	26/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	04/05/1978
WANDERSON CABRAL	7219732-1	26/06/2014	26/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	4.50	13.50	03/02/1979

GISLAINE IDE GOMES FERREIRA	6839358-2	26/06/2014	26/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	6.00	15.00	16/08/1979
WELLINGTON ALBERTO LOCATELLI	5433761-2	26/06/2014	26/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	3.13	0.75	8.88	19/12/1979
GISELE LEMES DA LUZ	8132750-5	26/06/2014	26/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	1.00	10.00	22/09/1983
SANDRA REGINA DA SILVA	8789472-0	26/06/2014	26/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	2.50	11.50	05/02/1984
FERNANDO CERRI	7724751-3	26/06/2014	26/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.20	9.20	08/09/1984
FELIPE TELES PEREIRA	8463029-2	27/06/2014	27/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	2	4.00	5.50	15.50	19/11/1988
OSIRIS ALESSANDRE MILLEZI	7697792-5	27/06/2014	27/06/2014	03/06/2014	03/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	19/06/1983
MARCOS ANTONIO DA SILVEIRA CALDAS	3922463-1	27/06/2014	27/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	14/12/1965
LAURO JOSE DO PRADO	3636761-0	27/06/2014	27/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	15.75	24.75	21/01/1966
ELISEU ARIVERALDO DOS SANTOS	4346898-7	27/06/2014	27/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	2.25	11.25	09/06/1966
PAULO CESAR SENA	4387185-4	27/06/2014	27/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	01/10/1967
NILSON JOSE MENDONÇA	5007566-4	27/06/2014	27/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	3.50	12.50	20/08/1969
PAULO EDUARDO PRAMIU	7812099-1	27/06/2014	27/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	6.50	15.50	18/05/1985
MIZAELO SOUZA DA CRUZ	8814895-9	27/06/2014	27/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	13/10/1985
JULIO CEZAR BANAK JACINTO	13444864-4	27/06/2014	27/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	25/12/1986
ROBERTO AUMANN	3235170-0	30/06/2014	30/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	09/02/1962
RODRIGO ZANONI	6603962-5	30/06/2014	30/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	19/01/1980
LEANDRO AUGUSTO SILVA DE OLIVEIRA	9095025-8	30/06/2014	30/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	4.50	13.50	03/12/1985
NUBIA MARA DE ALMEIDA BOZA	14124621-6	30/06/2014	30/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	2.75	11.75	18/08/1986
VIVIANE CRISTINA RODRIGUES TANAKA	14165112-9	01/07/2014	01/07/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	2.50	11.50	12/10/1979
ALMIR MOLINARI	4523669-2	09/07/2014	09/07/2014	14/01/1998	14/01/1998	2	2	3	3.75	0.00	10.75	14/12/1970
LUIS OTAVIO DE PAULA E SILVA	3961050-7	09/07/2014	09/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	4.00	4.00	13.00	22/12/1968
VENILDO DA ROSA GIORDANI	13124806-7	09/07/2014	09/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	3.88	7.75	16.63	22/06/1966
LEONEL RODRIGUES	4588508-9	09/07/2014	09/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	4.00	2.25	11.25	01/04/1969
FABRICIO ANDRE SOUZA MEYER	5336106-4	09/07/2014	09/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	01/03/1975
MARIO SERGIO PINZAN	6047943-7	09/07/2014	09/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	23/01/1976
CHISCELY KATIA DOS SANTOS	7127888-3	09/07/2014	09/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	4.00	3.25	12.25	14/10/1977
VALDIR DE ALMEIDA	7802783-5	09/07/2014	09/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	4.00	1.05	10.05	29/04/1980

VANESSA RIBEIRO MARTINS EL KADRI	8292932-0	09/07/2014	09/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	4.00	2.50	11.50	22/05/1983
PAULA ANDRESSA OCONSKI	13119693-8	09/07/2014	09/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	23/01/1988
JOÃO DOS SANTOS NETTO	4995223-6	10/07/2014	10/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	29/01/1988	2	2	1	4.00	0.00	9.00	22/06/1969
VITOR NOGUEIRA CARVALHO	12435120-0	10/07/2014	10/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	09/04/2008	2	2	1	4.00	5.50	14.50	28/07/1982
EDERSON LUIZ DOS SANTOS	8548921-6	10/07/2014	10/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	24/06/2010	2	2	1	4.00	0.00	9.00	06/03/1984
EMERSON LUIZ RIBEIRO	7349408-7	10/07/2014	10/07/2014	24/05/2012	24/05/2012	24/05/2012	2	2	1.5	4.00	1.25	10.75	26/06/1981
RONI CARLOS GRELLAK	4124162-4	10/07/2014	10/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	3.75	0.00	8.75	15/11/1970
FABIO EDGAR SILVA	4579784-8	10/07/2014	10/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	31/12/1970
MARILIA RECH DURÃES	7278617-3	10/07/2014	10/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	07/06/1978
ELIZANGELA PAULA PASSARELLA	6904284-8	10/07/2014	10/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	4.00	2.60	11.60	26/03/1979
TALITA FERNANDA BRESOLIN ROTA	8420808-6	10/07/2014	10/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	4.00	1.75	10.75	18/04/1982
ROBISON ROCHA	7984639-2	10/07/2014	10/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	4.00	3.00	12.00	25/04/1983
ROBERTA FIGUEIREDO ROSSETTE	9167837-3	10/07/2014	10/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	4.00	2.50	11.50	23/06/1984
DIEGO DE CAMPOS SILVA	7747476-5	10/07/2014	10/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	20/02/1985
LILIAN THERESA DE SOUZA	8973214-0	10/07/2014	10/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	4.00	1.75	10.75	01/06/1985
MARCOS VINICIUS RIBEIRO DE ANDRADE	10043963-8	10/07/2014	10/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	4.00	3.00	12.00	08/07/1987
NELSON GOMES DE OLIVEIRA NETO	7234258-5	10/07/2014	10/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	4.00	3.00	12.00	21/08/1987
CLAYTON CLEBER DE PAULA	6739164-0	10/07/2014	10/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	24/05/1977
DEBORA SCHUSTER	10666462-5	10/07/2014	10/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	06/06/1977
PEDRO MARCELO SILVEIRA PIRES	6241322-0	10/07/2014	10/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	2	2	1	4.00	5.25	14.25	05/10/1977
ALAN RENOSTRO BARBIERI	5997905-1	10/07/2014	10/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	2	2	1	4.00	8.25	17.25	29/12/1977
FABIO NAKASHIMA	7321571-4	10/07/2014	10/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	24/02/1979
PAULINA MANOELA FERREIRA DE MELLO DE SOUZA	7739510-5	10/07/2014	10/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	2	2	1	4.00	0.50	9.50	27/06/1981
NILSON CARLOS DE FREITAS	7544088-0	10/07/2014	10/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	06/05/1982
SERGIO VIANA ROCHA	7778443-8	10/07/2014	10/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	2	2	1	4.00	2.00	11.00	17/09/1984
JOYR GREGORIO ROMERO	8658300-3	10/07/2014	10/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	2	2	1	4.00	1.25	10.25	03/11/1986
DALVA APARECIDA DUARTE KROETZ CIOITI	7664119-6	11/07/2014	11/07/2014	02/05/2006	02/05/2006	02/05/2006	2	2	3	4.00	6.00	17.00	08/11/1980

DUCCIO ALFREDO MATUELLA	7765000-8	11/07/2014	11/07/2014	04/07/2014	09/03/2012	2	2	1	4.00	1.50	10.50	02/06/1989
JOSE RENATO DA SILVA ROCHA	13435600-6	11/07/2014	11/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	4.00	2.50	11.50	15/05/1963
FLAVIANE WEIBER	6052350-9	11/07/2014	11/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	08/10/1972
MARLON CRISTIANO ARANTES BELATO	7035987-1	11/07/2014	11/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	28/11/1978
KARINE FERREIRA DE OLIVEIRA VINOTI	8070557-3	11/07/2014	11/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	4.00	1.00	10.00	29/06/1983
FABIO RASMUSSEN CALIXTO	8391069-0	11/07/2014	11/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	4.00	2.50	11.50	26/07/1984
SILVANA REGINA PICCININ	3440358-9	11/07/2014	11/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	2	2	1	4.00	1.50	10.50	23/02/1963
ELOI CORBARI	4648265-4	11/07/2014	11/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	14/11/1967
SANDROMAR RIBEIRO BORGES	6216787-4	11/07/2014	11/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	2	2	1	4.00	5.75	14.75	04/05/1977
FERNANDO CESAR DE ALMEIDA	6938593-1	11/07/2014	11/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	22/08/1977
TANIA SIMÕES DE SOUZA	8604952-0	11/07/2014	11/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	2	2	1	4.00	1.00	10.00	03/10/1981
MARAISSA MURIEL DE LARA	9582150-2	11/07/2014	11/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	02/04/1985
MARCO AURELIO DE JESUS JACO	10665632-0	11/07/2014	11/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	20/12/1988
IOLANDA DA SILVA	8194618-3	11/07/2014	11/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	21/12/1988
NILCEU APARECIDO SANTOS	6421520-5	11/07/2014	11/07/2014	11/07/2014	11/07/2014	2	2	1	4.00	7.50	16.50	14/07/1977
DAIANI FERNANDES DE OLIVEIRA	7262323-1	14/07/2014	14/07/2014	02/07/2014	02/07/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	07/10/1985
JOYCE DE PAULA FREITAS SALDANHA	7559409-7	15/07/2014	15/07/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	3.88	0.00	8.88	09/03/1983
EVANDRO LUIS SZTOLTZ	4393778-2	15/07/2014	15/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	27/11/1970
IRESS IRECE COGO	4116097-7	17/07/2014	17/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	2	2	1	4.00	1.00	10.00	10/10/1966
MAURICIO DOMINGOS PINOS PONTALTI	13466672-2	21/07/2014	21/07/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	04/04/1982
ADELMO ROGOGINSKI	4903775-9	31/07/2014	31/07/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	26/05/1971
EDSON DE OLIVEIRA	8662910-0	31/07/2014	31/07/2014	04/07/2014	04/07/2014	2	2	1	4.00	3.00	12.00	18/11/1976
SERGIO SOUZA DE ARAUJO	5616383-2	31/07/2014	31/07/2014	29/07/2014	29/07/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	16/03/1975
ALESSANDRA ALVES DOS SANTOS	9729712-6	06/08/2014	06/08/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	05/05/1987
MARCUS DOMICIUS CLAUDIUS VARELA CAVALCANTI	14208808-8	29/08/2014	29/08/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	06/09/1981
EDGARD HOFFMANN JUNIOR	3232904-7	09/10/2014	09/10/2014	26/09/2014	26/09/2014	2	2	1	3.25	0.00	8.25	14/05/1964
RAFAEL CARLIM COSTA	8679767-4	27/10/2014	27/10/2014	25/09/2014	25/09/2014	2	2	1	4.00	2.25	11.25	12/03/1984
ELBE UEBER CASTRO BINO	5669554-0	10/02/2015	10/02/2015	14/01/1998	14/01/1998	2	2	3	3.88	0.00	10.88	23/07/1974

MARCELO ALVES DE CAMARGO	5723996-4	11/03/2015	11/03/2015	11/03/2015	11/03/2015	2	2	1	4.00	0.00	9.00	16/04/1973
ROBERTO ALMEIDA KARPINSKI JUNIOR	6206532-0	10/08/2015	10/08/2015	03/08/2015	03/08/2015	1.5	1.5	0.75	4.00	5.25	13.00	11/11/1974
LUCAS DANIEL IANESKO	8683845-1	04/12/2015	04/12/2015	09/10/2015	09/10/2015	1.5	1.5	0.75	4.00	0.00	7.75	18/12/1987

Curitiba, 12 de Agosto de 2019

JORGE AZÔR PINTO
Presidente

MARCO ANTONIO LAGANA
1º Membro

BENEDITO GONÇALVES NETO
2º Membro

COMISSÃO DE PROMOÇÕES DOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS POLICIAIS CIVIS										
ALMANAQUE DA POLÍCIA CIVIL										
LISTA DE PAPILOSCOPISTA A PROMOÇÃO DA 2ª para 1ª CLASSE										
NOME	RG.	TEMPO NA CLASSE	TEMPO NO CARGO	TEMPO NA POLÍCIA	TEMPO NO ESTADO	PONTO CLASSE	PONTO CARGO	PONTO POLÍCIA	BMER.	CURSOS
Não existem funcionários nessa sessão.										
										D.N.

COMISSÃO DE PROMOÇÕES DOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS POLICIAIS CIVIS										
ALMANAQUE DA POLÍCIA CIVIL										
LISTA DE PAPILOSCOPISTA A PROMOÇÃO DA 3ª para 2ª CLASSE										
NOME	RG.	TEMPO NA CLASSE	TEMPO NO CARGO	TEMPO NA POLÍCIA	TEMPO NO ESTADO	PONTO CLASSE	PONTO CARGO	PONTO POLÍCIA	BMER.	CURSOS
PAULO ROBERTO KAWASHINA	7333775-5	27/09/2011	12/09/2008	20/08/2008	20/08/2008	3	3	2.5	4.00	1.75
ANTONIO LOURENÇO MARTINS JUNIOR	3372874-3	13/12/2011	09/10/2008	01/10/2008	07/08/2006	3	3	2.5	4.00	1.60
GUSTAVO MARTINS LEONCIO	8355987-0	29/05/2012	02/04/2009	18/03/2009	18/03/2009	3	3	2.25	4.00	5.00
BARBARA ERTHAL PEREIRA	6114896-5	29/05/2012	03/04/2009	18/03/2009	18/03/2009	3	3	2.25		7.50
LEANDRO LARGER RODRIGUES	12731954-5	26/06/2012	06/04/2009	18/03/2009	18/03/2009	3	3	2.25	4.00	8.95
LIZ FRANCIELI KOBAY	6262051-0	26/06/2012	06/04/2009	18/03/2009	18/03/2009	3	3	2.25	4.00	13.25
SILVIA DE SIQUEIRA CROPINISKI	6393800-9	26/06/2012	08/04/2009	18/03/2009	18/03/2009	3	3	2.25	4.00	21.75
RODRIGO BERTUOL	6322843-2	26/06/2012	09/04/2009	18/03/2009	18/03/2009	3	3	2.25	4.00	17.25
DANIELE LEPIESZYNSKI	6856123-0	26/06/2012	09/04/2009	18/03/2009	18/03/2009	3	3	2.25	4.00	9.50
CHRISTINA DE CASTRO FERREIRA LEITE	12745683-6	26/06/2012	13/04/2009	18/03/2009	18/03/2009	3	3	2.25	4.00	10.00
ALEX MANTOVANI RAMOS	12785343-6	26/06/2012	15/04/2009	18/03/2009	18/03/2009	3	3	2.25	4.00	4.25
KARINE MORETTI	6696661-5	24/07/2012	08/04/2009	18/03/2009	18/03/2009	3	3	2.25	4.00	5.70
CAMILA ZANARDO LOURENÇO DA SILVA	7545559-3	07/09/2012	12/09/2008	20/08/2008	20/08/2008	3	3	2.5	4.00	4.25
COMIM										
ALESSANDRO MAIKON NOGARA	5868830-4	18/09/2012	07/04/2009	18/03/2009	18/03/2009	3	3	2.25	4.00	0.00
										D.N.

LUCIANA MENDOZA CIDADE OREM	12525307-5	28/04/2014	01/04/2009	18/03/2009	18/03/2009	2	3	2.25	4.00	8.75	20.00	07/06/1976
ERNESTO MIYATAKE	3894078-3	28/04/2014	02/04/2009	18/03/2009	18/03/2009	2	3	2.25	4.00	2.75	14.00	23/11/1966
LUCIANA ELISA TISCHER	12542251-9	28/04/2014	02/04/2009	18/03/2009	18/03/2009	2	3	2.25		11.75	19.00	11/04/1977
ISRAEL FERREIRA SILVA	12778085-4	28/04/2014	03/04/2009	18/03/2009	18/03/2009	2	3	2.25	4.00	1.00	12.25	22/04/1981
LUIZ CARLOS NOGUEIRA	3120438-0	28/04/2014	06/04/2009	18/03/2009	18/03/2009	2	3	2.25	4.00	15.50	26.75	26/10/1960
FABIANA MIKA	8732372-2	28/04/2014	06/04/2009	18/03/2009	18/03/2009	2	3	2.25	4.00	3.00	14.25	13/06/1985
MODESTO PEREIRA DE OLIVEIRA	3314417-2	28/04/2014	16/04/2009	18/03/2009	31/03/2008	2	3	2.25	4.00	1.25	12.50	06/02/1962
ALEXSANDRO OLIVEIRA DA COSTA	12804216-4	28/04/2014	13/05/2009	18/03/2009	18/03/2009	2	3	2.25	4.00	5.75	17.00	03/04/1980
PAULO PEREIRA MIRANDA SOBRINHO	5820096-4	28/04/2014	26/05/2009	15/05/2009	15/05/2009	2	3	2.25	4.00	16.25	27.50	10/07/1976
DIOGO DA COSTA OLIVEIRA	7075177-1	28/04/2014	27/05/2009	15/05/2009	15/05/2009	2	3	2.25	4.00	0.50	11.75	27/03/1979

COMISSÃO DE PROMOÇÕES DOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS POLICIAIS CIVIS

ALMANAQUE DA POLÍCIA CIVIL

LISTA DE PAPILOSCOPISTA A PROMOÇÃO DA 4ª para 3ª CLASSE

NOME	RG.	TEMPO NA CLASSE	TEMPO NO CARGO	TEMPO NA POLÍCIA	TEMPO NO ESTADO	PONTO CLASSE	PONTO CARGO	PONTO POLÍCIA	BMER.	CURSOS	TOTAL	D.N.
JEYSON JOBIM CORREA LEMES	7760668-8	05/11/2012	05/11/2012	19/10/2012	19/10/2012	3	3	1.5	4.00	0.00	11.50	10/09/1978
EDER DOS SANTOS MAZUCO	7969295-6	18/06/2014	18/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	1.00	10.00	20/12/1982
REGIANE TORRES	7011474-7	24/06/2014	24/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	3.25	12.25	27/06/1979
EDINEIA ALVES DE LIMA VIDAL	6774221-4	27/06/2014	27/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.75	9.75	11/06/1977
MARCIO KATSUMI TAKASO	6428461-4	27/06/2014	27/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	1.25	10.25	04/04/1978
NEUZELI GONÇALVES	6409670-2	30/06/2014	30/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	0.00	9.00	18/06/1976
ALINE CAMILA SILVA CRUZ FREIRE	8224065-9	30/06/2014	30/06/2014	04/06/2014	04/06/2014	2	2	1	4.00	1.25	10.25	20/07/1984

Curitiba, 09 de Agosto de 2019

JORGE AZÔR PINTO
Presidente

MARCO ANTONIO LAGANA
1º Membro

BENEDITO GONÇALVES NETO
2º Membro

**Secretaria de
Infraestrutura e Logística****Administração dos Portos de
Paranaguá e Antonina - APPA**

P O R T A R I A Nº 229 – 19

O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 30 do Estatuto aprovado pelo Decreto Estadual nº 4881, de 26 de agosto de 2016,

- Considerando o processo protocolado sob nº 15.673.951-0,

R E S O L V EImplantar, a partir de **JUNHO/2019**, na folha de pagamento dos empregados abaixo relacionados, do Quadro de Pessoal Permanente da APPA, a progressão funcional de que trata o Art. 56 do Decreto 7447/90.

MATR	NOME	DE NÍVEL	PARA NÍVEL
P-1990	ADRIANO PABLO GALVAO	205-F	205-G
P-1991	ALDRIN SANDRO DOS SANTOS	205-F	205-G
P-1992	ALEXANDRE PAPOULIAS	308-F	308-G
P-1993	ANDRE LUIS LOBO D. DE OLIVEIRA	206-F	206-G
P-1994	CARLOS EIDAM DE ASSIS	206-F	206-G
P-1997	EDENILSON COCHINSKI	206-F	206-G
P-2000	EDWARD MASSAYUKI UYETAQUI	308-F	308-G
P-2001	ELIESER ANTONIO DURANTE	308-F	308-G
P-2003	EZEQUIEL OSCAR BAGGIO	206-F	206-G
P-2005	GIOLETE APARECIDA F. BABINSKI	206-F	206-G
P-2007	GUSTAVO FERREIRA DO ROSARIO	308-F	308-G
P-2008	ILMA DE LOURDES B. FROHLICH	206-F	206-G
P-2009	INES FERNANDES	206-F	206-G
P-2010	JAISSON LEITE	205-F	205-G
P-2011	JANUSZ HENRYK STANKIEWICZ	210-F	210-G
P-2012	JEFFERSON ROBERTO C. NOGUEIRA	206-F	206-G
P-2013	JOAO ARMANDO VANHONI	210-F	210-G
P-2014	JOAO FERNANDO DA LUZ JUNIOR	205-F	205-G
P-2015	JULIANO MARTINS DE OLIVEIRA	308-F	308-G
P-2016	LAZARO BASSO	206-F	206-G
P-2020	LUIZ CARLOS SCOMASSON	308-F	308-G
P-2022	MARCELO FERNANDO C. JIMENEZ	210-F	210-G
P-2023	MARCIO LEAL DA SILVA	308-F	308-G
P-2026	PAULA WERNER LINHARES	210-F	210-G
P-2030	ROGER WILLIAN LOPES DOS SANTOS	308-F	308-G
P-2031	SAMUEL MARAFIGO DAS NEVES	308-F	308-G
P-2033	THIAGO KLEBER VOI	206-F	206-G
P-2034	VANDERLEI FLORIANO DOS SANTOS	308-F	308-G
P-2035	VINICIUS GOMES DOS SANTOS	205-F	205-G
P-2036	WALTER ZELLA MENDES	308-F	308-G

Gabinete da Presidência, em 02 de agosto de 2019.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

P O R T A R I A Nº 230 – 19

O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 30 do Estatuto aprovado pelo Decreto Estadual nº 4881, de 26 de agosto de 2016,

- Considerando o processo protocolado sob nº 15.673.951-0,

R E S O L V EImplantar, a partir de **MAIO/2019**, na folha de pagamento dos empregados abaixo relacionados, do Quadro de Pessoal Permanente da APPA, a progressão funcional de que trata o Art. 56 do Decreto 7447/90.

MATR	NOME	DE NÍVEL	PARA NÍVEL
P-2042	CEZAR TRAMUJAS NETO	210-E	210-F
P-2046	EMERSON LEANDRO RIBEIRO DA COSTA	210-E	210-F
P-2041	ERICA DA SILVA NASCIMENTO LOURENÇO	206-E	206-F
P-2043	GUSTAVO HENRIQUE PINHEIRO SCHMIDT	210-E	210-F
P-2048	MAURICIO ROBERTO DA SILVA	308-E	308-F
P-2053	PAULO RENATO FERNANDES LUIZ	308-E	308-F
P-2040	RODRIGO NERIS CAVALCANTI	206-E	206-F
P-2051	ROMEU JESUS CANEDO DA SILVA	205-E	205-F
P-2052	SANDRO PEREIRA	205-E	205-F
P-2050	WALMIR FERREIRA DE ALMEIDA	308-E	308-F

Gabinete da Presidência, em 02 de agosto de 2019.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA

Diretor Presidente

P O R T A R I A Nº 231 – 19

O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 30 do Estatuto aprovado pelo Decreto Estadual nº 4881, de 26 de agosto de 2016,

- Considerando o processo protocolado sob nº 15.673.951-0,

R E S O L V EImplantar, a partir de **JUNHO/2019**, na folha de pagamento do empregado abaixo relacionado, do Quadro de Pessoal Permanente da APPA, a progressão funcional de que trata o Art. 56 do Decreto 7447/90.

MATR	NOME	DE NÍVEL	PARA NÍVEL
P-2054	EDSON ARANTES GUIMARÃES SOARES	210-E	210-F

Gabinete da Presidência, em 02 de agosto de 2019.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA

Diretor Presidente

P O R T A R I A Nº 232 – 19

O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 30 do Estatuto aprovado pelo Decreto Estadual nº 4881, de 26 de agosto de 2016,

Considerando o processo protocolado sob nº 15.673.951-0,

R E S O L V EImplantar, a partir de **OUTUBRO/2019**, na folha de pagamento do empregado abaixo relacionado, do Quadro de Pessoal Permanente da APPA, a progressão funcional de que trata o Art. 56 do Decreto 7447/90.

MATR	NOME	DE NÍVEL	PARA NÍVEL
P-2055	FERNANDO RUSSO	210-E	210-F

Gabinete da Presidência, em 02 de agosto de 2019.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA

Diretor Presidente

P O R T A R I A Nº 233 – 19

O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 30 do Estatuto aprovado pelo Decreto Estadual nº 4881, de 26 de agosto de 2016,

- Considerando o processo protocolado sob nº 15.673.951-0,

R E S O L V EImplantar, a partir de **MAIO/2019**, na folha de pagamento da funcionária abaixo relacionada, do Quadro de Pessoal Permanente da APPA, a progressão funcional de que trata o Art. 56 do Decreto 7447/90.

MATR	NOME	DE NÍVEL	PARA NÍVEL
------	------	----------	------------

P- 2044 RAQUEL DO ROSÁRIO 210-D 210-E

Gabinete da Presidência, em 05 de agosto de 2019.

Gabinete da Presidência, em 02 de agosto de 2019.

(Documento assinado eletronicamente)

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA

Diretor Presidente

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 234 – 19

O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 30 do Estatuto aprovado pelo Decreto Estadual nº 4881, de 26 de agosto de 2016, resolve:

EXONERAR

YASMIN CARLIM ANTUNES, RG nº 9.573.800-1, do Cargo de Confiança de Secretária de Departamento, Símbolo CC-02, a partir desta data.

Gabinete da Presidência, em 03 de agosto de 2019.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 235 – 19

O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 30 do Estatuto aprovado pelo Decreto Estadual nº 4881, de 26 de agosto de 2016, resolve:

DESIGNAR

INÊS FERNANDES, RG nº 6.441.248-5, matrícula P-2009, para exercer o Cargo de Confiança de Secretária de Departamento, Símbolo CC-02, a partir de 05 de agosto de 2019.

Gabinete da Presidência, em 03 de agosto de 2019.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 236 – 19

O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 30 do Estatuto aprovado pelo Decreto Estadual nº 4881, de 26 de agosto de 2016,

- Considerando o processo protocolado sob nº 15.557.457-7,

RESOLVE

Implantar, a partir de **JUNHO/2018**, na folha de pagamento do empregado abaixo relacionado, do Quadro de Pessoal da APPA, a progressão funcional de que trata o Art. 56 do Decreto 7447/90.

MATR	NOME	DE NÍVEL	PARA NÍVEL
2038	DOUGLAS BATISTA SALGUEIRO	205-E	205-F

Gabinete da Presidência, em 31 de julho de 2019.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 237 – 19

O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 30 do Estatuto aprovado pelo Decreto Estadual nº 4881, de 26 de agosto de 2016, Resolve:

DESIGNAR

RAYSSA FERNANDA CASTRO DE OLIVEIRA, RG nº 11.032.196-1, Matrícula C-9835.

FABRICIO MONFORT BARBOZA, RG nº 1.391.691 Matrícula P-2058

RICARDO JENDIK CARDOSO, RG nº 8.049.157-3, Matrícula C-9829.

Para compor a Comissão de Procedimento Averiguatório, com o objetivo de averiguar o motivo da demora da renovação, bem como, da abertura de novo procedimento licitatório para contratação de seguro de responsabilidade civil da diretoria executiva e conselhos (D&O) para indenização de valores relativos a condenações pecuniárias, acordos e despesas de defesa incorridos por conta de reclamação feita contra segurados em razão da ocorrência de eventos indenizáveis pela modalidade do seguro contratado, diante dos possíveis prejuízos causados.

O prazo para conclusão dos trabalhos é de 15 (quinze) dias úteis.

CUMPRASE

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 239 – 19

O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 30 do Estatuto aprovado pelo Decreto Estadual nº 4881, de 26 de agosto de 2016,

RESOLVE

Art 1º. Estabelecer o procedimento para o controle de frequência dos empregados que ocuparam os cargos de confiança de Superintendente/Presidente e Diretor desta Autoridade Portuária.

Art 2º. Os empregados que se enquadrarem no Art. 1º estarão sujeitos a controle de frequência, que será realizado mediante registro diário, assinado manualmente.

Art 3º. Quando o empregado enquadrado no Art. 1º se ausentar para realizar trabalhos externos, participar de seminários, cursos ou reuniões, desde que devidamente autorizado, ficará dispensado do controle de frequência, cabendo ao Diretor da área justificar a ocorrência por ocasião da validação do relatório mensal.

Art 4º. As ausências injustificadas desses empregados ensejam os descontos salariais legais.

Parágrafo único. Consideram-se justificativas válidas as previstas no artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho e as constantes do Acordo Coletivo de Trabalho vigente.

Art 5º. O controle de frequência dos empregados que se enquadrarem no Art. 1º deverão ser encaminhados tempestivamente à Divisão de Recursos Humanos, devidamente validados pelo Diretor da área.

Art 6º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 08 de agosto de 2019.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA

Diretor Presidente

76966/2019

Departamento de Estradas de Rodagem - DER

PORTARIA Nº 296-2019

O Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2000, resolve: designar os servidores, **Cristina Maria Bandeira, RG. 1.023.962-1, Arlete Martins Diniz, RG. 3.475.892-1 e Jader Job Malakoski, RG. 6.824.568-0**, para que, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Sindicância, visando apurar os fatos e eventuais responsabilidades relatados no processo protocolado nº 15.758.616-5.

Curitiba, 12 de agosto de 2019.
João Alfredo Zampieri,
Diretor-Geral do DER/PR.

77411/2019

PORTARIA Nº 292-2019

O Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2.000, RESOLVE:

Tipo de Ato	Assunto
Retificar parte da Portaria nº 264-2019.	Remoção de Luiz Fernando Reis de Macedo, RG. 1.045.853-6, de: Auditoria Interna para Segurança do Trabalho. <u>Onde se lê:</u> PORTARIA Nº 264-2018 no DOE Nº 10483 de 23-07-2019 <u>Leia-se:</u> PORTARIA Nº 264-2019

Curitiba, 07 de agosto de 2019.

João Alfredo Zampieri,
Diretor-Geral do DER/PR.

77409/2019

Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Instituto Ambiental do Paraná - IAP

PORTARIA IAP Nº 183, DE 08 DE AGOSTO DE 2019

O Diretor- Presidente do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, nomeado pelo Decreto Estadual nº 472, de 12 de fevereiro de 2019, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho de 1992, com as alterações trazidas pelas Leis Estaduais nº

11.352, de 13 de fevereiro de 1996 e nº 13.425, de 07 de janeiro de 2002, e de acordo com o seu Regulamento Interno, aprovado pelo Decreto Estadual nº 4.696, de 27 de julho de 2016, e ainda o disposto no Decreto Estadual nº 1.529, de 02 de outubro de 2007 e o que consta no processo protocolado sob nº 15.599.724-9,

RESOLVE:

Art. 1º - Ratificar o reconhecimento do interesse público mediante registro no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação, na categoria de Reserva Particular do Patrimônio Natural, denominada "RPPN FAZENDA JARACATIÁ", de propriedade de Agropecuária Estrela da Manhã Ltda.

§ 1º A RPPN FAZENDA JARACATIÁ possui área de 314,7643 ha (trezentos e quatorze hectares, setenta e seis centiares e quarenta e três ares), correspondente a 23,71% (vinte e três, vírgula setenta e um por cento), da superfície total do imóvel, situado no município de Querência do Norte, registrado na matrícula sob o nº 31.618 no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Loanda.

§ 2º O Termo de Compromisso de Preservação da Biodiversidade Através de RPPN, encontra-se devidamente averbado na matrícula (AV-9-31.618), em caráter de perpetuidade, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Loanda.

Art. 2º - Determinar a comunicação desta Portaria ao proprietário, ao IBAMA, ao ICMBio, ao INCRA, a Agência Nacional de Mineração, a EMRATUR e a Secretaria da Receita Federal.

Art. 3º - Definir que as condutas e atividades lesivas à área reconhecida, sujeitará o infrator às sanções administrativas, sem prejuízo de responsabilidade civil e penal.

Art. 4º - Orientar, de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 59, de 01 de outubro de 1991 e normas afins, se for o caso, que seja dado crédito, referente ao ICMS Ecológico, gerado em função desta RPPN, ao município de Querência do Norte, condicionado ao efetivo apoio deste ao proprietário, visando sua adequada conservação.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA

Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná

77409/2019

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo

RESOLUÇÃO SEDEST Nº 053, DE 15 DE JULHO DE 2019

Súmula: Estabelece normas gerais de pesca para a bacia hidrográfica do Rio Iguaçu e seus afluentes.

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, designado pelo Decreto Estadual n.º 1440, de 03 de maio de 2019, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019 e,

Considerando o disposto no Decreto nº 5.583, de 16 de novembro de 2005, que autoriza o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA a estabelecer normas para a gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros de que trata o § 6º do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003;

Considerando que a INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 26, de 2 de setembro de 2009, que estabelece normas gerais de pesca para a bacia hidrográfica do rio Paraná e relaciona as espécies de peixes da bacia do Iguaçu.

Considerando o disposto na Portaria MMA nº 445 de 17 de dezembro de 2014, que reconhece como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos" - Lista, conforme Anexo I, desta Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014;

Considerando a necessidade de proteger a fragilidade das espécies de peixes nativas da referida bacia hidrográfica do Rio Iguaçu e seus reservatórios para garantir a recuperação e manutenção de estoques em quantidade e qualidade genética satisfatória à evolução natural da biodiversidade envolvida;

Considerando que o rio Iguaçu possui características geomorfológicas e morfodinâmicas como de elevada importância ecológica, pois, localizada em uma região de relevo acidentado que forma diversos rios e cachoeiras, influenciando enormemente a distribuição de espécies, destacando-se entre elas, as de peixes;

Considerando os Programas de estudos e resultados de monitoramentos da Ictiofauna dinâmica populacional, relatórios gerados por instituições de ensino e pesquisas públicas e privadas;

Considerando a necessidade de melhorar a situação das realizações e execuções de Planejamento do Plano de Ação Nacional de Conservação da ictiofauna do Baixo Rio Iguaçu;

Considerando a necessidade de combater o desenvolvimento das espécies de peixes não nativos e alóctones e, diminuir a pressão exercida por eles sobre as espécies nativas e oportunizar o desenvolvimento da pesca;

Considerando que a bacia do rio Iguaçu, a pesca esportiva e amadora, é atividade legítima e sustentável, que necessita ser regulamentada, de modo

a permitir sua continuidade, respeitando-se a capacidade do estoque pesqueiro das espécies;

Considerando a necessidade de normas mais apropriadas às singularidades ambientais e socioeconômicas para o exercício da pesca nas águas sob o domínio da União;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer normas gerais de pesca para a bacia hidrográfica do Rio Iguaçu e seus afluentes.

Art. 2º Para efeito desta Resolução, entende-se:

- I- bacia hidrográfica do Iguaçu : o rio Iguaçu, seus formadores, reservatórios e demais coleções de água desta bacia;
- II- comprimento total (Lt): a distância tomada entre a ponta do focinho e a extremidade da nadadeira caudal.

Art. 3º Proibir, na bacia hidrográfica do rio Iguaçu, para a pesca comercial e amadora:

I - o uso dos seguintes petrechos, aparelhos e métodos de pesca:

- a) redes e tarrafas, ambas de arrasto de qualquer natureza;
- b) redes de emalhar, espinhel e qualquer outro petrecho independente da forma como estejam dispostos no ambiente;
- c) armadilhas tipo tapagem, covo, cercada ou quaisquer aparelhos fixos com a função de veda e usos de cevas permanentes;
- d) aparelhos de respiração e iluminação artificial na pesca subaquática, exceto para pesquisa autorizada pelo órgão competente;
- e) espinhéis e Anzol de galho;
- f) João bobo, bóia, galão ou cavalinho;
- g) arbaleta, fisga, zagaia, arpão ou outro material contundente perfurante metálico ou não, para a captura de espécies nativas;

II - nos seguintes locais:

- a) Em lagoas marginais;
- b) A menos de 100m (cem) metros a montante e a jusante de cachoeiras e corredeiras;
- c) A menos de 500m (quinhentos metros) de saídas de afluentes, confluências e desembocaduras de rios, lagoas, lagos e reservatórios;
- d) A menos de 1.000m (mil metros) a montante e a jusante de barragens de empreendimentos hidrelétricos;
- e) A menos de 1.500m (mil e quinhentos metros) a montante e a jusante de mecanismos de transposição de peixes;
- f) Nos rios, no entorno da margem direita do Parque Nacional do Iguaçu, em toda a sua extensão;
- g) Nas corredeiras: trechos de rio onde o leito apresenta-se atulhado de blocos de rochas e pedras ou grandes lajeados, onde as águas, por diferença de nível, correm mais velozes;
- h) Nos muros: as edificações ou estruturas confeccionadas de forma compacta que forme remanso, com quaisquer materiais, implantadas nos leitos dos corpos d'água, com ou sem ligação com uma das margens.
- i) Na área de Influência do Parque Nacional do Iguaçu (Poço Preto, Rios Floriano e Gonçalves Dias).

Art. 4º Proibir as diferentes modalidades de pesca amadora, qualquer que seja, no período de 2,0 (dois) anos, biênios 2019 a 2021, a partir da publicação desta Resolução, correspondente na área de influência alagada a jusante da Represa de Salto Caxias e a montante do barramento a Usina hidrelétrica do Baixo Iguaçu.

Art. 5º Proibir a pesca das espécies o Surubim do Iguaçu, Monjolo *Steindachneridion melanodermatum*, Garavello, 2005, a espécie: lambari *Astyanax gymnogonys* (Eigenmann, 1911), disposto na Portaria MMA nº 445 de 17 de dezembro de 2014, que reconheceu como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção.

Art. 6º. Proibir o pescador amador de armazenar e transportar peixes sem cabeça ou em forma de postas ou filés.

Art. 7º. Permitir para a pesca amadora na bacia do rio Iguaçu:

- I. linha de mão, caniço simples, caniço com molinete ou carretilha, isca natural ou isca artificial com ou sem garatêia, nas modalidades arremesso e corrico;
- II. arbaleta ou espingarda de mergulho na pesca subaquática, apenas para a captura de espécies exóticas e alóctones, sendo vedado o uso de aparelhos de respiração e iluminação artificial.

Art. 8º. Permitir a cota para 5,0 (cinco) quilos por pescador, durante o período de estadia e mais um exemplar, dentro dos tamanhos estabelecidos no anexo I.

Art.9º. São considerados de uso proibido aparelhos, petrechos e métodos não mencionados nesta Resolução.

Art. 10. Será permitido a realização de torneios de pesca e similares, mediante autorização ambiental.

Art. 11. No trecho livre abaixo das Cataratas do Iguaçu, para efeitos legais da pesca nas diferentes modalidades, aplica-se concomitante esta RESOLUÇÃO e a INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 26, de 2 de setembro de 2009.

Art.12. É terminantemente proibido a realização de peixamentos e repovoamentos com espécies exóticas (Carpas, Black bass, tilápia do Nilo, bagre africano, catfish) e alóctones (espécies de outras bacias hidrográficas), reforço de estoque (peixamentos e repovoamentos) com espécies nativas devem ter autorização ambiental.

Art. 13. Aos infratores da presente Resolução serão aplicadas as penalidades e sanções, respectivamente, previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de julho de 2019.

ANEXO I

LISTA DAS ESPÉCIES NATIVAS PERMITIDAS A PESCA AMADORA

Nome vulgar	Nome científico	Tamanho mínimo (cm)
MANDI	<i>Pimelodus britskii</i>	17,0
MANDI (PINTADO)	<i>Pimelodus ortmanni</i>	17,0
JUNDIA AMARELO	<i>Rhamdia branneri</i>	30,0
JUNDIA CINZA	<i>Rhamdia voulezi</i>	30,0
TRAIRA	<i>Hoplias sp</i>	25,0
LAMBARI	<i>Astyanax sp.</i>	6,0
ACARÁ	<i>Geophagus brasiliensis</i>	15,0
CASCUDO	<i>Hypostomus commersoni</i>	25,0
SAICANGA	<i>Oligosarcus longirostris</i>	9,0
PEIXE-REI	<i>O. bonariensis</i>	14,0

76954/2019

RESOLUÇÃO SEDEST Nº 054, DE 15 DE JULHO DE 2019.

Súmula: Estabelece condições e critérios e dá outras providências, para o licenciamento ambiental de **Empreendimentos de Avicultura** no Estado do Paraná e dá outras providências.

O **Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo**, designado pelo Decreto Estadual n.º 1440, de 03 de maio de 2019, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019 e Lei nº 10.066, de 27 de julho de 1992,e,

Considerando que a proteção do meio ambiente é um dever do Poder Público, conforme dispõe o art. 225, § 1º, da Constituição Federal;

Considerando o disposto na Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente- CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997;

Considerando as Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005 e 430, de 13 de maio de 2011, que dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes;

Considerando o disposto na Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA nº 065, de 01 de julho de 2008, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, ou outro que vier a substituí-la;

Considerando a necessidade de revisão da Resolução SEMA 024/2008;

RESOLVE:

Art. 1. Estabelecer critérios para o Licenciamento Ambiental de Empreendimentos de Avicultura com aproveitamento econômico.

Art. 2. Para os efeitos desta Resolução, considera-se:

- I. **Agricultor Familiar:** aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, aos seguintes requisitos estabelecidos no artigo 3º de Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006.
- II. **Estudos Ambientais Específicos:** todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: Plano de Controle Ambiental, Projeto de Controle de Poluição Ambiental, Plano de Recuperação de Área Degradada.
- III. **Fonte de Poluição:** qualquer atividade, sistema, processo, operação, maquinaria, equipamentos ou dispositivos, móvel ou imóvel previstos no regulamento da Lei Estadual nº 7109/79, que alterem ou possam vir a alterar o Meio Ambiente.
- IV. **Licença Ambiental:** ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação e/ou modificação ambiental.
- V. **Licenciamento Ambiental:** procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, verificando a satisfação das condições legais e técnicas, licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação e/ou modificação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.
- VI. **Responsável Técnico:** profissional especializado na área de abrangência do sistema, responsável pelos projetos, orientação, documentação técnica, citados nesta Resolução.
- VII. **Sistema de Gestão Ambiental – SGA:** Módulo Licenciamento, sistema informatizado para emissão de licenças ambientais, permitindo aos usuários a requisição de licenças pela internet, além de disponibilizar consultas e outras informações. É integrada com uma base de dados georreferenciados que serve de apoio à tomada de decisão na emissão de pareceres e laudos técnicos, bem como na decisão administrativa, além de dar suporte aos módulos de monitoramento e fiscalização.

Art. 1. O Órgão Ambiental Competente, no exercício de sua competência de controle ambiental, expedirá os seguintes atos administrativos:

- I. Autorização Ambiental - AA: ato administrativo discricionário pelo qual o IAP estabelece condições, restrições e medidas de controle ambiental empreendimentos ou atividades específicas, com prazo de validade estabelecido de acordo com a natureza do empreendimento ou atividade.
- II. Autorização Ambiental Florestal – AAF: documento expedido pelo Órgão Ambiental Competente que permite ao proprietário de um imóvel a condição de efetuar o corte de vegetação florestal nativa, árvores isoladas em ambiente florestal ou agropecuário e aproveitamento material lenhoso seco.
- III. Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual – DLAE - concedida para os empreendimentos cujo licenciamento ambiental não compete ao órgão ambiental estadual, conforme os critérios estabelecidos em resoluções específicas;
- IV. Licença Ambiental Simplificada - LAS - Aprova a localização e a concepção do empreendimento, atividade ou obra de pequeno porte e/ou que possua baixo potencial poluidor/degradador, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autoriza sua instalação e operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo Órgão Ambiental Competente.

V. Licença Prévia - LP - Concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

VI. Licença de Instalação - LI - Autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.

VII. Licença de Operação - LO - Autoriza o funcionamento da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambientais e condicionantes determinados para a operação.

Art. 1. Esta Resolução se aplica às atividades de avicultura comercial, como granjas, postura comercial, recria de matrizes, postura de ovos férteis e avicultura de corte.

Parágrafo único. Ficam excluídos os empreendimentos de avicultura/ INCUBATÓRIOS, que são enquadrados como atividades industriais.

Art.5.º Os empreendimentos de avicultura serão classificados de acordo com a tipologia, sistema de criação e porte:

I. Tipologia do empreendimento

- a. Postura comercial;
- b. Recria de matrizes
- c. Postura de ovos férteis;
- d. Avicultura de corte.

II. Sistema de criação: Confinamento

III. Porte do empreendimento: o porte de empreendimentos de avicultura, para fins de licenciamento ambiental é definido através da área construída para o confinamento das aves.

PORTE	Área construída de confinamento (total em m²)	LICENÇA AMBIENTAL		
		DLAE	LAS	PRÉVIA / INSTALAÇÃO/ OPERAÇÃO
Micro	6.000	Sim	Não	Não
Mínimo	6001-12.000	Não	Sim	Não
Pequeno	12.001-18.000	Não	Não	Sim
Médio	18.001-24.000	Não	Não	Sim
Grande	24.001 a 48.000	Não	Não	Sim
Excepcional	Maior que 48.000	Não	Não	Sim

Art.6.º São passíveis de Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental - DLAE, os empreendimentos de avicultura com área construída de confinamento de no máximo 6.000 m2, em área rural.

§1º. Para os empreendimentos enquadrados no *caput* deste artigo o interessado deverá ser cadastrado no SGA como Usuário Ambiental.

§2º. A Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental - DLAE é obrigatória e deverá ser solicitada através do SGA, instruído na forma prevista abaixo:

I. Croqui de localização do empreendimento com imagem aérea e contendo no mínimo:

- distância dos corpos hídricos;
- áreas de preservação permanente;
- cobertura florestal;
- vias de acesso principais e
- pontos de referências

I. Requerer a AAF em caso de necessidade de supressão florestal, antes do início das obras de instalação;

II. Documento de propriedade ou justa posse rural, conforme o artigo 57 da Resolução CEMA nº 065, de 01 de julho de 2008, ou outra que vier a substituí-la;

§ 3º. Qualquer alteração na área construída de confinamento para os empreendimentos de Avicultura, deverá ser solicitada a respectiva Licença Ambiental.

§ 4º. A dispensa do Licenciamento Ambiental não exime o dispensado das exigências legais quanto à preservação do meio ambiente.

Art.7.º O requerimento de Licença Ambiental Simplificada – LAS, bem como sua renovação, para os Empreendimentos de Avicultura classificados como de porte mínimo, deverá ser realizado através do SGA, instruído na forma prevista abaixo:

I. LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA – LAS

a. Croqui de localização do empreendimento com imagem aérea atualizada e contendo no mínimo:

- distância dos corpos hídricos;
- indicando as áreas de preservação permanente;
- cobertura florestal;
- vias de acesso principais e
- pontos de referências

a. Matrícula ou Transcrição do Cartório de Registro de Imóveis em nome do requerente com data de no máximo 90 (noventa) dias, e em caso de imóvel locado, nome do locador junto com o contrato de locação, ou documento de propriedade, ou justa posse rural ou conforme exigências constantes no Capítulo VI, Seção VI da Resolução CEMA 065 de 01 de julho de 2008, ou outra que vier a substituí-la;

b. Documentação complementar do imóvel, se a situação imobiliária estiver irregular ou comprometida, conforme exigências para casos imobiliários excepcionais, constantes do Capítulo VI, Seção VI da Resolução CEMA 065 de 01 de julho de 2008, ou outra que vier a substituí-la;

c. Certidão do município ou documento equivalente, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento estão em conformidade com a legislação do Plano Diretor Municipal e/ou Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, com a legislação municipal do meio ambiente, inclusive com relação ao entorno de unidades de conservação municipais, e que atende as demais exigências legais e administrativas perante o município (Anexo I);

d. Cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social (com última alteração), quando pessoa jurídica;

e. Número da Dispensa de Outorga de Uso de Recursos Hídricos para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;

f. Projeto de Controle de Poluição Ambiental, elaborado por profissional (is) habilitado (s) e apresentado de acordo com as diretrizes do Anexo II.

g. Apresentar AAF em caso de necessidade de supressão florestal, antes do início das obras de instalação;

h. Publicação de súmula do pedido de Licença Ambiental Simplificada - LAS em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.

i. Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes à publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente.

II. RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA – LAS

- a. Croqui de localização do empreendimento com imagem aérea atualizada e contendo no mínimo:
 - estruturas físicas;
 - distância dos corpos hídricos;
 - áreas de preservação permanente;
 - cobertura florestal;
 - vias de acesso principais e
 - pontos de referências
- a. Relatório de atendimento das condicionantes da licença anterior;
- b. Publicação de súmula de concessão de Licença Ambiental Simplificada em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
- c. Publicação de súmula do pedido de renovação da Licença Ambiental Simplificada - LAS em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
- d. Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes à publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente.

Art.8º Os Empreendimentos de Avicultura classificados como de porte pequeno, médio, grande e excepcional, deverão requerer sucessivamente as Licenças Prévia, de Instalação e de Operação.

§1º. Este procedimento se aplica a novos empreendimentos, empreendimentos em operação que venham a sofrer ampliações acima do porte, alterações definitivas no processo e incorporação de novas atividades, com alteração das características do empreendimento já implantado.

§2º. Em caso de aumento do número de animais sem alteração da área construída de confinamento e, desde que não sejam alteradas as características do empreendimento já implantado, não se aplica o caput deste artigo, devendo o empreendedor comunicar o órgão ambiental competente declarando essa situação.

§ 3º. Os requerimentos para esses licenciamentos, deverão ser realizados através do SGA, instruído na forma prevista abaixo:

I. LICENÇA PRÉVIA:

- a. Croqui de localização do empreendimento com imagem aérea atualizada e contendo no mínimo:
 - estruturas físicas;
 - distância dos corpos hídricos;
 - áreas de preservação permanente;
 - cobertura florestal;
 - vias de acesso principais e
 - pontos de referências.
- a. Requerer a AAF em caso de necessidade de supressão florestal, antes do início das obras de instalação
- b. Número da Outorga Prévia para utilização de recursos hídricos, se for o caso;
- c. Certidão do município ou documento equivalente, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento estão em conformidade com a legislação do Plano Diretor Municipal e/ou Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, com a legislação municipal do meio ambiente, inclusive com relação ao entorno de unidades de conservação municipais, e que atende as demais exigências legais e administrativas perante o município (Anexo I);
- d. Publicação de súmula do pedido de Licença Prévia em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
- e. Matrícula ou Transcrição do Cartório de Imóveis em nome do requerente ou em nome do locador, junto com o contrato de locação, em caso de imóvel locado, atualizada em até 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão;
- f. Documentação complementar do imóvel, se a situação imobiliária estiver irregular ou comprometida, conforme exigências para casos imobiliários excepcionais, constantes do Capítulo VI, Seção VI da Resolução CEMA 065 de 01 de julho de 2008, ou outra que vier a substituí-la.
- g. Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes à publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente.

II. LICENÇA DE INSTALAÇÃO:

- a. Cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social (com última alteração), quando pessoa jurídica;
- b. Documento de propriedade ou justa posse rural, conforme o artigo 57 da Resolução CEMA nº 065, de 01 de julho de 2008, ou outra que vier a substituí-la;
- c. Apresentar AAF em caso de necessidade de supressão florestal, antes do início das obras de instalação;
- d. Projeto de Controle de Poluição Ambiental, elaborado por profissional (is) habilitado (s) e apresentado de acordo com as diretrizes do Anexo II.
- e. Publicação de súmula da concessão da Licença Prévia em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
- f. Publicação de súmula do pedido de Licença de Instalação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
- g. Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes à publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente.

III. LICENÇA DE OPERAÇÃO:

- a. Número da Outorga de Direito ou Dispensa de Outorga de Uso de Recursos Hídricos para utilização de recursos hídricos, se for o caso;
- b. Publicação de súmula de concessão de Licença de Instalação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
- c. Publicação de súmula do pedido de Licença de Operação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
- d. Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes à publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente.

IV. RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

- a. Croqui de localização do empreendimento com imagem aérea atualizada e contendo no mínimo:
 - estruturas físicas;
 - distância dos corpos hídricos;

- indicando as áreas de preservação permanente;
- cobertura florestal;
- vias de acesso principais e
- pontos de referências.
- a. Cópia da Licença de Operação;
- b. Relatório de atendimento das condicionantes da licença anterior
- c. Publicação de súmula de concessão de Licença de Operação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
- d. Publicação de súmula do pedido de Renovação de Licença de Operação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
- e. Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes à publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente.

Art.9.º A RLO e LO de ampliação poderá ser solicitada de forma unificada quando o prazo de vencimento da LO em renovação for inferior a 01 (um) ano.

Art.10. Para regularização do licenciamento ambiental de empreendimentos já existentes e em operação, que não tenham se submetido ao licenciamento simplificado (LAS) ou ao licenciamento completo (LP, LI, LO), de acordo com Artigo 3º da presente Resolução, deverá solicitar a Licença Ambiental Simplificada de Regularização (LASR) ou a Licença de Operação de Regularização (LOR).

§1º. Os empreendimentos enquadrados no *caput* deste artigo, com início de funcionamento posterior à publicação da presente Resolução, ficam sujeitos à aplicação das penalidades legais.

§2º. Os requerimentos de licenciamento ambiental para os empreendimentos enquadrados no *caput* deste artigo deverão ser realizados através do SGA, instruído na forma prevista abaixo:

I. LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA DE REGULARIZAÇÃO - LASR

- a. Croqui de localização do empreendimento com imagem aérea atualizada e contendo no mínimo:
 - estruturas físicas;
 - distância dos corpos hídricos;
 - áreas de preservação permanente;
 - cobertura florestal;
 - vias de acesso principais e
 - pontos de referências.
- a. Documento de propriedade ou justa posse rural, conforme o artigo 57 da Resolução CEMA nº 065, de 01 de julho de 2008, ou outra que vier a substituí-la;
- b. Certidão do município ou documento equivalente, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento estão em conformidade com a legislação do Plano Diretor Municipal e/ou Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, com a legislação municipal do meio ambiente, inclusive com relação ao entorno de unidades de conservação municipais, e que atende as demais exigências legais e administrativas perante o município (Anexo I);
- c. Matrícula ou Transcrição do Cartório de Registro de Imóveis em nome do requerente com data de no máximo 90 (noventa) dias, e em caso de imóvel locado, nome do locador junto com o contrato de locação, ou documento de propriedade, ou justa posse rural ou conforme exigências constantes no Capítulo VI, Seção VI da Resolução CEMA 065 de 01 de julho de 2008, ou outra que vier a substituí-la;
- d. Documentação complementar do imóvel, se a situação imobiliária estiver irregular ou comprometida, conforme exigências para casos imobiliários excepcionais, constantes do Capítulo VI, Seção VI da Resolução CEMA 065 de 01 de julho de 2008, ou outra que vier a substituí-la;
- e. Cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social (com última alteração), quando pessoa jurídica;
- g. Número da Outorga de Direito ou Dispensa de Outorga de Uso de Recursos Hídricos utilização de recursos hídricos, se for o caso;
- h. Projeto de Controle de Poluição Ambiental, elaborado por profissional (ais) habilitado (s) e apresentado de acordo com as diretrizes do Anexo II.
- i. Publicação de súmula do pedido de regularização de Licença Ambiental Simplificada em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
- j. Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes à publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente;

II. LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO - LOR

- a. Croqui de localização do empreendimento com imagem aérea atualizada e contendo no mínimo:
 - estruturas físicas;
 - distância dos corpos hídricos;
 - indicando as áreas de preservação permanente;
 - cobertura florestal;
 - vias de acesso principais e
 - pontos de referências.
- a. Matrícula ou Transcrição do Cartório de Registro de Imóveis em nome do requerente com data de no máximo 90 (noventa) dias, e em caso de imóvel locado, nome do locador junto com o contrato de locação, ou documento de propriedade, ou justa posse rural ou conforme exigências constantes no Capítulo VI, Seção VI da Resolução CEMA 065 de 01 de julho de 2008; ou outra que vier a substituí-la;
- b. Documentação complementar do imóvel, se a situação imobiliária estiver irregular ou comprometida, conforme exigências para casos imobiliários excepcionais, constantes do Capítulo VI, Seção VI da Resolução CEMA 065 de 01 de julho de 2008, ou outra que vier a substituí-la;
- d. Certidão do município ou documento equivalente, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento estão em conformidade com a legislação do Plano Diretor Municipal e/ou Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, com a legislação municipal do meio ambiente, inclusive com relação ao entorno de unidades de conservação municipais, e que atende as demais exigências legais e administrativas perante o município (Anexo I);
- e. Cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social (com última alteração), quando pessoa jurídica;
- f. Número da Outorga de Direito ou Dispensa de Outorga de Uso de Recursos Hídricos utilização de recursos hídricos, se for o caso;
- g. Projeto do Sistema de Controle de Poluição Ambiental, conforme diretrizes no Anexo II; e

- h. Publicação de súmula do pedido de Licença de Operação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
- i. Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes à publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente;

Art.11. Para fins de isenção da Taxa Ambiental, em todas as modalidades de licenciamento ambiental, deverá ser apresentada declaração emitida pela EMATER, Sindicatos Rurais ou ainda o DAP - Declaração de Aptidão do PRONAF.

Art.12. O órgão ambiental competente estabelecerá os prazos de validade para cada tipo de licença e autorização ambiental, especificando-os no respectivo documento, levando em consideração os seguintes aspectos:

- I. O prazo de validade da Licença Ambiental Simplificada - LAS será de até 06 (seis) anos, podendo ser renovada a critério técnico do órgão ambiental competente.
- II. O prazo de validade da Licença Prévia - LP será de até 02 (dois) anos passível de prorrogação por mais 02(dois) anos.
- III. O prazo de validade da Licença de Instalação - LI será de até 06 (seis) anos não sendo passível de renovação.
- IV. O prazo de validade da Licença de Operação - LO será de até 06 (seis) anos e poderá ser renovada.
- V. O prazo de validade da autorização ambiental AA será de 1 (um) ano, não sendo passível de prorrogação.

Parágrafo Único. Em casos excepcionais, justificados por motivos técnicos e/ou legais, o órgão ambiental competente poderá reduzir o prazo de validade da Licença Ambiental Simplificada - LAS e da Licença de Operação - LO.

Art.13. A implantação de 2 ou mais empreendimentos de Avicultura na mesma matrícula do imóvel deverá ser licenciado como um único empreendimento, devendo os interessados constituir CONDOMÍNIO.

Art.14 A implantação de empreendimentos de Avicultura, quanto à localização, deverá atender, no mínimo, aos seguintes critérios:

- I. As áreas devem ser de uso rural e estar em conformidade com as diretrizes de zoneamento do município;
- II. A área do empreendimento, incluindo armazenagem, tratamento e disposição final de esterco, deve situar-se a uma distância mínima de corpos hídricos, de modo a não atingir áreas de preservação permanente, conforme estabelecido no Código Florestal;
- III. A(s) área(s) de criação, bem como de armazenagem, tratamento e disposição final de dejetos, deve(m) estar localizada(s), de acordo com o Decreto Estadual no 5.503, de 21 de março de 2002, no mínimo, nas distâncias e condições abaixo especificadas:
 - 50 (cinquenta) metros das divisas de terrenos vizinhos, podendo esta distância ser inferior quando da anuência legal dos respectivos confrontantes, exceto em unidades residenciais;
 - 12 (doze) metros de estradas municipais;
 - 15 (quinze) metros de estradas estaduais;
 - 55 (cinquenta e cinco) metros de estradas federais;
 - 50 (cinquenta) metros de distância mínima, em relação a frentes de estradas – exigida apenas em relação às áreas de disposição final dos dejetos;
- I. Na localização das construções para criação dos animais, armazenagem, tratamento e disposição final de dejetos – devem ser consideradas as condições ambientais da área e do seu entorno, bem como, a direção predominante dos ventos na região, de forma a impedir a propagação de odores para cidades, núcleos populacionais e habitações mais próximas;

Art.15. As propriedades avícolas deverão obrigatoriamente implantar medidas para controle do consumo de água, tais como: instalação de hidrômetros, redução do consumo de água de limpeza, reuso de água e evitar a entrada de água da chuva nas instalações,

Art.16. É vedado o lançamento de efluentes líquidos de empreendimentos de avicultura em Corpos Hídricos.

Art.17. Para uso agrícola dos resíduos, devem ser considerados os seguintes aspectos:

- I. A cama de aviário deverá sofrer processo de fermentação por no mínimo 10 (dez) dias, e seu armazenamento deve ser realizada em local adequado, com adoção de medidas que evitem a proliferação de vetores;
- II. A Taxa de aplicação no solo (quantidade/área) - deve ser calculada com base nas características físico-químicas do resíduo, da interpretação da análise química do solo e da necessidade da cultura, conforme recomendação agronômica;
- III. Fica vedada a utilização de material para substrato de cama de aviário com presença de resíduos de produtos químicos para tratamento de madeira.

Art.18. Para melhorias em sistemas de tratamento e/ou de destinação final de resíduos deverá ser solicitada Autorização Ambiental específica, cujo processo a ser protocolado deverá conter:

- a. Requerimento de Licenciamento Ambiental;
- b. Cópia da Licença de Operação/Licença Ambiental simplificada ou do Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental (TAC);
- c. Estudo Ambiental apresentado de acordo com as diretrizes do ANEXO II;
- d. Em se tratando de readequação de sistemas de controle ambiental já implantados, encaminhar o estudo anterior e um relatório com a situação atual do sistema justificando o motivo da readequação;
- e. Recolhimento da Taxa Ambiental.

Art.19. Os animais mortos deverão ser dispostos adequadamente, utilizando tecnologias de disposição específicas estabelecidas pelos órgãos competentes e atendendo a Portaria IAP/GP nº 106, de 30 de maio de 2018.

Art.20. Caso haja necessidade, o órgão ambiental competente solicitará, a qualquer momento, outros documentos e/ou informações complementares do requerente ou de outras instituições envolvidas no licenciamento ambiental em questão, assim como, anotação ou registro de responsabilidade técnica pela implantação e conclusão de eventuais estudos ambientais.

Art.21. O descumprimento das disposições desta Resolução, dos termos das Licenças Ambientais sujeitará o infrator às penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e em outros dispositivos normativos pertinentes, sem prejuízo do dever de recuperar os danos ambientais causados, na forma do art. 225, Parágrafo 4º, da Constituição Federal do Brasil, e do art. 14, Parágrafo 1º, da Lei n. 6.938, de 1981.

Art.22. O órgão ambiental competente poderá complementar os critérios estabelecidos na presente Resolução de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico e a necessidade de preservação ambiental.

Art.23. Caberá ao órgão ambiental competente deliberar sobre casos omissos nesta Resolução.

Art.24. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução SEMA nº 024, de 14 de julho de 2008.

MARCIO NUNES
Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo
ANEXO I

MODELO DE CERTIDÃO DO MUNICÍPIO QUANTO AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

CERTIDÃO

MUNICÍPIO DE – (NOME DO MUNICÍPIO)

Declaramos que o Empreendimento abaixo descrito, está localizado neste Município e que o Local, o Tipo de Empreendimento e Atividade estão em conformidade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo (nº do diploma legal pertinente) bem como atendem as demais exigências legais e administrativas perante o nosso Município.

EMPREENDEDOR	
CPF/CNPJ	
NOME DO EMPREENDIMENTO	
ATIVIDADE	
ENDEREÇO	
BAIRRO	
CEP	
TELEFONE	

Local e Data

Nome, assinatura e carimbo do Prefeito Municipal e/ou, por delegação, o Secretário Municipal responsável pelo Uso do Solo do Município.

ANEXO II

Diretrizes para elaboração e apresentação de Projetos de Sistemas de Controle de Poluição Ambiental de Empreendimentos Agropecuários

Os Projetos de instalações destinadas ao controle de poluição ambiental em atividades agropecuárias deverão ser apresentados para análise, acompanhados da respectiva **Anotação de Responsabilidade Técnica - ART**, conforme dispõe a **Lei nº 6.496/77**.

Os Projetos devem apresentar dados sobre as informações cadastrais, memoriais descritivos de cálculo e desenhos.

1. INFORMAÇÕES CADASTRAIS

1.1 INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Razão Social, CNPJ/CPF, endereço.

1.2 FONTE ABASTECEDORA DE ÁGUA

Relacionar todas as fontes de abastecimento de água utilizadas pelo empreendimento, tais como rios, lagoas, poços, rede pública, etc.

1.3 CORPO RECEPTOR

Vazão e parâmetros (no caso de rios) e bacia hidrográfica a que pertence.

1.4 ÁREA EM HECTARES

Área total, área construída e área livre.

1.5 CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO

- Descrição do regime e sistema de criação do empreendimento;
- Quantificação do plantel por sistema de criação existente e a capacidade máxima instalada.
- Indicação dos produtos usados para a alimentação dos animais, para a desinfecção e limpeza das instalações bem como medicamentos utilizados.
- Apresentar a relação dos animais produzidos, por categoria, mensal e anualmente. Informar a empresa de integração, se for o caso.

1.6 AMPLIAÇÕES PREVISTAS

2. SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS

- Descrição do sistema de captação e disposição de águas pluviais.
- Informações sobre a quantidade diária de esterco gerado.
- Descrição do sistema de tratamento e destinação final (no caso de disposição no solo ver item x);
- Dimensionamento das unidades que compõem o sistema;
- Características prováveis dos efluentes líquidos tratados (pH, DBO, DQO, etc.).
- Descrição do(s) sistema(s) de tratamento(s) adotado(s). No caso de disposição no solo, ver item 5;

3. CONTROLE DE VETORES

Detalhar medidas adotadas visando minimizar o problema.

4. RESÍDUOS SÓLIDOS**4.1 INFORMAÇÕES SOBRE OS RESÍDUOS SÓLIDOS**

Especificar os resíduos sólidos gerados pelo empreendimento, discriminando a composição, (dejetos animais quando for na forma sólida, vasilhames, embalagens, animais mortos, etc.), quantidade e forma de coleta.

No caso de cama de aviário:

- comprovar a origem da matéria prima utilizada, com relação à presença de resíduos de produtos químicos.
- quantificar a matéria prima utilizada
- detalhar o manejo da cama de aviário: nº de lotes para a mesma cama, quantidade de cama gerada/ano, etc.

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE DISPOSIÇÃO FINAL

Descrever o(s) tipo(s) de disposição final de resíduos sólidos. No caso de disposição no solo, ver item 5.

4.3 TRATAMENTO ADOTADO

Justificar a escolha do(s) tipo(s) de tratamento(s) adotado(s).

4.4 MEMORIAL DE CÁLCULO

Apresentar o memorial de cálculo referente ao dimensionamento da solução adotada.

5. DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NO SOLO**5.1 USO AGRÍCOLA**

Considera-se a disposição de resíduos no solo para uso agrícola quando o mesmo for aplicado em solo para fins agrícolas e florestais, como condicionador ou fertilizante, de modo a proporcionar efeitos benéficos para o solo e para as espécies nele cultivadas.

Deve constar no projeto:

- Recomendação quanto às áreas que receberão os resíduos, considerando os aspectos ambientais das terras e características químicas do solo e necessidade de utilização de técnicas ou práticas de uso, manejo e conservação do solo;
- Procedimento de aplicação: época de aplicação, forma de aplicação, culturas, frequência, técnica de aplicação;
- Taxa de aplicação de acordo com a recomendação agronômica;

6. DESENHOS

- Planta de situação indicando a localização geográfica da propriedade;
- Localização esquemática do empreendimento em relação aos cursos d'água;
- Planta e cortes do sistema de tratamento de efluentes líquidos.

6.1.1 JUSTIFICATIVA DO SISTEMA PROPOSTO

76957/2019

RESOLUÇÃO SEDEST Nº 051, DE 15 DE JULHO DE 2019.

Súmula: Estabelece normas e critérios para o licenciamento ambiental de Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins, tais como Armazéns Gerais ou Centros de Distribuição, Armazenamento Comercial em distribuidores ou cooperativas e depósitos para uso final.

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, designado pelo Decreto Estadual n.º 1440, de 03 de maio de 2019, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019 e Lei nº 10.066, de 27 de julho de 1992, e,

Considerando que a proteção do meio ambiente é um dever do Poder Público, conforme dispõe o art. 225, § 1º, da Constituição Federal;

Considerando que cabe ao Poder Público controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente nos termos do art. 225 §1º, V, da Constituição Federal;

Considerando que cabe ao Poder Público Estadual regulamentar e controlar a produção, a comercialização, as técnicas e os métodos de manejo e utilização das substâncias que comportem risco para a vida e para o meio ambiente, em especial agrotóxicos, biocidas, anabolizantes, produtos nocivos em geral e resíduos nucleares, nos termos do art. 207, § 1º, VIII, da Constituição Estadual do Paraná;

Considerando que compete aos Estados e ao Distrito Federal, nos termos dos Arts. 23 – Parágrafo VIº, VIIº e VIIIº e 24 da Constituição Federal, legislar sobre o uso, a produção, o consumo, o comércio e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins;

Considerando a necessidade de dar efetividade ao princípio da prevenção, consagrado na Política Nacional de Meio Ambiente - Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, em seu artigo 2º, incisos I, IV e IX, bem como no princípio n.º 15, da Declaração do Rio de Janeiro de 1992;

Considerando que o licenciamento ambiental é requisito para o registro do estabelecimento, de acordo com a Lei Federal nº 7802/89, Art. 10; e Decreto Federal nº 4074/02 em seu Art. 62 e no Anexo V, item 9.1;

RESOLVE:

Art.1º. Estabelecer requisitos e condições técnicas para o Licenciamento ambiental de Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins, tais como Armazéns Gerais ou Centros de Distribuição, Armazenamento Comercial em distribuidores ou cooperativas e depósitos para uso final.

Art.2º. Para efeito desta Resolução consideram-se:

- I. Armazém:** espaço físico para guardar, estocar e manter Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins, contratado para prestação de serviços de armazenamento e expedição, em condições que garantam a saúde e segurança do trabalhador, segurança ambiental e a integridade e segurança dos produtos.
- II. Armazém Geral:** espaço físico para guardar, estocar e manter Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins, contratado para prestação de serviços de armazenamento e expedição, mediante remuneração pela indústria e/ou outro contratante, em condições que garantam a saúde e segurança do trabalhador, segurança ambiental e a integridade e segurança dos produtos;
- III. Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins:** todas as pessoas jurídicas ou físicas que armazenem Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins, com ou sem finalidade comercial, para prestação de serviços fitossanitários, para uso final ou para armazenagem logística.
- IV. Armazenagem logística:** atividade desenvolvida por pessoa física ou jurídica que consiste em guarda, armazenagem, transbordo e transporte para terceiros.
- V. Autorização Ambiental ou florestal:** ato administrativo discricionário pelo qual o Órgão Ambiental Competente estabelece condições, restrições e medidas de controle ambiental ou florestal de empreendimentos ou atividades específicas, com prazo de validade estabelecido de acordo com a natureza do empreendimento ou atividade, passível de prorrogação, a critério do Órgão Ambiental Competente;

- VI. **Centros de Distribuição:** espaço físico para guardar, estocar e manter Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins, contratado para prestação de serviços de armazenamento e expedição, mediante remuneração pela indústria e/ou outro contratante, em condições que garantam a saúde e segurança do trabalhador, segurança ambiental e a integridade e segurança dos produtos, onde o contratante abre uma filial fiscal;
- VII. **Depósito sem fins comerciais:** espaço físico sem fins comerciais, utilizado para guardar, estocar, conter e manter Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins, em condições que garantam a saúde e segurança do trabalhador, segurança ambiental e a integridade e segurança dos produtos, destinados para uso próprio. Pode estar localizado em propriedades rurais ou área urbana;
- VIII. **Estabelecimento para comércio de produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins - sem armazenagem:** Empresa que comercializa agrotóxico e não armazena os produtos em suas dependências, apenas realiza a operação de compra e venda, ou seja, compra do fabricante ou de um revendedor e encaminha o agrotóxico direto ao usuário final, sem necessidade de armazenagem.
- IX. **Estudos Ambientais:** todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de um empreendimento, atividade ou obra, apresentado como subsídio para a análise da licença ou autorização requerida, tais como: estudo de impacto ambiental/relatório de impacto ambiental - EIA/RIMA, relatório ambiental preliminar - RAP, projeto básico ambiental - PBA, plano de controle ambiental - PCA, plano de recuperação de área degradada - PRAD, plano de gerenciamento de resíduos sólidos - PGRS, análise de risco - AR, projeto de controle de poluição ambiental - PCPA, avaliação ambiental integrada ou estratégica - AAI ou AAE e outros;
- X. **Licença Ambiental:** ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação e/ou modificação ambiental;
- XI. **Licenciamento Ambiental:** procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, verificando a satisfação das condições legais e técnicas, **licencia a localização, instalação, ampliação** e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam vir a causar degradação e/ou modificação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;
- XII. **Local de reunião de público** - o espaço destinado ao agrupamento de pessoas, em imóvel de uso coletivo, público ou não, sendo eles: escolas, creches, postos de saúde, hospitais, locais de cultos religiosos, casas de repouso.
- XIII. **Sistema de Gestão Ambiental – SGA:** Módulo Licenciamento, sistema informatizado para emissão de licenças ambientais, permitindo aos usuários a requisição de licenças pela internet, além de disponibilizar consultas e outras informações. É integrada com uma base de dados georreferenciados que serve de apoio à tomada de decisão na emissão de pareceres e laudos técnicos, bem como na decisão administrativa, além de dar suporte aos módulos de monitoramento e fiscalização.
- XIV. **Termo de Ajustamento de Conduta:** instrumento que tem por finalidade estabelecer obrigações do compromissário, em decorrência de sua responsabilidade civil, de forma a ajustar a sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.
- XV. **Termo de Compromisso:** instrumento pelo qual o causador de infração administrativa ambiental compromete-se a adotar medidas específicas determinadas pelo órgão ambiental de forma a reparar e fazer cessar os danos causados ao meio ambiente;
- XVI. **Usuário final:** Pessoa Física ou Jurídica que faz uso de agrotóxicos, seus componentes e afins.

Art.1º. O Órgão Ambiental no exercício de sua competência de controle ambiental expedirá os seguintes atos administrativos:

- I. Autorização Ambiental Florestal – AAF: documento expedido pelo Órgão Ambiental Competente que permite ao proprietário de um imóvel a condição de efetuar o corte de vegetação florestal nativa, árvores isoladas em ambiente florestal ou agropecuário e aproveitamento material lenhoso seco, sendo os prazos estabelecidos no anexo IV da Resolução CEMA 065/2008, ou outra a que vier substituí-la.
- II. Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual – DLAE - concedida para os empreendimentos cujo licenciamento ambiental não compete ao órgão ambiental estadual, conforme os critérios estabelecidos em resoluções específicas;
- III. Licença Prévia - LP - Concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.
- IV. Licença de Instalação - LI - Autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.
- V. Licença de Operação - LO - Autoriza o funcionamento da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambientais e condicionantes determinados para a operação.

Art.1º. As unidades Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins deverão ser submetidos ao processo de licenciamento ambiental, nos termos desta Resolução e dos demais dispositivos legais cabíveis.

Art.2º. Ficam dispensados do Licenciamento Ambiental Estadual:

- I- Os depósitos sem fins comerciais, de produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins obedecidos os critérios desta Resolução.
- II- Os estabelecimentos para comércio de produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins, sem armazenagem.

§ 1º. Os empreendimentos enquadrados no *caput* deste artigo não são obrigados a requerer a Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (DLAE).

§ 2º. A DLAE poderá ser requerida, nos casos em que seja necessário a comprovação de dispensa de licenciamento ambiental estadual, no SGA, mediante a prestação das informações necessárias.

§ 3º. Qualquer alteração em um dos critérios estabelecidos no *caput* deste artigo, o interessado deverá solicitar a Licença Ambiental.

§ 4º. A DLAE não exime o dispensado das exigências legais ambientais, com a correta destinação de efluentes e resíduos.

Art.1º. São passíveis de licenciamento ambiental os empreendimentos com as características constantes no quadro abaixo.

Porte	Volume de Armazenamento de produto (m³)	Modalidade de Licenciamento	Estudo Ambiental
Pequeno	Até 50	LP/LI/LO	PCA
Médio	51 a 100	LP/LI/LO	PCA
Grande	101 a 500	LP/LI/LO	RAP e PCA
Excepcional	Acima de 500	LP/LI/LO	RAP e PCA

Art.2º. Os requerimentos de Licenciamento Ambiental de Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins deverão ser protocolados através do Sistema de Gestão Ambiental - SGA, disponível no site do órgão ambiental, instruídos na forma prevista abaixo, respeitando-se a modalidade solicitada:

§1º. São documentos necessários para o requerimento de Licença Prévia - LP:

- a. Matrícula ou Transcrição do Cartório de Registro de Imóveis em nome do requerente com data de no máximo 90 (noventa) dias, e em caso de imóvel locado, nome do locador junto com o contrato de locação, ou documento de propriedade, ou justa posse rural ou conforme exigências constantes no Capítulo VI, Seção VI da Resolução CEMA 065 de 01 de julho de 2008, ou outra que vier a substituí-la.
- b. Documentação complementar do imóvel, se a situação imobiliária estiver irregular ou comprometida, conforme exigências para casos imobiliários excepcionais, constantes do Capítulo VI, Seção VI da Resolução CEMA 065 de 01 de julho de 2008, ou outra que vier a substituí-la.
- c. Certidão do município ou documento equivalente, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento estão em conformidade com a legislação do Plano Diretor Municipal e/ou Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, com a legislação municipal do meio ambiente, inclusive com relação ao entorno de unidades de conservação municipais, e que atende as demais exigências legais e administrativas perante o município (Anexo I);
- d. Croqui de localização do empreendimento com imagem aérea atualizada e contendo no mínimo:
 - quanto ao disposto nos artigos 9º e 10 desta Resolução distância dos corpos hídricos;
 - indicando as áreas de preservação permanente;
 - cobertura florestal;
 - vias de acesso principais e
 - pontos de referências
- a. Requerer supressão de cobertura florestal – Autorização Ambiental Florestal – AAF, quando for o caso, devendo ser avaliada nesta fase.
- b. Publicação de súmula do pedido de Licença Prévia em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
- c. Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes às publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente.

§2º. São documentos necessários para o requerimento de Licença de Instalação - LI:

- a. Cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social;
 - b. Plano de Controle Ambiental – PCA, acompanhado de ART - Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica, conforme anexo I.
 - c. Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, nos empreendimentos que se enquadram nos critérios do Art. 2º da Portaria IAP nº 159/2015, com a respectiva ART, para conhecimento do Órgão Ambiental Competente;
 - d. Apresentar AAF em caso de necessidade de supressão florestal, antes do início das obras de instalação;
- e. Plano de Segurança Contra Incêndio e Pânico aprovado (PSCIP) pelo Corpo de Bombeiros, para conhecimento do Órgão Ambiental Competente.
- f. Publicação de súmula da concessão da Licença Prévia em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
- g. Publicação de súmula do pedido de Licença de Instalação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
- h. Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes às publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente.

§ 3º. São documentos necessários para o requerimento de Licença de Operação e sua respectiva renovação:

- a. Plano de gerenciamento de resíduos sólidos, de acordo com o estabelecido na Lei Estadual nº 12.493/99 e no Decreto Estadual nº 6.674/02, elaborado por técnico habilitado e apresentado de acordo com as diretrizes do Órgão Ambiental Competente do anexo 5 da Resolução CEMA 070/09, com a devida atualização quando da Renovação da Licença de Operação.
- b. Nos requerimentos de renovação, Alvará de Funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal;
- c. Recolhimento da Taxa Ambiental de acordo com a Lei Estadual nº 10.233/92.
- d. Laudo de conclusão de obra, com ART
- e. Publicação de súmula de concessão de Licença de Instalação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
- f. Publicação de súmula do pedido de Licença de Operação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
- g. Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes às publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente.

Art.1º. Os prazos de validade e renovação das licenças concedidas pelo órgão ambiental competente será de:

- I. O prazo de validade da Licença Prévia - LP será de até 02 (dois) anos passível de prorrogação por dois anos.
- II. O prazo de validade da Licença de Instalação - LI será de até 06 (seis) anos não sendo passível de renovação.
- III. O prazo de validade da Licença de Operação - LO será de até 06 (seis) anos e poderá ser renovada.

Parágrafo Único: A critério do órgão ambiental licenciador e mediante justificativa técnica os prazos previstos no caput deste artigo podem ser reduzidos.

Art.1º. Consideram-se como não passíveis de licenciamento ambiental as armazenadoras de produtos agrotóxicos seus componentes e afins, quando estiverem localizadas:

- I. Em zonas estritamente residenciais, atendendo Plano Diretor do município;
- II. Em áreas de preservação permanente;
- III. Em áreas com lençol freático aflorante ou com solos alagadiços;
- IV. Em Unidades de Conservação, de acordo com o plano de manejo, se existente;
- V. Em áreas onde as condições geológicas não oferecem condições para a construção de obras civis;
- VI. Em áreas de captação de água, numa distância inferior a 1000 (mil) metros;
- VII. Em Edificações conjugadas-contíguas com residências.

Art.10. As distâncias de afastamento das armazenadoras de produtos agrotóxicos seus componentes e afins devem atender aos critérios abaixo definidos em função de seu porte:

Porte	Distâncias para Locais de reunião de público (m)*
Pequeno	15
Médio	40
Grande	75
Excepcional	100

* Distância medida entre as paredes mais próximas dos locais de reunião de público e a edificação das armazenadoras de produtos agrotóxicos seus componentes e afins.

Art.11. No caso de empreendimentos já licenciados que não atendam aos requisitos estabelecidos na presente Resolução, quando da Renovação da Licença de Operação, deverá ser firmado Termo de Compromisso para Ajustamento de Conduta Ambiental, contendo as exigências necessárias para a adequação ambiental do empreendimento e os respectivos prazos para seu cumprimento.

Art.12. O armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins obedecerá à legislação vigente e as instruções fornecidas pelo fabricante, em especial, às especificações a serem adotadas no caso de acidentes, derramamento ou vazamento de produtos, incêndio, e ainda, as normas municipais aplicáveis, inclusive quanto à edificação e a localização.

Art.13. Cabe ao órgão ambiental competente a avaliação de critérios e procedimentos técnicos em acidentes que incidam em contaminação ambiental, em especial derramamentos.

§ 1º. As Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins deverão seguir os critérios definidos nas Normas Técnicas aplicáveis em especial aos aspectos construtivos das edificações, sistemas de drenagem, instalações elétricas, ventilação, iluminação, medidas de segurança contra incêndio, saídas de emergência, situações de emergência e sinalização geral.

§ 2º. As Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins, sem fins comerciais para usuário final deverão seguir os critérios definidos nas Normas Técnicas aplicáveis em especial aos requisitos para construção do depósito e de segurança.

Art. 14. O descumprimento das disposições desta Resolução, dos termos das Licenças Ambientais e de eventual Termo de Ajustamento de Conduta sujeitará o infrator às penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e seus decretos reguladores e em outros dispositivos normativos pertinentes, sem prejuízo do dever de recuperar os danos ambientais causados, na forma do art. 225, § 3º, da Constituição Federal, e art. 207, § 3º da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução SEMA nº 28/2016.

Curitiba, 15 de julho de 2019.

MARCIO NUNES

Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo

ANEXO I

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DE SISTEMAS DE CONTROLE DE POLUIÇÃO AMBIENTAL EM ARMAZENADORAS DE PRODUTOS AGROTÓXICOS, SEUS COMPONENTES E AFINS.

Os projetos de instalações destinadas ao controle de poluição ambiental em armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins deverão ser elaborados por técnico habilitado e apresentados para análise do órgão ambiental competente, acompanhados da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme dispõe a Lei nº 6.496/77, contemplando:

I – DESCRIÇÃO GERAL

1. INFORMAÇÕES CADASTRAIS

- Nome e razão social completos do empreendimento
- Endereço
- E-mail
- Coordenadas geográficas

2. ÁREA DO EMPREENDIMENTO

- Área total
- Área construída ou (e) a ser construída
- Área destinada a futuras ampliações

3. NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS

4. PERÍODO DE FUNCIONAMENTO

5. PRODUTOS AGROTÓXICOS E AFINS COMERCIALIZADOS

- Indicar os produtos comercializados, por classe e quantidade, forma e tipo de embalagem

6. INFORMAÇÕES SOBRE A ÁGUA UTILIZADA - FONTES DE ABASTECIMENTO

7. INFORMAÇÕES SOBRE ÁGUAS PLUVIAIS

- Descrição do sistema de captação, transporte e disposição das águas pluviais

8. INFORMAÇÕES SOBRE OS ESGOTOS SANITÁRIOS

- Descrição do sistema de coleta e tratamento, fornecendo também dados de vazão
- Disposição final adotada para os esgotos sanitários (infiltração, lançamento em rede e/ou lançamento em corpos hídricos, etc.)

9. INFORMAÇÕES SOBRE RESÍDUOS GERADOS

- Apresentar relação completa dos resíduos sólidos, indicando sua origem, produção diária (peso e volume), características (estado físico, composição química, peso específico), processamento (tipo de acondicionamento e de remoção) e destinação final (incineração, aterros, etc.)
- Descrever o tipo de disposição final dos resíduos sólidos

II. MEMORIAL TÉCNICO

1. ESGOTO SANITÁRIO

- DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA DE TRATAMENTO:** Apresentar o dimensionamento completo e detalhado de todas as unidades de tratamento de esgoto sanitário, especificando todos os parâmetros usados e necessários à sua compreensão. O dimensionamento deve ser feito rigorosamente de acordo com as normas específicas da ABNT

2. PROJETO BÁSICO DA ÁREA DE ARMAZENAMENTO:

- a. Capacidade de armazenamento;
- b. Descrição sucinta dos materiais utilizados na construção;
- c. Descrição do sistema de impermeabilização e drenagem;
- d. Sistema de contenção, tratamento e destinação final das águas de drenagem e de outros contaminantes, com memorial descritivo de cálculo e desenhos;
- e. Planta baixa do depósito onde serão estocados os produtos.

77533/2019

RESOLUÇÃO SEDEST Nº 056, DE 15 DE JULHO DE 2019

Súmula: Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental, estabelece condições e critérios para Posto Revendedor, Posto de Abastecimento, Instalação de Sistema Retalhista de Combustível – TRR, Posto Flutuante, Base de Distribuição de Combustíveis e dá outras providências.

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, designado pelo Decreto Estadual n.º 1440, de 03 de maio de 2019, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019 e Lei nº 10.066, de 27 de julho de 1992, e,

Considerando a necessidade de dar efetividade ao "princípio da prevenção" consagrado na Política Nacional do Meio Ambiente (artigo 2º, incisos I, IV e IX da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981) e na Declaração do Rio de Janeiro de 1992 (Princípio nº 15);

Considerando o disposto na Resolução do CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997;

Considerando a Resolução CONAMA nº 273, de 29 de novembro de 2000, que dispõe sobre procedimentos e critérios para o licenciamento de postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis;

Considerando o disposto na Resolução CONAMA sob nº 362, de 23 de junho de 2005;

Considerando o disposto na Resolução CONAMA nº 420/2009, que dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas, bem como diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas;

Considerando a Lei Estadual nº 14.984, de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a localização, construção e modificação de postos revendedores, conforme especifica, dependerá de prévia anuência municipal e adota outras providências;

Considerando a Resolução CEMA 065/2008, ou outra a que vier a substituí-la.

RESOLVE:

[Art. 1º Estabelecer os critérios, procedimentos, trâmite administrativo, níveis de competência e premissas para o Licenciamento Ambiental de Postos e/ou Sistemas Retalhistas de Combustíveis-TRR, considerando a legislação ambiental vigente, em especial, o disposto na Resolução CONAMA nº 273, de 29 de novembro de 2000.

**CAPÍTULO I
DEFINIÇÕES**

Art. 2º Para efeito desta Resolução, considera-se:

- I. Base de Distribuição de Combustíveis ou Estabelecimento de Distribuição de Combustíveis Líquidos: estabelecimento matriz ou filial onde exista instalação de armazenamento e de distribuição de combustíveis líquidos, contrato de cessão de espaço em instalação de armazenamento ou contrato de carregamento em ponto de entrega no produtor de derivados de petróleo ou de biocombustíveis;
- II. Instalação de Sistema Retalhista – ISR: Instalação com sistema de tanques para o armazenamento de óleo diesel, e/ou óleo combustível, e/ou querosene iluminante, destinada ao exercício da atividade de Transportador Revendedor Retalhista – TRR;
- III. Poço de monitoramento: Sistema de detecção de vazamento, que permite a verificação da existência de combustível em fase livre na superfície da água subterrânea, ou em fase de vapor sobre a água subterrânea;
- IV. Posto de Abastecimento – PA: Instalação que possua equipamento e sistemas para o armazenamento de combustível automotivo, com registrador de volume apropriado para o abastecimento de equipamentos móveis, veículos automotores terrestres, aeronaves, embarcações ou locomotivas, cujos produtos sejam destinados exclusivamente ao uso do detentor das instalações ou de grupos fechados de pessoas físicas ou jurídicas, previamente identificadas e associadas em forma de empresas, cooperativas, condomínios, clubes ou assemelhados;
- V. Posto Flutuante – PF: Toda embarcação sem propulsão empregada para o armazenamento, distribuição e comércio de combustíveis que opera em local fixo e determinado;
- VI. Posto Revendedor – PR: Instalação onde se exerça a atividade de venda varejista de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos, dispondo de equipamentos e sistemas para armazenamento de combustíveis e equipamentos medidores;
- VII. Sistema de Abastecimento Subterrâneo de Combustíveis – SASC: Conjunto de tanques, tubulações e acessórios, interligados e enterrados.

**CAPÍTULO II
LICENCIAMENTO AMBIENTAL****Seção I
Atos administrativos**

Art. 3º O órgão ambiental, no exercício de sua competência de controle ambiental, expedirá os seguintes atos administrativos:

- I. Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual – DLAE;
- II. Licença Prévia - LP - Concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;
- III. Licença de Instalação - LI - Autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes;

- IV.** Licença de Operação - LO - Autoriza o funcionamento da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambientais e condicionantes determinados para a operação.

Seção II
Licenciamentos de Novos Empreendimentos

Art. 4º Para a concessão do licenciamento ambiental dos empreendimentos contemplados no Art. 2º considerar os critérios de licenciamento da tabela abaixo:

EMPREENHIMENTOS	CRITÉRIOS DE LICENCIAMENTO			
	DLAE	LP	LI	LO
Posto Revendedor	NÃO	SIM	SIM	SIM
Posto de Abastecimento	SIM	SIM	SIM	SIM
Instalação de Sistema Retalhista - TRR	NÃO	SIM	SIM	SIM
Posto Flutuante	NÃO	SIM	SIM	SIM
Base de Distribuição	NÃO	SIM	SIM	SIM

Art. 5º Ficam passíveis de Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental - DLAE, as Instalações aéreas, com tipos distintos de combustíveis, desde que não exceda a capacidade total que é de até 15.000 litros, conforme estabelecido na Lei Estadual N° 18955/2017.

§ 1º. Para aumento da capacidade de armazenamento deverá ser solicitada a respectiva Licença Ambiental.

§ 2º. A dispensa do Licenciamento Ambiental não exime o dispensado das exigências legais quanto à preservação do meio ambiente.

Art. 6º Os empreendimentos novos que não se enquadrem nas características estabelecidas no Art. 5º, deverão requerer sucessivamente LP, LI e LO.

Parágrafo Único: Este procedimento se aplica a novos empreendimentos e para aqueles em operação que venham a sofrer ampliações acima do porte, alterações definitivas no processo e incorporação de novas atividades, com alteração das características do empreendimento já implantado.

Art. 7º O requerimento para obtenção da **LICENÇA PRÉVIA – LP** deverá ser realizado através do SGA, instruído na forma prevista abaixo:

- a) Inscrição no Cadastro para Postos e Sistemas Retalhistas de combustíveis – PSR,
- b) Matrícula ou Transcrição do Cartório de Registro de Imóveis em nome do requerente com data de no máximo 90 (noventa) dias, e em caso de imóvel locado, nome do locador junto com o contrato de locação, ou documento de propriedade, ou justa posse rural ou conforme exigências constantes da Seção VI, artigos 46 a 57 da Resolução CEMA nº 065 de 01 de julho de 2008 ou outra a que vier a substituí – lá;
- c) Documentação complementar do imóvel, se a situação imobiliária estiver irregular ou comprometida, conforme exigências para casos imobiliários excepcionais, constantes do Capítulo VI, Seção VI da Resolução CEMA 065 de 01 de julho de 2008 ou outra a que vier a substituí – lá;
- d) Nos casos devidamente justificados, em que não seja possível a apresentação dos documentos especificados no item "c", os mesmos deverão ser apresentados antes do início da operação do empreendimento, sob pena de ser cancelada a licença ambiental já emitida;
- e) Certidão do município ou documento equivalente, com validade de até 90 (noventa) dias declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento estão em conformidade com a legislação do Plano Diretor Municipal e/ou Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, com a legislação municipal do meio ambiente, inclusive com relação ao entorno de unidades de conservação municipais, e que atende as demais exigências legais e administrativas perante o município (ANEXO I);
- f) Autorização do DER/DNIT para instalação de postos às margens de rodovias, de acordo com legislação específica;
- g) Certidão Negativa de débitos ambientais;
- h) Número da Outorga Prévia do Instituto das Águas do Paraná para utilização de recursos hídricos, se for o caso;
- i) Anuência prévia da Coordenação da Região Metropolitana - CRM, no caso do empreendimento estar localizado em áreas das bacias de rios que compõem mananciais e incluem recursos hídricos de interesse especial, conforme legislação em vigor, desde que possuam Câmara Técnica constituída para análise;
- j) Anuência prévia da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria do Estado da Cultura, no caso de Posto Revendedor, Posto de Abastecimento, Instalação de Sistema Retalhista de Combustível – TRR, localizados em áreas de tombamento, discriminadas em Edital publicado no Diário Oficial do Estado nº 2.290, de 05 de junho de 1986, quando for o caso;
- k) Anuência do Conselho Gestor constituído, no caso de empreendimento localizado em áreas de proteção ambiental (APAs), no entorno de unidades de conservação de proteção integral ou áreas prioritárias definidas por instrumento legal e/ou infralegal para conservação da natureza, conforme estabelece a Resolução CEMA nº 065/08 ou outra a que vier a substituí – lá;
- l) Mapa ou croqui de localização do empreendimento em relação ao município, em escala adequada (1:100 para empreendimentos de até 1000 m2 e escala 1:200 para empreendimentos com área >1000 m2), apresentando:
- Situação do terreno em relação ao corpo hídrico superficial, vegetação e áreas de conservação, se houver.
 - Coordenadas geográficas, em UTM/Datum, do centro geométrico do empreendimento.
 - Caracterização das edificações existentes num raio de 100 (cem) metros, com destaque para a existência de escolas, creches, hospitais, sistema viário, residências, estabelecimentos públicos e comerciais com grande fluxo de pessoas, poços tubulares profundos ou poços cacimba e sistemas de captação de água para abastecimento público.
- a) Estudo Hidrogeológico, conforme conteúdo definido no ANEXO V, elaborado por profissional habilitado, acompanhado da respectiva ART;
- b) Classificação da área do entorno de estabelecimentos que contem com Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustíveis – SASC, e enquadramento deste Sistema, conforme NBR 13.786, ou a que vier a substituí-la;
- c) Publicação de súmula do pedido de Licença Prévia em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
- d) Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes às publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente.

Parágrafo único: No caso de Postos Flutuantes, apresentar os documentos correspondentes aos itens a, b, e, g, n, o, p deste Artigo.

Art. 8º O requerimento para obtenção da **LICENÇA DE INSTALAÇÃO – LI** deverá ser realizado através do SGA, instruído na forma prevista abaixo:

- a) Inscrição no Cadastro para Postos e Sistemas Retalhistas de combustíveis – PSR;
- b) Cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social (com última alteração);
- c) Cópia da Licença Prévia;
- d) Documentação complementar do imóvel, se a situação imobiliária estiver irregular ou comprometida, conforme exigências para casos imobiliários excepcionais estabelecidos nos artigos 46 ao 57 da Resolução CEMA nº 065, de 01 de julho de 2008 ou outa a que vier a substituí – lá e no caso de hipoteca apresentar anuência do hipotecário;
- e) Apresentar Autorização Ambiental Florestal - AAF em caso de necessidade de supressão florestal;
- f) Memorial Descritivo do Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustíveis - SASC, elaborado por profissional habilitado, acompanhado da respectiva ART, contendo as especificações dos equipamentos, de acordo com as normas da ABNT-NBR em vigência:
- Tanques e reservatórios – material, capacidade, dimensões E condições de assentamento;
 - Sistemas de monitoramento, proteção e detecção de vazamento;
 - Tubulações – materiais e diâmetro;
 - Demais equipamentos – modelo, características técnicas (capacidade, potência, etc);
 - Certificação da empresa instaladora, Portaria INMETRO nº 109, de 13 de Junho de 2005.
- a) Planta baixa em escala adequada (1:100 para empreendimentos de até 1000m2 e escala 1:200 para empreendimentos com área >1000m2), contendo a localização de:
- Tanques;
 - Tubulações (de abastecimento e de exaustão de vapores);
 - Unidades de abastecimento (bombas);
 - Sistemas de filtragem de diesel (quando existir);
 - Compressores para sistemas de abastecimento de gás natural (GNV);
 - Compressores de ar;
 - Área de armazenagem de óleo usado;
 - Sistema de tratamento de efluentes líquidos;
 - Área de depósito temporário de resíduos sólidos;
 - Boxes de lavagem de veículos;
 - Troca de óleo lubrificante;
 - Escritório, setor de conveniência;
 - Projeção da cobertura da área de abastecimento;
 - Sanitários.
- a) Plano de Controle Ambiental - PCA, elaborado por profissional habilitado, acompanhado da respectiva ART, contemplando:
- Projeto de Controle de Poluição Ambiental de toda a área, de acordo com o ANEXO II;
 - Projeto de isolamento acústico conforme critérios da ABNT-NBR 12.361/1994, para GNV e compressores de ar.
- a) Declaração de que possui Proposta Teórica do Plano de Gerenciamento de Risco - PGR a ser implantado, conforme Portaria IAP nº 159/2015;
- b) Para empreendimentos em operação (após ano 2000), apresentar Estudo de Identificação de Passivos Ambientais, conforme roteiro previsto no ANEXO VI. Os trabalhos devem ser elaborados por profissional habilitado e acompanhados da respectiva ART;
- c) Certidão Negativa de Débito Ambiental;
- d) Publicação de súmula de recebimento da Licença Prévia – LP, em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86 e Decreto Federal nº 99.274/90;
- e) Publicação de súmula do pedido de Licença de Instalação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
- f) Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes à publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente.

Parágrafo único: No caso de Postos Flutuantes, apresentar os documentos correspondentes aos itens a, b, c, d, k, l, m deste Artigo, bem como:

- Projeto de Controle de Poluição Ambiental, de acordo com o ANEXO II;
- Declaração de que possui Proposta teórica do Plano de Gerenciamento de Risco - PGR a ser implantado, conforme Portaria IAP nº 159/2015.

Art. 9º O requerimento para obtenção da **RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO – RLI** deverá ser realizado através do SGA, instruído na forma prevista abaixo:

- a) Inscrição no Cadastro para Postos e Sistemas Retalhistas de combustíveis – PSR;
- b) Cópia da Licença de Instalação;
- c) Declaração da não alteração do projeto original, com ART do profissional habilitado;
- d) Certidão Negativa de Débito Ambiental;
- e) Publicação de súmula do pedido da Renovação da Licença de Instalação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
- f) Publicação de súmula de recebimento da Licença de Instalação em jornal de circulação regional e do Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86 e Decreto Federal nº 99.274/90;
- g) Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes às publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente.

Parágrafo único: No caso de Postos Flutuantes, apresentar os documentos correspondentes aos itens a, b, c, d, e, f, deste Artigo.

Art. 10. O requerimento para obtenção da **LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO** deverá ser realizado através do SGA, instruído na forma prevista abaixo:

- a) Inscrição no Cadastro para Postos e Sistemas Retalhistas de combustíveis – PSR;
- b) Cópia da Licença de Instalação;
- c) Certificado ou Laudo do Ensaio de Estanqueidade completo do SASC (linhas, tanques, conexões, tubulações, sump's e spills), após a instalação e previamente à operação, acompanhado de croqui do estabelecimento elaborado por profissional habilitado com a respectiva ART. Deverá ser executado em conjunto com os testes de estanqueidade ensaios hidrostáticos nos compartimentos de proteção das bombas de abastecimento e enchimento dos tanques (sump's e spills), comprovados por meio de registro fotográfico e emissão de Laudo por profissional habilitado atestando a integridade dos equipamentos de proteção. Em conjunto com o laudo de estanqueidade deve ser apresentado registro fotográfico de todos os equipamentos (bombas, caixas de passagem, sump's, spills e descarga selada. O ensaio de estanqueidade deverá ser realizado por empresa certificada pela Portarias nº 259/2008 e 011/2012 do INMETRO, com base na ABNT - NBR 13.784/2006;
- d) Declaração de implantação do Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme estabelecido na Portaria IAP nº 159/2015;
- e) Para Posto ou Sistema Retalhista com transporte próprio de combustível, apresentar o Plano de Emergência Ambiental para atendimento de acidentes com transporte de produtos perigosos, elaborado por técnico habilitado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
- f) Plano de manutenção de equipamentos, sistemas e procedimentos operacionais, teste de estanqueidade do SASC e as medidas adotadas para correção de operações deficientes;
- g) Relatório Técnico de Implantação das Medidas de Controle Ambiental, elaborado por profissional habilitado e acompanhado da respectiva ART;
- h) Apresentar certificado expedido pelo instituto nacional de metrologia atestando a conformidade quanto a fabricação, montagem e comissionamento dos equipamentos e sistemas implantados, e respectivo atestado de conformidade do serviço realizado, atendendo a RESOLUÇÃO CONAMA nº 319, de 4 de dezembro de 2002 e a Portaria INMETRO nº 109/05;
- i) Certificado de instalação do equipamento de detecção e monitoramento de vazamento, bem como relatório de comprovação de treinamentos para operação do sistema;
- j) Certidão Negativa de Débito Ambiental;
- k) Publicação de súmula de recebimento da Licença de Instalação, em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86 e Decreto Federal nº 99.274/1990;
- l) Publicação de súmula do pedido de Licença de Operação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
- m) Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes às publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente.

Parágrafo único: caso de Postos Flutuantes, apresentar os documentos correspondentes aos itens a, b, c, d, g, h, i, j, k deste Artigo.

Art. 10. O requerimento para obtenção da **RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO – RLO** deverá ser realizado através do SGA, instruído na forma prevista abaixo:

- a) Inscrição no Cadastro para Postos e Sistemas Retalhistas de combustíveis – PSR;
- b) Cópia da Licença de Operação anterior;
- c) Contrato Social atualizado;
- d) Matrícula do imóvel atualizada até 90 (noventa) dias;
- e) Certificados expedidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO e relatório das avaliações/manutenções dos equipamentos periféricos realizados por empresas certificadas durante o período de vigência da licença, conforme Resolução CONAMA nº 273/2000 e a Portaria INMETRO nº 009, de 04 de janeiro de 2011;
- f) Comprovante de apresentação da Declaração de Carga Poluidora, conforme estabelecido na Portaria IAP nº 256/2013;
- g) Certificado ou Laudo do Ensaio de Estanqueidade completo do SASC (linhas, tanques, conexões e tubulações), com periodicidade de 05 (cinco) anos, acompanhado por croqui do estabelecimento elaborado por profissional habilitado. O ensaio de estanqueidade deverá ser realizado por empresa certificada pela Portaria INMETRO nº 259/08, com base na NBR 13.784/2006;
- h) Plano de manutenção de equipamentos, sistemas e procedimentos operacionais do SASC e as medidas adotadas para correção de operações deficientes;
- i) Declaração de realização das auditorias específicas de todos os itens que compõem o Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, conforme item 11, do ANEXO II da Portaria IAP nº 159/2015;
- j) Cópia das Autorizações Ambientais para destinação de resíduos sólidos, conforme estabelecido na Portaria IAP 202/2016;
- k) Certificado de Aprovação de Destino Final – CADEF dos resíduos previamente autorizados, emitido através do sistema de movimentação do resíduo autorizado (www.sga-mr.pr.gov.br/sga-mr);
- l) Relatório Técnico de Implantação das Medidas de Controle Ambiental, elaborado por profissional habilitado e acompanhado de "material fotográfico" e da respectiva ART;
- m) Relatório de Monitoramento e Operação – RMO, elaborado por profissional habilitado, acompanhado da respectiva ART, de acordo com o ANEXO VII desta Resolução;
- n) Certidão Negativa de Débito Ambiental;

- o) Publicação de súmula do pedido de Licença de Operação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
- p) Publicação de súmula de recebimento da Licença de Operação, em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86 e Decreto Federal nº 99.274/1990;
- q) Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes às publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente.

§ 1º. Postos de combustíveis, que apresentaram, em licenciamentos anteriores, o Estudo de Identificação de Passivos Ambientais e o Relatório de Monitoramento e Operação - RMO, ambos tendo concluído a área como isenta de contaminação, não necessitam da realização de novo Estudo de Identificação de Passivos Ambientais durante a Renovação de Licença de Operação vigente do empreendimento. Os postos que apresentarem essa situação deverão obrigatoriamente realizar o Estudo de Identificação de Passivos Ambientais, durante o segundo procedimento de Renovação da Licença de Operação, a contar da expedição desta resolução, não podendo ser esse período superior a 12 anos, desde que o empreendimento não se enquadre no Art. 41 desta resolução.

§ 2º. Na renovação de licenças de operação, nas quais consta como condicionante a apresentação de Estudo de Identificação de Passivos Ambientais, este poderá ser substituído pelo Relatório de Monitoramento e Operação - RMO, elaborado por profissional habilitado e acompanhado da respectiva ART, desde que o empreendimento não se enquadre no Art. 41 desta resolução.

§ 3º. No caso de Postos Flutuantes, apresentar os documentos correspondentes aos itens a, b, c, d, k, l, n, o, p deste Artigo, bem como o Certificado ou Laudo de Ensaio de Estanqueidade completo do tanque, elaborado por profissional habilitado e acompanhado da respectiva ART.

Seção III Regularização do Licenciamento Ambiental

Art. 10. Para regularização do licenciamento ambiental de empreendimentos já existentes e em operação, que não tenham se submetido ao licenciamento completo (LP, LI, LO), de acordo com Artigo 3º da presente Resolução, deverá solicitar a Licença de Operação de Regularização (LOR).

§ 1º. Os empreendimentos enquadrados no *caput* deste artigo, ficam sujeitos à aplicação das penalidades legais;

§ 2º. Quanto à localização, os empreendimentos enquadrados no *caput* deste artigo, deverão atender os requisitos do Artigo 23 da presente Resolução. Em caso de não atendimento à qualquer dos requisitos as atividades deverão ser paralisadas em definitivo e o empreendimento desmobilizado de acordo ao que determina a legislação vigente e pertinente, devendo para tanto ser firmado Termo de Ajustamento de Conduto - TAC.

§ 3º. Os requerimentos de licenciamento ambiental para os empreendimentos enquadrados no *caput* deste artigo deverão ser realizados através do SGA, instruído na forma prevista abaixo:

- a) Inscrição no Cadastro para Postos e Sistemas Retalhistas de combustíveis - PSR;
- b) Cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social (com última alteração);
- c) Matrícula ou Transcrição do Cartório de Registro de Imóveis em nome do requerente com data de no máximo 90 (noventa) dias, e em caso de imóvel locado, nome do locador junto com o contrato de locação ou documento de propriedade, justa posse rural ou conforme exigências constantes da Seção VI, artigos 46 a 57 da Resolução CEMA nº 065, de 01 de julho de 2008 ou outa a que vier a substituí - lá;
- d) Certificados expedidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - INMETRO, ou notas fiscais autenticadas expedidas pelas entidades fabricantes ou prestadoras de serviço por ele credenciado, atestando a conformidade quanto à fabricação, montagem e comissionamento dos equipamentos e sistemas implantados, atendendo à Resolução CONAMA nº 273/2000 e à Portaria INMETRO nº 109/2005;
- e) Certidão Negativa de Débito Ambiental;
- f) Planta baixa em escala adequada (1:100 para empreendimentos de até 1000m2 e escala 1:200 para empreendimentos com área >1000m2), contendo a localização de:
 - Tanques;
 - Tubulações (de abastecimento e de exaustão de vapores);
 - Unidades de abastecimento (bombas);
 - Sistemas de filtragem de diesel (quando existir);
 - Compressores para sistemas de abastecimento de gás natural (GNV);
 - Compressores de ar;
 - Área de armazenagem de óleo queimado;
 - Sistema de tratamento de efluentes líquidos;
 - Área de depósito temporário de resíduos sólidos;
 - Boxes de lavagem de veículos;
 - Troca de óleo lubrificante;
 - Escritório, setor de conveniência;
 - Projeção da cobertura da área de abastecimento;
 - Sanitários.
- a) Mapas ou croqui de localização do empreendimento em relação ao município, em escala adequada, apresentando:
 - Situação do terreno em relação ao corpo hídrico superficial, vegetação e áreas de conservação, se houver;
 - Coordenadas geográficas, em UTM/Datum, do centro geométrico do empreendimento;

- Caracterização das edificações existentes num raio de 100 (cem) metros, com destaque para a existência de escolas, creches, hospitais, sistema viário, residências, estabelecimentos públicos e/ou comerciais com grande fluxo de pessoas, poços tubulares profundos ou poços cacimba e sistemas de captação de água para abastecimento público;
- a) Estudo Hidrogeológico, conforme ANEXO V, elaborado por profissional habilitado e acompanhado da respectiva ART;
- b) Apresentar o Estudo de Identificação de Passivos Ambientais conforme Anexo VI da presente Resolução, elaborado por profissional habilitado e acompanhado da respectiva ART;
- c) Classificação da área do entorno do estabelecimento que utiliza o Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustíveis – SASC, e enquadramento deste Sistema, conforme ABNT - NBR 13.786;
- d) Comprovante de apresentação da Declaração de Carga Poluidora, conforme estabelecido na Portaria IAP nº 256/2013;
- e) Memorial Descritivo do Sistema de Armazenamento de Combustíveis, elaborado por profissional habilitado, contendo as especificações dos seguintes equipamentos, de acordo com as normas da ABNT-NBR em vigência:
 - Tanques e reservatórios – material constituinte, capacidade, dimensões e condições de assentamento;
 - Sistemas de monitoramento, proteção e detecção de vazamento;
 - Tubulações – materiais e diâmetro;
 - Demais equipamentos – modelo, características técnicas (capacidade, potência, etc).
- a) Certificado ou Laudo do Ensaio de Estanqueidade completo do SASC (linhas, tanques, conexões e tubulações) em operação, acompanhado por croqui do estabelecimento e elaborado por profissional habilitado. O ensaio de estanqueidade deverá ser realizado por empresa certificada pela Portaria nº 259/2008 do INMETRO, com base na ABNT-NBR 13.784/2006;
- b) Plano de Controle Ambiental (ANEXO III), elaborado por profissional habilitado, acompanhado da respectiva ART, contemplando:
 - Projeto de controle de poluição ambiental;
 - Projeto de isolamento acústico conforme critérios da ABNT-NBR 12.361/1994, para GNV e compressores de ar, elaborado por profissional habilitado;
 - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, elaborado por profissional habilitado;
- a) Declaração de implantação do Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme estabelecido na Portaria IAP nº 159/2015;
- b) Plano de manutenção de equipamentos, sistemas e procedimentos operacionais do SASC e os procedimentos previstos para correção de operações deficientes;
- c) Para Posto ou Sistema Retalhista com transporte próprio de combustível, apresentar o Plano de Emergência Ambiental para atendimento de acidentes com transporte de produtos perigosos, elaborado por técnico habilitado, acompanhado da respectiva ART;
- d) Publicação de súmula do pedido de Licença de Operação de Regularização em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
- e) Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes às publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente.

Parágrafo único: No caso de Postos Flutuantes, apresentar os documentos correspondentes aos itens a, b, c, e, f, o, p, q, r, t, u do caput deste Artigo, bem como:

- Declaração de implantação do Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme estabelecido na Portaria IAP nº 159/2015;
- Certificado ou Laudo do Ensaio de Estanqueidade completo do tanque.

Art. 10. Quando da remoção e/ou substituição de Sistema de Abastecimento Subterrâneo de Combustíveis - SASC, deverá ser requerida Autorização Ambiental – AA, a ser protocolada mediante a apresentação de:

- a) Inscrição no Cadastro de Postos e Sistema Retalhista – PSR;
- b) Inscrição no Cadastro de Obras Diversas – COD;
- c) Cópia da Licença de Operação do empreendimento;
- d) Contrato com empresas e/ou profissionais responsáveis pela execução dos trabalhos a serem realizados;
- e) Certificado de Conformidade emitido pelo INMETRO para a empresa responsável pela remoção e/ou instalação do SASC;
- f) Projeto executivo da remoção e/ou substituição do SASC (ANEXO III), elaborado por profissional habilitado, acompanhado da respectiva ART, contendo no mínimo:
 - Metodologia a ser empregada na execução dos trabalhos de acordo com as normas da ABNT – NBR, sendo que a remoção e destinação dos tanques/equipamentos deverão atender o preconizado na norma ABNT NBR 14.973, ou aquelas que a sucederem;
 - Planta Baixa em escala adequada, com as distâncias entre colunas, tanques (antigos e a instalar) e outras obras civis;
 - Memorial Descritivo do SASC a ser instalado (quando for o caso);
 - Certificado de calibração dos equipamentos a serem utilizados para medição de VOC's;
 - Histórico do SASC a ser removido;
 - Apresentação do Estudo de Fundo de Cava ao IAP (ANEXO IV), em prazo de 90 (noventa) dias após realização dos trabalhos;
- a) Comprovante de comunicação ao Poder Público Municipal, referente aos serviços de remoção e/ou substituição do SASC;
- b) Comprovante de comunicação ao Corpo de Bombeiros da região, referente aos serviços de remoção e/ou substituição do SASC;
- c) Certidão Negativa de Débito Ambiental;
- d) Recolhimento da taxa ambiental.

Art. 10. O requerimento de Licença Prévia, visando a ampliação do SASC, deverá ser protocolado, mediante a apresentação de:

- a) Inscrição no cadastro para postos e sistemas retalhistas de combustíveis – PSR;
- b) Cópia da Licença de Operação do empreendimento;
- c) Planta baixa na escala adequada, contendo a localização do SASC antigo e do novo;
- d) Certidão Negativa de Débito Ambiental;
- e) Publicação de súmula do pedido de Licença Prévia em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
- f) Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes às publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente.

Art. 10. O requerimento de Licença de Instalação para ampliação do SASC deverá ser protocolado mediante a apresentação de:

- a) Inscrição no Cadastro para Postos e Sistemas Retalhistas de combustíveis – PSR;
- b) Cópia da Licença Prévia;
- c) Estudo de Cava para Área Contaminada (AC) elaborado por profissional habilitado, acompanhado da respectiva ART;
- d) Memorial Descritivo do Sistema de Armazenamento de Combustíveis, elaborado por profissional habilitado e acompanhado da respectiva ART, de acordo com as normas da ABNT/NBR vigentes, contendo as especificações dos seguintes equipamentos:
 - Tanques e reservatórios – material, capacidade, dimensões e condições de assentamento;
 - Sistemas de monitoramento, proteção e detecção de vazamento;
 - Tubulações – materiais e diâmetro;
 - Demais equipamentos – modelo, características técnicas (capacidade, potência, etc);
 - Planta Baixa das instalações ampliadas, em escala adequada;
 - Válvulas de retenção de vapores de combustíveis do(s) tanque(s) a serem instalados.
- a) Certidão Negativa de Débito Ambiental;
- b) Publicação de súmula de recebimento da Licença Prévia, em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86 e Decreto Federal nº 99.274/90;
- c) Publicação de súmula do pedido de Licença de Instalação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
- d) Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes às publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente.

Art. 10. O requerimento de Licença de Operação para ampliação do SASC deverá ser protocolado mediante a apresentação de:

- a) Inscrição no Cadastro para Postos e Sistemas Retalhistas de combustíveis – PSR;
- b) Cópia da Licença de Instalação;
- c) Certificado ou Laudo do Ensaio de Estanqueidade completo do SASC (linhas, tanques, conexões e tubulações), após a instalação e previamente à entrada em operação, acompanhado por croqui elaborado por profissional habilitado. O ensaio de estanqueidade deverá ser realizado por empresa certificada pela Portaria nº 259/2008 do INMETRO;
- d) Certificados expedidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO;
- e) Notas fiscais autenticadas expedidas pelas entidades fabricantes ou prestadoras de serviço, atestando a conformidade quanto à fabricação, montagem e comissionamento dos equipamentos e sistemas implantados, atendendo à Resolução CONAMA nº 273/2000 e à Portaria INMETRO nº 109/2005;
- f) Certificado de instalação do equipamento de detecção e monitoramento de vazamento e comprovação de treinamentos para operação do sistema;
 - g) Declaração de implantação do Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme estabelecido na Portaria IAP nº 159/2015;
 - h) Certidão Negativa de Débito Ambiental;
 - i) Publicação de súmula de recebimento da Licença de Instalação, em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente no conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 06/1986 e Decreto Federal nº 99.274/1990;
 - j) Publicação de súmula do pedido de Licença de Operação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
 - k) Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes às publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente;
 - l) Atestado da Conformidade de Serviço Realizado, emitido pelo INMETRO ou por organismo que com ele mantenha reconhecimento mútuo.

Seção V Procedimentos Específicos de Licenciamento Ambiental

Art. 10. Para a Renovação da Licença de Operação, bem como nos casos de regularização de empreendimentos já em operação, constatado o não atendimento dos padrões ambientais, em caráter excepcional, o órgão ambiental poderá firmar com o empreendedor um **Termo de Ajustamento de Conduta – TAC**, com base no Art. 78, da Resolução CEMA nº 065/2008, ou outa a que vier a substituí – lá, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, visando o ajuste do empreendimento às exigências legais.

§ 1º. Para elaboração e assinatura do TAC é necessária avaliação técnica e manifestação jurídica do órgão ambiental;

§ 2º: A licença ambiental definitiva somente será concedida após o cumprimento das obrigações estabelecidas no TAC, em consonância com o previsto no Parágrafo 2o, do Artigo 24, da Resolução CEMA no 065/2008 ou outra a que vier a substituí – lá;

Art. 11. A regularização do licenciamento ambiental por motivo de alteração da razão social e/ou do estatuto ou contrato social da empresa, em qualquer fase, deverá atender o Artigo 76 da Resolução CEMA nº 065/2008 ou outra a que vier a substituí – lá;

Art. 12. Os Postos e/ou Sistemas Retalhistas de Combustíveis-TRR, com transporte próprio de combustível, o licenciamento deverá contemplar também essa atividade.

Parágrafo único: Para a efetiva legalidade do transporte de combustível objeto do caput deste artigo, necessariamente deverá constar esse tipo de serviço no contrato social da empresa, bem como os veículos transportadores registrados em seu CNPJ.

Art. 13. Para melhorias em sistemas de tratamento e/ou de destinação final de resíduos deverá ser solicitada AA específica, deverá ser solicitada Autorização Ambiental, cujo processo a ser protocolado deverá conter:

- a) Requerimento de Licenciamento Ambiental;
- b) Cópia da Licença de Operação/Licença Ambiental simplificada ou do Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental (TAC);
- c) Estudo Ambiental apresentado de acordo com as diretrizes específicas do órgão ambiental;
- d) Em se tratando de readequação de sistemas de controle ambiental já implantados, encaminhar o estudo anterior e um relatório com a situação atual do sistema justificando o motivo da readequação;
- e) Recolhimento da Taxa Ambiental.

Art. 10. Caso haja necessidade, o órgão ambiental competente solicitará, a qualquer momento, outros documentos e/ou informações complementares do requerente ou de outras instituições envolvidas no licenciamento ambiental em questão, assim como, anotação ou registro de responsabilidade técnica pela implantação e conclusão de eventuais estudos ambientais.

Seção VI Prazos de Validade das Licenças Ambientais

Art. 11. O órgão ambiental estabelecerá o prazo de validade de cada modalidade de licença, especificando-os no respectivo documento, levando em consideração os seguintes aspectos:

- I. O prazo de validade da Licença Prévia - LP será de até 02 (dois) anos, sendo passível de prorrogação por mais 02 (dois) anos;
- II. O prazo de validade da Licença de Instalação - LI será de 03 (três) anos e poderá ser renovada por mais 03 (três) anos, a critério do órgão ambiental;
- III. O prazo de validade da Licença de Operação - LO será de 06 (seis) anos e poderá ser renovada, a critério do órgão ambiental.

CAPÍTULO III ASPECTOS LOCACIONAIS

Art. 10. Os empreendimentos a serem implantados ou ampliações das atividades relacionadas no Art. 2º da presente Resolução, submetidos ao licenciamento do órgão ambiental competente, deverão atender os seguintes requisitos mínimos:

- I. Localizar-se a uma distância superior a 100 (cem) metros da divisa com outros imóveis, medida a partir dos elementos notáveis mais próximos (tanques, bombas, filtros, descarga à distância e respiros) de: escolas, creches, hospitais, postos de saúde, asilos e poços de captação de águas subterrâneas para abastecimento público, salvo legislação específica mais restritiva;
- II. Localizar-se a uma distância de no mínimo 15 (quinze) metros da divisa com outros imóveis, medida a partir dos elementos notáveis mais próximos (tanques, bombas, filtros, descarga à distância e respiros), salvo legislação específica mais restritiva;
- III. Localizar-se a uma distância mínima de 1.000 (mil) metros da divisa com outros imóveis a partir dos elementos notáveis mais próximos (tanques, bombas, filtros, descarga à distância e respiros) do ponto de captação de água de corpos hídricos superficiais para abastecimento público, salvo legislação específica mais restritiva;
- IV. Localizar-se fora de áreas úmidas, atendendo à Resolução IBAMA/SEMA/IAP nº 005 de 28 de março de 2008, ou as que vierem a substituí-la, ou ainda áreas urbanas sujeitas a inundações por corpos hídricos superficiais.

CAPÍTULO IV ASPECTOS TÉCNICOS

Art. 10. Os novos empreendimentos ou os instalados após a vigência da Lei Estadual nº 14.984 de 28 de dezembro de 2005, devem obrigatoriamente atender aos requisitos técnicos nela estabelecidos, sendo obrigatório a implantação de tanques de paredes duplas e processo de proteção e controles necessários aos postos/sistemas Classe III, conforme enquadramento da NBR 13.786 ou as que vierem a substituí-la, incluindo monitoramento intersticial.

Parágrafo Único: Todos os Postos e/ou Sistemas Retalhistas de combustíveis no Estado do Paraná são considerados Classe III.

Art. 11. Para efeito de controle futuro da integridade dos elementos componentes do Sistema de Abastecimento Subterrâneo de Combustíveis - SASC (linhas, tanques, conexões, tubulações e demais equipamentos), deverá ser apresentado teste de estanqueidade completo em periodicidade a ser estabelecida pelo órgão ambiental, não superior a 06 (seis) anos, inclusive aqueles com sistema de monitoramento eletrônico para detecção de vazamentos.

Art. 12. Para postos em funcionamento, que utilizam tanques subterrâneos para armazenamento de combustíveis, somente poderão ser licenciados se dispuserem de tanques de paredes duplas dotadas de espaço intersticial e sensor que permita o monitoramento eletrônico de vazamentos, de acordo com NBR 13.786:2001, ou outra que venha a substituí-la ou alterá-la.

Art. 13. Postos e Sistemas Retalhistas de Combustíveis com tanques subterrâneos em operação que apresentem vazamento, deverão ser removidos imediatamente, mediante:

- Protocolização de requerimento de autorização ambiental junto ao órgão ambiental, conforme estabelecido no Art. 16 da presente Resolução;
- Atendimento do roteiro executivo contido no ANEXO III.

Art. 10. Para os tanques de paredes duplas, dotados de sensores para monitoramento eletrônico de vazamento, a vida útil será considerada de 25 (vinte e cinco) anos, contada a partir da data de fabricação ou de acordo com a garantia estipulada pelo fabricante, mediante documento comprobatório acompanhado da ART.

Parágrafo único: Os equipamentos com as características especificadas no caput deste artigo, deverão ser removidos imediatamente ao completar 25 (vinte e cinco) anos, mediante:

- Protocolização de requerimento de autorização ambiental junto ao órgão ambiental, conforme estabelecido no Artigo 16 da presente Resolução.
- Atendimento do roteiro executivo contido no ANEXO III.

Art. 10. Os Sistemas Retalhistas – TRR a serem instalados deverão possuir tanques e linhas aéreas de acordo com as normas da ABNT vigentes.

Art. 11. Em estabelecimentos novos ou ampliados, o armazenamento de óleo lubrificante usado deverá ser feito, preferencialmente, em tanques e linhas aéreas, dotados de bacia de contenção, com piso impermeável e cobertura. No caso da implantação de tanques subterrâneos, os mesmos deverão ser de paredes duplas, com monitoramento intersticial.

Art. 12. Postos e Sistemas Retalhistas de Combustíveis, com ou sem lavagem, deverão dispor de sistema de tratamento das águas residuárias geradas, apresentado na forma de projeto, elaborado de acordo com as diretrizes do ANEXO II.

Parágrafo único: Os Postos ou estabelecimentos que executarem lavagem de veículos pesados (caminhões, tratores e máquinas), deverão apresentar projeto específico de Sistema de Tratamento para efluentes, que deverá, obrigatoriamente, contemplar o Reuso do Efluente Final Tratado.

Art. 13. Os efluentes somente poderão ser lançados, direta ou indiretamente, nos corpos de água, desde que obedeçam às condições e padrões estabelecidos na sequência, resguardadas outras exigências cabíveis:

- a) pH entre 5 e 9;
 - b) DBO₅ (Demanda Bioquímica de Oxigênio) inferior a 100 (cem) mg/L;
 - c) DQO (Demanda Química de Oxigênio) inferior a 300 (trezentos) mg/L;
 - d) Material sedimentável até 1 ml/L em teste de 1 hora em cone Imhoff;
 - e) Óleos e Graxas minerais até 20 mg/L e vegetais até 50 mg/L;
 - f) Substâncias Tensoativas que reagem com o Azul de Metileno até 2,0 mg/L.
 - g) Temperatura: inferior a 40° C;
 - h) Toxicidade aguda para: *Daphnia magna* até FT 16, *Vibrio fischeri* até FT 8;
- i) Benzeno até 1,2 mg/L;
- j) Etilbenzeno até 0,84 mg/L;
- k) Tolueno até 1,2 mg/L;
- l) Xileno até 1,6 mg/L.

§ 1º: Fica proibida a infiltração direta no solo de efluentes provenientes de águas de lavagem de veículos e do setor de abastecimento, mesmo que tratadas;

§ 2º: Fica proibido o lançamento de efluentes líquidos, direta ou indiretamente, em corpos hídricos superficiais utilizados ou potencialmente identificados como mananciais de abastecimento público.

Art. 10. Os Postos e Sistemas Retalhistas de Combustíveis deverão realizar o automonitoramento dos efluentes líquidos de acordo com a Portaria IAP nº 256/2013.

Art. 11. As atividades relacionadas no Art. 2º da presente Resolução que possuírem poço tubular profundo ou poço cacimba, deverão obrigatoriamente realizar monitoramento da qualidade de água em conjunto com o plano de monitoramento do lençol freático definido para o empreendimento, contemplando análises dos parâmetros BTEX, PAH's e TPH's.

CAPÍTULO V

DO RELATÓRIO DE MONITORAMENTO E OPERAÇÃO - RMO

Art. 12. Os responsáveis legais pelos Postos e Sistemas Retalhistas de Combustíveis deverão apresentar Relatório de Monitoramento e Operação - RMO do empreendimento para o IAP, em arquivo digital, no formato pdf, como parte integrante da solicitação da renovação da Licença de Operação, de acordo com o ANEXO VIII desta Resolução:

- a) Avaliação do sistema de monitoramento intersticial do Sistema de Abastecimento Subterrâneo de Combustíveis – SASC;
- b) Avaliação do sistema de tratamento de efluentes da pista de abastecimento, da área de tancagem e da área de lavagem e manutenção de veículos;
- c) Relatório fotográfico acompanhado de ficha de vistoria do empreendimento;
- d) Descrição do Plano de manutenção de equipamentos, sistemas e procedimentos operacionais do SASC e as medidas adotadas para correção de operações deficientes;

- e) Avaliação dos laudos analíticos das amostras de solo e água subterrânea dos poços de monitoramento instalados no empreendimento. Caso, o empreendimento possua poço tubular profundo ou poço cacimba, o mesmo deverá ser incluído no plano de amostragem.

Parágrafo único: Para garantia da representatividade das amostras de água subterrânea e solo do monitoramento semestral da qualidade da água freática, o empreendedor deverá ter realizado Estudos de Identificação de Passivo Ambiental, conforme o ANEXO VI desta Resolução, anteriormente ao Relatório de Monitoramento e Operação - RMO.

Art. 10. Na Avaliação dos laudos analíticos das amostras de água subterrânea e/ou solo, no caso da constatação de valores que ultrapassem os Valores de Intervenção (VI), o órgão ambiental deverá ser informado no prazo máximo de 10 (dez) dias, por meio de ofício digital, contendo anexo o Relatório de Monitoramento e Operação, em arquivo digital, no formato pdf. Independentemente da manifestação do órgão ambiental, o Responsável Legal deverá adotar as ações previstas no Capítulo VI – Gerenciamento de Áreas Contaminadas e realizar Estudo de Investigação Detalhada e Avaliação de Risco à Saúde Humana, de acordo com o ANEXO VII, desta Resolução.

- Art. 11.** A entrega do Relatório de Monitoramento e Operação **deverá ser apresentado ao órgão ambiental**, com frequência anual, no período de 1º a 30 de junho, contendo os dois monitoramentos semestrais realizados nos períodos de maior e menor elevação do nível d'água subterrânea, referente ao ano anterior.

Parágrafo Único. No caso da não entrega do Relatório de Monitoramento e Operação - RMO, o órgão ambiental deverá ser informado no prazo máximo de 10 dias, por meio de ofício digital, contendo justificativa. Caso não seja apresentada justificativa, o órgão ambiental poderá exigir a realização de Estudo de Investigação de Passivos Ambientais, de acordo com o ANEXO VI desta Resolução.

CAPÍTULO VI GERENCIAMENTO DE ÁREAS CONTAMINADAS

- Art. 12.** Caberá ao empreendimento dar sequência aos procedimentos previstos no Gerenciamento de Áreas Contaminadas independentemente da manifestação exercida pelo órgão ambiental nos casos previstos na presente Resolução.

- Art. 13.** As atividades armazenadoras e distribuidoras de combustíveis líquidos deverão apresentar Estudo de Investigação de Passivos Ambientais, de acordo com o ANEXO VI desta Resolução, nos seguintes casos:

- Regularização do Licenciamento Ambiental (Licença de Operação de Regularização – LOR);
- Acidentes com derramamento de produtos líquidos de combustíveis;
- Implantação de novos empreendimentos em local onde antes era desenvolvida atividade potencialmente poluidora;
- Caso Estudo do Fundo de Cava, realizado conforme Anexo III desta resolução, em procedimentos de substituição dos Componentes do SASC indique a presença de contaminação;
- Em situações onde o monitoramento eletrônico instalado estiver desativado/inoperante no momento da vistoria técnica realizada pelo corpo técnico do órgão ambiental;
- Em situações onde o monitoramento eletrônico instalado detectar a ocorrência de vazamentos durante o respectivo monitoramento;
- Não entrega do Relatório de Monitoramento e Operação – RMO.

- Art. 10.** As atividades armazenadoras e distribuidoras de combustíveis líquidos deverão apresentar Estudo de Investigação Detalhada e Avaliação de Risco à Saúde Humana, de acordo com o ANEXO VII, desta Resolução, nos seguintes casos:

- Concentrações das Substâncias Químicas de Interesse que ultrapassem os Valores de Intervenção (VI) nas amostras de água subterrânea e/ou solo, identificadas no Relatório de Monitoramento e Operação do empreendimento;
- Contaminações identificadas no Estudo de Investigação de Passivos Ambientais, que ultrapassem os Valores de Intervenção (VI);
- Quando for verificada a presença de Fase Livre em qualquer uma das etapas previstas no gerenciamento de áreas contaminadas.

- Art. 10.** Quando da Identificação de Fase Livre, o responsável técnico pelos estudos deverá, obrigatoriamente, oficializar o empreendedor, o qual comunicará o fato ao órgão ambiental no prazo máximo de 10 (dez) dias, sob pena de aplicação das penalidades legais cabíveis.

§ 1º. A presença de Fase Livre no site implica na necessidade de intervenção imediata. Fica estabelecido prazo de até 60 (sessenta) dias, para início efetivo do processo de remoção e, de 180 dias, para sua conclusão. A metodologia definida (Plano de Intervenção) deverá ser apresentada ao órgão ambiental, sob a forma de relatório;

§ 2º. A persistência da Fase Livre após o período acima estabelecido deverá ser justificada e novo Plano de Intervenção ser apresentado.

- Art. 11.** A área será determinada como Área Contaminada caso sejam ultrapassadas as Concentrações Máximas Aceitáveis para o local, previstas no Estudo de Investigação Detalhada e Avaliação de Risco à Saúde Humana, ou se houver a presença de substâncias químicas em fase livre.

§ 1º. Caberá ao empreendedor executar as atividades previstas no Plano de Intervenção elaborado no Estudo de Investigação Detalhada, conforme Anexo VIII desta resolução, a fim de reabilitar a área;

§ 2º. Caberá ao órgão ambiental, comunicar ao proprietário do imóvel, ao arrendatário, à respectiva bandeira e ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, onde se insere o imóvel, para a devida averbação da Área Contaminada;

§ 3º. Caberá ao proprietário do imóvel, a responsabilidade cumprir as exigências impostas pelo órgão ambiental quando da execução dos procedimentos de averbação junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, onde se insere o imóvel, para a devida averbação da Área como contaminada.

- Art. 12.** Caso sejam executadas Medidas de Intervenção, a área só será definida como Área Reabilitada para Uso Declarado - AR se durante os 02 (dois) anos de execução do Plano de Monitoramento para Encerramento não tenham sido ultrapassadas as Concentrações Máximas Aceitáveis definidas para o caso, conforme preconizado no Anexo VII desta resolução.

Parágrafo único. Após comprovada a descontaminação através do Plano de Monitoramento para Encerramento e depois de concluídas as exigências estabelecidas pelo órgão ambiental, a área contaminada poderá ser desaverbada em cartório.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. A implantação de novas atividades relacionadas no Art. 2º da presente Resolução, às margens de Rodovias Estaduais e/ou Federais, deverá ser precedida de autorização do órgão correspondente – DER ou DNIT, conforme o caso, atendendo às normas vigentes.

Art. 14. Quando da reapresentação de projetos para reavaliação técnica, deverá ser observado o contido no Art. 20 e ANEXO IV da Resolução CEMA nº 065/2008 ou outra a que vier a substituí-la.

Art. 15. Quando do encerramento da atividade, o IAP deverá ser informado através de procedimento próprio, protocolado e dirigido ao Diretor Presidente, instruído com a documentação constante no Art. 77 da Resolução CEMA nº 065/2008 ou outra a que vier a substituí-la.

Art. 16. O laboratório responsável pela execução e emissão de laudos referentes a ensaios físico-químicos e biológicos de amostras retiradas de fontes de poluição ambiental e/ou de matrizes ambientais deverá ter o Certificado de Cadastramento de Laboratório de Ensaios Ambientais (CCL) concedido pelo órgão ambiental.

Art. 17. No caso de lançamento de efluentes líquidos na rede pública de esgoto, deverá ser anexada ao procedimento de licenciamento a anuência da concessionária de serviços de saneamento.

Art. 18. No lançamento de efluentes líquidos na rede de águas pluviais, deverá ser anexada ao procedimento de licenciamento a anuência do Executivo Municipal.

Art. 19. Esta Resolução deverá ser reavaliada a cada 06 (seis) anos ou a qualquer tempo, quando o órgão ambiental considerar necessário.

Art. 20. O não cumprimento do disposto nesta Resolução sujeitará os infratores às sanções previstas nas Leis Federais nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 e seus decretos regulamentadores.

Art. 21. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução SEMA nº 032/2016.

Curitiba, 15 de julho de 2019.

MARCIO NUNES

Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo

ANEXOS

ANEXO I	MODELO DE CERTIDÃO DO MUNICÍPIO QUANTO AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
ANEXO II	DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DE SISTEMAS DE CONTROLE DE POLUIÇÃO AMBIENTAL EM POSTOS DE ABASTECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA RETALHISTA DE COMBUSTÍVEL – ISR/TRR
ANEXO III	ORIENTAÇÕES PARA REMOÇÃO DE COMPONENTES E DESMOBILIZAÇÃO DE SISTEMAS DE ARMAZENAMENTO SUBTERRÂNEO E AÉREO DE COMBUSTÍVEIS
ANEXO IV	PROCEDIMENTO PARA AVALIAÇÃO DE GASES NO SOLO
ANEXO V	DIRETRIZES MÍNIMAS PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO HIDROGEOLÓGICO PARA EMPREENDIMENTOS ARMAZENADORES DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS
ANEXO VI	DIRETRIZES MÍNIMAS PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS DE IDENTIFICAÇÃO DE PASSIVOS AMBIENTAIS (AVALIAÇÃO PRELIMINAR E INVESTIGAÇÃO CONFIRMATÓRIA) EM EMPREENDIMENTOS ARMAZENADORES DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS
ANEXO VII	INVESTIGAÇÃO DETALHADA e AVALIAÇÃO DE RISCO À SAÚDE HUMANA (DIAGNÓSTICO)
ANEXO VIII	RELATÓRIO DE MONITORAMENTO E OPERAÇÃO - RMO
ANEXO IX	MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE
ANEXO X	QUADRO COMPARATIVO SQI's X CMA's/PLA's
ANEXO XI	QUADRO DE INTERVENÇÃO
ANEXO XII	CMA COMERCIAL – órgão ambiental
ANEXO XIII	CMA RESIDENCIAL – órgão ambiental
ANEXO XIV	CADEIA DE CUSTÓDIA
ANEXO XV	OCORRÊNCIA DE FASE LIVRE

ANEXO I

MODELO DE CERTIDÃO DO MUNICÍPIO QUANTO AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

CERTIDÃO DO MUNICÍPIO DE – (NOME DO MUNICÍPIO)

Declaramos ao INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ – IAP/SEDEST, que o empreendimento abaixo descrito está localizado neste Município e que o Local, o Tipo de Empreendimento e Atividade estão em conformidade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo, incluindo distanciamentos de vias públicas (nº do diploma legal pertinente), bem como, atende às demais exigências legais e administrativas relacionadas ao Município.

EMPREENDEDOR	
CPF/CNPJ	
NOME DO EMPREENDIMENTO	
ATIVIDADE	
ENDEREÇO	
BAIRRO	
CEP	
TELEFONE	

Local e Data

Nome, assinatura e carimbo do Prefeito Municipal ou do Secretário de área.

ANEXO II

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DE SISTEMAS DE CONTROLE DE POLUIÇÃO AMBIENTAL EM POSTOS DE ABASTECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA RETALHISTA DE COMBUSTÍVEL – ISR/TRR

Os projetos de Sistemas de Controle de Poluição Ambiental para postos de abastecimento e de Sistema Retalhista de Combustível deverão ser elaborados por técnico habilitado e submetidos à análise do órgão ambiental, em 02 (duas) vias, assinadas e devidamente encadernadas, acompanhados da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, em conformidade com as diretrizes listadas a seguir:

1. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

1.1 Informações cadastrais

- Razão social e nome fantasia.
- Endereço.
- Área do empreendimento discriminando: área total, área construída e área livre.
- Número de funcionários.
- Período de funcionamento.
- Data da última substituição do SASC.

2. INFORMAÇÕES SOBRE A ÁGUA UTILIZADA

2.1 Fontes de abastecimento

- Relacionar todas as fontes de abastecimento de água utilizadas pelo empreendimento, indicando as UTM/Datum dos poços eventualmente presentes.

2.2 Usos

- Relacionar o uso de água, abrangendo todas as áreas do empreendimento.
- Indicar, para cada uso, a vazão máxima utilizada e o período de utilização.

3. INFORMAÇÕES SOBRE ÁGUAS PLUVIAIS

- Descrição do sistema de captação, transporte e disposição das águas pluviais.

4. DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DO ESGOTO SANITÁRIO

- Apresentar o dimensionamento completo e detalhado de todas as unidades de tratamento de esgoto sanitário, especificando todos os parâmetros usados e necessários à sua compreensão.

- O dimensionamento deve ser feito, rigorosamente, de acordo com as normas específicas da ABNT:
 - ✓ NBR 7.229 – Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos.
 - ✓ NBR 13.969 – Tanques sépticos. Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos – Projeto, operação e construção.
 - ✓ NBR 12.209 – Projeto de estações de tratamento de esgoto sanitário.

5. INFORMAÇÕES SOBRE OS EFLUENTES LÍQUIDOS GERADOS NAS ÁREAS DE SERVIÇO

5.1 Descrição dos Sistemas de Tratamentos

Os sistemas de tratamento propostos devem ser suficientemente descritos, com anexação de fluxogramas detalhados onde constem todos os processos e operações realizados.

5.2 Justificativa do Sistema de Tratamento

Justificar a escolha do tratamento proposto com base em tecnologia aplicada, característica dos efluentes, vazões e outros aspectos.

5.3 Dimensionamento

Apresentar dimensionamento completo e detalhado de todas as unidades de tratamento, especificando todos os parâmetros usados e necessários à sua perfeita compreensão.

5.4 Monitoramento

Devem ser indicados todos os controles a serem efetuados (físico-químicos, operacionais, etc.) e a frequência necessária, visando garantir o rendimento esperado.

5.5 Características dos Efluentes Finais

Apresentar as características prováveis dos efluentes finais, cujos parâmetros devem ser os mesmos indicados para a caracterização qualitativa dos efluentes brutos.

5.6 Informações sobre a disposição final dos Efluentes Líquidos

- Informar a disposição final adotada para efluentes líquidos: lançamento em rede, em galeria de águas pluviais, em corpos hídricos ou reúso.
- No caso de lançamento direto em corpos hídricos, indicar nome, classe, bacia hidrográfica e apresentar outorga de lançamento.

6. INFORMAÇÕES SOBRE EMISSÕES GASOSAS

Informar sistema de coleta e tratamento dos vapores de combustíveis implantado nos respiros de tanques, de acordo com as normas ambientais vigentes.

7. RESÍDUOS SÓLIDOS

7.1 Informações sobre os Resíduos Sólidos Gerados

- Especificar e quantificar os resíduos sólidos gerados pelo empreendimento, inclusive os provenientes da estação de tratamento dos efluentes líquidos.
- Descrição do sistema e/ou medidas de controle adotadas.
- Dimensionamento (memorial de cálculo) das unidades que compõem o sistema de tratamento, armazenamento (temporário) e/ou disposição final de resíduos sólidos.

7.2 Disposição Final

- Descrever o tipo de disposição final dos resíduos sólidos.

8. MEMORIAL DESCRITIVO DOS EQUIPAMENTOS DO SASC A SEREM INSTALADOS

Memorial Descritivo contendo especificações de todos os equipamentos constituintes do SASC, em conformidade com as Normas da ABNT-NBR vigentes, acompanhado de ART, em 02 volumes, assinados e devidamente encadernados, contemplando:

- Tanques – fabricante, data de instalação, material constituinte, capacidade de armazenamento, dimensões e condições de assentamento.
- Tubulações – materiais e diâmetro.
- Planta baixa escala 1:200.
- Sistema de monitoramento eletrônico.
- Filtros e respiros.
- Equipamentos periféricos de segurança.
- Bombas - modelo, características técnicas (capacidade, potência, etc.).

9. INFORMAÇÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DO PISO DAS ÁREAS DE SERVIÇO E ARMAZENAMENTO, ÁREA DE LAVAGEM/LUBRIFICAÇÃO E POSICIONAMENTO DE CANALETAS EM RELAÇÃO À COBERTURA, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE:

- Projeto de construção da área de pista de abastecimento, armazenamento combustíveis, lavador e lubrificação.
- Dimensionamento das canaléticas instaladas para escoamentos das águas de pista e da área dos tanques subterrâneos.
- Planta baixa evidenciando o recuo das canaléticas em relação à cobertura.

ANEXO III

ORIENTAÇÕES PARA REMOÇÃO DE COMPONENTES E DESMOBILIZAÇÃO DE SISTEMAS DE ARMAZENAMENTO SUBTERRÂNEO E AÉREO DE COMBUSTÍVEIS

1. OBJETIVO

Orientar sobre o processo de remoção de componentes e desmobilização de Sistemas de Armazenamento Subterrâneo e Aéreo de Combustíveis e definir procedimentos para avaliação da integridade do meio físico (solo e água freática) local.

2. DEFINIÇÕES

A **remoção** é o processo de retirada de componentes de Sistemas de Armazenamento Subterrâneo e Aéreo de Combustíveis de um determinado empreendimento, não implicando no encerramento de suas atividades.

A **desmobilização** implica na retirada de todos os equipamentos componentes de sistemas de armazenamento de combustíveis, em razão do encerramento das atividades.

3. REMOÇÃO DE TANQUES

3.1 Comunicação ao órgão ambiental

Antes do início dos trabalhos de remoção de tanques ou de desmobilização do sistema, o responsável pelo empreendimento deve se manifestar junto ao IAP, requerendo autorização e fornecendo as informações que seguem:

- Razão social da empresa contratada para efetuar a remoção (certificada pelo INMETRO), CNPJ, endereço, telefone, responsável técnico e e-mail.
- Local de execução do trabalho: razão social do empreendimento, CNPJ, endereço, telefone e e-mail.
- Descrição dos trabalhos a serem realizados. Em casos específicos, o órgão ambiental poderá estabelecer procedimentos complementares.
- Data de início e previsão de término dos trabalhos.

3.2 Coleta de dados básicos do local

Devem ser realizados levantamentos e entrevistas, visando obter informações relacionadas a seguir:

- Características e situação (em uso ou desativados) dos equipamentos a serem removidos.
- Movimentação média mensal (individual) de combustíveis dos tanques a serem removidos.
- Eventos de vazamento, medidas tomadas e relatórios emitidos.
- **Layout** do empreendimento com identificação dos locais do(s) antigo(s) tanque(s) e indicação da posição do(s) novos(s), em escala adequada.

3.3. Procedimentos de Segurança

- Checar as informações obtidas nas entrevistas.
- Verificar as plantas de construção, reformas e/ou alterações realizadas.
- Checar a localização dos equipamentos (ex: tanques, tubulações de combustível, pontos de descarga de produto, de energia elétrica e de telemetria), conforme *layout* do item 4.2.
- Inspecionar a área quanto à presença de intervenções no subsolo e existência de utilidades subterrâneas, tais como: galerias, redes, etc., verificando a eventual presença de combustíveis através de medições da concentração de vapores e dos índices de explosividade.

3.4. Locação dos pontos de medição de gases e de amostragem de solo

- Para tanques aéreos

a) Em área sob tanque aéreo vertical, desprovido de bacia de contenção impermeável, deve ser realizada medição de gases conforme indica a tabela que segue:

Número de Pontos de Medição de Gases			
Diâmetro do tanque vertical em metros	Distribuídos igualmente no perímetro da circunferência do tanque com afastamento de 1m da parede vertical	No centro da circunferência	Total
$D \leq 3$	4	1	5
$3 < D \leq 6$	8	1	9
$6 < D \leq 9$	12	1	13
$D > 9$	20	1	21

Tabela 1 - Distribuição e número de pontos de medição de gases em área de tanque vertical a ser removido.

c) Na remoção de tanque aéreo horizontal, desprovido de bacia de contenção impermeável, deverá ser realizada medição de gases na área de projeção do tanque e ao redor da mesma. O espaçamento entre os pontos deverá ser de no máximo 3 metros.

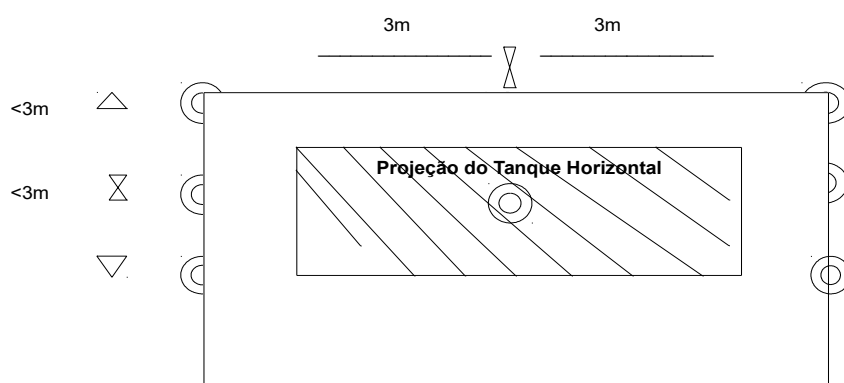


Figura 1 – Projeção do tanque aéreo horizontal com indicação dos pontos de medição de gases.

Em cada ponto de amostragem definido, deve ser realizada uma sondagem, até atingir o nível de água, ou até 5 metros, o que ocorrer primeiro.

O método de sondagem empregado deve ser compatível com a geologia e hidrogeologia locais, utilizando-se equipamentos que garantam a penetração até as profundidades requeridas. A sondagem poderá ser interrompida quando for atingido o topo rochoso. Nesse caso, nova sondagem próxima deverá ser realizada, para avaliação da continuidade do topo rochoso.

As justificativas de impossibilidade de penetração no terreno, em caso de uso de equipamentos inadequados, não serão consideradas. A recomendação é que se execute a perfuração com equipamento mecanizado, tipo *Hollow Sten Auger ou Solid Auger*, até o atingimento do nível de água freático, aprofundando pelo menos 2 m na camada aquífera. A sondagem poderá ser interrompida quando for atingido o topo rochoso. Nesse caso, pelo menos três sondagens deverão ser realizadas para avaliação da continuidade do topo rochoso. No caso da presença de topo rochoso, a presença do mesmo deverá ser justificada por meio de informações geológicas como a presença de rocha alterada e fragmentos de rocha ao longo do perfil de sondagem, bem como da presença de afloramentos de rocha próximos da área avaliada.

A cada metro perfurado deve ser coletada uma amostra de solo, por meio da cravação de amostrador tipo *liner*, visando evitar perdas de compostos por volatilização.

Toda amostra coletada deverá ser dividida em duas alíquotas devidamente identificadas: uma delas será acondicionada em saco plástico de polietileno auto-selante e a outra, mantida no próprio *liner* (totalmente preenchido) deve permanecer sob refrigeração à temperatura de $4^{\circ} \pm 2^{\circ} \text{C}$. A primeira alíquota presta-se à leitura de gases, após agitação vagarosa por 15 segundos e repouso de 10 segundos, quando então se introduz o tubo de leitura do equipamento, em orifício feito no saco da amostra. A temperatura ambiente deverá ser anotada.

Os furos de sondagens destinados à coleta de amostras devem ser totalmente preenchidos com material inerte, após a conclusão da amostragem.

Não encaminhar para análise de laboratório, amostra na qual foram realizadas medições de gases.

Para os tanques aéreos providos de bacia de contenção, realizar amostragem nos pontos considerados sensíveis das instalações (conexões, piso avariado, sistema de separação de água e óleo).

- Para tanques subterrâneos:

Para avaliação da integridade do solo, recomenda-se a realização de pelo menos 9 (nove) medições de gases para cada cava de tanque removido, de acordo com a seguinte distribuição:

- 01 ponto de medição de gases a meia altura e meia largura da cava em cada extremidade do tanque (calota).
- 04 pontos de medição de gases, sendo dois em cada parede lateral, a meia altura, alinhados com os pontos de carga (enchimento) e sucção (saída de produto).
- 03 pontos de medição no fundo da cava sendo um na projeção do ponto de carga, outro na projeção do ponto de sucção e 1 no meio.

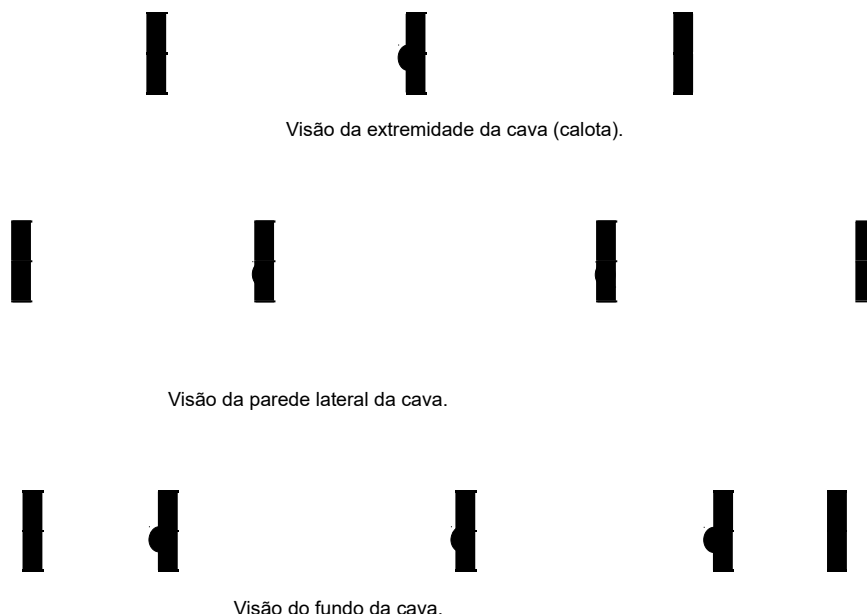


Figura 2 - Indicação dos pontos de medição de gases na cava do tanque subterrâneo.

A medição de gases deve ser conduzida de acordo com o ANEXO IV deste Termo de Referência.

Realizada a medição de gases deve ser coletada uma amostra de solo para análise química, por tanque removido, correspondendo ao ponto no qual foi constatado o maior valor de concentração de gases. Caso todas as medições sejam nulas, deve ser coletada uma amostra no fundo da cava, na projeção do ponto de carga do tanque.

A amostra deve ser rapidamente transferida para frasco de vidro de boca larga e tampa com vedação em teflon, com preenchimento completo, de modo a evitar a formação de espaços vazios no interior do mesmo.

O frasco deve ser identificado e relacionado com o tanque (numerado e com coordenadas UTM/Datum), a posição do ponto de amostragem e a concentração de gases medida em campo.

A constatação da presença de produto (combustível ou óleo lubrificante) no solo ou sobrenadante em água, eventualmente presente no interior da cava, deve ser registrada e indicada no relatório, sendo esta situação suficiente para que a área seja declarada contaminada. Nessa situação, não é necessário coletar amostra de solo para análise química, devendo ser iniciada a recuperação do produto e, paralelamente, realizada a investigação detalhada da área.

Tanto em caso de tanques aéreos quanto subterrâneos, recomenda-se que a aplicação de procedimentos para investigação da presença de passivos ambientais seja iniciada após a remoção dos reservatórios, de modo a facilitar o acesso a áreas mais sensíveis à contaminação, onde devem ser adotados os procedimentos descritos nos itens relacionados a tanques aéreos e a tanques subterrâneos.

4. SEGREGAÇÃO E DESTINAÇÃO DE SOLO DE ESCAVAÇÃO

O solo proveniente do processo de escavação para remoção do SASC deverá ser segregado adequadamente pelo responsável técnico, considerando as seguintes premissas:

- Avaliação tátil-visual da presença de contaminação no solo escavado.
- Avaliação da ocorrência de vapores em alíquotas do solo escavado, considerando o limite de ocorrência de VOC até 200 ppm.
- Caso o responsável técnico considere o limite supramencionado muito restritivo para a área em estudo, ele poderá coletar amostras de solo durante o processo de escavação e encaminhá-las para análise química, com o objetivo de auxiliar o processo de segregação. Deverá ser considerada uma amostra para TPH fracionado a cada 5 m³ de solo escavado.

Após a segregação, o solo considerado como contaminado a partir das premissas descritas acima, poderá ser acondicionado ou destinado, conforme abaixo definido:

Acondicionamento Temporário:

O responsável técnico identificará o local (interno ou externo ao posto) adequado para o acondicionamento temporário, o qual deverá ser coberto e impermeabilizado, com o objetivo de mitigação de emissão de vapores, bem como, evitar a lixiviação de hidrocarbonetos de petróleo para o solo, água superficial e subterrânea.

Destinação:

Mediante a caracterização química do solo, o responsável legal poderá optar pela destinação integral do material segregado, considerado contaminado, para aterro industrial licenciado.

Feita a segregação, o solo considerado como não contaminado poderá retornar à cava, a critério do responsável legal.

5. ANÁLISES QUÍMICAS

- As amostras de solo coletadas em fundo e paredes de cava de tanque de combustíveis e de reservatórios de resíduos oleosos devem ser analisadas para BTEX, PAH e TPH (Hidrocarbonetos Totais de Petróleo) fracionado.
- Devem ser produzidas amostras para controle de qualidade, a saber: branco de campo, branco de lavagem de equipamento e amostra para controle da temperatura da caixa utilizada para o transporte das amostras.
- O laboratório selecionado deverá possuir o CCL – Certificado de Cadastro de Laboratório junto ao IAP.
- Devem ser rigorosamente observados os procedimentos de preservação das amostras de solo e os prazos para realização das análises.
- As amostras encaminhadas ao laboratório deverão estar devidamente identificadas na Cadeia de Custódia (ANEXO XIV).

6. EMISSÃO DE RELATÓRIO

Deve ser emitido relatório conciso, objetivo e conclusivo, com a identificação e ART do profissional responsável pelos trabalhos realizados na área.

Os seguintes itens e informações devem, obrigatoriamente, estar contidos no relatório:

- a) Razão social, endereço e coordenadas geográficas do centro geométrico do empreendimento investigado. As coordenadas devem ser fornecidas em UTM, obtidas no centro geométrico da área, indicando o Datum de referência correspondente. As coordenadas das cavas devem igualmente constar.
- b) Descrição das características das instalações e operação do empreendimento.
- c) Apresentação de planta ou croqui do empreendimento com a indicação dos pontos de sondagem e a localização das edificações, do(s) tanque(s) retirado(s) e remanescente(s), das tubulações, dos drenos e galerias subterrâneas.
- d) Apresentação de planta ou croqui da área de estabelecimento, com a localização dos pontos de medição de gases e as respectivas concentrações.
- e) Conjunto de imagens fotográficas datadas, com registros de todas as etapas da operação. Foco especial deve ser dado ao aspecto de conservação dos equipamentos removidos.
- f) Descrição dos procedimentos adotados na amostragem de solo, especificando o equipamento empregado na sondagem e aquele utilizado na medição de gases. Resultados das análises químicas e a comparação dos mesmos com os valores de referência adotados pelo IAP.
- g) ANEXO contendo o registro da calibração do equipamento de medição de gases, indicando a data de calibração e o gás utilizado.
- h) Laudos técnicos e Cadeia de Custódia.
- i) Em caso de contaminação persistente em níveis mais profundos, nos locais das cavas, a área deverá ser objeto de Investigação Detalhada.

7. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

7.1. A empresa contratada para os trabalhos deverá gerar relatório informando a metodologia adotada para a remoção do SASC (tubulações para passagem de combustíveis e gases/respiros, tanques) e desgaseificação, com ART do técnico responsável.

7.2. Deverá ser comprovado, através de documentação, o destino final do(s) tanque(s), dos resíduos retirados dos mesmos e, eventualmente, do solo segregado considerado contaminado (informar o volume).

7.3. As empresas transportadora e recebedora dos itens acima mencionados deverão ser identificadas por sua razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, responsável legal e os respectivos certificados de transporte e de destinação final.

8. LAUDOS ANALÍTICOS

Os laudos devem estar devidamente assinados pelo profissional responsável pelas análises, conter a identificação do local investigado, do ponto de amostragem, a data em que a análise foi realizada, assim como a indicação dos métodos analíticos adotados.

- Os originais de toda a documentação contida no relatório devem ser arquivados para apresentação ao órgão ambiental, quando solicitados.
- Em ANEXO, deverão ser apresentados: a ficha emitida pelo laboratório no ato de recebimento das amostras, a cadeia de custódia e os laudos analíticos emitidos pelo laboratório.

9. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

ABNT NBR 13.312 - Posto de Serviço – Construção de tanque atmosférico subterrâneo em resina termofixa reforçada com fibra de vidro, de parede simples ou dupla.

ABNT NBR 14.973 - Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis – Desativação, remoção, destinação, preparação e adaptação de tanques subterrâneos usados.

ABNT NBR 13.785 - Construção de tanque atmosférico subterrâneo em aço-carbono de parede dupla metálica ou não.

ABNT NBR 15.072 - Posto de Serviço – Construção de tanque atmosférico subterrâneo ou aéreo em aço-carbono ou resina termofixa, reforçada com fibra de vidro para óleo usado.

ABNT NBR 15.205 - Armazenamento de combustíveis - Revestimento interno de tanque instalado, com a criação de parede dupla e espaço intersticial.

ANEXO IV

PROCEDIMENTO PARA AVALIAÇÃO DE GASES NO SOLO

1. OBJETIVO

Apresentar o método a ser adotado na avaliação de gases no solo.

2. MEDIÇÃO DE GASES NA CAVA

Nas amostras de solo coletadas na cava, deve ser realizada a medição de gases, de acordo com o seguinte procedimento:

- 2.1 Preencha a metade de um saco plástico impermeável auto-selante (preferencialmente de polietileno), com um litro de capacidade, com o solo amostrado e, imediatamente, feche o lacre. Quebre manualmente os torrões existentes (sem abrir o recipiente), agite vigorosamente a amostra por 15 segundos e mantenha-a em repouso por cerca de 10 minutos até a medição.
- 2.2 No momento da medição, registre a temperatura ambiente, agite novamente a amostra por 15 segundos e realize imediatamente a medição dos gases presentes no espaço vazio do recipiente, introduzindo o tubo de medição sonda do equipamento de medição no saco plástico por meio de um pequeno orifício a ser feito no mesmo, evitando tocar o solo ou as paredes do recipiente.
- 2.3 Registre o maior valor observado durante a medição, o qual normalmente ocorre a aproximadamente trinta segundos após o início da medição (verificar indicação contida no manual do fabricante). Medições erráticas podem ocorrer em função de altas concentrações de gases orgânicos ou de elevada umidade.
- 2.4 Utilize equipamentos com tecnologia atualizada.
- 2.5 Iniciada a medição com um determinado equipamento, o mesmo deve ser utilizado em todas as amostras da área investigada. Caso não seja possível, substitua o equipamento defeituoso por outro dotado do mesmo detector.
- 2.6 Realizada a medição de gases em todas as amostras coletadas, identifique a que apresentou a maior concentração, devendo ser coletada outra alíquota de amostra no mesmo ponto que apresentou as maiores concentrações. Essa amostra deve ser transferida, rapidamente, para frasco de vidro com boca larga e tampa com vedação em teflon, preenchendo todo o frasco, evitando-se espaços vazios no interior do mesmo. No caso de ser utilizado frasco do tipo *head space*, preencher a metade do frasco e lacrá-lo imediatamente. Identifique cada frasco com a localização do ponto de medição, a profundidade de medição, a concentração de gases medida em campo e, posteriormente, encaminhe para o laboratório.

ANEXO V

DIRETRIZES MÍNIMAS PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO HIDROGEOLÓGICO PARA EMPREENDIMENTOS ARMAZENADORES DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS.

1. OBJETIVO

Definir critérios mínimos para apresentação de estudos consistentes de caracterização hidrogeológica da área de interesse, visando a obtenção do licenciamento ambiental para instalação ou funcionamento de empreendimentos que envolvam o armazenamento de combustíveis líquidos.

Ênfase deve ser dada à caracterização da fragilidade do meio físico (solo, subsolo e zona saturada), diante da possibilidade de vazamentos de combustíveis líquidos.

2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Deverão ser desenvolvidos Estudos Hidrogeológicos em áreas onde esteja prevista a instalação ou já operem Postos Revendedores, Postos de Abastecimento, instalações de Sistemas Retalhistas e Bases de Armazenamento de Combustíveis Líquidos.

Considerando a grande importância da água subterrânea como vetor de transferência de contaminantes, especial atenção deve ser dada a áreas consideradas sensíveis: planície costeira, várzeas, substrato rochoso fraturado, dentre outras.

3. REFERÊNCIAS NORMATIVAS E BIBLIOGRÁFICAS

ABNT NBR 15.495-1 – Poços de Monitoramento de Águas Subterrâneas em Aquíferos Granulares – Parte 1: Projeto e Construção.

ABNT NBR 15.495-2 – Poços de Monitoramento de Águas Subterrâneas em Aquíferos Granulares – Parte 2: Desenvolvimento.

ABNT NBR 15.847 – Amostragem de Água Subterrânea em Poços de Monitoramento – Métodos de Purga.

NISHIYAMA, L., ZUQUETTE, L. V. Underground water: procedures for survey and valuation of data, and elaboration of the phreatic water table depth. Geociências (São Paulo), v.16, n.2, p. 581 - 607, 1997.

4. ROTEIRO DE EXECUÇÃO

Os estudos deverão apresentar os arcabouços geológico, hidrogeológico e geotécnico da área onde se pretende instalar ou já opere atividade considerada potencialmente poluidora, passível de impactar águas superficiais e subterrâneas.

4.1 Localização

Além de dados cadastrais da área (localização em mapa, coordenadas UTM/Datum), também deverá constar a microbacia hidrográfica que possa ser afetada por eventual carga poluidora. Ainda, poços tubulares e cacimbas situados no raio de influência de 200m deverão ser indicados com respectivas coordenadas UTM e Datum de referência utilizado, bem como a situação dos poços tubulares junto ao Instituto das Águas do Paraná.

4.2 Histórico da Ocupação do Terreno

Sobretudo em casos de novos empreendimentos, deverão ser pesquisados os tipos de uso pretéritos da área de interesse e entorno (possibilidade de contaminação cruzada), ilustrados com a sequência histórica de imagens aéreas da área.

Atenção especial deverá ser dada a casos de empreendimentos potencialmente geradores de contaminação, anteriormente instalados.

4.3 Geologia

Apresentar dados básicos e precisos sobre o arcabouço geológico local, notadamente quanto à litologia, presença de estruturas e características do solo. Uma seção geológica da área de interesse deve constar do relatório. Observação do perfil de solo em cortes de estradas, obras civis e escavações contribuem para a compreensão mais acurada do substrato local.

4.4 Hidrogeologia

Fornecer dados sobre a hidrodinâmica dos sistemas aquíferos com informações atuais, destacando-se a elaboração do mapa potenciométrico (direção e sentido de deslocamento da água subterrânea).

É de fundamental importância que sejam indicadas as condições pluviométricas vigentes no período dos trabalhos de campo e a série histórica da precipitação pluviométrica regional.

Descrever as características dos aquíferos superficial e profundo e seu grau de vulnerabilidade. Informar como se dá ou se dará o abastecimento de água do empreendimento (citar todas as fontes).

Definir as Unidades Hidroestratigráficas, que correspondem a corpos de rocha ou camadas de sedimento, com continuidade lateral e características hidrogeológicas e hidrodinâmicas distintas das unidades adjacentes e subjacentes do local sob avaliação.

4.5 Geotecnia

Dados relativos à existência de interferências antropogênicas (aterros e cortes), condições naturais de estabilidade do terreno, espessura do manto de intemperismo, contato com a rocha e características peculiares do terreno devem constar do relatório.

4.6 Sondagens

Deverão ser anexados ao relatório, por meio dos perfis de sondagem, os seguintes dados: coordenadas UTM/Datum dos pontos de sondagem, data da execução, métodos e equipamentos utilizados, posição do nível d'água e descrição detalhada do material sondado.

O objetivo da sondagem paramétrica é atingir o nível da água do aquífero freático e definir a profundidade dos poços de monitoramento que deverão ser instalados no empreendimento. A sondagem deverá atingir o nível do aquífero freático, com o aprofundamento de pelo menos 2 metros na camada aquífera. Torna-se, portanto, fundamental inteirar-se previamente da profundidade média do mesmo no entorno da área de interesse por meio de pesquisa de campo para identificar poços de monitoramento existentes, poços cacimba ou outras fontes de informação que possibilitem a medição de nível d'água do aquífero freático.

As justificativas de impossibilidade de penetração no terreno, em caso de uso de equipamentos inadequados, não serão consideradas. A recomendação é que se execute a perfuração com equipamento mecanizado, tipo *Hollow Sten Auger ou Solid Auger*, até o atingimento do nível de água freático, aprofundando pelo menos 2 m na camada aquífera. A sondagem poderá ser interrompida quando for atingido o topo rochoso. Nesse caso, pelo menos três sondagens deverão ser realizadas para avaliação da continuidade do topo rochoso. No caso da presença de topo rochoso, a presença do mesmo deverá ser justificada por meio de informações geológicas como a presença de rocha alterada e fragmentos de rocha ao longo do perfil de sondagem, bem como da presença de afloramentos de rocha próximos da área avaliada.

A impossibilidade de elaboração do mapa potenciométrico, não isenta a empresa consultora de apresentar ao órgão ambiental os itens constituintes do tópico 4. ROTEIRO DE EXECUÇÃO deste ANEXO.

5. PRODUTOS A SEREM APRESENTADOS

- Relatório técnico, estruturado conforme roteiro de execução proposto pelo órgão ambiental.
- Imagens fotográficas deverão ser utilizadas para ilustrar o relatório (execução de sondagens, aspectos da área, etc.).
- Mapa de localização da área em escala adequada ($\geq 1:500$).
- Mapa potenciométrico envolvendo a área de interesse em escala adequada ($\geq 1:500$).

6. CONDIÇÕES DISCIPLINARES

- Deverá ser encaminhado ao órgão ambiental, relatório técnico consistente e objetivo, acompanhado da respectiva ART de profissional legalmente habilitado.
- O órgão ambiental comunicará, através de ofício, ao Conselho de Classe, toda constatação de omissão e/ou não cumprimento das diretrizes mínimas estabelecidas, que resultem em estudos desprovidos de consistência técnica, para aplicação das medidas pertinentes.

ANEXO VI

DIRETRIZES MÍNIMAS PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS DE IDENTIFICAÇÃO DE PASSIVOS AMBIENTAIS (AVALIAÇÃO PRELIMINAR E INVESTIGAÇÃO CONFIRMATÓRIA) EM EMPREENDIMENTOS ARMAZENADORES DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS.

1. OBJETIVO

Investigar a presença de compostos de hidrocarbonetos constituintes de combustíveis líquidos em solo e em água subterrânea.

2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Os procedimentos de identificação da presença de hidrocarbonetos em solo e água subterrânea aplicam-se a postos revendedores, postos de abastecimento e instalações de sistemas retalhistas, conforme definições contidas na Resolução CONAMA nº 273/2000.

3. CLASSIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O órgão ambiental estabelece, para efeito de licenciamento ambiental, que todo o empreendimento que armazena, revende ou distribui combustíveis líquidos, deva ser enquadrado na Classe III (ABNT NBR 13.786), considerando o seu inerente potencial poluidor (atual e futuro) e gerador de acidentes ambientais (Resolução CONAMA nº 273/2000).

4. DEFINIÇÕES

- Água Subterrânea: águas que ocorrem naturalmente no subsolo.
- Área classificada: área na qual uma atmosfera explosiva de gás está presente ou é provável sua ocorrência a ponto de exigir precauções especiais para construção e utilização de equipamentos elétricos.
- Área com potencial de contaminação: aquela onde estão sendo ou foram desenvolvidas atividades potencialmente contaminadoras, isto é, atividades onde ocorre ou ocorreu o manejo de substâncias cujas características físico-químicas, biológicas e toxicológicas podem causar danos e/ou riscos aos bens a proteger.

- Área comprometida com as instalações: local que efetivamente abriga ou abrigou instalações de linhas, tanques, bombas, filtros, caixas separadoras, base de respiro, armazenamento de óleo usado e lubrificação e troca de óleo.
- Atmosfera explosiva: mistura com ar, sob condições atmosféricas, de substâncias inflamáveis na forma de gás, vapor, névoa e substâncias combustíveis, na qual, após a ignição a combustão se propaga através da mistura não consumida.
- Contaminação: introdução nos recursos ambientais de agentes patogênicos, de substâncias tóxicas ou radioativas, ou de outros elementos em concentrações nocivas ao ser humano, à fauna e à flora.
- COV's: Compostos Orgânicos Voláteis presentes em solos contaminados por hidrocarbonetos constituintes de combustíveis.
- Franja capilar: faixa de água subsuperficial mantida por capilaridade acima da zona saturada.
- Líquidos inflamáveis: Líquidos que possuem ponto de fulgor inferior a 37,8 °C e pressão de vapor menor ou igual a 275,6 kPa (2068,6 mmHg), denominados Classe I.
- Passivo ambiental: toda poluição, degradação ou contaminação sofrida pelo meio ambiente resultante de atividade poluidora ou de sua desativação.
- Solo: sistema aberto, dinâmico, sujeito a fluxos internos e externos, onde ocorrem processos físicos, químicos e biológicos, resultantes da alteração e evolução do material original (rocha ou mesmo outro solo) pela ação de organismos vivos, clima, influência do relevo e tempo de exposição.
- TPH : Hidrocarbonetos totais de petróleo.
- TPH total: Quantidade mensurável de hidrocarbonetos totais de petróleo presentes na matriz ambiental analisada (soma dos hidrocarbonetos resolvidos com a mistura complexa não resolvida).
- TPH-Resolvido: Quantificação dos hidrocarbonetos que são separados na análise cromatográfica, apresentando picos bem definidos. São todos os picos presentes no cromatograma.
- MNCR (Mistura Complexa Não-Resolvida): Quantificação da Mistura de hidrocarbonetos de petróleo que não são separados na análise cromatográfica, causando uma elevação na linha de base do cromatograma.
- TPH Finger Print: Quantificação de hidrocarbonetos totais de petróleo de C10 a C40.
- Cromatograma: Gráfico da concentração do analito versus o tempo/volume de eluição.

5. CONDIÇÕES DISCIPLINARES

Ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP, deverá ser encaminhado relatório técnico consistente e objetivo, acompanhado da respectiva ART de profissional legalmente habilitado.

Os tópicos balizadores a serem rigorosamente observados, constam do corpo desta Resolução.

Os critérios técnicos adotados poderão ser reformulados e/ou complementados pelo IAP, de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico e a necessidade de preservação ambiental.

O IAP comunicará, através de ofício ao Conselho de Classe, toda constatação de omissão e/ou não cumprimento das diretrizes mínimas estabelecidas, que resultem em estudos desprovidos de consistência técnica, para aplicação das medidas pertinentes.

O relatório do Estudo de Identificação de Passivos Ambientais deve ser composto de duas etapas de avaliação: Preliminar e Confirmatória, cujos respectivos Roteiros Executivos deverão seguir a sequência abaixo apresentada.

6. AVALIAÇÃO PRELIMINAR DE PASSIVOS AMBIENTAIS

6.1. OBJETIVO

Tem como objetivo principal constatar evidências, indícios ou fatos que permitem suspeitar da existência de contaminação na área sob avaliação, por meio de levantamento de informações disponíveis sobre o uso atual e pretérito da área (Gerenciamento de Áreas Contaminadas - GAC), de modo a subsidiar o desenvolvimento das próximas etapas de investigação.

Durante a etapa de avaliação preliminar podem ser obtidas evidências (ocorrência de fase livre, identificação de ambiente confinados com risco de explosão, dentre outros) que indiquem a necessidade de adoção de medidas emergenciais visando a proteção da saúde humana e de outros bens a proteger.

6.2. ROTEIRO DE EXECUÇÃO

6.2.1. Identificação do Empreendimento

- Razão Social/Nome Fantasia.
- CNPJ.
- Telefone.

- E-mail.
- Endereço completo.
- Coordenadas UTM/Datum de referência.
- Mapa de Localização.
- Movimentação mensal de combustível, por produto.

6.2.2. Histórico

Levantamento histórico do uso da área e entorno, com auxílio de imagens multitemporais, entrevistas com moradores locais e, obrigatoriamente, pesquisa junto a instituições (Prefeitura, Corpo de Bombeiros, IPEM e outros).

Coleta de dados existentes sobre o histórico operacional do empreendimento (eventos de vazamentos, reformas, troca de bandeiras, mudança de *layouts*, autuações, alteração da volumetria da tancagem, levantamento de antigos ensaios de estanqueidade, dentre outros). Indispensável que se proceda à consulta do processo no órgão ambiental, caso exista.

A caracterização do entorno deverá ser realizada em um raio de 200 (duzentos) metros a partir do perímetro do empreendimento, com a identificação de receptores potenciais (poços cacimba, poços tubulares), de locais onde foram ou são desenvolvidas atividades com potencial de contaminação e de áreas com contaminação comprovada.

Ao término desta atividade, deverá ser elaborado texto explicativo com resumo das características do entorno do empreendimento e planta em escala apropriada, contendo:

- O uso e ocupação do solo, com a identificação de receptores potenciais ou bens a proteger, como por exemplo, áreas residenciais, áreas comerciais, áreas industriais, áreas de lazer, áreas de produção agropecuária, piscicultura, hortas, escolas, hospitais, creches, etc.
- A localização e a classificação dos corpos d'água superficiais e subterrâneos.
- A localização de poços de abastecimento cadastrados junto ao Instituto das Águas do Paraná e SANEPAR num raio de 500 m do entorno do empreendimento.
- A localização de poços rebaixamento, drenos, fontes, nascentes e todos os tipos de poços de abastecimento não cadastrados no Instituto das Águas e na SANEPAR.
- A localização de Área com Potencial de Contaminação (AP), Área com Suspeita de Contaminação (AS), Área Contaminada (AC), Área em Processo de Monitoramento (AM) e Área Reabilitada para Uso Declarado (AR) eventualmente existentes na região considerada.
- A indicação da existência de rede de esgoto, de água tratada, de águas pluviais e de outras utilidades subterrâneas.

6.2.3. Caracterização do empreendimento

- Apresentação de Ficha Técnica preenchida (ANEXO VIII).
- Apresentação de planta baixa em escala compatível ($\geq 1:500$), contendo *layout* atual do Sistema de Abastecimento Subterrâneo de Combustíveis - SASC. Informações sobre eventual *layout* antigo, com descrição e localização de equipamentos desativados ainda presentes na área de interesse.
- Descrição e imagens fotográficas de acessórios periféricos de segurança presentes no empreendimento.
- Descrição acompanhada de imagens fotográficas da situação das instalações e infraestrutura atuais (canaletas, área de lavagem, pisos, local de lubrificação e de troca de óleo, locais de disposição ou infiltração de resíduos, bombas, filtros, caixas separadoras, base de respiro).
- Memorial descritivo (*as built*) referente aos equipamentos instalados que armazenam e conduzem combustíveis, com estimativa de vida útil, incluindo data de fabricação, modelo, fabricante e material constituinte.
- Localização de Poços de Monitoramento (PM's) já existentes em UTM/Datum, bem como suas características construtivas e estado de conservação.
- Localização de poço(s) de extração de água subterrânea na área do empreendimento e no entorno imediato (raio de 200m), com informações sobre suas características construtivas, idade, perfil descritivo, localização em UTM/Datum.
- *Layout* atualizado do sistema de captação de águas pluviais e esgotos, em escala de detalhe ($\geq 1:500$).

6.2.4. Caracterização da ocupação do entorno do empreendimento.

- Por se tratarem de atividades consideradas potencialmente poluidoras e geradoras de acidentes ambientais (Resolução CONAMA nº 273/2000), o órgão ambiental considera que todo o empreendimento que armazena, revende ou distribui combustíveis líquidos, deva ser considerado como Classe III (ABNT NBR 13.786).

6.2.5. Caracterização do meio físico.

- Caracterização hidrogeológica conforme Estudo Hidrogeológico realizado (ANEXO V) o qual deverá fornecer os subsídios necessários ao atendimento do que segue:

Caracterização dos materiais identificados durante a realização de sondagens, considerando aspectos pedológicos, geomorfológicos e geológicos.

Apresentação dos perfis de sondagens e de uma seção tipo da área de interesse.
Informações sobre a proximidade, qualidade e utilização da água superficial.

6.3. ELABORAÇÃO DE MODELO CONCEITUAL INICIAL (MCI)

Representar a situação da área quanto à possível contaminação existente e sua relação com o entorno, incluindo bens a proteger. Será utilizado como base para o planejamento das etapas posteriores de investigação, com atualizações a cada fase de avanço do conhecimento e consolidação prevista nas etapas de detalhamento e de recuperação da área.

Tabela 1 – Exemplo de planilha para modelo conceitual inicial.

Identificação da Área	Fontes Primárias	Mecanismos Primários de Liberação	Fontes Secundárias	Mecanismos Secundários de Liberação	Caminhos de Transporte dos Contaminantes	Receptores
AS-01	Nome da Área Identificada como Suspeita	Infiltração no solo e escoamento superficial de substâncias químicas provenientes das atividades pretéritas realizadas na área, por meio de supostos vazamentos e/ou derramamentos. (S)	Suspeita de solo contaminado	Dispersão no meio	Solo Água Subterrânea	Solo Água Subterrânea
AP-01	Nome da Área Identificada como Potencial	Infiltração no solo e escoamento superficial de substâncias químicas provenientes das atividades pretéritas realizadas na área, por meio de supostos vazamentos e/ou derramamentos. (P)	Suspeita de solo contaminado	Dispersão no meio	Solo Água Subterrânea	Solo Água Subterrânea

Legenda:

AS – Área Suspeita

AP – Área Potencial

Deverão ser considerados, minimamente, como fontes primárias de contaminação, os seguintes elementos constituintes do SASC e outras instalações de infraestrutura:

- Tubos de descarga à distância e os tanques.
- Linhas de sucção de combustível.
- Unidades de abastecimento (bombas).
- Tanques.
- Sistemas de filtragem de diesel.
- Caixas separadoras de água-óleo.
- Sistema de drenagem oleosa.
- Base de respiros.
- Local de armazenamento de óleo usado.
- Área de lubrificação e troca de óleo.
- Sumidouro/fossa séptica.
- Área de lavagem de veículos

7. **INVESTIGAÇÃO CONFIRMATÓRIA DE PASSIVOS AMBIENTAIS**

7.1. OBJETIVO

Confirmar ou não a existência de contaminantes em concentrações superiores aos valores de intervenção estabelecidos pelo IAP.

7.2. SEGURANÇA

Deverão ser rigorosamente seguidas as normas técnicas que tratam das instalações elétricas e equipamentos em atmosferas explosivas e consideradas as precauções especiais quanto a instalações e equipamentos elétricos em áreas classificadas.

As perfurações para as sondagens devem ser executadas com emprego de trado manual, até que se ultrapasse o nível mais profundo de enterramento dos equipamentos e da rede de dutos, prosseguindo a partir deste ponto com sonda adequada ao solo inspecionado.

7.3. ROTEIRO DE EXECUÇÃO

7.3.1. Malha de COV's.

Caso na etapa de avaliação preliminar, não se conseguir desenvolver um modelo conceitual consistente e detalhado da área que identifique todas as fontes primárias de contaminação (históricas e atuais) associadas à operação do empreendimento, o responsável técnico deverá executar a investigação da ocorrência de COV's no solo. O objetivo da malha de investigação de COV's terá natureza orientativa para definição dos locais onde serão executadas as sondagens de poços de monitoramento, sendo considerada um mecanismo de auxílio na investigação da presença de contaminação.

O mapeamento das concentrações de COV's deverá ser realizado a partir de uma malha com espaçamento regular (5x5m), considerando sempre, a distribuição dos equipamentos e dutos em operação ou desativados.

Define-se a malha considerando as áreas comprometidas com instalações.

Para as demais áreas do empreendimento (estacionamento, pátio), com área total de até 10.000m² (1 ha), o espaçamento da malha de COV's deverá ser de 10m, e de 20m para empreendimentos com metragens superiores.

Sempre que observados indícios de contaminação no solo, deverá ocorrer o adensamento da malha para melhor caracterização, ainda nesta fase de avaliação.

Com objetivo de estabelecer os critérios mínimos de controle de qualidade da realização da investigação de COV's no solo, deverão ser observados, minimamente, os seguintes itens:

- Realizar em campo a aferição do medidor de vapores antes do início das medições, visando estabelecer o branco da área.
- Nunca realizar medições de COV's durante a descarga de combustíveis.
- Nunca realizar medições próximas às bombas no momento do abastecimento de automóveis.
- Fazer medições a um metro de profundidade.
- Utilizar haste de 3/4" de diâmetro para aquisição das medições nas perfurações e nunca realizar estas medições diretamente no furo de sondagem.
- Estabelecer um tempo padrão para aquisição da medição dos COV's nas perfurações, o qual deverá ser definido pelo responsável técnico em função do Modelo Conceitual Inicial.
- Anexar ao relatório, o certificado de calibração do equipamento de medição de COV's na faixa de medição para BTEX e HPA's.
- Preencher cuidadosamente o furo com calda de cimento é tarefa obrigatória e visa evitar a passagem de efluentes contaminados.

A escolha dos pontos de sondagem para amostragem de solo será balizada pelos *hot spots* identificados no mapa de isoconcentrações de COV's resultante das medições de campo. Na ausência de pontos anômalos, as sondagens de solo deverão ser executadas em locais situados próximos das fontes potenciais de contaminação (pontos sensíveis), citadas anteriormente.

Neste último caso, os pontos de sondagem deverão ser locados à jusante dos equipamentos, considerando-se o provável sentido de escoamento da água subterrânea.

Para os pontos comprometidos com as instalações, deverão ser executados furos com leituras às seguintes profundidades: para tanques, a 4,0m e para base de bombas e filtros, CSAO, base de respiros, áreas de troca de óleo e lubrificação, área de lavagem de veículos e local de armazenamento óleo usado, a 1,50m.

7.3.2. Determinação do Número de Sondagens.

A determinação do número de sondagens a serem executadas para coleta de amostras de solo e instalação de poços de monitoramento deverá ter como base o Modelo Conceitual Inicial (MCI), desenvolvido na fase de Avaliação Preliminar, bem como os resultados de investigação obtidos pela implantação da malha de COV's.

Em situações nas quais a malha de COV's não evidencie a presença de *hot spots*, e que as sondagens de solo não tenham atingido o aquífero freático, deverão ser executadas sondagens nas áreas com potencial de contaminação (fontes primárias), conforme evidenciado pelo MCI, item 6.3 deste procedimento.

Ressalta-se que as justificativas de impossibilidade de penetração no terreno, em caso de uso de equipamentos inadequados, não serão consideradas. As sondagens deverão atingir o nível do aquífero freático, com o aprofundamento de pelo menos 2 metros na camada aquífera. A sondagem poderá ser interrompida quando for atingido o topo rochoso. Nesse caso, pelo menos três sondagens deverão ser realizadas para avaliação da continuidade do topo rochoso. No caso da presença de topo rochoso, a presença do mesmo deverá ser justificada por meio de informações geológicas como a presença de rocha alterada e fragmentos de rocha ao longo do perfil de sondagem, bem como da presença de afloramentos de rocha próximos da área avaliada.

7.3.3. Amostragem de Solo.

Para aquisição de amostras de solo para realização de análises químicas laboratoriais, deverá ser adotada a metodologia descrita nas ABNT NBR 16.434 - Amostragem de Resíduos Sólidos, Solos e Sedimentos – Análise de Compostos Orgânicos Voláteis (COV's) e ABNT NBR 16.435 – Controle da Qualidade na Amostragem para fins de Investigação de Áreas Contaminadas.

Adicionalmente ao descrito na ABNT 16.434, deverão ser observados os seguintes itens durante a execução das sondagens:

- Não utilizar fluido de perfuração, bem como emprego de graxas ou outro material.
- Realizar a limpeza de todos os equipamentos utilizados antes do início de cada perfuração, sendo obrigatória a utilização de detergente neutro e não fosfatado, água corrente e enxague final com água destilada e deionizada.

- Apresentar documentação fotográfica de todo o processo de amostragem.
- Elaborar o perfil descritivo do material identificado para cada sondagem de solo executada.
- Apresentar a descrição dos equipamentos para execução das sondagens e amostragem de solo.
- Identificar cada frasco com os dados correspondentes ao ponto amostrado.
- Georreferenciar todos os pontos de amostragem, informando as coordenadas UTM, cota e o Datum utilizado.
- Apresentar cadeia de custódia e ficha de recebimento de amostras pelo laboratório.

Deverá ser elaborado Plano de Amostragem desenvolvido com base nos resultados da etapa de Avaliação Preliminar considerando o MCI, no qual devem constar todas as justificativas quanto à escolha da metodologia de perfuração, número e localização das sondagens, poços de monitoramento, tipo e profundidade de amostragem, dentre outros. Atenção especial deverá ser dada às profundidades a serem atingidas e intervalos a serem amostrados nas áreas: de tancagem, descarga, abastecimento, das caixas separadoras, de disposição de óleo usado, dentre outras.

Nas amostras de solo deverão ser determinados os seguintes parâmetros: BTEX (benzeno, tolueno, xilenos e etilbenzeno), HPA's (hidrocarbonetos poliaromáticos) e TPH's (hidrocarbonetos totais de petróleo).

A coleta e análise das amostras deverão ser executadas por laboratório que possua acreditação ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017. Essa exigência entra em vigor após o transcurso do prazo de 02 (dois) anos da publicação desta resolução. O laboratório selecionado também deve possuir o Certificado de Cadastramento de Laboratório – CCL, conferido pelo IAP. A relação atualizada de laboratórios encontra-se disponível em *site* do órgão ambiental.

Os laudos analíticos das amostras de solo e águas subterrâneas e outros materiais avaliados deverão estar de acordo com o definido na norma ISO – IEC 17025, devendo necessariamente ser identificados o local onde foi coletada a amostra (nome e endereço), o ponto de amostragem, as datas em que as amostras foram coletadas e a extração e a análise foram realizadas, os métodos analíticos adotados, os fatores de diluição, os limites de quantificação, os resultados do branco de laboratório, da recuperação de traçadores (surrogate) e da recuperação de amostra padrão. Os laudos deverão ser acompanhados da ficha de recebimento de amostras (check list) emitida pelo laboratório no ato de recebimento das amostras e da cadeia de custódia referente às amostras coletadas, devidamente preenchidas e assinadas.

7.3.4. Instalação dos Poços de Amostragem de Água.

Os pontos de sondagem para amostragem de solos também poderão servir à instalação de poços de amostragem de água, que deverão ser mantidos como poços de monitoramento (PM's).

A preexistência de poços de monitoramento no empreendimento não desobriga a realização da malha de COV's e instalação de novos PM's para amostragem de água, se necessário. Os perfis construtivos dos poços de monitoramento deverão constar do relatório final.

Nas amostras de água deverão ser determinados os seguintes parâmetros: BTXE (benzeno, tolueno, xilenos e etilbenzeno), HPA's (hidrocarbonetos poliaromáticos) e TPH's (hidrocarbonetos totais de petróleo).

Recomenda-se que a profundidade final dos poços de amostragem de água seja de no mínimo 2,0m abaixo do nível d'água, construídos segundo ABNT NBR 15.495-1 e 15.495-2.

Deverão ser mantidos a título de "Poços de Monitoramento" – PM's, os poços de amostragem de água instalados por ocasião dos estudos de Investigação Confirmatória. Para tanto, deverão ser instalados em locais adequados e protegidos de infiltração de efluentes, acúmulo de águas pluviais e/ou de eventuais danos provocados pela passagem de veículos. Em casos de avaria na estrutura dos poços de monitoramento, medidas de reparo imediatas devem ser adotadas.

Os poços instalados serão úteis tanto para o simples monitoramento da integridade da água do aquífero freático durante a vigência da licença ambiental, quanto no monitoramento do *site* em processos de remediação implantados.

7.3.5. Amostragem de Água Subterrânea.

Para a coleta de água subterrânea, será exigido um Plano de Amostragem, com justificativa da escolha do local de implantação do poço de monitoramento. Cada passo constituinte da presente etapa deverá ser ilustrado por imagens fotográficas.

Após coletadas, receberão acondicionamento em frascos apropriados, devendo ser imediatamente armazenadas em *cooler* a 4°C, observando-se os prazos para realização das análises.

As amostras de água subterrânea deverão ser coletadas pelo método de baixa vazão, de acordo com o previsto pela ABNT NBR 15.847 e ABNT NBR 16.435, essa exigência entra em vigor com a publicação da presente resolução. Após o transcurso do prazo de 02(dois) anos, da publicação desta resolução, apenas serão aceitos amostragens por laboratórios acreditados junto ao INMETRO - ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017, independente do método de amostragem utilizado.

Durante o procedimento de coleta por baixa vazão deverão ser monitorados diversos parâmetros físico-químicos, com a purga sendo concluída após a estabilidade hidrogeoquímica avaliada pela determinação dos parâmetros previstos no quadro abaixo.

Faixa de Variação para os Parâmetros Indicativos de Qualidade da Água	
Parâmetro	Variação Permitida
pH	± 0,2 unidades
Condutividade Elétrica	± 5% das leituras
Oxigênio Dissolvido	± 0,2 mg/L
Potencial de Oxirredução	± 5% das leituras
Temperatura	± 0,5 °C

O laboratório selecionado também deve possuir o Certificado de Cadastramento de Laboratório – CCL, conferido pelo IAP. A relação atualizada de laboratórios encontra-se disponível em *site* do órgão ambiental. Laudos analíticos acompanhados de cromatogramas devem constar como

ANEXOS do relatório a ser apresentado ao órgão ambiental. Os limites de detecção mínimos para as análises das amostras de água subterrânea são de 1Åg/L para BTEX e 0,01Åg/L para HPA's. Após coletadas, receberão acondicionamento em frascos apropriados, devendo ser imediatamente armazenadas em *cooler* a 4°C, observando-se os prazos para realização das análises.

A constatação da presença de produto em fase livre ou residual (combustível ou óleo lubrificante) em solo ou na água subterrânea deverá ser registrada e indicada em relatório, sendo esta situação suficiente para que a área seja declarada contaminada.

Deve ser apresentada Cadeia de Custódia (ANEXO XIV) proposta pelo órgão ambiental.
Deve ser elaborado mapa de localização com pontos georreferenciados de amostragem de água.

Os laudos analíticos das amostras de solo e águas subterrâneas e outros materiais avaliados deverão estar de acordo com o definido na norma ISO – IEC 17025, devendo necessariamente ser identificados o local onde foi coletada a amostra (nome e endereço), o ponto de amostragem, as datas em que as amostras foram coletadas e a extração e a análise foram realizadas, os métodos analíticos adotados, os fatores de diluição, os limites de quantificação, os resultados do branco de laboratório, da recuperação de traçadores (surrogate) e da recuperação de amostra padrão. Os laudos deverão ser acompanhados da ficha de recebimento de amostras (check list) emitida pelo laboratório no ato de recebimento das amostras e da cadeia de custódia referente às amostras coletadas, devidamente preenchidas e assinadas.

7.3.6. Elaboração de Modelo Conceitual Confirmatório.

Desenvolver Modelo Conceitual Confirmatório (MCC) a partir da atualização do Modelo Conceitual Inicial (MCI).

8. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO PRELIMINAR E DE INVESTIGAÇÃO CONFIRMATÓRIA

O relatório técnico denominado "Avaliação Preliminar e Investigação Confirmatória" deverá ser estruturado em dois capítulos (preliminar e confirmatória), observados os itens estabelecidos no roteiro executivo previsto para cada etapa, devendo ser apresentado nas versões impressa e digital.

Acompanhará o relatório, a Declaração de Responsabilidade (ANEXO IX), na qual o responsável legal e o responsável técnico declaram que as informações apresentadas são verdadeiras.

Caso seja constatada a presença de fase livre em algum ponto de investigação da área de interesse, o responsável legal deverá comunicar o órgão ambiental por meio de ofício em até 10 (dez) dias corridos (ANEXO XIII).

Após comunicação, o responsável legal deverá apresentar ao órgão ambiental em até 90 (noventa) dias corridos a delimitação detalhada da pluma de fase livre, projeto executivo e cronograma de execução, bem como implantar o sistema de extração de produto em fase livre, o qual deverá ser dimensionado, visando sua total remoção.

Para a avaliação quantitativa da ocorrência de anomalias de compostos orgânicos derivados de petróleo nas amostras de solo e água subterrânea, deverão ser utilizados os Valores de Investigação (VI) apresentados na Tabela 2.

Para fins de identificação de passivos, será considerada contaminada a área na qual, pelo menos um dos compostos analisados apresente teor superior ao valor de investigação estabelecido na Tabela 2, devendo, obrigatoriamente, ser realizada a Investigação Detalhada, conforme ANEXO VI.

TABELA 2 - Valores de investigação (VI) para o solo e água subterrânea

Substância	Valores de Investigação (VI)			
	Solo (mg / kg)			Água subterrânea (Mg/L)
	Uso do solo			
	Agrícola	Residencial	Industrial	
Benzeno	0,06 ⁽³⁾	0,08 ⁽³⁾	0,15 ⁽³⁾	5 ⁽³⁾
Tolueno	30 ⁽³⁾	30 ⁽³⁾	75 ⁽³⁾	700 ⁽³⁾
Etilbenzeno	35 ⁽³⁾	40 ⁽³⁾	95 ⁽³⁾	300 ⁽³⁾
Xilenos	25 ⁽³⁾	30 ⁽³⁾	70 ⁽³⁾	500 ⁽³⁾
Antraceno	-	-	-	5 ⁽²⁾
Benzo (a) pireno	0,4 ⁽³⁾	1,5 ⁽³⁾	3,5 ⁽³⁾	0,7 ⁽³⁾
Benzo (g,h,i) perilene	-	-	-	0,05 ⁽²⁾
Benzo (a) antraceno	9 ⁽³⁾	20 ⁽³⁾	65 ⁽³⁾	1,75 ⁽³⁾
Benzo (k) fluoranteno	0,38 ⁽¹⁾	1 ⁽¹⁾	10 ⁽¹⁾	0,05 ⁽²⁾
Criseno	-	-	-	0,05 ⁽²⁾
Dibenzo (a,h) antraceno	0,15 ⁽³⁾	0,6 ⁽³⁾	1,3 ⁽³⁾	0,18 ⁽³⁾
Fluoranteno	-	-	-	1 ⁽²⁾
Fenantreno	15 ⁽³⁾	40 ⁽³⁾	95 ⁽³⁾	140 ⁽³⁾
Indenol (1,2,3-cd) pireno	2 ⁽³⁾	25 ⁽³⁾	130 ⁽³⁾	0,17 ⁽³⁾
Naftaleno	30 ⁽³⁾	60 ⁽³⁾	90 ⁽³⁾	140 ⁽³⁾
Pireno	0,1 ⁽¹⁾	10 ⁽¹⁾	100 ⁽¹⁾	-

TPH: para Solo = 1000 mg/kg ; para água = 600 Mg/L – CETESB (2006).

(1) Canadian Soil Quality Guidelines for the Protection Of Environmental And Human Health – Summary Tables, Update 2002.

(2) Lista Holandesa de valores de qualidade do solo e de água subterrânea – valores de intervenção.

(3) Resolução CONAMA nº 420/09.

9. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

ABNT NBR/IEC 60.079-14 - Atmosferas explosivas - Parte 14: Projeto, seleção e montagem de instalações elétricas.

ABNT NBR 17.505-2 - Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Parte 2: Armazenamento em tanques e em vasos.

ABNT NBR 13.784 - Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Seleção de métodos para detecção de vazamentos e ensaios de estanqueidade em sistemas de abastecimento subterrâneo de combustíveis (SASC).

ABNT NBR 15.495-1 - Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aquíferos granulares - Parte 1: Projeto e construção.

ABNT NBR 15.495-2 - Poços de monitoramento de águas subterrâneas e aquíferos granulares - Parte 2: Desenvolvimento.

ABNT NBR 15.847 - Amostragem da água subterrânea em poços de monitoramento – Método de Purga.

ABNT NBR 15.492 - Sondagem de reconhecimento para fins de qualidade ambiental – Procedimento.

ABNT NBR 16.434 - Amostragem de resíduos sólidos, solos e sedimentos – Análise de compostos orgânicos voláteis (COV's) - Procedimento.

ABNT NBR 16.435 - Controle da qualidade na amostragem para fins de investigação de áreas contaminadas - Procedimento.

ABNT NBR 16.161 - Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Tanque Metálico subterrâneo - Especificação de fabricação e modulação.

NM-IEC 60.050-426 - Equipamentos elétricos para atmosferas explosivas.

ABNT NBR 13.786 - Posto de serviço - Seleção dos equipamentos para sistemas para instalações subterrâneas de combustíveis.

ABNT NBR 14.639 - Posto de serviço - Instalações elétricas.

LEI ESTADUAL n.º 14.984/2005 - Dispõe que a localização, construção e modificações de revendedores, conforme especifica, dependerão de prévia anuência municipal, e adota outras providências.

ABNT NBR 15.515-1: Parte 1 - Avaliação Preliminar.

ABNT NBR 15.515-2: Parte 2 - Investigação Confirmatória.

ABNT NBR 15.515-3: Parte 3 - Investigação Detalhada.

ABNT NBR 16.210 - Modelo Conceitual no Gerenciamento de Áreas Contaminadas – Procedimento.

ANEXO VII

INVESTIGAÇÃO DETALHADA E AVALIAÇÃO DE RISCO À SAÚDE HUMANA (DIAGNÓSTICO)

A) INVESTIGAÇÃO DETALHADA

1. OBJETIVOS

A etapa de investigação detalhada tem como principais objetivos:

- Caracterizar espacialmente a contaminação confirmada na etapa de investigação confirmatória.
- Definir a geometria e os limites das plumas de contaminantes, horizontal e verticalmente.
- Caracterizar os *hot spots* de contaminação nos diferentes compartimentos do meio físico.
- Determinar as concentrações das substâncias químicas de interesse (SQI's).
- Caracterizar, em detalhe, as áreas fontes de contaminação, os tipos litológicos que ocorrem em subsuperfície e a hidrogeologia local.

1. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O Estudo de Investigação Detalhada deverá ser desenvolvido nas áreas onde foram confirmadas, nas etapas de Avaliação Preliminar e Investigação Confirmatória, a presença de contaminação por hidrocarbonetos derivados de petróleo em solo e/ou na água subterrânea, cuja geometria, extensão e teores devidamente determinados, possibilitem a avaliação de riscos à saúde humana.

A etapa de investigação detalhada prevê a apresentação de Relatório de Investigação Detalhada pelo responsável legal e deverá ser desenvolvida:

- Quando as etapas anteriores (Avaliação Preliminar e Investigação Confirmatória) indicarem a necessidade de realização de detalhamento, devendo a área de interesse ser classificada como Área Contaminada sob Investigação (ACI).
- Na convocação, por parte do órgão ambiental, para apresentação desta etapa no processo de gerenciamento de áreas contaminadas.

O Relatório de Investigação Detalhada deverá ser apresentado ao órgão ambiental competente em até 120 (cento e vinte) dias corridos a partir da finalização do Relatório de Avaliação Preliminar e de Investigação Confirmatória, quando este indicar a classificação da área como ACI. Caso a etapa de investigação confirmatória não identifique ACI associada à área de interesse, a etapa de Investigação Detalhada não deverá ser realizada.

1. ROTEIRO DE EXECUÇÃO

Para a execução da etapa de Investigação Detalhada, o empreendedor deverá designar um técnico responsável pelas seguintes tarefas:

- Compilação e avaliação de dados existentes.
- Desenvolvimento da investigação detalhada.
- Desenvolvimento da avaliação de risco à saúde humana.
- Desenvolvimento do plano de intervenção.

3.1. Compilação e Avaliação de Dados Existentes.

Esta tarefa tem como objetivo avaliar os dados compilados até a etapa de Investigação Confirmatória, para definir quais dados adicionais deverão ser obtidos durante a execução da Investigação Detalhada, visando complementar o modelo conceitual (MC) da área e possibilitar a elaboração do Plano de Intervenção.

Nesta tarefa, o responsável técnico deverá realizar a revisão do relatório da etapa de Investigação Confirmatória, verificando se existem fontes potenciais de contaminação não investigadas como tanques, bombas de abastecimento, área de lavagem de veículos, caixa separadora, área de abastecimento, área de descarga, área de troca de óleo, filtro de diesel e tubulações. Estas fontes potenciais deverão ser consideradas no planejamento e na execução da investigação detalhada.

Como resultado desta tarefa, deverá ser elaborado texto explicativo com histórico resumido das instalações e manejo de produtos no empreendimento e plantas em escala ($\geq 1:500$) apropriada à área do empreendimento e do entorno, contendo:

- O posicionamento das fontes potenciais de contaminação, ou seja, a indicação da localização de todas as instalações, atuais e antigas, como por exemplo, área de abastecimento, área de descarga, área de troca de óleo, filtro de diesel e tubulações, entre outras.
- O posicionamento das fontes primárias de contaminação identificadas, ou seja, a indicação da localização de todas as instalações, atuais e antigas, onde foram observados vazamentos ou indicações de vazamentos.
- A identificação dos locais onde ocorreram reformas, consertos, trocas de equipamentos ou mudanças das instalações.
- O posicionamento dos pontos de amostragem da Investigação Confirmatória, destacando os locais onde foi constatada presença de contaminação.
- A identificação dos locais onde foi constatada presença de fase livre.
- A identificação dos locais onde foi constatada situação de perigo.
- A identificação dos locais onde foram desencadeadas medidas emergenciais.
- A identificação dos locais onde possam existir receptores potenciais ou bens a proteger dentro da área do empreendimento, como por exemplo, escritório e loja de conveniências.

Caso sejam observadas falhas na investigação confirmatória, relacionadas à identificação de fontes primárias de contaminação previstas no MCI, a investigação destas fontes deverá constar do Plano de Trabalho a ser executado na fase de Investigação Detalhada.

3.2. Desenvolvimento da Investigação Detalhada.

3.2.1. Caracterização do Meio Físico.

A caracterização do meio físico em subsuperfície nesta fase, tem por objetivo detalhar as condições geológicas e hidrogeológicas do local, visando a obtenção de informações mais precisas. Técnicas indiretas de avaliação poderão ser empregadas (ex. geofísica).

a) Aspectos Geológicos, Geotécnicos e Pedológicos.

A caracterização litológica do local deverá ser realizada com base na execução das sondagens, de acordo com a norma ABNT/NBR 15.492, incluindo registros existentes na fase de Investigação Confirmatória, considerando os seguintes objetivos:

- Descrição do solo, sedimento, rocha e/ou aterro³ de todas as sondagens executadas¹.
- Coleta de amostras para determinação de granulometria, porosidade total, porosidade efetiva, densidade do solo, umidade do solo e fração de carbono orgânico². Estas amostras devem ser coletadas nos diferentes tipos de material observados na etapa de campo.

¹ A profundidade final de investigação deverá possibilitar a identificação e caracterização de todas as camadas importantes para a movimentação das SQI's no local investigado e consolidação do modelo conceitual da área.

²

A amostra para determinação de fração de carbono orgânico deve ser coletada em local onde exista a possibilidade de não haver contaminação.

³ Todos os poços de monitoramento instalados na área do posto de serviço para fins de GAC deverão estar de acordo com a Norma ABNT/NBR 15.495 – Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aquíferos granulares – Parte 1: Projeto e Construção e Parte 2: Desenvolvimento.

A descrição do solo, sedimento, rocha e/ou aterro deverá ser realizada de acordo com as recomendações do Manual de Descrição e Coleta de Solos no Campo, da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, e outros documentos aplicáveis à descrição de rochas.

Ao final desta tarefa deverão ser apresentados:

- Mapa em escala apropriada ($\geq 1:500$) com locação e identificação das sondagens e dos pontos de coleta de amostras de solo.
- Perfis das sondagens realizadas e duas seções geológicas para representar o entendimento da geologia do local. Deve ser destacada a descrição do material identificado, sua cor, textura e granulometria.
- Tabela com a identificação das amostras, coordenadas geográficas UTM/Datum, elevação, perfil de sondagem, profundidade da coleta de amostra, data e hora de amostragem, número da cadeia de custódia, entre outros.
- Texto explicativo com resumo da geologia local e relação com o contexto geológico regional.

a) Aspectos Hidrogeológicos.

A caracterização da hidrogeologia local deverá ser desenvolvida considerando os poços de monitoramento³ instalados na etapa de identificação da contaminação, bem como a instalação de novos poços de monitoramento, conforme norma da ABNT/NBR 15.495 – Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aquíferos granulares – Parte 1: Projeto e Construção e Parte 2: Desenvolvimento, considerando os seguintes objetivos:

- Entendimento do comportamento hidrodinâmico da água subterrânea na área investigada, considerando aspectos como direção e sentido de fluxo, velocidade de escoamento da água subterrânea, gradiente hidráulico.
- Identificação da ocorrência de fluxo vertical ascendente e descendente da água subterrânea na área investigada, quando aplicável, baseando-se nos poços multiníveis instalados.

3.2.2. Consolidação do Modelo Conceitual da Área.

Para cumprimento dos objetivos supramencionados deverão ser executadas as seguintes tarefas:

- Instalação de poços de monitoramento com seção filtrante afogada⁴ com comprimento máximo de 2 (dois) metros, definido em função do Modelo Conceitual da área (MC). O filtro deve ser posicionado a cerca de 25 (vinte e cinco) cm abaixo do nível d'água estabelecido.
- A instalação de conjunto de poços multiníveis⁴, que deve ser formado por, no mínimo, um par de poços com seção filtrante instalada em duas profundidades diferentes, no aquífero local. Um dos poços deve ter a seção filtrante posicionada próxima e abaixo do nível d'água estabilizado e o outro poço deverá ter a seção filtrante a uma distância não superior 5 (cinco) metros entre a base da seção filtrante do poço de monitoramento raso e o topo da seção do poço de monitoramento profundo. O poço de monitoramento profundo deve ter seção filtrante de até 1 (um) metro, no mesmo tipo litológico, locada preferencialmente em camadas condicionantes de fluxo.
- Levantamento topográfico georreferenciado para determinação da cota topográfica dos poços de monitoramento e suas coordenadas UTM/Datum, visando a definição da potenciometria do local, com base em medições de nível de água para o cálculo do potencial hidráulico. As medições de nível de água deverão ser realizadas preferencialmente no mesmo dia.
- Ensaios de recuperação do nível d'água no poço de monitoramento para determinação da condutividade hidráulica em quantidade suficiente, considerando a distribuição litológica e eixos da pluma de contaminação, de modo a avaliar as diferenças na condutividade de cada poço de monitoramento.
- Calcular a velocidade média de escoamento da água subterrânea e gradiente hidráulico.

Ao final destas etapas, deverão ser apresentados:

- Perfil construtivo dos poços de monitoramento e poços multiníveis⁵ instalados.
- No mínimo duas seções hidrogeológicas, sendo uma transversal e outra longitudinal ao eixo principal do fluxo da água subterrânea, podendo ser apresentada junto às seções litológicas.
- Tabela com a identificação dos poços de monitoramento (pré-existent e novos) e poços multiníveis instalados⁵, coordenadas geográficas UTM/Datum, elevação, material predominante em meio saturado, localização da seção filtrante, data de instalação, entre outros.
- Mapa em escala apropriada com locação e identificação dos poços de monitoramento (pré-existent e novos) e poços multiníveis⁵ instalados.
- Mapa potenciométrico.
- Texto explicativo com resumo da hidrogeologia local e relação com o contexto hidrogeológico regional.

3.2.3. Mapeamento da Contaminação

O mapeamento da contaminação deverá ser desenvolvido com o objetivo de:

- Promover a completa delimitação, vertical e horizontal, da contaminação por fase retida (solo superficial e subsuperficial), fase dissolvida e fase livre.
- Possibilitar o entendimento da distribuição da contaminação.

Para cumprimento dos objetivos supramencionados, deverão ser executadas as seguintes tarefas:

- Coletar as amostras de solo e água subterrânea conforme procedimentos da ABNT.
- Realizar análise química laboratorial⁶ para Benzeno, Tolueno, Etilbenzeno e isômeros de Xilenos (BTEX); Hidrocarbonetos Aromáticos Policíclicos (HPA's) e Hidrocarbonetos Totais de Petróleo (TPH's) em todas as amostras coletadas.
- Promover a delimitação das plumas de contaminação (fase retida e fase dissolvida), verticalmente e horizontalmente, considerando os Valores de Investigação (VI), mesmo que para isto tenha que ser executada mais de uma etapa de coleta de amostras. Para o mapeamento das plumas dissolvidas, os parâmetros a serem determinados são BTEX e HPA's.

As amostras⁶ da etapa de investigação da contaminação devem, preferencialmente, ser coletadas em uma única campanha de amostragem. Se após a avaliação dos resultados analíticos for constatado que as plumas de contaminação estão abertas, deve ser realizada nova etapa de campo e consequentemente, nova coleta de amostras.

- Promover a delimitação da pluma de fase livre⁷, por meio da instalação de poços de monitoramento com seção plena.

Amostras coletadas em campanhas distintas podem ser utilizadas em uma mesma etapa de investigação ambiental, se a coleta for realizada em um intervalo de no máximo 90 (noventa) dias corridos, contados da data da primeira amostra, comprovados pelo adequado preenchimento da Cadeia de Custódia.

⁴ A metodologia de poços com seção afogada deverá ser aplicada quando não for detectada presença de fase livre sobrenadante ao aquífero local, na presença desta proceder com a instalação de poços de monitoramento de seção plena.

⁵ A instalação do nível mais profundo do poço multinível deve ser realizada com encamisamento para evitar que a contaminação verificada em níveis mais rasos migrem para níveis mais profundos. Para isso a sondagem ambiental deve ser realizada com diâmetro maior que 4" até a profundidade do poço de nível mais raso. Nesta sondagem deve ser instalado um tubo de PVC, com preenchimento externo de bentonita. Após a secagem da bentonita deve-se dar continuidade à sondagem, com diâmetro de 4", até a profundidade definida pelo responsável técnico para a instalação do nível mais profundo do poço multinível. Deve-se então proceder à instalação do poço. Para aplicação desta metodologia não é recomendado trado manual.

⁶ As amostras de solo e água subterrânea deverão ser encaminhadas para análise química em laboratório credenciado junto ao IAP – CCL, em conformidade com a ISO NBR 17.025 para os parâmetros de interesse.

⁷ A partir da confirmação da existência de fase livre é necessária a implementação de medidas emergenciais para remoção da substância em fase livre conforme os procedimentos técnicos aplicáveis.

Para esta etapa é necessário a apresentação dos seguintes itens:

- Cadeia de Custódia devidamente preenchida e assinada pelo responsável pela coleta das amostras, bem como funcionário do laboratório responsável pelo recebimento das amostras.
- Ficha de recebimento das amostras devidamente preenchida e assinada pelo técnico do laboratório, responsável pela verificação das condições de recebimento e acondicionamento das amostras.
- Laudos analíticos laboratoriais, assinados pelo responsável técnico do laboratório, emitidos de acordo com o especificado na ABNT NBR ISO/IEC 17.025.
- Tabelas comparativas entre os resultados analíticos das análises realizadas e os VI's.
- Representação das plumas de contaminação em fase retida.
- Representação das plumas de contaminação em fase dissolvida.
- Representação da pluma de contaminação em fase livre.
- Texto explicativo com resumo do mapeamento da contaminação e sua relação com as fontes primárias de contaminação, identificadas no Modelo Conceitual da área (MC).

a)

Fase Retida no Solo.

Realizar o mapeamento da fase retida no solo a partir das sondagens onde foi verificada a Substância Química de Interesse (SQI) acima dos VI's, considerando os seguintes itens:

- No plano horizontal, a partir da sondagem onde foi identificada a contaminação, executar sondagens em malha aproximada de 5 x 5 metros, podendo esta ser alterada, a critério do responsável técnico e em função do Modelo Conceitual da área (MC).

- No plano vertical, coletar pelo menos 02 (duas) amostras de solo, sendo uma na franja capilar e outra na maior medição de COV. Caso a medição de COV seja nula, justificar tecnicamente a escolha da profundidade da amostra de solo coletada.
- O mapeamento horizontal deve ser realizado para cada SQL, onde o limite da pluma será interpolado na metade da distância entre o ponto de amostragem que apresentar concentração acima do VI e o ponto de amostragem que apresentar concentração abaixo do VI.
- Para o mapeamento de fase retida no solo em plano vertical, o ponto limite será a metade da distância entre a amostra em profundidade que apresentar concentração acima do VI e a amostra que apresentar concentração abaixo do VI. Quando a amostra de solo coletada na franja capilar apresentar concentrações acima dos VI's para as SQL's, considerar como delimitação da contaminação, a profundidade do nível de água do local. Na ausência de amostras superficiais com concentração inferior ao VI, o limite superior deve ser a fonte primária mais próxima.

a) Fase Dissolvida em Água.

Realizar o mapeamento da fase dissolvida a partir dos poços de monitoramento³ onde foi verificada a SQL acima do VI, considerando os seguintes itens:

- No plano horizontal instalar poços de monitoramento a partir do poço onde foi identificada a contaminação, conforme o modelo conceitual da área.
- Caso o modelo conceitual da área possibilite a delimitação da pluma de contaminação no plano vertical, deverá ser realizada a instalação de poços multiníveis⁵. Quando assim definido, deverão ser instalados ao menos dois conjuntos de poços multiníveis⁵, localizados internamente aos limites da área de interesse, dispostos no centro de massa da pluma em fase dissolvida, ou seja, onde forem verificadas as maiores concentrações das substâncias químicas de interesse, até a delimitação vertical da mesma. A instalação de poços multiníveis⁵, externos aos limites da área de interesse, deve ser realizada quando a pluma de contaminação em fase dissolvida ultrapassar os limites da área ou, quando ocorrer fluxo vertical descendente.
- O mapeamento horizontal deve ser realizado para cada SQL, onde o limite da pluma será interpolado a ¾ da distância entre o ponto de amostragem que apresentar concentração acima do VI e o ponto de amostragem que apresentar concentração abaixo de VI.
- Caso o modelo conceitual da área justifique a delimitação da pluma de contaminação no plano vertical, esta deverá ser realizada para cada SQL, onde o limite da pluma será interpolado na metade da distância entre a base da seção filtrante do poço que apresente concentração abaixo do VI e a base da seção filtrante do poço adjacente, que apresente concentração da SQL acima do VI.

a) Fase Livre.

Realizar o mapeamento da fase livre a partir dos poços de monitoramento onde foi verificada sua ocorrência, considerando os seguintes itens:

- O mapeamento da fase livre deverá ser realizado por meio da instalação de poços de monitoramento³ com seção plena, locados estrategicamente em função do Modelo Conceitual da área, bem como dos resultados apresentados no "Relatório de Investigação Confirmatória".
- Os poços de monitoramento onde foi verificada presença de fase livre não devem ser desenvolvidos.
- As medidas do nível de produto em fase livre, tomadas com o equipamento interface de óleo e água, representam a espessura aparente de fase livre sobrenadante ao aquífero local.
- Será considerada película de produto em fase livre, espessura aparente menor ou igual a 5 milímetros.
- A pluma de produto em fase livre será considerada delimitada horizontalmente quando se tiver poços de monitoramento instalados na borda da pluma, sem a ocorrência de produto.
- A delimitação da pluma de fase livre no plano horizontal será definida considerando a metade da distância entre o poço de monitoramento que apresentar produto em fase livre e o poço de monitoramento onde for observada a ausência de fase livre.
- O mapeamento de fase livre⁷ em plano vertical deverá ser apresentado em seções hidrogeológicas, onde o limite superior da pluma será referente à cota superior do nível de fase livre, medido no poço de monitoramento e o limite inferior será a cota do nível de água local medido no poço de monitoramento.

Para esta etapa, é necessária a apresentação dos seguintes itens:

- Cálculo do volume de produto em fase livre mapeado, considerando as espessuras aparente e real.
- Cálculo da espessura real de produto em fase livre, a partir da espessura aparente medida na área, por meio da fórmula empírica do método de Pastrovich:

$$t_g = t(1 - d_o/d_a)$$

onde:

- t_g – Espessura real de fase livre
- t – Espessura aparente
- d_o – Densidade do produto
- d_a – Densidade da água

3.2.4. Modelo Conceitual Detalhado.

O Modelo Conceitual Detalhado (MCD) deverá ser desenvolvido com base na compilação dos dados obtidos nas etapas desenvolvidas até o momento, que atualiza e complementa o Modelo Conceitual Confirmatório (MCC). Este modelo deve conter informações quanto à identificação das fontes primárias e secundárias de contaminação, dinâmica de transporte, vias de exposição e potenciais receptores expostos à contaminação detectada na área do empreendimento.

Após a atualização do modelo conceitual, a área de interesse deverá ser gerenciada, conforme apresentado na Figura 2.

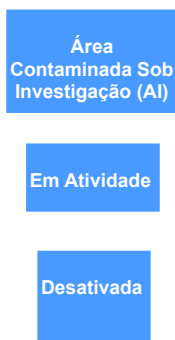


Figura 2 – Fluxograma para Gerenciamento da Área de Interesse após Investigação Detalhada

B) AVALIAÇÃO DE RISCO À SAÚDE HUMANA

Deverão ser executadas as seguintes tarefas para a Avaliação de Risco:

- Desenvolvimento do Modelo Conceitual de Exposição (MCE).
- Caracterização do Risco.

Na etapa de avaliação de risco à saúde humana, deverá ser avaliado o risco a partir da comparação entre as Concentrações Máximas Aceitáveis (CMA's) e as concentrações obtidas nas amostras de solo e água subterrânea para cada SQI. As CMA's para o local deverá ser realizada por meio do uso da Planilha para Avaliação de Risco para Áreas Contaminadas sob Investigação disponibilizada pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), bem como suas atualizações. Poderão ser utilizados outros softwares para cálculo das CMA's, desde que sejam apresentados os cálculos e parâmetros utilizados, com a justificativa para tal.

Conforme DD 38/2017 CETESB, 2017, para avaliação do risco deverá ser adotado valor inferior a **10⁻⁵ como risco aceitável** à saúde para exposição a substâncias carcinogênicas (RAC). Para as substâncias não carcinogênicas serão considerados aceitáveis valores iguais ou inferiores a 1 (um) para o Risco Aceitável Não Carcinogênico - RANC.

As tabelas de referência utilizam os Padrões Legais Aplicáveis (PLA) para cenários relacionados à presença de corpo d'água superficial ou existência de poço de abastecimento, fonte, nascente, etc., que propicie a ingestão de água subterrânea, entre os valores definidos para as SQI's existentes na Resolução CONAMA nº 357/2005 e Portaria 2914/11 do Ministério da Saúde.

O Modelo Conceitual de Exposição (MCE) deverá servir como base para utilização das Tabelas de Referência, o qual deverá ser desenvolvido considerando a relação entre a fonte primária, fonte secundária de contaminação, caminhos de exposição e os receptores potencialmente expostos, onde os Pontos de Exposição (POE) e as vias de ingresso (ingestão, inalação e contato dérmico) devem ser identificados para cada caminho de exposição. O MCE deverá ser elaborado com base na sequência de passos apresentados a seguir:

1. Cenários de Exposição.

A elaboração dos cenários de exposição deverá representar todos os caminhos que permitem a evolução do contaminante, partindo da origem da contaminação (fonte de contaminação) até chegar aos receptores potenciais. Os cenários de exposição são divididos em: cenários de exposição direta e indireta.

- Exposição Direta: quando o receptor está diretamente em contato com o compartimento do meio físico contaminado ou com a fonte de contaminação.
- Exposição Indireta: quando as SQI's atingem o receptor por meio de outros compartimentos do meio físico, que não estão contaminados, mas que poderão afetá-lo em decorrência do transporte da SQI.

Os cenários de exposição devem ser sempre relacionados aos seguintes elementos:

- Fonte de Contaminação.
- Substância Química de Interesse (SQI).
- Receptores Potenciais.

- Ponto de Exposição (POE).
- Caminho de Exposição.
- Via de Ingresso.

Estes elementos devem ser identificados e caracterizados para que um cenário de exposição seja considerado completo. A caracterização de cada um desses elementos servirá como base para identificação de eventos de exposição atuais e futuros relacionados ao empreendimento. Caso um ou mais destes elementos estejam ausentes, o cenário será incompleto e não será considerado na avaliação de risco.

1.1. Fonte de Contaminação.

A fonte de contaminação (*Área Fonte*) está relacionada a um determinado processo operacional que ocasionou a origem da contaminação, liberando a SQI no meio físico.

A caracterização da fonte de contaminação deve permitir avaliar quais compartimentos do meio físico podem ser impactados e como as SQI's chegarão aos receptores potencialmente expostos. Cada área libera ou liberou SQI's para o meio físico.

Para esta etapa é fundamental a identificação e relação das fontes de contaminação.

1.2. Substâncias Químicas de Interesse (SQI's).

As substâncias químicas de interesse (SQI's) que devem ser consideradas na Avaliação de Risco à Saúde Humana são todas aquelas identificadas nas amostras de solo e água subterrânea, em concentrações superiores aos VI's.

A SQI será selecionada, desde que ocorra pelo menos em uma única vez em concentração superior ao VI adotado.

1.3. Receptores Potenciais.

A identificação de receptores potenciais a serem considerados na avaliação de risco visa representar indivíduos humanos expostos às SQI's, considerando situações atuais e futuras de exposição, sendo classificados em:

- Receptores Residenciais: todo residente que possa estar potencialmente exposto direta ou indiretamente às SQI's identificadas nos compartimentos do meio físico, localizados na área investigada ou em suas proximidades.
- Receptores Trabalhadores (Comercial/Industrial): todo funcionário que possa estar potencialmente exposto direta ou indiretamente às SQI's identificadas nos compartimentos do meio físico, localizados na área investigada ou em suas proximidades.

Para esta etapa devem ser relacionados os receptores potenciais considerados na avaliação de risco.

1.4. Pontos de Exposição (POE's).

Os pontos de exposição (POE's) são pontos onde ocorre a exposição do receptor às SQI's. Os POE's devem ser identificados para cada compartimento do meio físico impactado ou potencialmente impactado, considerando os cenários atuais e futuros de uso e ocupação do solo.

Os seguintes compartimentos devem ser considerados para a identificação de POE's:

- Água Subterrânea: se ocorrer a utilização de poços e nascentes para abastecimento municipal, industrial, doméstico e agrícola, bem como para atividades recreacionais.
- Solo: se ocorrer contato com as SQI's presentes no solo superficial e subsuperficial.
- Água superficial: se ocorrer sua utilização para abastecimento municipal, industrial, doméstico e agrícola, bem como para atividades recreacionais e de pesca.
- Ar: na ocorrência de cenários de exposição em ambientes abertos e espaços fechados, contemplando todos os potenciais receptores.

Para esta etapa devem ser relacionados os POE's considerados na avaliação de risco.

1.5. Caminhos de Exposição.

Um caminho de exposição descreve o curso de uma SQI, desde a área fonte até o receptor, no ponto de exposição (POE). São considerados caminhos de exposição as seguintes situações:

- Emissão de vapores e partículas a partir do solo superficial.
- Lixiviação do solo para água subterrânea.
- Transporte em meio saturado de água subterrânea contaminada.
- Transporte em meio não saturado de vapores a partir do solo subsuperficial.
- Transporte em meio não saturado de vapores a partir da água subterrânea.

As seguintes informações deverão ser consideradas na análise dos caminhos de exposição:

- Os compartimentos do meio físico que estão impactados (ar, água e solo).
- Os mecanismos de transporte das SQI's desde a área fonte até os POE's.
- A localização dos POE's.
- Os receptores potencialmente expostos.

Para esta etapa devem ser relacionados os caminhos de exposição considerados na avaliação de risco.

1.6. Vias de Ingresso.

Os potenciais receptores identificados podem entrar em contato com as SQI's por meio de determinadas vias de ingresso, que são:

- Ingestão de contaminantes presentes na água subterrânea, água superficial, solo.
- Inalação de contaminantes presentes no ar, incluindo vapores emitidos a partir da água subterrânea, água superficial, solo superficial e solo subsuperficial.
- Contato dérmico com contaminantes presentes na água subterrânea, água superficial e solo.

Para esta etapa devem ser relacionadas as vias de ingresso consideradas na avaliação de risco.

2. Modelo Conceitual de Exposição (MCE).

O Modelo Conceitual de Exposição (MCE) deverá ser elaborado objetivando a apresentação de uma síntese das informações relativas à área de interesse, incluindo a localização da contaminação, o transporte e distribuição das SQI's desde as fontes primárias até os POE's e a relação com a exposição dos receptores existentes, representando o conjunto de cenários de exposição presentes na área de interesse. O MCE deverá ser desenvolvido para a área de interesse, considerando suas características específicas.

A consolidação do MCE deverá ser apresentada por meio de fluxograma ou texto explicativo.

2.1. Caracterização do Risco.

Realizar a interpretação do risco à saúde humana de acordo com o MCE elaborado para a área de interesse, a partir das Tabelas de Referência (CETESB, 2017).

Para o cumprimento desta etapa deve-se:

- Definir o Modelo Conceitual de Exposição (MCE).
- Identificar e quantificar as Concentrações Máximas Aceitáveis no Ponto de Exposição (CMA's-POE). As CMA's-POE são referentes aos receptores que estão sobre a pluma de contaminação, bem como aqueles distantes até 10 metros do limite da pluma.
- Identificar e quantificar as Concentrações Máximas Aceitáveis no *Hot-Spot* (CMA's-HS) para cada SQI. As CMA's-HS são referentes aos receptores localizados fora dos limites da pluma de contaminação (11 a 100 metros), os quais estão expostos à influência ocasionada pelas máximas concentrações de cada SQI.

Para quantificação o risco, deverá ser utilizada a Planilha para Avaliação de Risco para Áreas Contaminadas sob Investigação da CETESB, com a apresentação dos parâmetros e cálculos utilizados. Deverão ser inseridos os parâmetros para meio físico específicos para cada local, considerando as análises e métodos específicos para definição de cada parâmetro. Poderão ser utilizados outros softwares para cálculo das CMA's, desde que sejam apresentados os cálculos e parâmetros utilizados, com a justificativa para tal, e que considerem os parâmetros do meio físico para a área.

2.2. Situação de Risco.

Quando para cada SQI cujas concentrações determinadas no solo ou na água subterrânea tenham ultrapassado pelo menos uma das CMA's ou PLA's em função do cenário de exposição avaliado, o risco a saúde humana será efetivo para determinado receptor ou para todos receptores.

Neste caso, a área será classificada como Área Contaminada sob Intervenção (ACI) e o próximo passo será definir a medida de intervenção a ser adotada, considerando as seguintes etapas:

- Elaborar mapa de risco para cada SQI cujas concentrações determinadas no solo ou na água subterrânea tenham ultrapassado pelo menos uma das CMA's –POE's ou PLA's apresentando as curvas de isoconcentração correspondentes às CMA's – POE's e PLA's que foram superadas.
- Para os cenários de exposição à inalação de vapores provenientes do solo e da água subterrânea, ampliar em 10 metros os limites da curva de isoconcentração da CMA–POE.

No caso da existência de pluma de fase livre, será necessário o preenchimento do quadro de intervenção e elaboração de mapa de risco para todas as SQI's (BTEx e HPA's).

Os limites da pluma de fase livre deverão ser utilizados para representar os limites da área onde as concentrações das SQI's, não identificadas em fase dissolvida, superam os valores das CMA's–POE's ou PLA's nos mapas de risco.

Deverá ser recomendada a restrição ao uso da água subterrânea, quando a CMA ou PLA relacionada ao cenário de ingestão de água subterrânea for superada, ainda que não tenha sido caracterizada a utilização da mesma. Entretanto, caso se tenha identificado na área a existência de poço de abastecimento público, nascente e rio Classe I, deve-se promover o tratamento da água subterrânea até níveis aceitáveis.

2.3. Situação de Não Risco

Se todos os valores de concentração das SQI's obtidos no solo e na água subterrânea forem iguais ou menores que as CMA's–POE's ou PLA's para todos os cenários de exposição avaliados, os potenciais receptores não estarão sob situação de risco.

Neste caso a área será classificada diretamente como Área em Processo de Monitoramento para Reabilitação (AMR).

A necessidade de adoção de medidas de intervenção será definida com base no preenchimento do Quadro de Intervenção apresentado nos ANEXOS X e XI, segundo as premissas:

- Verificar se há receptor posicionado sobre os mapas de risco (solo e água subterrânea). Em caso positivo, deverá ser indicada a necessidade de implantação de medida de intervenção, marcando no Quadro de Intervenção **S** (sim) no campo "Intervenção POE", ou **N** (não) caso contrário, considerando as seguintes opções:
 - receptores residenciais (R);
 - receptores comerciais (C);
 - poço de abastecimento de água, nascentes ou fontes de água (P);
 - água superficial (AS).
- Verificar se há receptores posicionados fora das plumas de contaminação na água subterrânea, que possam futuramente estar expostos ao risco. Em caso positivo indicar no campo "*Hot Spot*" do quadro de intervenção, a concentração da SQI determinada no *hot spot*, o ponto de amostragem onde a concentração foi detectada e a distância entre este e o receptor.
- Caso exista fase livre, indicar "FL" (fase livre) no campo "concentração" e será necessário o preenchimento do quadro de intervenção para todas as SQI's.

Caso seja indicada a necessidade de adoção de medidas de intervenção, deverá ser indicado o tipo de intervenção a ser aplicado no respectivo campo do quadro de intervenção, dentre as seguintes opções:

- a) MR (medida de remediação).
- b) MI (medida de controle institucional).
- c) ME (medida de controle de engenharia).

Neste momento deverá ser elaborado para a área de interesse, um plano de intervenção visando o gerenciamento do risco.

3. Plano de Intervenção

O gerenciamento ambiental com base no risco servirá de instrumento para orientar as ações que deverão ser adotadas, visando à utilização segura da área do posto de serviço, considerando a classificação realizada ao fim da etapa de Avaliação de Risco a Saúde Humana. A Figura 3 apresenta o fluxograma de classificação.

O plano de intervenção e gerenciamento ambiental com base no risco, apresentado e aprovado pelo órgão ambiental, deverá ser viabilizado pelo responsável legal da área, com base na aplicação das melhores técnicas, definidas pelo responsável técnico para o gerenciamento da CMA ou PLA.

Figura 3 –

Fluxograma de Plano de Gerenciamento de Intervenção

Os objetivos do Plano de Intervenção devem ser definidos considerando a conclusão acerca da necessidade de adoção de medidas de intervenção, obtida na etapa de Avaliação de Riscos.

Com base nessas premissas, os seguintes objetivos deverão ser adotados para a Elaboração do Plano de Intervenção, quando aplicáveis:

- Controlar as fontes de contaminação identificadas;
- Atingir o nível de risco aceitável aos receptores humanos e/ou ecológicos identificados;
- Controlar os riscos identificados com base nos padrões legais aplicáveis.

Para o atingimento dos objetivos estabelecidos, deverão ser definidas as estratégias necessárias, que poderão contemplar:

- A eliminação, contenção ou isolamento das fontes primárias e secundárias de contaminação;
- A prevenção ou o controle da exposição dos receptores, por meio da eliminação dos caminhos de exposição ou por meio da remoção dos receptores expostos;
- A remoção da massa de contaminantes e retração das plumas de contaminação;
- A contenção do avanço das plumas de contaminação de modo a evitar o atingimento de potenciais receptores.

As ações de intervenção a serem aplicadas deverão ser definidas pelo Responsável Legal e Responsável Técnico em função dos objetivos e estratégias estabelecidas, conforme objetivos definidos no plano de intervenção, e com base em critério técnico por eles adotado.

3.1. Ações de Intervenção.

A adoção de medida de intervenção deverá considerar a proteção dos receptores presentes sobre a fonte de contaminação, bem como os receptores fora da fonte de contaminação, mas que estejam potencialmente expostos por influência da mesma. As medidas de intervenção a serem aplicadas deverão ser definidas pelo Responsável Legal e Responsável Técnico em função dos objetivos e estratégias estabelecidas, conforme critério técnico por eles adotado.

Dentre as ações de intervenção podem ser adotadas uma ou mais das seguintes alternativas:

- Medidas de remediação (MR), podendo ser elas de remediação para tratamento e remediação para contenção.
- Medidas de controle institucional (MI).
- Medidas de controle de engenharia (ME).
- Monitoramento para reabilitação (AMR).

Nos casos em que seja proposta e justificada a adoção de medidas de controle institucional e medidas de engenharia, o Plano de Intervenção deverá ser submetido ao IAP, que avaliará a pertinência da adoção das medidas propostas e as submeterá aos órgãos responsáveis. Caso o IAP considere imprópria a adoção dessas medidas, ou o órgão responsável tenha se manifestado desfavoravelmente à sua implantação, o Responsável Legal deverá rever o Plano de Intervenção, apresentando um novo plano em prazo a ser fixado pelo IAP.

Quando as CMA's e PLA's forem atingidas pelas MR, estas deverão ser desmobilizadas e a área passará a ser classificada como área em processo de monitoramento para reabilitação (AMR), sendo iniciado o monitoramento para encerramento.

Caso o processo de gerenciamento esteja em sua fase final, com o desenvolvimento do monitoramento para encerramento e se verifique a ocorrência de concentrações acima das CMA's e PLA's estabelecidas para a área, deverão ser implementadas as intervenções cabíveis a fim de se gerenciar o risco, podendo ainda ser ampliado o período do monitoramento para encerramento.

Na eventualidade de um poço de monitoramento passar a integrar o sistema de remediação, a sua utilização como poço de amostragem para monitoramento, será definido pelo responsável técnico.

Para o cumprimento desta etapa é necessária a apresentação dos seguintes itens:

- Texto com o objetivo e o escopo das medidas de intervenção definidas para serem implementadas na área.
- Definição da periodicidade dos monitoramentos de desempenho para verificar a eficiência da técnica implementada, independentemente da intervenção a ser empregada.
- Cronograma de execução das atividades do Plano de Intervenção.
- Indicar no Quadro de Intervenção o tipo de intervenção a ser aplicado.

O responsável legal não deverá aguardar por uma aprovação do órgão ambiental competente para implementar o plano de intervenção. Os planos de intervenção que contemplem medidas de remediação para tratamento ou para contenção de longo prazo, deverão ser avaliados periodicamente, pelo menos a cada 5 anos, quanto à viabilidade de atingimento dos objetivos estabelecidos no Plano de Intervenção.

3.1.1. Medidas de Remediação.

Quando definida a necessidade das Medidas de Remediação - MR, deverá ser apresentada em texto a justificativa para a escolha da técnica de remediação a ser implementada no posto de serviço, podendo vir a ser aplicável uma ou mais técnicas de remediação, em função das características do meio físico e da contaminação identificada.

Independentemente da técnica de remediação escolhida para a área, estas devem ser implantadas obrigatoriamente nos *hot spots*, podendo ser empregadas:

- Técnicas para tratamento ou descontaminação da área;
- Técnicas para contenção ou isolamento do contaminante, entres outras.

Para o cumprimento desta etapa é necessária a apresentação dos seguintes itens:

- Texto explicativo sobre a realização de ensaios pilotos e de bancada realizados com vistas a estabelecer parâmetros para dimensionamento e operação das técnicas de remediação a serem implantadas. A não realização desses ensaios deverá ser justificada;
- Descrição da(s) técnica(s) de remediação selecionada(s), incluindo a justificativa para sua escolha;
- O dimensionamento do sistema de remediação, com a descrição das técnicas de remediação propostas e especificação dos seus componentes e memorial descritivo;
- Mapa com a área de influência da MR a ser implementada;
- Plantas com a indicação dos componentes do sistema de remediação, especificando suas características, funções e posicionamento;
- Mapa com a definição de Pontos de Conformidade – PC's, para acompanhamento da evolução das concentrações próximas ao receptor, considerando a instalação de um PC sobre o *hot spot*, quando os receptores ali estiverem localizados ou imediatamente a montante do primeiro receptor, caso os receptores estejam situados fora do *hot spot*;
- A especificação dos parâmetros de controle e eficácia para manutenção dos sistemas de remediação.

Ao longo do processo de operação do sistema de remediação o Responsável Legal deverá apresentar os relatórios periódicos contendo os dados de desempenho do sistema e o cumprimento do cronograma estabelecido. A frequência de apresentação desses relatórios deverá ser definida pelo Responsável Técnico em função das características do sistema de remediação. Nesses relatórios deverão ser apresentados os seguintes dados:

- Os resultados do monitoramento da eficiência e eficácia do sistema de remediação, bem como a análise desses dados, enfatizando a remoção de massa;
- Alterações nos critérios de avaliação de eficácia e eficiência previamente estabelecidos no Projeto Executivo do Sistema de Remediação deverão ser reportadas, com as devidas justificativas técnicas;
- A representação gráfica da evolução das plumas de contaminação relacionada ao sistema de remediação implementado;
- Alterações de *layout* ou alterações funcionais que tenham sido implementadas no sistema visando à melhoria ou à adaptação a situações específicas;
- Acidentes ou outros episódios que tenham causado a paralisação do sistema, registrando o período de paralisação e sua função;
- As alterações nos cenários de risco que possam ter ocorrido em função de mudanças de *layout*, uso e ocupação local ou em seu entorno;
- Relatórios referentes à manutenção do sistema de remediação, para as medidas de remediação para contenção e para tratamento;
- Declaração do Responsável Legal a respeito da inexistência de fontes primárias ativas.

As medidas de remediação para tratamento ou para contenção de longo prazo implementadas, deverão ser avaliadas pelo menos a cada 5 anos quanto à viabilidade de atingimento dos objetivos estabelecidos para a área. Desta avaliação poderá resultar a necessidade de redefinição dos objetivos e, consequentemente, da revisão das medidas de intervenção a serem adotadas.

3.1.2. Medida de Controle Institucional.

As Medidas de Controle Institucional (MI) poderão ser implementadas em substituição ou em conjunto às Medidas de Remediação - MR, quando for identificada a necessidade de impedir ou reduzir a exposição de um receptor aos contaminantes presentes na área.

Dentre as medidas para controle institucional podem ser consideradas:

- Restrição ao uso de água subterrânea.
- Restrição ao uso de água superficial.
- Restrição ao consumo de alimentos.
- Restrição ao uso de edificações, dentre outras.

Para a definição da área de restrição, considerar a distância entre o *hot spot* e o limite da área onde a CMA-POE ou PLA foi ultrapassada. Quando o limite a jusante do *hot spot*, for menor que 100 (cem) metros, a área de restrição deverá ser expandida, de acordo com os seguintes itens:

- Verificar a concentração da SQL no *hot spot* indicada no quadro de intervenção;

- Verificar na tabela de CMA's (POE e HS), no cenário de exposição de ingestão de água subterrânea, qual é o primeiro intervalo de distâncias no qual a concentração da SQI no *hot spot* é menor que a concentração da CMA-HS;
- Expandir os limites da área de restrição a jusante da área onde a CMA-POE ou PLA foi ultrapassada, a partir do *hot spot* até a maior distância do intervalo correspondente ao item anterior ou até encontrar um corpo d'água superficial, se este estiver dentro da referida distância;
- A definição da área de restrição de uso de água subterrânea deverá se basear na SQI que gerou a maior pluma de contaminação em fase dissolvida.

Para o cumprimento desta etapa é necessária a apresentação dos seguintes itens:

- Texto informando sobre a recomendação da implementação da restrição;
- Mapa com a representação da área de restrição, em forma de retângulo ou um trapézio, em cujos vértices devem ser apresentados as coordenadas geográficas UTM/Datum.

Nos casos de controle institucional forem adotadas, o Responsável Legal deverá indicar o período de vigência de sua aplicação e assegurar sua manutenção durante todo esse período, por meio de programas de acompanhamento ou monitoramento dessas medidas.

A revisão da aplicação dessas medidas deverá ocorrer ao final do período de vigência previsto ou poderá ser antecipada sempre que ocorrer a mudança de uso da área ou o atingimento das concentrações máximas aceitáveis (CMA) para as substâncias químicas de interesse (SQI). Desta avaliação poderá resultar a necessidade de continuidade de sua aplicação, a adoção de novas medidas de intervenção ou mesmo o encerramento. A proposta de medida de restrição de uso de água subterrânea deverá especificar o(s) aquífero(s), os volumes de cada aquífero (a área e a profundidade) e o tempo de vigência da medida, cuja estimativa deverá se basear nos resultados obtidos nas etapas de investigação da área, assim como pelo uso de modelagem matemática de fluxo e transporte das substâncias químicas de interesse.

3.1.3. Medida de Controle de Engenharia.

O emprego de Medidas de Controle de Engenharia - ME tem como objetivo a interrupção da exposição dos receptores aos contaminantes presentes na área, por intermédio de técnicas usualmente empregadas no setor da construção civil. Podendo vir a ser empregadas em complemento ou substituição à técnica de remediação.

Dentre as medidas para controle de engenharia podem ser consideradas:

- Impermeabilização da superfície do solo, de modo a evitar o contato de receptores com o meio contaminado.
- Utilização de Equipamento de Proteção Individual - EPI, em casos de escavação e remoção do solo.

Nos casos de implementação de Medidas de Controle de Engenharia, o Responsável Legal deverá indicar o período de vigência de sua aplicação e assegurar sua manutenção durante todo esse período, por meio de programas de acompanhamento ou monitoramento dessas medidas.

3.2. Plano de Monitoramento para Encerramento

O plano de monitoramento para encerramento deve ser empregado após se verificar que as concentrações das SQI's são inferiores às CMA's ou PLA's definidas para a área.

Para o cumprimento desta etapa devem ser realizados os seguintes itens:

- Definição de cronograma de amostragem para monitoramento, com periodicidade semestral, coincidentes com os períodos de maior e menor elevação do nível d'água subterrânea, durante pelo menos 02 (dois) anos.
- Definição do plano de amostragem, relacionando o meio físico de interesse que será amostrado e as SQI's a serem analisadas.

Ao final de cada campanha de amostragem deve ser emitido relatório, contendo texto, mapas e tabelas com os resultados das campanhas de monitoramento para encerramento, comparados com a CMA e PLA definidas para área de interesse.

Nas campanhas de monitoramento para encerramento deve-se verificar se as plumas de contaminação estão fechadas, considerando o VI para cada SQI's.

Se durante as campanhas de monitoramento forem observadas concentrações das SQI's em valor superior ao CMA ou PLA, deve-se verificar se essa concentração é:

- Superior em até 50% da CMA e PLA - Caso isto ocorra, realizar uma campanha adicional de amostragem, onde a concentração máxima deve ser inferior ao CMA ou PLA, para considerar o encerramento do monitoramento.
- Superior a 50% da CMA e PLA - Caso isso ocorra, devem-se rever as medidas de intervenção aplicável a fim de gerenciar o risco na área de interesse.

4. Relatório de Investigação Detalhada, Avaliação de Risco e Plano de Intervenção

O relatório técnico denominado **"Investigação Detalhada, Avaliação de Risco e Plano de Intervenção"** deverá ser apresentado ao órgão ambiental competente nas versões impressa e digital.

Acompanhará o relatório, Declaração de Responsabilidade (ANEXO X), na qual o responsável legal e o responsável técnico declaram que as informações apresentadas são verdadeiras.

Caso seja constatada a presença de fase livre em algum ponto de investigação da área de interesse, o responsável legal deverá comunicar ao órgão ambiental por meio de ofício (ANEXO XVI) em até 10 (dez) dias corridos. Após comunicação, o responsável legal deverá apresentar ao órgão ambiental em até 90 (noventa) dias corridos a delimitação detalhada da pluma de fase livre, projeto executivo e cronograma de execução, bem como implantar o sistema definitivo de extração de produto em fase livre, o qual deverá ser dimensionado visando sua total remoção.

Deverá ser prevista minimamente a seguinte lista de ANEXOS:

- Documento de Matrícula do Imóvel.
- Licença Ambiental Atualizada.
- Alvará de Funcionamento.
- ART.
- Laudos.
- Cadeia de Custódia e *Check List*.
- Calibração.

DEFINIÇÕES E GLOSSÁRIO

Área com Potencial de Contaminação - AP: área, terreno, local, instalação, edificação ou benfeitoria onde são ou foram desenvolvidas atividades que, por suas características, possam acumular quantidades ou concentrações de matéria em condições que a tornem contaminada.

Área com Suspeita de Contaminação - AS: área, terreno, local, instalação, edificação ou benfeitoria com indícios de ser uma área contaminada conforme resultado da avaliação preliminar.

Área Contaminada com Risco Confirmado - ACRI: área onde foi constatada, por meio de investigação detalhada e avaliação de risco, contaminação no solo ou em águas subterrâneas, a existência de risco à saúde ou à vida humana, ecológico, ou onde foram ultrapassados os padrões legais aplicáveis.

Área Contaminada em Processo de Remediação - ACRE: área onde estão sendo aplicadas medidas de remediação visando a eliminação da massa de contaminantes ou, na impossibilidade técnica ou econômica, sua redução ou a execução de medidas contenção e/ou isolamento.

Área Contaminada em Processo de Reutilização - ACRU: área contaminada onde se pretende estabelecer um uso do solo diferente daquele que originou a contaminação, com a eliminação, ou a redução a níveis aceitáveis, dos riscos aos bens a proteger, decorrentes da contaminação.

Área Contaminada sob Investigação - ACI: área onde foram constatadas por meio de investigação confirmatória, concentrações de contaminantes que colocam, ou podem colocar, em risco os bens a proteger.

Área Contaminada: área, terreno, local, instalação, edificação ou benfeitoria que contenha quantidades ou concentrações de matéria em condições que causem ou possam causar danos à saúde humana, ao meio ambiente ou a outro bem a proteger.

Cadastro de Áreas Contaminadas: conjunto de informações referentes aos empreendimentos e atividades que apresentam potencial de contaminação e às áreas suspeitas de contaminação e contaminadas, distribuídas em classes de acordo com a etapa do processo de identificação e remediação da contaminação em que se encontram.

Cenário de exposição: conjunto de variáveis relacionadas ao transporte de substâncias químicas desde sua liberação para o ambiente até seu ingresso no organismo de um dado receptor. Um cenário de exposição constitui uma situação única composta por uma fonte de contaminação, pelo mecanismo de liberação das substâncias químicas desta fonte para o ambiente, por mecanismos de transporte dessas substâncias no meio físico, pelo receptor e pela via de ingresso.

Fase livre: ocorrência de substância ou produto em fase separada e imiscível quando em contato com a água ou ar do solo.

Fonte Potencial de Contaminação: instalação ou material a partir dos quais os contaminantes podem ser liberados para o ambiente, mas cuja liberação ainda não pôde ser associada a um meio impactado.

Fonte primária de contaminação: instalação ou material a partir dos quais os contaminantes se originam e foram ou estão sendo liberados para os meios impactados.

Fonte secundária de contaminação: meio impactado por contaminantes provenientes da fonte primária, a partir do qual, outros meios são impactados.

Gerenciamento de Áreas Contaminadas: conjunto de medidas que asseguram o conhecimento das características das áreas contaminadas e a definição das medidas de intervenção mais adequadas a serem exigidas, visando eliminar ou minimizar os danos e/ou riscos aos bens a proteger, gerados pelos contaminantes nelas contidas.

Investigação Confirmatória: etapa do processo de gerenciamento de áreas contaminadas que tem como objetivo principal confirmar ou não a existência de contaminantes em concentrações acima dos valores de intervenção estabelecidos pelo órgão ambiental.

Investigação Detalhada: etapa do processo de gerenciamento de áreas contaminadas que consiste na avaliação detalhada das características da fonte de contaminação e dos meios afetados, determinando os tipos de contaminantes presentes e suas concentrações, bem como a área e o volume das plumas de contaminação, e sua dinâmica de propagação.

Modelo Conceitual de Contaminação - MCC: o modelo conceitual é um relato escrito, acompanhado de representação gráfica, dos processos associados ao transporte das substâncias com potencial de contaminação identificadas na área investigada, desde as fontes potenciais, primárias e secundárias de contaminação, até os potenciais ou efetivos receptores. Esse relato deve conter a identificação das substâncias, das fontes de contaminação em suas diferentes localizações, dos mecanismos de liberação das substâncias, dos meios pelos quais as substâncias serão transportadas, dos receptores e das vias de ingresso das substâncias nos receptores.

Pontos de conformidade - PC: pontos de monitoramento situados junto aos receptores potencialmente expostos aos contaminantes, cujas concentrações devam estar em conformidade com as metas estabelecidas.

Ponto de exposição - PE: local onde ocorre a exposição de um dado receptor às substâncias químicas provenientes de uma fonte de contaminação.

Receptor: indivíduo ou grupo de indivíduos expostos a uma ou mais substâncias químicas associadas a um evento de contaminação ambiental.

Responsável Legal: pessoa(s) física(s) ou jurídica(s), de direito público ou privado, responsável(is), direta ou indiretamente, pela contaminação, ou pela propriedade potencial ou efetivamente contaminada e, consequentemente, pelos estudos necessários à sua identificação, investigação, avaliação de risco e pela implementação da intervenção, visando a reabilitação da área para o uso declarado.

Responsável Técnico: pessoa física ou jurídica contratada por um dos Responsáveis Legais, para a elaboração ou apresentação de laudos, estudos, relatórios ou informações relacionadas às diferentes etapas do processo de gerenciamento de uma determinada área.

Risco à Saúde: é definido como a probabilidade de ocorrência de câncer em um determinado receptor exposto a contaminantes presentes em uma área contaminada ou a possibilidade de ocorrência de outros efeitos adversos à saúde decorrentes da exposição a substâncias não carcinogênicas.

Risco: probabilidade de ocorrência de um efeito adverso em um receptor sensível a contaminantes existentes em uma área contaminada.

Solo: camada superior da crosta terrestre constituída por minerais, matéria orgânica, água, ar e organismos vivos.

Substâncias Químicas de Interesse – SQI's: substâncias identificadas nas amostras de solo e água subterrânea em concentrações superiores aos VI's.

REFERÊNCIAS NORMATIVAS E BIBLIOGRÁFICAS

CETESB. Decisão de Diretoria nº. 038/2017/C de 07 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre a aprovação do "Procedimento para a Proteção da Qualidade do Solo e das Águas Subterrâneas", da revisão do "Procedimento para o Gerenciamento de Áreas Contaminadas" e estabelece "Diretrizes para Gerenciamento de Áreas Contaminadas no Âmbito do Licenciamento Ambiental"

ABNT NBR/IEC 60.079-14 - Atmosferas explosivas - Parte 14: Projeto, seleção e montagem de instalações elétricas.

ABNT NBR 17.505-2 - Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis – Parte 2: Armazenamento em tanques e em vasos.

ABNT NBR 13.784 - Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Seleção de métodos para detecção de vazamentos e ensaios de estanqueidade em sistemas de abastecimento subterrâneo de combustíveis (SASC).

ABNT NBR 15.495-1 - Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aquíferos granulares - Parte 1: Projeto e construção.

ABNT NBR 15.495-2 - Poços de monitoramento de águas subterrâneas e aquíferos granulares - Parte 2: Desenvolvimento.

ABNT NBR 15.847 - Amostragem da água subterrânea em poços de monitoramento – Método de Purga.

ABNT NBR 15.492 - Sondagem de reconhecimento para fins de qualidade ambiental – Procedimento.

ABNT NBR 16.434 - Amostragem de resíduos sólidos, solos e sedimentos – Análise de compostos orgânicos voláteis (COV's) – Procedimento.

ABNT NBR 16.435 – Controle da qualidade na amostragem para fins de investigação de áreas contaminadas – Procedimento.

ABNT NBR 16.161 - Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis – Tanque Metálico subterrâneo - Especificação de fabricação e modulação.

NM-IEC 60.050-426 - Equipamentos elétricos para atmosferas explosivas.

ABNT NBR 13.786 - Posto de serviço - Seleção dos equipamentos para sistemas para instalações subterrâneas de combustíveis.

ABNT NBR 14.639 - Posto de serviço – Instalações elétricas.

LEI ESTADUAL n.º 14.985/2005 - Dispõe que a localização, construção e modificações de revendedoras, conforme especifica, dependerão de prévia anuência municipal, e adota outras providências.

ABNT NBR 15.515-1: Parte 1 - Avaliação Preliminar.

ABNT NBR 15.515-2: Parte 2 - Investigação Confirmatória.

ABNT NBR 15.515-3: Parte 3 - Investigação Detalhada.

ABNT NBR 16.210 - Modelo Conceitual no Gerenciamento de Áreas Contaminadas – Procedimento.

Resolução CONAMA nº 357/2005 - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 420/2009 – Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.

Portaria Ministério da Saúde nº 2.914/2011 - Dispõe sobre os procedimentos de controle de vigilância da qualidade de água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

ANEXO VIII

DIRETRIZES MÍNIMAS PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE MONITORAMENTO E OPERAÇÃO

1. OBJETIVO

Identificar possíveis indícios de contaminação de compostos de hidrocarbonetos constituintes de combustíveis líquidos em solo e água subterrânea através de monitoramento periódico.

2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Os procedimentos de execução do Relatório de Monitoramento e Operação aplicam-se a postos revendedores, postos de abastecimento e instalações de sistemas retalhistas, que já tenham realizados os estudos de identificação de passivos ambientais.

O Relatório de Monitoramento e Operação deverá ter periodicidade anual, devendo ser entregue no período de 1º a 30 de junho, referente ao ano anterior. No caso da não entrega do Relatório de Monitoramento e Operação, o IAP deverá ser informado, no prazo máximo de 10 dias, por meio de ofício digital, contendo justificativa. Caso não seja apresentada justificativa, deverá ser realizado Estudo de Investigação de Passivos Ambientais, de acordo com o ANEXO VII desta Resolução.

3. CONDIÇÕES DISCIPLINARES

Ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP deverá ser encaminhado relatório técnico consistente e objetivo, acompanhado da respectiva ART de profissional legalmente habilitado.

Os tópicos balizadores a serem rigorosamente observados, constam do corpo desta Resolução.

Os critérios técnicos adotados poderão ser reformulados e/ou complementados pelo IAP, de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico e a necessidade de preservação ambiental.

O IAP comunicará através de ofício ao Conselho de Classe, toda constatação de omissão e/ou não cumprimento das diretrizes mínimas estabelecidas, que resultem em estudos desprovidos de consistência técnica, para aplicação das medidas pertinentes.

O relatório de Monitoramento e Operação deverá ser composto de cinco etapas, Avaliação do Sistema de Monitoramento Intersticial, Avaliação do Sistema de Tratamento de Efluentes, Relatório Fotográfico e Ficha Técnica de Vistoria, Cumprimento do Plano de Manutenção de Equipamentos e Avaliação dos Laudos Analíticos das Amostras de Solo e Água Subterrânea.

Todas as etapas deste relatório deverão possuir documentação fotográfica relativa aos serviços executados.

O relatório de Monitoramento e Operação deverá ser realizado por profissional habilitado, devendo ser apresentado Anotação de Responsabilidade de Técnica (ART) e Declaração de Responsabilidade, conforme modelo devidamente assinada pelos responsáveis legal e técnico.

4. ROTEIRO DE EXECUÇÃO

4.1. Avaliação do Sistema de Monitoramento Intersticial

Esta atividade tem como objetivo verificar possíveis irregularidades no Sistema de Abastecimento Subterrâneo de Combustíveis (SASC), a fim de evitar a ocorrência de eventos potencialmente poluidores das matrizes de solos e águas subterrâneas do empreendimento e de seu entorno.

Deverá ser apresentado um conjunto de informações de funcionamento e eficiência do sistema de monitoramento intersticial instalado no empreendimento, contemplando os seguintes aspectos:

- Descrição completa dos equipamentos (sondas, sensores e displays) que compõe o sistema de monitoramento intersticial. No caso, de adequações/melhorias estas deverão ser informadas neste relatório, com a data e justificativa da realização deste procedimento, bem como o responsável técnico que realizou o serviço prestado.

- Informação de operacionalidade do sistema de monitoramento intersticial que contenha a impressão do relatório do sistema de entrega com data e hora de impressão por compartimento de tanque, com os eventos ocorridos, como alarmes, erros e desligamento do sistema, volume de combustível, volume da última entrega, Volume para completar o tanque, altura do combustível, altura e volume de água.

4.2. Avaliação do Sistema de Tratamento de Efluentes

Este item contempla os Sistemas de Tratamento de Efluentes Líquidos da Pista de Abastecimento, da Área de Lavagem e Manutenção.

Deverá ser apresentado um conjunto de informações do(s) sistema(s) de tratamento implantado no empreendimento, contemplando os seguintes aspectos:

- Descrição dos equipamentos que compõe o sistema de tratamento de efluentes líquidos.

- Layout dos componentes do sistema de tratamento de efluentes líquidos na planta do empreendimento.

- Caracterização e quantificação dos efluentes líquidos gerados pelo empreendimento.

- Laudos analíticos referentes a ensaios físico-químicos e biológicos de amostras retiradas dos pontos de lançamento dos referidos sistemas de tratamento apresentados.

- Análise dos resultados dos laudos analíticos dos efluentes líquidos, bem como da eficiência do sistema de tratamento, conforme os padrões estabelecidos no Art. 33 desta Resolução.

No caso de ineficiência do sistema de tratamento proposto, o Instituto Ambiental do Paraná deverá ser comunicado em um prazo de até 10, por meio de ofício protocolado digitalmente. Independentemente da manifestação do IAP, o Responsável Legal deverá adotar as ações necessárias para regularização do sistema de tratamento, informando a reparação do sistema no item 4.4. do presente relatório.

4.3. Relatório Fotográfico e Ficha Técnica de Vistoria

Deverá ser apresentado um conjunto de imagens fotográficas da situação das instalações e infraestruturas do empreendimento, informando a data da aquisição das imagens e do que as mesmas representam, bem como o preenchimento da Ficha de Vistoria disposta a seguir. Deverão ser demonstradas no anexo fotográfico a pista de abastecimento, área de tancagem, bombas, local de lubrificação e de troca de óleo, local de lavagem de veículos, canal - tas, filtros, caixas separadoras, base dos respiros, *sumps* das bombas e dos tanques, bocas de descarga dos tanques e demais constituintes visíveis do SASC. Deverá ser incluído registro fotográfico de todos os poços de monitoramento e poços cacimba/tubulares profundos que existam no empreendimento.

Ficha de Vistoria da Infraestrutura do Empreendimento

Data da Vistoria:			
Razão Social:		CNPJ	
E-mail do Responsável:		Telefone:	
Data de Instalação:		Data da Última Reforma:	
Nº Tanques () Ano Instalação () Nº Bombas () Nº Bicos () Capacidade total () m³ - Observações:			
Piso da Pista de Abastecimento em concreto armado e superfície alisada		dotado de Sistema de Drenagem Oleosa (canaletas).	
Piso da área de descarga em concreto armado e superfície alisada		dotado de Sistema de Drenagem Oleosa	
Descarga selada - NBR 15.138 - Restritor de mangueira (CRUZETA)			
Possui sistema de respiro de tanques (válvula de vácuo)			
Spill de tanques, Câmara de contenção da descarga de combustível - NBR 15.118.			
Monitoramento intersticial Aparelho/ano de instalação:			
Sensor Monitoramento - bombas () filtros ()			
Aparelho/ano de instalação:			
Último Teste de Estanqueidade do SASC datado de: / /		Estanque () Não Estanque ()	
Possui área de armazenamento de resíduos (Classe I)			
Tipo de CSAO para área da(s) pista(s)			
Quantidade () Volume () Data da última manutenção			
Tipo de CSAO independente para área de lavagem			
Quantidade () Volume () Data da última manutenção			
Câmara de Contenção sob a unidade abastecedora- Sump de Bomba - NBR 15.138.			
Canaleta interna à projeção da cobertura das bombas e áreas de descarga- NBR 14605.			
Câmara de Contenção (sump) da unidade de filtragem de diesel			
Tanques c/ Parede: Simples () Dupla NBR 13.212 () Jaquetado NBR 13.785 ()			
Filtro de Diesel: área descoberta () área coberta () Piso concretado ()			
Drenagem Oleosa ()			
Sistema de Drenagem Pluvial independente do Sistema de Drenagem Oleosa			
Esgoto Sanitário: () rede pública fossa séptica () filtro biológico () sumidouro ()			
Óleo Usado: Tambor () TQ Aéreo () TQ sub () P simples () P dupla ()			
Monitoramento Intersticial () Bacia de Contenção () Área coberta ()			
Lavagem de veículos: () área coberta: integral () parcial () a céu aberto ()			
caixa de areia () CSAO própria () Filtro () Outros			
Lançamento do Efluente Final da Lavagem de Veículos: Rede de Esgotos () Solo ()			
Galeria () Corpo Hídrico () Reuso ()			
Efluente Final Drenagem Oleosa Pista/Tanques: Rede de Esgotos () Solo () Corpo Hídrico () Galeria ()			
Abastecimento de água: Rede pública () Poço tubular profundo () Poço Cacimba () Corpo Hídrico () Mina () Outorga ()			
Número de Poços de Monitoramento:			
Obs.:			

4.4. Cumprimento do Plano de Manutenção de Equipamentos

Esta atividade tem como objetivo comprovar que o Plano de Manutenção de Equipamentos, apresentado no processo de emissão da Licença de Operação está sendo realizado, conforme preconiza a norma ABNT NBR 15594-3 "Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis – Posto revendedor de combustível veicular (serviços)".

Deverá ser apresentada uma tabela elencando claramente o cumprimento das manutenções técnicas, preventivas e corretivas realizadas de acordo com o cronograma estabelecido no Plano de Manutenção de Equipamentos. A Tabela deve conter minimamente os seguintes pontos: grupo de equipamentos avaliado, item avaliado, tipo de manutenção desenvolvida, data e hora da realização, ação realizada, responsável pela ação. Deverá conter ainda, no caso da ocorrência de vazamentos, de qualquer componente do Sistema de Abastecimento Subterrâneo de Combustíveis (SASC), a descrição detalhada da ocorrência, bem como as medidas corretivas adotadas.

4.5. Avaliação dos Laudos Analíticos das Amostras de Solo e Água Subterrânea

Esta atividade tem como objetivo apresentar e analisar os resultados analíticos das amostras de solo e água subterrânea coletadas no empreendimento, com o objetivo de verificar possível degradação no solo e na água subterrânea decorrente das atividades desenvolvidas no empreendimento.

Para essa etapa deverá ser executado um Plano de Amostragem devendo englobar todas as Áreas Potenciais de Contaminação previstas no Modelo Conceitual desenvolvido no Estudo de Identificação de Passivos Ambientais realizado previamente. Também deverão ser englobados no plano de amos-

tragem os poços tubulares ou cacimbas existentes no empreendimento, ou fora dele, caso sejam identificados receptores potenciais off site. As análises devem incluir os seguintes parâmetros: BTEX (benzeno, tolueno, xilenos e etilbenzeno), HPA's (hidrocarbonetos poliaromáticos) e TPH's (hidrocarbonetos totais de petróleo). Em casos em que o nível d'água freático não seja verificado no local, deverão ser coletadas amostras de solo englobando todas as áreas potenciais de contaminação, identificadas no Modelo Conceitual.

As amostras de água subterrânea deverão ser coletadas pelo método de baixa vazão, de acordo com o previsto pela ABNT NBR 15.847. Durante este procedimento, deverão ser monitorados diversos parâmetros físico-químicos, com a purga sendo concluída após a estabilidade hidrogeoquímica avaliada pela determinação dos parâmetros previstos no Quadro 01.

Quadro 01: Faixa de Variação para os Parâmetros Indicativos de Qualidade da Água	
Parâmetro	Variação Permitida
pH	± 0,2 unidades
Condutividade Elétrica	± 5% das leituras
Oxigênio Dissolvido	± 0,2 mg/L
Potencial de Oxirredução	± 5% das leituras
Temperatura	± 0,5 °C

As amostras de solo devem seguir metodologia descrita nas normas ABNT NBR 16.434 - Amostragem de Resíduos Sólidos, Solos e Sedimentos – Análise de Compostos Orgânicos Voláteis (COV's) e ABNT NBR 16.435 – Controle da Qualidade na Amostragem para fins de Investigação de Áreas Contaminadas. Também não devem ser utilizados fluidos na perfuração e os equipamentos de sondagem devem ser higienizados antes do início de cada perfuração.

Deverão ser especificados os métodos de amostragem e de preservação das amostras, bem como o programa de controle de qualidade para a amostragem e transporte das amostras.

Os resultados analíticos deverão apresentar os resultados em tabelas, contendo a série histórica por ponto de amostragem e parâmetros de interesse com limites de quantificação e data de amostragem. Os resultados analíticos obtidos nas amostras de água e solo deverão ser comparados com os valores de investigação presentes nessa normativa. Caso as concentrações analisadas ultrapassem os Valores de Intervenção (VI), o IAP deverá ser informado no prazo máximo de 10 dias, por meio de ofício digital, no formato pdf. Independentemente da manifestação do IAP, o Responsável Legal deverá adotar as ações previstas no Capítulo VI – Gerenciamento de Áreas Contaminadas e realizar Estudo de Investigação Detalhada e Avaliação de Risco à Saúde Humana, de acordo com o ANEXO VIII, desta Resolução.

Adicionalmente aos resultados analíticos devem ser informados os métodos de amostragem e de preservação das amostras, os métodos analíticos a serem utilizados, além do fornecimento da Cadeia de Custódia, Ficha de Recebimento e Laudos Laboratoriais na íntegra.

Deverá ser apresentado também um mapa potenciométrico, em escala ($\geq 1:500$), contendo a potenciometria e a direção do fluxo da água subterrânea, a localização das áreas potencialmente poluidoras, dos poços de monitoramento, das nascentes, dos poços de captação utilizados para abastecimento de água e demais cursos fluviais que existem próximos ao empreendimento.

O local de coleta das amostras de água e solo também deverá ser informado em mapa, em escala ($\geq 1:500$), devidamente georreferenciado. No caso da coleta de amostras de solo deverá ser informada a profundidade da coleta das amostras, descrito o método de sondagem utilizado e elaborado o perfil descritivo das sondagens executadas.

A coleta e análise das amostras deverão ser executadas por laboratório que possua acreditação ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017. Essa exigência entra em vigor após o transcurso do prazo de 02 (dois) anos da publicação desta resolução. O laboratório selecionado também deve possuir o Certificado de Cadastramento de Laboratório – CCL, conferido pelo IAP. A relação atualizada de laboratórios encontra-se disponível em [site do órgão ambiental](#). Laudos analíticos acompanhados de cromatogramas devem constar como ANEXOS do relatório a ser apresentado ao órgão ambiental.

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Eu _____ Responsável Legal _____, em conjunto com _____ Responsável Técnico, declaramos, sob as penas da lei e de responsabilização administrativa, civil e penal, que todas as informações prestadas ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP ora apresentados (discriminar), são verdadeiras e contemplam integralmente as exigências estabelecidas pelo IAP, e se encontram em consonância com o que determina a Resolução SEMA nº ____/____, publicada no Diário Oficial do Estado no dia ____/____/____. Declaramos, outrossim, estar cientes de que os documentos e laudos que subsidiam as informações prestadas podem ser requisitados a qualquer momento, durante ou após a implementação do procedimento previsto no documento "Procedimento para Gerenciamento de Áreas Contaminadas" para fins de auditoria.

Data _____

Responsável Técnico

Nome:

CPF:

Conselho de Classe:

Responsável Legal

Nome:

ANEXO XI
Quadro de Intervenção

SQI: BENZENO	Cenários de exposição	Intervenção POE (S/N)		Hot Spot		Intervenção HS (S/N)		Tipo de intervenção (S/N)			Metas de remediação (mg/L)	
		R	C	Concentração: 0.4727 mg/L	Ponto: PM- 29	R	C	MR	MCI	MCE	POE	Hot spot
-	IVAAA	N	N	=	=	N	N	N	N	N	=	=
-	IVAAFA	N	N	=	=	N	N	N	S	N	=	0.272
-		P	A Sup	Dist. P	Dist. A Sup	P	A Sup	MR	MCI	MCE	POE	Hot spot
518 - IA		S	-	30	-	S	-	N	S	N	=	0.005
357 c1doce		-	N	-	=	-	N	N	N	N	=	=
357 c2doce		-	N	-	=	-	N	N	N	N	=	=
357 c3doce		-	N	-	=	-	N	N	N	N	=	=
357 c1salina		-	N	-	=	-	N	N	N	N	=	=
357 c2salina		-	N	-	=	-	N	N	N	N	=	=
357 c3salina		-	N	-	=	-	N	N	N	N	=	=
357 c1salo		-	N	-	=	-	N	N	N	N	=	=
357 c2salo		-	N	-	=	-	N	N	N	N	=	=
357 c3salo		-	N	-	=	-	N	N	N	N	=	=
-		R	C	-	-	R	C	MR	MCI	MCE	POE (mg/Kg)	
IVSsup		N	N	-	-	N	N	N	N	N	=	=
IPSsup		N	N	-	-	N	N	N	N	N	=	=
CDSsup		N	N	-	-	N	N	N	N	N	=	=
IPSsub		N	N	-	-	N	N	N	N	N	=	=
IVAAsub		N	N	-	-	N	N	N	N	N	=	=
IVAFsub		N	S	-	-	N	S	N	N	N	=	=

"Distância R": distância do hot spot ao receptor residencial; "Distância C": distância do hot spot ao receptor comercial; "Distância P": distância do hot spot ao poço de abastecimento de água e "Distância A Sup": distância do hot spot ao corpo d'água superficial)

MODELO DA CADEIA DE CUSTÓDIA

* TODAS AS AMOSTRAS DESTINADAS À ANÁLISES QUÍMICAS E MICROBIOLÓGICAS DEVEM SER REFRIGERADAS ENTRE 4° C E 10°.

ANEXO XIII

OCORRÊNCIA DE FASE LIVRE

O (Nome do Empreendimento), em conjunto com o (Nome do Responsável Técnico), vem declarar a ocorrência de produto em fase livre identificada em sua área, durante a investigação de passivo ambiental.

O produto foi identificado nos poços de monitoramento (relacionar poços), com espessuras de (relacionar espessuras) e aspecto de (informar tipo do produto).

Informamos que será realizado o detalhamento da investigação desta ocorrência, bem como elaborado um plano de intervenção para extração do produto e recuperação da área, a ser apresentado no prazo de (especificar prazo) dias.

Local e data _____

Assinatura do Responsável Legal

Nome:

CPF:

Responsável Técnico

Nome:

CPF:

Conselho de Classe:

ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACI – Área Contaminada sob Investigação
ACRe – Área Contaminada em Processo de Remediação
ACRi – Área Contaminada com Risco Confirmado
ACRu – área Contaminada em Processo de Utilização
AMR – Área em Processo de Monitoramento para Reabilitação
AP – Área com Potencial de Contaminação
ART – Anotação de Responsabilidade Técnica
AS – Área com Suspeita de Contaminação
CCL – Certificado de Cadastramento de Laboratório
CEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente
CMA – Concentração Máxima Aceitável
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COLIT – Conselho do Litoral
CONAMA – Conselho nacional do Meio Ambiente
COV – Compostos Orgânicos Voláteis
DOE – Diário Oficial do Estado
DBO – Demanda Bioquímica de Oxigênio
DQO – Demanda Química de Oxigênio
GNV – Gás natural Veicular
HPA – Hidrocarbonetos Poliaromáticos
HS – Hot Spot
IAC – Intervenção de Áreas Contaminadas
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia
ISR – Instalação de Sistema Retalhista
LAS – Licença Ambiental Simplificada
LI – Licença de Instalação
LO – Licença de Operação
LOR – licença de Operação de Regularização
LP – Licença Prévia
MCC – Modelo Conceitual Confirmatório
MCD – Modelo Conceitual Detalhado
MCE – Modelo Conceitual de Exposição
MCI – Modelo Conceitual Inicial
MI – Medida de Controle Institucional
ME – Medida de Controle de Engenharia
MNCR – Mistura Complexa Não-resolvida
MR – Medida de Remediação
NBR – Norma Brasileira de Referência
PA – Posto de Abastecimento
PC – Ponto de Conformidade
PF – Posto Flutuante
PGR – Programa de Gerenciamento de Risco
PLA – Padrões Legais Aceitáveis
PM – Poços de Monitoramento
POE – Ponto de Exposição
PR – Posto Revendedor
PSR – Postos e Sistemas e Retalhistas
RANC – Risco Aceitável Não Carcinogênico
RLA – Requerimento de Licenciamento Ambiental
RLO – Renovação de Licença de Operação
SASC – Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustíveis
SQI – Substância química de Interesse
CSAO – Caixa Separadora de Água e Óleo
TPH – Hidrocarbonetos Totais de Petróleo
TRR – Sistema Retalhista de Combustíveis (Transporte, Retalhista e Revendedor)
UTM – Universal Transversa de Mercator

REFERÊNCIAS NORMATIVAS

ABNT NBR 13.312 - Posto de Serviço – Construção de tanque atmosférico subterrâneo em resina termofixa reforçada com fibra de vidro, de parede simples ou dupla.

ABNT NBR 13.784 - Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Seleção de métodos para detecção de vazamentos e ensaios de estanqueidade em sistemas de abastecimento subterrâneo de combustíveis (SASC).

ABNT NBR 13.785 - Construção de tanque atmosférico subterrâneo em aço-carbono de parede dupla metálica ou não.

ABNT NBR 13.786 - Posto de serviço - Seleção dos equipamentos para sistemas para instalações subterrâneas de combustíveis.

ABNT NBR 14.639 - Posto de serviço - Instalações elétricas.

ABNT NBR 14.973 - Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis – Desativação, remoção, destinação, preparação e adaptação de tanques subterrâneos usados.

ABNT NBR 15.072 - Posto de Serviço – Construção de tanque atmosférico subterrâneo ou aéreo em aço-carbono ou resina termofixa, reforçada com fibra de vidro para óleo usado.

ABNT NBR 15.205 - Armazenamento de combustíveis - Revestimento interno de tanque instalado, com a criação de parede dupla e espaço intersticial

ABNT NBR 15.492 - Sondagem de reconhecimento para fins de qualidade ambiental – Procedimento.

ABNT NBR 15.495-1 - Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aquíferos granulares - Parte 1: Projeto e construção.

ABNT NBR 15.495-2 - Poços de monitoramento de águas subterrâneas e aquíferos granulares - Parte 2: Desenvolvimento.

ABNT NBR 15.515-1: Parte 1 - Avaliação Preliminar.

ABNT NBR 15.515-2: Parte 2 - Investigação Confirmatória.

ABNT NBR 15.515-3: Parte 3 - Investigação Detalhada.

ABNT NBR 15.847 - Amostragem da água subterrânea em poços de monitoramento – Método de Purga.

ABNT NBR 16.161 - Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Tanque Metálico subterrâneo - Especificação de fabricação e modulação.

ABNT NBR 16.210 - Modelo Conceitual no Gerenciamento de Áreas Contaminadas – Procedimento.

ABNT NBR 16.434 - Amostragem de resíduos sólidos, solos e sedimentos – Análise de compostos orgânicos voláteis (COV's) - Procedimento.

ABNT NBR 16.435 - Controle da qualidade na amostragem para fins de investigação de áreas contaminadas - Procedimento.

ABNT NBR 17.505-2 - Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Parte 2: Armazenamento em tanques e em vasos.

ABNT NBR/IEC 60.079-14 - Atmosferas explosivas - Parte 14: Projeto, seleção e montagem de instalações elétricas.

LEIS, RESOLUÇÕES e NORMAS

LEI ESTADUAL n.º 14.984/2005 - Dispõe que a localização, construção e modificações de revendedores, conforme especifica, dependerão de prévia anuência municipal, e adota outras providências.

Resolução CONAMA n.º 430/2011 - Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução CONAMA n.º 357/2005.

Resolução CONAMA n.º 420/2009 – Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.

Portaria Ministério da Saúde n.º 2.914/2011 - Dispõe sobre os procedimentos de controle de vigilância da qualidade de água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

NM-IEC 60.050-426 - Equipamentos elétricos para atmosferas explosivas.

CETESB. Decisão de Diretoria n.º 263/2009/P de 20 de outubro de 2009. Dispõe sobre a aprovação do Roteiro para Execução de Investigação Detalhada em Postos e Sistemas Retalhistas de Combustíveis.

RESOLUÇÃO SEDEST Nº 059 DE 22 DE JULHO DE 2019.

Súmula: Estabelece normas e critérios para o licenciamento ambiental de Empreendimentos e Atividades de aquicultura e maricultura.

O **Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo**, designado pelo Decreto Estadual nº 1440, de 03 de maio de 2019, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019 e,

Considerando a função socioambiental da propriedade, prevista nos artigos 5º, inciso XXIII, 170, inciso VI, 182 § 2º, 186, inciso II e 225 da Constituição Federal;

Considerando que a outorga de direitos de uso de recursos hídricos, conforme a Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997, tem como objetivos assegurar o controle qualitativo e quantitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água;

Considerando que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar conforme o inciso VIII do Art. 23 da Constituição Federal;

Considerando a Resolução CONAMA nº 237 de 19 de dezembro de 1997;

Considerando a necessidade de ordenamento e controle da atividade aquícola com base numa produção ambientalmente correta com todos os cuidados na proteção dos remanescentes florestais e da qualidade das águas, inclusive em empreendimentos já existentes;

Considerando a Resolução CONAMA nº 459 de 04 de outubro de 2013, que altera a Resolução nº 413, de 26 de junho de 2009, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, que dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, e dá outras providências;

Considerando a Lei 12.334 de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000;

Considerando a [LEI Nº 13.288/ 2016](#), que dispõe sobre os contratos de integração vertical nas atividades agrossilvopastoris, e define essa atividade como atividades de agricultura, pecuária, silvicultura, aquicultura, pesca ou extrativismo vegetal;

Art. 1. Estabelecer normas e critérios para o licenciamento ambiental da aquicultura e maricultura.

§ 1.º O disposto nesta Resolução não se aplica aos empreendimentos relativos à carcinicultura, objeto da Resolução CONAMA nº 312, de 10 de outubro de 2002.

§ 2.º A localização e projetos de aquicultura em tanques rede deverão observar as Regiões Hidrográficas sob jurisdição do Estado do Paraná.

§ 3.º No âmbito do processo de licenciamento ambiental, deverão ser exigidos os seguintes documentos expedidos pelo órgão gestor de recursos hídricos, quando couber:

- I. Outorga Previa, na fase da licença prévia.
- II. Outorga de direito de uso de recursos hídricos, na fase da licença ambiental de operação ou no licenciamento em etapa única e direito de uso de recursos hídricos poderá ser exigida na fase de licença de instalação, se houver a utilização de água nessa fase.

Art. 1. Para efeito desta Resolução são adotados os seguintes conceitos:

- I. **Aquicultura:** o cultivo ou a criação de organismos cujo ciclo de vida, em condições naturais, ocorre total ou parcialmente em meio aquático;
- II. **Área Aquícola:** espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, destinado a projetos de aquicultura, individuais ou coletivos;
- III. **Áreas consolidadas:** área de preservação permanente com uso consolidado
- IV. **Espécie alóctone ou exótica:** espécie que não ocorre ou não ocorreu naturalmente na UGR considerada;
- V. **Espécie nativa ou autóctone:** espécie de origem e ocorrência natural em águas da UGR considerada;
- VI. **Formas jovens:** alevinos, girinos, imagos, larvas, mudas de algas marinhas destinadas aos cultivos: náuplios, ovos, pós-larvas e sementes de moluscos bivalves;
- VII. **Outorga de direito de uso de recursos hídricos:** instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, que tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água, sendo este emitido de acordo com a esfera jurisdicional;
- VIII. **Outorga prévia dos órgãos e entidades gestoras de recursos hídricos:** qualquer ato administrativo emitido pela autoridade outorgante competente, inserido no procedimento de obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos, que corresponda à outorga preventiva, definida na Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, destinada a reservar vazão passível de outorga, possibilitando aos investidores o planejamento de empreendimentos que necessitem desses recursos, bem como, para lançamento de efluentes sempre que for o caso;
- IX. **Parque Aquícola:** espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, que compreende um conjunto de áreas aquícolas afins, em cujos espaços físicos intermediários podem ser desenvolvidas a outras atividades compatíveis com a prática de aquicultura;
- X. **Porte do empreendimento das atividades aquícolas,** utilizando como critério do espaço físico ocupado (área alagada) pelos viveiros ou tanques e produtividade de peixes por unidade de área ou volume, efetivamente ocupado pelo empreendimento, com definição de classes de porte correspondentes a mínimo, pequeno, médio, grande e excepcional;
- XI. **Raceway:** sistemas de fluxo contínuo de água nos tanques de material que resistam ao atrito constante da água, que permitem uma grande densidade de estocagem;
- XII. **Sistema de Gestão Ambiental – SGA:** Módulo Licenciamento, sistema informatizado para emissão de licenças ambientais, permitindo aos usuários a requisição de licenças pela internet, além de disponibilizar consultas e outras informações. É integrada com uma base de dados georreferenciados que serve de apoio à tomada de decisão na emissão de pareceres e laudos técnicos, bem como na decisão administrativa, além de dar suporte aos módulos de monitoramento e fiscalização.

- XIII. Tanque-rede:** sistema de cultivo intensivo em confinamento, com estruturas de rede, boias e apóitamento ou fundeamento, instalados em meio aquático;
- XIV. Unidade Geográfica Referencial (UGR):** a área abrangida por uma bacia hidrográfica ou, no caso de águas marinhas e estuarinas, faixas de águas litorâneas compreendidas entre dois pontos da costa brasileira;
- XV. Viveiros:** estruturas de contenção de águas, podendo ser de terra, natural escavada ou tanque em alvenaria/concreto/fibra de vidro, reservatório artificial, projetado e construído com material natural, podendo ser revestido com lona plástica ou construído em alvenaria/concreto/fibra de vidro, para a exploração aquícola desde que não resultante de barramento ou represamento de cursos de água, excetuadas áreas consolidadas;

Art. 1. O Órgão Ambiental Competente, no exercício de sua competência de controle ambiental, expedirá os seguintes atos administrativos:

I. Autorização Ambiental Florestal – AAF: documento expedido pelo Órgão Ambiental Competente que permite ao proprietário de um imóvel a condição de efetuar o corte de vegetação florestal nativa, árvores isoladas em ambiente florestal ou agropecuário e aproveitamento material lenhoso seco.

II. Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual – DLAE - concedida para os empreendimentos cujo licenciamento ambiental não compete ao órgão ambiental estadual, conforme os critérios estabelecidos em resoluções específicas;

III. Licença Ambiental Simplificada - LAS - Aprova a localização e a concepção do empreendimento, atividade ou obra de pequeno porte e/ou que possua baixo potencial poluidor/degradador, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autoriza sua instalação e operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo Órgão Ambiental Competente.

IV. Licença Prévia - LP - Concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

V. Licença de Instalação - LI - Autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.

VI. Licença de Operação - LO - Autoriza o funcionamento da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambientais e condicionantes determinados para a operação.

Art. 1. O Porte dos Empreendimentos Aquícolas realizados em viveiros ou tanques especiais, construídos em terreno natural, cuja somatória da área inundada produtiva, excluídos os canais de abastecimento, reservatórios e bacia de sedimentação, será definido e enquadrado de acordo com a área alagada e produtividade (produção por unidade de área), conforme os quadros do Anexo I.

Parágrafo único: Para efeito de classificação do porte é vedado o fracionamento de áreas contíguas pertencentes à mesma pessoa, física ou jurídica, considerando-se para tanto a somatória da área inundada produtiva, excluídos os canais de abastecimento, reservatórios e bacia de sedimentação.

Art. 2. Para cultivos marinhos e estuarinos, os limites máximos das áreas superficiais a serem ocupadas pelos parques e áreas aquícolas marinhas em enseadas, baías e em mar aberto serão propostos pelo PLDM, definidos nos procedimentos de licenciamento ambiental e aprovados através dos processos de autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União, de acordo com a legislação específica.

§ 1º Os empreendimentos aquícolas marinhos diferem entre si, de acordo com as técnicas, número de organismos, comportamento da espécie, sistema de cultivo e produção apresentada de acordo com as classificações e sistemas a seguir descritos.

I- Quanto à tipologia de empreendimentos na prática de maricultura:

- a- Cultivo de Ostras: coletores de sementes, crescimento de ostra; engorda;
- b- Cultivo de Vieira: crescimento e engorda;
- c- Cultivo de Algas: cultivo de mudas em crescimento;
- d - Cultivo de Mexilhões (Mitilicultura): encordoamento para crescimento e engorda, coletores de semente, crescimento e engorda;
- e- Cultivo de Camarões em tanque-rede: pós - larvas, engorda;
- f- Cultivo de Peixes em tanques rede: engorda.

Art. 3. Ficam passíveis de Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental - DLAE os empreendimentos e atividades aquícolas classificados como de porte mínimo, conforme enquadramento constante no Anexo I, desta Resolução.

§1º. Para os empreendimentos enquadrados no *caput* deste artigo o interessado deverá ser cadastrado no SGA como Usuário Ambiental.

§2º. A Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental - DLAE é obrigatória e deverá ser solicitada através do SGA, instruído na forma prevista abaixo:

- I. -Croqui de localização do empreendimento com imagem aérea e contendo no mínimo:
 - a) Indicando as áreas de preservação permanente;
 - b) Cobertura florestal;
 - c) Vias de acesso principais e
 - d) Pontos de referências
- II- Requerer a AAF em caso de necessidade de supressão florestal, antes do início das obras de instalação;
- III - Documento de propriedade ou justa posse rural, conforme o artigo 57 da Resolução CEMA nº 065, de 01 de julho de 2008, ou outra que vier a substituí-la.

§ 3º. Para qualquer alteração na área construída de cultivo para os empreendimentos de Aquicultura, deverá ser solicitada a respectiva Licença Ambiental.

§ 4º. A dispensa do Licenciamento Ambiental não exime o dispensado das exigências legais quanto à preservação do meio ambiente.

§ 5º. A DLAE terá validade de até 06 (seis) anos desde que, não ocorram novas modificações do porte ou ampliações do empreendimento e/ou atividade aquícolas.

Art. 1. Não serão passíveis de licenciamento ambiental as atividades e empreendimentos aquícolas que:

- I. As estruturas de produção incidam no afloramento do lençol freático, nascentes;
- II. Demandem novos barramentos de cursos d'água;
- III. Se encontrem em trechos de corpos d'água que apresente floração recorrente de cianobactérias, acima dos limites legais estabelecidos pela Resolução Conama nº 357/2005 e que possa influenciar a qualidade da água bruta destinada ao abastecimento público;
- IV. Necessitem suprimir vegetação de Área de Proteção Permanente e demais áreas legalmente protegidas;
- V. Que não possuam implantados mecanismos de melhorias de qualidade de águas e/ou sistemas de tanque de sedimentação.

Art. 1. Os empreendimentos e atividades de produção de organismos aquáticos a serem desenvolvidas pelas instituições públicas, voltados ao ensino, pesquisa, fomento e extensão, poderão ainda ser dispensados de licenciamento ambiental, desde que promovam acordo de cooperação técnica com o órgão ambiental para compartilhamento e disseminação de tecnologias voltadas ao estabelecimento das atividades de aquicultura, enfatizando o desenvolvimento sustentável.

Art. 2. Os empreendimentos aquícolas e maricultura, classificados de porte pequeno e médio, de acordo com o Anexo I, da presente Resolução, serão licenciados através de Licença Ambiental Simplificada – LAS, compreendendo a localização, instalação e operação do empreendimento e deverá ser requerida através do SGA, instruído na forma prevista abaixo:

I. LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA – LAS

- a) Croqui de localização do empreendimento com imagem aérea atualizada e contendo no mínimo:
 - Distância dos corpos hídricos;
 - Indicando as áreas de preservação permanente;
 - Cobertura florestal;
 - Vias de acesso principais e
 - Pontos de referências.
- a) Requerer a AAF em caso de necessidade de supressão florestal, antes do início das obras de instalação
- b) Matrícula ou Transcrição do Cartório de Registro de Imóveis em nome do requerente com data de no máximo 90 (noventa) dias, e em caso de imóvel locado, nome do locador junto com o contrato de locação, ou documento de propriedade, ou justa posse rural ou conforme exigências constantes no Capítulo VI, Seção VI da Resolução CEMA 065 de 01 de julho de 2008, ou outra que vier a substituí-la;
- c) Documentação complementar do imóvel, se a situação imobiliária estiver irregular ou comprometida, conforme exigências para casos imobiliários excepcionais, constantes do Capítulo VI, Seção VI da Resolução CEMA 065 de 01 de julho de 2008, ou outra que vier a substituí-la;
- d) Certidão do município ou documento equivalente, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento estão em conformidade com a legislação do Plano Diretor Municipal e/ou Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, com a legislação municipal do meio ambiente, inclusive com relação ao entorno de unidades de conservação municipais, e que atende as demais exigências legais e administrativas perante o município (Anexo I);
- e) Cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social (com última alteração), quando pessoa jurídica;
- f) Número da Dispensa de Outorga de Uso de Recursos Hídricos para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;
- g) Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Poluidoras (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA);
- h) Certidão de averbação de reserva legal, quando couber;
- i) Anuência do órgão gestor da unidade de conservação, quando couber;
- j) Anuência do proprietário de divisa dos lotes rurais, quando o empreendimento (obra) a ser implantado se localize a distância inferior a 10 metros de obras físicas (residências e/ou galpões) da divisa do lote rural oposto.
- k) Deverá apresentar parecer favorável, Conforme a A.I.N. n. 17/2005 no Art. 17º diz que: O PLDM devidamente aprovado pela SEAP/PR, acompanhando pelos Anexos I, II e V da Instrução Normativa Interministerial n. 06, de 2004, devidamente preenchido pelo proponente, deverá se constituir na documentação a ser encaminhada para início do trâmite processual que visa à delimitação dos Parques Aquícolas e faixas ou áreas de preferências propostos, previamente aprovados;
- l) Projeto Técnico Ambiental de Aquicultura, elaborado por profissional (is) habilitado (s) e apresentado de acordo com as diretrizes do Anexo IV.
- m) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) por profissional habilitado pelo CREA pela execução de obras e projetos.
- n) Autorização do IBAMA quando se tratar de introdução ou translocação de espécies; e reintrodução apenas em casos de espécimes oriundos de fora das fronteiras nacionais.
- p) Autorização Ambiental Florestal - AAF em caso de necessidade de supressão florestal, antes do início das obras de instalação;
- q) Publicação de súmula do pedido de Licença Ambiental Simplificada - LAS em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
- r) Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes à publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente.

I. RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA – LAS

- a) Publicação de súmula de concessão de Licença Ambiental Simplificada em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
- b) Súmula do pedido de Renovação de Licença Ambiental Simplificada, publicada por ocasião da sua expedição, ou no site do órgão ambiental competente, conforme Resolução CONAMA nº 006/86;
- c) Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes às publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente.
- d) Recolhimento da taxa Ambiental;
- e) Croqui de localização do empreendimento com imagem aérea atualizada e contendo no mínimo:
 - Distância dos corpos hídricos;
 - Indicando as áreas de preservação permanente;
 - Cobertura florestal;
 - Vias de acesso principais e
 - Pontos de referências

Art.10. Os empreendimentos e atividades aquícolas e marinhas com enquadramento em porte grande ou excepcional, estão sujeitos ao licenciamento ambiental completo, através das etapas de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), e se for caso, com os respectivos Estudos de Impactos Ambientais complementares.

Parágrafo Único. Este procedimento se aplica a novos empreendimentos, empreendimentos em operação que venham a sofrer ampliações acima do porte, alterações definitivas no processo e incorporação de novas atividades, com alteração das características do empreendimento já implantado.

I. LICENÇA PRÉVIA

- a) Croqui de localização do empreendimento com imagem aérea atualizada e contendo no mínimo:
 - Distância dos corpos hídricos;
 - Indicando as áreas de preservação permanente;
 - Cobertura florestal;
 - Vias de acesso principais e
 - Pontos de referências.
- a) Requerer a AAF em caso de necessidade de supressão florestal, antes do início das obras de instalação;
- b) Matrícula ou Transcrição do Cartório de Registro de Imóveis em nome do requerente com data de no máximo 90 (noventa) dias, e em caso de imóvel locado, nome do locador junto com o contrato de locação, ou documento de propriedade, ou justa posse rural ou conforme exigências constantes no Capítulo VI, Seção VI da Resolução CEMA 065 de 01 de julho de 2008, ou outra que vier a substituí-la;
- c) Documentação complementar do imóvel, se a situação imobiliária estiver irregular ou comprometida, conforme exigências para casos imobiliários excepcionais, constantes do Capítulo VI, Seção VI da Resolução CEMA 065 de 01 de julho de 2008, ou outra que vier a substituí-la;
- d) Certidão do município ou documento equivalente, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento estão em conformidade com a legislação do Plano Diretor Municipal e/ou Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, com a legislação municipal do meio ambiente, inclusive com relação ao entorno de unidades de conservação municipais, e que atende as demais exigências legais e administrativas perante o município (Anexo I);
- e) Cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social (com última alteração), quando pessoa jurídica;
- f) Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Poluidoras (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA);
- g) Certidão de averbação de reserva legal, quando couber;
- h) Anuência do órgão gestor da unidade de conservação, quando couber;
- i) Deverá apresentar parecer favorável, Conforme a A I.N. n. 17/2005 no Art. 17º diz que: O PLDM devidamente aprovado pela SEAP/PR, acompanhando pelos Anexos I, II e V da Instrução Normativa Interministerial n. 06, de 2004, devidamente preenchido pelo proponente, deverá se constituir na documentação a ser encaminhada para início do trâmite processual que visa à delimitação dos Parques Aquícolas e faixas ou áreas de preferências propostos, previamente aprovados;
- j) Anuência do proprietário de divisa dos lotes rurais, quando o empreendimento (obra) a ser implantado se localize a distância inferior a 10 metros de obras físicas (residências e/ou galpões) da divisa do lote rural oposto.
- k) Número da Outorga Prévia para utilização de recursos hídricos, tanto para captação de água como para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos;
- l) Anteprojeto técnico do empreendimento, acompanhado de anotação ou registro de responsabilidade técnica;
- m) Autorização do IBAMA quando se tratar de introdução ou translocação de espécies; e reintrodução apenas em casos de espécimes oriundos de fora das fronteiras nacionais.
- n) Publicação de súmula do pedido de Licença Prévia em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
- o) Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes à publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente.

I. LICENÇA DE INSTALAÇÃO

- a) Cópia da Licença Prévia;
- b) Certificado de regularidade do Cadastro Técnico Federal de Atividades Poluidoras (IBAMA);
- c) Certificado de registro do imóvel ou contrato de arrendamento ou locação, caso não tenha sido apresentado na fase anterior;
- d) Projeto Técnico Ambiental de Aquicultura, elaborado por profissional (is) habilitado (s) e apresentado de acordo com as diretrizes do Anexo IV.
- e) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) por profissional habilitado pelo CREA pela execução de obras e projeto
- f) Apresentar Autorização Ambiental Florestal – AAF, em caso de necessidade de supressão florestal;
- g) Comprovação de propriedade, posse ou cessão da área do empreendimento;
- h) Publicação de súmula da concessão da Licença Prévia em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
- i) Publicação de súmula do pedido de Licença de Instalação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
- j) Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes à publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente.

I. LICENÇA DE OPERAÇÃO

- a) Cópia da Licença de Instalação;
- b) Número da Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, ou Dispensa de Outorga, se for o caso;
- c) Recolhimento da taxa Ambiental;
- d) Relatório fotográfico de conclusão da obra;
- e) Certificado de registro do imóvel ou contrato de arrendamento ou locação, caso não tenha sido apresentado na fase anterior;
- f) Certificado de regularidade do Cadastro Técnico Federal de Atividades Poluidoras (IBAMA);
- g) Cópia do alvará de funcionamento para o empreendimento, concedida pelo Município.;
- h) Programa de monitoramento ambiental.
- i) Croqui de localização do empreendimento com imagem aérea atualizada e contendo no mínimo:
 - Distância dos corpos hídricos;
 - Indicando as áreas de preservação permanente;
 - Cobertura florestal;
 - Vias de acesso principais e
 - Pontos de referências
- a) Publicação de súmula de concessão de Licença de Instalação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
- b) Publicação de súmula do pedido de Licença de Operação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
- c) Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes à publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente.

I. RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Cópia da Licença de Operação;

- b) Croqui de localização do empreendimento com imagem aérea atualizada e contendo no mínimo:
 - Distância dos corpos hídricos;
 - Indicando as áreas de preservação permanente;
 - Cobertura florestal;
 - Vias de acesso principais e
 - Pontos de referências
- a) Publicação de súmula de concessão de Licença de Operação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
- b) Publicação de súmula do pedido de Renovação de Licença de Operação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
- c) Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes à publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente.

Art.10. Os empreendimentos já existentes e em operação, que não possuem a devida licença ambiental na data de publicação desta Resolução, deverão regularizar sua situação em consonância com o órgão ambiental licenciador.

§1º A regularização da situação se fará mediante o requerimento da Licença Ambiental Simplificada de Regularização (LASR) ou da Licença de Operação de Regularização (LOR), nos termos da legislação em vigor.

§2º Os empreendimentos referidos no caput deste artigo deverão requerer a regularização junto ao órgão ambiental competente no prazo máximo de 02 (dois), anos contados a partir da data de publicação desta Resolução.

§3º. Os requerimentos de licenciamento ambiental para os empreendimentos enquadrados no caput deste artigo deverão ser realizados através do SGA, instruído na forma prevista a seguir.

I. LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA DE REGULARIZAÇÃO - LASR

- a) Certidão do município ou documento equivalente, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento estão em conformidade com a legislação do Plano Diretor Municipal e/ou Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, com a legislação municipal do meio ambiente, inclusive com relação ao entorno de unidades de conservação municipais, e que atende as demais exigências legais e administrativas perante o município (Anexo II);
- b) Matrícula ou Transcrição do Cartório de Registro de Imóveis em nome do requerente com data de no máximo 90 (noventa) dias, e em caso de imóvel locado, nome do locador junto com o contrato de locação, ou documento de propriedade, ou justa posse rural ou conforme exigências constantes no Capítulo VI, Seção VI da Resolução CEMA 065 de 01 de julho de 2008;
- c) Documentação complementar do imóvel, se a situação imobiliária estiver irregular ou comprometida, conforme exigências para casos imobiliários excepcionais, constantes do Capítulo VI, Seção VI da Resolução CEMA 065 de 01 de julho de 2008;
- d) Cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social (com última alteração), quando pessoa jurídica;
- e) Número da Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, ou Dispensa de Outorga, se for o caso;
- f) Projeto Técnico Ambiental de Aquicultura, elaborado por profissional (is) habilitado (s) e apresentado de acordo com as diretrizes do Anexo IV.
- g) Instrumentos gerenciais existentes ou previstos para assegurar a implementação das medidas preconizadas;
- h) Croqui de localização do empreendimento com imagem aérea atualizada e contendo no mínimo:
 - Distância dos corpos hídricos;
 - Indicando as áreas de preservação permanente;
 - Cobertura florestal;
 - Vias de acesso principais e
 - Pontos de referências;
- a) Requerer a AAF em caso de necessidade de supressão florestal, antes do início das obras de instalação;
- b) Deverá apresentar parecer favorável, Conforme a A I.N. n. 17/2005 no Art. 17º diz que: O PLDM devidamente aprovado pela SEAP/PR, acompanhando pelos Anexos I, II e V da Instrução Normativa Interministerial n. 06, de 2004, devidamente preenchido pelo proponente, deverá se constituir na documentação a ser encaminhada para início do trâmite processual que visa à delimitação dos Parques Aquícolas e faixas ou áreas de preferências propostos, previamente aprovados;
- c) Publicação de súmula do pedido de regularização de Licença Ambiental Simplificada em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
- d) Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes à publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente.

I. LICENÇA DE OPERAÇÃO - LO DE REGULARIZAÇÃO

- a) Croqui de localização do empreendimento com imagem aérea atualizada e contendo no mínimo:
 - Estruturas físicas;
 - Indicando as áreas de preservação permanente;
 - Cobertura florestal;
 - Vias de acesso principais e
 - Pontos de referências.
- a) Requerer a AAF em caso de necessidade de supressão florestal, antes do início das obras de instalação;
- b) Documento de propriedade ou justa posse rural, conforme o artigo 57 da Resolução CEMA nº 065, de 01 de julho de 2008, ou outra que vier a substituí-la;
- c) Certidão do município ou documento equivalente, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento estão em conformidade com a legislação do Plano Diretor Municipal e/ou Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, com a legislação municipal do meio ambiente, inclusive com relação ao entorno de unidades de conservação municipais, e que atende as demais exigências legais e administrativas perante o município (Anexo II);
- d) Matrícula ou Transcrição do Cartório de Registro de Imóveis em nome do requerente com data de no máximo 90 (noventa) dias, e em caso de imóvel locado, nome do locador junto com o contrato de locação, ou documento de propriedade, ou justa posse rural ou conforme exigências constantes no Capítulo VI, Seção VI da Resolução CEMA 065 de 01 de julho de 2008, ou outra que vier a substituí-la;
- e) Documentação complementar do imóvel, se a situação imobiliária estiver irregular ou comprometida, conforme exigências para casos imobiliários excepcionais, constantes do Capítulo VI, Seção VI da Resolução CEMA 065 de 01 de julho de 2008, ou outra que vier a substituí-la;
- f) Cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social (com última alteração), quando pessoa jurídica;
- g) Número da Outorga de Direito ou Dispensa de Outorga de Uso de Recursos Hídricos utilização de recursos hídricos, se for o caso;
- h) Projeto Técnico Ambiental de Aquicultura, elaborado por profissional (is) habilitado (s) e apresentado de acordo com as diretrizes do Anexo IV;
- i) Projeto Técnico Ambiental de Aquicultura, elaborado por profissional (is) habilitado (s) e apresentado de acordo com as diretrizes do Anexo IV.

- j) Instrumentos gerenciais existentes ou previstos para assegurar a implementação das medidas preconizadas;
- k) Deverá apresentar parecer favorável, conforme a A.I.N. n. 17/2005 no Art. 17º diz que: O PLDM devidamente aprovado pela SEAP/PR, acompanhando pelos Anexos I, II e V da Instrução Normativa Interministerial n. 06, de 2004, devidamente preenchido pelo proponente, deverá se constituir na documentação a ser encaminhada para início do trâmite processual que visa à delimitação dos Parques Aquícolas e faixas ou áreas de preferências propostos, previamente aprovados;
- l) Publicação de súmula do pedido de Licença de Operação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86.
- m) Recolhimento da taxa ambiental e demais valores cabíveis referentes à publicações, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental competente.

Art.10. O licenciamento ambiental de unidades produtoras de formas jovens de organismos aquáticos dulcícolas e marinhos, deverá ser realizado por meio de processo de Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS, quando a sua produção for exclusiva para reprodução das espécies nativas oriundas das respectivas bacias hidrográficas onde se localiza o empreendimento. Para os demais casos, na produção de alóctones e exóticas, deverão proceder conforme o disposto no Anexo V.

Art.11. Para implantação de viveiros, ou qualquer unidade de produção piscícola em sistemas intensivos, classificados como porte médio, grande e excepcional, independentemente da densidade de povoamento, é obrigatória à implantação de bacia de sedimentação ou de outras tecnologias para o tratamento de efluentes.

Art.12. Para as espécies a serem utilizadas na aquicultura, independente do porte do empreendimento, deverão ser observadas as normativas vigentes e, no caso de espécies exóticas, alóctones e híbridas, deverão ser observadas as medidas mitigatórias dos impactos, conforme Anexo III.

Parágrafo Único: Nos empreendimentos aquícolas com cultivo de várias espécies prevalecerá, para fins de enquadramento, o caso mais restritivo em termos ambientais.

Art.13. Quando o empreendimento estiver localizado em áreas consolidadas deverá ser observada a Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), observado CAR atendidos os demais requisitos estabelecidos nesta lei.

§ 1º. A implantação de instalações necessárias à captação e condução de água de drenagem, para projetos cujos recursos hídricos são partes integrantes e essenciais da atividade, será permitida, em consonância com os artigos 3º, inciso IX, alínea "e", inciso X, alíneas "b" e "k", e, artigos 8º e 9º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

§ 2º. Não será exigida Área de Preservação Permanente no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na forma do §1º do art. 4º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

§ 3º. A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, para atividades aquícolas e infraestruturas associadas, conforme previsão legal no art. 8º da lei Federal 12.651, de 25 de maio de 2012, observadas as disposições da alínea "e" do item IX do art. 3º da mesma lei, desde que:

- I. Assegurada a estabilidade das encostas e margens dos cursos d'água, inclusive com a exigência de medidas mitigadoras com essa finalidade, como condicionantes da licença;
- II. Comprovada, mediante estudo, a inexistência de alternativa técnica e de localização à intervenção proposta;
- III. Indispensável à intervenção na APP para a viabilidade econômico-financeira do empreendimento ou atividade;
- IV. Com acompanhamento técnico de profissional habilitado para condução dos projetos.
- V. Apresente indicação de medidas mitigadoras e compensações ambientais necessárias.

Art.10. Ficam dispensados do pagamento da taxa de licenciamento ambiental os empreendimentos de aquicultura do pequeno produtor que atendam aos critérios caracterizando sua condição visando os benefícios da lei através: da [Caracterização de Pequeno Produtor Rural](#) ou a Declaração de Aptidão ao PRONAF expedido pela EMATER, FETAEP ou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Parágrafo único. A dispensa será concedida mediante a apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e outros documentos exigidos em legislação específica.

Art.11. Os empreendimentos de aquicultura deverão implantar mecanismos de tratamento e controle de efluentes que garantam o atendimento aos padrões do Artigo 17, da Resolução Conama nº 357/2005.

Art.12. Para o lançamento de efluentes líquidos de empreendimentos de aquicultura em Corpos Hídricos ficam estabelecidos os seguintes padrões:

- pH entre 5 a 9;
- Temperatura: inferior a 40°C, sendo que a elevação de temperatura do corpo receptor não deverá exceder a 3°C;
- Materiais sedimentáveis: até 1 ml/litro em teste de 1 hora em cone Imhoff para o lançamento em lagos e lagoas, cuja velocidade de circulação seja praticamente nula, os materiais sedimentáveis deverão estar virtualmente ausentes;
- Regime de lançamento com vazão máxima de até 1,5 vezes a vazão média do período de atividade diária do empreendimento;
- Óleos e graxas: óleos vegetais e gorduras animais até 50 mg/l;
- Ausência de materiais flutuantes;
- DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio) até 50 mg/l ou valor estabelecido na outorga;
- DQO (Demanda Química de Oxigênio) até 150 mg/l ou valor estabelecido na outorga;
- Cobre: 1,0 mg/l de Cu;
- Zinco: 5,0 mg/l de Zn;
- Nitrogênio amoniacal total: 20 mg/L N
- Fósforo: até 0,050 mg/L.

Parágrafo único. Para os empreendimentos em que seja tecnicamente necessário qualquer mecanismo de tratamento ou controle de efluentes deverão apresentar ao órgão ambiental licenciador projeto compatível com o disposto no *caput* deste artigo.

Art.10. O órgão ambiental competente estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença ambiental, especificando-os no respectivo documento, levando em consideração os seguintes aspectos:

- O prazo de validade da DLAE e LAS será de até 6 (seis) anos;
- O prazo de validade da Licença Prévia - LP será de até 02 (dois) anos passível de prorrogação por dois anos.

- O prazo de validade da Licença de Instalação - LI será de até 06 (seis) anos não sendo passível de renovação.
- O prazo de validade da Licença de Operação - LO será de até 06 (seis) anos e poderá ser renovada.

Art.10. Os empreendimentos de aquicultura em tanques rede em águas continentais da União, deverão atender a capacidade de suporte do respectivo corpo hídrico estabelecido na legislação ambiental vigente.

Parágrafo único. As estruturas de cultivo em sistemas de produção em tanques rede deverão ser delimitados a uma distância mínima de 150 (cento e cinquenta) metros com relação ao outro empreendimento, para permitir zona de recuperação de áreas adensadas intercalando os espaços permitindo recuperação ambiental, ou seja áreas de vazios sanitários com rodízio das estruturas do Tanques Rede, em anexo com a permanência das estruturas físicas, nesta poligonal no prazo da licença de operação, para um novo local anexo a poligonal autorizada.

Art.11. O uso de formas jovens na aquicultura e maricultura, somente serão permitidos:

- Quando fornecidas por unidades de produção e pesquisa registradas e licenciadas nos órgãos competentes;
- Quando extraídas de ambiente natural e autorizadas na forma estabelecida na legislação pertinente;

Parágrafo único. O aquicultor é responsável pela comprovação da origem das formas jovens introduzidas nos cultivos, mediante apresentação cópia de nota fiscal ou qualquer outro documento particular de doação ou compra e venda.

Art.10. O órgão ambiental licenciador exigirá a adoção de padrões construtivos viáveis que reduzam as possibilidades de erosão e rompimento de taludes em caso de empreendimentos aquícolas em ambiente terrestre.

Art.11. No encerramento das atividades de aquicultura deverá ser apresentado ao órgão ambiental um Plano de Encerramento, com cronograma de execução.

Art.12. No caso do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades aquícolas, em sistemas de produção em viveiros, tanques redes e cultivos marinhos, localizados no interior de unidades de conservação (UC), ou sua zona de amortecimento, serão consideradas as recomendações constantes do Plano de Manejo da unidade, e seus conselhos consultivos e deliberativos, observada normativa vigente.

Parágrafo único. Em caso de ausência do plano de manejo cabe ao órgão ambiental a definição dos critérios específicos para licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades aquícolas, localizados no interior de unidades de conservação (UC), ou sua zona de amortecimento.

Art.13. O empreendedor deverá realizar o automonitoramento ambiental da atividade de acordo com as exigências a serem estabelecidas pelo Decreto nº 4895/2003 e Instrução Normativa Interministerial de nº 006/2004.

Art.14. O licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades de que trata esta Resolução, localizadas em áreas rurais, fica condicionado a inscrição do respectivo lote rural no Cadastro Ambiental Rural – CAR.

Art.15. O não cumprimento do estabelecido nessa Resolução, implicará na suspensão e/ou cancelamento da validade das licenças e sujeita o infrator às sanções administrativas, cíveis e criminais previstas na legislação vigente.

Art.16. Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos aos processos de licenciamento em tramitação no órgão ambiental, inclusive os casos de renovação em que ainda não tenha sido expedida alguma das licenças exigíveis.

Art.17. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os artigos 88 a 95 da Resolução SEMA nº 031/1998 e § 2º da Resolução SEMA nº 051/2009 e Resoluções SEMA nºs 023/2013 e 07/2019 e as Portarias IAP n.º 112/2005, 030/2007, 258/2013, 057/2018 e 215/2018.

Curitiba, 22 de julho de 2019.

MARCIO NUNES
Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo

ANEXO I
CLASSIFICAÇÃO DE PORTE DE EMPREENDIMENTOS AQUÍCOLAS

QUADRO I – PISCICULTURA E CARCINOCULTURA (CULTIVO DE PEIXES E CAMARÕES) EM VIVEIROS ESCAVADOS com produtividade por unidade de área/ano.			
Porte do empreendimento	Área de cultivo (hectares em lamina de água)	Produtividade (kg/m³/ano)	Modalidade
Mínimo	≤ 2	≤ 1,0	DLAE
Pequeno	> 2 ≤ 10	> 1,0 ≤ 5,0	LAS*
Médio	>10 ≤ 15	>5,0 ≤ 15	LAS**
Grande	> 15	>15	LP, LI, LO**
Observações:	*PCA	**PCA/PMA	

QUADRO II- SISTEMA DE CULTIVO DE PEIXES EM TANQUES – REDE (RESERVATÓRIOS).			
Porte do empreendimento	Volume ocupado (m³)	Produtividade (kg/m³/ano)	Modalidade
Mínimo	≤ 300	≤ 50	DLAE
Pequeno	> 300 ≤ 500	> 50 ≤ 80	LAS
Médio	> 500 ≤ 700	> 80 ≤ 100	LAS*
Grande	> 700 ≤ 900	> 100 ≤ 120	LP, LI, LO**
Excepcional*	> 900	> 120	LP, LI, LO***
Observações:	*PCA	**PCA/PMA	EIA/RIMA***

QUADRO III - CULTIVO DE PEIXES MARINHOS EM SISTEMAS DE TANQUES – REDE:

Porte do empreendimento	Área de ocupação (hectares)	Investimento (UPF/PR)	Modalidade
Mínimo	≤ 100	≤ 300	DLAE
Pequeno	>100 ≤ 500	>300 ≤ 500	LAS
Médio	>500 ≤ 1.000	>500 ≤ 10.000	LAS*
Grande	< 1.000 ≤ 2000	>10.000 ≤ 20.000	LP, LI, LO**
Excepcional	> 2.000	> 20.000	LP, LI, LO***
Observações:	PCA*	**PCA/PMA	***EIA/RIMA

QUADRO IV - RANICULTURA

Porte do empreendimento	Área de ocupação (m²)	Produtividade (kg/m²/ano)	Modalidade
Mínimo	≤ 100	≤ 1	DLAE
Pequeno	>100 ≤ 300	>1 ≤ 3	LAS*
Médio	>300 ≤ 500	>3 ≤ 4	LAS**
Grande	>500 ≤ 600	>4 ≤ 5	LP, LI, LO**
Excepcional	>600	> 5	LP, LI, LO***
Observações:	PCA*	PCA/PMA**	EIA / RIMA ***

QUADRO V- UNIDADES PRODUTORAS DE ORGANISMOS AQUÁTICOS JOVENS:

Porte do empreendimento	Área de ocupação (M²)	Investimento (UPF/PR)	Modalidade
Mínimo	≤20.000	≤ 6000	DLAE
Pequeno	> 20.000 ≤ 40.000	>6.000 ≤ 8000	LAS*
Médio	>40.000 ≤ 50.000	>8.000 ≤ 15.000	LAS**
Grande	> 50.000 ≤ 60.000	>15.000 ≤ 17.000	LP, LI, LO**
Excepcional	>60.000	> 17.000	LP, LI, LO***
Observações:	PCA*	PCA/PMA**	EIA / RIMA ***

QUADRO VI – ALGICULTURA (CULTIVO DE ALGAS MARINHAS)

Porte do empreendimento	Área de ocupação (m²)	Produtividade	Modalidade
Mínimo	< 5.000	Qualquer Produtividade	DLAE
Pequeno	>5.000 ≤ 10.000	Qualquer Produtividade	LAS*
Médio	>10.000 ≤ 15.000	Qualquer Produtividade	LAS**
Grande	>15.000 ≤ 30.000	Qualquer Produtividade	LP, LI, LO**
Excepcional	> 30.000	Qualquer Produtividade	LP, LI, LO**
Observação	PCA *	PCA / PMA**	

QUADRO VII - CULTIVO DE OSTRAS, MEXILHÕES E VIEIRAS

Porte do empreendimento	Área de ocupação (m²)	Produtividade	Modalidade
Mínimo	<7.000	Qualquer Produtividade	DLAE
Pequeno	>7000 < 10000	"	LAS*
Médio	>10.000<12000		LP, LI, LO**
Grande	>12.000		LP, LI, LO***
Observação	PCA *		PCA / PMA / EIA / RIMA ***

QUADRO VIII - CULTIVO DE CAMARÃO EM TANQUE-REDE CONTINENTAL, ESTUARINOS E MARINHOS:

Porte do empreendimento	Área de ocupação (m²)	Investimento (UPF/PR)	Modalidade
Mínimo	<3000	< 600	DLAE
Pequeno	3.000 - 5.000	800	LAS
Médio	5.000 - 10.000	800 - 1.000	LAS*
Grande	10.000 - 15.000	1.000 - 2.000	LP, LI, LO**
Excepcional	> 15.000	>2.000	LP, LI, LO***
Observação	PCA *		PCA / PMA / EIA / RIMA ***

ANEXO II

MODELO DE CERTIDÃO DO MUNICÍPIO QUANTO AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

CERTIDÃO

MUNICÍPIO DE – (NOME DO MUNICÍPIO)

Declaramos que o Empreendimento abaixo descrito, está localizado neste Município e que o Local, o Tipo de Empreendimento e Atividade estão em conformidade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo (nº do diploma legal pertinente) bem como atendem as demais exigências legais e administrativas perante o nosso Município.

EMPREENDEDOR	
CPF/CNPJ	
NOME DO EMPREENDIMENTO	
ATIVIDADE	
ENDEREÇO	
BAIRRO	
CEP	
TELEFONE	

Local e Data

Nome, assinatura e carimbo do Prefeito Municipal e/ou, por delegação, o Secretário Municipal responsável pelo Uso do Solo do Município.

ANEXO III

MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS POTENCIAIS QUANDO DA UTILIZAÇÃO DE ESPÉCIES ALÓCTONES OU EXÓTICAS

1. Descrição de procedimentos de manejo com o objetivo de evitar os escapes da espécie dos cultivos nas diferentes atividades de produção, inclusive nas etapas de transporte e manuseio, tais como classificação por tamanho e manipulação de ovos, larvas, alevinos e juvenis e outras formas de aquáticas, contendo as respectivas estratégias de implementação;

2. Utilização de materiais e equipamentos com o objetivo de evitar os escapes da espécie dos cultivos, considerando fatores externos que possam causar a deterioração e com descrição dos respectivos procedimentos de checagem e manutenção;

3. Descrição das medidas de controle de parasitas e patógenos associados com a espécie cultivada, informando medidas de controle e mitigação dos impactos ambientais decorrentes do uso de biocidas, quando for o caso;

4. Registro e informe dos escapes e de eventuais impactos ambientais causados pela espécie;

5. Descrição de medidas para reverter, mitigar ou compensar os impactos ambientais causados pela espécie que venham a ocorrer.

6- Descrever os mecanismos para diminuir o excesso de matéria orgânica e lodo dos viveiros e que tipo de tratamento será utilizado.

ANEXO IV
DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO AMBIENTAL DE AQUICULTURA

1 - Identificação do empreendedor e do responsável técnico do empreendimento;

2 - Localização do empreendimento a ser instalado /ou e funcionamento;

2.1- Para empreendimentos de médio e grande porte: planta de localização do empreendimento, delimitando sua poligonal em Coordenadas Geográficas (admitido erro de até 30 m), com indicação de APP, Corpos Hídricos e Acessos;

3 - Características técnicas do empreendimento (descrever todo manejo produtivo): 3.1- Descrição e justificativa da distribuição e do número de estruturas de cultivos propostos;

3.2-Descrição do processo produtivo adotado;

3.3- Métodos de controle da disseminação dos espécimes mantidos sob cultivo, quando couber.

4 - Descrições da infraestrutura associada a ser utilizada pelos produtores:

4.1 - vias de acesso;

4.2- construções de apoio;

4.3- depósitos de armazenamento de insumos e da produção, entre outros;

5 - Impactos ambientais:

5.1. Para empreendimentos de pequeno porte descrever os potenciais impactos ambientais gerados pelo empreendimento, indicando as respectivas medidas mitigadoras e compensatórias;

5.2. Para empreendimentos de médio e grande porte I – Identificar e avaliar os impactos ambientais nas fases de instalação, operação e desativação do empreendimento, dentre outros;

6- Medidas Mitigadoras e compensatórias: com base na avaliação dos possíveis impactos ambientais do empreendimento deverão ser propostas as medidas que venham a minimizá-los, maximizá-los, compensá-los ou eliminá-los, podendo ser consubstanciadas em Programas Ambientais;

7-Programa de monitoramento ambiental;

8- Anexar ao Projeto Técnico pelo menos quatro fotografias do local do empreendimento que permitam uma visão ampla das suas condições.

ANEXO V

INFORMAÇÕES MÍNIMAS PARA LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE UNIDADES PRODUTORAS DE FORMAS JOVENS DE ORGANISMOS AQUÁTICOS

1 - Identificação do empreendedor e do Responsável Técnico do empreendimento;

2 - Localização do empreendimento Planta ou croqui de localização do empreendimento, com um ponto de Coordenada Geográfica (admitido erro de até 30m) central de referência, e indicação de APP, Corpos Hídricos e Acessos;

3 - Características técnicas do empreendimento (descrever todo processo produtivo e as instalações):

3.1 - Descrição da distribuição e do número de estruturas de cultivos propostos;

3.2- Descrição do processo produtivo adotado;

3.4- Métodos de controle da disseminação de espécies exóticas e alóctones, quando couber.

4 - Diagnóstico Ambiental.

4.1 - Caracterização do meio físico abrangendo: (i) descrição da topografia do local; (ii) variáveis físico-químicas e biológicas: pH, temperatura, transparência, oxigênio dissolvido, fósforo total, compostos nitrogenados, DBO, coliformes termotolerantes; entre outros aspectos.

4.2 - Descrição do meio biótico: identificação da ictiofauna; caracterização da flora do local e do entorno; indicação de intervenção em APP; entre outros aspectos.

4.3 - Impactos ambientais: descrever os potenciais impactos ambientais gerados pelo empreendimento, indicando as respectivas medidas mitigadoras e prática de aquicultura.

ANEXO VI

DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO AMBIENTAL DE MARICULTURA

1. Caracterização ambiental:
 - 1.1. Caracterização ambiental da área de abrangência do local a ser implantado o projeto;
 - 1.2. Identificação das formas, usos de ocupação da área de abrangência, considerando os múltiplos usos da área;
 - 1.3. Identificação e caracterização das atividades produtivas instaladas na área terrestre do entorno, ou seja, área adjacente ao projeto necessário a harmonização do local com a paisagem em que se situar, que poderiam causar impactos a prática da maricultura;
2. Quando necessário à participação de instituições locais, envolvidas com a pesquisa, fomento, extensão, ordenamento e controle da maricultura e representantes do setor produtivo da maricultura;
3. Apresentação simplificada de Plano de Controle Ambiental.
4. Aspectos técnicos:
 - 4.1. Utilização de técnicas para minimizar o aspecto visual negativo;
 - 4.2. Emprego de materiais e equipamentos que evitem degradar o habitat;

77537/2019

Receita Estadual do Paraná

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

A T O N. 008/2019

O DIRETOR DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA RESOLUÇÃO N. 88/2005-SEFA, RESOLVE:

D E C L A R A R I N I D O N E O S

OS DOCUMENTOS FISCAIS ABAIXO DISCRIMINADOS, NÃO PRODUZINDO NENHUM EFEITO A FAVOR DE TERCEIROS OU DO DETENTOR E NÃO SERVINDO, PORTANTO, PARA ACOBERTAR TRANSITO DE MERCADORIAS:

Nome Empresarial : ESCAPAMENTOS TEDESCO LTDA
CNPJ : 01021490/0001-75

CADICMS/PR: 10009800-87

Periodo Atividade: Data Inicio: 04/1996 - Encerramento:
Endereco : RUA OLINDO SEQUINEL, 43
PINHEIRINHO
Município / UF : CURITIBA - PR
CNAEF : 4530-7/03 - COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PA
Socio Cadastrado : ANTONINHO TEDESCO CPF: 716164629-49
HENTONY TEDESCO CPF: 088583239-63
Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
52751287 01/07/2019 ## 715 A 725 58934322-07 Inutilizado

Nome Empresarial : HABIB ANDRAOS
CNPJ : 76920263/0001-80 CADICMS/PR: 10134851-23
Periodo Atividade: Data Inicio: 09/1975 - Encerramento:
Endereco : RUA ITATIAIA, 851
PORTAO
Município / UF : CURITIBA - PR
CNAEF : 4771-7/01 - COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS, SE
Socio Cadastrado : HABIB ANDRAOS CPF: 017580559-87
Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
52839290 31/07/2019 D1 28175 A 28200 58517132-83 Inutilizado

Nome Empresarial : MATERSUL MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA
CNPJ : 76756188/0001-64 CADICMS/PR: 10155365-58
Periodo Atividade: Data Inicio: 05/1983 - Encerramento:
Endereco : RUA NICOLA PELANDA, 1441
PINHEIRINHO
Município / UF : CURITIBA - PR
CNAEF : 4744-0/05 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO NA
Socio Cadastrado : FELICIDADE BONATO NEGRELLO CPF: 574105699-72
LUAN NEGRELLO CPF: 084066119-36
Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
52818292 25/07/2019 D1 20677 A 20750 56436092-07 Inutilizado

Nome Empresarial : LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S/A
CNPJ : 60886413/0093-65 CADICMS/PR: 10700771-71
Periodo Atividade: Data Inicio: 08/1976 - Encerramento:
Endereco : ROD BR-476, 1862
KM 149 THOMAZ COELHO
Município / UF : ARAUCARIA - PR
CNAEF : 4682-6/00 - COMERCIO ATACADISTA DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLE
Socio Cadastrado : RICARDO MENDES DE PAULA CPF: 050613348-68
CELSO DA FROTA BRAGA CPF: 823707027-53
GERALDO MAGELA DE ABREU CPF: 522549096-49
PLINIO OSVALDO BRESSAN CPF: 639388398-72
EDUARDO LUIS MARTINS CPF: 117838328-86
RODRIGO SOLHA PAZZINI DE FREITAS CPF: 637139346-49
Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
52836274 31/07/2019 3 476561 A 476575 58936131-80 Inutilizado
52836274 31/07/2019 3 476804 A 476825 58936131-80 Inutilizado
52836274 31/07/2019 3 476829 A 476850 58936131-80 Inutilizado
52836274 31/07/2019 3 476890 A 476900 58936131-80 Inutilizado
52836274 31/07/2019 3 477148 A 477150 58936131-80 Inutilizado
52836274 31/07/2019 3 477161 A 477175 58936131-80 Inutilizado
52836274 31/07/2019 3 477340 A 477350 58936131-80 Inutilizado
52836274 31/07/2019 3 477363 A 477375 58936131-80 Inutilizado
52836274 31/07/2019 3 477500 A 477500 58936131-80 Inutilizado
52836274 31/07/2019 3 477503 A 477525 58936131-80 Inutilizado
52836274 31/07/2019 3 477668 A 477675 58936131-80 Inutilizado
52836274 31/07/2019 3 477756 A 477775 58936131-80 Inutilizado
52837246 31/07/2019 3 478552 A 478575 58976771-31 Inutilizado

Nome Empresarial : ALIMENTOS DE MARCHI LTDA
CNPJ : 00062738/0001-83 CADICMS/PR: 41806414-54
Periodo Atividade: Data Inicio: 06/1994 - Encerramento:
Endereco : RUA BRITANIA, 330
VILA PIONEIRO
Município / UF : TOLEDO - PR
CNAEF : 4724-5/00 - COMERCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS
Socio Cadastrado : LUCIANO RODRIGO DE MARCHI CPF: 060221849-75
ROSANGELA RODRIGUES DE OLIVEIRA CPF: 603728509-87
Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
52829227 29/07/2019 1 9255 A 9650 58876531-83 Inutilizado

Nome Empresarial : TRANSFISCHER TRANSPORTES RODOVIARIO DE CARGAS LTDA
CNPJ : 00614283/0001-61 CADICMS/PR: 41806900-72
Periodo Atividade: Data Inicio: 06/1995 - Encerramento: 07/2019
Endereco : RUA SOUZA NAVES, 248
SALA 01 CENTRO
Município / UF : TOLEDO - PR
CNAEF : 4930-2/02 - TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS

Socio Cadastrado : ELCIO FISCHER CPF: 512891729-00
 CLAUDETE FISCHER CPF: 787277239-68
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52782247 16/07/2019 U 7241 A 7300 55542062-12 Inutilizado

Nome Empresarial : METALURGICA ANAHY LTDA
 CNPJ : 00452636/0001-74 CADICMS/PR: 44800056-73
 Período Atividade: Data Início: 04/1995 - Encerramento:
 Endereço : RUA RIO DA AREIA, SN
 CENTRO
 Município / UF : OURO VERDE DO PIQUIRI - PR
 CNAEF : 2512-8/00 - FABRICACAO DE ESQUADRIAS DE METAL
 Socio Cadastrado : MICHELE DAMEDA JACOMEL CPF: 050007449-69
 VAGNER CASADO JACOMEL CPF: 865505519-00
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52830233 29/07/2019 ## 637 A 650 32680222-43 Inutilizado

Nome Empresarial : PARANA EQUIPAMENTOS S/A
 CNPJ : 76527951/0003-47 CADICMS/PR: 60102972-39
 Período Atividade: Data Início: 10/1955 - Encerramento:
 Endereço : AV TIRADENTES, 2900
 J. JOCKEY CLUBE
 Município / UF : LONDRINA - PR
 CNAEF : 4662-1/00 - COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS PA
 Socio Cadastrado : ROGERIO MACEDO BORIO CPF: 000003299-91
 BERNARDO CORAIOLA BORIO CPF: 026657759-80
 FRANCISCO CORAIOLA BORIO CPF: 030029799-88
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52813223 24/07/2019 AA 145288131 A 145289130 33382821-76 Inutilizado

Nome Empresarial : W AMADEU JUNIOR & CIA LTDA
 CNPJ : 78259587/0001-45 CADICMS/PR: 61700228-05
 Período Atividade: Data Início: 10/1967 - Encerramento:
 Endereço : AV PARANA, 680
 TERREO CENTRO
 Município / UF : JAGUAPITA - PR
 CNAEF : 4530-7/03 - COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PA
 Socio Cadastrado : WALDEMAR AMADEU JUNIOR CPF: 360820239-00
 LUCIA MARQUES AUGUSTO AMADEU CPF: 516298879-00
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52828255 29/07/2019 ## 350 A 350 58951172-79 Inutilizado

Nome Empresarial : ISAMELIA DE SOUZA RODRIGUES AGRA
 CNPJ : 77210235/0001-32 CADICMS/PR: 62301326-05
 Período Atividade: Data Início: 01/1991 - Encerramento:
 Endereço : RUA MINAS GERAIS, 550
 CENTRO
 Município / UF : COLORADO - PR
 CNAEF : 4781-4/00 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACE
 Socio Cadastrado : ISAMELIA DE SOUZA RODRIGUES AGRA CPF: 806067419-68
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52834220 31/07/2019 D1 3501 A 3750 58298962-14 Inutilizado
 52835200 31/07/2019 D1 3829 A 4000 58809902-49 Inutilizado

Nome Empresarial : JFP EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA
 CNPJ : 01223792/0001-26 CADICMS/PR: 90106473-36
 Período Atividade: Data Início: 07/1996 - Encerramento:
 Endereço : RUA NICOLA PELLANDA, 4751
 SALA 02 UMBARA
 Município / UF : CURITIBA - PR
 CNAEF : 4751-2/01 - COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS
 Socio Cadastrado : JACKSON FERNANDO PAROLIN CPF: 832800739-87
 EVERTON CARLOS PAROLIN CPF: 028710459-17
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52821242 25/07/2019 D 4111 A 4150 58125602-77 Inutilizado
 52821242 25/07/2019 D 4184 A 4550 58125602-77 Inutilizado

Nome Empresarial : ELIZABETH DE SOUZA COX SANTOS
 CNPJ : 01643480/0001-71 CADICMS/PR: 90123017-04
 Período Atividade: Data Início: 02/1997 - Encerramento:
 Endereço : RUA XV DE NOVEMBRO, 227
 CENTRO
 Município / UF : CONSELHEIRO MAIRINCK - PR
 CNAEF : 4781-4/00 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACE
 Socio Cadastrado : ELIZABETH DE SOUZA COX CPF: 244070469-53
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52756246 08/07/2019 D 5130 A 5300 57693232-05 Inutilizado

Nome Empresarial : H.D.B. COMERCIO DE PECAS HIDRAULICAS EIRELI
 CNPJ : 02633214/0001-20 CADICMS/PR: 90163479-38
 Período Atividade: Data Início: 08/1998 - Encerramento:
 Endereço : RUA JOSE PERCIVAL SOBRINHO, 122
 PINHEIRINHO
 Município / UF : CURITIBA - PR
 CNAEF : 4744-0/03 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS
 Sócio Cadastrado : CELIA REGINA CHUEDA CPF: 540337569-49
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52814203 24/07/2019 ## 2779 A 2900 58332722-38 Inutilizado

Nome Empresarial : EXCOPAR-EXTRACAO E COMERCIO DE PEDRAS E AREIA LTDA-EPP
 CNPJ : 77474666/0002-97 CADICMS/PR: 90198912-56
 Período Atividade: Data Início: 12/1999 - Encerramento: 05/2018
 Endereço : ROD PR-340, KM10,2
 CONCEICAO
 Município / UF : TIBAGI - PR
 CNAEF : 0810-0/06 - EXTRACAO DE AREIA, CASCALHO OU PEDREGULHO E BENE
 Sócio Cadastrado : SILVIO ALBERTO DE GREGORIO CPF: 139481132-20
 ANA LUISA B R DE GREGORIO CPF: 250881221-87
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 79380124450 03/07/2019 D1 177 A 185 56743842-31 Extravio
 79380124450 03/07/2019 D1 209 A 209 56743842-31 Extravio

Nome Empresarial : LUCIANA RAMOS DE REZENDE CARONE - EIRELI ME
 CNPJ : 04073846/0001-02 CADICMS/PR: 90220383-43
 Período Atividade: Data Início: 10/2000 - Encerramento: 07/2019
 Endereço : RUA GERSON DA GRACA, 94
 CASA 7 CAMPINA DO SIQUEIRA
 Município / UF : CURITIBA - PR
 CNAEF : 4530-7/01 - COMERCIO POR ATACADO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS
 Sócio Cadastrado : LUCIANA RAMOS DE REZENDE CARONE CPF: 028725929-38
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 79610084932 26/07/2019 ## 9901 A 11900 28579332-31 Extravio
 79610084932 26/07/2019 ## 11901 A 13550 36217252-96 Extravio

Nome Empresarial : M P D MERCADO POPULAR DE DOCES LTDA
 CNPJ : 04361696/0001-32 CADICMS/PR: 90231853-40
 Período Atividade: Data Início: 04/2001 - Encerramento:
 Endereço : RUA ANDRE DE BARROS, 729
 CENTRO
 Município / UF : CURITIBA - PR
 CNAEF : 4721-1/04 - COMERCIO VAREJISTA DE DOCES, BALAS, BOMBONS E SE
 Sócio Cadastrado : CRISTINA STAUB CPF: 004450119-63
 MARCOS STAUB CPF: 874752519-34
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52759261 09/07/2019 D1 6171 A 6200 58783162-77 Inutilizado

Nome Empresarial : KO MADRE COM ROUPAS E ACESSORIOS LTDA
 CNPJ : 04600848/0001-02 CADICMS/PR: 90242223-46
 Período Atividade: Data Início: 09/2001 - Encerramento: 07/2019
 Endereço : RUA BARAO DO RIO BRANCO, 1100
 CENTRO
 Município / UF : TOLEDO - PR
 CNAEF : 4781-4/00 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACE
 Sócio Cadastrado : LIVIA MAYUMI NAKAZORA LAPOUTTE CPF: 053190029-04
 DEISE YOSHIE NAKAZORA CPF: 040194449-27
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52786234 17/07/2019 ## 1172 A 1175 55118242-40 Inutilizado
 52785262 17/07/2019 ## 1176 A 1225 55422712-78 Inutilizado

Nome Empresarial : M SILVA MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - ME
 CNPJ : 04593544/0001-65 CADICMS/PR: 90242577-27
 Período Atividade: Data Início: 09/2001 - Encerramento:
 Endereço : RUA BENJAMIN CONSTANT, 303
 CENTRO
 Município / UF : CORNELIO PROCOPIO - PR
 CNAEF : 4744-0/05 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO NA
 Sócio Cadastrado : MARIA APARECIDA GOMES DA SILVA CPF: 641049829-20
 BENEDITO G DA SILVA CPF: 140265899-00
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52757218 09/07/2019 D 8351 A 9700 58219202-21 Inutilizado

Nome Empresarial : PRIMO'S ESCAPAMENTOS LTDA
 CNPJ : 04864960/0001-50 CADICMS/PR: 90251863-00
 Período Atividade: Data Início: 03/2002 - Encerramento:

Endereco : RUA NICOLA PELLANDA, 1071
PINHEIRINHO
Município / UF : CURITIBA - PR
CNAEF : 4530-7/03 - COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PA
Socio Cadastrado : IVO CARLOS VASSOLER CPF: 353755079-00
VAGNER AUGUSTO VASSOLER CPF: 035523749-06
Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo-----
52823296 25/07/2019 ## 437 A 450 57140552-68 Inutilizado
52755274 05/07/2019 ## 488 A 500 58934312-35 Inutilizado

Nome Empresarial : LEONIDO EINSFELD & CIA LTDA
CNPJ : 05307832/0001-79 CADICMS/PR: 90266923-07
Periodo Atividade: Data Inicio: 10/2002 - Encerramento:
Endereco : RUA CAPANEMA, 1430
CIDADE SUL
Município / UF : DOIS VIZINHOS - PR
CNAEF : 4930-2/02 - TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS
Socio Cadastrado : LEONIDO EINSFELD CPF: 488469619-00
NUNCIA SALETE PAGLIARI EINSFELD CPF: 035569549-90
Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo-----
52833259 30/07/2019 U 1260 A 1275 41079452-00 Inutilizado

Nome Empresarial : LOJA ZIEMER LTDA
CNPJ : 05384290/0001-38 CADICMS/PR: 90269364-51
Periodo Atividade: Data Inicio: 11/2002 - Encerramento:
Endereco : RUA NICOLA PELLANDA, 967
- PINHEIRINHO
Município / UF : CURITIBA - PR
CNAEF : 4759-8/99 - COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO DOME
Socio Cadastrado : ROBERTO ZIEMER SANTOS CPF: 788455059-87
MARIA APARECIDA ZIEMER SANTOS CPF: 015773869-81
Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo-----
52817210 25/07/2019 D1 11454 A 11750 58089462-39 Inutilizado

Nome Empresarial : E APARECIDO DE ASSIS
CNPJ : 80788060/0001-50 CADICMS/PR: 90284228-46
Periodo Atividade: Data Inicio: 08/2003 - Encerramento: 07/2019
Endereco : RUA ALBATROZ-REAL, 441
JD SAN RAFAEL II
Município / UF : ARAPONGAS - PR
CNAEF : 4712-1/00 - COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM
Socio Cadastrado : EDEFONSO APARECIDO DE ASSIS CPF: 489318889-53
Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo-----
79390066732 04/07/2019 D1 2251 A 2600 57430942-09 Extravio

Nome Empresarial : QUATRO ESTACOES - COMERCIO DE ARMARINHOS EIRELI EPP
CNPJ : 05908858/0001-72 CADICMS/PR: 90292104-43
Periodo Atividade: Data Inicio: 11/2003 - Encerramento:
Endereco : RUA PIRATININGA, 463
ZONA 01
Município / UF : MARINGA - PR
CNAEF : 4755-5/02 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO
Socio Cadastrado : ANGELICA DURANTE TOMIYOSHI CPF: 617433219-53
Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo-----
52784290 17/07/2019 ## 6699 A 6825 58928072-58 Inutilizado

Nome Empresarial : CASTRO E SOUZA LTDA
CNPJ : 05931864/0001-40 CADICMS/PR: 90294136-38
Periodo Atividade: Data Inicio: 12/2003 - Encerramento:
Endereco : RUA MARECHAL DEODORO, 708
LOJA CENTRO
Município / UF : BARBOSA FERRAZ - PR
CNAEF : 4781-4/00 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACE
Socio Cadastrado : LUCINEIA BARBOSA DE CASTRO CPF: 027912369-88
FERNANDA DO CARMO DE SOUZA AMORIM CPF: 027572649-58
Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo-----
52788288 17/07/2019 D1 3451 A 3500 56188902-40 Inutilizado
52787206 17/07/2019 D1 3562 A 4000 58321482-82 Inutilizado

Nome Empresarial : COOPERATIVA AGROPECUARIA TRADICAO
CNPJ : 05528196/0005-39 CADICMS/PR: 90323833-08
Periodo Atividade: Data Inicio: 12/2004 - Encerramento:
Endereco : ROD PR-493, 4300
NUCLEO BOM RETIRO
Município / UF : PATO BRANCO - PR
CNAEF : 4632-0/01 - COMERCIO ATACADISTA DE CEREAIS E LEGUMINOSAS BEN
Socio Cadastrado : GELSON CORREA CPF: 569083699-00
JULINHO TONUS CPF: 285487019-00

Nr.Comprovante	---Data---	Serie	--Numeracao	De/Ate--	--Nr.AIDF--	----Motivo----
52803260	22/07/2019	A	133162 A	133162	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133181 A	133181	58808512-06	Inutilizado
52803260	22/07/2019	A	133191 A	133191	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133201 A	133201	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133206 A	133206	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133207 A	133207	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133208 A	133208	58808512-06	Inutilizado
52803260	22/07/2019	A	133220 A	133220	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133243 A	133243	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133270 A	133270	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133271 A	133271	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133290 A	133290	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133299 A	133299	58808512-06	Inutilizado
52803260	22/07/2019	A	133317 A	133317	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133332 A	133332	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133333 A	133333	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133340 A	133340	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133345 A	133345	58808512-06	Inutilizado
52803260	22/07/2019	A	133360 A	133360	58808512-06	Inutilizado
52803260	22/07/2019	A	133367 A	133367	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133388 A	133388	58808512-06	Inutilizado
52803260	22/07/2019	A	133394 A	133394	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133398 A	133398	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133400 A	133400	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133401 A	133401	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133403 A	133403	58808512-06	Inutilizado
52803260	22/07/2019	A	133418 A	133418	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133422 A	133422	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133427 A	133427	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133434 A	133434	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133435 A	133435	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133482 A	133482	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133500 A	133500	58808512-06	Inutilizado
52803260	22/07/2019	A	133518 A	133518	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133522 A	133522	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133539 A	133539	58808512-06	Inutilizado
52803260	22/07/2019	A	133569 A	133569	58808512-06	Inutilizado
52803260	22/07/2019	A	133593 A	133593	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133598 A	133598	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133600 A	133600	58808512-06	Inutilizado
52803260	22/07/2019	A	133608 A	133608	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133609 A	133609	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133627 A	133627	58808512-06	Inutilizado
52803260	22/07/2019	A	133638 A	133638	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133650 A	133650	58808512-06	Inutilizado
52800245	22/07/2019	A	133677 A	133677	58808512-06	Inutilizado
52800245	22/07/2019	A	133683 A	133683	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133696 A	133696	58808512-06	Inutilizado
52803260	22/07/2019	A	133714 A	133714	58808512-06	Inutilizado
52803260	22/07/2019	A	133732 A	133732	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133748 A	133748	58808512-06	Inutilizado
52803260	22/07/2019	A	133754 A	133754	58808512-06	Inutilizado
52803260	22/07/2019	A	133778 A	133778	58808512-06	Inutilizado
52803260	22/07/2019	A	133786 A	133786	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133790 A	133790	58808512-06	Inutilizado
52803260	22/07/2019	A	133794 A	133794	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133807 A	133807	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133820 A	133820	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133822 A	133822	58808512-06	Inutilizado
52803260	22/07/2019	A	133829 A	133829	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133841 A	133841	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133845 A	133845	58808512-06	Inutilizado
52801217	22/07/2019	A	133858 A	133858	58808512-06	Inutilizado

Nome Empresarial : FELTRIN CONSTRUcoes ELETRICAS LTDA
CNPJ : 07595175/0001-38 CADICMS/PR: 90354589-53
Periodo Atividade: Data Inicio: 11/2005 - Encerramento:
Endereco : RUA CORONEL MACEDO, 409C
CENTRO
Municipio / UF : PALMEIRA - PR
CNAEF : 4221-9/03 - MANUTENCAO DE REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA E
Socio Cadastrado : CLAUDIO ROBERTO FELTRIN CPF: 031039469-45
TAIOMARA FRANCO FELTRIN CPF: 041580569-42
Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
52783219 16/07/2019 2 1831 A 1990 28548032-56 Inutilizado

Nome Empresarial : COMUNICONS ASSOC INTERNACIONAL DE COMUNIC CONSCIENCIOLÓGICA
CNPJ : 07616879/0001-40 CADICMS/PR: 90355030-96
Periodo Atividade: Data Inicio: 11/2005 - Encerramento: 05/2019
Endereco : AV FELIPE WANDSCHEER, 5100
SALA 206 COGNOPOLIS
Municipio / UF : FOZ DO IGUAÇU - PR
CNAEF : 4761-0/01 - COMERCIO VAREJISTA DE LIVROS
Socio Cadastrado : PAULO ANDRE MAIOLINO NORBERTO CPF: 012909567-23
Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----

79400112609 10/07/2019 ## 151 A 175 55025272-04 Extravio

Nome Empresarial : CARAVANNA CONFECÇÕES LTDA
 CNPJ : 07688907/0001-34 CADICMS/PR: 90360610-03
 Período Atividade: Data Início: 01/2006 - Encerramento:
 Endereço : RUA CAMOES, 601
 LOJA 177 ALTO DA RUA XV
 Município / UF : CURITIBA - PR
 CNAEF : 4781-4/00 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACE
 Sócio Cadastrado : MICHELLE FAJARDO BALAM ARAUJO CPF: 025619049-62
 MARLON RODRIGUES ARAUJO CPF: 023012769-02
 Nr.Comprovante ---Data--- Série --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52822214 25/07/2019 ## 151 A 175 39977662-23 Inutilizado

Nome Empresarial : ANTONIO CARLOS AMADEU & CIA LTDA
 CNPJ : 07849843/0001-06 CADICMS/PR: 90364179-75
 Período Atividade: Data Início: 02/2006 - Encerramento:
 Endereço : AV PARANA, 681
 CENTRO
 Município / UF : JAGUAPITA - PR
 CNAEF : 4530-7/03 - COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PA
 Sócio Cadastrado : ANTONIO CARLOS AMADEU CPF: 496776329-49
 VELANIR APARECIDA DE OLIVEIRA AMADEU CPF: 813515699-53
 Nr.Comprovante ---Data--- Série --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52827283 29/07/2019 ## 106 A 125 58858712-64 Inutilizado

Nome Empresarial : EVA DAL SANTOS
 CNPJ : 08330242/0001-55 CADICMS/PR: 90385069-83
 Período Atividade: Data Início: 10/2006 - Encerramento: 07/2015
 Endereço : RUA DR JOAO CANDIDO FERREIRA, 2127
 SALAS 1E2 RIO BONITO
 Município / UF : IRATI - PR
 CNAEF : 4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINANCIA DE REVEN
 Sócio Cadastrado : EVA DAL SANTOS CPF: 925851839-04
 Nr.Comprovante ---Data--- Série --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 79630001993 31/07/2019 D 501 A 860 44571272-56 Extravio

Nome Empresarial : ZIEMER E ZIEMER PAPELARIA LTDA
 CNPJ : 08610046/0001-34 CADICMS/PR: 90394070-08
 Período Atividade: Data Início: 01/2007 - Encerramento:
 Endereço : RUA IZAAC FERREIRA DA CRUZ, 3235
 SÍTIO CERCADO
 Município / UF : CURITIBA - PR
 CNAEF : 4761-0/03 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA
 Sócio Cadastrado : ROBERTO ZIEMER SANTOS CPF: 788455059-87
 JOAO BATISTA ZIEMER SANTOS FILHO CPF: 025797219-67
 Nr.Comprovante ---Data--- Série --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52824268 25/07/2019 D 8611 A 8850 58640732-53 Inutilizado

Nome Empresarial : AGROPECUARIA FABEMA LTDA
 CNPJ : 75096339/0001-32 CADICMS/PR: 90427423-22
 Período Atividade: Data Início: 01/2008 - Encerramento:
 Endereço : RUA THEOFILO MARQUES DA SILVEIRA, 374
 4º ANDAR CENTRO
 Município / UF : IBAITI - PR
 CNAEF : 0151-2/01 - CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE
 Sócio Cadastrado : DINORAH RODRIGUES VIEIRA CPF: 510285309-00
 CAROLINA RODRIGUES VIEIRA CPF: 874074779-49
 Nr.Comprovante ---Data--- Série --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52805204 23/07/2019 ## 775 A 825 58973482-35 Inutilizado

Nome Empresarial : COOPERATIVA AGROPECUARIA TRADIÇÃO
 CNPJ : 05528196/0010-04 CADICMS/PR: 90427747-98
 Período Atividade: Data Início: 01/2008 - Encerramento:
 Endereço : ROD PRT 280 KM 177,5, SN
 ZONA RURAL
 Município / UF : CLEVELÂNDIA - PR
 CNAEF : 4632-0/01 - COMERCIO ATACADISTA DE CEREJAS E LEGUMINOSAS BEN
 Sócio Cadastrado : GELSON CORREA CPF: 569083699-00
 JULINHO TONUS CPF: 285487019-00
 Nr.Comprovante ---Data--- Série --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52802299 22/07/2019 A 186522 A 186522 58973732-64 Inutilizado
 52802299 22/07/2019 A 186538 A 186538 58973732-64 Inutilizado
 52802299 22/07/2019 A 186540 A 186540 58973732-64 Inutilizado
 52802299 22/07/2019 A 186541 A 186541 58973732-64 Inutilizado
 52802299 22/07/2019 A 186542 A 186542 58973732-64 Inutilizado
 52802299 22/07/2019 A 186548 A 186548 58973732-64 Inutilizado

Nome Empresarial : A J I COMERCIO DE PECAS LTDA
 CNPJ : 09268931/0001-40 CADICMS/PR: 90428391-64
 Período Atividade: Data Início: 01/2008 - Encerramento:
 Endereço : RUA CARLOS SOTTOMAIOR, 899
 A JARDIM JUPIRA
 Município / UF : FOZ DO IGUAÇU - PR
 CNAEF : 4530-7/01 - COMERCIO POR ATACADO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS
 Sócio Cadastrado : ALMIR NURMBERG CPF: 886201239-04
 JOAO ROBERTO DORNELES RIBEIRO CPF: 829432229-68
 IZONEL ISIDRO CPF: 067635539-00
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52789250 18/07/2019 U 9947 A 10000 58860932-49 Inutilizado

Nome Empresarial : MORRO CHATO AGROPECUARIA LTDA
 CNPJ : 77726891/0005-16 CADICMS/PR: 90429951-07
 Período Atividade: Data Início: 02/2008 - Encerramento:
 Endereço : DIS ALTO AMPARO, SN
 ALTO AMPARO
 Município / UF : TIBAGI - PR
 CNAEF : 0115-6/00 - CULTIVO DE SOJA
 Sócio Cadastrado : CELSO ANTONIO FRARE CPF: 027396159-49
 LIA NARA QUEIROZ FRARE CPF: 872511679-72
 NOVO ORIENTE PARTICIPACOES LTDA CNPJ: 10702118
 RAUL QUEIROZ FRARE CPF: 023598329-21
 VICENTE FRARE NETO CPF: 031021019-41
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52770230 15/07/2019 1 7086 A 7150 58974882-40 Inutilizado
 52770230 15/07/2019 1 7160 A 7200 58974882-40 Inutilizado
 52770230 15/07/2019 1 7217 A 7225 58974882-40 Inutilizado
 52780201 15/07/2019 1 7226 A 7300 58974882-40 Inutilizado

Nome Empresarial : MORRO CHATO AGROPECUARIA LTDA
 CNPJ : 77726891/0008-69 CADICMS/PR: 90429958-83
 Período Atividade: Data Início: 02/2008 - Encerramento:
 Endereço : DIS DE ALTO AMPARO, SN
 OURO VERDE ALTO AMPARO
 Município / UF : TIBAGI - PR
 CNAEF : 0115-6/00 - CULTIVO DE SOJA
 Sócio Cadastrado : CELSO ANTONIO FRARE CPF: 027396159-49
 LIA NARA QUEIROZ FRARE CPF: 872511679-72
 NOVO ORIENTE PARTICIPACOES LTDA CNPJ: 10702118
 RAUL QUEIROZ FRARE CPF: 023598329-21
 VICENTE FRARE NETO CPF: 031021019-41
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52769224 15/07/2019 1 5256 A 5300 58974912-08 Inutilizado
 52769224 15/07/2019 1 5308 A 5325 58974912-08 Inutilizado
 52774228 15/07/2019 1 5326 A 5625 58974912-08 Inutilizado

Nome Empresarial : J. FLORINTINO - EIRELI - ME
 CNPJ : 09435294/0001-59 CADICMS/PR: 90436174-75
 Período Atividade: Data Início: 04/2008 - Encerramento: 07/2019
 Endereço : RUA QUINZE DE NOVEMBRO, 3609
 SL 01 MORRO ALTO
 Município / UF : GUARAPUAVA - PR
 CNAEF : 4511-1/02 - COMERCIO A VAREJO DE AUTOMOVEIS, CAMIONETAS E UT
 Sócio Cadastrado : JAIR FLORINTINO CPF: 467108259-49
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 79600128827 25/07/2019 ## 298 A 350 28248082-09 Extravio
 79600128827 25/07/2019 ## 351 A 475 30152112-42 Extravio
 79600128827 25/07/2019 ## 476 A 600 35904092-74 Extravio
 79600128827 25/07/2019 ## 601 A 850 38724652-60 Extravio
 79600128827 25/07/2019 ## 851 A 1100 40999992-03 Extravio
 79600128827 25/07/2019 ## 1101 A 1350 44724542-38 Extravio
 79600128827 25/07/2019 ## 1351 A 1850 47197072-89 Extravio

Nome Empresarial : AGRO-PECUARIA SANTA ROSA LTDA
 CNPJ : 77802965/0001-22 CADICMS/PR: 90443693-35
 Período Atividade: Data Início: 06/2008 - Encerramento:
 Endereço : RUA PRINCIPAL, SN
 INTERIOR LINHA PIEDADE
 Município / UF : FRANCISCO BELTRAO - PR
 CNAEF : 0111-3/02 - CULTIVO DE MILHO
 Sócio Cadastrado : CLEIMAR MAZZOCCO CPF: 201894609-97
 REZANE ADILES MAZZOCCO CHRIST CPF: 393929290-72
 OTACILIO BOTTIN CPF: 299209149-91
 LUIZ ANTONIO BOTTIN CPF: 394853159-53
 VILMAR BOTTIN CPF: 488506919-04
 IZALETE SANTINA BOTTIN MOTHER CPF: 644399179-68
 MARIA DE LURDES MERISIO CPF: 663071399-00
 CLAIMOR BOTTIN CPF: 335270169-53

CLARICE BOTTIN ANGHINONI CPF: 014797639-18
 ISABEL TERESINHA BOTTIN OSOWSKI CPF: 014622399-35
 MARIA HELENA BOTTIN FOLLADOR CPF: 014897289-61
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo---
 52761240 10/07/2019 1 537 A 555 58973072-02 Inutilizado

Nome Empresarial : BRANBUS FRETAMENTO E TRANSPORTE LTDA
 CNPJ : 09598499/0001-55 CADICMS/PR: 90445896-10
 Período Atividade: Data Início: 07/2008 - Encerramento:
 Endereço : RUA DUQUE DE CAXIAS, 1393
 CENTRO
 Município / UF : LARANJEIRAS DO SUL - PR
 CNAEF : 4930-2/02 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS
 Sócio Cadastrado : ALINE POZZOLO BATISTA CPF: 042121579-85
 CARLA CATTANI BERTOTTO CPF: 017739879-50
 ELIDIA CATANI VETTER CPF: 410490639-53
 HELENA CASAGRANDE CPF: 835805659-15
 ILONE MARIA BORCOI CPF: 588967759-49
 JOAO PAULO CATTANI CPF: 036508139-63
 MARIA ANTENOR CATTANI CPF: 941113249-91
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo---
 52826201 26/07/2019 1 27 A 50 58876032-40 Inutilizado

Nome Empresarial : J M REIS COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
 CNPJ : 10197773/0001-63 CADICMS/PR: 90448149-16
 Período Atividade: Data Início: 07/2008 - Encerramento: 03/2018
 Endereço : AV SAO PEDRO, 157
 CENTRO
 Município / UF : ITAPERUCU - PR
 CNAEF : 4712-1/00 - COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM
 Sócio Cadastrado : ROBERTO SZLACHTA JUNIOR CPF: 058360549-40
 MATEUS FIGUEIREDO SZLACHTA CPF: 094014149-39
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo---
 79520031370 17/07/2019 D 1001 A 1500 57979852-76 Extravio

Nome Empresarial : INEMA AGROPECUARIA LTDA
 CNPJ : 77213866/0001-05 CADICMS/PR: 90458477-02
 Período Atividade: Data Início: 10/2008 - Encerramento:
 Endereço : LOC ESTRADA MAJ ARCHILLES PIMP, SN
 JARDIM VALE VERDE
 Município / UF : LONDRINA - PR
 CNAEF : 0151-2/01 - CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE
 Sócio Cadastrado : DAISY PROCHET SANDRESCHI CPF: 116083319-20
 FLAVIA SANDRESCHI REIS CPF: 608855809-15
 ADRIANA SANDRESCHI VICTOR DOS SANTOS CPF: 551081569-87
 CARLA SANDRESCHI AMARAL NEVES CPF: 483757309-63
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo---
 52760278 09/07/2019 ## 320 A 335 58929602-85 Inutilizado

Nome Empresarial : FAZENDA SOLON - AGROPECUARIA LTDA
 CNPJ : 81099251/0001-77 CADICMS/PR: 90464960-08
 Período Atividade: Data Início: 12/2008 - Encerramento:
 Endereço : EST DOS INDIOS KM 03, SN
 LOTES 157 A 165 GLEBA SUTIS
 Município / UF : SAO TOME - PR
 CNAEF : 0113-0/00 - CULTIVO DE CANA
 Sócio Cadastrado : MARIA AMELIA RIBEIRO PLANAS CPF: 774973339-68
 MARIA APARECIDA RIBEIRO CURIONI CPF: 612127259-72
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo---
 52815277 25/07/2019 ## 807 A 825 57376612-70 Inutilizado
 52799212 22/07/2019 ## 909 A 925 58969292-69 Inutilizado

Nome Empresarial : WW INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
 CNPJ : 08931231/0002-01 CADICMS/PR: 90467751-52
 Período Atividade: Data Início: 01/2009 - Encerramento:
 Endereço : ROD PR-317 SAIDA PARA IGUARACU, SN
 ESTRADA IQUARA GL.RIB.MORANGUEIRO
 Município / UF : MARINGA - PR
 CNAEF : 0115-6/00 - CULTIVO DE SOJA
 Sócio Cadastrado : EDUARDO WATFE CPF: 017092259-63
 GUILHERME WATFE CPF: 017099899-12
 EDWW PARTICIPACOES SOCIAIS LTDA CNPJ: 23802006
 GCW PARTICIPACOES SOCIAIS EIRELI CNPJ: 23547593
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo---
 52796205 18/07/2019 ## 451 A 475 58245212-12 Inutilizado
 52797279 18/07/2019 ## 520 A 525 58655612-60 Inutilizado
 52798240 18/07/2019 ## 615 A 625 58937362-65 Inutilizado

Nome Empresarial : WW INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
 CNPJ : 08931231/0005-54 CADICMS/PR: 90467752-33
 Período Atividade: Data Início: 01/2009 - Encerramento:
 Endereço : EST GRANADA, SN
 LT 261-A/262-A GLEBA RIB.PIMPINELA
 Município / UF : ASTORGA - PR
 CNAEF : 0115-6/00 - CULTIVO DE SOJA
 Sócio Cadastrado : EDUARDO WATFE CPF: 017092259-63
 GUILHERME WATFE CPF: 017099899-12
 EDWW PARTICIPACOES SOCIAIS LTDA CNPJ: 23802006
 GCW PARTICIPACOES SOCIAIS EIRELI CNPJ: 23547593
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52791238 18/07/2019 ## 57 A 75 45569512-24 Inutilizado
 52792200 18/07/2019 ## 82 A 100 55522652-38 Inutilizado
 52793281 18/07/2019 ## 106 A 125 57605232-01 Inutilizado
 52794253 18/07/2019 ## 129 A 150 58773942-90 Inutilizado
 52795225 18/07/2019 ## 156 A 175 58953372-01 Inutilizado

Nome Empresarial : WW INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
 CNPJ : 08931231/0004-73 CADICMS/PR: 90467753-14
 Período Atividade: Data Início: 01/2009 - Encerramento:
 Endereço : EST 200 , KM 10, SN
 LT 41 A 45 GLEBA AURORA
 Município / UF : ASTORGA - PR
 CNAEF : 0115-6/00 - CULTIVO DE SOJA
 Sócio Cadastrado : EDUARDO WATFE CPF: 017092259-63
 GUILHERME WATFE CPF: 017099899-12
 EDWW PARTICIPACOES SOCIAIS LTDA CNPJ: 23802006
 GCW PARTICIPACOES SOCIAIS EIRELI CNPJ: 23547593
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52790266 18/07/2019 ## 1350 A 1375 58962022-45 Inutilizado

Nome Empresarial : Z M COMERCIO DE ACESSORIOS PARA VEICULOS LTDA - ME
 CNPJ : 04621763/0001-00 CADICMS/PR: 90469099-65
 Período Atividade: Data Início: 02/2009 - Encerramento:
 Endereço : RUA MEYER, 180
 FUNDOS JARDIM HIGIENOPOLIS
 Município / UF : LONDRINA - PR
 CNAEF : 4530-7/01 - COMERCIO POR ATACADO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS
 Sócio Cadastrado : JOSE CARLOS DE MEDEIROS CPF: 168670118-70
 EDMAR FERRARIN GUSMAO DOS ANJOS CPF: 056541789-46
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52781275 15/07/2019 ## 203 A 225 58929382-71 Inutilizado

Nome Empresarial : S. M. COSMETICOS EIRELI - EPP
 CNPJ : 11189399/0001-17 CADICMS/PR: 90496724-60
 Período Atividade: Data Início: 10/2009 - Encerramento:
 Endereço : RUA QUINZE DE NOVENBRO, 420
 CENTRO HISTORICO
 Município / UF : PARANAGUA - PR
 CNAEF : 4772-5/00 - COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS, PRODUTOS DE PE
 Sócio Cadastrado : SHIZUKA MAEOKA CPF: 317471599-72
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52816249 25/07/2019 ## 81 A 100 56224802-21 Inutilizado

Nome Empresarial : AMORIM ACESSORIOS LTDA
 CNPJ : 11375122/0001-89 CADICMS/PR: 90503829-04
 Período Atividade: Data Início: 12/2009 - Encerramento: 10/2010
 Endereço : AV ANITA GARIBALDI, 4059
 LOJA 2 SAO LOURENCO
 Município / UF : CURITIBA - PR
 CNAEF : 4781-4/00 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACE
 Sócio Cadastrado : LUZIA GONCALVES FERREIRA JUNIOR AMORIM CPF: 002536516-97
 LEONEL PASSOS AMORIM CPF: 597709029-34
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 79380196604 05/07/2019 1 1 A 50 34020152-69 Extravio
 79380196604 05/07/2019 D1 1 A 250 34020382-00 Extravio

Nome Empresarial : RETIPATO - RETIFICA E COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA M
 CNPJ : 11296005/0001-20 CADICMS/PR: 90535006-49
 Período Atividade: Data Início: 10/2010 - Encerramento:
 Endereço : ROD PR-280, 12540
 KM 145 SAO CRISTOVAO
 Município / UF : PATO BRANCO - PR
 CNAEF : 4530-7/03 - COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PA
 Sócio Cadastrado : NIVERCINDO HOFFMANN CPF: 518881909-06
 ALDECIR GREZELLE CPF: 555105669-49
 OSNI DE JESUS DAMACENO CPF: 518765079-34
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52753220 02/07/2019 D 291 A 300 55933672-21 Inutilizado

52752259 02/07/2019 D 301 A 600 55933672-21 Inutilizado

Nome Empresarial : EMPORIO DA PESCA LTDA
 CNPJ : 12768873/0001-28 CADICMS/PR: 90537581-40
 Período Atividade: Data Início: 10/2010 - Encerramento: 07/2015
 Endereço : AV BEIRA MAR, 488
 PONTAL DO SUL
 Município / UF : PONTAL DO PARANÁ - PR
 CNAEF : 5611-2/03 - LANCHONETES, CASAS DE CHA, DE SUCOS E SIMILARES
 Sócio Cadastrado : ALANECHAI NE ROBERTO CPF: 072995069-71
 ANTONIO PEDRO LEAL COSTA CPF: 011565649-99
 Nr.Comprovante ---Data--- Série --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 79580079199 23/07/2019 D 1 A 500 39676452-66 Extravio
 79580079199 23/07/2019 ## 1 A 25 39676502-60 Extravio

Nome Empresarial : MORRO CHATO AGROPECUARIA LTDA
 CNPJ : 77726891/0009-40 CADICMS/PR: 90547109-06
 Período Atividade: Data Início: 01/2011 - Encerramento:
 Endereço : DIS DE GUARAUNA, SN
 DISTRITO
 Município / UF : TEIXEIRA SOARES - PR
 CNAEF : 0115-6/00 - CULTIVO DE SOJA
 Sócio Cadastrado : CELSO ANTONIO FRARE CPF: 027396159-49
 LIA NARA QUEIROZ FRARE CPF: 872511679-72
 NOVO ORIENTE PARTICIPACOES LTDA CNPJ: 10702118
 RAUL QUEIROZ FRARE CPF: 023598329-21
 VICENTE FRARE NETO CPF: 031021019-41
 Nr.Comprovante ---Data--- Série --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52768252 15/07/2019 1 2387 A 2400 58952952-90 Inutilizado
 52768252 15/07/2019 1 2409 A 2425 58952952-90 Inutilizado
 52779297 15/07/2019 1 2426 A 2475 58952952-90 Inutilizado

Nome Empresarial : VIVERE MODA ESPORTIVA LTDA ME
 CNPJ : 14043374/0001-07 CADICMS/PR: 90566714-95
 Período Atividade: Data Início: 08/2011 - Encerramento:
 Endereço : RUA LUIZ NICHELE, 625
 LOJA 01 UMBARA
 Município / UF : CURITIBA - PR
 CNAEF : 4781-4/00 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACE
 Sócio Cadastrado : LIGIA CRISTINA NICHELE GABARDO CPF: 600031629-15
 SUELI TERESINHA NICHELE SAMPAIO CPF: 635167059-49
 Nr.Comprovante ---Data--- Série --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52820270 25/07/2019 D 1068 A 1350 58019112-60 Inutilizado

Nome Empresarial : MORRO CHATO AGROPECUARIA LTDA
 CNPJ : 77726891/0004-35 CADICMS/PR: 90569674-24
 Período Atividade: Data Início: 08/2011 - Encerramento:
 Endereço : EST LOANDA/SANTA MONICA, SN
 RURAL
 Município / UF : LOANDA - PR
 CNAEF : 0111-3/02 - CULTIVO DE MILHO
 Sócio Cadastrado : CELSO ANTONIO FRARE CPF: 027396159-49
 LIA NARA QUEIROZ FRARE CPF: 872511679-72
 NOVO ORIENTE PARTICIPACOES LTDA CNPJ: 10702118
 RAUL QUEIROZ FRARE CPF: 023598329-21
 VICENTE FRARE NETO CPF: 031021019-41
 Nr.Comprovante ---Data--- Série --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52810208 24/07/2019 1 973 A 975 58945442-11 Inutilizado
 52809200 24/07/2019 1 976 A 1000 58968712-44 Inutilizado
 52775208 15/07/2019 1 1001 A 1025 58968712-44 Inutilizado

Nome Empresarial : MICHELLE DUARTE PANIFICADORA
 CNPJ : 14253717/0001-50 CADICMS/PR: 90574472-03
 Período Atividade: Data Início: 10/2011 - Encerramento:
 Endereço : RUA PADRE ANACLETO, 321
 NOVA RUSSIA
 Município / UF : PONTA GROSSA - PR
 CNAEF : 4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINANCIA DE REVEN
 Sócio Cadastrado : MICHELLE DUARTE CPF: 073841339-98
 Nr.Comprovante ---Data--- Série --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52825230 25/07/2019 D1 1 A 500 50013832-00 Inutilizado

Nome Empresarial : ALMEIDA & MURARI LTDA - ME
 CNPJ : 14243861/0001-05 CADICMS/PR: 90577537-54
 Período Atividade: Data Início: 11/2011 - Encerramento:
 Endereço : AV DOS EXPEDICIONARIOS, 45
 CENTRO
 Município / UF : ROLANDIA - PR

CNAEF : 5611-2/03 - LANCHONETES, CASAS DE CHA, DE SUCOS E SIMILARES
Socio Cadastrado : ADILSON ANTONIO DE ALMEIDA CPF: 841079289-34
GUSTAVO MURARI DE ALMEIDA CPF: 093943609-48
Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo---
52806286 23/07/2019 D 1564 A 1600 58640742-25 Inutilizado
52806286 23/07/2019 D 1801 A 2000 58640742-25 Inutilizado

Nome Empresarial : RUDIMAR MAROSTICA ME
CNPJ : 14954105/0001-94 CADICMS/PR: 90584402-45
Periodo Atividade: Data Inicio: 01/2012 - Encerramento:
Endereco : RUA SANTO ANTONIO, 328
CENTRO SUL
Municipio / UF : DOIS VIZINHOS - PR
CNAEF : 4744-0/02 - COMERCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS
Socio Cadastrado : RUDIMAR MAROSTICA CPF: 408459319-20
Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo---
52762211 15/07/2019 D 134 A 150 51592072-01 Inutilizado

Nome Empresarial : RAMOS & ILHA LTDA - ME
CNPJ : 15174464/0001-91 CADICMS/PR: 90588965-67
Periodo Atividade: Data Inicio: 03/2012 - Encerramento:
Endereco : AV TUPI, 3980
B S TEREZINHA
Municipio / UF : PATO BRANCO - PR
CNAEF : 4679-6/99 - COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO E
Socio Cadastrado : MARCOS RAMOS CPF: 032986159-00
ISABEL CRISTINA ILHA RAMOS CPF: 042011199-98
Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo---
52754200 02/07/2019 D 18 A 100 54042642-41 Inutilizado
52754200 02/07/2019 D 106 A 250 54042642-41 Inutilizado

Nome Empresarial : ART STOCK DECORACOES E PRESENTES LTDA - ME
CNPJ : 17557449/0001-58 CADICMS/PR: 90621461-06
Periodo Atividade: Data Inicio: 02/2013 - Encerramento:
Endereco : RUA ANDRE FERREIRA BARBOSA, 8252
LOJA 01 CAPAO RASO
Municipio / UF : CURITIBA - PR
CNAEF : 4789-0/03 - COMERCIO VAREJISTA DE OBJETOS DE ARTE
Socio Cadastrado : RITA DE CASSIA ZENERE CPF: 017132249-50
INES TEREZINHA SCROCCARO CPF: 023302859-57
Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo---
52819264 25/07/2019 D 446 A 500 56955032-80 Inutilizado

Nome Empresarial : ROBISON BUFALARI - ACESSORIOS
CNPJ : 04721728/0001-63 CADICMS/PR: 90622304-09
Periodo Atividade: Data Inicio: 02/2013 - Encerramento: 11/2016
Endereco : ROD PARIGOT DE SOUZA, 2222
PR 092 BOA VISTA
Municipio / UF : SIQUEIRA CAMPOS - PR
CNAEF : 4530-7/03 - COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PA
Socio Cadastrado : ROBISON BUFALARI CPF: 882777719-91
Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo---
79390181833 10/07/2019 D 1 A 250 55506322-50 Extravio
79390181833 10/07/2019 ## 1 A 25 57774182-01 Extravio

Nome Empresarial : FEVER COSMETICOS LTDA ME
CNPJ : 18272804/0001-05 CADICMS/PR: 90633895-50
Periodo Atividade: Data Inicio: 06/2013 - Encerramento: 07/2019
Endereco : AV SEN SALGADO FILHO, 1886
LJ 02 GUABIROTUBA
Municipio / UF : CURITIBA - PR
CNAEF : 4772-5/00 - COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS, PRODUTOS DE PE
Socio Cadastrado : ADRIANA HABINOVSKI CPF: 982135049-68
MARIA APARECIDA RIECK DOS SANTOS CPF: 595102930-91
Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo---
79470015280 12/07/2019 1 1 A 150 56651902-09 Extravio
79470015280 12/07/2019 D1 728 A 1000 58221372-02 Extravio

Nome Empresarial : M M PECAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA - ME
CNPJ : 18367465/0001-40 CADICMS/PR: 90634292-84
Periodo Atividade: Data Inicio: 06/2013 - Encerramento:
Endereco : AV INDEPENDENCIA, 1752
CENTRO
Municipio / UF : PALOTINA - PR
CNAEF : 4661-3/00 - COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQU
Socio Cadastrado : SAMUEL MITROS CPF: 005904550-79
LAIS MISSIO CPF: 077829579-66
JOAO LEO RAVAGNANI CPF: 774613479-34

Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52758290 09/07/2019 D 46 A 50 56295292-77 Inutilizado
 52758290 09/07/2019 D 58 A 100 56295292-77 Inutilizado

Nome Empresarial : NOGUEIRA & REZENDE LTDA
 CNPJ : 18910621/0001-78 CADICMS/PR: 90644070-98
 Período Atividade: Data Início: 10/2013 - Encerramento: 07/2019
 Endereço : RUA FILIPINAS, 331
 CAJURU
 Município / UF : CURITIBA - PR
 CNAEF : 4789-0/04 - COMERCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS
 Sócio Cadastrado : CELIO NOGUEIRA CPF: 018565909-84
 ROSELI REZENDE NOGUEIRA CPF: 026443319-00
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 79570116070 22/07/2019 D1 247 A 1000 56367502-18 Extravio

Nome Empresarial : MORRO CHATO AGROPECUARIA LTDA
 CNPJ : 77726891/0011-64 CADICMS/PR: 90648839-65
 Período Atividade: Data Início: 11/2013 - Encerramento:
 Endereço : FAZ CAPELA, SN
 CHAPADA
 Município / UF : JOAQUIM TAVORA - PR
 CNAEF : 0115-6/00 - CULTIVO DE SOJA
 Sócio Cadastrado : CELSO ANTONIO FRARE CPF: 027396159-49
 LIA NARA QUEIROZ FRARE CPF: 872511679-72
 NOVO ORIENTE PARTICIPACOES LTDA CNPJ: 10702118
 RAUL QUEIROZ FRARE CPF: 023598329-21
 VICENTE FRARE NETO CPF: 031021019-41
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52764265 15/07/2019 1 1393 A 1525 58970822-94 Inutilizado

Nome Empresarial : FAUSTINO COMERCIO ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA ME
 CNPJ : 18899676/0001-24 CADICMS/PR: 90651301-38
 Período Atividade: Data Início: 12/2013 - Encerramento: 07/2019
 Endereço : RUA AFONSO PENA, 1840
 SALA 05 CENTRO
 Município / UF : CASCAVEL - PR
 CNAEF : 4781-4/00 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACE
 Sócio Cadastrado : CAMILA FAUSTINO MARCON CPF: 058912099-93
 RODRIGO MARCON SANTANA CPF: 033125219-80
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52804232 22/07/2019 D 619 A 1000 57831042-30 Inutilizado

Nome Empresarial : ALCEONE IANSE & CIA. LTDA. - ME
 CNPJ : 07396098/0001-97 CADICMS/PR: 90653097-07
 Período Atividade: Data Início: 01/2014 - Encerramento:
 Endereço : TRV SANTA MARIA, 40
 CENTRO
 Município / UF : SANTA MARIA DO OESTE - PR
 CNAEF : 4744-0/01 - COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS
 Sócio Cadastrado : ALCEONE IANSE CPF: 835820619-49
 ALCEU PAULO IANSE JUNIOR CPF: 042136639-73
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 52838218 31/07/2019 D 86 A 250 56815542-52 Inutilizado

Nome Empresarial : FATIMAZAHRA COMERCIO DE CONFECCOES LTDA
 CNPJ : 18676626/0004-20 CADICMS/PR: 90657305-93
 Período Atividade: Data Início: 03/2014 - Encerramento: 07/2019
 Endereço : RUA FERNANDES PINHEIRO, 214
 CENTRO
 Município / UF : PONTA GROSSA - PR
 CNAEF : 4781-4/00 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACE
 Sócio Cadastrado : KHADIJE NEHME MOUSLEMANI CPF: 006048919-70
 NADER REDA MOHAMAD ZABAD CPF: 092781489-70
 Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
 79580177794 23/07/2019 D 211 A 250 56905922-50 Extravio
 79580177794 23/07/2019 D 2428 A 2429 58112542-96 Extravio
 79580177794 23/07/2019 D 3399 A 3399 58500552-58 Extravio
 79580177794 23/07/2019 D 3476 A 3500 58500552-58 Extravio

Nome Empresarial : N ZUCCO & CIA. LTDA. - ME
 CNPJ : 20397088/0001-34 CADICMS/PR: 90666052-02
 Período Atividade: Data Início: 06/2014 - Encerramento:
 Endereço : AV BRASIL, 3253
 SALA 2-4LOJA 2 ZONA 01
 Município / UF : MARINGÁ - PR
 CNAEF : 4752-1/00 - COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS
 Sócio Cadastrado : NICOLAS ACOSTA ZUCCO CPF: 053991509-21

NEIVALDO ZUCCO CPF: 492997199-34
Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
52832287 30/07/2019 ## 1 A 25 57163112-70 Inutilizado
52831205 30/07/2019 D 305 A 500 57882242-41 Inutilizado

Nome Empresarial : LEANDRO SARTORI TABORDA -ME
CNPJ : 09157790/0001-98 CADICMS/PR: 90685138-52
Período Atividade: Data Início: 01/2015 - Encerramento: 07/2016
Endereço : RUA JOAQUIM BATISTA RIBEIRO, 1041
CENTRO
Município / UF : TELEMACHO BORBA - PR
CNAEF : 4712-1/00 - COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM
Socio Cadastrado : LEANDRO SARTORI TABORDA CPF: 046219119-29
Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
79540079475 19/07/2019 D1 1 A 100 57910952-79 Extravio
79540079475 19/07/2019 1 1 A 25 57968332-00 Extravio

Nome Empresarial : EMPANADAS E ALFAJORES DON HUGO LTDA - ME
CNPJ : 10581018/0001-88 CADICMS/PR: 90693598-81
Período Atividade: Data Início: 05/2015 - Encerramento: 07/2019
Endereço : RUA MACHADO DE ASSIS, 322
JUVEVE
Município / UF : CURITIBA - PR
CNAEF : 5611-2/03 - LANCHONETES, CASAS DE CHA, DE SUCOS E SIMILARES
Socio Cadastrado : HUGO SERGIO VOLSKIS CPF: 053109517-76
ROSEMERE VOLSKIS CPF: 899955117-20
Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
52808220 23/07/2019 D1 210 A 500 58215162-85 Inutilizado
52807258 23/07/2019 D1 501 A 1250 58293852-01 Inutilizado

Nome Empresarial : MORRO CHATO AGROPECUARIA LTDA
CNPJ : 77726891/0012-45 CADICMS/PR: 90702376-17
Período Atividade: Data Início: 08/2015 - Encerramento:
Endereço : ROD BR 239, SN
KM 77 RURAL
Município / UF : ARAPOTI - PR
CNAEF : 0115-6/00 - CULTIVO DE SOJA
Socio Cadastrado : CELSO ANTONIO FRARE CPF: 027396159-49
LIA NARA QUEIROZ FRARE CPF: 872511679-72
NOVO ORIENTE PARTICIPACOES LTDA CNPJ: 10702118
RAUL QUEIROZ FRARE CPF: 023598329-21
VICENTE FRARE NETO CPF: 031021019-41
Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
52765237 15/07/2019 1 1506 A 1875 58970832-66 Inutilizado

Nome Empresarial : MORRO CHATO AGROPECUARIA LTDA
CNPJ : 77726891/0014-07 CADICMS/PR: 90702780-54
Período Atividade: Data Início: 08/2015 - Encerramento:
Endereço : EST RURAL, SN
RURAL
Município / UF : JAGUARIAIVA - PR
CNAEF : 0115-6/00 - CULTIVO DE SOJA
Socio Cadastrado : CELSO ANTONIO FRARE CPF: 027396159-49
LIA NARA QUEIROZ FRARE CPF: 872511679-72
NOVO ORIENTE PARTICIPACOES LTDA CNPJ: 10702118
RAUL QUEIROZ FRARE CPF: 023598329-21
VICENTE FRARE NETO CPF: 031021019-41
Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
52767280 15/07/2019 1 673 A 675 58945372-74 Inutilizado
52767280 15/07/2019 1 678 A 700 58945372-74 Inutilizado
52778215 15/07/2019 1 701 A 725 58945372-74 Inutilizado
52777243 15/07/2019 1 726 A 750 58945372-74 Inutilizado
52772284 15/07/2019 1 751 A 875 58974902-28 Inutilizado

Nome Empresarial : MORRO CHATO AGROPECUARIA LTDA
CNPJ : 77726891/0013-26 CADICMS/PR: 90702781-35
Período Atividade: Data Início: 08/2015 - Encerramento:
Endereço : ROD PR 092, SN
RURAL
Município / UF : JAGUARIAIVA - PR
CNAEF : 0115-6/00 - CULTIVO DE SOJA
Socio Cadastrado : CELSO ANTONIO FRARE CPF: 027396159-49
LIA NARA QUEIROZ FRARE CPF: 872511679-72
NOVO ORIENTE PARTICIPACOES LTDA CNPJ: 10702118
RAUL QUEIROZ FRARE CPF: 023598329-21
VICENTE FRARE NETO CPF: 031021019-41
Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo----
52766209 15/07/2019 1 555 A 575 58970812-12 Inutilizado
52766209 15/07/2019 1 617 A 625 58970812-12 Inutilizado
52773256 15/07/2019 1 628 A 750 58974892-11 Inutilizado

Nome Empresarial : MORRO CHATO AGROPECUARIA LTDA
 CNPJ : 77726891/0015-98 CADICMS/PR: 90702784-88
 Período Atividade: Data Início: 08/2015 - Encerramento:
 Endereço : COL GUARAUNA, SN
 RURAL
 Município / UF : TEIXEIRA SOARES - PR
 CNAEF : 0115-6/00 - CULTIVO DE SOJA
 Sócio Cadastrado : CELSO ANTONIO FRARE CPF: 027396159-49
 LIA NARA QUEIROZ FRARE CPF: 872511679-72
 NOVO ORIENTE PARTICIPACOES LTDA CNPJ: 10702118
 RAUL QUEIROZ FRARE CPF: 023598329-21
 VICENTE FRARE NETO CPF: 031021019-41

Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo---
 52763293 15/07/2019 1 439 A 475 58945452-93 Inutilizado
 52763293 15/07/2019 1 478 A 500 58945452-93 Inutilizado
 52776271 15/07/2019 1 501 A 525 58945452-93 Inutilizado

Nome Empresarial : AGROPECUARIA PROGRESSO DO NORTE LTDA
 CNPJ : 25217000/0002-50 CADICMS/PR: 90729020-49
 Período Atividade: Data Início: 08/2016 - Encerramento:
 Endereço : EST ROD DEP JOSE ALVES KM 09, SN
 FAZENDA SAO LUI ZONA RURAL
 Município / UF : GUARACI - PR
 CNAEF : 0115-6/00 - CULTIVO DE SOJA
 Sócio Cadastrado : LUIZ LOPES BARRETO CPF: 360512849-15
 VALDETE DELICOLI MARINI BARRETO CPF: 673655409-82

Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo---
 52811280 24/07/2019 ## 100 A 100 58974182-09 Inutilizado
 52812251 24/07/2019 ## 101 A 125 58977442-62 Inutilizado

Nome Empresarial : MORRO CHATO AGROPECUARIA LTDA
 CNPJ : 77726891/0001-92 CADICMS/PR: 90759380-01
 Período Atividade: Data Início: 08/2017 - Encerramento:
 Endereço : RUA JOAO KALINOWSKI, 170
 CIDADE INDUSTRIAL
 Município / UF : CURITIBA - PR
 CNAEF : 0115-6/00 - CULTIVO DE SOJA
 Sócio Cadastrado : CELSO ANTONIO FRARE CPF: 027396159-49
 LIA NARA QUEIROZ FRARE CPF: 872511679-72
 NOVO ORIENTE PARTICIPACOES LTDA CNPJ: 10702118
 RAUL QUEIROZ FRARE CPF: 023598329-21
 VICENTE FRARE NETO CPF: 031021019-41

Nr.Comprovante ---Data--- Serie --Numeracao De/Ate-- --Nr.AIDF-- ----Motivo---
 52771202 15/07/2019 1 7 A 25 58966542-27 Inutilizado

FIM

LUIZ FERNANDES DE MORAES JUNIOR
 Diretor da Receita Estadual do Paraná

77346/2019

PORTARIA Nº 317/2019

O DIRETOR DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art. 62, Anexo II do Regimento da CRE, aprovado pela Resolução SEFA nº 1132/2017, alterada pela Resolução SEFA nº 1423/2017, e o contido no eprotocolo nº 15.939.350-0, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DESIGNAR A PARTIR DE 05.08.2019 a 17.08.2019	ELENICE DO ROCIO PADILHA BOMFIM, RG nº 4.030.286-7, AF-I	Ocupante da Função Gratificada Apoio Técnico - símbolo "G", para responder cumulativamente pelo expediente da Inspeção Regional de Arrecadação, em substituição ao titular JOÃO FERREIRA DA LUZ, RG nº 3.515.772-7, Inspetor Regional - Símbolo "E", da 3ª DRR - Ponta Grossa.

Curitiba, 05 de agosto de 2019.

José Ayres dos Santos Junior
 Assessor Geral da Receita Estadual
 Delegação de Competência - Portaria nº 193/2019

75976/2019

PORTARIA Nº 321/2019

O DIRETOR DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art. 62, Anexo II do Regimento da CRE, aprovado pela Resolução SEFA nº 1132/2017, alterada pela Resolução SEFA nº 1423/2017, e o contido no eprotocolo nº 15.937.290-1, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DESIGNAR A PARTIR DE 16.09.2019 a 03.10.2019	IVANE MARIA CORSO BORGIO, RG nº 1.646.726-0, AF-I	Ocupante da Função Gratificada Chefe - símbolo "J", para responder cumulativamente pelo expediente da Agência da Receita Estadual de Foz do Iguaçu, em substituição ao titular CELSO ROGERIO SAUER, RG nº 2.022.770-2 - Função Gratificada Chefe Agência da Receita Estadual - Categoria Especial - Símbolo "H" da 13ª DRR - Cascavel, por motivo de férias.

Curitiba, 07 de agosto de 2019.

José Ayres dos Santos Junior
 Assessor Geral da Receita Estadual
 Delegação de Competência - Portaria nº 193/2019

75748/2019

PORTARIA Nº 77/2019

A CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, no exercício de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº 8485, de 03 de junho de 1987 e o artigo 8º, inciso XII, e § 1º, alínea “i”, da Resolução nº 1.132 de 28 de julho de 2017, que aprovou o Regimento da Secretaria de Estado da Fazenda, e pela Resolução SEFA nº 485/2019, bem como o contido no eprotocolo nº 15.938.667-8, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME RG CARGO OU NÍVEL	DE (LOTAÇÃO OU CARGO OU FUNÇÃO)	PARA (LOTAÇÃO OU CARGO OU FUNÇÃO)
REMOVER A PARTIR DE 1º.08.2019	RICARDO DE LIMA, RG nº 9.865.681-2, AF-A.	Administração Central da Receita Estadual do Paraná – Assessoria e Gerência de Tecnologia da Informação-AGTI.	Administração Central da Receita Estadual do Paraná – Inspeção Geral de Fiscalização-IGF.

Curitiba, 08 de agosto de 2019

Karen Raffaella Schuvets Borges

CHEFE DE GABINETE

76975/2019

PORTARIA Nº 318/2019

O DIRETOR DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art. 62, Anexo II do Regimento da CRE, aprovado pela Resolução SEFA nº 1132/2017, alterada pela Resolução SEFA nº 1423/2017, e o contido no eprotocolo 15.941.934-7, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	DE (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)	PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DESIGNAR A PARTIR DE 02.04.2019	PAULO PEREIRA DE CARVALHO, RG nº 1.767.295-9, AF-I		Atividade Interna na Inspeção Regional de Fiscalização, da 1ª DRR – Curitiba.

Curitiba, 05 de agosto de 2019.

José Ayres dos Santos Junior

Assessor Geral da Receita Estadual

Delegação de Competência - Portaria nº 193/2019

75978/2019

PORTARIA Nº 319/2019

O DIRETOR DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art. 62, Anexo II do Regimento da CRE, aprovado pela Resolução SEFA nº 1132/2017, alterada pela Resolução SEFA nº 1423/2017, e o contido no eprotocolo nº 15.940.766-7, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DESIGNAR A PARTIR DE 16.09.2019 a 30.09.2019	LUIZ CARLOS RONTANI, RG nº 2.004.907-3, AF-H	Ocupante da Função Gratificada Apoio Técnico - símbolo “L”, para responder cumulativamente pelo expediente da Agência da Receita Estadual de Campo Mourão, em substituição ao titular JOSÉ LUIZ SORBELINE, RG nº 4.253.731-4 - Função Gratificada Chefe Agência da Receita Estadual - Categoria A - Símbolo “J” da 11ª DRR - Umuarama, por motivo de férias.

Curitiba, 05 de agosto de 2019.

José Ayres dos Santos Junior

Assessor Geral da Receita Estadual

Delegação de Competência - Portaria nº 193/2019

75981/2019

PORTARIA Nº 332/2019

O DIRETOR DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art. 62, Anexo II do Regimento da CRE, aprovado pela Resolução SEFA nº 1132/2017, alterada pela Resolução SEFA nº 1423/2017, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	DE (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)	PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DESIGNAR A PARTIR DE 1º.07.2019	JOSÉ CÉSAR SORGI PINHAZ, RG nº 7.253.535-9, AF-I		Função Gratificada Apoio Técnico Administração Central da Receita Estadual do Paraná/IGF-Símbolo “F”.
DISPENSAR EM 30.06.2019	RICARDO LANNA CAMPOS, RG nº 13.793.663-1, AF-E	Função Gratificada Apoio Técnico Administração Central da Receita Estadual do Paraná/IGF-Símbolo “F”.	
DISPENSAR EM 05.08.2019	LAURA NORIKO TSUGE, RG nº 1.767.965-1, AF-I	Função Gratificada Apoio Técnico da Agência da Receita Estadual de Londrina categoria “Especial” símbolo “I” da 8ª DRR – Londrina.	
DESIGNAR A PARTIR DE 1º.07.2019	SANDRO CELSO FERRARI, RG nº 3.325.074-6, AF-I		Função Gratificada Apoio Técnico Administração Central da Receita Estadual do Paraná/IGF-Símbolo “F”.
DISPENSAR EM 30.06.2019	ALAN GIMENEZ RIBEIRO, RG nº 11.045.478-3, AF-C	Função Gratificada Apoio Técnico Administração Central da Coordenação da Receita do Estado/SEFA - Divisão de Planejamento Estratégico Símbolo “F”.	

Curitiba, 12 de agosto de 2019.

José Ayres dos Santos Junior

Assessor Geral da Receita Estadual

Delegação de Competência - Portaria nº 193/2019

77313/2019

PORTARIA Nº 74/2019

A CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, no exercício de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº 8485, de 03 de junho de 1987 e o artigo 8º, inciso XII, e § 1º, alínea “i”, da Resolução nº 1.132 de 28 de julho de 2017, que aprovou o Regimento da Secretaria de Estado da Fazenda, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME RG CARGO OU NÍVEL	DE (LOTAÇÃO OU CARGO OU FUNÇÃO)	PARA (LOTAÇÃO OU CARGO OU FUNÇÃO)
REMOVER A PARTIR DE 1º.07.2019	RICARDO LANNA CAMPOS, RG nº 13.793.663-1, AF-E.	Administração Central da Receita Estadual do Paraná – Inspeção Geral de Fiscalização-IGF.	Administração Central da Receita Estadual do Paraná – GABINETE.

Curitiba, 24 de julho de 2019

Karen Raffaella Schuvets Borges

CHEFE DE GABINETE

75739/2019

PORTARIA Nº 320/2019

O DIRETOR DA REPR - RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso I do art. 9º do Anexo II da Resolução SEFA n. 1.132, de 28 de julho de 2017, resolve:

CONSIDERANDO que a Escrituração Contábil Digital - ECD é atualmente apresentada à Receita Federal do Brasil - RFB via arquivo digital pelas empresas obrigadas e é disponibilizada, mediante solicitação, para a Receita Estadual do Paraná - REPR;

CONSIDERANDO que as informações da ECD ainda não são objeto de verificação de forma sistematizada por parte da REPR;

CONSIDERANDO que as ECDs das empresas constituem uma fonte robusta para subsidiar ações de fiscalização com base nos registros contábeis que demonstram sonegação do pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e também do Imposto Sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações - ITCMD;

CONSIDERANDO que a REPR necessita desenvolver um sistema institucionalizado para os trabalhos de fiscalização a serem executados na área da escrituração contábil, gerando assim um aumento da efetividade e assertividade a partir da inclusão de informações contábeis no escopo do planejamento fiscal e consequente ampliação da base de dados disponíveis; e

CONSIDERANDO a finalidade institucional da REPR de assegurar o recolhimento dos tributos devidos, resolve:

Art. 1º. Designar os Auditores Fiscais: **Ciro Fernando Cvilikas**, CPF nº 627.812.279-00, **Antonio Nunes Santana**, CPF nº 440.763.559-20, **Carlos Domingos Bornemann** e **Correa**, CPF nº 352.567.539-91, **Élcio Oscar Machinski**, CPF nº 724.513.789-72, **Faber de Castro Andrade**, CPF nº 060.673.646-89 e **Márcio Tadeu de Miranda**, CPF nº 776.032.497-91, para, sob a coordenação do primeiro e em conjunto com a Assessoria e Gerência do Ambiente Analítico - AGAA, constituírem um Grupo de Trabalho com a finalidade de:

I - propor melhorias na atual sistemática de armazenamento e controle da recepção dos arquivos da Escrituração Contábil Digital - ECD recebidos pela Receita Estadual do Paraná - REPR;

II - implantar a preparação, no ambiente analítico da REPR, dos dados contidos nos arquivos ECD para acesso por meio de ferramenta institucional de análise de dados da REPR (Business intelligence - BI, devidamente licenciada e homologada pela AGAA), denominada "BI ECD";

III - definir como escopo mínimo do "BI ECD", o conjunto de relatórios e painéis necessários para utilização como suporte básico para a atividade de auditoria contábil das informações contidas na ECD;

IV - especificar os referidos relatórios e painéis do "BI ECD" e realizar sua construção e disponibilização na ferramenta institucional de análise de dados;

V - propor regras de segurança de acesso aos relatórios e painéis do "BI ECD";

VI - propor, para a Escola Fazendária do Paraná - EFAZ - PR, da SEFA, cursos e intercâmbios para aperfeiçoamento e desenvolvimento dos Auditores Fiscais visando a realização de auditorias contábeis nos estabelecimentos de contribuintes de tributos estaduais.

Art. 2º. Ficam estabelecidas as seguintes determinações do Grupo de Trabalho de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - o prazo para a conclusão do trabalho será de noventa dias a partir da publicação, desta Portaria, prorrogável por até noventa dias, mediante justificativa dirigida ao Diretor da REPR;

II - ao final do prazo para conclusão do trabalho deverá ser apresentado relatório com as conclusões dos trabalhos realizados;

III - as atividades do Grupo de Trabalho terão prioridade sobre aquelas desenvolvidas rotineiramente pelos Auditores Fiscais indicados no art. 1º.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 5 de agosto de 2019.

Luiz F. de Moraes Jr.
Diretor da Receita Estadual

77507/2019

Defensoria Pública do Estado

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO ELEITORAL - ELEIÇÕES PARA DEFENSOR PÚBLICO-GERAL BIÊNIO 10/2019-10/2021

Ata da terceira reunião da Comissão Eleitoral - Eleições para Defensor Público-Geral biênio 10/2019-10/2021, realizada em doze de agosto de dois mil e dezenove, com início às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos, na sala de reuniões do terceiro andar da Defensoria Pública do Estado do Paraná - Sede Administrativa.

Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, com início às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos, na sala de reuniões do terceiro andar da Defensoria Pública do Estado do Paraná - Sede Administrativa,

situada na Rua Mateus Leme, número mil, novecentos e oito, realizou-se a **TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO ELEITORAL - ELEIÇÕES PARA DEFENSOR PÚBLICO-GERAL BIÊNIO 10/2019-10/2021**, com a presença dos Excelentíssimos Defensores Públicos membros da comissão eleitoral: Presidente, Yara Lopes Stroppa, Paula Grein Del Santoro Raskin e Thiago Magalhães Machado. Da servidora designada para compor a comissão eleitoral, Andrea Camargo Surek. Do servidor analista de informática, Sander Diego Gomes de Melo Lima. Do representante da empresa AUDORA, Armando Davino Lobo. Dos candidatos Andreza Lima de Menezes e Eduardo Pião Ortiz Abraão. Dos fiscais Daniel Alves Pereira e Flora Vaz Cardoso Pinheiro, indicados pela candidata Andreza Lima de Menezes, e, Olenka Lins e Silva Martins Rocha, indicada pelo candidato Eduardo Pião Ortiz Abraão. Da Corregedora-Geral, Josiane Fruet Bettini Lupion. Do Subcorregedor-Geral, Henrique de Almeida Freire Gonçalves. Ausente a representante da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Paraná - ADEPAR, Livia Martins Salomão Brodbeck e Silva. **Decisões da reunião:** Às dezessete horas o servidor Sander Diego Gomes de Melo Lima desativou o link para a votação. O resultado das eleições foi impresso através do sistema AUDORA, acessado com a utilização do token do doutor Thiago Magalhães Machado e da senha fornecida pelo representante da empresa AUDORA. A comissão eleitoral homologou o resultado, totalizando noventa e nove votos computados, sendo vinte e dois votos para a candidata Andreza Lima de Menezes e setenta e três votos para o candidato Eduardo Pião Ortiz Abraão, três votos nulos e um voto em branco. Conforme previsto na seção cinco do edital número um de dois mil e dezenove, da Comissão Eleitoral - Eleições para Defensor Público-Geral, biênio dez, de dois mil e dezenove, a dez, de dois mil e vinte e um, às dezessete horas e um minutos, a Comissão Eleitoral declarou o candidato Eduardo Pião Ortiz Abraão vencedor da eleição para Defensor Público-Geral, biênio dez, de dois mil e dezenove, a dez, de dois mil e vinte e um. **O encerramento da Sessão:** A presidência encerrou a reunião às dezessete horas e três minutos e, para constar, eu, Secretária designada para compor a Comissão, Andrea Camargo Surek, lavrei a presente ata que, se aprovada, vai assinada pela Presidente e por todos os membros da comissão eleitoral.

Yara Lopes Stroppa
Presidente da Comissão Eleitoral

Thiago Magalhães Machado
Membro da Comissão Eleitoral

Paula Grein Del Santoro Raskin
Membro da Comissão Eleitoral

Andrea Camargo Surek
Membro da Comissão Eleitoral

77389/2019

Deliberação CSDP 012, DE 05 DE AGOSTO DE 2019

Regulamenta parte do IV Concurso Público para Ingresso na Carreira de Membro da Defensoria Pública do Estado e dá outras providências.

O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com o poder normativo que lhe foi conferido pelo art. 102 da Lei Complementar Federal 80, de 12 de janeiro de 1994, com as alterações da Lei Complementar Federal 132, de 7 de outubro de 2009, bem como pelo art. 27 da Lei Complementar Estadual 136, de 19 de maio de 2011, com as alterações da Lei Complementar Estadual 142, de 23 de janeiro de 2012,

Considerando o contido na Deliberação CSDP 08/2019, de 24 de maio de 2019,

Considerando o deliberado na 1ª Reunião Extraordinária de 2019;

Considerando o contido no protocolado sob nº 15.817.590-8;

DELIBERA

Art. 1º - O art. 4º, da Deliberação CSDP 05/2014, de 07 de maio de 2014, passará a vigorar com acréscimo do seguinte parágrafo:

§9º Para formação da Banca Examinadora de que trata o caput, deverá ser expedido edital pela Presidência convocando os membros da Defensoria Pública para manifestar interesse em compô-la, concedendo prazo de 10 dias úteis para o interessado requerer inscrição para o grupo de matérias que pretende examinar, acompanhada de currículo e dos documentos comprobatórios que entender serem pertinentes para a avaliação pelo Conselho Superior e sendo vedada requerer inscrição a mais de um grupo.

§10º Distribuído o procedimento de inscrição ao relator do Conselho Superior, este deve emitir voto sobre a habilitação do interessado e a comprovação das informações contidas no currículo, voto este que deve ser apresentado em sessão designada pela Presidência do Conselho para deliberar sobre a formação da Banca Examinadora, devendo o Conselho considerar exclusivamente os seguintes critérios para escolha do/a examinador/a:

I – Exercício de funções na Defensoria Pública do Estado do Paraná correlatas às disciplinas a que se candidata;

II – Produção acadêmica em matérias correlacionadas às disciplinas a que se candidata;

III – Experiência docente na Defensoria Pública do Estado do Paraná ou em atividade formativa promovida pela EDEPAR;

IV – Experiência docente em ensino superior em disciplina jurídica em geral;

V – Tempo de exercício na carreira de Defensor/a Público/a;

VI – Atuações de destaque decorrentes de atividades desenvolvidas como Defensor/a Público/a e reconhecidas interna ou externamente.

§11 Havendo mais de dois interessados para serem avaliadores do mesmo grupo de matérias, haverá votação nominal pelos membros do Conselho Superior, devendo cada membro votar em dois nomes dentre os habilitados; havendo empate aplica-se a regra do §3º.

§12 Os interessados não escolhidos pelo Conselho Superior formarão lista de suplência para os respectivos grupos de matérias.

Art. 2º - Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO

Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública

77356/2019

Procedimento n.º 14.717.510-8

DECISÃO

Trata-se de pedido de renovação de licença para acompanhamento do cônjuge formulado pela servidora *Emanuela Kulak Coblinski*.

A requerente ocupa o cargo de Agente Profissional na Defensoria Pública, função Psicóloga em Guarapuava. Contudo, desde 25 de julho de 2017, goza de licença para acompanhamento do cônjuge em Santo Ângelo/RS.

Em julho de 2017 fora concedida licença para acompanhamento de cônjuge por decisão na qual constou que, caso tivesse a requerente interesse em se manter afastada por período superior a 2 (dois) anos poderia renovar a solicitação, nos termos do parágrafo único do art. 245 da Lei Estadual nº 6174/70.

Posteriormente, em dezembro de 2017 foi regulamentada a licença em epígrafe por ato do Conselho Superior, na Deliberação CSDP nº 41/2017.

À fls. 26/34 a servidora requereu a renovação de sua licença, formulando o pedido no dia 02/07/2019, portanto, data posterior aos 30 (trinta) dias de antecedência ao vencimento do prazo da licença.

Contudo, embora formulado intempestivamente, tal irregularidade não acarreta, por si só, o indeferimento do pedido, eis que não importa em nulidade do ato, mas apenas ocasiona a dilação no deslinde do procedimento.

A Coordenadora de sede manifestou-se às fls. 37, oportunidade na qual relatou os fatos reproduzidos nos autos.

Diante da necessidade de perquirir se a concessão do pedido nos termos formulados vai ou não de encontro ao interesse público, bem como se há conveniência e oportunidade ou eventual prejuízo ao serviço, foi solicitada nova manifestação da Coordenadora de Sede, ao que, à fl. 40, informou que a sede de Guarapuava não possui agente com formação em psicologia desde 2016, e que é evidente que a existência de servidor na área auxiliaria o atendimento das demandas da sede, mas que, pelo que tem conhecimento, não há outros servidores com interesses de serem removidos para a referida sede.

Por seu turno, a Coordenadoria de Planejamento no despacho de fl. 42, recordou sobre o monitoramento que tem feito acerca do quadro de pessoal da Defensoria Pública e, assim, trouxe à baila a discrepância na distribuição de pessoal, confirmando, por fim, que atualmente não há servidores interessados em serem removidos para a cidade de Guarapuava.

O pedido deve ser, ao menos, por ora, indeferido.

Como cediço, eventual concessão da licença em tela, tratar-se-ia de ato discricionário, como aliás positivado no art. 4º da Deliberação CSDP nº 41/2017.

Consoante observado, a Sede de Guarapuava não conta com os serviços de um Agente Profissional de Psicologia desde 2016. A requerente, exerceu sua função por breve período de tempo, após o que deu início à fruição de licença saúde, licença maternidade e, em seguida, a atual licença para acompanhamento de cônjuge que teve início em 26/07/2017 (data da publicação da decisão no Diário Oficial do Estado).

Noutro vértice, o interesse público na concessão da licença não se revela presente.

Cumpra esclarecer, como exigido pelo art. 4º da Deliberação CSDP nº 41/2017, que não se verifica presente, no caso em tela, conveniência e oportunidade para o deferimento.

Para análise da conveniência deve-se perquirir sobre a necessidade do serviço para a sede. Por um lado, não há qualquer elemento nos autos que revelem a desnecessidade de tal função para o trabalho da sede. Aliás, a própria Coordenadora de Sede de Guarapuava, relatou o que chamou de evidente, ou seja, o fato de que a existência de servidor na área auxiliaria as atividades na unidade. Ainda, a Coordenadoria de Planejamento considera imprescindível a existência de equipe mínima multidisciplinar (assistente social e psicólogo) em todas as sedes, por se tratar de qualidade de serviço. A míngua de qualquer informação no sentido da desnecessidade do serviço, não é dado presumi-la. Ao contrário, a necessidade do serviço deve ser extraída, além dos

elementos fáticos acima apontados, também da abertura de concurso para a região da Sede de Guarapuava e da lotação da requerente na referida Comarca.

A ausência de oportunidade no deferimento se extrai dos seguintes fatos: (a) impossibilidade de substituição da servidora, sem prejuízo ao serviço em outra unidade, sobretudo pelo (b) desinteresse dos servidores profissionais de psicologia da instituição na remoção para a sede de Guarapuava, conforme relatado pela Coordenadoria de Planejamento, o que viola interesses particulares também relevantes e (c) dado o fato de a instituição ainda não ter atingido o número ideal de servidores da equipe técnica; este, ademais, é talvez o principal elemento dificultador no deferimento do pedido, já que não havendo excedente de Psicólogos, não é possível repor a ausência acarretada pela licença, e, por conseguinte, impossível demonstrar o interesse público.

Ainda, não é conivente um concurso de remoção sem uma série de condicionantes, pois um profissional sairia de uma sede, que também necessita de um psicólogo, para ir a outro posto da Defensoria Pública, agravando a discrepância já relatada acima.

Considerando se tratar de ato discricionário, a conveniência e oportunidade poderia ser analisada em conjunto com outros elementos, tais como em outros casos (diversos, ressalte-se) em que, p.ex., são formulados pedidos de afastamentos ou licenças não remuneradas para participação em cursos, capacitação, mestrados, após os quais há a reversão em prol da instituição. Contudo, não é este o caso, carecendo os autos de tais elementos.

Ante o exposto, **indeferido** o pedido de renovação de licença para acompanhamento do cônjuge realizado pela requerente *Emanuela Kulak Coblinski*.

Publique-se a presente decisão.

Com urgência, comunique-se o (a) Departamento de Recursos Humanos e (b) a requerente, nos termos do art. 2º, §2º da Deliberação CSDP nº 41/2017.

Após, encaminhe-se ao Departamento de Recursos Humanos para providências.

Curitiba, 8 de agosto de 2019.

EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

77209/2019

EDITAL CSDP Nº 008/2019

Convoca Defensores Públicos interessados em compor a Banca Examinadora do IV Concurso para carreira de Defensor Público

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o deliberado na 1ª Reunião Extraordinária de 2019,

Considerando o estabelecido na Deliberação CSDP 008/2019 e na Deliberação CSDP 012/2019;

RESOLVE

Lançar o presente EDITAL para manifestação de Defensores Públicos interessados em compor a Banca Examinadora do IV Concurso para ingresso na carreira de Defensor Público, conforme as seguintes regras:

Art. 1º. A seleção para composição da Banca Examinadora do IV Concurso para ingresso na carreira de Defensor Público será pautada pelo Art. 4º, do Regulamento do IV Concurso, contido na Deliberação CSDP 008/2019, e pelo Art. 1º, da Deliberação CSDP 012/2019.

§1º. Para cada Grupo de Matérias daqueles previstos no artigo 10, §1º, desta Deliberação, haverá dois examinadores.

§2º. Para formação da Banca Examinadora, será concedido prazo de 10

dias úteis para o interessado requerer inscrição para o grupo de matérias que pretende examinar, acompanhada de currículo e dos documentos comprobatórios que entender serem pertinentes para a avaliação pelo Conselho Superior e sendo vedada requerer inscrição a mais de um grupo.

§3º. Distribuído o procedimento de inscrição ao relator do Conselho Superior, este deve emitir voto sobre a habilitação do interessado e a comprovação das informações contidas no currículo, voto este que deve ser apresentado em sessão designada pela Presidência do Conselho para deliberar sobre a formação da Banca Examinadora, devendo o Conselho considerar exclusivamente os seguintes critérios para escolha do/a examinador/a:

I – Exercício de funções na Defensoria Pública do Estado do Paraná correlatas às disciplinas a que se candidata;

II – Produção acadêmica em matérias correlacionadas às disciplinas a que se candidata;

III – Experiência docente na Defensoria Pública do Estado do Paraná ou em atividade formativa promovida pela EDEPAR;

IV – Experiência docente em ensino superior em disciplina jurídica em geral;

V – Tempo de exercício na carreira de Defensor/a Público/a;

VI – Atuações de destaque decorrentes de atividades desenvolvidas como Defensor/a Público/a e reconhecidas interna ou externamente.

§4º. Havendo mais de dois interessados para serem avaliadores do mesmo grupo de matérias, haverá votação nominal pelos membros do Conselho Superior, devendo cada membro votar em dois nomes dentre os habilitados; havendo empate aplica-se a regra do §3º do art. 4º do Regulamento do Concurso.

§5º. Os interessados não escolhidos pelo Conselho Superior formarão lista de suplência para os respectivos grupos de matérias.

Art. 2º. A Banca Examinadora é órgão auxiliar, de natureza transitória, constituída de integrantes da Carreira de Defensor Público do Estado, sob a presidência do Defensor Público-Geral.

Art. 3º. A Banca Examinadora é órgão incumbido de formular as questões, realizar as provas objetivas, discursivas e oral, julgar os recursos interpostos, arguir os candidatos, atribuindo-lhes nota.

Art. 4º. As manifestações de interesse serão recebidas até as 17h, do dia 28 de agosto de 2019, através do e-mail conselhosuperior@defensoria.pr.gov.br, juntamente com as informações contidas no Anexo I.

Art. 5º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO

Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná

ANEXO I

Edital CSDP nº 008/2019 – Requerimento de Inscrição

Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná,

Venho através do presente manifestar interesse em compor a "Banca Examinadora do IV Concurso para ingresso na carreira de Defensor Público".

Nome:
E-mail:
() Defensor Público

Setor de lotação:

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) Defensor(a) Público(a)

77526/2019

RESOLUÇÃO 2ª SUB Nº 054, DE 12 DE AGOSTO DE 2019

Dispensa Defensores Públicos de suas atividades ordinárias para participação do III Congresso Internacional de Acolhimento Familiar

O 2º SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo art. 19 da Resolução 182/2018,

RESOLVE

Art. 1º. Autorizar o afastamento dos Defensores Públicos, **Bruno Müller Silva, Caroline Nogueira Teixeira de Menezes, Fernanda Luckmann Saratt, Flora Vaz Cardoso Pinheiro e Patricia Rodrigues Mendes**, para participação do III Congresso Internacional de Acolhimento Familiar, a se realizar no período de 13 a 15 de agosto de 2019, em Curitiba.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua edição.

RODOLPHO MUSSEL DE MACEDO

Segundo Subdefensor Público-Geral

77158/2019

RESOLUÇÃO 2ª SUB Nº 055, DE 12 DE AGOSTO DE 2019

Dispensa Defensores Públicos de suas atividades ordinárias para participação no VII Congresso Nacional dos Defensores da Infância e Juventude

O 2º SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo art. 19 da Resolução 182/2018,

RESOLVE

Art. 1º. Autorizar o afastamento dos Defensores Públicos e servidores abaixo listados, para participação no VII Congresso Nacional dos Defensores da Infância e Juventude, a se realizar no período de 22 a 23 de agosto de 2019, em Belo Horizonte/MG.

Defensor(a) Público(a)	Área de atuação/cidade
Luciana Tramuja Azevedo Bueno	Infância infracional/Curitiba
Vinicius Santos de Santana	Infância infracional/Cascavel
Bruno Müller Silva	Infância cível e infracional/Maringá
Ana Paula Costa Gamero Salem	Infância cível/Ponta Grossa
Ana Luisa Imoneli Miola	Infância cível e infracional/Umuarama

Servidores Públicos	Área de atuação/cidade
Fábio Eiji Sato	Psicólogo – Infância cível/Londrina
Clodoaldo Porto Filho	Psicólogo – Infância infracional/Umuarama

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua edição.

RODOLPHO MUSSEL DE MACEDO

Segundo Subdefensor Público-Geral

77166/2019

PORTARIA Nº 020/2019

FRUIÇÃO DE SALDO DE FÉRIAS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

O coordenador **NEWTON PEREIRA PORTES JUNIOR**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução DPG nº 084/2017, com fundamento na LCE nº 136/2011 e no § 6º do art. 2º da Deliberação CSDP nº 04/2015, resolve **CONCEDER FRUIÇÃO DE SALDO DE FÉRIAS** ao membro infratitulado conforme especificado abaixo:

NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS A FRUIR	PERÍODO DE FRUIÇÃO
BRUNO DE ALMEIDA PASSADORE	DEFENSOR PÚBLICO	01/01/2017 A 31/12/2017	11	27/08/2019 A 06/09/2019

Curitiba, 05 de agosto de 2019.

NEWTON PEREIRA PORTES JUNIOR
COORDENADOR
CENTRO/CÍVEL E FAZENDA PÚBLICA

77410/2019

**Ministério Público
do Estado do Paraná**

PORTARIA Nº 519/SUBADM

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Resolução n.º 1819,

de 11 de abril de 2016, tendo em vista o contido no protocolo nº 11996/2019-MP/PR, resolve

REVOGAR

a partir de 1º de agosto de 2019, a portaria nº 38/2014, que concedeu a gratificação de encargos especiais de 50% (cinquenta por cento) à servidora **MARIANA SILVA MANGUEIRA**.

Curitiba, 08 de agosto de 2019.

JOSÉ DELIBERADOR NETO
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Luiz Carlos Mantovanelli
Diretor do DGP/SUBADM

77050/2019

EDITAL Nº 3/19 – Gabinete do PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, com fundamento na Resolução nº 3021, de 21 de agosto de 2013, haja vista o contido no Protocolo nº 15883/2019,

TORNA PÚBLICO

I - que se encontra aberta, pelo prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste Edital no Diário Oficial, inscrição para a substituição temporária, a fim de atuar junto à 8ª Promotoria de Justiça Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de CURITIBA, pelo critério de **ANTIGUIDADE**, conforme dispõe o artigo 1º, da mencionada Resolução PGJ nº 3021/13;

II - que os pedidos de inscrição, dirigidos ao Procurador-Geral de Justiça, deverão dar entrada no Protocolo-Geral (Edifício Affonso Alves de Camargo - Térreo) até às 18h (dezoito horas) do último dia do prazo legal, conforme estabelece o artigo 2º, § 2º, da Resolução PGJ nº 3021/13;

III - Os interessados deverão informar, no ato da inscrição, se há processos judiciais ou extrajudiciais em seu poder com prazo legal vencido ou que, nesta hipótese, tenham sido devolvidos sem manifestação, sendo acompanhada a informação das justificativas pertinentes.

Curitiba, 12 de agosto de 2019.

IVONEI SFOGGIA
Procurador-Geral de Justiça

77373/2019

**Central de Atendimento ao Cliente - CAC**

A Central de Atendimento ao Cliente - CAC, foi criada visando o atendimento a todos os usuários do Sistema de Publicações Oficiais (ImprensaNet), seja ele vinculado ao governo estadual, prefeitura ou usuário particular.

Dúvidas quanto ao procedimento de envio e consulta de matérias, pagamentos e cópias autenticadas, podem ser sanadas de forma rápida e clara.

41 3200.5002

Atendimento de segunda a sexta das 7h às 19h.

www.imprensaoficial.pr.gov.br**Central de Atendimento ao Cliente - CAC**

A Central de Atendimento ao Cliente - CAC, foi criada visando o atendimento a todos os usuários do Sistema de Publicações Oficiais (ImprensaNet), seja ele vinculado ao governo estadual, prefeitura ou usuário particular.

Dúvidas quanto ao procedimento de envio e consulta de matérias, pagamentos e cópias autenticadas, podem ser sanadas de forma rápida e clara.

41 3200.5002

Atendimento de segunda a sexta das 7h às 19h.

www.imprensaoficial.pr.gov.br